UNICAMP

DILENE ZAPAROLI

PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

CAMPINAS
2013

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

DILENE ZAPAROLI

PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração "História Cultural".

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA DILENE ZAPAROLI, E ORIENTADA PELO PROF. DR. PEDRO PAULO ABREU FUNARI.
CPG, _____/_____/_____

CAMPINAS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Z174p

Zaparoli, Dilene, 1969-
Plano de ação para a valorização do patrimônio cultural do município de Jacareí / Dilene Zaparoli. - - Campinas, SP : [s. n.], 2013.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Patrimônio histórico – Jacareí (SP). 2. Patrimônio cultural – Proteção. 3. Inventários. 4. Preservação histórica. I. Funari, Pedro Paulo Abreu, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Plan of action for the recovery of cultural heritage of the city of Jacareí
Palavras-chave em inglês:
Historic heritage – Jacareí (SP
Cultural property – Protection of
Inventories
Historic preservation
Área de concentração: História Cultural
Titulação: Doutora em História
Banca examinadora:
Pedro Paulo Abreu Funari [Orientador]
Claudio Umpierre Carlan
Jonas Machado
Renata Senna Garraffoni
José Geraldo Costa Grillo
Data da defesa: 27-03-2013
Programa de Pós-Graduação: História

DILENE ZAPAROLI

PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA DILENE ZAPAROLI, ORIENTADA PELO PROF. DR. PEDRO PAULO ABREU FUNARI E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM 27/03/13.

20130978 85

BANCA

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari - (orientador)

Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan - UNICAMP

Profa. Dr. Jonas Machado - UNICAMP

Prof. Dr. José Geraldo Costa Grillo - USP

Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni - UFPR

CAMPINAS
2013

Profa. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
Matrícula: 174047

Errata: Onde se lê: "Claudio Umpierre Carlan – UNICAMP", leia-se "Claudio Umpierre Carlan – Universidade Federal de Alfenas"

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu marido, companheiro de todos os dias e que muito me ajudou para a sua realização.

Dedico também a minha filhinha Letícia, que deixei muitas vezes para me dedicar à pesquisa e ao meu querido pai por ter me proporcionado ser Arquiteta e Urbanista. Desde que se foi não deixei de me lembrar dele nem um dia.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari pela paciência e dedicação neste passo tão importante de minha vida.

À Fundação Cultural de Jacarey em especial a Presidente Sônia Regina Ferraz Pereira e ao Diretor de Cultura Alberto Capucci Filho por terem sempre confiado no meu trabalho.

Aos meus alunos Aline Cristina dos S. Silva e, em especial, ao Jefferson E. dos Anjos que contribuíram muito para a pesquisa.

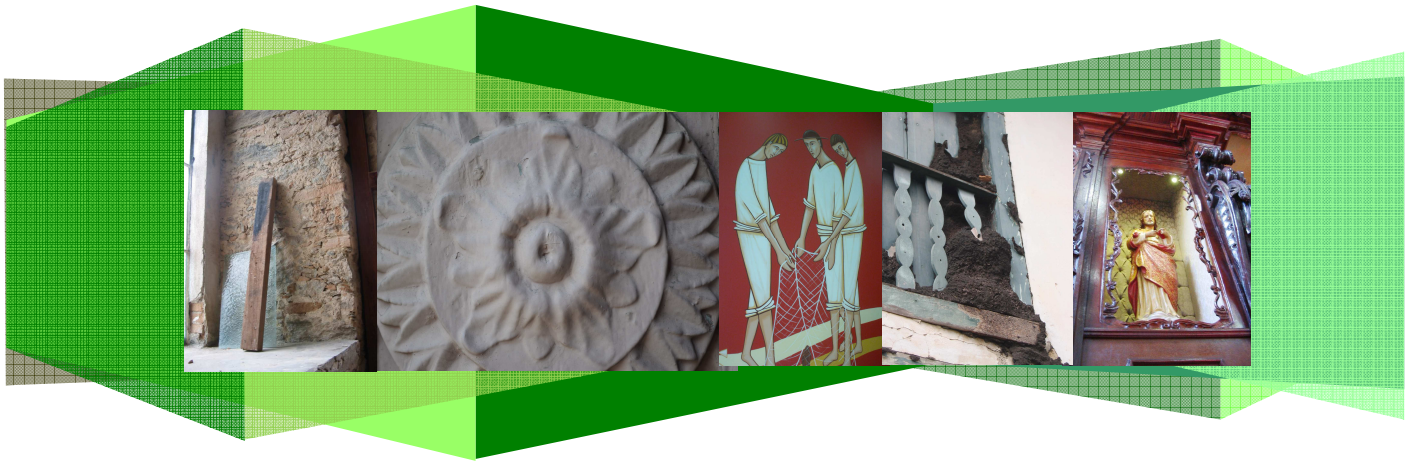
E a minha querida mãe pela força interior que sempre me deu.

Resumo

O principal objetivo da pesquisa foi a realização de um diagnóstico detalhado da realidade do patrimônio arquitetônico, bens móveis, bens imateriais e dos pontos com potencial turístico do município de Jacareí, a fim de colocar em perspectiva os níveis de competitividade turística de cada um, e permitir que gradualmente possam, com base nos princípios de sustentabilidade, oferecer produtos e serviços de melhor qualidade a turistas e comunidade.

Já o inventário da oferta turística apresenta o resultado do levantamento da identificação e do registro de atrativos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao segmento. A principal finalidade foi a utilização dele como base das informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

Dessa forma, foi desenvolvido um sistema de inventariação da oferta turística em Jacareí, visando o armazenamento e a organização dessas informações, constituindo um banco de dados abrangente que servirá de base para aplicação de um Plano de Ação visando a valorização do patrimônio cultural material e imaterial. Para alcançar os objetivos propostos, elaboramos e adotamos uma metodologia bem definida e uma sequência de ações em todos os locais selecionados.



Abstract

The main objective of the research was to perform a detailed diagnosis of the reality of architectural heritage, movable assets, intangible assets and items with tourism potential of the city of Jacareí in order to put into perspective the level of competitiveness of each tourist, and gradually to allow, based on the principles of sustainability, offering products and better services to tourists and community.

Have an inventory of tourism presents the results of the survey, the identification and registration of attractions, services and tourist facilities and infrastructure to support the segment. The main purpose was to use it as a base of information for planning and management of tourism.

Therefore we developed a system of inventory of tourism in Jacarei, targeting the storage and organization of this information, providing a comprehensive database that will serve as a basis for application of an Action Plan aimed at enhancement of tangible and intangible cultural heritage. To achieve the proposed objectives, elaborate and adopt a well defined methodology and a sequence of actions in all selected locations.

Lista de Abreviaturas e Siglas

APP – Área de Preservação Permanente

ARCA - Grupo Renovador do Colégio de Arquitetos

ATEC - Grupo Técnico de Estudos Contemporâneos

AVC - Associação Viva o Centro

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CMP - Central dos Movimentos Populares

COGEP - Coordenadoria Geral de Planejamento

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

CONDEPAC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Jacareí

CONESP - Construções Escolares do Estado de São Paulo

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CUI - Conservação Urbana Integrada

DAH - Divisão do Arquivo Histórico

DC - Departamento de Cultura

DPH – Departamento do Patrimônio Histórico

DPHAN – departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

ECO-72 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FAPIJA- Feira Agropecuária e Industrial de Jacareí

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FUNDURB - Fundo de Desenvolvimento Urbano

ICOMUS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

MAV - Museu de Antropologia do Vale do Paraíba

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINC - Ministério da Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PCH - Programa de Cidades Históricas

PDE - Plano Diretor Estratégico

PRC – Plano Reconstruir o Centro

Pró-Centro - Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo

PROCENTRO - Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central

SEC - Secretaria de Educação e Cultura

SEHAB - Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Nacional

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UCG - Unidade Central de Gerenciamento

UMM - União dos Movimentos de Moradia

UNESCO - Organizações das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

USP- Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO.....01

1. **O CASO JACAREÍ, A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO VALE DO PARAÍBA E A FUNDAÇÃO DE JACAREÍ.....**.....07
   1.1 Jacareí, Desenvolvimento e Crescimento.....08
   1.2 Jacareí nos dias de hoje.....12
2. **DELINEAMENTO DA PESQUISA E CONCEITUAÇÃO**.....17
   2.1 As fontes de "papel": pesquisa bibliográfica e pesquisa documenta.....18
   2.2 O questionário e sua aplicação.....20
   2.3 Tabulação.....23
   2.4 Conclusões sobre o questionário: considerações gerais.....34
   2.5 Conclusões específicas para o Projeto Patrimônio de Jacareí.....34
3. **LEVANTAMENTO DOS LOCAIS INDICADOS NA PESQUISA**.....37
4. **PATRIMÔNIO IMATERIAL: APLICAÇÃO DE UMA FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS BENS** 43
   4.1 Roteiro para aplicação e preenchimento da ficha.....43
5. **PATRIMÔNIO NATURAL: APLICAÇÃO DE UMA FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS BENS**.....47
6. **EVENTOS: APLICAÇÃO DE UMA FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO**.....49

7. PLANO DE AÇÃO: DIRETRIZES PARA A RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS PONTOS DE POTENCIAL TURÍSTICO 51

7.1. Diagnóstico dos Passeios, ruas e logradouros públicos.....56

7.1.1Roteiro para preenchimento da ficha.....57

8. CONSOLIDAÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE.....69

8.1 Mobiliário Urbano.....69

9. VIABILIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS: PROPOSTA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE JACAREÍ EM ESTÂNCIA TURÍSTICA.....79

9.1 Diretrizes para as propostas de intervenção visando a preservação e valorização dos bens arquitetônicos com interesse de preservação.....84

9.2 Propostas específicas para os bens relacionados ao Patrimônio Histórico e Arquitetônico.....85

9.2.1 Pátio dos Trilhos: breve histórico.....87

9.2.2 Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição de Aparecida: breve histórico.....88

9.2.3 Capela de Nossa Senhora dos Remédios: breve histórico.....89

9.2.4 Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso: breve histórico.....90

9.2.5 Igreja Nossa Senhora do Rosário: breve histórico.....91

9.2.6 Capela São Sebastião do Avareí: breve histórico.....92

9.2.7 Capela Nossa Senhora Aparecida.....93

9.2.8 O Edifício do antigo prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena.....94

9.3 Propostas: estudos preliminares vinculados a intervenção nos bens de interesse de preservação visando sua requalificação e valorização.....95

9.3.1 Proposta/Estudo preliminar: Pátio dos Trilhos.....97

9.3.2 A Praça como espaço público.....105

9.3.3Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição de Aparecida..... 107

9.3.4 Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso.....113

9.3.5 Igreja Nossa Senhora do Rosário.....117

9.3.6 Capela São Sebastião do Avareí.....119

9.3.7 Capela Nossa Senhora Aparecida – proposta de Reurbanização de seu entorno imediato – Estudo Preliminar..... 120
9.3.8 O Edifício do antigo prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena.....124

10.A PRESERVAÇÃO NO BRASIL – ABORDAGEM HISTÓRICA.....127
10.1 As primeiras iniciativas..... 129
10.2 O movimento preservacionista.....131
10.3 Lei Municipal de Proteção, Valorização ao Patrimônio e Incentivos Fiscais aos proprietários de imóveis com interesse de preservação.....151
10.4 Tombamento, possibilidades e adequação a realidade de Jacareí.....152
10.5 Ordenação dos Elementos Relacionados a Paisagem Urbana e Regulamentação da Inserção de propagandas e anúncios nas proximidades do Patrimônio Histórico e Arquitetônico..... 154

11. OS CENTROS HISTÓRICO 157
11.1 Centros Históricos, Valorização do Patrimônio e a Realidade de Algumas Cidades.....157
11.2 A Reconquista do Centro – estratégias de intervenções para a recuperação dos centros históricos – abordagem histórica.....164
11.3Preservação do Patrimônio Arquitetônico em Centros Históricos.....181

12. A CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS: ESTUDOS DE CASOS.....197
12.1 Um pouco de história: A caracterização dos centros históricos – Evolução e as mudanças da paisagem urbana - São Paulo e Havana Velha.....198
12.1.1.São Paulo.....198
12.1.1 Havana.....208
12.2 Preservação no Município de São Paulo – aspectos históricos, construção de uma política municipal.....213

12.3 Os órgãos e instituições envolvidos diretamente na preservação do patrimônio existente no centro histórico de São Paulo.....217

12.3.1 A atuação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.....218

12.3.2 A atuação do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.....223

12.3.3 A atuação do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico.....248

12.3.4 A atuação do CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo.....254

12.4 Outros órgãos, instituições e leis relacionadas com preservação do patrimônio existente no centro histórico de São Paulo.....263

12.4.1 Plano Diretor Estratégico.....264

12.4.2 As Operações Urbanas Consorciadas.....272

12.4.3 Alguns planos e projetos para o centro: prioridades e conflitos, os diversos atores.....278

12.4.3.1 O Plano Reconstruir o Centro.....278

12.4.3.2 Propostas para o Centro na gestão do ex-prefeito José Serra.....300

12.5 A preservação em Havana: O contexto cubano – abordagem histórica.....306

12.5.1 O movimento preservacionista.....312

12.5.2 Preservação em Havana – aspectos históricos, construção de uma política municipal 321

12.5.3 Os envolvidos na preservação do patrimônio 326

12.5.3.1 Oficina Del Historiador..... 326

12.5.3.2 O Plan Maestro de Revitalización Integral de La Habana Vieja……332

12.5.4 Planos e projetos para o centro: prioridades e conflitos, os diversos atores……354

12.5.4.1 Reabilitação da Plaza Vieja……354

12.6 Estudos de casos sobre intervenções em Centros históricos em municípios do Estado de São Paulo……360

12.6.1 O caso de Amparo – SP – Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo……360

12.6.2 O caso de Santos – SP – o Programa Alegra Centro: O centro como centro de tudo……376

12.6.2.1 A fundação de Santos – breve histórico…… 376

12.6.2.2 O Programa Alegra Centro……380

13. INVENTÁRIO NO BRASIL, O INÍCIO E A APLICAÇÃO……389

13.1 A relação entre inventário e preservação do patrimônio cultural brasileiro……390

13.2 Casos de referência para aplicação de inventários de bens com interesse de preservação no Brasil……394

13.3 Aplicação do inventário de conhecimento na área central de Jacareí……403

14. PROPOSTA – PROGRAMA RENOVAR O CENTRO……407

15. VALORIZAÇÃO DOS PONTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL……417

15.1 Aplicações da Educação patrimonial na realidade de Jacareí……424

16. VALORIZAÇÃO DA ARTE PÚBLICA E SEUS ESPAÇOS……427

16.1 O inventário de conhecimento e sua aplicação……431

16.2 Ficha para o Inventário de conhecimento da arte pública……434

17. INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO APLICADO EM IMÓVEIS DE JACAREÍ-CONJUNTOS RURAIS.....435

17.1 A área rural de Jacareí 436

17.2 O Plano Diretor e as diretrizes estabelecidas para a área rural.....438

17.3 A realidade atual da área rural em Jacareí.....444

17.4 O levantamento do patrimônio histórico nos conjuntos rurais de Jacareí.....457

17.4.1 Visita a campo realizada em 04.04.2012..... 460

17.4.2 Visita a campo realizada em 11.04.2012 462

17.4.3 Aplicação das fichas de inventário do patrimônio Histórico nos conjuntos rurais de Jacareí.....466

18.FUNÇÃO DO CODEPAC – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....467

18.1 Membros do Conselho.....468

18.2 Caminhos para o cidadão requerer a preservação 469

19. CONCLUSÃO.....471

20. FONTES DE PESQUISA.....475

INTRODUÇÃO

A pesquisa que segue foi realizada no município de Jacareí, localizado no Vale do Paraíba, em São Paulo. Teve duração de 14 meses iniciando em março de 2011. Como Arquiteta e Urbanista há 20 anos e com alguns trabalhos realizados no campo da Preservação do Patrimônio Cultural, área em que atuo há 15 anos, fui contratada pela Fundação Cultural da cidade para realizar um grande levantamento envolvendo o patrimônio material e imaterial existentes no município. Trabalho este até então nunca realizado no município com tamanha envergadura e abrangência.

O Plano de Ação desenvolvido sempre levou em conta os anseios da comunidade, tanto que a primeira ação concreta foi a aplicação de uma pesquisa com a finalidade de colher a opinião da população sobre os pontos com potencial turístico. Da mesma forma a finalidade principal foi elaborar ações que resultassem no desenvolvimento de espaços culturais e de lazer, de referência local, nacional e internacional. O universo do trabalho abrange o acervo histórico, cultural e arquitetônico de Jacareí com abordagem inter e multidisciplinar, fomentando assim, a discussão do impacto econômico, social, ambiental e ético do desenvolvimento da cidade.

A missão central foi a promoção e a difusão da Cultura e do Turismo de Jacareí, valorizando a convivência, o lazer e a inclusão social, para isso, são apresentados os processos pelos quais a História e a Arquitetura são constituídos, seu impacto no cotidiano e seus desdobramentos socioambientais, tomando como referência contextos locais.

A primeira etapa do trabalho deu conta de promover melhorias no acervo arquitetônico, histórico e cultural e nos pontos de referência com potencial turístico por meio da(o):

Seleção dos locais com apresentação de critérios (Ex: importância histórica, fluxo de pessoas, ponto de referência) de acordo com as peculiaridades de cada tipo de bem de interesse a ser preservado: arquitetônico, histórico, artístico e cultural;

Indicação e levantamento dos locais que iriam compor o acervo arquitetônico, histórico e dos pontos com potencial turístico (parques, museus, praças, belezas naturais - patrimônio ambiental, paisagem rural - caminho das flores, pontos comerciais e industriais relevantes - caminho das indústrias, igrejas - roteiro religioso, Pátio dos trilhos, prédios históricos, patrimônio arquitetônico e outros locais com potencial turístico. Indicação dos bens imateriais (festas, comidas, lendas, e outros do mesmo gênero) que tenham um caráter turístico a ser contemplado;

Levantamento e diagnóstico das necessidades dos locais selecionados;

Apontamento das diretrizes e propostas para utilização qualificando os espaços com a apresentação dos pontos positivos e possíveis melhorias para revitalização, recuperação ou adequação desses espaços públicos vislumbrando sua qualificação para receber pessoas. Valorização dos aspectos culturais e do acervo histórico com adequação/aplicação de sinalização e comunicação Visual. Indicação da necessidade de instalação de Mobiliário Urbano e Sinalização Turística;

Elaboração da legislação de preservação para o município estabelecendo os critérios de seleção dos bens levando-se em consideração as peculiaridades de cada um;

Apresentação da legislação proposta para aprovação do Prefeito e Câmara dos vereadores. Nesta etapa também está prevista a apresentação do Plano para a sociedade nos meios de comunicação que se tiver acesso.

As ações da segunda etapa deram conta de promover a identificação e preservação dos bens de interesse arquitetônico, histórico, artístico, cultural e também dos pontos com potencial turístico. Entre elas estavam:

A- Inventário de identificação dos bens imóveis de interesse histórico. Com base na legislação apresentada na ETAPA 01 e após o estabelecimento de critérios para seleção dos bens, levando em consideração as peculiaridade de cada um, foi proposto este tipo de inventário que visava selecionar os bens imóveis que representavam a memória coletiva e que mereciam ser preservados. Nele estavam incluídos dados como: levantamento fotográfico e iconográfico, dados cadastrais e dados arquitetônicos. Este inventário foi desenvolvido em quatro etapas:

1-Zona Central (área urbanizada);

2-Área Rural (levantamento dos bens arquitetônicos);

3-Bens móveis (levantamento dos objetos, mobiliário, obras de arte e artesanato em todo o município);

4-Bens imateriais (festas, folclore, comidas e bebidas típicas, música, dança, etc. em todo o município);

O inventário foi organizado em fichas catalográficas digitais de acordo com cada tipo de bem.

B- Inventário para preservação dos bens históricos, artísticos e culturais – **IPHAC**, cujo desenvolvimento previa a identificação dos bens de interesse a serem preservados por meio de critérios específicos que levassem a preservação por meio de lei (tombamento em esfera municipal) sob a provação do Conselho de Preservação da cidade. Este inventário também foi organizado em fichas catalográficas digitais.

A terceira etapa teve uma relação direta com educação patrimonial e com a finalidade de proporcionar à comunidade, moradores, empresários, comerciantes, profissionais das mais diversas áreas, principalmente as que estão ligadas à cadeia Produtiva do Turismo, as mais diferenciadas possibilidades de negócios, gerando emprego e renda e real perspectiva de desenvolvimento local; utilizando de forma consciente e regulada o acervo histórico cultural como elemento propulsor, pois o desenvolvimento é a melhor justificativa para a preservação e valorização da cultura e da história. Entre as ações estavam como proposta:

a) Capacitação da cadeia produtiva do turismo atuantes nos setores envolvidos por meio do planejamento e proposta de atividades que promovessem a capacitação de agentes locais para o turismo cultural e ambiental (formação de guias turísticos e monitores); com a promoção de palestras e oficinas de capacitação para profissionais das mais diversas áreas, ligados à cadeia produtiva do Turismo (taxistas, recepcionistas, atendentes, comerciários, etc); qualificação e melhorias dos espaços destinados à produção e venda dos artesanatos (feira de Artesanato/casa do artesão);

b) Valorização e divulgação dos aspectos culturais e do acervo histórico, cultural e arquitetônico por meio do planejamento e proposta de mapa turístico com ênfase em patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, e com possível indicação de circuito a ser percorrido. Distribuição em hotéis, pousadas, restaurantes, bares, shopping, rodoviária. Criação de circuito turístico percorrido com ônibus (final de semana).

A quarta etapa, como proposta, tinha uma relação direta com a valorização e difusão do processo histórico local, incidindo diretamente na comunidade, em relação às características culturais, tradicionais e naturais do município, as ações dessa etapa eram:

a) Educação patrimonial na rede de ensino.

O desenvolvimento seria através do planejamento de atividades que promovessem a capacitação de professores através de oficinas e palestras voltadas para a preservação e difusão dos conhecimentos em sala de aula, bem como sua transversalidade. Planejamento e proposta para a elaboração de "Cartilha de Patrimônio", material didático para alunos e professores. Planejamento de visitas técnicas aos locais com acervo histórico, arquitetônico e cultural de Jacareí. Elaboração de lei municipal instituindo a prática do ensino patrimonial na rede municipal de ensino na forma transversal.

Sobre a Educação patrimonial na Comunidade, o desenvolvimento seria através do planejamento e propostas de atividades que promovessem o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico em Centros Comunitários, Associações de bairro, Centros de Terceira Idade, Clubes, Escolas particulares, Faculdades. Elaboração de cartilha do morador das cercanias ou de um bem cultural, histórico e arquitetônico.

Educação patrimonial era uma outra ação também relacionada ao resgate da relação da população com o setor – turismo, a partir do desenvolvimento de planejamento e propostas de programa para geração de renda através de atividades tradicionais: carpintaria, restauração, pintura; ministradas em oficinas com atividades desenvolvidas na sede da Fundação Cultural de Jacareí.

O desenvolvimento da pesquisa teve um roteiro que está apresentado no sumário, e que segue exatamente a ordem de desenvolvimento dos trabalhos, inclusive àqueles que envolveram pesquisa de campo.

Ao iniciarmos a pesquisa nos deparamos com a falta de um departamento de patrimônio histórico, um conselho municipal que se reunia poucas vezes, e a falta de documentos, porém algo ajudava, a vontade da Presidente da Fundação, na figura de Sônia Regina Ferraz Pereira e a do diretor de cultura, Sr. Alberto Capucci Filho, duas pessoas fundamentais que sempre confiaram no nosso trabalho.

Entendemos desde o início, que a participação da população em algum momento seria muito importante, foi definido por nós, que tal participação deveria acontecer no início dos trabalhos, quando estávamos levantando os locais com potencial turístico, muitos deles bens arquitetônicos. Então aplicamos uma pesquisa de rua em 0,01% da população em locais estratégicos da cidade com base em uma metodologia capaz de nos proporcionar compilar os dados. A partir daí, tínhamos uma das principais diretrizes traçadas: quais seriam os locais onde aplicaríamos um levantamento sistemático avaliando as condições do local. Dentre eles identificamos patrimônio material, imaterial e natural, e essa diversidade nos deu a nossa próxima diretriz, a aplicação do levantamento sistemático que deveria ser diferente para cada tipo de bem foi então que elaboramos uma ficha específica para cada um.

Com isso pudemos avaliar a situação dos locais e propor o Plano de Ação para àqueles onde haveria possibilidade de intervenção requalificadora. Propostas foram feitas no entorno imediato de alguns bens. Também foi entendido que a requalificação deveria abordar uma nova imagem para a cidade como um todo, por isso foi proposto um novo grupo de mobiliário urbano aplicado também nas propostas de intervenção.

Entendendo que as intervenções precisariam de verba, propusemos para a cidade a sua transformação em estância turística levando-se em consideração sua real potencialidade.

Em nossa pesquisa trazemos também uma abordagem teórica sobre a preservação no Brasil que foi incluída para elucidar, principalmente, os membros do conselho de preservação do município, pois muitos não são da área.

Como um dos objetivos do trabalho era propor uma intervenção requalificadora para o Centro histórico da cidade, apresentamos também, uma base teórica sobre o assunto e que serviu de base para a nossa proposta para a área, e também para o inventário da área central.

Como o inventário iria subsidiar as decisões do conselho municipal ao elencar os bens de real valor cultural para preservação, e assim encaminhar projeto de lei para a Câmara, decidimos também apresentar base teórica sobre o assunto "inventários". Inventário este, aplicado na área central, na arte pública e na área rural de Jacareí quando então finalizamos nosso trabalho.

Por fim procuramos avaliar a real função do Conselho de preservação no município, sugerir os seus membros e propor formas de atuação.

Não sabemos o que vai acontecer com este projeto que durou 14 meses! A ideia desde o início era que ele de fato saísse do papel. Sempre tivemos isto em mente. Todas as propostas de intervenções realizadas podem ser aplicadas dentro da realidade de cada local, pois o levantamento/diagnóstico procurou ser fiel às condições do local.

Soubemos que o atual prefeito, Sr. Hamilton Ribeiro Motta, que muito também nos apoio, gostou de algumas ideias que pretende incluir no seu próximo plano de governo, pois como ganhou as eleições terá a chance de implantar o projeto ou parte dele.

No entanto, quando pensamos em um Plano de Ação para a cidade de Jacareí, pensamos também num modelo que pudesse ser aplicado a outras realidades. E o resultado final se tornou passível disto.

1. O CASO JACAREÍ, A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO VALE DO PARAÍBA E A FUNDAÇÃO DE JACAREÍ

Dois aspectos são determinantes para a ocupação territorial do Vale: a concessão de terras e a procura de fontes de riquezas minerais. Esses aspectos estão presentes praticamente em todos os livros de História que abordam o tema.

Da mesma forma, Jacareí não fugiu à regra da criação das vilas na região, segundo registro oficial encontrado no Arquivo Público Municipal, foi fundada em 1652 por Antônio Afonso, embora Muller (1969,p.17) cita como fundador Diogo de Fontes, cidadão de Mogi das Cruzes. Sérgio Buarque de Holanda compartilha da mesma opinião e relata no livro *Caminhos e Fronteiras* (1994), que a razão principal para a fundação de Jacareí foi a dificuldade dos moradores das roças chegarem a Mogi das Cruzes, onde deixavam mulheres e filhas para terem acesso aos serviços religiosos.

O povoado foi elevado à categoria de vila, em 1653, e assim tornou-se o primeiro centro urbano do Vale Médio do Paraíba, segundo a informação adotada e oficializada pelo poder público municipal. Porém, a documentação com as informações sobre a evolução urbana de Jacareí até 1800 é muito limitada.

No século XVIII, ocorreu a decadência da mineração e por consequência as cidades da região começaram a receber mineiros que não podiam mais exercer a atividade de mineração. Alguns ainda guardavam alguma riqueza da época prospera do ciclo do ouro.

Dessa forma, alguns mineradores conseguiram se estabelecer no Vale, mas mudaram de atividade. Abriram pequenos engenhos de fabricação aguardente e rapadura. Essa produção ainda que pequena, inaugurou um ciclo produtivo, pois até a economia da região girava em torno da comercialização de produtos. Essa análise sobre a economia da região no século XVIII é consenso entre os historiadores e pesquisadores do tema.

Da mesma forma é consenso entre os historiadores, que o século que realmente transformou a região do Vale foi o século XIX, com a chegada das plantações de café a

partir de Bananal. Em Jacareí, as plantações da cultura se instalaram a partir de 1822. Assim, a cultura do açúcar deu lugar a cafeicultura. E isso foi decisivo para ocorrerem às mudanças econômicas, sociais, políticas. Muitas, inclusive contribuíram para transformar a Vila de Nossa Senhora de Jacareí, em cidade. Fato ocorrido em 1849.



Figura 01 - Mapa do Estado de São Paulo localizando a região do Vale do Paraíba.
Fonte: http://www.sp-turismo.com/mapas.htm acesso em 19/12/2011.

1.1 Jacareí, Desenvolvimento e Crescimento

De acordo com maioria das publicações sobre História do Brasil, o auge do café aconteceu por volta de 1860. Também é consenso entre os historiadores e pesquisadores, o quanto O Vale do Paraíba colheu os frutos da força desse produto e de

sua importância para economia do país. Surgiu uma nova aristocracia, representada pelos barões do Café instalados no Vale.

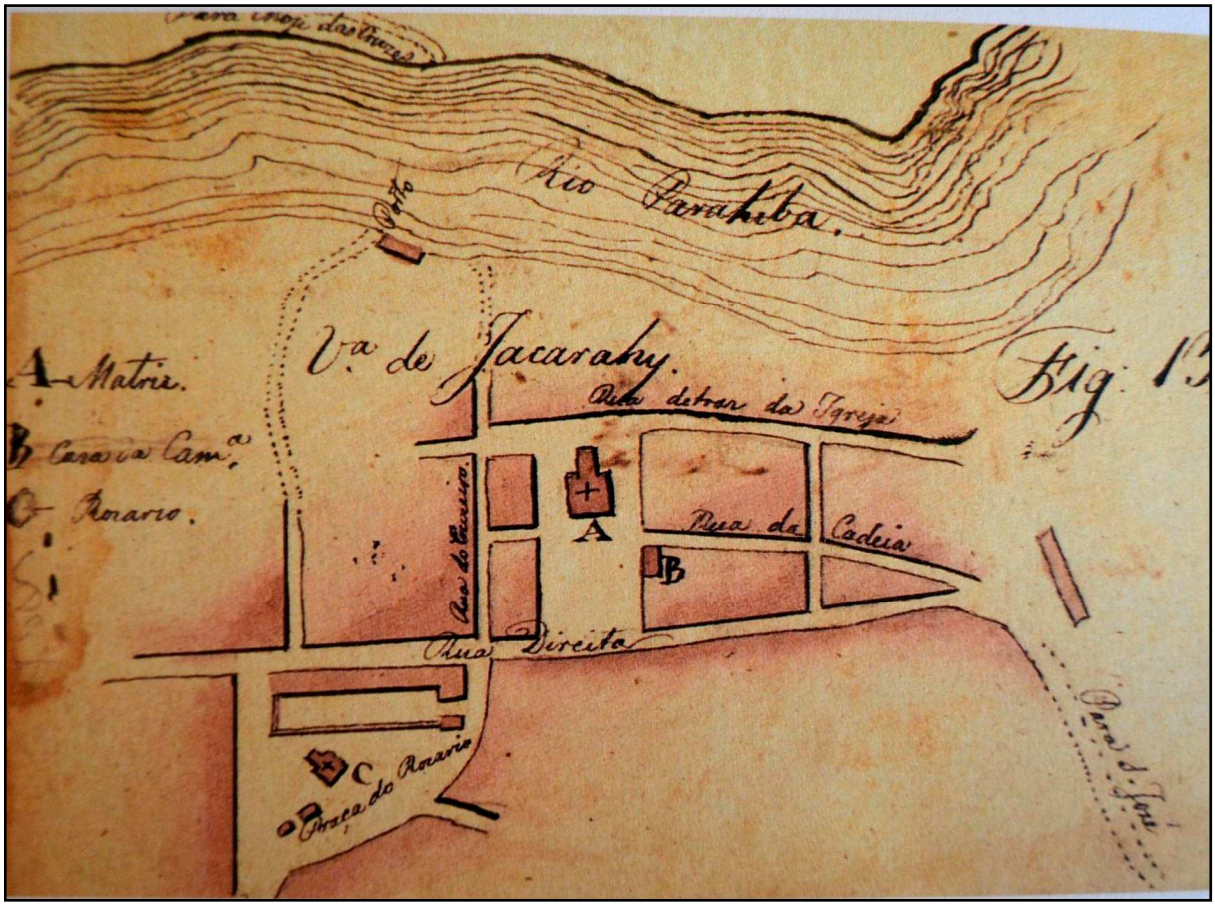


Figura 02 - Vila de Jacarahy, original de Arnauld Julien Palliére , existente no IEB – USP, 1821.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. EDUSP, 2000.

As consequências dessas transformações são conhecidas. Uma imensurável quantidade de escravos foram importados, muitos prédios que hoje são considerados históricos foram construídos nessa época. Nas cidades foram construídas ruas e calçadas, edificaram-se igrejas e prédios públicos. O comércio foi diversificado e cresceu no mesmo ritmo do desenvolvimento e da força econômica que a região passou a ter no canário nacional. Os prédios remanescentes dessa época são justamente aqueles que têm importância histórica, cultural e arquitetônica para o município

Outro marco histórico importante foi a chegada da ferrovia. Num primeiro momento os trilhos avançaram na região do oeste paulista, região também muito importante no contexto da cafeicultura, mas com seu desenvolvimento impulsionado

após a implantação da cultura no Vale. Porém, segundo nossa interpretação dos livros de História que falam da região, a importância da ferrovia no contexto das cidades foi favorecer a comunicação daquelas que se tornariam as duas principais cidades brasileiras, ou seja, Rio e São Paulo. Essa interligação acaba por definir um novo eixo de desenvolvimento nas cidades do Vale. Fato esse com muitos desdobramentos e consequências nos dias de hoje. Basta verificarmos em cada cidade o quanto esse novo elemento foi determinante no adensamento, refletiu na especulação imobiliária, determinou a instalação de estabelecimentos comerciais em seu entorno, enfim, podemos afirmar que a instalação da ferrovia acabou impondo o caminho e o local para o crescimento e o desenvolvimento acontecer nessas localidades, muitas vezes de forma caótica e com consequências desastrosas, mas sempre de forma intensa e significativa.

Socialmente, conforme a maioria dos livros de História do Brasil apontam, na época da implantação e construção da ferrovia, a chegada dos engenheiros e outros trabalhadores, na maioria ingleses, contribuiu e muito para mais transformações no cenário urbano em algumas cidades brasileiras, como atestam os livros de História e outras publicações que da época. No que diz respeito aos padrões construtivos e a arquitetura foram incorporados novos materiais, o que provocou mudanças na paisagem urbana.

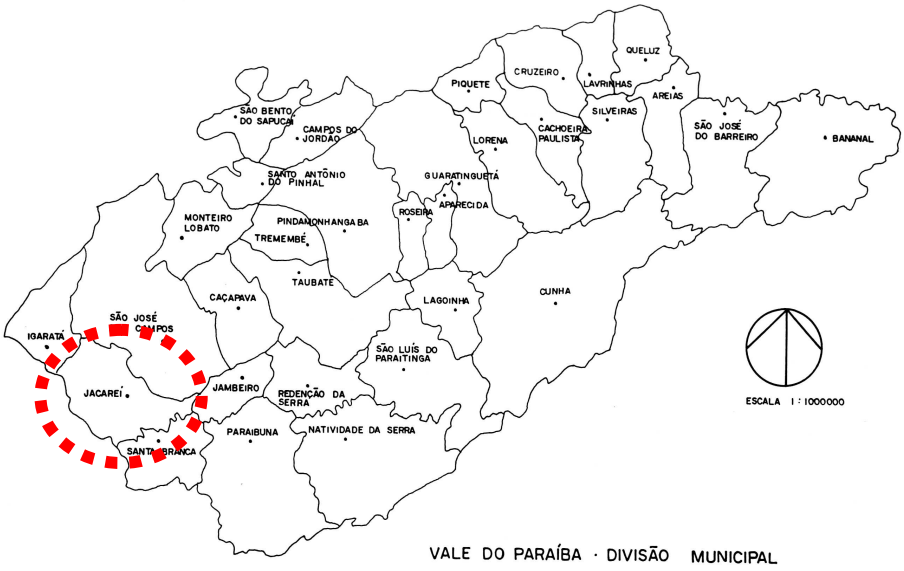


Figura 03 - Mapa do Vale do Paraíba com destaque para a localização de Jacareí.
Fonte: http://www.saojosedoscampos.com.br/class-cidades/index.php?id=25291&cat=14 acesso em 19/12/2011.

Jacareí também é um bom exemplo das mudanças ocorridas em decorrência da instalação da ferrovia. A cidade se expandiu, transpondo os limites do núcleo histórico, segundo relatos e através da iconografia deixada por viajantes. Nesse processo de expansão, a linha férrea se transformou no eixo principal. Tudo foi construído próximo a linha férrea, residências, estabelecimentos comerciais, edificações, edifícios públicos. No nobre e valorizado local conhecido como "Pátio dos Trilhos" se instalou a principal estação da cidade, além dos armazéns, terminais e escritórios.



Figura 04 - Estação ferroviária de Jacareí, sem data. Fonte: Arquivo público Municipal.

Assim, podemos concluir de acordo com o que foi publicado em alguns jornais e folhetins da época, que com a chegada da ferrovia o município outra vez passou por enormes modificações. E isso foi decisivo para a instalação da infra-estrutura para os empreendimentos indústrias que começaram a se instalar o que possibilitou uma nova vertente econômica.

Seguindo o mesmo roteiro, em relação a industrialização da cidade, são implantadas indústrias têxteis: "Santa Helena" e "Fábricas de Meias Filhinha", no entorno do Pátio dos Trilhos. Essa relação entre desenvolvimento industrial e econômico e a instalação da ferrovia somente deixou de acontecer quando ocorreu a construção da Rodovia Presidente Dutra, década de 1940.

A rodovia atraiu novas industriais e um novo distrito industrial foi formado, segundo material publicado em folhetins e jornais da época. Esse processo foi determinante na expansão urbana da cidade, e até os dias atuais, a Dutra e tudo que foi construído a sua volta, é a consequente fonte de riquezas; e por isso tem uma importância inquestionável no cenário econômico e urbano da cidade.

Outra obra importante que intensificou a ocupação urbana, principalmente na área de várzea do rio Paraíba do Sul, foi a construção e funcionamento do reservatório de Santa Branca, conforme os jornais publicados. Ele começou a funcionar, de acordo com o registro oficial, em janeiro de 1960.

1.2 Jacareí nos dias de hoje

Iniciamos esse tópico apresentando um breve relato sobre os aspectos físicos do município e suas características atuais.

Localizado na bacia do Rio Paraíba do Sul, justamente entre São Paulo e Rio de Janeiro. Jacareí tem ainda uma área de 463 Km², oitenta por cento é área rural, somente 13% é urbanizada e 7% são considerados área inundada. Dessa forma, apesar de seu vasto território, as áreas planas são frágeis, muitas estão próximas à várzea do rio Paraíba do Sul.

Duas represas de grande porte estão inseridas na área territorial. Tanto a represa do Jaguari como a de Santa Branca ficam no limite do município, sendo que a ocupação das margens da represa do Jaguari é a única que tem certo ordenamento urbano, a ocupação porém, se restringe à população de alta renda.

Apesar de riscos consideráveis, a cidade apresenta um ritmo de crescimento acima da média estadual e nacional para cidades com sua população. Esse crescimento, segundo dados apresentados e elaborados pelas funcionárias Maria Cristina Baccini, Laura Cristina Ribeiro, Rosa Kasue Saito e Anna Paula Cunha, locados na secretária municipal de Planejamento, publicados no Plano diretor de Ordenamento Territorial, datado em 2002 –p.23 tem uma dependência do município de São José dos Campos,

pois ainda segundo a interpretação desses dados: nesse eixo estrutural dirige-se expansão urbana de Jacareí.

Paralelamente, ainda segundo dados produzidos pelas mesmas autoras vinculadas à secretaria, publicados no mesmo Plano de Ordenamento (p.23), a parte urbana vem se expandido de forma dividida, o que acarreta a constituição de aglomerados urbanos distante da malha urbana principal. Essa forma de expansão acaba refletindo em uma "separação social" (p.23). E o que é mais grave ainda, segundo a interpretação e conclusão do mesmo plano.

> *Essa falta de proximidade da malha urbana principal acaba aumentando os custo e as dificuldades de acesso a infra estrutura e aos serviços público, pois a conseqüente evolução desse quadro é a configuração de vazios urbanos (Plano de Ordenamento, p.23).*

Ainda segundo Plano publicado pela Secretaria de Planejamento, tal tendência acaba refletindo até mesmo na atividade rural, pois como existe a ausência de definição do perímetro urbano, a pressão imobiliária sobre a área rural é grande, o que acaba acarretando que muitas dessas áreas se tornem loteamentos, muitos deles clandestinos, sendo essa situação um elemento importante para a desagregação territorial do município.

Por outro lado, segundo outra conclusão apresentada no Plano, em 2002, *"a malha urbana tem como partido o rio Paraíba, porém não existe ocupação de forma linear, pois boa parte da margem rio é área de várzea ou solo de difícil ocupação" (p.23).*

Além disso, Jacareí possui algumas barreiras, a principal é natural, ou seja, o próprio rio Paraíba; existem outras, físicas, representadas em boa parte por Rodovias: Carvalho Pinto, Dutra e Dom Pedro I. Esse é o eixo principal do crescimento urbano atual, segundo as informações do Plano Diretor de Ordenamento, em 2002.

Em relação a paisagem urbana predominante da cidade, ela é horizontal, homogênea e praticamente sem marcos representativos. A construção de edifícios é pontual o que acaba por criar certo contraste em relação à paisagem predominante. Praticamente não há diversidade espacial e nem marcos referenciais.

Ainda segundo as informações publicadas no referido documento (p.24) a maioria dos empreendimentos imobiliários são loteamentos, enquanto o mercado imobiliário da construção é quase incipiente quando comparado com o da vizinha São José dos Campos. Em relação a construção da unidade, ela ocorre, na maioria individualmente, segundo informações publicadas no Plano.

Interpretando e observando o que se vê na paisagem urbana atualmente, pouco mudou, pois continua o predomínio das edificações pouco expressivas.

Outra característica importante de Jacareí é o fato de o centro representar um local de investimentos, segundo as informações do plano de Ordenamento p.99, baseadas na grande procura dessa região para implantação de grandes estabelecimentos comerciais. Ainda segundo levantamento da Secretaria de Planejamento, esse fato ocorre, na maioria das vezes, por falta de opção, pois praticamente não existem alternativas para contemplar as estratégias de localização dos investidores, e assim mesmo com suas dificuldades e limitações, o grande potencial de consumo já estabelecido na região acaba sendo determinante para as escolhas sempre privilegiar o centro.

Tal área, de acordo com a delimitação apresentada no Plano de Ordenamento, incluiu a Avenida Major Acácio, Rua Luis Simão, Rua Dom Pedro, Avenida Antonio Nunes de Moraes, Rua Nicolau Mercadante, Rua General Carneiro, Rua Carlos Navarro, Rua João Américo e Rua Tiradentes e Avenida Santos Dumont. Tentando modificar essa situação a lei de uso do solo promoveu a expansão do centro pelas vias localizadas acima do rio Paraíba e, principalmente naquelas que são contínuas as pontes (p.25).

Também é importante salientarmos que no centro existe um número considerável de espaços públicos. Entre eles o Parque dos Eucaliptos e o Pátio dos Trilhos que hoje, poderiam ter uma ocupação melhor dos espaços e proporcionar aos cidadãos de todas as idades momentos de lazer, atividades, culturais e artísticas, entre outras opções, pois a cidade necessita de mais espaços com essas características.

Em relação às calçadas, esse parece ser quase uma questão sem solução na cidade, conforme já indicava o plano de Ordenamento publicado em 2002. Porém, o problema persiste e podemos até dizer que avança, pois a cidade cresce, mas os

passeios continuam estreitos, e também devido a instalação -sem critério- do mobiliário urbano: placas de publicidade, lixeiras, telefones; ocorre muita dificuldade para o trânsito de pedestres. Aos portadores de necessidades especiais, é praticamente impossível o deslocamento por esses espaços.

Uma questão importante que foi resolvida, agora, no fim de 2011, foi a transferência do terminal Rodoviário do centro para uma área próxima a saída da cidade, nas imediações da rodovia Presidente Dutra, o que provavelmente vai ajudar a desafogar um pouco mais o pesado trânsito do centro.

Em relação ao processo de crescimento da cidade, o próprio Plano de Ordenamento Territorial, elaborado pela Secretária de Planejamento em 2002, p.100, já apontava a total falta de planejamento. O referido documento chegou a elencar as questões que cada vez mais se tornam sem solução e possivelmente causam dificuldades para sustentar o desenvolvimento. Entre elas, o fato do sistema viário ser sustentado apenas por duas vias e a outra não menos importante, o possível dispêndio de grande capital para solucionar o problema.

Outra questão importante apontada pelo referido documento (p.101) e que se reflete nos dias de hoje, é que todo ano a população sofre as consequências, é a infra-estrutura de drenagem da cidade, e principalmente do centro (p.101). Atualmente existem muitos pontos de inundações e com odores desagradáveis.

Apesar de toda essa situação, a área central tem locais que necessitam de requalificação e valorização dos espaços públicos. As principais são o Pátio dos Trilhos, Museu de Antropologia- MAV, a Praça dos Três Poderes, Praça Conde de Frontin e o entorno do leito do Rio Paraíba e o Parque dos Eucaliptos completamente desvalorizado.

2. DELINEAMENTO DA PESQUISA E CONCEITUAÇÃO

O delineamento se refere ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, no caso a cidade de Jacareí, cidade localizada no Vale do Paraíba Paulista, com área de 460,063 quilômetros quadrados, e uma população de 211.308 habitantes, e com densidade demográfica de 459,29 habitantes por quilometro quadrado.

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos delineamentos em nossa pesquisa: aquele que se valeu das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados foram fornecidos por pessoas de Jacareí através da aplicação de um questionário em de 212 cidadãos, o que corresponde à cerca de 0,1% da população do município. No primeiro grupo, está a pesquisa bibliográfica e documental feita pelos pesquisadores. No segundo grupo, está o levantamento feito através da aplicação do questionário.

Em relação à pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, pouco se encontrou sobre o município de Jacareí. Dessa forma, o principal documento encontrado foi um documento assinado pelo Condephaat, em 2007, que lista alguns locais, edificações ou similares. Utilizaremos também uma ficha técnica, com a finalidade de elaboramos um diagnóstico detalhado de outros bens que não estão nessa lista, mas possuem potencial turístico.

Já o levantamento se caracterizou pela interrogação direta das pessoas. Basicamente procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca da visão dos jacareienses sobre o patrimônio e os pontos com potencial turístico, mediante análise quantitativa obtivemos algumas conclusões correspondentes aos dados coletados.

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma

amostra significativa de todo o universo que é objeto de investigação. As conclusões obtidas a partir dessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos.

Em nosso caso, aplicamos o levantamento através das respostas a um questionário em 4 pontos estratégicos para a finalidade do trabalho. São eles: Mercado Municipal, Rodoviária, Shopping Center de Jacareí, Praça Conde Frontin e ruas do entorno da mesma praça.

2.1 As fontes de "papel": pesquisa bibliográfica e pesquisa documental

Existe um grande número de fontes de documentação, entre as mais importantes estão os registros de órgãos públicos, sejam os estatísticos ou aqueles que seguem outra metodologia.

Tais dados são geralmente coletados e armazenados para servir aos interesses de organizações, sobretudo a administração pública.

A natureza dos dados disponíveis depende dos objetivos da entidade que coleta e organiza os dados. Entidades com o **IBGE**, por exemplo, dispõem de dados referentes às características sócios - econômicas da população de Jacareí. Entidades como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural) e **CONDEPHAAT** (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), por sua vez, são referência em relação à preservação do Patrimônio. Baseados nisso, consideramos em nosso levantamento a lista previamente estabelecida pelo **CONDEPAC** (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Jacareí) que teve o aval pelo **CONDEPHAAT** como um dos critérios de seleção e apontamentos dos bens relacionados ao patrimônio de Jacareí.

A lista indica os seguintes bens imóveis:

- Fórum - edifício situado na Praça dos Três Poderes
- Câmara - edifício situado na Praça dos Três Poderes
- Edifício de número 434 situado na Rua Antônio Afonso (residência)
- Edifício s/n° situado na Rua Terêncio (residência)
- Edifício de número 29 situado na Rua Pompílio Mercadante (residência)

- Edifício de número 91 situado na Praça Barão de Rio Branco (residência)
- Edifício de número 103 situado na Praça Barão de Rio Branco (residência)
- Edifício de número 08 situado na Rua Corneteiro de Jesus (residência)
- Edifício de número 69 situado na Rua José Bonifácio (residência)
- Edifício de número 159 situado na Rua José Bonifácio (residência)
- Edifício de número 192 situado na Rua Antônio Afonso (comércio/serviço)
- Edifício de número 157 situado na Praça Conde Frontin (comércio)
- Edifício de número 499 situado na Rua Antônio Afonso (comércio)
- Edifício dos Expedicionários - localizado na Praça dos Expedicionários s/n°
- Edifício de número 301 situado na Rua Alfredo Schuring (farmácia)
- Edifício de número 230 situado na Rua Vicente Sherma (fábrica)
- Edifício de número 104 situado na Rua Vicente Sherma (vila operária)
- Edifício de número 67 situado na Rua Jorge Madrid (fábrica)
- Edifício de número 1820 situado na Avenida Theófilo Teodoro Resende (igreja)
- Edifício de número 30 situado na Rua Capitão João José de Macedo (igreja)
- Edifício de número 13 situado na Ladeira Rodolfo de Siqueira (comércio)

- Capelas e igrejas rurais:

Capela nossa Senhora dos Remédios

Capela Santa Cruz da Eva

Capela Nossa Senhora das Brotas

Capela Santa Cruz (1)

Capela Santana

Capela Nossa Senhora do Carmo

Capela Santa Luzia

Capela Santa Cruz (2)

Capela São Sebastião (1)

Capela Cristã Pentecostal Maravilhas de Jesus

Capela de Nome Desconhecido

Capela Santa Cecília

Capela São Lázaro

Capela São Vicente de Paula

Capela Nossa Senhora de Fátima

Capela 4 Palmeiras

Capela Santa Luzia

Capela Bom Jesus

Capela São Benedito

Capela São Sebastião (2)

Capela Santa Gemma Galgani

- Outros locais e edifícios:

Escola Agrícola
Viveiro Municipal
Horto Florestal
Represa de Jaguary
Margens do Rio Paraíba
Parque da Cidade
Parque dos Eucaliptos
Sorveteria Leal
Vilas Operárias

- Bens tombados pelo **CONDEPHAAT**:

Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena

Solar Gomes Leitão

Conjunto do Pátio dos Trilhos

Além disso, analisaremos outros locais com possível interesse histórico, artístico, arquitetônico, cultural e ambiental a uma ficha técnica para um possível levantamento detalhado.

2.2 O questionário e sua aplicação

O questionário constitui hoje, uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais. Pode-se definir questionário como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, interesses, expectativas, entre outras coisas.

Entre as vantagens do questionário estão: a possibilidade de atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa.

Em nosso caso, essa possibilidade foi decisiva, pois conseguimos aplicar 212 questionários, o que corresponde a cerca de 0,1% da população total do município de Jacareí, atingindo pessoas das diferentes classes sociais com diferentes hábitos e perfil.Para isso dividimos a aplicação em quatro pontos estratégicos: mercado Municipal, Rodoviária, Shopping Center de Jacareí, praça central e ruas do entorno.

A construção do questionário consistiu basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens redigidos. Para tanto, foi necessária a fixação dos objetivos como forma de garantir sua operacionalização.

A maior parte do que se sabe a respeito da elaboração de questionários decorre da experiência. Resulta daí, que boa parte do que se dispõe nesse domínio é constituída por receitas baseadas no senso comum, sem maior apoio em provas científicas rigorosas. Pode-se, no entanto, determinar alguns aspectos que devem ser observados na elaboração dos questionários. Entre os mais importantes estão o conteúdo das perguntas.

O questionário é um instrumento adequado para obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos. Daí o porquê das perguntas, pois em função de seu conteúdo, podem ser classificadas em diversas categorias, como foi feito com o questionário que aplicamos neste trabalho.

a-) perguntas sobre fatos: Estas perguntas referem-se a dados concretos e fáceis de precisar, tais com idade, grau de escolaridade, se o cidadão reside ou não em Jacareí, profissão;

b-) perguntas sobre padrões de ação: Essas perguntas referem-se genericamente aos padrões relativos ao que deve ser feito, mas podem envolver considerações práticas a respeito das ações que são praticadas. Exemplo: Quais os pontos positivos de Jacareí? Quais os negativos? Qual(s) ponto(s) você conhece em Jacareí?

Em relação à escolha das perguntas do questionário, levou-se em conta algumas condições: a-) foram incluídas perguntas relacionadas ao problema pesquisado; b-) foi levado em conta as implicações da pergunta com os procedimentos de tabulação e análise de dados; c-) foram incluídas perguntas que possam ser respondidas sem maiores dificuldades pelos cidadãos; d-) forma evitadas perguntas que penetrem na intimidade das pessoas. Desta forma, o questionário aplicado aos cidadãos de Jacareí foi formatado como segue:

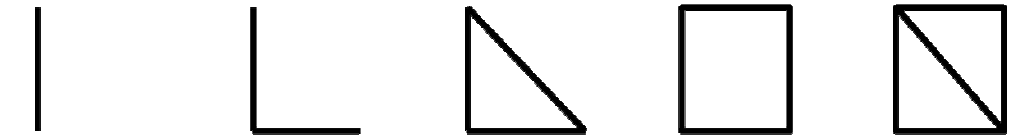
QUESTIONÁRIO 01 **Identificação da preferência da população para lugares turísticos**

1. Nome:		**4. Profissão:**	
2. Sexo:	Masculino ( ) Feminino ( )	**3. Reside em Jacareí?**	Sim ( ) Não( )
5. Grau de escolaridade: Não respondeu ( ) 1º grau incompleto ( ) 1º grau completo ( ) 2º grau incompleto ( ) 2º grau completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo ( )		**6. Faixa etária:** 15 a 20 ( ) 21 a 25 ( ) 26 a 30 ( ) 31 a 35 ( ) 36 a 40 ( ) 41 a 45 ( ) 46 a 50 ( ) ou mais ( )	
7. Você conhece algum ponto turístico de Jacareí? Sim ( ) Não( )		**Qual(s)?**	
8. Em sua opinião existem locais agradáveis para atividades de lazer e turismo em Jacareí? Sim ( ) Não( )		**Qual(s)?**	
9. Quais os pontos positivos de Jacareí?		**10. Quais os pontos negativos de Jacareí?**	
11. Cite um ou mais itens que acredita faltar na cidade de Jacareí para que a mesma possa atrair mais turistas? Segurança ( ) Melhorias nos pontos turísticos ( ) Divulgação da cidade de Jacarei ( ) Limpeza da cidade( ) Melhoria no transporte público ( ) Centros recreativos ( ) Valorização de edifícios com valor histórico ( ) Hotéis de qualidade ( ) Restaurantes e bares de qualidade ( )			
12. Como gostaria que sua cidade fosse conhecida? Capital da bicicleta? ( ) Capital da cerveja? ( ) Terra do biscoito? ( ) Outra, Qual?_____			
13. Gostaria que houvesse um circuito pela cidade mostrando os pontos turísticos? Sim ( ) Não( )		**Qual(s) ponto(s) turístico(s) devem ser mostrados?**	
14. Das festividades regionais qual a sua preferida?		**Porque?**	
15. Quais meses do ano você acha que a cidade teria potencial para atrair turistas?		**Porque?**	
16. Qual(s) o local(s) de visitação pública em Jacareí você indicaria para um amigo?		**Porque?**	

2.3 Tabulação

Tabulação é o processo de agrupar e contar às respostas que estão nas várias categorias de análise.

Em nosso caso foi adotada a tabulação manual. Consiste no uso de lápis e papel. Toda vez que aparece determinado valor, este é registrado com um traço. Para evitar erros, costuma-se distribuir os traços de maneira a formar um quadrado com o quinto traço em transversal:



(1) (2) (3) (4) (5)

Após a tabulação, procede-se sua análise estatística, que é desenvolvida, em nossa pesquisa, com a descrição dos dados.

A descrição dos dados obtidos em nossa pesquisa foi feita para atender os seguintes objetivos:

a-)caracterizar o que é típico no cidadão de Jacareí em relação a sua visão sobre a cidade;

b-) indicar a variabilidade das opiniões do cidadão de Jacareí em relação ao tema proposto;

c-)verificar como o cidadão se coloca em relação aos assuntos: ponto turístico, lazer patrimônio;

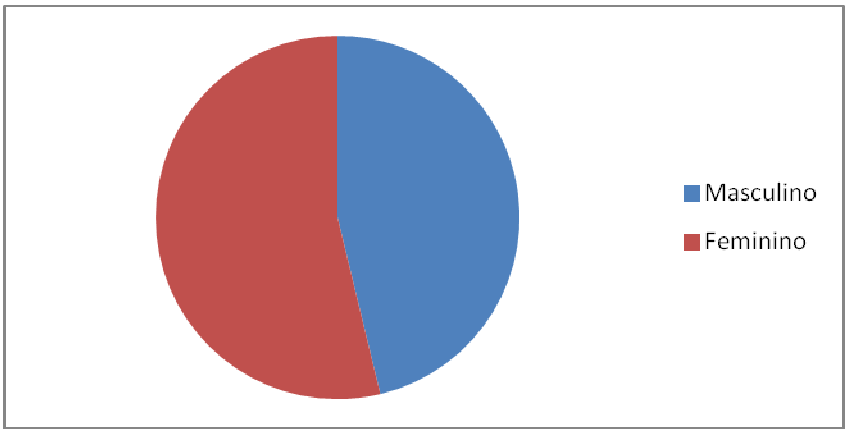
d-) mostrar a força e a direção da opinião do cidadão de Jacareí sobre tais questões.

Dessa forma a análise do questionário apresenta o seguinte resultado:

- Questão 1: Foi destinada ao nome do entrevistado

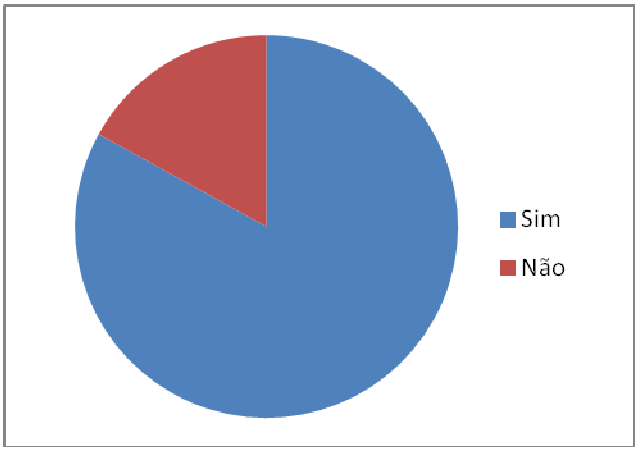
- **Questão 2:** Sexo?

  (98) Masculino (114) Feminino



- **Questão 3:** Reside em Jacareí?

  (176) Sim (36) Não



- **Questão 4 :** Profissão

Profissão	Total	Profissão	Total
Aposentado	22	Químico	1
Babá	4	Empresário (a)	3
Comerciário	26	Bancário	1
Operador de telemarketing	8	Contador	1
Vigilante	3	Massoterapeuta	1
Policial militar	2	Turismólogo	1
Dona de casa	16	Digitador	1
Estudante	9	Cozinheira	1
Guarda civil	1	Recepcionista	1
Segurança	5	Biotecnólogo	1
Operário	17	Instrutor de informática	1
Porteiro	2	Gerente de RH	1
Fisioterapeuta	1	Costureira	1
Funcionário público	4	Trabalhador rural	1
Auxiliar de serviços gerais	4	Maquiador	1
Açougueiro	1	Estagiário	2
Diarista	4	Jardineiro	1
Desempregado	11	Cobrador	1
Secretária	3		
Cuidador	1		
Administrador	1		
Auxiliar de monitoramento	1		
Analista de suporte	1		
Autônomo	2		
Técnico de manutenção	1		
Atendente	1		
Feirante	1		
Consultor financeiro	1		
Professor	3		
Publicitário	1		
Pedreiro	1		
Auxiliar administrativo	2		
Técnico em segurança no trabalho	1		
Técnico em enfermagem	2		
Piloto	1		
Operador de radiografia	1		
Fiscal	2		

- **Questão 5 :** Grau de escolaridade?

  (01) não respondeu (23) 1º grau incompleto

  (24) 1º grau completo (14) 2º grau incompleto

  (104) 2º grau completo (25) Superior incompleto

  (25) Superior completo

- **Questão 6 :** Faixa etária?

  15 a 20(40) 21 a 25(34) 26 a 30(18)

  31 a 35(26) 36 a 40(21) 41 a 45(12)

  46 a 50(14) mais de 50(45) não respondeu (01)

- **Questão 7 :** Você conhece algum ponto turístico de Jacareí?

  (92) Sim (120) Não Qual(is)?

Local	**Total**	**Local**	**Total**
Parque da Cidade	48	Hotel Aldeia do Vale	1
Parque dos Eucaliptos	13	Edifícios Antigos	1
Pátio dos Trilhos	18	Educa Mais	1
Sala Mário Lago	6	Fábricas de Cerveja	1
Shopping Center	5	Biblioteca	1
MAV-Museu de Antropologia	24	Represa	1
Igrejas	5	Mercado Municipal	1
Fapija	4	Passeio da Flor	1
Viveiro Municipal	4	Pesqueiro	1
Escola Agrícola	1	Recanto dos Pássaros	1
Cristo	3	Cachoeira do Sabão	1
Rodoviária	1	Não respondeu	2
Rio Paraíba	2		

- **Questão 8 :** Em sua opinião existem locais agradáveis para atividades de lazer e turismo em Jacareí?

(137) Sim (75) Não

Qual(is)?

Local	**Total**
Parque da Cidade	97
Shopping Center	13
Educa Mais	12
Educa Mais/Paraíso	03
Parque dos Eucaliptos	08
Parques	03
Represa	05
Rio Paraíba	03
Parque Santo Antonio	04
Pesqueiro	05
Bares	03
Sala Mário Lago	02
Vivero Municipal	02
Praças	05
Mercado Municipal	01
Parque Itamaraty	01
Bairro São Silvestre	01
Área Rural	02
Escola Agrícola	01
Centro	01
Pátio dos Trilhos	01
Casas Noturnas	01
Sesi	01
Fábrica Caramuru	01
MAV-Museu de Antropologia	01
Hotel Vila da Aldeia	01
Cidade Salvador	01
Ralf Skate	01
Trianon	01

- **Questão 9 :** Quais os pontos positivos de Jacareí?

Pontos Positivos de Jacareí	Número de respostas	Pontos Positivos de Jacareí	Número de respostas
Não sabe/não tem	58	A cidade toda	2
Shopping Center	10	Não tem trânsito	1
Parque da Cidade	19	Melhorou muito	2
Educa Mais	5	Parque Meia Lua	1
Cursos	2	Administração da Cidade	3
Crescimento e desenvolvimento da cidade	11	Educação	4
Comércio	13	Sala Mário Lago	1
População	9	Lazer	2
Emprego	3	Mercado Municipal	5
Tranquilidade	12	Pontos de táxi	1
Paisagem urbana	1	Melhorias	1
A cidade é agradável	5	Igreja	1
Posto de saúde	1	Beleza	1
Lazer infantil	1	Clubes	2
Galerias pluviais	1	Lanchonetes	1
Transporte	3	Feira	1
Infra-estrutura	4	Eventos	1
Limpeza	3	Fundação Cultural	2
Indústrias	1	Saúde	1
Localização	2	Rodoviária Nova	1
Rodoviária	1	Centro	1
Praças	5	Parque Santo Antonio	1
FAPIJA	2		
A cidade é movimentada	1		
Clima	1		
Escolas	2		
Hospitalidade	1		
Tamanho	2		
Pátio dos Trilhos	1		
Custo de vida	2		
Organização	1		
Lazer	2		
Esportes	1		
Cultura	1		
Policiamento	1		
Hospitais e clínicas	1		
Hotel Aldeia do Vale	1		
Bares	1		

- **Questão 10 :** Quais os pontos negativos de Jacareí?

Pontos Negativos	**Número de**
Problemas nas Calçadas	17
Ruas esburacadas	24
Infra- estrutura	21
Saúde	27
Trânsito	42
Parque dos Eucaliptos abandonado	04
Não tem ponto negativo	03
Não respondeu	38
Sinalização	02
Educação	06
Mendigos (pedintes)	04
Abandono	03
Transporte	09
Falta de lazer	20
Enchentes	01
Falta de limpeza	10
Pontos de ônibus	02
Falta de comércio	02
Rodoviária	03
Prostituição no centro	01
Camelôs	01
Falta de divulgação da cidade	02
Bares	01
Falta de lazer p/ 3ª idade	01
IDH baixo	01
Falta Cultura	02
Falta paisagismo	01
Córrego Turí	01
Faltam obras sociais	01
Acessos inadequados	01
Falta Segurança	03
Cidade atrasada	01
Falta ciclovia	02
Falta de calçadões	01
Falta de educação do povo	01
Acessibilidade	03
Abandono dos bairros	01
Má conservação da cidade	01

Avenida 9 de Julho	01
Falta emprego	03
Falta de lazer infantil	01
Falta de turismo	01
Violência	10
Crescimento desordenado	03
Centro da cidade	01
Tráfico de drogas	02
Zona azul/radares e multas	02
Tamanho da cidade	02
Poluição do rio Paraíba	01
A cidade é feia	01
Carnaval ruim	01
Má organização das festas comemorativas	01
Não tem creche	01

- **Questão 11:** Cite um ou mais itens que acredita faltar na cidade de Jacareí para que a mesma possa atrair mais turistas?

O que falta na cidade?	**Total de**
Segurança	164
Melhorias nos pontos turísticos	154
Divulgação da cidade	142
Valorização dos edifícios históricos	137
Hotéis de qualidade	134
Limpeza	124
Melhorias no transporte	120
Centros recreativos	110
Bares e restaurantes de qualidade	97
Não sabe/não respondeu	13

- **Questão 12:** Como gostaria que a cidade fosse conhecida?
  (42) Capital da Bicicleta (74)Capital da Cerveja

  (71) Terra do Biscoito (27)Outros

- **Questão 13:** Gostaria que houvesse um circuito pela cidade mostrando os pontos turísticos?
  (192) Sim (20)Não

  Qual(is) ponto(s) turísticos devem ser mostrados?

Circuito pelos pontos turísticos	Número
Não respondeu/não sabe	42
Pontos e prédios históricos- Centro Histórico	10
Igrejas	12
Toda cidade	03
Parque da Cidade	30
Rio Paraíba	07
Circuito Rural/fazendas	16
Ruas do Comércio	02
Pátio dos Trilhos	07
Shopping	04
Mercado	03
Educa Mais	03
Barragem e represa do Jaguary	08
Região do Centro	25
Cervejarias	04
Bairro Santo Antonio	02
Praças	03
Rodoviária	01
MAV- Museu de Antropologia	30
Escola Agrícola	02
Fábrica de Meias	01
Cristo	06
Viveiro Municipal	04
Bares	01
Rio Paraíba	04
Parque dos Eucaliptos	07
Plantações de Flores	01
Hotéis fazendas	01
Praça dos 3 Poderes	01
Prainha	03
Bairro Panorama	01
Bairro São Silvestre	01
Parques	08
Biblioteca	01
Praça Conde Frontin	01
Praça do Rosário	01
Vias de Ciclismo	03
Indústrias Importantes	01
Ponte Nova	01
Ralf skate	01

Trenzinho	01
Calçadão	01
Teatro	01
Sala Mário Lago	01

- **Questão 14:** Das festividades qual sua preferida?

Festividades preferidas	**Número de**
FAPIJA	109
Padroeira	19
Religiosas	7
Não sabe/nenhuma	35
Carnaval	14
Aniversário da Cidade	29
Festas de bairros	3
Festa da Pamonha	1
Festa do Bolinho	1
7 de Setembro	1
Juninas	7
Campeonato de vôlei	1
Festas da Casa Noturna Camelão	1
Dia da Mulher	1
Festas do Moto Clube	1
Festas da Fazenda Coleginho	1
Festa do Divino	1
Réveillon	1
Festa do Rancho dos Dois	1
Festa da Imaculada Conceição	3
Rodeio	3
Parada Gay	1

- **Questão 15:** Qual(s) o mês(s) você acha que a cidade teria potencial para atrair turistas?

Meses com mais potencial de Turismo	**Número**
Janeiro/fevereiro	66
Março/abril	10
Maio/junho	35
Julho/agosto	96
Setembro/outubro	20
Novembro/dezembro	34

- **Questão 16:** Qual (s) o local(s) de visitação pública você indicaria para um amigo?

Local de visitação que indicaria para 1	**Número de**
Parque da Cidade	67
Shopping Center	30
Pátio dos Trilhos	04
Sala Mário Lago	05
Bares e restaurantes	17
Represa do Jaguary	05
Fazenda Coleginho	02
Mercado Municipal	09
Cristo	02
MAV-Museu de Antropologia	28
Biblioteca	04
Rio Paraíba	03
Centro	10
Pátio dos Trilhos	03
Igrejas	01
Casa Noturna Camaleão	02
Áreas Verdes	01
Nenhum/Não respondeu	18
Parque dos Eucaliptos	02
Educa Mais	02
Edifícios Históricos	01
Escola Agrícola	02
Área Rural	01
Pesqueiro	02
Viveiro Municipal	04
Cidade inteira	02
Matriz	01
Praça do Rosário	01
Fábricas de Cerveja	01
Hotel Aldeia do Vale	01
Praça Conde Frontin	02
Igreja Santa Cruz dos Lázaros	01
Choperia do Gordo	01
Praças	01
FAPIJA	04
Esporte Clube Elvira	01
Prefeitura	01
Parque Santo Antonio	01

2.4 Conclusões sobre o questionário: considerações gerais

O questionário foi aplicado em 212 cidadãos de Jacareí, o que representa 0,1% da população total do município. Ele foi aplicado em quatro pontos estratégicos: Mercado Municipal, Rodoviária, Shopping Center de Jacareí e Praça Conde Frontin e ruas do entorno. O objetivo dessa estratégia de aplicação foi incluir pessoas de todas as classes sociais e com diferentes hábitos e opiniões.

Essa amostra é bem significativa, pois 0,1% da população é um número bem considerável para fazermos projeções sobre o total da população do município.

Entre os resultados gerais, responderam o questionário: 98 homens e 114 mulheres; 176 pessoas residentes em Jacareí e 36 residentes em outras cidades; pessoas das mais diversas profissões: comerciários, estudantes, donas de casa, babás, professores, profissionais de saúde, profissionais de segurança, bancários, diaristas, funcionários públicos, aposentados, profissionais liberais, entre outros.

O grau de escolaridade dos entrevistados também variou bastante, com predomínio de pessoas com o Ensino Médio completo, 104 entrevistados; 14 pessoas com o Ensino Médio incompleto; 25 cidadãos com superior completo; 23 com superior incompleto; 24 cidadãos com o Ensino Fundamental completo, e 23 com Ensino Fundamental incompleto.

Sobre a faixa etária, o levantamento também mostra a diversidade do público entrevistado: 40 pessoas, entre 15 a 20 anos; 34 entre 20 a 25; 18 entre 26 a 30 anos, 26 entre 31 a 35 anos; 21 entre 36 a 40 anos; 12 entre 41 a 45 anos, 14 entre 46 a 50 anos; 45 pessoas com mais de 50 anos.

2.5 Conclusões específicas para o Projeto Patrimônio de Jacareí

As perguntas números 7 e 8 do questionário foram consideradas decisivas para o Projeto Patrimônio de Jacareí. A partir delas recebemos as indicações para a sequência do trabalho, com o posterior levantamento detalhado dos locais, possível inventário e possível plano de ação

Entre os locais citados que fizeram parte do nosso levantamento estão: Parque da Cidade, Parque dos Eucaliptos, Igrejas, Escola Agrícola, Viveiro Municipal, Represa e Barragem do Jaguary, Mercado Municipal, Passeio da Flor, MAV- Museu de Antropologia, Pátio dos Trilhos, Cristo Acolhedor, Rio Paraíba, sala Mário Lago, Área Rural, Cervejarias, Fábrica Caramuru, entre outros.

Quanto aos pontos positivos de Jacareí, é interessante ressaltar a importância do Parque da Cidade na memória do cidadão jacareiense. Ele é o ponto positivo mais lembrado pelo morador da cidade. O *EducaMais* também recebeu uma considerável lembrança por parte dos moradores; além do comércio que recebeu 13 citações; a tranquilidade da cidade também merece destaque, 12 citações; além do crescimento e desenvolvimento, citados por 11 entrevistados, e apontados como pontos positivos.

Sobre os pontos negativos, devemos destacar o trânsito, 42 citações; 24 pessoas reclamaram das ruas esburacadas; 17 pessoas lembraram problemas nas calçadas. O "abandono" do Parque dos Eucaliptos também foi lembrado por parte considerável dos entrevistados. Problemas, que com ações não tão complexas podem ser resolvidos. Em relação a isso cabe destacar que os entrevistados apontaram em número considerável problemas nas calçadas. Uma campanha para melhorias nas calçadas, através da criação de uma linha de financiamento especial no "Banco do Povo" ou em outro agente financeiro, com uma linha de crédito específica para o cidadão arrumar a calçada em frente sua moradia ou loja, poderia contribuir para a solução da questão, sem gasto nenhum para a administração pública.

Outra questão importante seria uma intervenção no Parque dos Eucaliptos. Esse Parque foi considerado por muitos entrevistados como ponto turístico e área de lazer, contudo foi apontado como "abandonado".

Sobre a indagação relacionada à possibilidade da cidade de Jacareí ter um circuito turístico, os cidadãos, através da aplicação do questionário, apontaram os seguintes pontos de visitação: Pontos e prédios Históricos, igrejas, Parque da Cidade, Rio Paraíba, Circuito Rural/fazendas, Pátio dos Trilhos, Shopping Center, Mercado Municipal, barragem e represa do Jaguary, Rua do Comércio e região Central, Cervejarias, MAV-Museu de Antropologia, Cristo Acolhedor, Viveiro Municipal, entre outros menos citados.

Com isso, já temos a possibilidade de começarmos a pensar em um circuito turístico para Jacareí, justamente incluindo esses pontos no trajeto.

Sobre as festividades preferidas, os cidadãos entrevistados indicaram a **FAPIJA** como a mais citada, 109; o Aniversário da Cidade é uma data que parece fazer parte da memória do cidadão de Jacareí, 29 citações; a festa da Padroeira também merece destaque; além das festas Juninas, o Carnaval, Festa da Pamonha, Dia Internacional da Mulher, Festas da Fazenda Coleginho, Festa do Divino, e outras menos citadas.

Essas indicações podem servir de base para um calendário Oficial das Festividades de Jacareí, baseado na opinião da população. Entre os meses em que existe maior possibilidade da participação da população estão: julho com 92 indicações, dezembro com 32 indicações, janeiro com 47, junho com 32 indicações e fevereiro com 18 indicações.

3. LEVANTAMENTO DOS LOCAIS INDICADOS NA PESQUISA

Baseado na pesquisa documental, bibliográfica, aplicação dos questionários e tabulação dos dados, etapas cumpridas no mês de março de 2011, consideraremos em nosso levantamento, daqui para frente, a lista previamente estabelecida pelo **CONDEPAC** (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Jacareí) que teve o aval pelo **CONDEPHAAT**, como um dos critérios de seleção e apontamentos dos bens relacionados ao patrimônio de Jacareí.

A lista indica os seguintes bens imóveis:

- Fórum - edifício situado na Praça dos Três Poderes
- Câmara - edifício situado na Praça dos Três Poderes
- Edifício de número 434 situado na Rua Antônio Afonso (residência)
- Edifício s/n° situado na Rua Terêncio (residência)
- Edifício de número 29 situado na Rua Pompílio Mercadante (residência)
- Edifício de número 91 situado na Praça Barão de Rio Branco (residência)
- Edifício de número 103 situado na Praça Barão de Rio Branco (residência)
- Edifício de número 08 situado na Rua Corneteiro de Jesus (residência)
- Edifício de número 69 situado na Rua José Bonifácio (residência)
- Edifício de número 159 situado na Rua José Bonifácio (residência)
- Edifício de número 192 situado na Rua Antônio Afonso (comércio/serviço)
- Edifício de número 157 situado na Praça Conde Frontin (comércio)
- Edifício de número 499 situado na Rua Antônio Afonso (comércio)
- Edifício dos Expedicionários - localizado na Praça dos Expedicionários s/n°
- Edifício de número 301 situado na Rua Alfredo Schuring (farmácia)
- Edifício de número 230 situado na Rua Vicente Scherma (fábrica)
- Edifício de número 104 situado na Rua Vicente Scherma (vila operária)
- Edifício de número 67 situado na Rua Jorge Madrid (fábrica)
- Edifício de número 1820 situado na Avenida Theófilo Teodoro Resende (igreja)

- Edifício de número 30 situado na Rua Capitão João José de Macedo (igreja)

- Edifício de número 13 situado na Ladeira Rodolfo de Siqueira (comércio)

- Capelas e igrejas rurais:

Capela nossa Senhora dos Remédios

Capela Santa Cruz da Eva

Capela Nossa Senhora das Brotas

Capela Santa Cruz (1)

Capela Santana

Capela Nossa Senhora do Carmo

Capela Santa Luzia

Capela Santa Cruz (2)

Capela São Sebastião (1)

Capela Cristã Pentecostal Maravilhas de Jesus

Capela de Nome Desconhecido

Capela Santa Cecília

Capela São Lázaro

Capela São Vicente de Paula

Capela Nossa Senhora de Fátima

Capela 4 Palmeiras

Capela Santa Luzia

Capela Bom Jesus

Capela São Benedito

Capela São Sebastião (2)

Capela Santa Gemma Galgani

- Outros locais e edifícios:

Escola Agrícola

Viveiro Municipal

Horto Florestal

Represa de Jaguary

Margens do Rio Paraíba

Parque da Cidade

Parque dos Eucaliptos

Sorveteria Leal

Vilas Operárias

- Bens tombados pelo CONDEPHAAT:

Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena

Solar Gomes Leitão

Conjunto do Pátio dos Trilhos

Abaixo a outra lista, a qual a população considera como local de lazer.

Local	**Local**
Parque da Cidade	Mercado Municipal
Shopping Center	Parque Itamaraty
Educa Mais	Bairro São Silvestre
Educa Mais/Paraíso	Área Rural
Parque dos Eucaliptos	Escola Agrícola
Parques	Centro
Represa	Pátio dos Trilhos
Rio Paraíba	Casas Noturnas
Parque Santo Antonio	Sesi
Pesqueiro	Fábrica Caramuru
Bares	MAV-Museu de Antropologia
Sala Mário Lago	Hotel Vila da Aldeia
Viveiro Municipal	Cidade Salvador
Praças	Ralf Skate
	Trianon

Dessa forma, analisamos os locais com possível interesse histórico, artístico, arquitetônico, cultural e ambiental através de uma ficha técnica visando um levantamento detalhado. Assim, a ficha técnica com seu possível diagnóstico será decisiva nesse processo.

Entre as finalidades da aplicação da ficha técnica estão: identificação da data de construção, identificação das datas das intervenções nos locais, a indicação da localização do edifício e bem arquitetônico, a localização deste na quadra a qual está inserido, e sua localização no lote.

Também será caracterizado o bem arquitetônico, entre três possíveis variáveis: edifício, conjunto arquitetônico e monumento; além da apresentação do número de pavimentos e dos componentes do conjunto.

Serão analisados ainda os acessos: frontal, posterior, lateral; os recuos: frontal, posterior, e laterais.

Sobre as formas de utilização do local serão observadas a utilização original e a atual. Quanto à técnica construtiva, poderão ser apontadas as seguintes variáveis: taipa de pilão, taipa de mão, adobe, alvenaria de tijolos, concreto e aço. Já para o uso do edifício poderá ser apontado como: residencial, industrial, ferroviário, religioso, de uso público e comercial; sendo que as alterações também serão observadas.

Observamos ainda a presença ou não de modenaturas[1], detalhes e elementos arquitetônicos que compõem o conjunto da fachada e caracterizam o estilo do edifício, assim como o estado de conservação: irrecuperável, precário, regular, bom. Da mesma forma a vinculação da proteção do bem, ou seja, esfera federal, estadual, municipal ou se não possui proteção. Analisaremos também a infra-estrutura do local que está instalado, indicando se existe ou não, e se ela é adequada ou não. Da mesma forma o

[1] 1. Arte de traçar os perfis. Ordenação ou conjunto das molduras numa disposição harmoniosa sobre as superfícies arquitetônicas, em função de seus efeitos estéticos, pela determinação da alternância das saliências e reentrâncias, da relação entre cheios e vazios e dos jogos de sombra e de luz, e segundo o caráter das ordens arquitetônicas. 2. Elemento decorativo que assinala a passagem de dois elementos arquitetônicos distintos de maneira visível ou construtiva, com inúmeros tipos e combinações possíveis. A partir da arquitetura moderna, passa a ser desprezada.
Fonte: http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=modenatura. Acesso em 09.02.2013.

entorno do local também foi submetido à mesma análise. Observaremos a atual situação da pavimentação, do acesso, da iluminação, se existe ou não drenagem, presença ou não de comunicação visual, paisagismo, sanitários, lixeiras, telefone público, bebedouros, bancos, caixa eletrônico, entre outros elementos.

Os aspectos naturais também foram observados: arborização, hidrologia, área de risco, formações rochosas, topografia.

Será apresentado na ficha técnica também, o levantamento fotográfico do local. Tal levantamento contempla a vista geral do conjunto, as vistas dos prédios e a(s) vista(s) dos outros elementos arquitetônicos do conjunto.

A ficha apresenta também os dados detalhados e descritos do entorno imediato, os dados de ambiência, os dados arquitetônicos, dados históricos, inclusive com a apresentação, quando possível, de fotos do passado; além da apresentação das fontes de pesquisa.

Por fim, foi elaborada uma conclusão da avaliação do bem com a finalidade de apresentar as potencialidades, assim como os principais pontos positivos e negativos. O penúltimo item da ficha contém as legendas detalhadas das fotos que compõem o levantamento fotográfico. E o último traz observações sobre projetos e planos de melhoria existentes para os locais avaliados. Neste item foram incluídos dados obtidos na Secretaria de Meio Ambiente e também na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Na ocasião, apenas estas duas secretarias puderam ser consultadas por serem locais como parques e que possuíam praças no entorno imediato. Outras secretarias ainda serão consultadas, e se for o caso, as fichas deste relatório receberão um complemento de informações neste campo.

Dessa forma, segue a análise detalhada de cada local indicado, na ficha técnica descrita e detalhada.

Lembrando que no mês de abril foram submetidos à ficha os seguintes bens: Cristo Acolhedor, Mercado Municipal, Museu de Antropologia do Vale do Paraíba- MAV, Igreja Matriz, Pátio dos Trilhos, Igreja do Bonsucesso, Parque da Cidade, Parque dos Eucaliptos, Igreja do Avareí, Sorveteria Leal, Viveiro Municipal e Edifício dos Expedicionários.

Já no mês de maio foram submetidos à ficha técnica os seguintes bens: Manufatura de tapetes Santa Helena, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora dos Remédios, Capela Nossa Senhora Aparecida, Escola Agrícola, Recanto dos Pássaros, Parque Santo Antonio (EducaMais), EducaMais - Espaço Lamartine, EducaMais - Espaço Centro, EducaMais - Espaço Jardim Paraíso, Fábricas de Cervejas: Heineken e AMBEV, Câmara Municipal, Fórum, Fábrica de Tintas Castelo, Hotel Fazenda Aldeia do Vale e Cactolândia.

O que segue no **ARQUIVO 01 do CD** anexo a esta tese, são todas as fichas aplicadas em abril de 2011 para demonstrar sua formatação e a possibilidade da mesma ficha ser aplicada em vários locais até mesmo de um outro município.

4. PATRIMÔNIO IMATERIAL: APLICAÇÃO DE UMA FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS BENS

Após levantamento do calendário festivo do município, pudemos identificar diversas festas, a maioria delas religiosas e associadas às igrejas e seus respectivos santos e paróquias. De maneira geral, estas festas atraem público relativamente pequeno, cerca de até 1000 pessoas. Tomando como referência o trabalho que estamos desenvolvendo e seu objetivo, consideramos somente àquelas que atraem um público maior e, principalmente, de outras cidades, pois dessa forma fica mais caracterizado a aproximação dessas festas com o turismo.

4.1 Roteiro para aplicação e preenchimento da ficha

A ficha elaborada pretende ser de identificação e caracterização do "bem imaterial". Com o conjunto de fichas pretende-se compor uma base de dados sobre o patrimônio imaterial - tipo "festas" do município - de forma sistematizada. Assim, a ficha técnica elaborada para análise dos bens relacionados ao Patrimônio Imaterial leva em conta a designação do bem, isto é, o nome pelo qual o bem imaterial é conhecido, bem como sua organização, considerando que pode ser ela organizada pela Prefeitura, por uma igreja ou pela própria comunidade; os meios de divulgação para identificar se a festa é conhecida pela mídia impressa local, regional ou até mesmo nacional, ou se divulgada por rádio ou TV.

Área de abrangência - neste item, é indicado se a festa é conhecida em nível local, regional, ou nacional. No campo "Tipo de apoio", se o evento tem apoio de ONGs, Prefeitura, Igreja, associações, entre outros, e até mesmo se recebe ou não para a sua realização . No campo caracterização, se é folclórica, religiosa, típica, cívica, feira, e se o espaço utilizado para a festa como é igreja, ginásio, teatro, rua, escola, praça, casa, outro(s). O endereço em que ocorre também é registrado, incluindo o bairro, o contexto temporal- localização no tempo (anual e ou sazonal).

A ficha técnica leva em conta ainda, os bens culturais associados, a partir de duas divisões: material e imaterial. Sobre o material, verifica-se a presença ou não de edificação relacionada ao bem imaterial, presença ou não de monumento, presença ou não de vestimenta típica, utensílios, mobiliário relacionado, instrumentos típicos do bem imaterial, utilização ou não de instrumentos de comunicação. Sobre o imaterial, verifica-se também, a presença ou não de culinária típica, música, dança, literatura, alguma expressão artística característica e outro(s) elemento(s).

Registra-se nesta ficha, o calendário festivo com as datas que envolvem a realização do bem – festa, e, no campo de registro para culinária, receitas e modo de preparo, quando a festividade apresentar bens relacionados a comidas típicas. Aponta-se, também, os praticantes e participantes da festividade e/ou evento, assim como o público alvo, trabalhadores da festa, presença ou não de turistas; presença ou não de moradores de cidades vizinhas.

A ficha técnica elaborada levou em conta também a possibilidade de extinção do bem, medidas de salvaguarda adotadas (registros, inventários, ações de apoio); assim como as medidas de salvaguardas necessárias. Na foram apontados os aspectos naturais presentes relacionados ou não ao bem imaterial como: arborização, hidrologia, área de risco, APP, formações rochosas, tipo de topografia e outro(s) aspecto(s). Leva-se em consideração, portanto, a ocorrência ou não de legislação relacionada ao bem, ou pelo menos que inclua o bem.

Sobre a infraestrutura do bem analisado ocorreram três subdivisões: entorno, local e equipamentos urbanos. No que diz respeito ao entorno, observa-se as condições de acesso ao bem, assim como a presença ou não de pavimentação e suas condições em relação ao local propriamente dito, considerando também, as condições de acesso, iluminação, mobilidade, drenagem, comunicação visual, paisagismo. Em relação aos equipamentos urbanos verifica-se a presença ou não de sanitários, lixeiras, telefone público, bebedouro, caixa eletrônico e presença ou não de bancos para descanso.

Na ficha técnica relacionada ao Patrimônio Imaterial foram anotados ainda os dados sobre o entorno imediato; dados de ambiência e fontes de consulta. Sendo apresentada a conclusão final da avaliação, assim como toda documentação fotográfica,

com fotos dos bens associados (material e imaterial). Foram indicados ainda, tipos diferentes de registro: gráficos, sonoros, audiovisuais entre outro(s); da mesma forma avaliou-se a possibilidade ou não da disseminação do bem cultural, além da possibilidade de descrição da transmissão e uma avaliação detalhada do modo de transmissão. A ficha apresenta também histórico do bem.

As fichas aplicadas ao patrimônio imaterial de Jacareí serão encontradas no **ARQUIVO 2 no CD** anexo a esta tese.

5. PATRIMÔNIO NATURAL: APLICAÇÃO DE UMA FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS BENS

A ficha aplicada neste tipo de bem levou em conta primeiramente o tipo de bem analisado: reserva florestal, reserva de fauna e ou flora, rio, nascente, vale, represa, cachoeira. Depois, o tipo de paisagem: natural ou humanizada; as condições de acesso ao local, o estado de conservação, as condições de proteção e qual a esfera de proteção: federal, estadual, municipal.

Observou-se também, as atividades desenvolvidas no local, como existência de agropecuária, existência de agricultura, existência de pecuária, atividades náuticas, manejo florestal, atividades de turismos, atividades urbanas privadas e/ou urbanas públicas.

Quanto aos fatores de degradação foram considerados presença de erosão, desmatamento, presença de focos de incêndio, existência de vandalismo, soterramento, poluição do ar, poluição visual, ocupação. Sobre a infra-estrutura do entorno do bem natural observou-se as condições de acesso, a pavimentação, a existência ou não de iluminação e o tipo de iluminação, as condições de mobilidade, drenagem, existência de comunicação visual, paisagismo, presença de equipamentos urbanos como: sanitários, lixeiras, telefone público, bebedouro, bancos , caixa eletrônico.

Foi elaborada ainda uma identificação gráfica detalhada do local em que está inserido o bem, uma contextualização espacial do bem e uma divisão detalhada dos setores que compõem o patrimônio natural analisado. Na mesma parte da ficha foi apresentado um levantamento fotográfico com detalhes desse bem.

Dessa forma, cada setor do bem foi analisado detalhadamente quanto às condições de infra-estrutura e também quantos aos equipamentos urbanos. Além disso, foram apontados os dados de ambiência, dados do entorno de cada setor e elaborada uma conclusão detalhada sobre a avaliação de cada setor.

Por fim, foi feita uma análise sobre o risco de extinção do bem, as possíveis medidas de salvaguarda adotadas, medidas de salvaguarda necessárias, e feita uma

leitura da legislação relacionada ao bem e uma conclusão da avaliação, na qual ele é analisado como um todo.

Os bens relacionados ao Patrimônio natural analisados em julho de 2011, foram: Rio Paraíba do Sul, reserva florestal da Escola Agrícola, represa do Jaguari e Viveiro Municipal. As fichas aplicadas ao patrimônio natural de Jacareí serão encontradas no **ARQUIVO 3 no CD** anexo a esta tese.

6. EVENTOS: APLICAÇÃO DE UMA FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO

A ficha de inventário de eventos visou registrar meios de divulgação do evento, área de sua abrangência e apoio obtido.

Também houve a preocupação em classificar o evento em categorias, caracterizando o tipo de esporte, identificando também os locais utilizados para a sua realização.

Com a finalidade de avaliar os acessos, a ficha traz local para a denominação das vias, classificação de sua hierarquia (local, coletora, arterial, expressa), e os possíveis meios de transporte disponíveis. Procurou-se também identificar a pavimentação das ruas, sinalização e as calçadas.

Como alguns esportes usam locais onde existem bens naturais, a ficha procurou identificar isto, mostrando portanto, se existem bens materiais e imateriais associados.

Houve a preocupação de identificar o público alvo do evento assim como seus participantes e a programação oferecida em 2011.

Quanto à infraestrutura, a ficha identifica equipamentos e serviços relacionados ao evento, organização da estrutura, registros existentes, além de identificar dados sobre a iluminação, mobilidade, drenagem, comunicação visual, paisagismo existentes no local.

Sobre os equipamentos urbanos verificou-se a existência de sanitários, lixeiras, telefone público, bebedouro, bancos e caixas eletrônicos. As fichas aplicadas ao levantamento dos eventos de Jacareí serão encontradas no **ARQUIVO 4 no CD** anexo a esta tese.

7. PLANO DE AÇÃO: DIRETRIZES PARA A RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS PONTOS DE POTENCIAL TURÍSTICO

A recuperação e valorização do Turismo é um assunto que se tornou indispensável no planejamento das cidades. Desde o início dos anos de 1980, a questão teve formas diversificadas de abordagem em torno de políticas públicas que afirmam a potencialidade que cada cidade possui. Isto é essencial para que possa conduzir os projetos urbanos que visam recuperar e valorizar os pontos com potencial turístico.

Paralelamente, o processo de expansão das cidades e a reorganização do espaço, muitas vezes, simplesmente acontecem, algo natural e incontrolável que faz parte da dinâmica de cada cidade em determinada época. Esta reorganização vem acompanhada de novas necessidades e os locais vão assumindo novas funções, e criando novas relações e valores urbanos. Estas transformações atingem diretamente o planejamento de ações que irão contemplar e levar em conta este fato inevitável.

Em cada momento da história das cidades, principalmente a partir da década de 70 do século XX, a valorização de referências tem um papel fundamental na construção e elevação da autoestima das pessoas que compõem as diversas comunidades, seja em qualquer parte das cidades.

Dessa forma, nota-se a relevante atenção dos governos locais, municipais, estaduais no âmbito nacional e internacional, baseados em planejamentos urbanos integrados às questões sociais, culturais, econômicas, financeiras e habitacionais. Mas algo é claro, a inclusão social no processo de recuperação e revitalização dos pontos com potencial turístico. Os projetos e o planejamento integrado devem contemplar questões sociais no processo de valorização desses pontos. E o que percebemos é que há maneiras satisfatórias disso acontecer.

Diante de tantas diversidades as relações sociais precisam ser trabalhadas com o objetivo de inclusão, na tentativa de minimizar o desemprego, a miséria, as degradações do ambiente e do homem, fatos que só trazem insegurança e baixa qualidade de vida para seus habitantes.

Recuperar e valorizar pontos com potencial turístico é mais que recuperar sua história e seu Patrimônio é resgatar a dignidade daqueles que sofrem as consequências de seu abandono. É ter uma cidade mais humana e mais habitável e com seus cidadãos podendo ver e sentir suas referências históricas e associar com qualidade de vida.

Muitas vezes, o foco da questão é deixado de lado, pois a recuperação dessas áreas acontece voltada somente para o Turismo. Obviamente o Turismo deve ser sempre contemplado, antes de tudo, porém deve-se levar em conta as necessidades da população local. Afinal, quando somente o Turismo tem importância, os moradores serão lembrados de forma secundária, e de alguma maneira poderão ter a vida afetada de forma negativa, justamente porque o foco não é o cidadão, contribuinte, morador da cidade, mas sim, somente, o turista.

O processo de recuperação e revitalização dos pontos com potencial turístico deve ser contínuo, para tanto, a participação popular neste processo é fundamental. Sem ela, se comprova que nenhum projeto urbano para estas áreas será realmente posto em prática na íntegra. Nenhum terá resultados satisfatórios, e a comunidade não entenderá a importância de se preservar e recuperar tais pontos, principalmente pelos valores e elementos culturais que possui. Por isso, a identidade do povo é um ponto importantíssimo. Sem identidade não pode haver preservação e valorização do Patrimônio. Se as pessoas não se identificam com o lugar, com a paisagem elas não preservam e não conservam. Entendendo o significado que esses lugares possuem, podem passar a se identificar com o local, que traz memória e história.

Para tanto, o simbolismo que esses lugares possuem deve ser realçado, lembrado e valorizado, somente assim pode-se efetivamente recuperá-los.

Os pontos com potencial turístico são da cidade, e o cidadão deve reconhecer neles uma referência. Onde ele, cidadão está inserido em todo contexto, ou seja, as ruas as quais valoriza, as igrejas ou capelas que freqüentam, os locais onde tem seu momento de lazer, e assim por diante.

Por outro lado, a decadência ou abandono dessas áreas se dá justamente, pelo fato da estrutura existente não atender mais a nova demanda que as cidades passam a exigir. Na retomada destas áreas, no processo de revitalização urbana, há uma

readequação funcional necessitando ser resgatada e reintegrada ao restante do tecido urbano abrangendo reabilitação, restauração e reciclagem de edifícios para atender as novas demandas.

O fato é que o urbanismo moderno deixou cidades áridas, de escala monumental, desprezando comunidades locais, além de ignorar valores históricos e com eles a memória e identidade.Portanto, os novos Projetos Urbanos agora devem ser apoiados em estratégias nas quais a vontade política, seus objetivos e os meios de atuação no território, na economia e para com a sociedade devem ser transparentes. O principal objetivo é gerar confiança para conseguir a adesão e apoio da sociedade civil e dos possíveis investidores e operadores econômicos.

A estratégia é uma maneira de reduzir a incerteza dos resultados e das próprias decisões dentro do plano de ação. Hoje, se procura um planejamento que esteja firmado em um programa de ações integrado ao máximo às questões urbanas em geral. Desta forma, pode-se agir por partes dentro do território. É através dele que tem sentido a participação popular nos planos de ações municipais. Sua participação garante a existência de mediadores que irão avaliar se as atitudes a serem tomadas irão privilegiar a maioria ou uma minoria. Isto mostra que há uma flexibilidade plausível já que o Planejamento é para a cidade.

Assim, a participação popular ganha espaço porque sem ela as políticas urbanas não poderão se materializar. Trata-se de interesses políticos, mas, a população acaba ganhando, pois pode discutir a respeito dos depósitos de lixo, dos serviços urbanos, do transporte coletivo e também sobre a preservação dos espaços históricos e com potencial turístico de sua cidade.

A salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico ganha importante espaço nestes planos e a comunidade aprende a defender aquilo que é preciso para o futuro.

Este tipo de Planejamento é mais flexível, embora nunca vão desaparecer os interesses políticos, mas a abertura que a sociedade ganhou não se compara a outros períodos. A comunidade busca suas identidades vulneráveis ás transformações do mundo global na preservação do seu Patrimônio.

Junto com a atitude de preservar e conservar a memória e o Patrimônio, o exercício de cidadania se amplia e se difunde, chegando em alguns lugares a se consolidar definitivamente através de ações onde a população está envolvida fortemente. Assim as ações urbanas não podem mais acontecer à revelia da vontade coletiva.

As estruturas remanescentes de outros períodos já não podem mais ser substituídas e ignoradas. Tudo que pertence a memória, acaba servindo de referência histórica, um marco na paisagem da cidade, um bosque, uma praça, um chafariz, uma escultura, com a conscientização, podem passar a ser objeto de interesse do cidadão comum e assim ser preservado. Bens portadores de valores de interesses comuns, que acabam fazendo com que a noção de patrimônio incorpore outros bens culturais, antes ignorados, mas que possuem identidade com a comunidade e, a ela, diretamente estão relacionados.

Diante deste quadro, podemos entender que as questões preservacionistas envolvem vários aspectos ligados aos fatores sociais, políticos, culturais, ideológicos, estéticos, econômicos e estruturais da cidade, e que o problema de reintegração dos pontos com potencial turístico ao cotidiano das cidades parece ser um fenômeno de início de século e porque não de milênio.

A cidade como um todo é um documento histórico, portanto é preciso reconhecer a importância de se ter critérios pré-estabelecidos como diretrizes para eventuais intervenções. Reconhecer o valor de memória afetiva dos cidadãos que habitam cada espaço da cidade é primordial antes da execução, propriamente dita, de qualquer intervenção. Nesse processo, a comunidade deve fazer parte do resgate, e da preservação da memória, podendo colaborar e participar.

A estratégia no ato de intervir não é uma fórmula, há de considerar as particularidades do local onde precisa de uma intervenção. A construção de uma estratégia mais adequada seria o resultado do conhecimento de outras já realizadas e aplicadas.

A efetivação de uma ação voltada para este fim pressupõe novas formas de gestão para a cidade, atuando através de uma gestão integrada aos vários setores da

administração com acompanhamento participativo da sociedade, sendo fundamental uma percepção rápida das demandas e atendimento adequado às especificidades locais.

O projeto de requalificação dos pontos com potencial turístico de Jacareí tem como diretriz base, a retomada dos espaços públicos, pautada na possibilidade de potencializar seus usos e o resgate da identidade cultural, considerando as demandas e possibilidades de desenvolvimento de cada área. Tendo como alvo principal a população que, através da revitalização, se beneficiará com o entorno imediato.

A equipe buscou analisar a cidade considerando todos os valores que os pontos com potencial turístico de Jacareí têm a apresentar. Identificados estes valores, desenvolvemos o Plano de Ação buscando a integração dos mesmos com a revitalização: Valor estético - trabalho de aparência da área a revitalizar; Arquitetônico-divulgação da imagem da cidade promovendo o envolvimento da população e da iniciativa privada; Ambiental - trabalho urbanístico considerando o meio ambiente; Funcional - envolvimento de grande número de atores na intervenção; Recurso - recuperação do que existe, sendo mais viável, do que construir em uma área muitas vezes consolidada; Continuidade da Memória Cultural e Herança - envolvimento maior do sentido cultural, tendo a função de formar uma nova mentalidade de preservação e; Econômico e Comercial - maior viabilidade econômica para a área, potencializando uma estrutura econômica que se sustente.

Em busca de uma efetiva valorização dos espaços públicos, procurou-se identificar junto à população de Jacareí, qual a imagem que se tem da cidade, levantando a sua história, a origem, pontos de referências, eventos culturais, áreas de lazer, tradições e vontade do que poderia vir há ser ponto com potencial turístico além de elaborar um inventário do Patrimônio Material e Imaterial, analisando as tipologias e estado de conservação.

Dessa forma, o Plano de Ação busca resgatar a história com programas interligados para ruas e logradouros públicos, avenidas, passeios públicos, patrimônio histórico e arquitetônico, e estabelecimentos comerciais, consolidação da imagem da cidade e educação patrimonial.

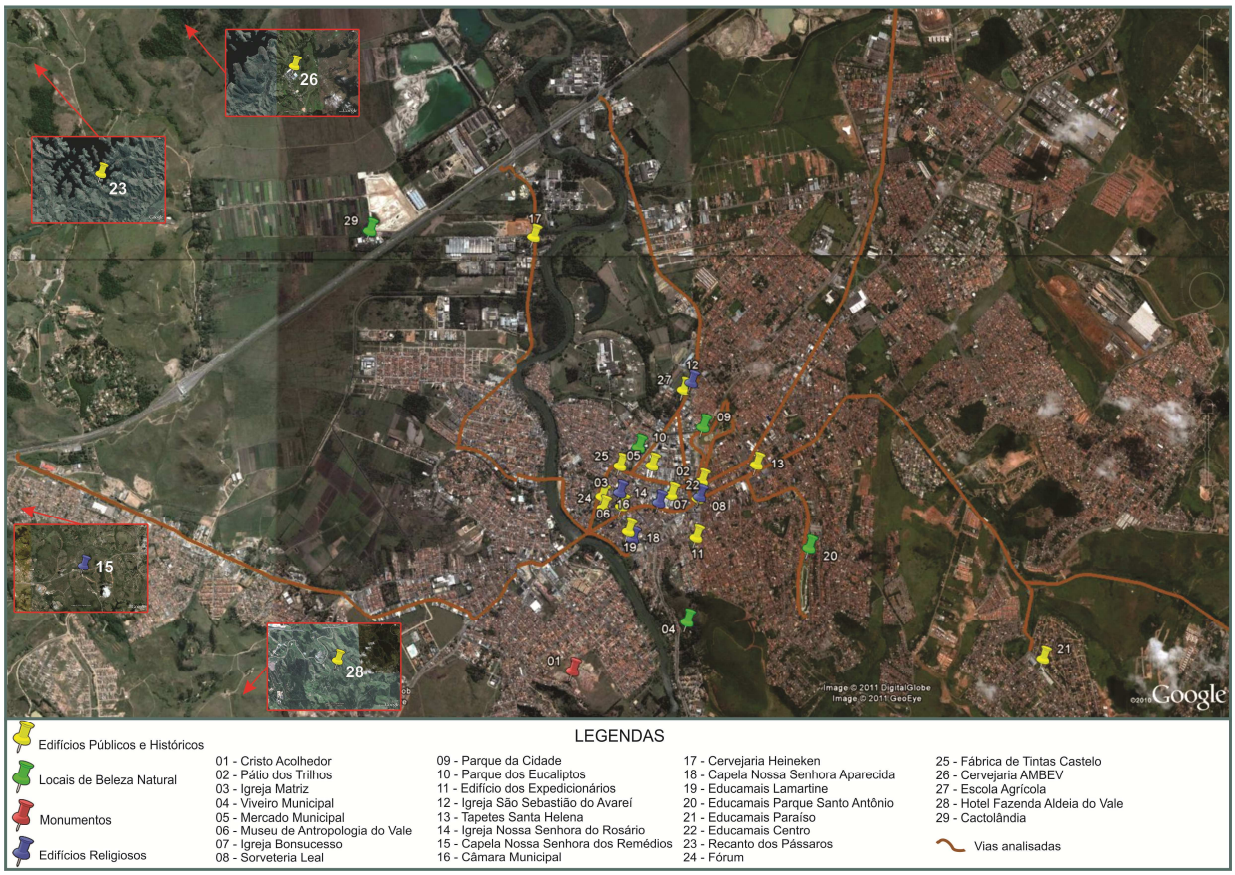
7.1. Diagnóstico dos Passeios, ruas e logradouros públicos

Considerando as características de cada área e o entorno ao qual estão inseridas, o principal objetivo é transformar estes espaços públicos em agentes culturais e requalificadores das relações sociais proporcionando uma nova configuração urbano-estética para a cidade.

Na perspectiva de se propor ações requalificadoras e revitalizadoras, adotadas como metodologia, analisar as ruas, logradouros e passeios públicos que fossem fundamentais para se chegar a todos os pontos identificados como possíveis potenciais turísticos. Esta análise visou diagnosticar se os acessos internos, isto é, dentro do próprio município, e externos, que servem como ligação de outras cidades até Jacareí, ou que ligam as rodovias próximas, podem de fato servir de acesso e serem adequados como tal.

Portanto, foi adotada uma ficha de diagnóstico em 23 ruas e avenidas com a pretensão de tê-las como um banco de dados, capaz de nos dar diretrizes para propormos ações de melhoria para esses acessos, visando assim atingir o objetivo central do Plano de Ação que é valorizar os pontos com potencial turístico de Jacareí.

Para identificação das ruas e avenidas que davam acesso aos pontos com potencial turístico identificados, adotamos como metodologia, localizar em foto aérea do município todos eles classificados por cores e números, conforme segue.



7.1.1. Roteiro para preenchimento da ficha

A ficha de diagnóstico relacionada às avaliações e conclusões sobre as ruas e logradouros públicos de Jacareí, contemplam em seu conteúdo a identificação da via, a localização (bairro e setor da cidade), denominação da via, hierarquia da via (expressa, arterial, coletora e ou via local); detalhes construtivos: pavimentação da via, largura da via, pavimentação da calçada, largura da via, além das características de uso predominante da rua e/ou logradouro público, ou seja, se há predominância de residências, comércio ou indústrias.

A ficha técnica apresenta também uma análise sobre o grau de interferência visual nas fachadas, inclusive com a avaliação do grau dessa interferência, de acordo com a seguinte divisão: alta, média, baixa, nenhuma. Considerar-se-á de interferência alta o caso em que a comunicação visual, placas e outras interferências cobrirem por completo as fachadas principalmente dos edifícios de interesse histórico-arquitetônica.

Média quando ainda podem-se identificar as fachadas de alguns edifícios de interesse histórico-arquitetônico sem recobrimento de nenhum tipo de interferência; baixa, quando a maior porcentagem dos edifícios existentes tem a sua fachada livre de qualquer interferência e pode-se perceber sua importância histórico-arquitetônica. E por último, nenhuma, quando todas as fachadas de todos os edifícios estiverem livres de qualquer tipo de interferência visual e possam ser vistas por completo.

É importante destacar a presença na ficha, da documentação fotográfica acompanhada de explicação detalhada de cada elemento inserido.

Por fim, a ficha apresenta a localização da rua ou logradouro no mapa do município, sendo destacado o espaço que ocupa. Da mesma forma foi elaborada uma avaliação sobre a infraestrutura. Verificando a existência ou não de canteiro central, observando se o espaço é adequado ou não. Observou-se, ainda, a existência ou não de ciclovia, presença de faixa exclusiva para ônibus, presença ou não de sinalização turística, existência de sinalização urbana. Verificou-se também a arborização, iluminação, presença ou não de lixeiras, existência ou não de pavimentação da via e da calçada, presença ou não de boca de lobo e por consequência feita uma análise sobre a drenagem.

Após esta avaliação detalhada, o próximo passo é propor as ações para que estes acessos de fato possam contribuir na valorização dos pontos com potencial turístico identificados. As fichas aplicadas ao levantamento das ruas e/ou logradouros públicos de Jacareí serão encontradas no **ARQUIVO 5 no CD** anexo a esta tese.

A proposta de requalificação dos pontos com potencial turístico de Jacareí tem como diretriz base a retomada dos espaços públicos, através da possibilidade de potencializar seus usos e o resgate da identidade cultural, considerando as demandas e possibilidades de desenvolvimento de cada área. Tendo como alvo principal à população que, através da revitalização, se beneficiará com o entorno imediato.

Buscamos assim, analisar a cidade considerando todos os valores que os pontos com potencial turístico de Jacareí têm a apresentar. Identificados estes valores, desenvolvemos mais alguns elementos do Plano de Ação buscando a integração dos mesmos com a revitalização considerando questões fundamentais: Valor estético -

trabalho de aparência da área a revitalizar; Arquitetônico- divulgação da imagem da cidade promovendo o envolvimento da população e da iniciativa privada; Ambiental - trabalho urbanístico considerando o meio ambiente; Funcional - envolvimento de grande número de atores na intervenção; Recurso - recuperação do que existe, sendo mais viável, do que construir em uma área muitas vezes consolidada; Continuidade da Memória Cultural e Herança - envolvimento maior do sentido cultural, tendo a função de formar uma nova mentalidade de preservação e; Econômico e Comercial - maior viabilidade econômica para a área, potencializando uma estrutura econômica que se sustente.

Em busca de uma efetiva valorização dos espaços público, procurou-se, anteriormente, identificar junto à população de Jacareí, qual a imagem que se tem da cidade, levantando a sua história, a origem, pontos de referências, eventos culturais, áreas de lazer, tradições e vontade do que poderia vir há ser ponto com potencial turístico além de elaborar um inventário do Patrimônio Material e Imaterial, analisando as tipologias e estado de conservação.

Dessa forma, o plano de ação busca, agora, resgatar a história, com programas interligados para ruas e logradouros públicos, avenidas, passeios públicos, patrimônio histórico e arquitetônico, envolvendo os estabelecimentos comerciais e consolidando a imagem da cidade e promovendo educação patrimonial.

Entre as modificações que possibilitarão uma requalificação dos passeios públicos que dão acesso aos locais com pontos de potencial turístico estão à diferenciação desses locais através da colocação de faixas para portadores de necessidades especiais, além de um projeto especial para cada área específica, e, principalmente, para as áreas de transposição entre a característica comum ao passeio público da cidade e a característica específica do passeio público relacionado ao ponto com potencial turístico.

Tais áreas de transposição correspondem aos espaços de passagem com tratamento de piso específico, para atender às necessidades de travessia dos pedestres e ciclistas em trechos diversificados, com rebaixamentos das guias e rampas possibilitando acesso de portadores de necessidades especiais.

Os principais objetivos dessas propostas são conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância de recuperar e manter calçadas. É importante salientar que as calçadas contribuem, e muito, para a melhora da paisagem urbana e a ocupação dos espaços públicos.

Dessa forma sendo um passeio ou praça acessível a uma pessoa portadora de deficiência, assim é possível afirmar que qualquer cidadão terá a possibilidade de utilizar este espaço. Além dessa condição, a possibilidade de acessibilidade, que num primeiro momento serve para atender pessoas portadoras de deficiência, beneficia a população, portanto, acaba sendo uma condição de cidadania e de seu pleno exercício.

Portanto, os órgãos públicos devem ser os primeiros a ter pleno entendimento dessa condição, e assim, poderão ter um modelo único a ser adotado.

A seguir, a proposta para calçadas aplicadas nos espaços onde que estão instalados os órgão públicos.



As calçadas da cidade poderão seguir um novo padrão arquitetônico com a divisão das calçadas em faixas. Calçadas com até 2 metros de largura deverão ser

divididas em faixas diferenciadas e as de mais de 2 metros, em 3 faixas, também apresentando uma clara e característica diferenciação.



Sem Largura Mínima

Faixa Livre
Largura Mínima: 1,2m

Faixa de Serviço
Largura Mínima: 0,75m

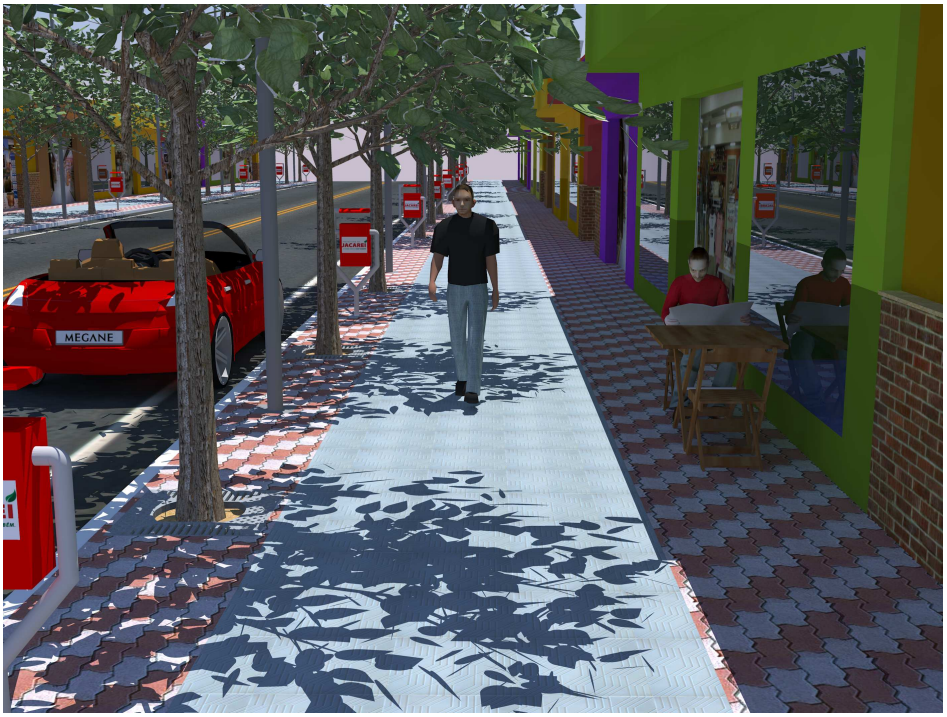
A primeira faixa será de serviço: com a possibilidade de plantio ou manutenção de árvores, rampas para veículos ou para portadores de deficiência, postes, sinalização e mobiliário urbano.

A segunda faixa será livre, destinada à circulação de pedestres. Esta faixa sempre deverá estar livre de qualquer obstáculo; e atender as seguintes características: ter superfície firme, ser contínua e antiderrapante, ter largura mínima de 1,20.

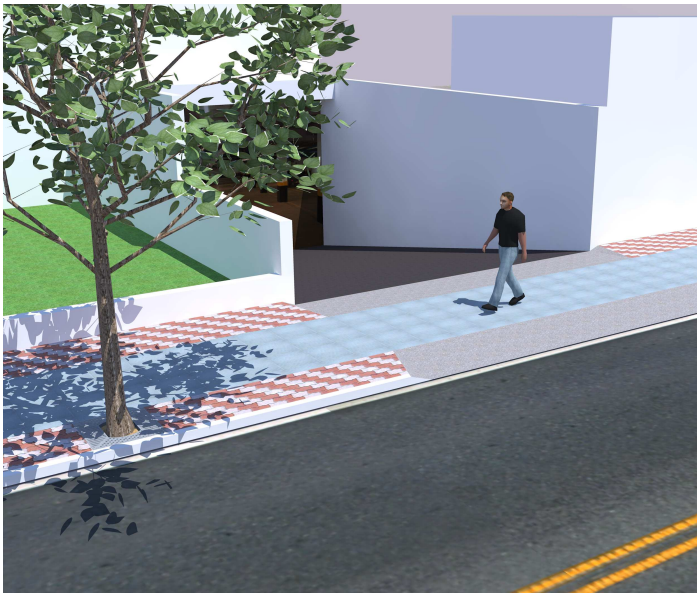
A terceira faixa está localizada em frente ao imóvel ou terreno, podendo ter vegetação, toldos, rampas e até o mobiliário móvel.

Caso a calçada tenha largura menor que 1,90 metros; o proprietário deverá ter uma orientação especial para orientá-lo sobre a alternativa que vai permitir uma faixa de circulação dentro dos padrões definidos, isso sempre será primordial para uma

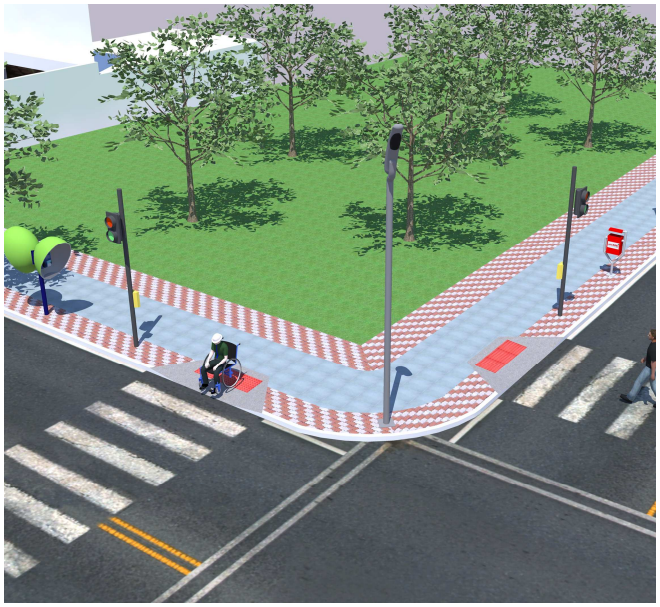
calçada com boa circulação. Abaixo modelo de calçada para áreas de comércio e serviço.



Quando existir garagem será muito importante preservar a faixa livre localizada no centro da calçada. A faixa deverá seguir a inclinação da rua e, em hipótese nenhuma ter uma inclinação vertical que ultrapasse dois por cento.

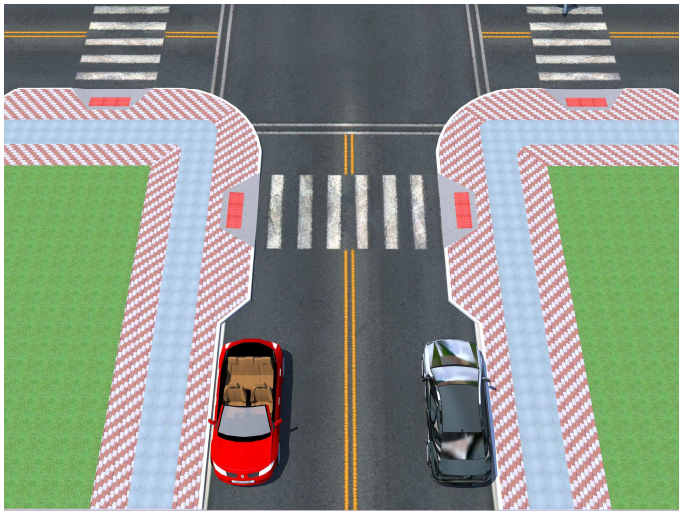


Já as esquinas deverão ser consideradas o ponto principal de uma calçada. Dessa forma devem sempre estar desobstruídas, sempre possibilitando a circulação livre e a permanência de pedestres.



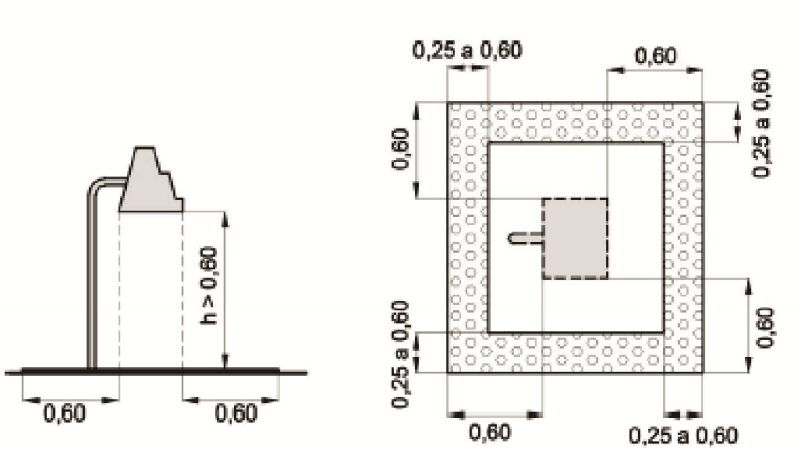
Por outro lado, a locomoção independente é o grande problema do deficiente visual. Sua percepção e orientação depende das informações captadas por meio das percepções táteis, sendo utilizada a bengala e os pés.

Dessa forma, a sinalização tátil no piso é um ponto muito importante, sendo fundamental ter cor contrastante com o restante do piso.



Assim, o piso tátil auxilia o portador de deficiência visual de uma forma que ele tem uma noção de seu posicionamento na calçada. É preciso ressaltar que o piso tátil tem que ser instalado em áreas de rebaixamento, travessia, canteiro divisor e, principalmente na presença de obstáculos suspensos.

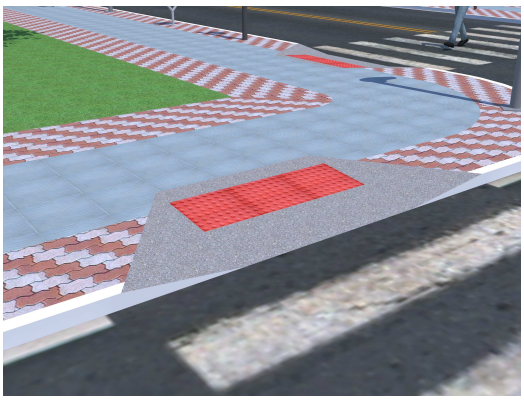
Além desses pontos primordiais, a sinalização tátil de alerta contempla: obstáculos suspensos com medição entre 60 centímetros e dois metros e dez centímetros de altura. Porém, a superfície em torno do obstáculo tem que estar sinalizada em raio de no mínimo 60 centímetros. Conforme desenho abaixo.



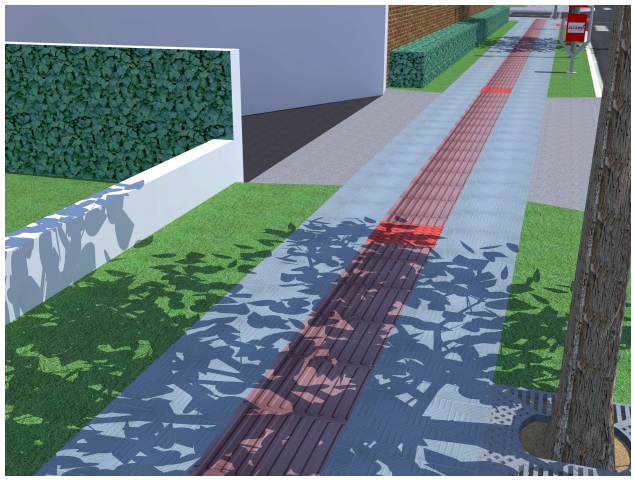
Vista lateral Vista superior

Sinalização tátil de alerta em obstáculos suspensos –

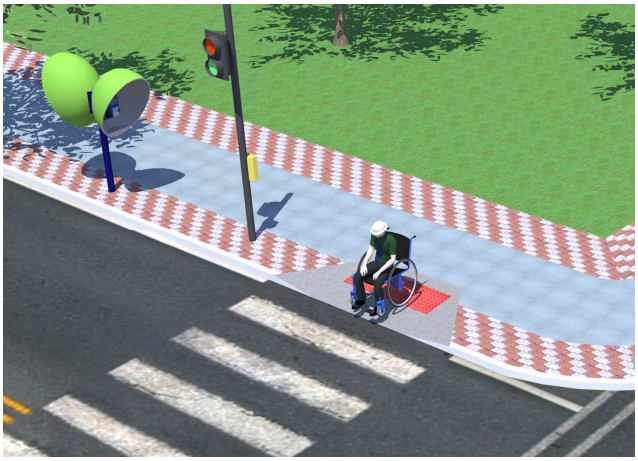
As rampas feitas para os portadores de necessidades especiais devem ter largura de 25 centímetros a meio metro e devem estar afastadas meio metro do fim da rampa. De acordo com o desenho abaixo.



A instalação do piso direcional deve formar uma faixa acompanhando o sentido do deslocamento e a largura pode variar entre 25 centímetros e 60 cm. Deve ser instalado em áreas de circulação com a finalidade de indicar o caminho que o deficiente irá percorrer. Também, em espaços amplos, quando ocorrer interrupção da linha guia identificável. Um bom exemplo, onde a instalação deverá ser obrigatória é nos postos de gasolina.

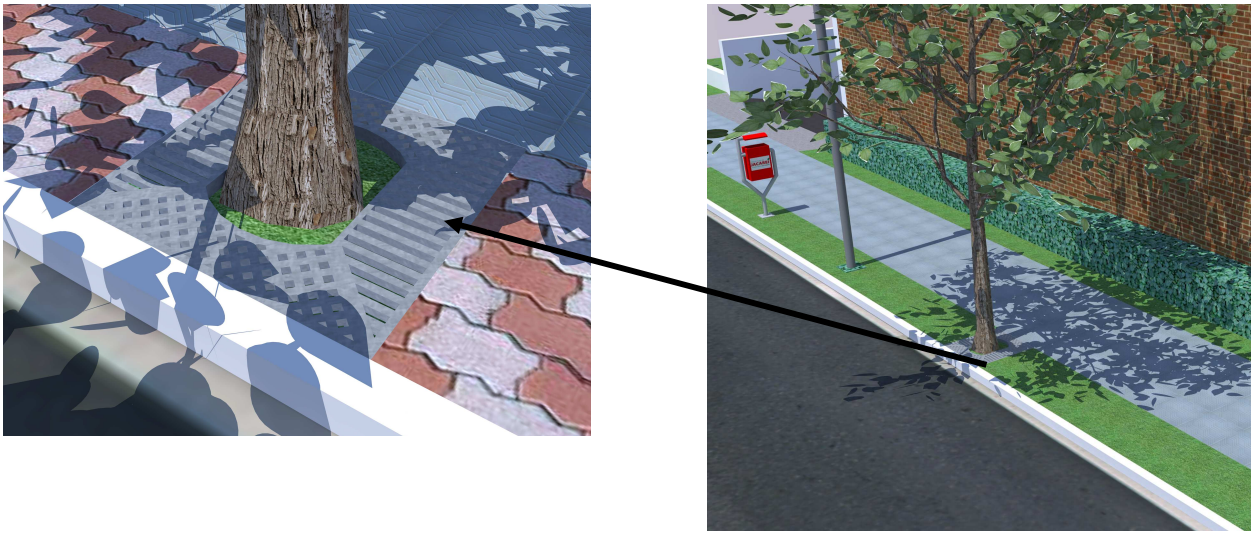


As rampas, necessariamente, devem ficar juntas às faixas de pedestres, auxiliando também pessoas com mobilidade reduzida, cidadãos que estão com carrinho de bebê e até mesmos os trabalhadores que fazem a carga e descarga.



As árvores presentes nas calçadas são importantes, seja por causa da questão ambiental ou paisagística, no entanto, duas necessidades primordiais devem ser

respeitadas: adequação da dimensão da árvore e relação com a largura da calçada e; em hipótese nenhuma cimentar a base da árvore. Isso prejudica seu desenvolvimento. O plantio de grama na sua base ou instalação de grelha, será o ideal, como demonstra o desenho abaixo.



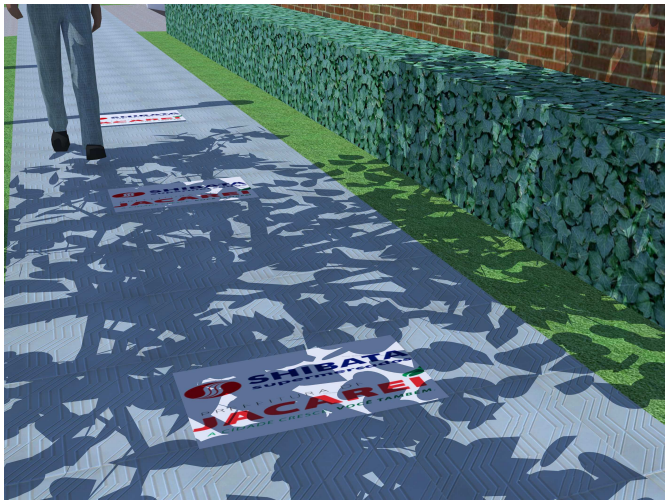
Nos locais onde existe pouco fluxo de pedestres as faixas de serviço e acesso podem ter jardins e seguir o padrão do que se chama hoje em dia de "calçada verde". Entretanto, os jardins não podem ter a presença de arbustos que atrapalhem a visão e o caminho. Assim, as "calçadas verdes" devem cumprir os seguintes requisitos: para ter uma faixa de jardim, a calçada deve ter largura de 2 metros, e para duas faixas, largura de dois metros e meio; as faixas com jardins não podem sobrepor a faixa de circulação, contínua, e com largura de 1,20; os jardins não devem de maneira alguma possuir arbustos com espinho; além disso as faixas com jardins não devem estar muradas.

É perfeitamente possível uma empresa, instituição ou até mesmo um cidadão adotar calçadas, seja para construção, melhorias ou conservação. Neste caso, a calçada poderá ter uma placa fixada no seu piso, conforme desenho:

Os passeios livres terão pavimentos intertravados. Eles serão feitos em pavimento de blocos de concreto pré-fabricados, que serão assentados em colchão de areia, travados através de contenção lateral e através de atrito entre os blocos.

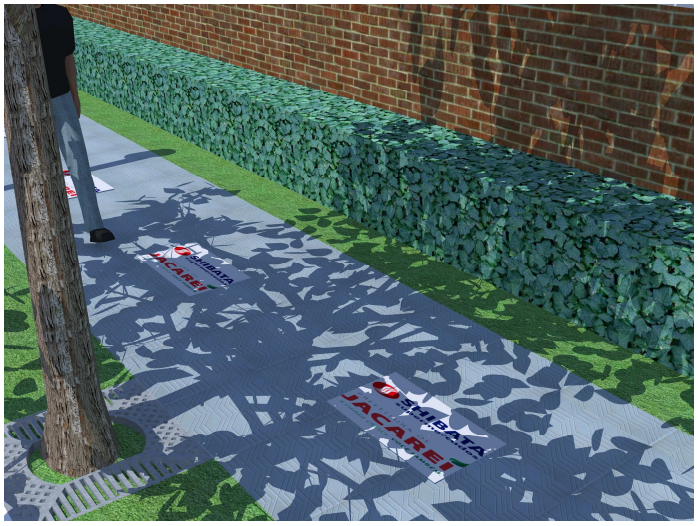
Entre as especificações destacamos: resistência maior ou igual a 35 MPa; espessura de 6 cm, 8 cm ou 10 cm; na base das calçadas deve-se utilizar brita graduada simples compactada; não é necessário utilização de armadura.











8. CONSOLIDAÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE

Diante de todas as propostas de intervenções elaboradas para os pontos com potencial turístico de Jacareí é importante ressaltar que a diretriz base foi a retomada de utilização dos espaços públicos e o resgate da identidade cultural.

Dessa forma as intervenções propostas buscam um tratamento especial do paisagismo e, principalmente, uma requalificação dos espaços públicos, considerando as expectativas dos cidadãos de Jacareí, procurando atender às necessidades da população, e por consequência marcar essa imagem na memória do cidadão e no potencial turista.

Algumas ações secundárias também podem contribuir para essa consolidação, como, por exemplo, a elaboração e a execução de uma diferenciação do mobiliário urbano: bancos, lixeiras, placas, luminárias com a possível caracterização e identificação dos pontos com potencial turístico.

8.1 Mobiliário Urbano

Uso, integração e compreensão foram conceitos básicos usados para a valorização de todo o conjunto de peças projetadas para o mobiliário urbano de Jacareí, considerados como Elementos Urbanos numa relação direta com o espaço público da cidade, que neste projeto, receberá propostas de valorização e readequação. As peças que compõem o conjunto desses elementos foram pensadas como elementos que definem uma ideia de território comum, desde o desenho a sua localização.

Os elementos urbanos podem identificar uma cidade, por meio deles podemos até chegar a conhecê-la, como as cabines de telefone de Londres, as entradas de metrô de Paris.

Não podemos esquecer que em Jacareí o mobiliário urbano foi pensado dentro do "Plano de Ação", como parte de um conjunto de proposta que visa a valorização e potencializarão de locais da cidade com vocação para o turismo.

Em primeiro lugar visamos a sofisticação do design, tanto na parte estética quanto técnica que visou as normas de ergonomia. O design procura uma linguagem de

integração entre as peças onde parte de uma lembra a outra. O cuidado com a "imagem da cidade" permeia cada detalhe, projetados com cuidado plástico. Em segundo, quanto à funcionalidade. Além de bonitos eles devem ser práticos e fáceis de montar. Em terceiro a possibilidade de arranjos diversos. Todas as peças funcionam como módulos que podem se agrupar de várias formas com o mesmo sistema de fixação no piso, que também visou a realocação das peças se necessário. O material usado, em sua maioria é concreto, aço e chapa galvanizada, o que permite uma duração e resistência mais longa das peças. O fato de ser em concreto permite a fabricação em série com o uso de poucas formas. O uso do aço permite que o material seja substituído, quando necessário, e reciclado.

A seguir imagens dos mobiliários projetados.

LIXEIRA DE BASE RETANGULAR ou QUADRADA

Características e descrição

Projetada em dois formatos, um de seção quadrada e outro de seção retangular, as lixeiras tem espaço para propaganda nas duas laterais, podem ser com ou sem tampa.

Dimensões

Seção quadrada: 0,35larg x 0,35prof. x 0,50alt.
Seção retangular: 0,35larg x 0,20prof. x 0,50alt.

Materiais

A lixeira é em chapa de aço e apoio em aço

Forma de fixação

Base de fixação quadrada parafusada no piso









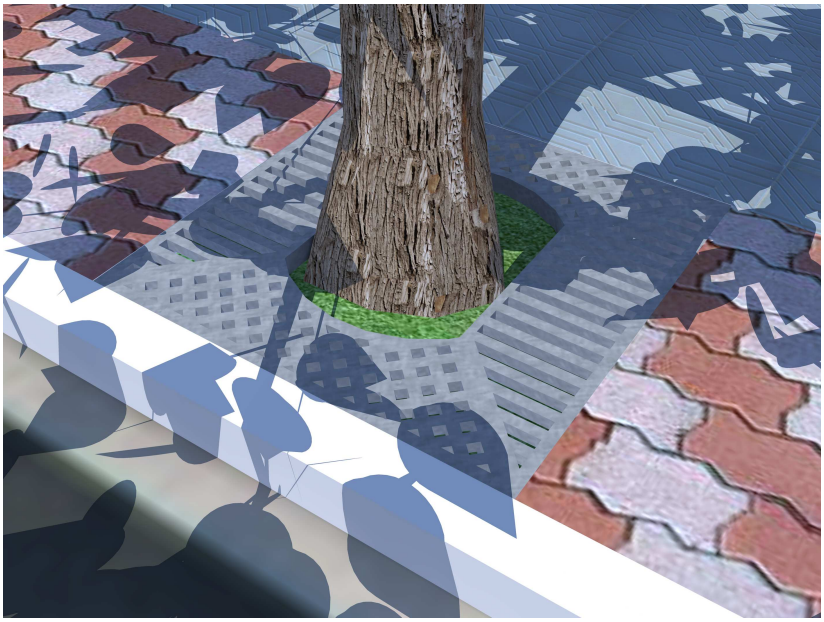
GRELHA PARA ÁRVORES

Características e descrição
Grelha para canteiro de árvores projetado em quatro partes, sendo que uma delas pode ser retirada para colocação em árvores já desenvolvidas.

Dimensões
0,80 X 0,80

Materiais
Aço

Forma de fixação
Apoiado no espaço do canteiro com tamanho igual ao da grelha.



FLOREIRAS

Características e descrição

Floreira em desenho de formato sextavado com duas bases de seção quadrada por onde se apoia. Apropriada ao plantio de flores e arbustos de pequeno porte. Apropriada para locais pavimentados. Acompanha a volumetria e desenho dos bancos duplos para exteriores. Funcionam como módulos que podem se agrupar de diversas formas.

Dimensões

Base para plantio: 2,0 x 0, 60
Altura: 0,40

Materiais

Concreto pré-fabricado

Forma de fixação

Apoiado sobre o piso ou
chumbado com concreto no piso



POSTES DE ILUMINAÇÃO PARA AVENIDAS

Características e descrição
Coluna de aço de seção circular única, tem na parte superior luminária em alumínio com dois tipos de posição, a mais alta para avenidas e a outra para rua de largura menor.

Dimensões
9,5m

Materiais
Aço

Forma de fixação
Base é chumbada com cimento no piso.







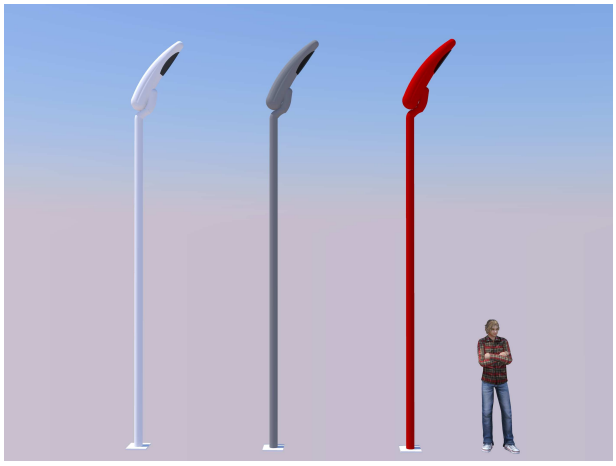
POSTES DE ILUMINAÇÃO PARA RUAS

Características e descrição

Coluna de aço de seção circular única, tem na parte superior luminária em alumínio com dois tipos de posição, a mais alta para avenidas e a outra para rua de largura menor.

Dimensões

6,6M

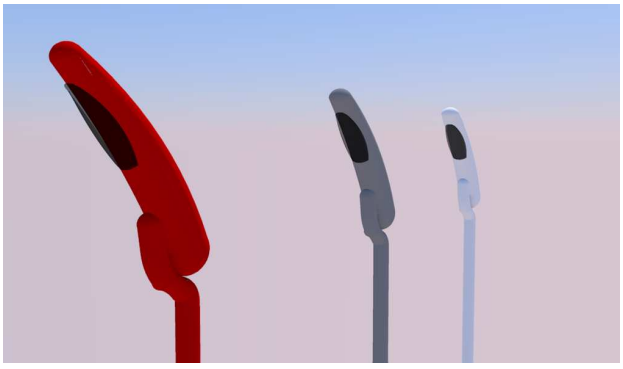


Materiais

Aço

Forma de fixação

Base é chumbada com cimento no piso.





BANCOS

Características e descrição

Banco duplo para exteriores, apoiado em duas bases de formato quadrado, tem o acento em concreto pré-fabricado em uma só peça, encosto reclinado com angulação de 8 graus, com estrutura em alumínio e fechamento em chapa de alumínio perfurado, com furos circulares. Funcionam como módulos que podem se agrupar de diversas formas.

Dimensões

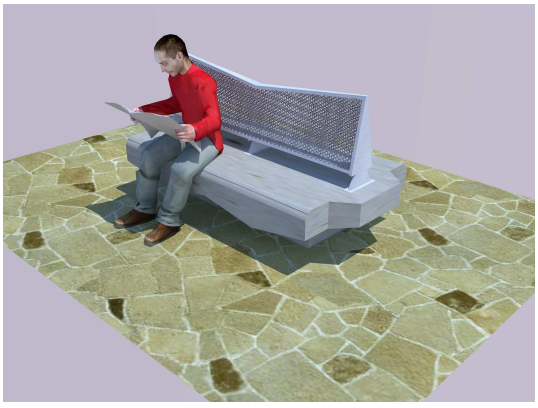
Assento: 1,70 x
Altura até o assento: 0,45 cm
Altura do piso até o final do encosto: 1,0 metro

Materiais

Assento de concreto pré-fabricado
Encosto com estrutura em aço e fechamento de alumínio.

Forma de fixação

Bases quadradas chumbadas no piso





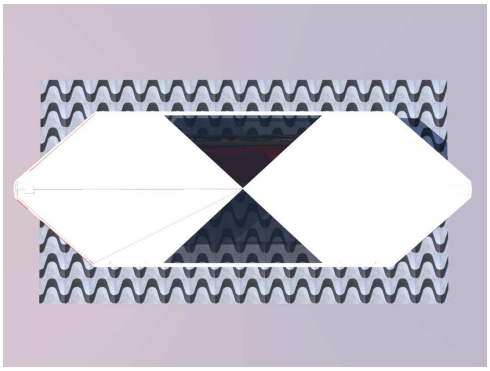
PONTO DE ÔNIBUS

Características e descrição
Ponto de ônibus modular com capacidade para 8 acentos.

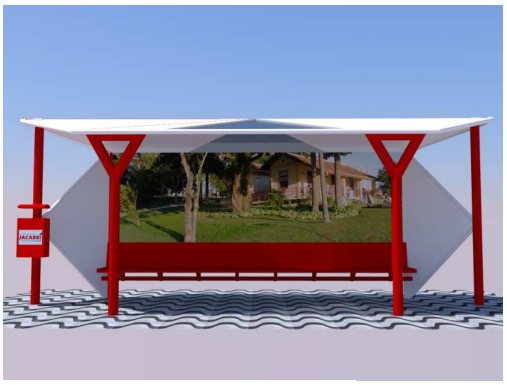
Dimensões
6,04 larg. x 2,13 prof. x 2,46 alt. (por módulo)

Materiais
Aço.

Forma de fixação
Bases chumbadas no piso.



VISTA SUPERIOR
SEM ESCALA



VISTA FRONTAL SEM ESCALA



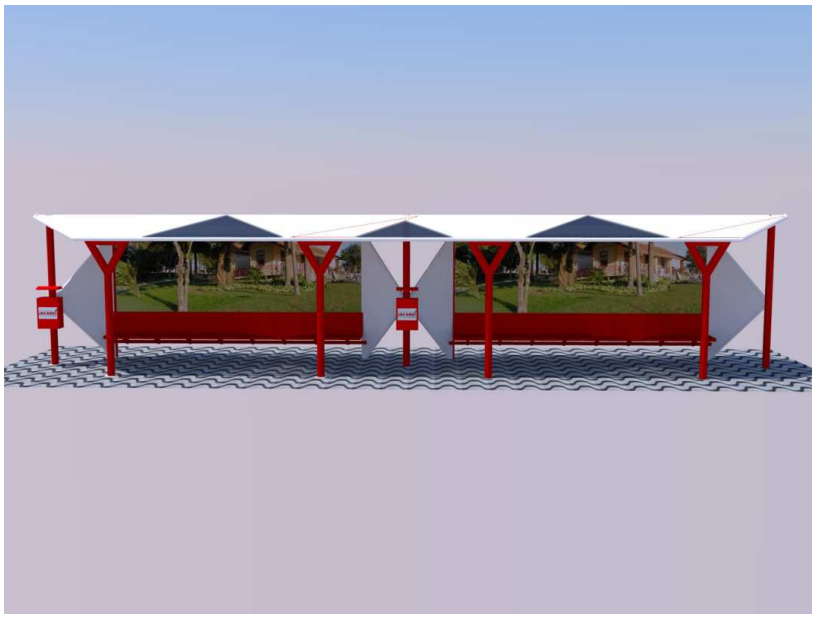
VISTA POSTERIOR SEM ESCALA



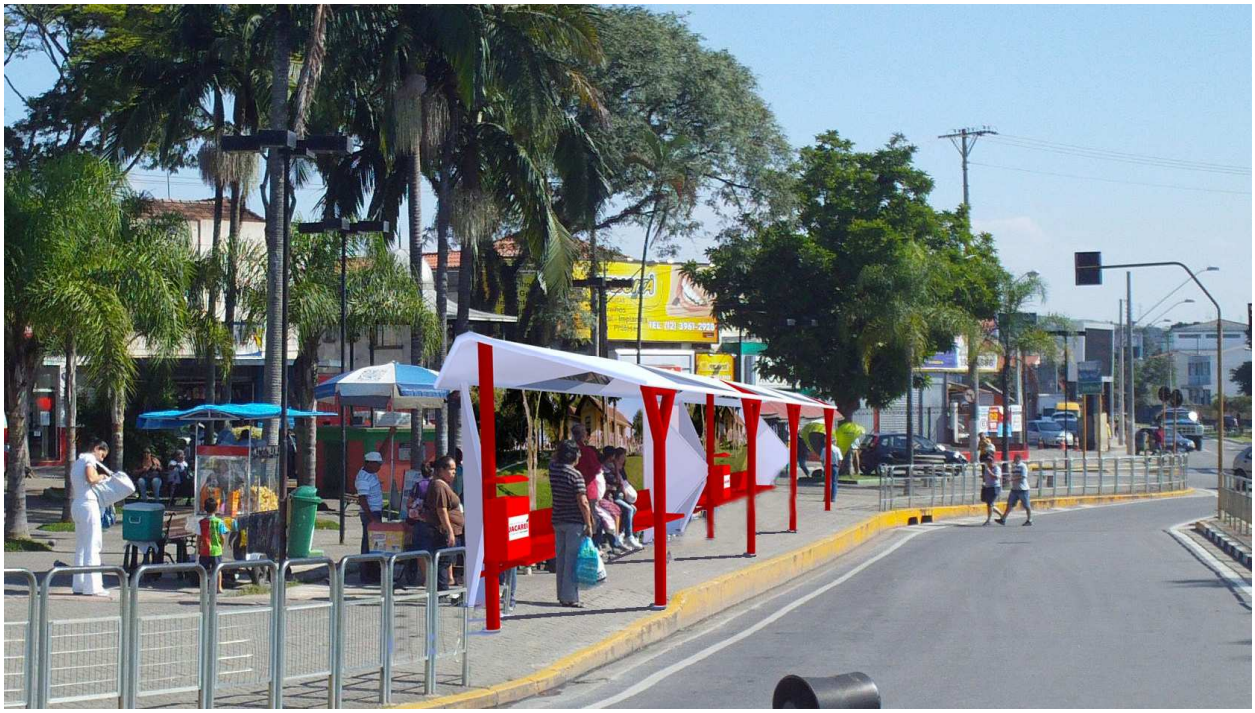
PERSPECTIVA SEM ESCALA



PERSPECTIVA SEM ESCALA



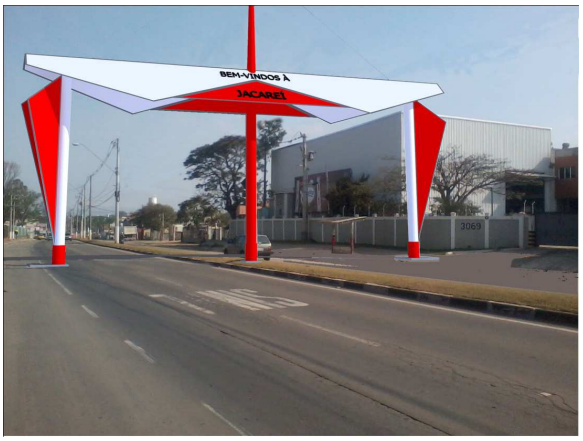
Dois módulos do ponto de ônibus integrados



Ponto de ônibus 3 módulos inseridos no contexto da cidade

PORTAL PARA AS ENTRADAS PRINCIPAIS DA CIDADE

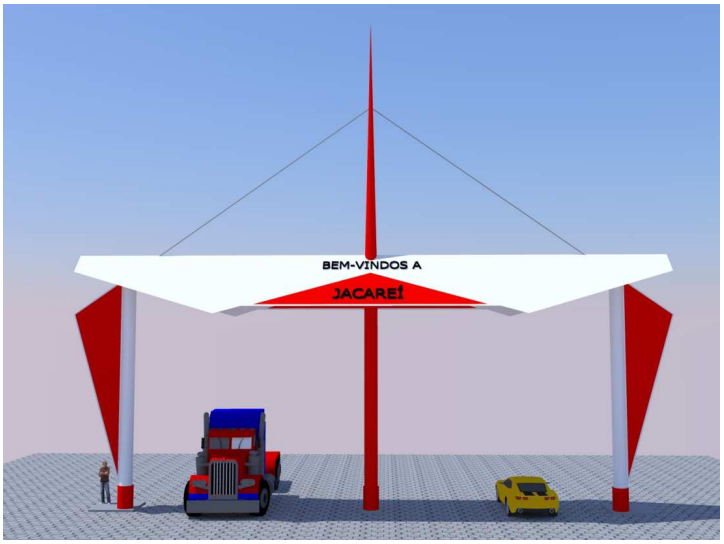
Características e descrição
Portal para as entradas principais da cidade.



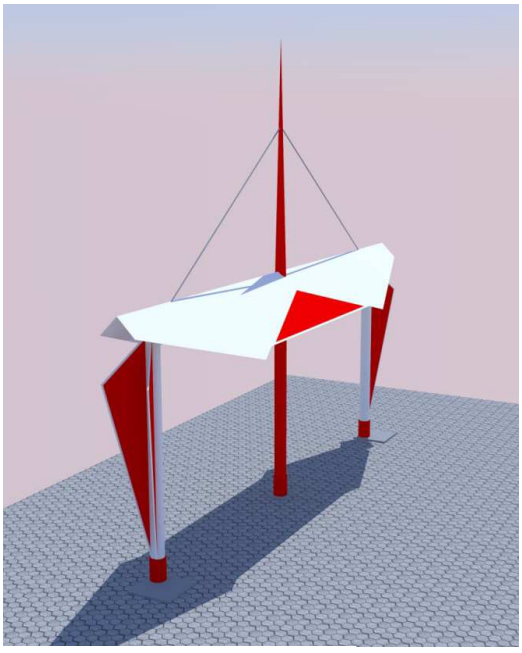
Dimensões
26,60 larg. x 5,46 prof. x 22,61 alt.

Materiais
Aço.

Forma de fixação
Bases chumbadas no piso.



PERSPECTIVA SEM ESCALA



PERSPECTIVA SEM ESCALA

9. VIABILIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS: PROPOSTA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE JACAREÍ EM ESTÂNCIA TURÍSTICA

A lei nº 10.426, de 08/12/71, artigo 2º, regulamenta a criação de Estância Turística[2] no estado de São Paulo. Tal artigo determina que constitui requisito para a criação de estância turística a existência de algum tipo de atrativo de natureza histórica, artística ou religiosa, ou recursos naturais e paisagísticos.

O artigo 8 ° determina que o fomento de urbanização e melhoria das Estâncias, através da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, procederá a verificação da existência, nas estâncias já criadas, dos requisitos, devendo propor, no prazo de cinco anos contados a partir de sua vigência, a extinção daquelas que não satisfaçam.

Outra determinação importante sobre o regimento da lei que regulamenta a criação de estância aconteceu na época do governador Orestes Quércia, lei nº6.470, na qual ocorreu a regulamentação das receitas, que poderão vir das seguintes fontes: receitas do fundo de melhoria das Estâncias; dotação orçamentária, atribuída pelo Estado, receitas industriais, transferências de recursos federais, estaduais e municipais ou de entidades internacionais.

Já a lei 7.862, de 1 de junho de 1992, regulamenta a transferência e aplicação de recursos do Fundo de Participação das Estâncias. Tais atividades obedecerão aos seguintes critérios: 50% do total do orçamento anual, distribuídos de forma igualitária entre todas as estâncias; 50% restantes distribuídos proporcionalmente, segundo percentual de formação da receita proveniente da arrecadação dos impostos municipais das estâncias.

[2] **Estância turística** é um título concedido pelo governo do estado de São Paulo a municípios que apresentem características turísticas e determinados requisitos como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos. Devem dispor de infra-estrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Os municípios com este *status* podem receber aportes financeiros específicos para incentivo ao turismo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A2ncia_tur%C3%ADstica_(S%C3%A3o_Paulo). Acesso em 10.02.2013

Como podemos observar, a regulamentação sobre as estância s turísticas é ampla e aberta, na qual a inclusão da cidade de Jacareí nesse grupo, com tal classificação, pode ser decisiva para o desenvolvimento do Turismo.

Atualmente, parece ocorrer uma verdadeira corrida para a transformação de cidades do estado de São Paulo em Estância Turística. Entre os projetos apresentados na Assembléia Legislativa requerem tal pleito: Cubatão, Itatiba, Altinópolis, Penápolis, Araçatuba e, mais, nada menos que 7 cidades na região de Presidente Prudente .

Da mesma forma, algumas cidades se transformaram em Estância na região do Vale do Paraíba e região Bragantina: Bragança Paulista, Atibaia, Tremembé, São Luiz do Paraitinga, Santo Antonio do Pinhal, São José do Barreiro, Bananal, Campos do Jordão e Cunha.

Outras cidades em que foram decisiva a transformação em estância para o desenvolvimento econômico, social e, principalmente, para o reconhecimento em outras esferas públicas foram: Santos, São Vicente, Caraguatatuba, São Sebastião, Socorro, Águas de São Pedro, Amparo, Serra Negra, Águas de Lindóia, Itu, Salto, Santana do Parnaíba, São Pedro, Barra Bonita, Presidente Prudente, entre outras.

Assim, reconhecem seus governantes, tanto do passado como do presente. Essa distinção fica clara em declarações publicadas em sites oficiais e reportagens veiculadas em veículos impressos regionais. Muitos destes fazem um paralelo entre o antes e depois da cidade ter o título de estância. Mas, todos são unânimes em apontar as transformações econômicas, sociais e porque não dizer na valorização da cidade pelos cidadãos moradores. O impacto na auto-estima da população é um fator que merece, e muito, ser considerado. E deve ser melhor observado em uma análise mais aprofundada.

Dessa forma Jacareí tem, justamente, a oportunidade e a chance de mostrar alternativas , que auxiliem na implantação do Turismo e ajudem a atrair mais visitantes.

Argumentos não faltam, o que faltam são recursos para sustentar uma melhor exploração dessa promissora área de desenvolvimento . Esses recursos poderão surgir e aumentar consideravelmente quando Jacareí for considerada estância Turística:

Jacareí Histórica: A cidade possui pelo menos 3 bens tombados pelo **CONDEPHAAT.** O edifício da antiga Manufatura Santa Helena, o Ed. Solar Gomes Leitão, atual sede do MAV- Museu de Antropologia e a capela Nossa Senhora dos Remédios.

O Solar Gomes Leitão, construído em 1857, constitui um magnífico exemplar da arquitetura urbana do Vale do Paraíba do século XIX, documento relevante do contexto histórico ligado à economia cafeeira.

Hoje abriga o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba -MAV- que está ligado à Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu", onde são realizadas pesquisas, documentação do acervo, exposições, cursos, permitindo aos visitantes conhecer sua arquitetura e restauro, e também proporcionando a pesquisadores e estudantes uma fonte de conhecimento e complementação educacional.

O prédio da antiga de oficina de Artes Santa Helena foi construído em 1911, por Antonio Jordão Mercadante, ex- prefeito e empresário, serviu inicialmente como sede da malharia Elvira e do Clube Elvira. Em 1950, lá se instalou a manufatura de Tapetes Santa Helena, original e única em todo país, com apenas quatro similares no mundo: os tapetes eram feitos pelo sistema de nós, idênticos aos tapetes elaborados no Oriente.

O prédio foi tombado pelo Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Artístico - **CONDEPHAAT**- por ter um vão livre de 18 metros sem colunas numa construção, poucos exemplares desse tipo de construção ainda existem no Brasil. Sua arquitetura assemelha-se às fábricas erguidas por ocasião da Revolução Industrial. Construída numa época onde a cidade começava a se industrializar na década de 10, em substituição à economia agrícola cafeeira.

A capela Nossa Senhora dos Remédios foi erguida no final do século XVIII na extensa fazenda de escravos de propriedade de Bartolomeu de Faria, protagonista do episódio conhecido como "Revolta do Sal", quando liderou um pequeno batalhão local num ataque a Santos, em busca de sal retido na cidade.

A capela foi construída em taipa de pilão como forro de tábuas, estrutura de cobertura em madeira e telhas francesas, assoalho em piso hidráulico e dois pavimentos. É um exemplar típico de capela rural. Foi tombada em 1984.

Outras construções religiosas importantes são a igreja Matriz da Imaculada Conceição que é uma grande construção de estilo neoclássico, em taipa, atribuída ao século XVIII, a igreja do Bom Sucesso, construída na primeira metade do século XIX; a igreja do Rosário e de São Benedito que reuniam os homens negros em torno de sua religiosidade; a igreja Santa Cruz e São Sebastião do Avareí, construída no século XVII, a construção ainda guarda algumas das características barrocas que testemunharam o crescimento da cidade.

Jacareí industrial: sede de um grande parque industrial, oportunidade impar para visitantes conhecerem tantas indústrias, em roteiro inédito que inclui cervejarias, fábrica de tintas, indústria automobilística, indústrias de alimentos, entre outras.

Jacareí ambiental: cidade com belos recantos, cachoeiras, represa e rio na qual o visitante poderá desfrutar de uma vegetação preservada.

Jacareí aventura: com caminhos e passeios para turistas de todas as idades, apreciadores do verde. Com eventos, anuais, tradicionais tanto de Esportes Radicais como de Balonismo.

Jacareí Lazer: com parques e instalações de recreação, e,também com centros que são muito utilizados para atividades de esporte, recreação, lazer e cultura. Esses locais são conhecidos como Educa Mais. A cidade possui também conhecidos Parques que proporcionam estrutura muita agradável para seus frequentadores.

Jacareí Cultural: fruto do cruzamento de migrantes de outros estados, imigrantes, indígenas, africanos, surgiu uma cultura popular muito rica, incluindo danças, comida típica, muita musicalidade e outras formas de expressão, resultando em expressões culturais já reconhecidas. Jacareí tem muita história para contar, dessa forma, dessa forma utiliza muito o teatro, a dança, a música, e principalmente as festividades que compõem seu calendário oficial. São exemplos: As noites culturais promovidas pelo MAV - Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, a festa do Bolinho, Festa dos Imigrantes, Semana do Aniversário da Cidade, com grandes shows musicais, e, a mais tradicional festa, a **FAPIJA**- Feira Agropecuária e Industrial de Jacareí, a terceira maior feira agropecuária e industrial do interior paulista, que atrai todos os anos cerca de 300.000 visitantes, em 10 dias de intensas atividades, que vão desde shows

musicais com artistas consagrados até exposições, hipismo rural, rodeio, leilões de animais, entre outras.

Em 2011, a equipe coordenada pela por mim, professora e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da **UNIP** - Universidade Paulista, estava elaborando este Plano de Ação para o desenvolvimento dos pontos com potencial turístico que compreendia o inventário desses locais, diagnóstico, objetivos, estratégias e diretrizes.

O mencionado Plano estabelecia como meta tornar o Turismo fator de crescimento econômico, social e cultural, através da exploração auto-sustentável, racional e não predatória dos recursos naturais do município e valorização de suas atrações vinculadas ao patrimônio material e imaterial.

O mesmo trabalho previa obter maior participação do setor turístico na geração de renda e empregos, crescimento nos gastos dos turistas dentro da cidade, aumentar o número de vagas para hospedagem, preservar os atrativos naturais e culturais e encontrar mais recursos que possam se tornar atrativos turísticos.

Dessa forma, pretendíamos criar projetos para uma melhor arborização e jardinagem urbana, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente. Essas ações tinham como objetivo principal reconstruir e criar áreas verdes, contribuir para melhoria das condições urbanísticas da cidade, aumentar a diversidade biológica, diminuição da poluição, melhorar as condições de permeabilidade do solo e paisagem.

Os Chamados "Educa Mais" representavam outra ação clara e objetiva da Prefeitura na direção de melhorar a qualidade de vida da população e a melhor qualificação de mão de obra.

Os EducaMais são Centros Educacionais, de Recreação e de Cultura onde ocorrem diversas ações e atividades educacionais, culturais, artísticas e recreativas, sendo um exemplo para região e para todo o estado de São Paulo. Da mesma forma são ministrados cursos para formação de profissionais que podem trabalhar no setor de Turismo: cozinheiro (a), camareira, confeiteiros, padeiros, garçons, recepcionistas, cabeleireiro(a),massagistas, guias turísticos, entre outros.

As próprias sedes do conhecido projeto já merecem destaque, pois existe em seu interior uma estrutura impecável tanto para prática de atividades esportivas e

educacionais, como para manifestações artísticas e desenvolvimento de atividades culturais. Inclusive, está previsto a construção de mais dois Centros, além dos 4 existentes, sendo um deles projetado pelo reconhecido arquiteto Ruy Ohtake.

Outras ações que tem uma relação direta com o Plano de Ação para o desenvolvimento dos pontos com potencial turístico são: a criação de um núcleo de informação e recepção dos turistas, onde como proposta haverá folhetos informativos, mapas da cidade e região, e profissionais destinados a recepcionar os turistas; pretende-se ainda melhorar e reestruturar o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural, assim como criar leis que beneficiem ações desenvolvidas no setor.

A atividade industrial, importante economicamente, também pode ser aproveitada pelo setor de Turismo, através da criação e divulgação do circuito que percorrerá o parque industrial da cidade, que inclui duas das principais cervejarias do país: Heineikem e AMBEV, produção das cervejas BRAHMA, Antártica e Skool; além de uma montadora de veículo chinesa, a primeira com essa nacionalidade a ser instalada no território nacional.

9.1 Diretrizes para as propostas de intervenção visando a preservação e valorização dos bens arquitetônicos com interesse de preservação

Em agosto de 2011, iniciamos nossos trabalhos em relação à questão da valorização e requalificação do Patrimônio Histórico de Jacareí. Dessa forma elencamos alguns bens e imóveis com possível interesse histórico, arquitetônico, artístico e cultural.

Dentre os imóveis com interesse para a preservação e o desenvolvimento de um projeto de restauração e requalificação destacamos: a igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição de Aparecida, Capela São Sebastião do Avareí, Igreja Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capela Nossa Senhora dos Remédios; Museu de Antropologia - MAV; Pátio dos Trilhos; Edifício da manufatura dos Tapetes Santa Helena; Escola Agrícola e ; Edifício dos Expedicionários.

Dessa forma, ressaltamos que essas edificações históricas são os registros da identidade de Jacareí e seu resgate deve ser feito em função de uma memória voltada para o futuro, de acordo com a nova realidade da cidade. Assim, propõem-se:

A. Identificação externa do Patrimônio Arquitetônico, através de placas com textos sobre o histórico de cada edificação e sua importância no contexto da cidade.

B. Implantação de uma lei municipal de proteção ao Patrimônio e incentivos fiscais aos proprietários de imóveis com interesse de preservação.

C. Realização de prospecção para identificação e utilização da cor original das edificações.

D. Adequação de usos coerentes ao potencial de cada edificação histórica, considerando seu entorno.

E. Regulamentação da inserção de propagandas e anúncios nas proximidades do Patrimônio Histórico e Arquitetônico, para se manter a ambiência do imóvel.

F. Padronização no tratamento das calçadas e iluminação noturna diferenciada visando destacar as edificações em relação ao entorno.

G. Recuperação das principais características da arquitetura original (estilo, volumetria e ambiência), adequando as intervenções para o uso atual.

Em relação aos bens citados anteriormente, começamos, agora, a esboçar os projetos de intervenção que pretendemos implantar e que irão, justamente, de encontro com a nova realidade da cidade.

9.2 Propostas específicas para os bens relacionados ao Patrimônio Histórico e Arquitetônico

Em setembro de 2011, continuamos o projeto de requalificação dos pontos com potencial turístico de Jacareí, tendo como diretriz base a retomada dos espaços públicos, através da possibilidade de potencializar seus usos e o resgate da identidade cultural, considerando as demandas e possibilidades de desenvolvimento de cada área.

Tendo como alvo principal à população que, através da revitalização, beneficiará o entorno imediato.

Lembramos que a equipe considerou a cidade com todos os valores que os pontos de potencial turístico de Jacareí têm a apresentar. Identificados estes valores, desenvolvemos mais alguns elementos do **Plano de Ação** buscando a integração dos mesmos com a revitalização considerando questões fundamentais como: Valor estético – melhorando a aparência da área a revitalizar; Arquitetônico - divulgação da imagem da cidade promovendo o envolvimento da população e da iniciativa privada; Ambiental - trabalho urbanístico considerando o meio ambiente; Funcional - envolvimento de grande número de atores na intervenção; Recurso - recuperação do que existe, sendo mais viável, do que construir em uma área muitas vezes consolidada; Continuidade da Memória Cultural e Herança - envolvimento maior do sentido cultural, tendo a função de formar uma nova mentalidade de preservação e; Econômico e Comercial - maior viabilidade econômica para a área, potencializando uma estrutura econômica que se sustente.

Em busca de uma efetiva valorização dos espaços públicos, procurou-se, anteriormente, identificar junto á população de Jacareí, qual a imagem que se tem da cidade, levantando a sua história, a origem, pontos de referências, eventos culturais, áreas de lazer, tradições e vontade do que poderia vir há ser ponto com potencial turístico além de elaborar um inventário do Patrimônio Material e Imaterial, analisando as tipologias e estado de conservação.

Dessa forma, o **Plano de Ação** busca, agora, resgatar a história, com programas interligados para ruas e logradouros públicos, avenidas, passeios públicos, patrimônio histórico e arquitetônico, envolvendo os estabelecimentos comerciais e consolidando a imagem da cidade, assim como apresentando mais algumas intervenções nos bens relacionados ao Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

9.2.1 Pátio dos Trilhos: breve histórico

A ligação ferroviária Rio - São Paulo foi imprescindível para o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba. Duas empresas cobriam essa ligação: a estrada de ferro D. Pedro II, fundada em 1855 com recursos do Tesouro Nacional e a estrada de ferro do Norte, fundada por capitalistas e fazendeiros paulistas em 1869. Entre os principais acionistas da ferrovia do Norte estava o Conde Moreira Lima, de Lorena, e o coronel Gomes Leitão, de Jacareí.

A estação Ferroviária de Jacareí teve sua construção iniciada em 1875, e sua inauguração oficial deu-se um ano depois. Até então, todo transporte de cargas e viajantes era feito por tropas de mulas. Em 1877, a linha férrea de ligação com São Paulo, de bitola estreita, é inaugurada.



Figura 2 - Pátio dos Trilhos
Fonte: Arquivo Municipal, data não identificada

A área próxima à estação concentrava muitos estabelecimentos comerciais e, a partir da década de 1940, o largo da estação passou a abrigar também instituições públicas, como a Prefeitura Municipal e o Posto de Puericultura. Nas proximidades, instalavam-se os pontos de charretes e táxis.

A estação foi adquirida da Rede Ferroviária, pela Prefeitura Municipal, em 1986. A partir de então foi ocupada pelo Museu de Antropologia, antes de sua instalação definitiva no solar Gomes Leitão, e pela casa dos artistas e do artesão.

Em 1996, os edifícios da estação de passageiros e as antigas casas de funcionários da ferrovia foram reformados e passaram a ser ocupados pelo

Departamento de Turismo e pela Villa Cultura, e, atualmente o espaço é ocupado pela Fundação Cultural de Jacarehy ”José Maria de Abreu”.

9.2.2 Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição de Aparecida: breve histórico

A falta de documentos ou mesmo a ambiguidade de informações nos poucos documentos já encontrados, dificultam o estabelecimento de datas precisas para a construção da igreja Matriz.

Azevedo Sampaio cita, em manuscrito datado de 1886, existente na Biblioteca Nacional, uma declaração do vigário João Martins Bonilha em 1747 referindo-se ao lançamento dos alicerces da igreja, em 1654.

Um documento de 1728 revela que o rei português D. João V destinou recursos para a “reconstrução da matriz de Jacareí”, mas o estilo neoclássico da igreja indica ser ela uma construção do período de faustosidade trazido pela economia cafeeira ao vale do Paraíba.

O viajante Saint-Hillaire a descreve em 1822 como “a igreja paroquial, construída de taipa, é bem grande, mas pouco ornamentada, não está caiada nem por dentro nem por fora”. Emile Zaluara a qualificaria, em 1860, como magnífica matriz, acabada de reparar e aumentada de novo, e que em grandeza e gosto arquitetônico tem, depois de Pindamonhangaba, o primeiro lugar entre as do norte da Província ”.

Um documento de 1855, do Cartório do 1º ofício de Jacareí, relata a contratação do arquiteto Eliato para projetar o frontispício e as torres da Igreja Matriz local.

Já, o crescimento da cidade, apesar de ser Avareí o ponto inicial de formação do núcleo urbano, aconteceu em torno do largo da Matriz, onde se localiza o atual centro.

Os altares laterais da igreja ainda guardam a decoração rococó dourada. O altar-mor não é mais original, substituído por um mármore.

Merece destaque a imagem de Nossa Senhora da Conceição, provavelmente portuguesa e setecentista, e as pinturas de Graciliano Vicente Xavier (1856-1934), discípulo de Almeida Júnior, pinturas realizadas em 1929.

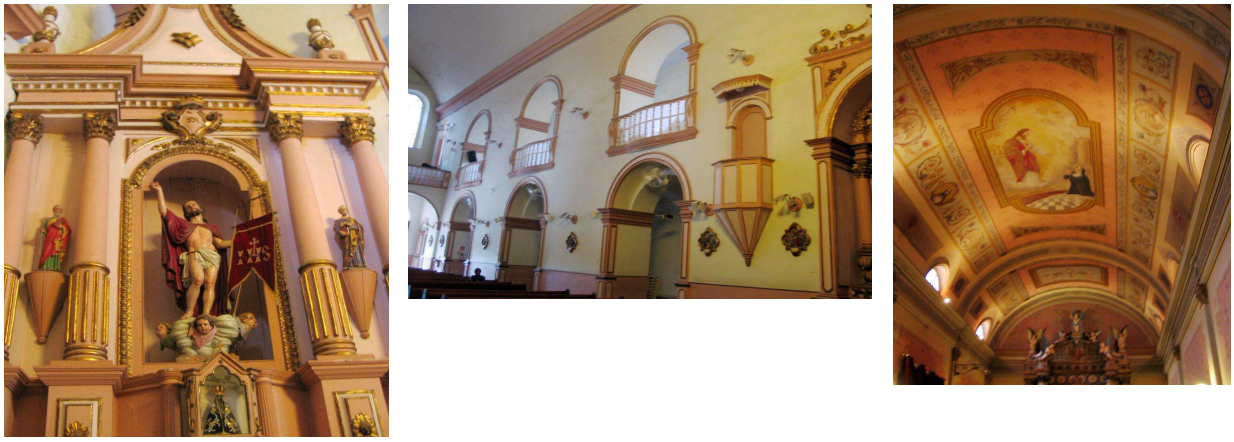


Figura 3 - Detalhes do interior da Igreja Matriz
Fonte: Arquivo pessoal, maio 2011

9.2.3 Capela de Nossa Senhora dos Remédios: breve histórico

Edificada em taipa de pilão provavelmente no século XVIII, apresenta planta retangular e tem um anexo de dois pavimentos no fundo na mesma técnica construtiva. A frontaria traz uma porta almofadada encimada por três janelões guarnecidos com grade de balaustres.

O retábulo do altar-mor ocupa toda extensão da parede e apresenta dois pares de colunas caneladas e três arcos concêntricos guarnecidos com talhas de rococó e motivos florais. Duas peanhas ornadas de acantos estilizados apresentam imagens de santos.

Os dois pequenos altares laterais de madeiras são de época e feitura distinta do altar-mor, e apresentam pintura marmorizada na mesa, um oratório para imagens e pequeno retábulo pintado com motivos repetitivos.

Vindo de São Paulo, chegando a Jacareí, pode-se vislumbrar, da movimentada via Dutra, a igreja sobre um pequeno outeiro. O **CONDEPHAAT** optou por seu tombamento em 1990, e realizou um processo de restauração.

9.2.4 Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso: breve histórico

A igreja foi construída na primeira metade do século XIX. O cientista francês Auguste de Saint- Hilaire mencionava, em 1822, a existência em Jacareí de uma capela tosca, além da matriz e da igreja do Avareí, talvez essa igreja seja a capela do Bom Sucesso. Manuel Elpidio Pereira, em seu diário, datado em 1854, inclui a Bom Sucesso entre as igrejas da cidade.

Documento da Câmara, de 1863, indica a necessidade de"…roçar o mato do B. Sucesso", revelando a presença da invocação a Nossa Senhora do Bom Sucesso no local.

O edifício atual, reconstruído, guarda em seu altar-mor partes do altar primitivo da matriz e também uma mesa bojuda entalhada.

Em 1913, quando o engenheiro Paulo de Frontin aterra o solo alagadiço do local, com vagões de pedra e terra, o largo do Bom Sucesso passa a denominar-se Conde de Frontin.



Figura 7 - Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, sem data definida.
Fonte: Arquivo histórico Municipal

9.2.5 Igreja Nossa Senhora do Rosário: breve histórico

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito reuniam os homens negros em torno da religiosidade, e assim foram erguidas muitas capelas e igrejas por todo Brasil.

A primitiva igreja do Rosário, construída possivelmente no fim do século XVIII e primeira metade do XIX, foi demolida em 1906 para dar lugar à atual. No largo á sua frente aconteciam festas e danças como o jongo, o Moçambique, e outras manifestações culturais.

A igreja possui três retábulos[3] antigos; os altares laterais têm frontão barroco em curvas e contracurvas, e quartelões[4] semelhantes aos da igreja do Avareí. No mesmo estilo é o púlpito, guarnecido por grade, sanefa e frontão rococós. A talha apresenta-se pintada de branco, com molduras e detalhes em dourado.

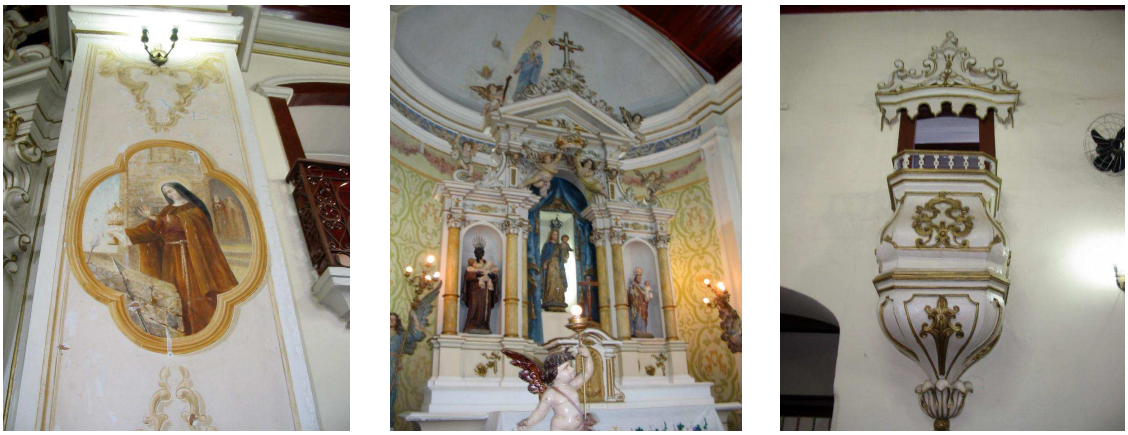


Figura 8 - Detalhes do interior da Igreja do Rosário
Fonte: Arquivo pessoal, maio 2011.

[3] Retábulo - s.m. Construção de madeira ou pedra, em forma de painel e com lavores, que se coloca na parte posterior dos altares e que é geralmente decorada com temas da história sagrada ou retratos de santos. Fonte: Dicionário on line de português. http://www.dicio.com.br/retabulo/.Acesso em 31.01.2012.

[4]Quartelão - Pilastra com relevo na parte superior em forma de mísula muito ornamentada, geralmente em talha (1) trabalhada presente nos retábulos. Também chamada pilastra misulada. Fonte: http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=quartel%E3o. Acesso em 31.01.2012.

9.2.6 Capela São Sebastião do Avareí: breve histórico

A igreja parece ter sido o ponto a partir do qual se iniciou o desenvolvimento urbano de Jacareí. De acordo com a tradição, este é o templo mais antigo da cidade, mas o único documento efetivamente existente era um cruzeiro de madeira da igreja com data gravada no mesmo de 1745. Hoje este cruzeiro foi trocado por outro.

A igreja passou por reforma em 1936, tendo em vista a precariedade de suas instalações à época. Sacristia e parte do altar-mor foram reconstruídos em tijolos, em substituição às taipas destruídas.

Em 1962, a igreja passou por nova reforma, com substituição de assoalho, caibros, forro, arco-cruzeiro, escada e coro, gravemente atacados por cupins. Na ocasião foram colocados os lambris de madeira que até hoje guarnecem as paredes da igreja.

Os nichos laterais e os altares foram substituídos e colocado o piso de pedras. Em 1977, o altar-mor, a mesa de altar e sacrário foram refeitos, reproduzindo-se o padrão antigo.

Embora reconstruída, a igreja do Avareí ainda guarda algumas das características barrocas que testemunharam o crescimento da cidade.

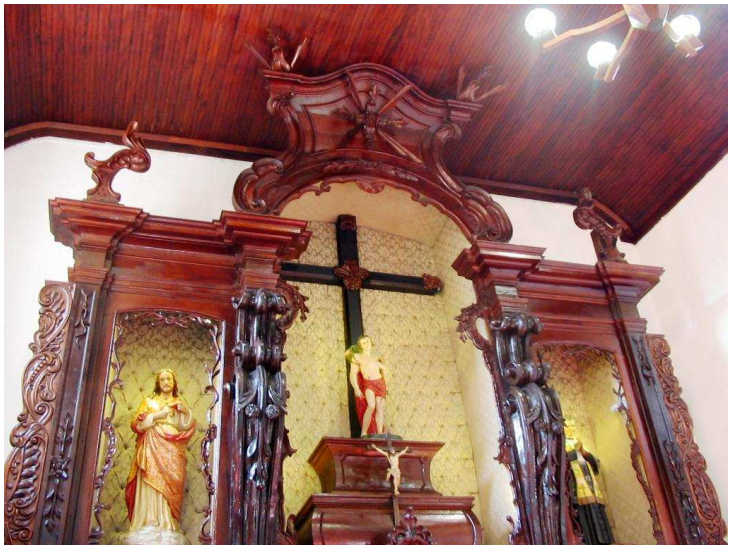


Figura 9 - Detalhes do interior da Igreja São Sebastião do Avareí
Fonte: Arquivo pessoal, abril 2011.

9.2.7 Capela Nossa Senhora Aparecida: breve histórico

Segundo material datilografado encontrado na própria igreja, retirado do livro de Dona Geraldina de Oliveira, em 1951, a madre Maria Conceição de Jesus Agonizante visitando o Educandário Dona Margarida Galvão, onde eram internados os filhos dos leprosos, achou falta de uma capela, onde segundo o pensamento da irmã poderia ser ministrado com maior proveito o catecismo às crianças.

Dessa forma, em maio de 1955, ela expôs sua ideia ao senhor Maurício de Freitas, diretor do Educandário. O referido diretor aprovou a ideia.

Em dezembro de 1955 o diretor expôs a ideia ao padre Cunha, até então vigário da paróquia da Imaculada Conceição. A ideia, mais uma vez, foi bem recebida, e assim diversas pessoas começaram a contribuir de forma voluntária e anônima para a viabilização da construção da capela. Os primeiros Cr$350,00 (trezentos e cinqüenta cruzeiros) foram depositados em caderneta bancária com o título "Pró- Construção capela do Educandário de Jacareí".



Figura 10 - Capela Nossa Senhora Aparecida, fachada lateral esquerda e posterior.
Fonte: Arquivo particular, maio de 2011.

Ainda segundo material datilografado encontrado, em outubro de 1957, depois de muitas dificuldades, o então governador Jânio Quadros assinou o documento de doação do terreno para a construção da capela. A pedra fundamental foi lançada em primeiro de dezembro de 1957, e iniciada a construção em 25 de maio de 1958. Em 15 de novembro do mesmo ano a capela foi coberta. Porém, depois de muitos percalços, a inauguração só ocorreu em 15 de agosto de 1959. A inauguração foi precedida de uma novena preparatória, na qual participaram os padres: Sebastião Faria, Ernesto Cunha e João Eleffner.

9.2.8 O Edifício do antigo prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena

Construída na década de 1910, o edifício onde funciona atualmente o Supermercado Vila Real, foi de início destinado ao funcionamento da Fábrica de Meias Alice. A partir de 1936 foi sucessivamente transferido para outros proprietários, mas sempre ocupado para fins industriais.

Em 1951, transferida de São Paulo, ali se instalou a Manufatura de tapetes Santa Helena, fabricante de tapetes de nó feitos com a mesma técnica dos famosos tapetes orientais. Na Santa Helena, dava-se todo o processamento do tapete, desde a fiação da lã e tintura até a armação manual dos nós turcos e o acabamento final. Cerca de 90 operárias faziam esse trabalho, único no país.

Na manufatura Santa Helena, portanto, residem dois importantes aspectos: a edificação em si, representativo documento da arquitetura industrial, e a história da fábrica de tapetes, cujo cotidiano de trabalho estão ligados muitos jacareienses.

A atividade de produção, os teares do princípio do século, as técnicas de confecção, os desenhos, os diagramas, as relações de trabalho, enfim, foram alvo de um projeto de instalação de um museu da indústria no local, na década de 1980. Em 1990, o imóvel foi tombado pelo **CONDEPHAAT** (Resolução de tombamento 33 de 29/11/1990), assegurando sua preservação.



Figura 11 - Fachadas edifício da Manufatura de tapetes Santa Helena.
Fonte: http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/ acesso em 11/11/11.

9.3 Propostas: estudos preliminares vinculados a intervenção nos bens de interesse de preservação visando sua requalificação e valorização

Todos os bens citados no item 9, merecem uma especial atenção. Por isso foram desenvolvidas propostas específicas para alguns deles, faltando apenas a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, porque existe um projeto de restauro em andamento, o Edifício dos Expedicionários por se tratar de uso particular.

Nesta etapa do trabalho, estamos avaliando o "bem arquitetônico" com interesse de preservação, do ponto de vista da sua ambiência e área envoltória e de sua valorização como tal. Esta avaliação se deu após um sistemático levantamento e diagnóstico feito através de análise "in loco" de aspectos relevantes para o entendimento das potencialidades de cada bem a ser considerado de interesse de preservação.

Assim, tomamos como definição o que diz o **CONPRESP**[5] - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo que

[5] O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp, foi criado pela Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, como um órgão colegiado

diz, em seu glossário, a definição de "ambiência" como sendo "o espaço arquitetonicamente organizado, harmônico e integrado dos imóveis vizinhos ao bem tombado. Relativo à visibilidade do bem tombado".

Também consideramos o que diz a *Carta de Atenas*, de 193, na parte III que trata da Valorização dos monumentos históricos[6], afirmando que a fisionomia e o caráter das cidades nas vizinhanças de um bem a ser preservado, são assuntos que devem ser tratados com cuidados especiais, pois algumas perspectivas pitorescas do bem devem ser preservadas. Assim, a carta também trata da ambiência dos bens de interesse de preservação.

Quanto à "valorização" do patrimônio cultural edificado, entendemos que equivale a habilitá-lo com condições ambientais, sem desvirtuar suas características que o fazem ter importância, ressaltando-as e permitindo o seu ótimo aproveitamento. Trata-se de ações sistemáticas, eminentemente técnica, dirigidas a utilizar todos os bens de interesse de preservação destacando e exaltando suas características históricas, artísticas, arquitetônicas e culturais.

Quanto ao entorno imediato de bens preservados, as ações de valorização sobre estes implica diretamente em significativa melhoria para as áreas vizinhas. Ha um incremento de valor real por ação reflexiva constituindo uma forma de mais valia que deve ser levada em consideração quanto aos benefícios de se estar nas proximidades de um patrimônio.

Desta forma, vejamos as indicações e os desenhos da segunda parte das propostas para o Pátio dos Trilhos e o início da proposta de intervenção para as áreas e praças onde estão inseridas as igrejas.

---

de assessoramento cultural ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura. Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/organizacao/ acesso em 06/10/2011.

[6] Monumento Histórico é definido no artigo 1º da Carta de Veneza compreendendo "a criação arquitetônica isolada, bem como o sitio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural". Fonte: Cartas Patrimoniais. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. IPHAN, 1995. (caderno de documentos n. º 3) pág. 109.

9.3.1 Proposta/Estudo preliminar: Pátio dos Trilhos

Embora o Pátio dos Trilhos tenha sido também objeto do Relatório 06, a equipe decidiu apresentar no relatório 7/setembro, complementos que possibilitam um melhor entendimento da proposta como um todo, pois integrou-se ao Pátio dos Trilhos a Praça Conde Frontin, entendo esta como parte do conjunto e que deveria fazer parte da proposta pensando em integrar as áreas, e "até quem sabe fazendo uma alusão ao antigo caminho do trem". Veremos como isto se deu na proposta através dos desenhos.

Mesmo com a integração da Praça Conde Frontin com o Pátio dos Trilhos o ponto de partida continua em torno de deixar estas áreas mais usáveis e aproveitáveis para a cidade sem perder os trilhos e resgatando a idéia do trem, o que contribui para efetivar sua caracterização como estação ferroviária e local de uso público.

Contemplar várias faixas de idade também foi um item que direcionou a escolha das atividades que serão oferecidas com o projeto de reurbanização desta área da cidade.

Os trilhos do trem formam um eixo que direciona as atividades, iniciando com a "Rotunda das crianças", um playground cujos brinquedos serão projetados e construídos com material de sucata de trem destinados a crianças de 1 a 5 anos. Outro playground foi proposto para as crianças de 6 a 12 anos, e ficará localizado em um local ao lado do edifício que abriga a diretoria de cultura (ver desenhos).

A atual área de espera do trem continua com este uso, mas agora com mais bancos, lixeiras, floreiras, assim os pais das crianças podem descansar e olhar seus filhos brincando, ou contemplar também alguém que queira ler um livro ou simplesmente descansar.

Do outro lado da rua, o lado onde está o edifício ocupado atualmente pela Fundação Cultural, vai ser dedicado aos adultos e adolescentes.

Dois vagões lanchonete/bar estarão posicionados junto a uma plataforma de ferro onde serão posicionadas mesas ao ar livre. Um dos vagões também tem mesas em seu interior e o outro é a cozinha da lanchonete/bar.

Continuando no eixo marcado pelos trilhos, chegamos aos "vagões de exposição", são dois vagões vazios destinados a exposições temporárias de diversos temas. Estes vagões possuem também grandes plataformas de ferro ao ar livre que servirão para exposições também.

Ainda no eixo dos trilhos, chegamos ao Centro de Informações Turísticas - CIT, cuja proposta é abrigar a diretoria de turismo. Ao lado do CIT projetamos banheiros públicos, entendo que esta área com as atividades que se pretende ter, precisará de banheiros.

O partido adotado para o edifício do Centro de Informações Turísticas – CIT, foi referenciar o edifício histórico, onde hoje está a Fundação Cultural, por meio de janelas de vidro altas travando uma linguagem semelhante às portas de madeira também altas do edifício histórico. A madeira foi usada nos brises[7] que recobrem as janelas equilibrando o novo com antigo. Outro ponto importante foi respeitar o gabarito de altura do edifício histórico, sendo que o "novo" não ultrapassa a altura do antigo.

O novo conjunto se completa com uma proposta de paisagismo que demarca definitivamente os trilhos, com um jardim de flores posicionado entre os mesmos, permeado por pedras e pedriscos decorativos, demarcando ainda mais o eixo, cujo qual terá o mesmo tratamento do outro lado da rua até seu final.

Todas as novas instalações são munidas de acesso aos portadores de necessidades especiais via rampas com dimensões e inclinação de acordo com a norma de acessibilidade. As plataformas de ferro receberam piso antiderrapante feitos de reciclagem de pneus, permitindo também amortecer impactos. O local é para todos!

[7] O **brise-soleil** (expressão francesa cuja tradução literal seria **quebra-sol**, embora seja comum a utilização apenas da palavra **brise** em português) é um dispositivo arquitetônico utilizado para impedir a incidência direta de radiação solar nos interiores de um edifício, de forma a evitar aí a manifestação de um calor excessivo. Foi um dos principais elementos compositivos utilizados pela arquitetura moderna, sendo ele próprio um ícone de movimentos arquitetônicos como o *international style*, embora dispositivos similares sejam encontrados em obras mais antigas.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Brise-soleil. Acesso em 10.02.2013.

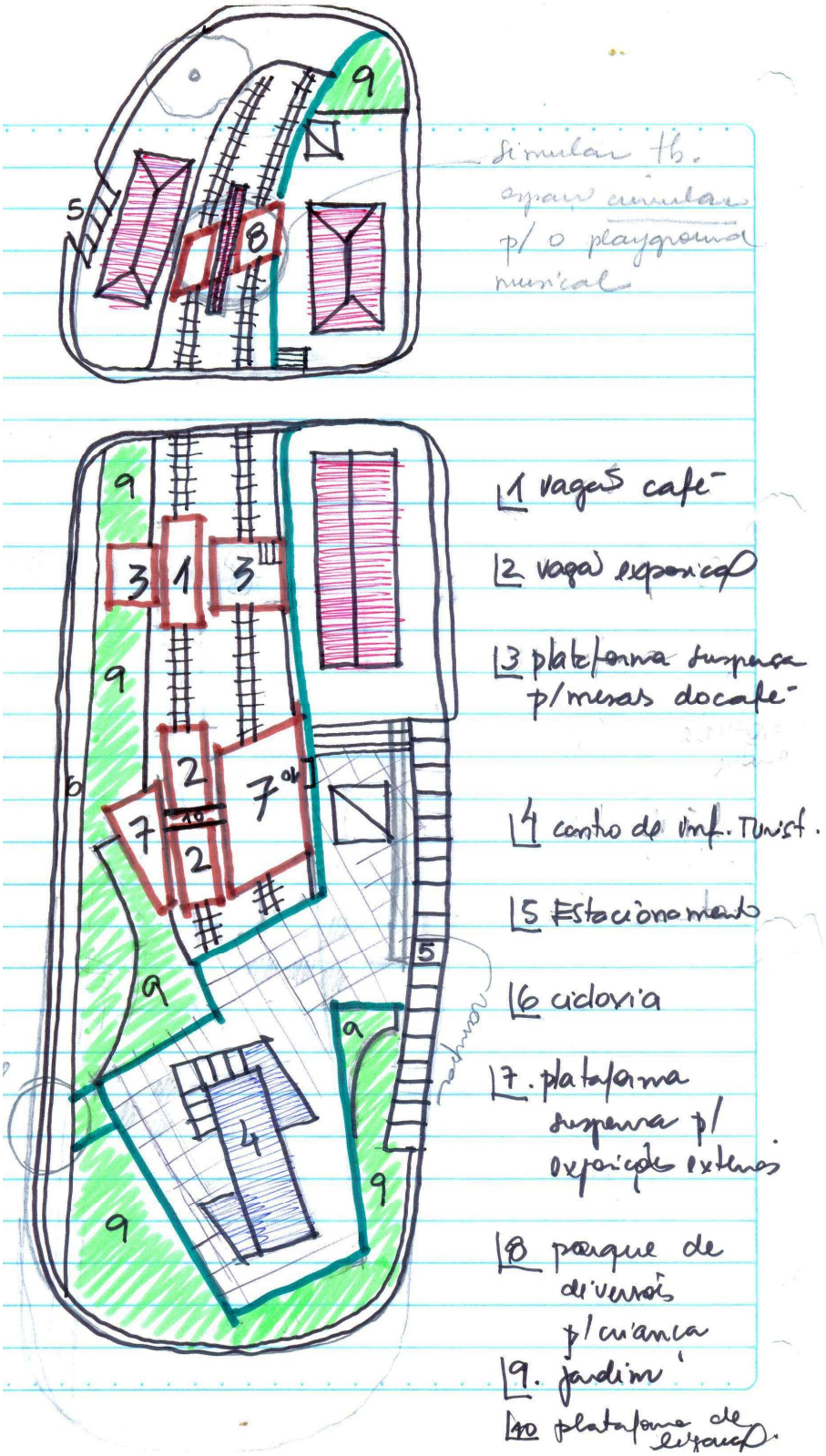


Figura 12 - Croqui desenvolvimento da proposta - Pátio dos Trilhos
Fonte: Arquivo pessoal, agosto 2011



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA AÉREA DO PÁTIO DOS TRILHOS COM A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA AÉREA DO PÁTIO DOS TRILHOS EM DESTAQUE PLAYGROUNDS PARA CRIANÇAS



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA DO CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS, VAGÕES DE EXPOSIÇÃO, E AO FUNDO LANCHONETE/BAR



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA DOS VAGÕES DA LANCHONETE/BAR, AO FUNDO VAGÕES DE EXPOSIÇÃO E CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA DO JARDIM DE FLORES

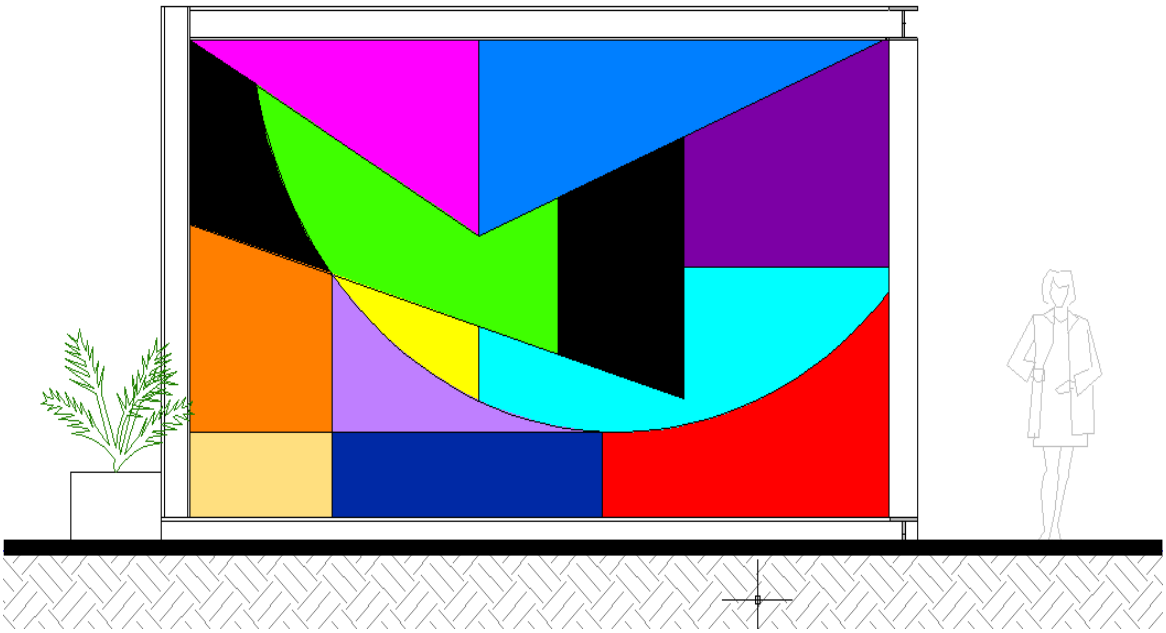
O novo conjunto se completa com uma proposta de paisagismo que demarca definitivamente os trilhos, com um jardim de flores posicionado entre os mesmos, permeado por pedras e pedriscos decorativos, demarcando ainda mais o eixo, cujo qual terá o mesmo tratamento do outro lado da rua até seu final.



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA DA "ROTUNDA DAS CRIANÇAS"



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA – VISTA DO PLAYGROUND PARA CRIANÇAS DE 06 A 12 ANOS, AO FUNDO ÁREA DE ESPERA DO TREM



ESTUDO PRELIMINAR
PAINEL DECORATIVO – BANHEIRO PÚBLICO
SEM ESCALA



ESTUDO PRELIMINAR
PERSPECTIVA SEM ESCALA - PAINEL DECORATIVO – INTEGRAÇÃO
CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E BANHEIRO PÚBLICO



ESTUDO PRELIMINAR
CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E BANHEIRO PÚBLICO
PERSPECTIVA SEM ESCALA

9.3.2 A Praça como espaço público

A praça é o elemento urbano que existe em nosso território desde o período colonial como local público, marcado pelo uso coletivo. Para Santos (2004), é o local "onde se estabelece a passagem do abstrato – a discussão e a reflexão coletiva, a cidade ideal, pensada – para a cidade real". Também pode ser considerada como ponto nodal, cuja influência se irradia tornando-se, muitas vezes, elemento simbólico do lugar; as praças materializam a ideia de público.

Atualmente, a praça é parte de uma nova conjuntura urbana que permite inovações no campo da criação de espaços livres urbanos. As novas tecnologias construtivas e os novos materiais vêm permitindo a implantação de infinitas possibilidades. Em muitos casos, projetos se caracterizam pelo restauro do antigo com a implantação de usos diferentes; pela reestruturação dos espaços; implantação de novos programas de necessidades mais permissivos, adaptando-se às demandas da cidade do século XXI. Conclui-se, assim, que as Praças podem ser conceituadas hoje, como "espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos (apud. ROBBA e MACEDO, 2003, p17.)

Para alguns casos em que vamos propor a valorização e potencialização dos bens considerados de interesse de preservação, a praça está presente, e, portanto, procuramos entender sua importância atualmente frente à demanda da cidade.

Assim, valorizar os bens arquitetônicos está diretamente ligado à proposta de reurbanização dessas praças. Para tanto, tomamos como ponto de partida, 4 valores que conduzirão as propostas, levando-se em consideração o contexto que os cerca.

1. Valores ambientais – implantar áreas que possam contribuir para a aumentar permeabilidade do solo e equilibrar a temperatura, procurando reduzir a incidência solar e ilhas de calor.

2. Valores funcionais e sociais – propiciar o convívio entre as pessoas promovendo espaços descanso, de recreação e divertimento, integração social voluntária.

3. Valores estéticos – como objeto de embelezamento urbano, resgatando ou atribuindo a imagem da natureza da cidade.

4. Valores simbólicos – as praças como espaços públicos são historicamente simbólicos, pois se tornam objetos referenciais no urbano e cênico na paisagem da cidade.

Para cada caso, consideramos a forma pela qual a Praça se insere no urbano, e entre as selecionadas um ponto é comum, a existência de edifício de interesse de preservação. Abaixo, segue um quadro de classificação dos tipos de praças que leva em consideração sua forma de inserção no urbano.

Classificação das praças

Quanto ao sentido da palavra *praça* (ROBBA e MACEDO, 2003).	**Praça jardim** Espaços nos quais a contemplação da formação vegetal e circulação são privilegiados.	**Praça seca** Largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres.	**Praça azul** Praças nas quais a água possui papel fundamental. *Belvederes* e jardins de várzea possuem tal característica.		**Praça amarela** Praias em geral	
Quanto às vias públicas como elemento estruturador (RIGOTTI, 1956).	**Praça radial** Quando diversas vias confluem simetricamente ou não, a um único foco no centro de um amplo espaço.	**Praça em leque** São consideradas uma parte menor da anterior, onde a confluência em um ponto é limitada a poucas vias que partem em raios de um único setor.	**Praça de junção tangencial** São as que permitem um circulação giratória, a partir de uma única via que faz a circulação da mesma.	**Praça quadrangular e retangular** São fruto do cruzamento de 4 vias, sendo 2 a 2 paralelas entre si.	**Praça de junção axial ou de atravessamento direto** A intersecção ortogonal de duas vias propicia o aparecimento desse arquétipo.	**Praça triangular** São resultado interseção de 3 vias
Quanto à tipologia ou arquétipo (RIGOTTI, 1956).	**Praça de descanso** ✓ Praça de estacionamento ✓ Praças de estação ✓ Praça para edifícios públicos		**Praça de circulação** ✓ Praças de mercado ✓ Praças de igreja e palácios ✓ Praças de reuniões ✓ Praças monumentais			
Quanto às categorias (MATAS COLOM et al, 1983).	**Praças de significação simbólica** Caracterizada por ser um marco urbano de fácil recordação. É quase sempre de desenho monumental e se relaciona com algum acontecimento de importância nacional.	**Praças de significação visual** Aquela da qual as pessoas não recordam por si, mas pelo monumento ou edificação geralmente pública.	**Praças com função recreativa** Aquela que se reconhece pelo desenvolvimento de atividades de entretenimento.		**Praças com função de circulação** Aquela que devido à sua localização converte-se em lugar de passagem obrigatór de veículos e pedestres.	

Fonte: DE ANGELIS, CASTRO e NETO, 2004, p. 64-67.
Organização: COSTA 2007.

Figura 1 - Quadro de Classificação de Praças
Fonte: (COSTA, pag.35, 2008)

9.3.3 Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição de Aparecida

No caso em questão, entendemos que o espaço que envolve a Igreja Matriz poderia ser melhorado, no sentido de valorizar o edifício e de contemplar necessidades da população, principalmente daqueles que estão no entorno imediato. Assim, a Praça Padre Anchieta precisaria de uma intervenção visando estes objetivos.

A proposta parte de eixos de visibilidade da igreja, de forma que se possa visualizá-la de alguns pontos da Praça e das ruas lindeiras, conforme indica figura abaixo.

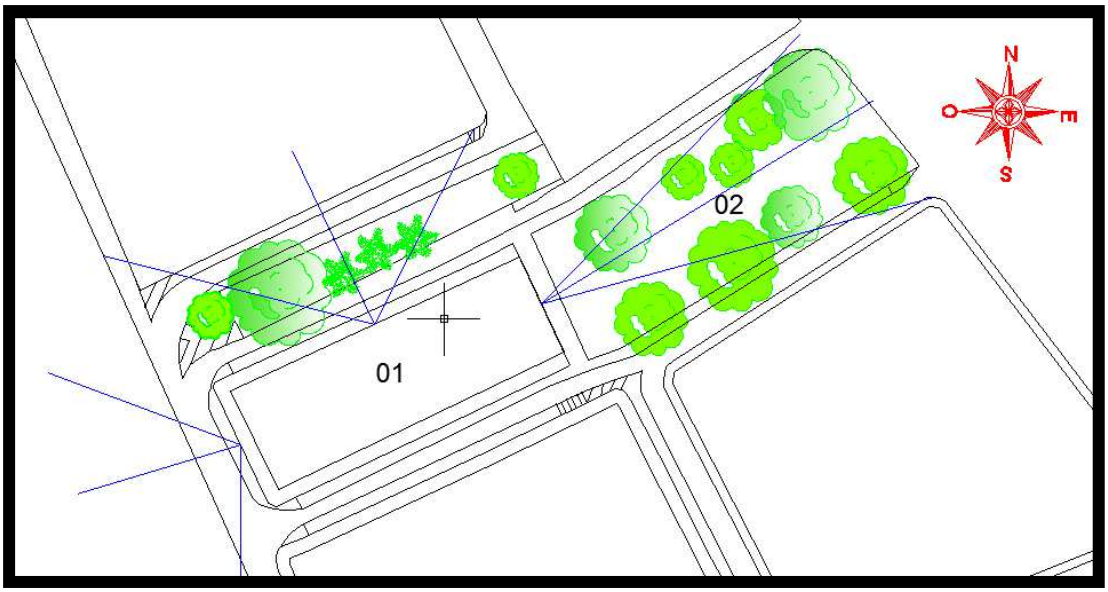


Figura 14 - (1) Igreja Matriz, (2) Praça Padre Anchieta.
Eixos de visualização da igreja
Autor: Arq. Dilene Zaparoli, setembro 2011

Sobre a vegetação existente, uma ação é fundamental, a poda das árvores. Em nossa proposta estas não serão remanejadas, e portanto, para se obter melhor visibilidade do edifício é preciso podá-las. A figura 14 mostra bem como a vegetação impede a visualização do edifício na fachada frontal e lateral direita.



Figura 15 - Fachada da Igreja Matriz, observar a vegetação. Fonte: Arquivo pessoal, setembro 2011.





Figura 16 – Rua que passa ao lado da Fachada Lateral Direita e Fachada lateral direita. Fonte: Arquivo pessoal, setembro 2011.



Figura 17 – Fachada lateral esquerda
Fonte: Arquivo pessoal, setembro 2011

Além dos eixos de visualização estimados na figura 13, partimos também do princípio de que, para não remover as árvores existentes, seria necessário canteiros devido a sua atual localização.

Sendo assim, a proposta parte de um ponto na extremidade direita da Praça de onde são traçados outros 7 eixos (azul) que vão conduzir, juntamente com círculos (rosa) de espaçamento, entre eles de 3 metros, a localização dos canteiros. Também partimos da ideia de se retomar o "Adro" da igreja, espaço livre junto a este tipo de edifício, e onde, em muitos casos, se localiza o cruzeiro. Este será localizado por meio de dois outros eixos que dividem a praça em 4 partes (eixo laranja). Ver figura abaixo.

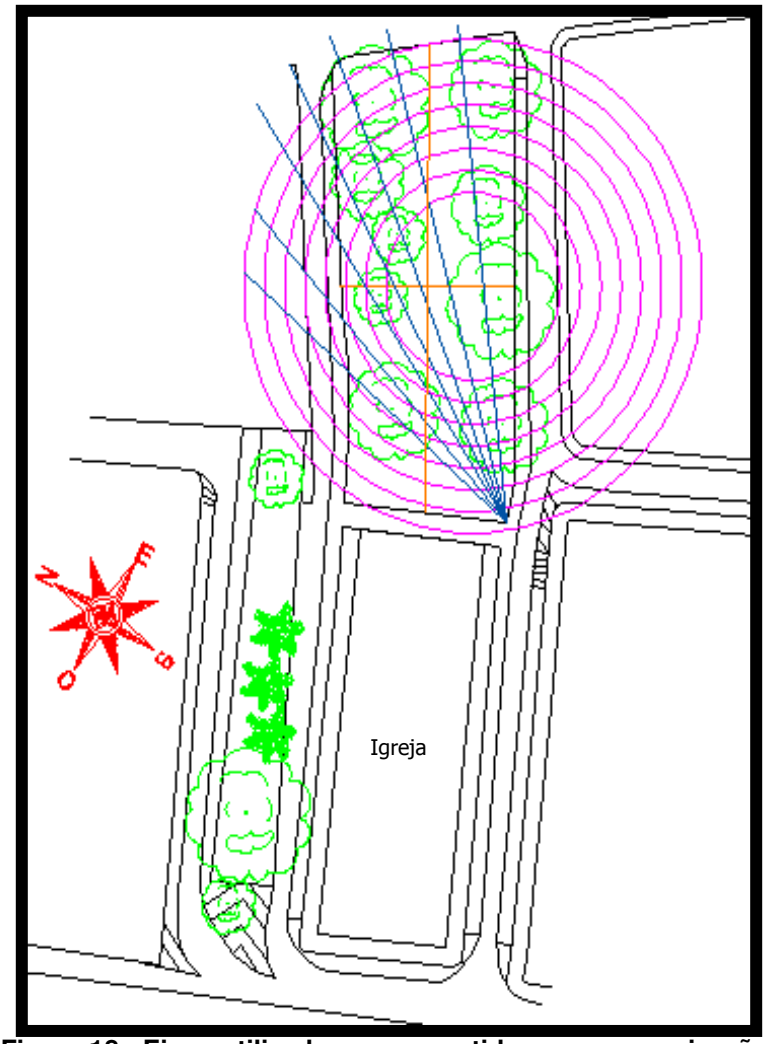


Figura 18 - Eixos utilizados como partido para a organização do espaço da Praça, sem escala.
Autor: Arq. Dilene Zaparoli, setembro 2011

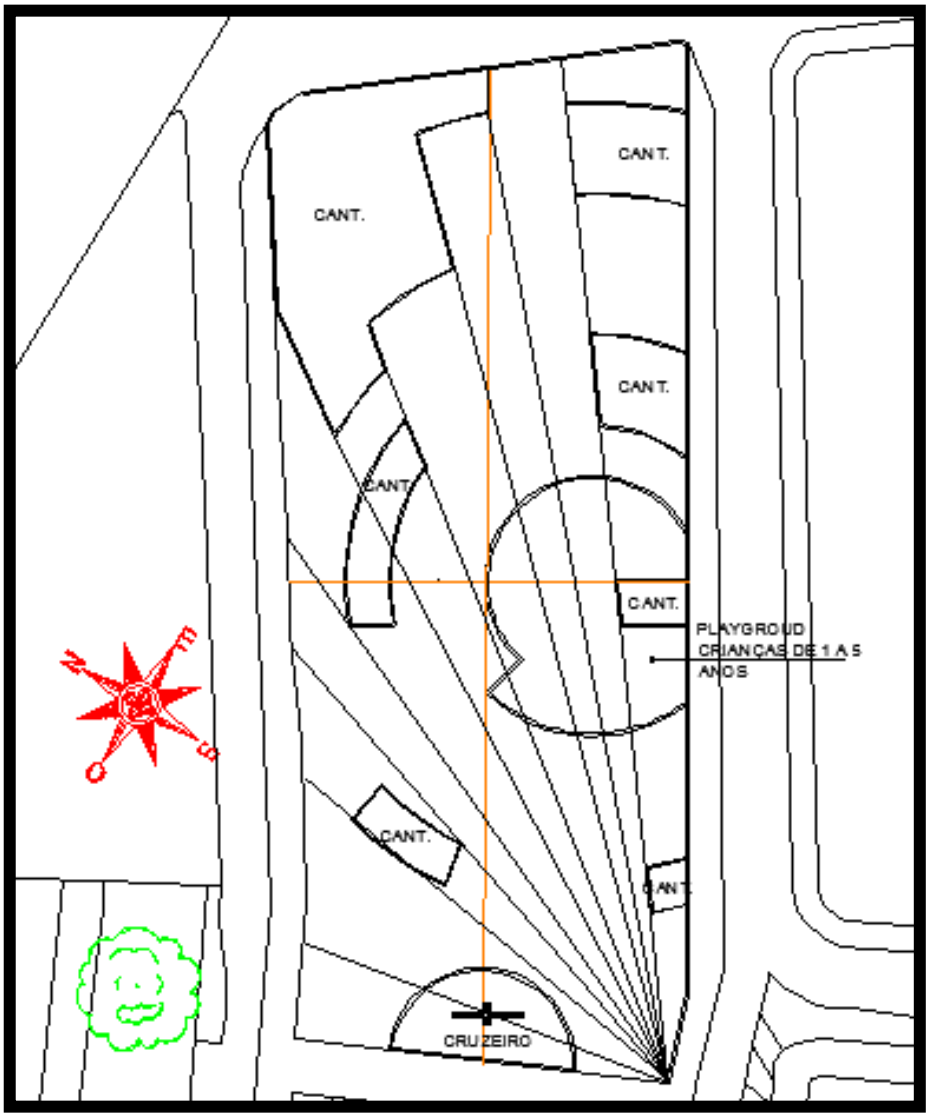


Figura 19 - Localização dos Canteiros, Cruzeiro e Playground, sem escala. Autor: Arq. Dilene Zaparoli, setembro 2011

Destes eixos foram então delimitadas as áreas de canteiro, a localização do cruzeiro e o local para um *playground* para crianças de 1 a 5 anos. Em visita ao local, percebemos que existem muitas residências no entorno imediato. Notamos a presença de poucas pessoas da terceira idade, sentadas nos bancos existentes, além de alguns jovens conversando. Nos pareceu que esta Praça funciona mais como um local de passagem durante a maior parte do dia. No entanto, pelas suas dimensões e entorno, poderia ser melhor aproveitada. A ideia de oferecer um *playgroud* é para possibilitar o

uso do espaço para crianças e seus pais, fornecendo local de lazer. Acima, verifica-se imagem com a localização dos canteiros (CANT.), cruzeiro *e playground.*

A maioria dos desenhos propostos para o piso da praça baseia-se em padrões bidimensionais com uma série de formas interligadas. O desenho combina o ar bem-definido de alguns materiais modernos com a folhagem das plantas, e o padrão criado pode ser visto como um quadro abstrato.

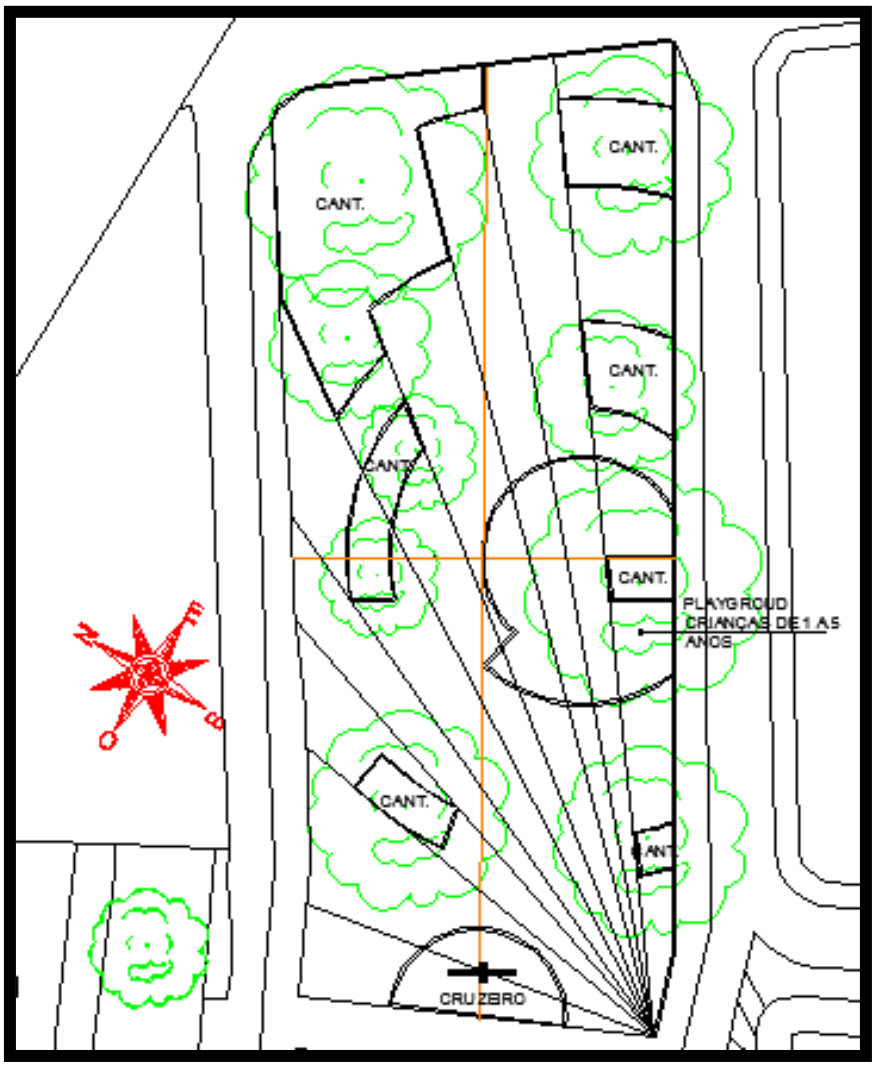
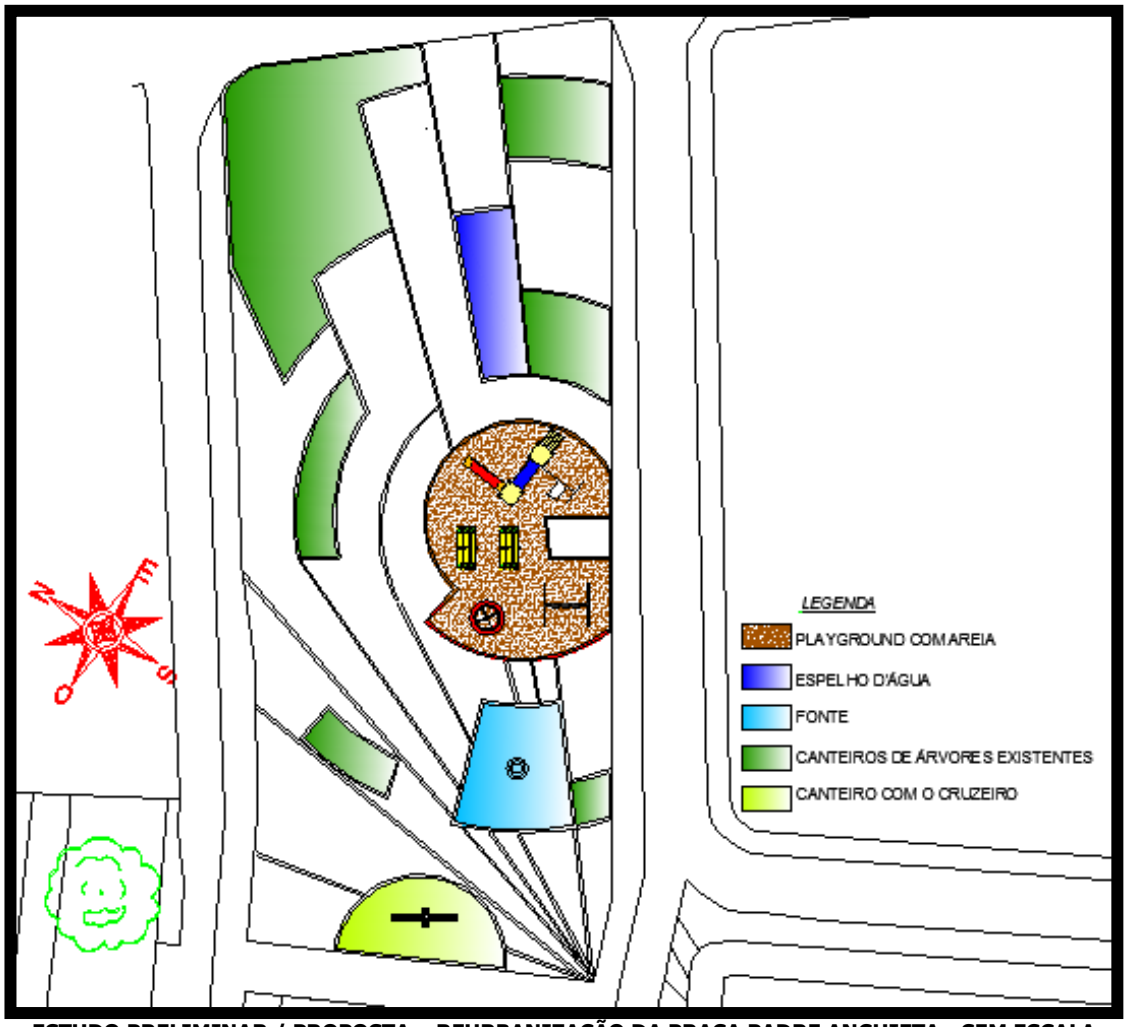


Figura 20 - localização das árvores em relação aos canteiros projetados, sem escala.
Autor: Arq. Dilene Zaparoli, setembro 2011



ESTUDO PRELIMINAR / PROPOSTA – REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA PADRE ANCHIETA - SEM ESCALA



PERSPECTIVA SEM ESCALA - PROPOSTA

9.3.4 Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso

Levando-se em consideração a proposta de valorização e potencialização dos locais identificados com interesse de preservação, frente à análise realizada para a Igreja do Bom Sucesso, entendemos que, quanto a sua ambiência, o edifício encontra-se com boa visibilidade, podendo ser visto de vários ângulos, inclusive da própria praça, como demonstram as fotos a seguir.



Figura 21 - Fachada frontal Igreja Bom Sucesso, observar que é possível visualizar a igreja deste ponto sem interferências Fonte: Arquivo pessoal, abril de 2011.

Como a igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso faz parte de um contexto, onde existe uma Praça, relembramos algo que já foi apresentado no Relatório 07/Setembro, como parte das diretrizes que direcionaram nossas propostas. Assim, procuramos entender sua importância atualmente frente à demanda da cidade.

A valorização dos bens arquitetônicos está diretamente ligada à proposta de reurbanização dessas praças. Para tanto, tomamos como ponto de partida e estruturante das propostas, 4 valores que as conduzirão, levando-se em consideração o contexto que os cerca.

1. Valores ambientais – implantar áreas que possam contribuir para aumentar permeabilidade do solo e equilibrar a temperatura, procurando reduzir a incidência solar e ilhas de calor.
2. Valores funcionais e sociais – propiciar o convívio entre as pessoas promovendo espaços descanso, de recreação e divertimento, integração social voluntária.
3. Valores estéticos – como objeto de embelezamento urbano, resgatando ou atribuindo a imagem da natureza da cidade.
4. Valores simbólicos – as praças como espaços públicos são historicamente simbólicos, pois se tornam objetos referenciais no urbano e cênico na paisagem da cidade.

Para cada caso, consideramos a forma pela qual a Praça se insere no urbano, e entre as selecionadas um ponto é comum, a existência de edifico de interesse de preservação. Assim, para a Praça Conde Frontin nossa proposta partiu das possibilidades de integração com o Pátio dos trilhos, procurando reforçar sua identidade como local de passagem do trem.

A ideia de referenciar os trilhos no urbano, parte das duas linhas paralelas a este antigo trilho, onde existirá um jardim de 4 metros de largura, divididos por dormentes de madeira, usados em trilhos de trem, e que acompanharão o jardim de flores proposto para a reurbanização do Pátio, como um eixo que tem sua continuidade na Praça. O restante do novo desenho parte da ideia de valorizar e melhorar a visibilidade da igreja de todos os ângulos possíveis - as árvores de médio e grande porte não serão removidas -, pois a permanência delas proporcionou o posicionamento de um local de espera e de encontro, com bancos sombreados pelas árvores. Local este, que está bem perto dos pontos de ônibus.

As palmeiras existentes serão removidas e poderão ser utilizadas em outro local, no entanto, três delas permanecerão na Praça, mas em outro local compondo um novo desenho. Tal ideia, tem como objetivo valorizar mais a Praça como local de passagem e espera, e melhor caracterizá-la no contexto da cidade.

Com o intuito de deixar o solo mais permeável é melhorar a radiação solar, diminuindo assim as áreas de calor neste local, a proposta inclui outros jardins e um espelho d'água com fonte.

O mobiliário urbano foi distribuído de modo a compor o desenho proposto, assim como o piso, intertravado, usado em outras propostas, também foi adotado o piso grama intertravado, o que melhora a permeabilidade do solo.



Figura 22 - Praça Conde Frontin, observar arborização existente.
Fonte: Google Earth, acesso em 11/11/11.

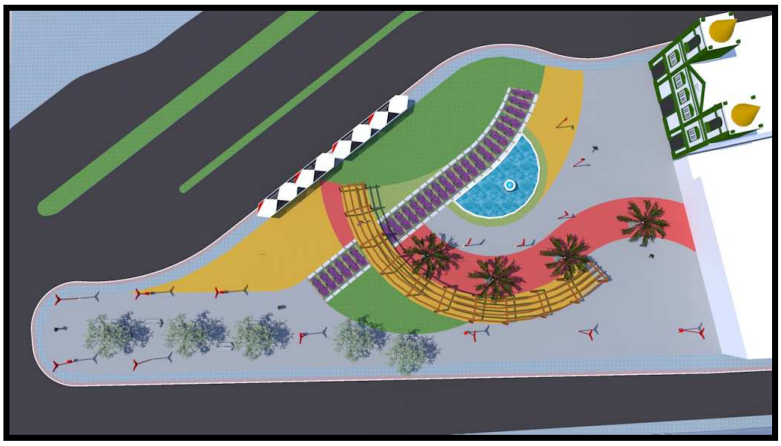


Figura 23 – Proposta para a Praça Conde Frontin, Vista Superior sem escala.



Figura 24 – Proposta para a Praça Conde Frontin, Perspectiva sem escala



Figura 25 – Proposta para a Praça Conde Frontin, Perspectiva sem escala





Figura 26 e 27 – Proposta para a Praça Conde Frontin, Perspectivas de detalhes da Praça sem escala.

9.3.5 Igreja Nossa Senhora do Rosário

Ainda de acordo com a diretriz de projeto para valorização e potencialização dos bens arquitetônicos considerados de interesse de preservação para a Igreja Nossa Senhora do Rosário, outro levantamento "in loco" foi realizado, objetivando avaliar sua ambiência e entorno imediato. Foi constatado que a Praça Barão do Rio Branco é um componente importante do seu contexto, e portanto, para melhorar a ambiência do edifício será necessário fazer algumas intervenções neste local, para a sua reurbanização e requalificação como espaço urbano.

Constatou-se que esta Praça é um local de grande movimento de pessoas por estar na área central da cidade e em uma das ruas mais movimentadas, a Rua Alfredo Schuring. Além disso, é ponto de parada de algumas linhas de ônibus o que também a torna importante. Perceberam-se também pessoas sentadas à espera de outras, conversando, ou simplesmente descansando, isto quer dizer que é um espaço público usado por muitos.

Nossa proposta visa potencializar seus espaços para proporcionar mais qualidade e conforto às pessoas, além de realçar a beleza de um local digno de estar integrado a uma igreja datada de 1910, cumprindo nosso objetivo de melhorar, também, a ambiência deste edifício.

Quanto à arborização existente, verificou-se a existência de árvores de pequeno, médio e grande portes, algumas necessitando de poda, o que melhoraria na visualização da Igreja.

Como se pode observar, nossa proposta parte da análise de ângulos e eixos (A) de visualização da igreja em relação à Praça e Ruas lindeiras. Verificar desenho abaixo.

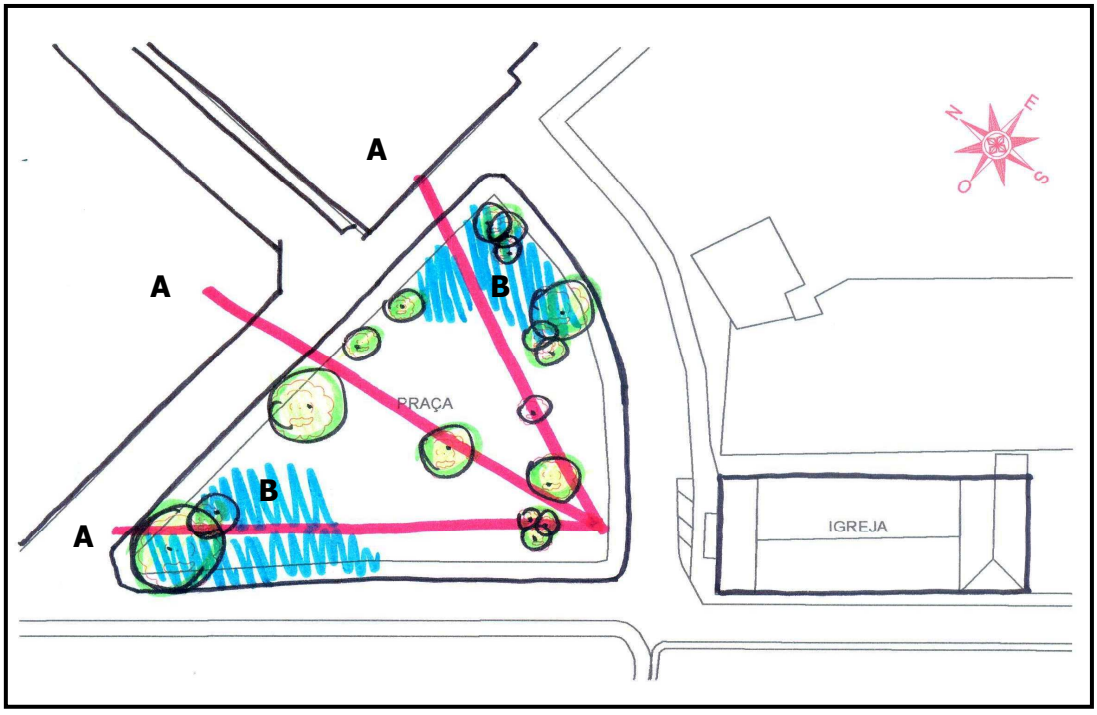


Figura 28 - Praça Barão do Rio Branco, eixos de visualização da Igreja (A) e áreas de recinto para descanso (B). Autor: Arq. Dilene Zaparoli, setembro de 2011

Analisando o estado atual juntamente com o posicionamento das árvores e seu porte, optou-se pela remoção e realocação de algumas delas de pequeno porte, ainda em fase de crescimento, para os canteiros que foram projetados na praça. Dois espaços de "recinto" (B) foram criados objetivando proporcionar áreas com bancos sombreados e iluminados durante o período noturno.

Quanto ao mobiliário urbano, serão empregados aqueles projetos visando unidade visual e identidade para a cidade e já demonstrados anteriormente.





Figura 29 e 30 – Perspectivas de detalhes da Praça sem escala.



ESTUDO PRELIMINAR / PROPOSTA – REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO

9.3.6 Capela São Sebastião do Avareí

Avaliando a situação do edifício "in loco", constatou-se que o Largo do Avareí possui uma vegetação que permite a sua visualização sem interferências. Assim, entendemos que a reurbanização do seu entorno imediato com novas calçadas e mobiliário urbano colaboraria para melhoria de sua ambiência e valorização.



Figura 31 - Proposta de intervenção com novas calçadas e mobiliário urbano.

9.3.7 Capela Nossa Senhora Aparecida – proposta de Reurbanização de seu entorno imediato – Estudo Preliminar



Figura 32 - Foto aérea trecho onde se localiza a Capela Nossa Senhora Aparecida (4). (1) estacionamento, (2) residência, (3) Praça, (4) Capela, (5) Espaço Liberdade, (6) Secretaria de Esportes e Recreação. Fonte: Google Earth, acesso em 09/11/11.

Após análise da situação atual da Capela, considerando-se pesquisa histórica, visita ao local e entrevista com o administrador do edifício, pudemos identificar que o mesmo precisaria de uma intervenção em seu entorno imediato para melhorar sua visibilidade e ambiência, valorizando-a como patrimônio a ser preservado.

Desta forma, identificamos os seguintes problemas: faltam vagas para estacionamento de veículos para os visitantes da Capela, principalmente em dias de cultos, casamentos e batizados. A rua onde está localizada é estreita com grande fluxo de veículos e com poucas vagas para atender a demanda, já que ao lado da Capela está o Educamais Lamartine e a Secretaria de Esporte e Recreação do Município. A Secretaria possui uma área livre localizada ao lado do edifício e que é usada para estacionamento,

porém, os funcionários também acabam usando as vagas da rua. Assim um dos problemas identificados foi a falta de estacionamento e que a proposta tende a solucionar. O segundo problema levantado foi à permanência de moradores de ruas, principalmente do período noturno bem ao lado da Capela. Eles ficam geralmente entre as floreiras existentes do lado direito do edifício como mostram as figuras… .essas floreiras acabam servindo de refúgio para estas pessoas que constantemente deixam lixo no local. O terceiro problema identificado foi à falta de visibilidade do edifício. Como está localizado bem em frente ao Rio Paraíba é quase impossível visualizá-lo, por conta da existência de árvores, de muros e de uma residência que está bem em frente.

Outro ponto que poderia ser melhorado é a Praça Antônio Eleutério dos Santos, um local hoje pouco utilizado como praça por estar em um local desfavorecido pelo constante tráfego de veículos, uma esquina com grande risco de acidentes. Existem alguns poucos bancos e nenhum outro mobiliário; um local de passagem corta a praça descaracterizando-a. Nossa proposta visa atender os problemas identificados, além de atender os 4 valores apontados anteriormente para valorizar o espaço urbano da Praça.

Nas calçadas de todo o Espaço Liberdade, pensamos na implantação do modelo de calçada que temos adotado nas propostas anteriores, juntamente com o mobiliário urbano. A padronização também se estenderá para a Rua Capitão São José de Macedo, onde se localiza o Educamais Lamartine e a Secretaria de Esportes e Recreação.



Figura 33 - Calçada da Av. Santos Dumont onde se localiza o Espaço Liberdade.

Para a intervenção, partimos dos problemas identificados em nossa pesquisa e levantamento, e também dos conceitos já apontados sobre "valorização" e "bem arquitetônico". Assim, para sanar o problema da falta de vagas para veículos, estamos implantando um estacionamento que abrange a área do que existe e é usado pela Secretaria de Esportes e Recreação (1), e que também abrangerá a área ocupada pela residência (6), para a qual indicamos a desapropriação, já que se encontra praticamente isolada do contexto desta rua e seus vizinhos lindeiros, além de não ter nenhum valor arquitetônico.

Observando a figura 32, quanto às floreiras ao lado da Capela (4), serão removidas e um jardim as substituirá. O passeio que liga o Espaço Liberdade (3) e a Rua, permanece, mas foi deslocado e melhor posicionado. Quanto a Praça (7), não será mais um local de passagem, pois o passeio foi deslocado junto ao estacionamento. Propõe-se a poda da vegetação existente, e não será necessária nenhuma remoção, apenas de vegetação rasteira e alguns tipos de folhagens. Nesta Praça, estamos pensamos na implantação de uma fonte que a noite poderá ser iluminada.

Esta decisão leva em consideração a valorização do local e da Capela que está logo à frente. Uma nova arborização está sendo proposta com o intuito de conseguir áreas de calçadas sombreadas e palmeiras para ajudarem na identidade do lugar.

Do lado esquerdo da Capela existem alguns poucos brinquedos para crianças, em nossa proposta, serão substituídos por um *playground,* organizado com áreas sombreadas para descanso. Esse conjunto de ações visa, não somente a melhoria da local, como também a valorização da Capela.



Figura 34 – Proposta para a Capela.



ESTUDO PRELIMINAR - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA SEM ESCALA



ESTUDO PRELIMINAR - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA

9.3.8 O Edifício do antigo prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena

Levando-se em consideração a proposta de valorização e potencialização dos locais identificados com interesse de preservação, e frente à análise realizada para Edifício do antigo prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena, entendemos que, enquanto sua ambiência, o edifício encontra-se com boa visibilidade podendo ser visto de vários ângulos. Quanto ao uso e a capacidade de carga do edifício, analisamos que o uso dado hoje, um supermercado, está de acordo com a sua estrutura física, e, portanto, a intervenção tem contribuído para a preservação do edifício.



Figura 35 - Observar iluminação de acordo com a proposta para mobiliário urbano.
Fonte: Arquivo pessoal, Abril de 2011.

Nossa proposta para este edifício gira em torno da troca do mobiliário urbano e do piso que demarca o local das calçadas, onde também se propõe a instalação das rampas de acessibilidade, de acordo com a norma NBR 9050.





Figura 36 e 37 - Proposta de Intervenção, piso e mobiliário urbano

10. A PRESERVAÇÃO NO BRASIL – ABORDAGEM HISTÓRICA

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural brasileiro é recente em relação aos países europeus. Na Europa, no final do século XVIII, já aconteciam atitudes em prol da preservação de seus bens, pois havia o reconhecimento do valor de memória e de história. Mas é a partir do século XIX que verdadeiramente se efetiva a noção do que seja patrimônio cultural, ainda não em toda a sua amplitude como conhecemos hoje. Surgem as teorias de restauração e vários edifícios passam a ser preservados e restaurados.

O significado do passado fica mais forte devido às transformações pelas quais as cidades e o homem estavam sofrendo. A revolução industrial traz novas relações de trabalho, o automóvel faz as pessoas se locomoverem mais rápido e ajudam a transformar as cidades. Ruas são abertas e alargadas, a paisagem da cidade se altera e as relações do homem com ela também. Quarteirões são destruídos em favor da modernidade. Edifícios antigos derrubados, a história se desfaz, a memória desaparece.

No contexto destas transformações, acontecidas de forma acelerada, o homem percebe as perdas irreparáveis que atingem seu passado, é a sua identidade se fragmentando. Então mundos distintos, passado e presente, passam a se integrar e a noção de história e memória vem à tona. O "objeto" antigo passa a ter valor, carrega consigo a justificativa de sua existência. Os bens de interesse histórico pertencem ao povo, são seus patrimônios, foram então percebidos como um registro da história carregada de memória e de significado.

Na virada do século XX as teorias de restauração se consolidam na Europa. Valores são atribuídos aos bens de interesse histórico, a autenticidade e originalidade desses bens precisam ser resguardadas.

É nesse momento que surge o Movimento Moderno[8] , que irá defender um novo desenho para os núcleos urbanos visando a cidade funcional. As referências do passado

[8] *"Durante a primeira metade do século XX, o aspecto arquitetônico do mundo mudou completamente. Podemos traçar agora, como fato histórico, o desenvolvimento, dentro desse período e no âmago do*

só seriam mantidas se não atrapalhassem os ideais modernistas. Tinham consigo a *Carta de Atenas*[9] de 1933, e o que deveria ser ou não preservado dependia de uma avaliação um tanto duvidosa no nosso entender, pois era pautada no valor real que um bem de interesse histórico deveria ter para ser mantido em pé.

Muito se perdeu. A modernidade desprezou em muitos casos a história e a memória impressa nas paredes dos edifícios, nos seus ornamentos, no traçado urbano original que desapareceram. O modelo estabelecido pelos modernistas de cidade funcional afeta os sítios urbanos antigos, pois não responde mais às necessidades da modernidade e, portanto, a justificativa era suficiente para derrubar, destruir, fazer desaparecer, quando não era abandonada a própria sorte.

No Brasil, será nas bases do Movimento Moderno que irá se configurar com o evento chamado de "Semana de 22"[10], a partir do qual surgem os novos ideais para as transformações em nossas cidades e as primeiras iniciativas que vão resultar em leis em favor da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Encontrar nossa identidade não seria nada fácil diante da extensão territorial do país, mesmo porque ainda não haviam identificado o patrimônio a ser defendido.

---

processo de mudança, daquilo que convencionalmente chamamos o Movimento Moderno em arquitetura. Esse movimento teve início na década posterior a 1914. Atingiu o ponto culminante de sua força inovadora do final da década de 1920 e, após a Segunda Guerra Mundial, explodiu como uma bomba de efeito retardado, preenchendo o imenso vácuo deixado pelos anos de guerra. Seus efeitos se difundiram tanto, a ponto de não existir lugar no mundo industrializado no qual os blocos delgados, altos e reluzentes, as perspectivas de pilares de concreto e as seqüências de janelas recortadas não tenham se tornado típicos e familiares" (Summerson, 2002, p.109).

[9] *Carta de Atenas* foi elaborada no IV CIAM - Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos em 1933. Nela, a cidade é vista em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, analisando seus problemas e colocando possíveis diretrizes para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.
O patrimônio histórico existente é mencionado nas páginas 59, 60 e 61, mencionado a necessidade de critérios para escolha do que deva ou não ser preservado, pois (...) *"nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade" (...)*. A demolição de edifícios antigos é prevista preservando apenas aquele que realmente teria valor real. Mas fica a pergunta, quem pode ou não avaliar se há ou não valor real em um edifício do passado? E que valor real é esse que não foi bem definido? A decisão parece não ter bases sólidas.

[10] Para Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p.93-94) o movimento moderno foi caracterizado a princípio, como sendo somente artístico, mas com um alcance bem mais amplo, pois havia uma base política entre os intelectuais deste grupo. Estavam envolvidos com a questão da identidade nacional marcando o compromisso social com a nação.

Encontram então as raízes sócio-culturais do Brasil na arquitetura colonial, valorizada a partir daí como símbolo da nação; é o passado colocado a serviço do presente.

10.1 As primeiras iniciativas

Embora as primeiras iniciativas a favor da preservação de bens de interesse histórico no Brasil, que surtiram algum efeito, tiveram início com o Movimento Moderno, houve outras sem muita expressão. Em meados do século XVIII, Conde de Galveias tem uma atitude pioneira em prol da preservação. Em 5 de abril de 1742, escreve ao governador de Pernambuco lamentando a transformação do Palácio das Duas Torres, construído por Conde de Nassau, em um quartel. Segundo ele, esta edificação representava o domínio do Brasil sobre a Holanda, um troféu que coroava a vitória do nosso povo, portanto não deveria ser transformado e sim preservado (Kuhl, 2001, p.200).

Durante a República não houve nenhuma manifestação a favor da preservação; os ideais existentes não passavam de pensamentos e o quadro de abandono prevalecia. Somente um ou outro colecionador mantinha algumas obras ainda pelo afeto histórico.

Na década de 1920[11], Alberto Childe elabora um anteprojeto de lei para a defesa do patrimônio artístico nacional, em especial para o patrimônio arqueológico, e que se tornou apenas um ofício sem surtir efeito. Em 1923, Luiz Cedro, deputado na época, apresentou um projeto de lei que sugere a criação de uma Inspetoria dos Monumentos Históricos, com o propósito de salvaguardar o patrimônio público ou particular, visando

[11] Na década de 1920, quando se popularizou o estilo neocolonial muitos edifícios coloniais já haviam recebido transformações, "maquiagens" que acompanhavam o estilo da época. Essas transformações se referem ao Neoclássico e com facilidade foi inserido nas fachadas coloniais através de aplicações de ornamentos, diante da arquitetura simples.
Segundo Fonseca (1997, p. 97), *"O estilo neocolonial representou a primeira reação, a partir da segunda década do século, à incorporação acrítica dos estilos históricos europeus pelo ecletismo no Brasil, e ao desconhecimento e mesmo desvalorização da tradição construtiva vinda da colônia. Seus seguidores procuraram produzir uma arquitetura que, inspirada nessas raízes, terminou por se converter em uma cópia cujo efeito era de evocar o passado".*

o interesse nacional (Rocha Filho, 1991, p. 46; Fonseca, 1997, p. 103); outra manifestação sem reflexos definitivos em prol da preservação.

O jurista Jair Lins, a pedido do governador mineiro Mello Viana, elabora em 1925, outro projeto de lei que vai mais longe, elege bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse da coletividade. É a primeira vez que alguém sugere a preservação de bens móveis e chega até incluir livros e documentos raros. No final desta década, precisamente em 29 de agosto de 1930 (Franco, 1987, p.34), o deputado historiador e amante das artes, Wanderley de Araújo Pinho, elabora um projeto de lei que visava a proteção de nosso patrimônio, colocando ressalvas para salvaguardar quaisquer ornatos arquitetônicos, pois neste tempo era natural a retirada de partes das edificações para serem colocadas em outras.

Em 1933, a cidade de Ouro Preto se torna Monumento Nacional e logo em seguida, entra em vigor a nova Constituição Brasileira – 14 de julho de 1934 – que em seu capítulo II, artigo 148, determina que a União deve cuidar dos objetos de interesse histórico para o país (Franco, 1987, p.34). Mesmo antes de uma lei federal para a proteção dos bens de interesse histórico, Ouro Preto foi protegida através do Decreto-lei nº 22.928 de 1933. Todo o núcleo histórico foi encarado como obra de arte genuinamente brasileira não havendo ainda o entendimento de que "estes objetos" deveriam ser vistos como cidades e com elas todas as implicações existentes (Kuhl, 2001, p.201; Fonseca, 1997, p.103).

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 103), Rodrigo Melo Franco de Andrade, na elaboração do decreto lei nº 25 de 30.11.1937, utiliza como base as propostas de Jair Lins e de Wanderley de Araújo, mas percebe problemas com relação ao direito de propriedade do bem assegurado pela Constituição e pela legislação em vigor, não encontrando ainda soluções que viabilizassem a preservação e o direito de propriedade ao mesmo tempo.

Tentativas e mais tentativas sem muitos resultados. O tempo passando e o patrimônio se perdendo. A efetivação de uma política cultural nacional virá de um grupo

de intelectuais modernistas, no qual Mário de Andrade e Lúcio Costa exerceram papel fundamental para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

10.2 O movimento preservacionista

O movimento moderno no Brasil tem como um de seus objetivos inserir o país no contexto das grandes transformações que abarcam outros lugares no mundo. Simultaneamente a estas transformações, ocorre a necessidade de evidenciar a noção de nação. A grande lacuna cultural, gerada também por elas acaba criando a inexistência de uma cultura própria que pudesse retratar a identidade nacional.

Desta forma, o passado foi encarado como fonte reformadora da visão de nação. Era necessário entender melhor as nossas raízes, conhecer suas tradições e história estabelecendo vínculos com a arte genuinamente brasileira

O grupo que no momento representava o Movimento Moderno no Brasil era composto de intelectuais de diversos segmentos: poetas, escritores, arquitetos e artistas todos com o propósito de dar ênfase às artes e a cultura do país.

Ouro Preto foi o grande foco dos modernistas. A cidade representava o berço de nossa história. Era tudo que precisavam para efetivamente identificar as raízes verdadeiras, e onde estaria a memória materializada nos edifícios, ruas e monumentos; signos de um Brasil original e esquecido, mas que ainda guardava sua cultura e tradição. O passado então é entendido como fonte incentivadora do sentimento de nacionalidade procurado por eles. Por trás da preservação de um acervo histórico, estava a construção de uma nova identidade. Podemos dizer que é a primeira manifestação a favor da preservação de bens de interesse histórico com alguma conseqüência favorável, mesmo não sendo o foco principal, foi o início de uma luta para manter em pé a nossa história.

Em 1936, a pedido de Gustavo Capanema então Ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945), Mário de Andrade elabora o anteprojeto para a criação de um Instituto que cuidaria somente da preservação dos bens de interesse histórico brasileiro.

Além disso, elaboraria também as diretrizes para a eleição e proteção desses bens, além dos conceitos que prevaleceriam na atuação do Instituto por muitos anos.

Em 19 de abril do mesmo ano, o Instituto passa a funcionar em caráter experimental por ordem do Presidente da República, nomeando o jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade para sua direção. Este anteprojeto define o patrimônio brasileiro como sendo: *"Todas as obras de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil" (Andrade, 1981, p.39).*

Dentro do que chama de obras de arte inclui (Andrade, 1981, p. 40):

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular;
4. Arte histórica;
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Artes aplicadas nacionais;
8. Artes aplicadas estrangeiras.

Sendo assim, "todas as obras de arte", fruto de toda habilidade humana, só teria sua proteção garantida após serem incluídas nos livros de tombo. Um projeto ambicioso que teve apenas algumas partes implantadas, pois nos parece que Mário de Andrade tinha uma concepção avançada para época, sobre patrimônio cultural. Os bens selecionados poderiam estar inseridos em: manifestações culturais envolvendo danças, cantos, culinária, rituais, medicina popular, bens imateriais além dos bens materiais como: documentos, móveis, roupas, objetos de arte e arquitetura.

Para a realização do tombamento foi necessário definir os pré-requisitos de cada bem e com isso ocorreu a criação de uma metodologia de catalogação e inventariação, como também foram estabelecidos critérios de avaliação, possibilitando a seleção dos bens com características excepcionais.

Para o inventário dos bens selecionados dever-se-ia ter: várias fotografias, explicação das características gerais, datas, autor da obra e biografia (se possível),

justificativa de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico, reprodução de bens imateriais de forma que se pudesse ter clareza do que se tratava (descrições detalhadas, quadrinhas, receitas culinárias, manuscritos, filmagens científicas, gravações). Ainda recomendava que depois de realizado o inventário[12] deveria ser reproduzido de forma sistemática para que outros pudessem utilizá-lo.

Hoje, se percebe que não haveria formas desta proposta ser implantada por completo, pois as dificuldades eram grandes. Muitos bens móveis estavam em poder de seus proprietários ou de antiquários que ainda não compreendiam o verdadeiro propósito deste trabalho. Com relação à escolha dos bens arquitetônicos podemos dizer que os técnicos do Instituto viveram uma verdadeira aventura. Sem muitos recursos a equipe andava sob sol e chuva, a cavalo, carro, ônibus, nos finais de semana, à procura do patrimônio brasileiro. Atravessavam rios em carroças, andavam por estradas em péssimas condições, não havia tempo ruim para a empreitada de conseguir encontrar e proteger o que ainda estava em pé pelo nosso Brasil.

Na preocupação de se preservar o quanto antes, o inventário acabou sendo deixado de lado, pois necessitava de mais tempo e alguns bens corriam o risco de desaparecer definitivamente. Assim, o tombamento foi mais utilizado que o inventário, diferente de alguns países como França e Inglaterra nos quais o inventário tem quase o mesmo peso do tombamento[13]. Se o bem faz parte de um inventário ele já esta protegido tanto quanto os tombados.

---

[12] O Arquiteto Guilhermo Trimmiño Hango, consultor da UNESCO, realizou uma pesquisa sobre inventários e afirma que desde o século XVI até o XX três são os tipos de inventários existentes. O primeiro chama de Inventário de simples conhecimento ou listagem. Consiste em efetuar um simples reconhecimento do patrimônio através de uma ficha – sistema de listagem -, tendo em conta sua localização, proprietário, época, autor etc. O segundo seria o Inventário Científico, tem por objetivo recolher, buscar e agrupar todas as informações possíveis para o conhecimento profundo e exaustivo de cada bem. O terceiro é o Inventário de Proteção, reúne todos os elementos necessários e suficientes que permitam identificar com precisão os bens e valores que devam ser salvaguardados (GUEDES, 1997, p. 82-87).

[13] A França foi o primeiro país a se preocupar em proteger seu patrimônio histórico e cultural, iniciando no ano de 1837. Algumas leis aprovadas em 1913 tornam protegidos os bens de interesse histórico e cultural cadastrados no Inventário Suplementar. Trata-se de um inventário e não de Tombamento que protege o bem. No Tombamento os bens não podem sofrer nenhuma alteração. No inventário o proprietário precisa comunicar os órgãos responsáveis com quatro meses de antecedência caso queira

Nesse momento vale dizer que o anteprojeto de Mário de Andrade sofreu algumas alterações para poder se tornar o Decreto-lei nº25, sendo definido então como patrimônio cultural brasileiro: *"O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográficos ou artísticos".*

Neste Decreto é oficialmente criado o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - **SPHAN**, e Rodrigo Mello Franco de Andrade[14], assessor de Gustavo Capanema, assume como diretor e, do início ao final de sua gestão, luta contra todos os empecilhos e problemas que envolvem a preservação de nosso patrimônio, sempre contando com o apoio de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Para a seleção do que deveria ou não ser protegido, a ênfase era dada aos bens que representassem as origens do país.

---

fazer alguma alteração no imóvel. Mesmo inventariados são protegidos, e para receber algum tipo de intervenção, serão analisados por técnicos especializados, sempre com o intuito de manter a integridade física e visual do bem. Legislação semelhante foi adotada na Inglaterra em 1944.

[14] *"Intelectual e homem de ação, Rodrigo concentrou seus esforços na proteção dos bens patrimoniais do país, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, realizando tombamentos, restaurações e revitalizações, que asseguraram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, bem como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis"* (www.iphan.gov.br).

"De 1936 a 1967, período de sua gestão à frente do SPHAN, realizou juntamente com a equipe que formou: movimento popular para angariar donativos a fim de preservar os monumentos arquitetônicos de Ouro Preto; inscrição nos livros de Tombo, até 1967, de cerca de 716 monumentos e obras, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e de 12 conjuntos arquitetônicos de cidades; classificação, catalogação, restauração sistemática dos documentos dos cartórios de Mariana, de Sabará, de Ouro Preto e da antiga capitania de Goiás; pesquisas, estudos, decifração e restauração de códices e manuscritos antigos dos arquivos eclesiásticos e civis de vários estados, o que possibilitou o levantamento da vida e obra de inúmeros artistas e artífices desconhecidos, do período colonial, de que resultou publicação sobre o assunto; providencias para elevação à categoria de monumento nacional das cidades de Alcântara, Mariana e município de Parati; criação dos museus regionais do Diamante (em Diamantina, MG), da". Inconfidência (em Ouro Preto, MG), da Imigração e Colonização (em Joinvile, SC), e dos Otoni (em Sabará, MG), e das casas de Vítor Meireles (em Florianópolis, SC), e dos Otoni (no Serro, MG); inicio do cadastramento de jazidas arqueológicas do Brasil; incorporação à União de cerca de 31 imóveis de valor histórico - artístico localizados em vários estados; colaboração para criação da Fundação Amigos do Patrimônio, projeto que não foi efetivado"(Andrade, 1986, p. 33).

As edificações foram as primeiras a serem eleitas com base nos conceitos de "universalidade" e "originalidade", todas do período colonial e também algumas da arquitetura moderna. Para os modernistas, olhar o passado era encontrar as raízes para poder seguir em direção ao futuro; pareciam ter descoberto algo que sempre esteve presente, além da simples herança europeia.

Segundo Maria Cristina Rocha Simão (2001, p.31), para Lúcio Costa, tanto a arquitetura colonial quanto a moderna possuíam semelhanças. Diante de sua ótica atendiam a coletividade, eram contemporâneas e estavam de acordo com os materiais e técnicas construtivas disponíveis no momento que foram concebidas; exprimiam fielmente a fisionomia arquitetônica original, portanto eram verdadeiras, pois atendiam a todos esses requisitos. Desta forma, toda a arquitetura do século XIX foi desprezada. Lúcio Costa identifica essa arquitetura em alguns de seus trabalhos e chega a sugerir sua destruição por completo, como no caso do convento da Sagrada Família, em Salvador, para o qual propõe o "*tombamento como curiosidade artística".*[15] Nota-se em

[15] Levantamento realizado por Lúcio Costa, em 19/12/49, no Convento da Sagrada família e seu conjunto paisagístico, na antiga beneficência portuguesa em Alto do Bonfim, Salvador/Bahia. Pessoa, José. Lúcio Costa: Documentos de trabalho, Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, p. 83.
Em seus documentos de trabalhos encontramos descrições minuciosas do patrimônio por ele pesquisado, identificando com textos e desenhos, o que via de valor digno de ser tombado. Fazia relatos do estado de conservação do bem, como o fez em São Miguel das Missões, além de dar sugestões de como proceder na conservação dos remanescentes com detalhamento dos trabalhos a serem realizados. Chegou a identificar as obras de urgência descrevendo os serviços e até propondo novos usos.
Em outros casos fica clara a não utilização de materiais novos, com o objetivo de preservar a autenticidade do bem. Na Quinta do Tanque em Salvador, indica a utilização de técnicas modernas como o uso do concreto para garantir a estabilidade da estrutura remanescente.
Percebe-se também, que o conhecimento por parte deste profissional colaborava para identificação de detalhes construtivos, os quais conseguia datá-los, importante para um trabalho como esse, pois assim justificava a preservação ou não de determinado bem ou de parte dele.
A criação de organismos autônomos visando melhorar a guarda do patrimônio foi citada por Lucio Costa várias vezes, além de propor níveis de tombamento distintos dentro da esfera federal, estadual e municipal, garantindo assim, a preservação de outros bens de menor importância no âmbito federal, mas de considerável valor municipal ou estadual. Seria uma forma de manter a integridade de alguns bens de interesse a serem preservados.

A proteção da ambiência do bem, tanto arquitetônica quanto paisagística, também fez parte de suas propostas, visando à visibilidade de alguns bens que se encontravam prejudicados por interferências em seu entorno imediato, propondo recuperação de acessos e de paisagens perdidas. Obras de grande

seus documentos de trabalho que a atenção estava voltada mesmo para a arquitetura colonial, justificando mais uma vez porque a arquitetura produzida no século XIX foi desprezada. Os modernistas acreditavam que não era pura, e sim o resultado de estilos diversos importados de outros países, reunidos no que foi chamado de Neoclássico, Neogótico, entre outros "néos" e também de Ecletismo[16].

Parece que havia uma forte influência da *Carta de Atenas* de 1933, já mencionada neste trabalho, na qual os princípios evidenciavam a permanência do bem histórico se este realmente não atrapalhasse as obras de modernização, justificando *as* demolições que acabavam afetando, em muitos casos, as cercanias dos bens remanescentes a serem preservados.

O tombamento[17] foi o instrumento legal utilizado para garantir a proteção dos bens escolhidos para serem preservados. Mario de Andrade se espelhou em alguns

---

impacto que gerariam desapropriações, mas que seriam justificadas pela presença de valioso bem a ser protegido e recuperado.

O trabalho realizado por Lúcio Costa e outros técnicos eram complexos e demorados, de grande louvor para a época. Pudemos perceber que tombamento e Inventário teriam que caminhar juntos.
Há várias formas de conduzir um inventário. Antecipadamente deve-se ter claro que produto quer se ter ao final do trabalho se um simples inventário de conhecimento, científico ou de proteção.
A obrigatoriedade do inventário esteve e está presente em qualquer tentativa de criação de leis para a Preservação e proteção de bens de caráter histórico e cultural.

Portanto, ao mesmo tempo em que é um instrumento para a preservação também pode ser interpretado de forma contrária, não conseguindo impedir ações e intervenções nos bens inventariados pelo dono do imóvel ou um possível utilitário. É um entendimento errado, semelhante ao que alguns têm a respeito do Tombamento. Há de se ter atenção neste tipo de trabalho para que não venha a prejudicar a integridade física do bem. No Brasil ainda se perde muito de nosso patrimônio, pois os processos de Tombamento não são rápidos. O inventário hoje poderia superar o Tombamento por apresentar formas passíveis de vir a garantir a preservação do bem, pois se trata de um instrumento que colabora com a preservação.

[16] De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p.217), do ponto de vista estético, os arquitetos modernos encaravam o ecletismo como sendo puramente de raiz européia, onde o "funcional" estava dissociado do artístico, e para eles "modismo" do Velho Mundo. Já arquitetura moderna, procurava desde o início afirmar sua vertente nacional, mesmo tendo forte influência de Le Corbusier, e com esta justificativa pode eleger os símbolos nacionais tanto modernos quanto coloniais.

[17] Segundo o Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo tombamento significa, *"um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de*

países europeus, onde os bens tombados eram incluídos em livros de tombo e recebiam uma numeração. Quatro livros foram criados (Andrade, 1981, p. 42)

1. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico;
2. Livro de Tombo Histórico;
3. Livro de Tombo das Belas-Artes e;
4. Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Desde o início, o tombamento foi algo imposto não dependendo da vontade coletiva. Qual fosse o bem a ser tombado não dependeria de uma aprovação da comunidade ou dos interessados, talvez porque ainda não havia o entendimento da importância de se preservar e também não se entendia o quanto o envolvimento da população colabora para a preservação. Quando um bem era identificado como sendo de importância a ser preservado o **SPHAN** encaminhava uma notificação ao proprietário para informá-lo sobre o processo, oferecendo um prazo para entrar com recurso contra o tombamento.

O Código Penal, que passa a vigorar a partir de 7 de dezembro de 1940, prevê pena para quem destruir ou para qualquer tipo de atentado que o patrimônio cultural sofresse. Em 1941, o Decreto-lei nº 3.365, na disposição sobre desapropriações para fins de utilidade pública, passa a considerar também a preservação de monumentos históricos e artísticos as paisagens e todos os bens móveis, incluindo documentos, arquivos e outros. No mesmo ano em novembro, o Presidente da República, através do Decreto-lei nº 3.866, dá poderes para cancelamento de tombamentos se estes fossem de interesse público (Franco, 1987, p. 34). Que contradição! Os interesses políticos passam a interferir na legislação já instaurada pelo próprio governo federal. Isso mostra, que a preservação do patrimônio só aconteceu porque havia um interesse maior, criar a noção de nacionalidade, e encontraram nos monumentos e edifícios do passado os laços de identidade necessários para atingirem os seus objetivos.

Não há como negar que a atuação do **SPHAN** foi imprescindível; o Instituto efetivamente tombou, preservou e conseguiu em sua maioria manter a integridade física

---

valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados" (D.P.H, 2001, p.11).

dos bens até então selecionados afinal, este era o trabalho deles mesmo havendo outros interesses políticos por trás disso. Havia ainda a necessidade de serem rápidos na eleição do que deveria ser tombado, pois os poucos técnicos teriam que percorrer todo o território nacional e não havia gente suficiente para isso, e nem mesmo verba disponível.

Por isso, mesmo recebendo críticas, o trabalho desenvolvido pelo Instituto precisa ser contextualizado, pois só assim poderemos compreender porque alguns bens foram selecionados e outros não, mas os objetivos foram alcançados[18]. Talvez o que seja passível de discussão são os critérios estabelecidos para a eleição do que deveria ou não ser tombado, além da apropriação desses bens em nome da Nação. Mesmo assim, valeria uma análise aprofundada de cada caso para verificar as justificativas usadas, além dos valores atribuídos a cada bem selecionado, pois foi com base nestes valores que eles foram escolhidos em nome da memória nacional.

Algumas obras modernas foram tombadas já na década de 1940, como a Igreja de São Francisco de Assis (Pampulha em Belo Horizonte), e na década de 1990, o Plano Piloto de Brasília. Outras foram logo em seguida, como o Pico do Itacolomy, em Ouro Preto; e o terreiro de Candomblé Casa Branca, em Salvador (Simões, 2001, p. 31). Este último protegido por conta dos rituais que lá aconteciam em memória à cultura negra, primeira vez que o patrimônio imaterial é considerado no livro de tombos.

Os núcleos urbanos, assim como a cidade de Ouro Preto não foram encarados como cidades, organismos vivos, passíveis de transformações. Estavam praticamente abandonados e não se acreditou que pudessem reviver. Havia por trás disso a visão de que as cidades eram obras de arte, e a problemática que envolveria sua preservação ainda não tinha atingido o patamar de anos depois. O que se manteve preservado na maior parte das cidades foi por pura sorte.

[18] Consultar: Pessoa, José. Lúcio Costa: Documentos de trabalho, Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. Nesta publicação há o texto de todos os laudos feitos por Lúcio Costa quando da avaliação dos valores dos bens a serem levados e consideração para o tombamento.

Desta forma, os casos de alterações, reformas, acréscimos eram quase insignificantes e o **SPHAN**, quando tinha algum caso assim, aplicava os mesmos conceitos, por analogia, aos que eram utilizados para os monumentos isolados[19].

Hoje, sabemos que este conceito não pode ser aplicado em núcleos históricos, pois cidade se transforma, é impossível impedir. Aliás, a preservação não deve impedir que as cidades continuem se desenvolvendo, e até por que não dizer crescendo. Com um planejamento voltado para a preservação integrada às questões urbanas , pode-se obter a proteção de zonas históricas importantes e criar outras passíveis de crescimento. Parece simples, à primeira vista, mas a problemática geralmente envolve interesses políticos de uma minoria que não entende o valor do que está em cima da terra, mas sim o valor da própria terra no mercado imobiliário[20].

> "Por trás da lógica de depredação urbana está, como se sabe perfeitamente, um princípio, uma lógica, que é a do valor comercial. Na estreita perspectiva dos especuladores, como dos grandes capitalistas em geral, qualquer coisa – uma casa, um terreno, um monumento, um componente natural do meio urbano – não tem valor pelo benefício que traz às pessoas. Um palacete do inicio do século não vale pelo valor de testemunho histórico de uma época, pelo valor de uso como museu, centro cultural, muito menos como simples residência. Tem apenas um único valor de mercado, pelo terreno que ocupa, pela localização, pela valorização dos edifícios que o circundam ou o bairro em que está localizado. Vale pura e simplesmente uma cifra econômica" *(Marcondes Filho, 1986-87, p. 76-81).*

---

[19] *Art.17: As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser separadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.*

Parágrafo único: tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente a multa.

Art. 18: Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se, nesse caso multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto (Trecho do decreto lei nº 25/1937, citado por Simões, 2001, p. 33).

[20] Ver em anexo as reportagens de jornais: *"O grande desastre: Anunciando tombamentos, pianista e arquiteto provocam demolição de casarões na Avenida Paulista" (Veja, p. 91-92,1982).*

Segundo Franco (1987, p.34) o Decreto-lei nº 8.534 de 2 de janeiro de 1946, transforma o **SPHAN** em **DPHAN** – Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, com quatro distritos, cujas sedes se instalaram em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, com alguns museus subordinados a esta diretoria.

Até a década de 1960, a influência dos modernistas foi relevante com relação à preservação de edifícios de interesse histórico; a partir de então, com as transformações advindas do processo de industrialização pelo o qual o país passou, as cidades começaram a se modificar velozmente preocupando os integrantes do DPHAN, pois prevalecia ainda uma falta de consciência para com a preservação do lego cultural brasileiro. O interesse pelas cidades tombadas se altera, e aquilo que parecia abandonado, estagnado começa a se transformar. Os critérios estabelecidos no Decreto-lei nº 25 eram ignorados, aliás, muitos nem sabiam da sua existência.

Em 1961[21] é criado o instrumento, até o momento, mais forte na luta pela preservação do patrimônio arqueológico – lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos, e que confere ao **DPHAN** o encargo da proteção. O **DPHAN** teve que se organizar internamente, pois até então

[21] A lei de 1961 veio realmente dar um grande impulso no que tange a preservação de sítios arqueológicos, mesmo hoje sabendo que a atitude de preservar não deve estar somente vinculada a existência de leis. Também no caso do patrimônio arqueológico, um dos caminhos para que isso aconteça é a informação da população local sobre o significado existente em um bem de interesse histórico e junto com ela desenvolver os trabalhos de salvamento sem que a mesma sinta-se lesada em seus direitos no que diz respeito ao uso de suas propriedades.

No caso do patrimônio arqueológico, para que isso aconteça é necessário associar os dispositivos legais que reconhecem o direito de propriedade do lote, mas sem incluir os vestígios encontrados que seriam de propriedade da União. Se a terra (superfície) é do proprietário e as peças arqueológicas encontradas neste local são da União como então conciliar os direitos de propriedades dos envolvidos? E como priorizar a importância do sítio sob o aspecto cultural, face aos interesses econômicos das grandes empresas que agem sob o rótulo do desenvolvimento da nação?

Questões que começaram com o surgimento da lei e que até hoje ainda não foram bem resolvidas, pois envolvem interesses que correm na contra mão da preservação, e na falta de técnicos suficientes para percorrer todo o território brasileiro ainda hoje. Não dá para solucionar o problema se não houver uma participação maior do governo municipal, pois este pode ter mais chance de fiscalizar sua região, e forçar que qualquer obra tenha a aprovação para ser executada. Neste momento os departamentos, as secretarias, os órgãos, podem identificar se existi ou não a necessidade de uma análise mais aprofundada.
Em 1965 ocorre a aprovação da lei nº 4.845 que dispõe sobre a proibição da saída do país para o exterior de qualquer obra de arte produzidas no território brasileiro até o fim do período monárquico (Franco, 1987, p.34), colaborando também com a lei de 1961 para manter no lugar de origem o material arqueológico encontrado no país.

não havia nenhum departamento voltado para a proteção desse tipo de patrimônio. Criou-se um setor de arqueologia e pela falta de técnicos especializados na área, uma vez que havia poucos cursos para a formação de profissionais, nomeou-se representantes do próprio **DPHAN** sem vínculos com a instituição, espalhados por algumas regiões do país (Franco, 1987, p.34; Silva, 1987, p.210).

Em 1965, ocorre a aprovação da lei nº 4.845 que dispõe sobre a proibição da saída do país para o exterior de qualquer obra de arte produzida no território brasileiro até o fim do período monárquico (Franco, 1987, p.34), que colaborava com a lei de 1961 para manter no lugar de origem o material arqueológico encontrado no país.

Segundo Maria Cristina Rocha Simões (2001, p. 36), em 1966, o **DPHAN** trouxe para o Brasil, por intermédio da **UNESCO,** o Inspetor Geral dos Monumentos Históricos da França, para possibilitar uma avaliação do estado em que se encontrava o nosso patrimônio, resultando em um relatório diagnóstico. Depois disso outros foram realizados em Outro Preto, São Luis, Parati e Salvador.

Rodrigo Melo Franco de Andrade deixa a diretoria do **DPHAN** em 24 de julho de 1967, depois de se aposentar, assumindo o cargo o arquiteto Renato Soeiro. Logo em seguida, 21 de maio de 1970, o **DPHAN** passa a ser **IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional através do Decreto-lei nº 66.967.

Diante do abandono e grande grau de degradação que se encontrava o patrimônio das cidades históricas, a União percebe o problema e tenta articular mecanismos para potencializar algumas transformações na região Nordeste. Surge então, o Programa de Cidades Históricas - PCH, formado pelo **IPHAN**, **EMBRATUR** (Empresa Brasileira de Turismo) e **SUDENE** (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), era uma tentativa de inserir essas cidades em um programa de valorização de seu acervo incentivando o turismo. Tinha-se o objetivo, de mais tarde levar o programa para outras cidades históricas.

O final da década de 1970 será caracterizado por tentativas, em várias cidades, de criar planos urbanísticos que conseguissem preservar o patrimônio existente, além de incluir outros fatores importantes para a qualidade de vida de seus moradores. O problema era maior do que simplesmente a falta de planos eficazes para a preservação.

Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, de 18 de agosto de 1976, o **IPHAN** anuncia uma total reestruturação do órgão para os próximos dois anos, amplia de 4 para 9 os distritos estaduais existentes, pretendendo também ampliar o número de funcionários. Além disso, o professor Augusto da Silva Telles, assessor da presidência do **IPHAN**, aponta a necessidade de pessoal especializado em restauração para melhorar o lento trabalho que vem sendo feito com a recuperação do patrimônio nacional, problema que se tentou resolver parcialmente com a parceria entre o Instituto e a Universidade de São Paulo com a criação de um curso em nível de pós-graduação nesta área, na FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). A reportagem também apontou que nenhum aluno formando neste curso foi utilizado posteriormente pelo Instituto. A causa do fenômeno foi, a falta de verbas para a causa da preservação do patrimônio: "(...) nenhum técnico em nível de pós-graduação, se aventuraria a ganhar os dois mil cruzeiros pagos pelo trabalho fatigante de se orientar a recuperação de um monumento artístico. Além disso, para se realizar um trabalho como esses no Brasil – diz o arquiteto Benedito Lima de Toledo – é necessária uma boa dose de idealismo".

A preservação do patrimônio nacional passou por diversos problemas que fugiam da simples vontade de realizar os trabalhos necessários pelos membros do Instituto. A extensão do território nacional sempre foi um empecilho diante da necessidade de escolha dos bens e da fiscalização necessária.

Ainda na década de 1970, na tentativa de reverter o processo de degradação em que se encontrava o patrimônio nacional, o governo federal cria a Fundação Pró-Memória[22], quando o PCH passa a ser incorporado ao **IPHAN.** Essa fundação tinha o objetivo de suprir as carências do PCH, além de agilizar a máquina pública, assumindo em 27 de março de 1979 a Presidência da Fundação e a direção do **IPHAN**, Aloísio Sérgio de Magalhães. Agora o enfoque da política de preservação muda; a União não irá apenas se apropriar dos bens, mas pretende devolvê-los a quem realmente tem o direito de tê-los, a população (Simões, 2001, p. 36-37; Rocha Filho, 1991, p.53). Desta forma, um novo vínculo se forma e as relações entre o que deve ou não ser preservado

[22] Em 1999, com o Governo do Fernando Collor de Mello, a Fundação Pró-Memória é extinta.

também. A população pode atuar mais, sendo um agente importante no processo de tombamento.

Quando Aloísio Sérgio de Magalhães passa a estar à frente do **IPHAN**, a noção de cultura parece ser ampliada, pois até então o patrimônio que havia sido colocado de lado passa a ganhar interesse. A cultura viva, as manifestações culturais que ainda estavam inseridas em práticas sociais, ou seja, o lado imaterial do patrimônio começa a ser valorizado; embora Mário de Andrade já tivesse citado este tipo de patrimônio em seu anteprojeto, até então as atenções se voltaram mais para o patrimônio edificado. Era um momento de mudança e de maior conscientização, afinal, queriam devolver à população o seu patrimônio, aumentando e evidenciando a noção de nacionalidade, agora sob uma nova ótica, a massa popular (Fonseca, 1997, p.171-173).

A prática da preservação tendo a opinião da população foi constante durante a gestão de Aloísio de Magalhães. Acreditava que a sociedade tinha que se sentir responsável diante dos bens culturais, efetivando o caráter de cidadania existente na preservação. A política para este fim na década de 1980, vai se legitimar através da opinião pública, uma forma de democratizar o acesso à cultura.

A Constituição de 1988, promulgada por Assembléia Nacional Constituinte, prevê a descentralização do poder de modo que o Legislativo possa atuar mais. No que tange o patrimônio cultural, a Constituição dedica considerável espaço para o assunto. Chega a definir no artigo 216 o que seria o patrimônio cultural brasileiro:

> "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referencia à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações cientificas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico" *(Constituição da República Federativa do Brasil,seção II,artigo 216).*

Além de constar a definição de patrimônio cultural, ainda traz o que seria patrimônio natural e ambiental, identificando as competências da União, Estados e Municípios com relação à proteção do patrimônio existente em suas regiões, dando ênfase à difusão das manifestações culturais. O poder público é indicado a promover e a proteger o patrimônio cultural através de instrumentos compatíveis com a causa.

Em 1987, entra em vigor a Lei Sarney que estimula e alimenta o estabelecimento de uma nova relação na participação da iniciativa privada em apoios a projetos culturais, privilegiando o contato espontâneo, rápido e eficiente entre os interessados (Franco, 1987, p.33).

A *Carta de Petrópolis*, elaborada em 1987, durante o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, realizado na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro, cita a importância da integração dos órgãos federais, estaduais, e municipais contando também com a participação da comunidade no seu exercício de cidadania para com a preservação. Constam também, os instrumentos que devem ser utilizados na busca da preservação de sítios históricos urbanos e já utilizam além dos convencionais como: tombamentos, inventários, normas urbanística, mecanismos de incentivos fiscais e isenções de impostos para a iniciativa privada que queira investir na proteção, restauração, recuperação e revitalização de bens de interesse histórico

Em nível federal, no caso brasileiro, embora tenha havido uma ampliação do conceito de patrimônio durante a década de 1970-80, nenhum instrumento de preservação foi utilizado a não ser o tombamento, mesmo a Constituição tendo mencionado no artigo 216, que a preservação deve acontecer também através de "outras formas de acautelamento e preservação", nada foi realizado fora da prática de tombamento. Os critérios que orientaram a preservação de alguns bens neste período nada inovaram.

Segundo Fonseca (1997, p.209), de 1 de janeiro de 1970 a 14 de março de 1990, foram abertos 481 processos de tombamento dentro do **IPHAN**, sendo que 135 foram deferidos, 74 foram arquivados e 272 estavam em fase de análise. Dos 418 processos, mais da metade ainda não haviam sido resolvidos, mostrando a grande dificuldade que a instituição tinha em dar andamento nos mesmos.

Os processos de tombamento que até então eram, em sua maioria, procedentes de pedidos dos próprios técnicos do **IPHAN**, de 1970 até março de 1990, passam a ter outra origem. Muitos foram abertos pelos representantes do **IPHAN** de outros estados, instituições culturais, além de grupos locais, prefeituras, congressistas, e de outras instituições que tinham interesse em preservar bens de interesse histórico, visto que os interesses que moviam os pedidos eram diferentes e variavam de caso para caso. Àqueles de procedência particular, geralmente eram de pessoas envolvidas com a causa de preservação. (Fonseca, 1997, p.211-212).

É a partir de então que as prefeituras começam a se empenhar pela causa, pois percebem que o ideal de nação, encontrado na preservação do patrimônio cultural, ainda estava presente nos objetivos do governo federal e este poderia dar recursos para os municípios resolverem problemas locais atrelados à degradação de alguns bens de interesse histórico. Isto, de certa forma, serviu de *marketing* para alguns prefeitos[23] que se diziam amantes da causa, mas que na verdade tinham outros interesses, como por exemplo, o de ganhar mais votos da população, já que estavam querendo investir em algo que ela estava dando importância.

Embora a procedência dos pedidos passasse a ser mais democrática, a decisão de tombamento ainda continuava nas mãos dos técnicos do **IPHAN**. A decisão de tombamento de um bem cultural de importância nacional continuava centralizada e, não poderia mais ter como base questões políticas e nem análises técnicas. Haveria de se verificar os valores de importância nacional existentes no bem, pois se a comunidade local pudesse opinar, talvez o desfecho do processo se pautasse em questões políticas de interesse local e não em nome da nação.

[23] Citamos aqui material pesquisa publicado em jornais diários comentando ações de políticos, prefeitos e candidatos a prefeito que fazem uso de ações relacionadas à preservação do patrimônio histórico, cultural, em sua plataforma política, mas tomando o poder se transformam: "Recuperação do Centro: continua na mesma" (Veja, 2001, p. 16), gestão da Prefeita Marta Suplicy onde relata o que a prefeita prometeu fazer pela cidade, aparecendo suas propostas pela a área central;*"Maluf pode destombar 10 mil imóveis: prefeitura vai rever os tombamentos efetuados desde 1985; arquiteto critica a decisão"* (FSP, 1994); *"Condephaat deve tombar os prédios que marcam o IV centenário de São Paulo" (GM, 1991), gestão da Prefeita Luiza Erundina; "Banco interrompe a derrubada de prédio de interesse do Condephaat"* (FSP, 1986), gestão do prefeito Jânio Quadros.

As dificuldades de se preservar um bem de interesse histórico, parece que em boa parte se fundamentou, até a década de 1980, na atuação exclusiva do **IPHAN**. No entanto, quando a população passa a se manifestar, questiona os valores existentes nos bens eleitos pelo órgão, pois estes deveriam evidenciar somente a noção de nação.

Embora Aloísio de Magalhães tivesse dado o passo inicial para que a visão e o conceito de patrimônio ganhassem amplitude, nos parece que, naquele momento, ainda havia uma certa resistência por parte dos técnicos do **IPHAN**, já que não se levava em consideração a opinião efetiva da população em relação a um bem de importância local ou estadual. Somente os bens de interesse nacional tinham a sua atenção.

A questão toda estava na visibilidade que o bem tinha em relação aos valores nacionais, valores excepcionais, segundo o Decreto-lei nº 25. Falar de valor excepcional aqui, torna-se um tanto subjetivo, uma vez que este valor visava a origem da cultura brasileira, e esta era composta de outras tantas formas de demonstração, desconsideradas pelos técnicos do **IPHAN**. Como falar de tombamento de uma edificação para seu proprietário, fundamentado em valores excepcionais, se parece ser semelhante aos seus olhos a tantas outras, torna difícil o entendimento, pois não consegue ver tal valor que justifique a proteção legal. Ou explicar o porquê do não tombamento de um bem importante para algumas comunidades que tentam mostrar que os valores existentes nele, não considerado excepcional diante da ótica dos técnicos do **IPHAN**, possuem significados e sentimentos que poderiam justificar sua proteção.

A partir de então, a noção de valor excepcional passa gerar polêmicas, e o **IPHAN** acaba deliberando tombamentos em nível estadual e municipal, o que não queria dizer autorizaria o tombamento, em nível federal, para algum bem que tivesse a proteção municipal ou estadual. É neste momento que surgem os órgãos de preservação em alguns municípios e estados, a causa ganha apelo político, pois o valor nacional não poderia se sobrepor aos valores locais, que eram considerados excepcionais, mas de abrangência local.

No próprio **IPHAN** possuía, entre os técnicos, opiniões divergentes que levavam à discussão dos valores atribuídos aos bens escolhidos para representar a Nação. O conceito de visibilidade, isto é, o quanto o bem é visível e de que qual ponto de vista,

passa a ser discutido, pois remetia a um clima de discriminação que ia à contramão da credibilidade da Instituição, havendo questionamento de seus critérios de seleção aplicados aos bens por parte da imprensa, da sociedade e de alguns órgãos municipais e estaduais.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 233) o caso do processo de tombamento da Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro de 1972, é um caso de divisão de opiniões dentro **IPHAN**, quando o arquiteto Paulo Santos, relator do processo de tombamento dentro do Conselho Consultivo[24], defendeu a preservação de edifícios ecléticos, justificando o valor excepcional existente em cada estilo próprio de sua época. Lúcio Costa debate incisivamente contra o tombamento mostrando prevalecer a tradição colonial e moderna na Instituição.

As divergências existentes dentro desta Instituição passaram de fundamentação técnica para política, o que não foi bom internamente, mas acabou abrindo portas para outros profissionais de outras áreas que não fossem arquitetos, e que sentiam vontade em opinar para fundamentar as decisões de tombamento. Aparece então o caráter ideológico que está implícito no patrimônio cultural, e novos valores são levados em consideração (Fonseca, 1997, p.235).

A partir de então, pedidos de tombamentos de testemunhos da imigração no Brasil, marcos do desenvolvimento tecnológico e científico, bens que afirmavam a representatividade da raça negra, exemplares da arquitetura do ferro, entre outros (Fonseca, 1997, p. 239), chegavam nas mãos dos técnicos do **IPHAN**. Nem todos eram deferidos, mas abriram espaço para um novo conceito de patrimônio cultural brasileiro,

[24] O conselho consultivo representava a sociedade dentro do IPHAN. Criado pela Lei 378, de 13.1.37 tinha em sua composição: o diretor do IPHAN, diretores de museus nacionais e 10 membros escolhidos pelo Presidente da República, com cargos vitalícios sem remuneração. Os relatores dos processos eram escolhidos pelo presidente do conselho, e as decisões deveriam ter votos da maioria. Entre os membros do conselho estavam, geógrafos, historiadores, escritores, juristas, arquitetos, artistas plásticos, etnógrafos, etc. Este conselho sempre procurou se afirmar como sendo imune às pressões externas. A relação entre o Conselho e o **IPHAN** sempre mostrou uma autonomia entre os dois, mas com princípios e critérios seguindo fielmente o decreto-lei nº 25. Assim, a participação era restrita ao meio intelectual, pouco a sociedade civil pode opinar. Prevalecia então a tradição que permeava desde o inicio a atuação do IPHAN. Mais tarde com a importância e visibilidade que a causa pela preservação começou a ganhar, por parte das comunidades, instituições, prefeituras entre outros, o conselho também acaba se reciclando (Fonseca, 1997, p.129-133).

dando tempo ainda de salvar edifícios do desprezado século XIX, embora prevalecesse por parte de alguns técnicos, a tradição de se voltarem para a arquitetura luso-brasileira.

Alguns técnicos vão pelos conceitos e diretrizes tradicionais do tombamento, e outros se mostram mais maleáveis e abertos, mas a Instituição deixou de ser a única alternativa para a proteção dos bens de valores históricos e culturais brasileiros, tendo que respeitar os tombamentos estaduais e municipais.

Em sua luta pela proteção do patrimônio cultural o **IPHAN** teve e tem uma atuação fundamental e muitas vezes decisiva. Há mais de 60 anos vem realizando um trabalho permanente e dedicado de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país. Ainda continua atuando com certa dificuldade diante da extensão territorial, dos poucos técnicos, e também dos interesses econômicos e políticos que a questão abraça; contando hoje muito mais com a participação dos governos estaduais e municipais, com a sociedade civil e com a iniciativa privada para a preservação do patrimônio cultural. Não teve jeito, para alcançar o objetivo de preservar os bens de interesse nacional teve que se apoiar na participação dos estados e municípios, e hoje isso já está instaurado dentro da Instituição.

> Atualmente, "*O trabalho do **IPHAN** pode ser reconhecido em cerca de 20 mil edifícios tombados, 83 centros e conjuntos urbanos, 12.517 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos. Hoje, o Brasil conta com dezenove monumentos culturais e naturais considerados pela Unesco como Patrimônio Mundial*[25]" *(http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto2807.htm)*

[25] "*Arquipélago Fernando de Noronha /PE; Atol das Rocas / RN; Centro Histórico de Diamantina / MG; Centro Histórico de Goiás; Centro Histórico de Olinda / PE; Centro Histórico de Salvador / BA; Centro Histórico de São Luís / MA; Cidade de Goiás / GO; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto / MG; Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília / DF; Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal Mato-grossense (MT / MS); Conjunto de 25 áreas de Mata Atlântica na divisa de São Paulo com Paraná; Costa do Descobrimento no sul da Bahia e norte do Espírito Santo com mais de 15.700 edificações a serem protegidas; Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas / GO; Parque Nacional do Iguaçu/ PR; Parque Nacional do Jaú / AM; Remanescentes da Igreja de São Miguel das*

A lei federal de incentivo à cultura, conhecida como Lei Rouanet, é um instrumento criado pelo Ministério da Cultura[26] em 23 de dezembro de 1991, que vem contribuir para a participação da iniciativa privada com investimentos na preservação de bens de interesse histórico e cultural, limitando os incentivos apenas àqueles projetos que viabilizem a circulação e utilização pública dos bens culturais deles resultantes. É vedado o incentivo aos projetos que visem investimentos em obras ou coleções particulares, e nos quais não haja contato efetivo e constante com o público.

A lei em vigor, até hoje consegue captar recursos para várias áreas da cultura como: incentivo a formação artística e cultural; fomento à produção cultural e artística; preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico[27]; estímulo ao conhecimento dos bens de valores culturais; e apoio a outras atividades culturais. Esses recursos são captados através de um doador ou de um patrocinador que, em contrapartida tem alguns benefícios em troca como: associação de sua marca aos projetos culturais, bem como a divulgação em vários tipos de mídia; dedução do imposto de renda, com uma porcentagem de dedução, compatível com o tipo de projeto que irá apoiar (**Sebrae**/SP, março de 2001).

Embora esteja em vigor há tanto tempo, algumas empresas não conhecem a lei, e muito menos sabem que podem deduzir o valor doado do seu imposto de renda. A pessoa física também pode direcionar parte do que o governo vai arrecadar do seu imposto para a cultura, mas poucos cidadãos sabem disso. A lei existe, mas do nosso ponto de vista não é suficientemente divulgada.

---

*Missões Jesuíticas dos Guaranis / RS; Santuário do Bom Jesus de Matosinhos / MG; Sítios Arqueológicos de São Raimundo Nonato, no Parque Nacional da Serra da Capivara/PI" (*http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto2807.htm).

[26] O Ministério da Cultura foi criado em 1985, tendo como seu primeiro titular o Dr. José Aparecido de Oliveira.

[27] No que se refere aos projetos que visam apoiar a preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico consta: "a *construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos; b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos; c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais"* (Sebrae/SP, março de 2001).

As políticas atuais de preservação do patrimônio cultural deveriam contemplar diretrizes voltadas mais para atuação dos municípios como já foi dito, e também dos estados, levando em conta aspectos científicos e culturais formulados em outras instituições como as universidades, por organizações não governamentais, departamentos e órgãos municipais, o **MEC**, **CNPq**, as diversas secretarias, entre elas a do planejamento urbano e regional, do meio ambiente e outros, pois somente assim poderemos ter ações integradas ao desenvolvimento e crescimento das cidades e também ao turismo, que de forma pensada e direcionada, podem ajudar a manter o patrimônio protegido.

Uma adequada integração das questões urbanas à proteção física dos bens de interesse histórico (quando for cabível a preservação, conservação ou restauração), proteção legal (medidas de restrição e intervenções, como o tombamento) e proteção social (uso e desfrute da comunidade), associadas também às ações para cativar a comunidade a valorizar o "seu" patrimônio, incluindo uma divulgação maior dos mecanismos existentes para que possa participar utilizando mais os meios de comunicação locais e regionais, poderemos cada vez mais ter garantido a permanência da memória para que as gerações futuras possam conhecer como foi o nosso passado e também o tempo que hoje estamos vivendo.

A consciência está na atitude de considerar a pré-existência linear do tempo. È necessário ter a inserção do antigo na vida contemporânea das cidades, aliás, isto é um fato. O passado é uma referência para o presente, e o futuro depende e será garantido pela intervenção consciente que tem a capacidade de dialogar com o passado, respeitando seus limites.

10.3 Lei Municipal de Proteção, Valorização ao Patrimônio e Incentivos Fiscais aos proprietários de imóveis com interesse de preservação.

Uma lei que pode estimular essa valorização é a Lei relacionada às Fachadas Históricas, a qual tem uma relação direta com o restauro de imóveis. Basicamente o regimento contempla duas leis municipais. A primeira, relacionada à limpeza das fachadas, sendo obrigatório o cumprimento e a fiscalização em intervalos de cinco anos. A outra lei isentaria do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano- IPTU por dez anos, no mínimo, o proprietário, (pessoa física ou jurídica constituída) quando ele tomar a decisão de restaurar o imóvel.

O primeiro passo para a aplicação da lei é mapear as propriedades, levando em conta a utilização, o estado atual de conservação, as dimensões do imóvel e, se necessário, mais alguma variável de acordo com a especificação do bem.

Depois deve ocorrer uma consulta as empresas especializadas em recuperação de fachadas. Dessa forma, seria definido o investimento para a recuperação, por parte de cada proprietário.

Na sequência, através de carta oficial, todos os proprietários são informados sobre as condições de conservação e atual situação dos imóveis. Esta carta deve ter em seu conteúdo tanto a informação sobre a possibilidade de isenção do IPTU, quanto o esclarecimento detalhado sobre a valorização da propriedade devido à ação de restauração. Mais uma informação importante é a possibilidade do proprietário ter todo o esclarecimento sobre o processo burocrático para efetivação da ação, pois existe o envolvimento de diversos órgãos, como Secretaria de Obras e CONPHAC, entre outros.

É importante ressaltar, que nem sempre a possibilidade de desconto ou até mesmo a isenção total do IPTU, mesmo por um período longo é suficiente para viabilizar todo o processo de restauro, assim, a busca por patrocínio vinculado à iniciativa privada, sempre pode ser vista com bons olhos pelos proprietários dos imóveis em questão. Já

ocorreu, situação semelhante em Jacareí, quanto à edificação que pertenceu à antiga Manufatura de Tapetes Santa Helena.

Atualmente, a edificação é ocupada pelo Supermercado Vila Real, que manteve e conservou toda a fachada do antigo imóvel, e isso inclusive, possibilitou uma nova utilização, adequando a nova realidade, mas respeitando as normas de conservação estabelecidas pelos órgão oficiais, pois o imóvel é tombado pelo **CONDEPHAAT**.

10.4 Tombamento, possibilidades e adequação a realidade de Jacareí

A finalidade principal é proteger bens que tenham valor artístico, histórico, cultural, ambiental, arquitetônico.

A palavra tombamento, por sua vez, é de origem portuguesa, sendo utilizada para registrar aquilo que tem valor. E esse valor pode ser protegido através de legislação.

Entre as normas presentes na legislação brasileira relacionada ao tombamento e proteção ao patrimônio histórico, merece destaque a lei nº 25, elaborada no ano de 1937, mas que ainda é determinante no processo de proteção do patrimônio.

Dessa forma, fica claro que o tombamento visa a proteção do patrimônio; mas como podemos definir patrimônio?

A Constituição Federal, através do artigo 216, conceitua Patrimônio Cultural como os:

> *bens de natureza material e imaterial, individuais ou em conjunto, portadores de referência, à identidade à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, nos quais estão incluídas: a expressão, as formas de fazer, viver e criar, as criações científicas, artísticas, as obras, edificações, documentos e outros espaços destinados às manifestações culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arqueológico, paisagístico, científico e ecológico*.

Assim, o tombamento está relacionado aos bens imóveis e móveis, com interesse ambiental ou cultural com a finalidade de preservação da memória, sendo indicado para

conjuntos significativos, acontecendo tanto na esfera municipal como em âmbito federal ou até mesmo mundial., através da instituição UNESCO.

O **IPHAN**- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é órgão responsável pelo tombamento realizado pela União. O **CONDEPHAAT**- é a instituição responsável pelo tombamento no estado de São Paulo, ou seja na esfera estadual, existem outros estados que também possuem organizações estaduais. Da mesma forma o processo pode ocorrer também no município desde que ele possua leis específicas que regulamentam a temática.

A finalidade principal da preservação é impedir a destruição do bem cultural ou ambiental. Dessa forma, quem destruir o bem tombado enfrentará processo judicial, com possibilidade de multa ou até mesmo reconstrução do bem.

O tombamento e a preservação podem acontecer também através de inventários, com o registro das características principais.

O início do processo para tombamento pode ser feito tanto por pessoa física como jurídica, por representante de órgão privado ou público, ou ainda por várias pessoas através de encaminhamento de abaixo-assinado. Porém, quem for responsável pela solicitação tem que descrever a localização, as dimensões e características do bem, e também justificar o motivo.

Caso o pedido receba parecer favorável, seja lá em qual esfera acontecer, necessariamente o proprietário tem que ser notificado, tendo a possibilidade de concordar ou contestar. Acontecendo a notificação, o bem já pode ser considerado legalmente protegido e a homologação deve ser feita no cartório de Registro de Imóveis no qual o bem tem registro.

Quanto aos tipos de tombamento. Eles podem acontecer quando ocorre a manifestação da vontade, sendo voluntário; quando o proprietário vai até o órgão responsável pelo processo e ele mesmo dá início aos tramites legais para requerer o tombamento ou ainda compulsório, quando o órgão responsável pelo processo dá início aos trâmites legais, sendo o proprietário notificado judicialmente.

Tal processo pode ser também provisório ou definitivo. No primeiro caso, mesmo em curso, os efeitos do tombamento já são produzidos, ou seja ninguém pode derrubar

ou modificar o Patrimônio em questão. No segundo caso, o processo acaba quando o proprietário é notificado da decisão.

Lembramos que Jacareí possui 3 bens tombados na esfera estadual, pelo **CONDEPHAAT**. São eles: o antigo prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena, a atual sede do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba - MAV e a capela Nossa Senhora dos Remédios.

Entretanto, existem outros, como o edifício dos Expedicionários, o prédio da Escola Agrícola e algumas capelas; eles são passíveis de tombamento ou ao mesmo deveriam ter uma maior valorização dentro da árida paisagem urbana. Justamente com os objetivos de ressaltar e valorizar a memória e sua referências no imaginários dos cidadãos. Assim, esses são mais alguns motivos para ao menos inventariarmos tais bens, pois essas ações estão diretamente relacionadas à preservação.

10.5 Ordenação dos Elementos Relacionados a Paisagem Urbana e Regulamentação da Inserção de propagandas e anúncios nas proximidades do Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

Baseado na disposição e aplicação da lei conhecida como "Cidade Limpa", aplicada na cidade de São Paulo e em outras cidades do interior paulista, como: Atibaia, Piracicaba, Mogi das Cruzes, entre outras. Listamos algumas diretrizes que são de viável aplicação na cidade de Jacareí e estão relacionadas com situações presentes na cidade.

1ª) Priorizar a sinalização de interesse público com a finalidade de não confundir motoristas, e da mesma forma garantir a livre e segura locomoção de pedestres;

2ª) Recuperação e preservação do patrimônio cultural, artístico, histórico, paisagístico, e também o meio ambiente natural ou o edificado;

3ª) Definição de tipos de anúncios e indicação dos locais onde podem ser apresentados;

4ª) Criação de sistema de fiscalização.

Em relação ao anúncio propriamente dito, deverão ser observados se os mesmos oferecem segurança ao público; apresentam-se em bom estado de conservação, tem

tratamento final adequado em toda a sua superfície, cumprem as normas técnicas determinadas pela *Associação Brasileira de Normas Técnicas*- **ABNT**; e ainda, se eles respeitam a vegetação presente no local onde serão instalados, em hipótese nenhuma um anúncio poderá prejudicar a sinalização de trânsito ou qualquer sinal destinado a auxiliar o público; também em nenhuma hipótese poderão provocar reflexo ou grande intensidade de luz que poderá ofuscar ou causar prejuízo aos condutores de veículos ,e ainda, em nenhuma hipótese prejudicar visualização de bens com valor cultural.

Outros pontos interessantes da disposição de leis conhecida como "Cidade Limpa" , podem ser aplicados em Jacareí -com êxito-, melhorando, e muito, a paisagem urbana que tem uma relação direta com a aplicação das normas .

As principais são:

1ª) Proibição de anúncios em leitos de rios, lagos e represas, e também em parques, praças e outros logradouros públicos;

2ª) Proibição em postes de iluminação pública ou pertencente a rede telefônica, e principalmente proibição nas cabines e telefones públicos;

3ª) Proibição nos dutos de água e de gás, hidrantes, torres d'água, caixa d'água e similares;

4ª) Em nenhuma hipótese permitir placas acopladas à sinalização;

5ª) Em nenhuma hipótese colocar anúncios em árvores de todo o porte.

Em relação à permissão dos tipos e dimensões de anúncios que poderão ser colocados em imóvel edificado, uma dimensão levando em conta o bom senso também pode ser perfeitamente aplicada na cidade.

Para que isso ocorra tais dimensões deverão atender as seguintes condições: testada do imóvel inferior a 10,0 metros lineares, o anúncio no local não deve ultrapassar 1,5 metros quadrados; testada superior a 10,0 metros lineares mas inferior a 100,0 metros lineares, área total permitida do anúncio no local será de 4,00 metros quadrados.

Em nenhuma hipótese serão permitidos anúncios que alterem a fachada, como por exemplo, a colocação de painéis ou dispositivos similares.

Mais uma vez, em nenhuma hipótese o anúncio indicativo poderá avançar sobre a calçada ou muito menos o passeio público.

Em imóveis públicos e privados serão permitidos anúncios das atividades neles exercidas, desde que sejam em conformidade com a lei de uso e ocupação do solo e que os tais tenham todas as licenças de funcionamento em toda esfera pública.

Os anúncios publicitários poderão ser instalados no mobiliário urbano, como no abrigo da parada do transporte de passageiros (ponto de ônibus); em *totem* indicativo do ponto; em sanitário público(interno e externo); podem ainda ser instalados em placas identificadoras de logradouros públicos com padrão previamente definido ou ainda em cabines de qualquer tipo, também com o padrão definido.

Da mesma forma, os anúncios podem aparecer em quiosques para informações culturais; em bicicletário, com padrão definido; em estrutura de captação de lixo; em protetores de árvores, sendo em todos os locais com padrão definido; e ainda, em relógio tanto de temperatura quanto de tempo e em abrigos de ponto de táxi.

Por fim, outro ponto que merece atenção é a responsabilidade pelo anúncio ou propaganda. Essa questão é determinante para melhoria da paisagem urbana. Por isso devem ser considerados responsáveis judicialmente pelo anúncio, tanto o proprietário do imóvel, como aquele que tem a posse do imóvel. Porém a empresa que instalou também será responsável judicialmente pelos aspectos técnicos e de segurança, assim como sua remoção.

11. OS CENTROS HISTÓRICOS

Em outubro de 2011, concentramos nosso trabalho no Centro Histórico de Jacareí e quanto às propostas para delimitação de perímetro dessa área, estávamos, neste momento, avaliando o que trazia o Plano Diretor do Município que determina uma área para este e segue algumas diretrizes. No entanto, este poderia ser alterado se conseguíssemos comprovar a existência de mais edifícios de interesse de preservação localizados nas proximidades do perímetro, ou também incluir em sua área outros bens que não foram apontados pelo Plano Diretor.

Ainda não tínhamos condições de apontar novos edifícios, pois não tínhamos iniciado inventário de preservação que pretendia comprovar e levantar de forma sistemática, a existência de outros bens com interesse de preservação. Assim, entendíamos que a nossa opinião e avaliação sobre o perímetro do Centro Histórico apontado pelo Plano Diretor, só se consolidaria a partir do momento que o inventário da área central estivesse acabado. Por isso, apresentamos uma análise teórica sobre centros históricos procurando entender o que de fato caracteriza estas áreas das cidades; o que ocorreu com elas que levaram ao seu abandono, e conseqüentemente os interesses em sua retomada. Para tanto estudamos algumas cidades sul-americanas e também do cenário mundial. O principal objetivo da analise é entender cada vez mais o papel do Centro no processo de urbanização e planejamento urbano de uma cidade.
Por fim, apresentamos uma discussão teórica sobre Educação Patrimonial e sua possível aplicação na realidade de Jacareí, inclusive com encaminhamento de propostas.

11.1 Centros Históricos, Valorização do Patrimônio e a Realidade de Algumas Cidades.

Com relação ao conceito sobre "Patrimônio" ainda é necessário entender melhor as peculiaridades que abrangem o existente em Centros Históricos. Assim, procuramos entender quais foram os fatores que levaram ao abandono dessas áreas das cidades latino-americanas de significativo valor cultural; do processo de expansão urbana

juntamente com a especulação imobiliária e conseqüente abandono da área pelos moradores mais antigos e tradicionais; ao descaso do poder público, sem deixar de fazer uma reflexão de suas conseqüências no restante da cidade.

Entre as décadas de 1980-1990 ocorre o processo de retomada dessas áreas para a cidade (Canclini, 2000, p.166; Villaça, 2001, p.283) observa-se um esforço para resgatar sua função e potencialidade. Nota-se a atenção de governos municipais, estaduais no âmbito nacional e internacional, como a feitura de projetos inseridos em planejamentos urbanos integrados a questões sociais, culturais, econômicas, financeiras e habitacionais.

Entender os motivos pelo qual os centros históricos receberam atenção, visando sua recuperação, é fundamental para analisar se os projetos desenvolvidos realmente tiveram a preocupação de atender a legislação de preservação ou simplesmente, maquiaram intervenções, cujos interesses suplantavam os de memória e história e que, de certa forma, acabaram contribuindo, em muitos casos, para demolições em massa ou descaracterizações irreversíveis do legado cultural edificado.

No cenário mundial, é cada vez maior a preocupação com as intervenções em centros históricos sempre envolvendo a temática de revalorização e preservação dessas áreas que no geral, revelam também problemas de cunho social, administrativo, econômico, entre outros, e, portanto, acabam exigindo um estudo aprofundado por parte da administração pública.

As experiências de nível internacional, no que tange à recuperação dessas áreas, têm se caracterizado pela diversidade de soluções, já que os princípios e conceitos adotados são diferentes. A ideia de "modelo" não deve estar presente, pois a realidade de cada lugar exigirá uma diversidade de formas de intervenções. Levar casos bem sucedidos à categoria de modelo é perigoso, pois a riqueza do patrimônio existente pode ser comprometida por soluções incabíveis à determinada realidade. No entanto, analisar o que deu certo e errado também serve de base para novas realidades.

A desvalorização dessas áreas ocorreu por diversos aspectos que acabaram refletindo na cidade de maneira local e global, não só em relação à deterioração dos remanescentes arquitetônicos, mas também no comprometimento da qualidade de vida

de seus habitantes – e foram vários os fatores que contribuíram para isso: crescimento demográfico descontrolado; expansão urbana; especulação imobiliária; falta de interesse do poder público e dos moradores tradicionais que se voltaram para outras áreas da cidade, diminuindo assim sua vitalidade.

Visando compreender melhor os motivos que levaram ao abandono os centros históricos, é necessário entender o seu conceito e as relações existentes, procurando a resposta a partir dos atributos que o tornaram diferente dos outros espaços de centralidade existentes nas cidades.

De acordo com Carrión (2002, p. 47), há três relações que precisam ficar claras no entendimento deste conceito. Primeiramente é importante ressaltar a relação existente entre cidade e centro histórico, porque é através dela que se pode entender o conceito de centralidade dada às funções que acaba atribuindo. Em segundo lugar, é preciso entender as questões do planejamento urbano, disciplina que define as intervenções no espaço da cidade para se chegar à conclusão do quanto e até que ponto pode-se intervir em áreas consolidadas, como é o caso. A terceira relação é do centro histórico como parte de um projeto nacional, pois assim pode-se dar sentido às preocupações sobre identidade, cultura, saúde, educação e outros temas clássicos das políticas públicas. Como exemplo, Carrión cita a cidade de Havana, pois como poderemos ver no próximo relatório, a política de preservação de Havana Velha ganhou âmbito nacional e acabou sendo benéfica para outras cidades do país. Para este autor o centro histórico um dia foi à cidade inteira, portanto ainda guarda referências que são sínteses da diversidade que o caracteriza.

O mesmo afirma Gutiérrez (1989, p.120) onde diz que os centros históricos são:

> *(...) testemunhos essenciais de nossa trajetória histórica, dando um sentido coerente ao passado e ao presente. Ao mesmo tempo, como afirmou Benévolo, são eles as reservas de modos de vida, escalas urbanas e outros valores que, na crise despersonalizante de nosso processo urbano, deverão servir de modelo para retornarmos os critérios para uma cidade melhor no futuro.*

Hardoy (1986, p.129) caracteriza o processo de ocupação que os centros históricos das cidades latino-americanas tiveram, passando também pela deterioração e abandono. Os fatores que contribuíram para esta situação estão vinculados a sua localização, formação, ocupação além da própria dinâmica urbana que procura sempre atender as demandas atuais.

As elites coloniais até meados do século XIX tinham suas residências localizadas nos centros tradicionais das cidades. Por volta de 1850-1860, diante da falta de transporte e de serviços públicos básicos, as cidades coloniais não cresceram mais que o limite do seu traçado original ocasionando uma maior condensação destas áreas. De certa forma, isto levou as elites a procurar lugares ambientalmente melhores e menos congestionados, ocorrendo como conseqüência o deslocamento do comércio, da administração pública e de outras atividades produtivas, surgindo outros locais de centralidade nas cidades.

Flávio Villaça (2001, p. 277-283) também afirma que o abandono do centro tradicional começou com o deslocamento das camadas sociais de alta renda motivados pelo uso do automóvel e pelo mercado imobiliário, deixando claro que não foi apenas pelo envelhecimento das edificações que este desinteresse aconteceu, pois se realmente isto fosse o motivo teriam investido para sua renovação como fizeram no passado outras vezes, se referindo à cidade de São Paulo.

Em decorrência do deslocamento dessa classe a década de 1970 será marcada pelo surgimento dos subcentros. O centro tradicional deixa de ser o único e novos espaços de centralidade acabam surgindo em função da demanda do capital, mostrando que a localização dos novos centros se dá em função dos interesses advindos do capitalismo[28].

O Estado, diante da ótica do capital, acabou investindo em construções de cunho administrativo também fora do centro histórico, acompanhando o eixo de deslocamento das elites (Villaça, 2001, p. 277). O deslocamento e a nova localização dessas classes determinaram modificações no espaço urbano, caracterizadas pela possibilidade de

[28] Segundo Flávio Villaça (2001, p.251) o capitalismo tem como valores, o lucro, o dinheiro, a mercadoria, o trabalho assalariado e a iniciativa privada.

mobilidade espacial. Para Villaça (2001, p. 280), a escolha da localização esta fundamentada na possibilidade de locomoção, onde o tempo de deslocamento é vital. Mesmo bem localizado passou a não atender mais os interesses da lógica do capital, perdendo assim seu valor imobiliário que investe em outras áreas da cidade contribuindo para sua expansão.

Os espaços deixados pelas elites passam a ser ocupados pelas classes mais populares que se apropriaram dos vazios que restaram no centro histórico, pois se é o fator locomoção que direciona a localização, a classe de menor condição financeira vai se apropriar de espaços que possibilitem boa localização em relação ao tempo de deslocamento para ir ao comércio, ao trabalho, ao lazer, etc, e o centro histórico nunca deixou de oferecer tudo isto, apenas deixou de atender a lógica do capital imobiliário que acompanhou os interesses da elite.

Hardoy (1986, p.130) diz que os edifícios, antes ocupados pelas elites se transformam em cortiços e passam a ser ocupados por camadas da população de poder aquisitivos inferiores. Estar bem localizado era essencial para sobrevivência, além disso, o centro histórico, apesar da baixa qualidade de moradia, contava com serviços públicos, água potável, esgoto, transportes, eletricidade, coleta de lixo, de que careciam outros bairros ainda em crescimento da cidade. Mesmo que estivessem obsoletos, eram serviços existentes e que funcionavam, e nas cidades da América Latina tê-los era e ainda é uma grande vantagem.

Para Gutiérrez (1989, p. 110-111) o processo acelerado de urbanização e crescimento das cidades Latino-Americanas nas últimas décadas do século XIX, coincidiu com movimentos internos de migração, isto é, deslocamento de pessoas do campo para a cidade. A infra-estrutura urbana não acompanhou a concentração crescente de pessoas contribuindo para um baixo nível de insalubridade nos centros históricos, e em algumas cidades como Buenos Aires, acabou causando uma epidemia de febre amarela em 1871 e como conseqüência, houve um deslocamento populacional para outro setor da cidade.

Para Gutiérrez este tipo de descolamento acaba originando a "favelização" do centro histórico, já que o morador se muda, mas não abandona de fato a propriedade

da residência antiga, ele ainda permanece dono do imóvel e para ter algum tipo de renda com o mesmo, acaba arrendando ou alugando. Quem aluga, muitas vezes acaba sublocando parte ou cômodos separados do imóvel; é assim que surgem os cortiços como menciona Hardoy; edificações de aluguéis baixos, ocupadas por uma população de enormes limitações de recursos que acabam recebendo um investimento mínimo para sua conservação, situação que contribui significativamente para um processo acelerado de deterioração e destruição das mesmas; é o patrimônio arquitetônico que desaparece, Gutiérrez dá como exemplos às cidades de Havana, Quito, La Paz e Lima que passaram por este processo.

No centro histórico, além do patrimônio arquitetônico existe também o imaterial, trocado na maior parte das vezes pela imagem globalizada que os novos centros acabaram adquirindo. Segundo o que explica Canclini (2000, p.170-171) os meios de informação culturais atuais (rádio, televisão, cinemas, informática, entre outros) adquiriram maior atenção da população do que os lugares tradicionais da cidade que também transmitem informações. É que essas novas ofertas culturais conseguem ultrapassar a informação local, havendo possibilidade de integração nacional e transnacional. Inovações que vinculam e atraem grande parte da população pela possibilidade de integrarem-se a outras culturas, novas realidades. Ele chama de "imaginários globalizados" que no nosso entendimento ganha maior espaço nos meios de comunicação porque o capital esta presente, e diante dos valores que o mesmo exige já explicitados, a memória, a história, o legado cultural de um povo dependem de percepção, sensibilidade e até de uma valorização que pode vir da própria educação.

O desinteresse pelos centros históricos das metrópoles causou a desintegração e desigualdade social. Canclini (2000, p.174-175) explica que os envolvidos no processo de globalização, juntamente com o poder público, deveriam valorizar também a cultura procurando assim não perder as origens valorizando e preservando as tradições. Privilegiar a cultura local através dos meios de comunicação seria uma forma de evitar a desigualdade social que é fruto dos interesses que movem os processos globais.

De acordo com Sassen (1998, p.126), as grandes metrópoles passaram por estes processos consequência do desenvolvimento comercial e de negócios que exigiram

padrões de localização diferentes do que o centro histórico podia oferecer com as novas demandas exigindo sistemas de comunicação e informação que os novos centros são capazes de oferecer, pois possuem o do Estado e do poder público colaborando.

O processo de expansão das cidades e a reorganização do espaço acontecem como parte da dinâmica de cada uma em determinada época. Esta reorganização vem acompanhada de novas necessidades e os locais vão assumindo novas funções criando novas relações e valores urbanos. Manter preservado o legado cultural edificado existente nos centros históricos não quer dizer parar no tempo, e com isto não aderir às novas demandas tecnológicas, pelo contrário. Deve-se apoiar no existe, lidar com ele associando estas demandas, isto é bem mais difícil do que construir um novo edifício, aliás, intervir no construído teve que se tornar uma disciplina prática e teórica aliada a técnicas.

Na busca de encontrar edifícios que já fossem pensados com base nessas novas demandas, a urbanização das metrópoles acaba sendo direcionada pelos interesses globais do capitalismo, que de acordo com Saskia Sassen (1998, p.122-123) se caracterizaram por: abandono do centro, crescente área da periferia, aumento da pobreza, desvantagem social, sistema orientado para o mercado, deslocamento geográfico de empresas nacionais e transnacionais. Ocorreu assim uma divisão dos espaços urbanos por setores de atividades tornando-as fragmentadas, separando o tecido urbano por especialidades (industrial, residencial, comercial...). Os subcentros adquirem caráter de centros especializados (Villaça, 2001, p. 282) onde houve grandes investimentos para que pudessem se tornar compatíveis com as novas demandas, e assim os centros históricos acabaram ficando cada vez mais isolados.

Em cada momento da história das cidades, o centro tradicional teve o seu papel no período, no entanto, frente ao estado de abandono e conseqüências dele, entre as décadas de 1980 -1990 (Canclini, 2000, p.166; Villaça, 2001, p.283) começa-se a fazer um esforço para resgatar sua função e potencialidade. Nota-se a atenção de governos municipais, estaduais no âmbito nacional e internacional, baseados em projetos de planejamentos urbanos integrados a questões sociais, culturais, econômicas, financeiras e habitacionais.

Levantamos aqui uma questão: já que pela ordem do capital, o poder público apoia e vai atrás do deslocamento das classes dominantes, por que passou a se interessar nesse momento, por estas áreas quando já não era mais habitado pelas elites?

11.2 A Reconquista do Centro – estratégias de intervenções para a recuperação dos centros históricos – abordagem histórica

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) surge a ideia de criar um movimento internacional que pudesse proteger locais de caráter cultural e natural existentes em diversos países. O acontecimento que acabou incentivando esta criação foi a construção da represa de Assuan no Egito, pois despertou preocupação em nível internacional, já que inundaria o grande vale onde se encontravam os templos de Abu Simbel, tesouros da antiga civilização egípcia.

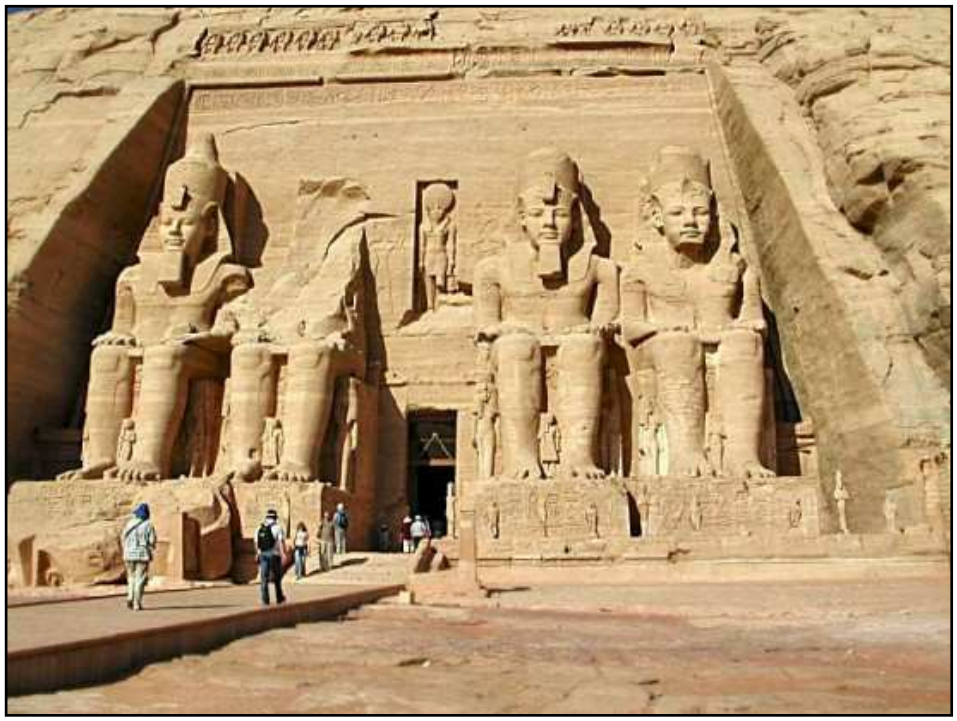


Figura 38 - Templo de Abu Simbel, Egito.
Fonte: http://www.infoescola.com/civilizacao-egipcia/abu-simbel/ acesso em 14/11/2011.

Em 1959, através da solicitação dos governos do Egito e Sudão, a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura – **UNESCO** lança uma campanha mundial para salvamento dos templos. Com o sucesso da campanha, os templos de Abu Simbel e Filae foram desmontados e removidos para um local de segurança contra inundações e montados então novamente. Este tipo de campanha se estendeu a outros bens que se encontravam em perigo como Veneza, na Itália; a de Moenjodaro[29], no Paquistão e a de Borobodur[30], na Indonésia dentre outros; se inicia uma preocupação com a preservação do legado cultural de interesse para a humanidade entre eles os centros históricos.

A *Carta de Veneza* elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS em 1964 menciona os centros históricos como sendo "sítios monumentais", devendo "*ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização".* Esta carta terá como referência o patrimônio europeu, e vai servir de base, a princípio, para os países latinos americanos também.

Com a ajuda do **ICOMUS**, a **UNESCO** começa a elaboração de um projeto de Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural de Interesse Mundial. Até então não havia a proposta de inserir bens naturais, somente os bens culturais seriam contemplados. A ideia de inserir bens naturais neste tratado partiu dos Estados Unidos em 1965, quando sugerem a criação de uma fundação para proteger as áreas naturais e paisagísticas visando garantir o presente e o futuro da humanidade.

Uma consciência maior com os danos causados com a degradação do meio ambiente acaba levando a Organização das Nações Unidas – **ONU**, a convocar uma

[29] Mohenjo Daro é um sitio arqueológico com mais de 4.000 anos de antiguidade que apresenta uma apaixonante interrogação. Antiga sede de uma civilização da qual se ignoram as causas do repentino desaparecimento, foi o local onde se adotou uma forma de escrita de tipo pictográfico, cujo significado nos é ainda desconhecido, e onde também se usavam roupas de algodão, as mais antigas já descobertas. *Mohenjo Daro* é um local onde não existem tumbas, mas é chamado de Colina dos Mortos é o lugar onde estão os esqueletos é extremamente radioativo.

[30] Borobodur é o maior monumento budista do mundo. Situa-se na parte central da ilha de Java, aproximadamente a 40 km ao noroeste da cidade de Yogyakarta, um dos centros de cultura javanesa tradicional. Atualmente é a atração turística mais popular da Indonésia.

grande conferência realizada em 1972 em Estocolmo (Suécia) conhecida como ECO-72 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Nesta conferência a preservação da natureza foi levada mais a sério dando margem para a inserção do patrimônio natural no projeto da Convenção[31] sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Interesse Mundial, aprovada em 16 de novembro de 1972, onde em um único texto passa a contemplar a proteção do patrimônio cultural e natural:

> *Patrimônio cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Patrimônios naturais significam as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético.*
> Fonte:(http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage. Acesso em 09/11/2011).

Amplia-se assim a noção de patrimônio, dando espaço a uma preocupação maior com os centros históricos. De acordo com Hardoy (1986, p. 130), nas últimas décadas do século XX, vários países da América Latina passam a ter um interesse maior pelos centros históricos e pelas cidades históricas, percebendo-os como locais de vida e de trabalho. Até então, estas áreas eram valorizadas por uma minoria com interesses práticos relacionados à sua localização estratégica; por investigadores de história da arte e da arquitetura e de alguns profissionais preocupados com a conservação do legado cultural existente.

As *Normas de Quito* em 1967, cujo foco maior é quanto aos problemas da América Latina, acabam se tornando um documento referencial no tratamento que deveríamos ter com o legado cultural de nossas cidades. Nas Normas fica claro que a valorização do patrimônio cultural deveria ser tratada de maneira sistemática, extremamente técnica, destacando e exaltando as características que o fazem especial.

[31] A presente Convenção é estabelecida em árabe, espanhol, francês, inglês e russo, sendo os cinco textos igualmente autênticos.

Assim, fica evidente que isto só poderia acontecer por meio de uma legislação eficaz e também da integração dos projetos culturais aos econômicos e, conseqüentemente, teria que ser considerado como parte da gestão das cidades pelos Estados, devendo ser incorporados a um plano regional ou nacional de desenvolvimento. (IPHAN, 1995, p.132, Cartas Patrimoniais: Normas de Quito, 1967).

Desde então, alguns países passaram a dar mais atenção para as cidades e os seus centros históricos. O caso brasileiro pode ser destacado neste aspecto, pois é a partir da década de 1970, segundo Azevedo (1994, p. 57), que o Ministério da Educação e da Cultura brasileiro convoca em Brasília todos os governadores de cidades históricas para firmar um compromisso com o governo federal visando à preservação do patrimônio cultural de importância nacional. Com a acessória da UNESCO, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN passa a dar maior atenção para os centros históricos no que tange a toda problemática urbana e social envolvida.

Em 1977, durante o Encontro Internacional de Arquitetos em Machu Picchu, é elaborada a "Carta de Machu Picchu", visando atualizar a carta de Atenas de 1933. Nela fica clara a importância do patrimônio latino americano, pois enfatiza que Machu Picchu *"simboliza a contribuição cultural independente de outro mundo. (...) é tudo o que não envolve a mentalidade global iluminista e tudo o que não é classificável por sua lógica"* (IPHAN, 1995, p. 271).

A *Carta* aborda questões do planejamento urbano, no qual a cidade, no contexto contemporâneo, deve ser integrada às suas regiões circundantes e não ser dividida em setores, espaços isolados que só trazem um distanciamento do relacionamento humano. É preciso que haja uma *"integração polifuncional e contextual"* se referindo à inclusão da moradia, transporte, impactos das indústrias nas cidades, recursos naturais, preservação e defesa dos valores culturais do patrimônio histórico-documental. O crescimento acelerado das cidades não foi levado em conta na *Carta de Atenas* de 1933, o que, segundo a de Machu Picchu, constitui a raiz dos problemas das cidades latino-americanas. A Carta de Atenas desprezou e muito a existência do tecido histórico.

A recuperação de centros urbanos tornou-se então indispensável no planejamento das cidades. Desde o início dos anos 1970 e acentuando-se na década de 1980, a questão teve formas diversificadas de abordagem em torno de políticas públicas que afirmam a potencialidade que os centros históricos possuem.

O conceito de Conservação Urbana Integrada – CUI, surge neste momento mais especificamente com o urbanismo progressista italiano dos anos 1970 (Lapa e Zancheti, 2002 p. 31). Com a experiência de Bolonha, que se inicia depois de uma aprofundada pesquisa coordenada pela administração pública da cidade em 1969, é aprovado o plano para o centro histórico e os sucessivos planos para financiamentos de casas populares que deveriam ser implantadas na própria área, sendo estes os responsáveis então pela recuperação do núcleo histórico da cidade.

A prefeitura de Bolonha desenvolveu forte campanha de conscientização, principalmente com a faixa infantil da população. O plano é simples, porém detalhadíssimo, segundo Adriano La Regina (1982 p.48); primeiramente foi elaborada uma completa pesquisa histórica - tipológica das edificações da cidade e do centro histórico. Em seguida, estudou-se a cidade contemporânea e suas necessidades; estudo este desenvolvido juntamente com a comunidade através das "comissões urbanísticas de bairro" composto por 20 pessoas representantes de forças políticas do bairro eleitas pelos "conselhos de bairro".

A Conservação Urbana Integrada está pautada na descentralização da administração de Bolonha não apenas burocrática mais também política, pois os conselhos passam a ter as seguintes tarefas:

> *(...) administrar a cidade, como a organização de tráfego, veto a licenças para demolir e/ou construir, aproveitamento do território, estabelecimento de áreas para comercio e lazer, tutela dos direitos constitucionais dos cidadãos do bairro, principalmente em relação às instituições de ensino, iniciativas culturais, assistência social, saúde e segurança social, esporte e lazer.O bairro inteiro recebe convocações para assembléias, que elegem o Conselho, que por sua vez elege seu presidente. Esse presidente é confirmado pelo prefeito*

> *de Bolonha como o oficial de governo e trabalha de comum acordo com um adjunto do prefeito.*

Ainda nas décadas de 1970 e 1980, estes conceitos foram aplicados em cidades italianas e espanholas (Lapa e Zancheti, 2002, p. 31), e nos dois países, os resultados vieram a contribuir para a implantação de uma imagem de governo de eficiência administrativa, com justiça social e participação popular. E ainda, de acordo com Lapa e Zancheti, as primeiras aplicações da CUI foram feitas em áreas residenciais antigas e nas periferias dos centros históricos, onde a questão social foi privilegiada com a permanência dos antigos moradores no local.

> *A importância e consciência coletiva do que deva constituir o patrimônio cultural de caráter histórico e artístico de uma cidade vem expressa na reconstrução de Bolonha nos anos 70, nos projetos de reabilitação da câmara municipal de Lisboa a partir de 1975, nos planos de valorização dos diversos séculos da arquitetura cubana nos últimos 30 anos, nos projetos de valorização das zonas portuárias de Barcelona e Nova York , no Quartier de La Défense em Paris e na reconstrução do Zocalo na cidade do México após terremoto destruidor – isso para enumerar alguns sucessos no imenso acervo de derrotas nesse campo de ação cultural* (Sampaio, 1998, p.152).

Com a experiência de Bolonha, a sistematização dos princípios da Conservação Urbana Integrada foi realizada em 1975 e expressa na Declaração de Amsterdã como produto final do Congresso sobre Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado durante a reunião do Conselho da Europa no mesmo ano; considerado o ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, que afirma a participação efetiva dos governos locais, juntamente com a dos cidadãos (**IPHAN**, 1995, p. 237).

Nos anos 1980 e 1990, a **CUI** abandona o cunho social e passa a ser considerada como revitalização ou reabilitação de áreas centrais degradadas e obsoletas; agregando também a proposta de resgate do valor imobiliário de edificações, principalmente daquelas protegidas por leis de tombamento. Lapa e Zancheti (2002, p. 31) afirmam que os conceitos de revitalização e reabilitação passaram a fazer parte das políticas

neoliberais dos municípios, transformando a conservação urbana em estratégia para agregar valor imobiliário, um instrumento poderoso para atrair investimentos privados regionais e internacionais. A Conservação Urbana Integrada acabou apoiando o planejamento urbano na leitura da cidade através das análises morfológicas e tipológicas necessárias. Perde-se a característica de generalidade, abandonando-se os índices urbanísticos usuais, e privilegiam-se ações locais, que pudessem potencializar e transformar essas áreas com o que apresentavam de características peculiares e heterogêneas.

De acordo com Vicente Del Rio:

> *O paradigma de desenvolvimento dos anos 80 se formou a partir de uma série de crises (política, energética, ecológica, econômica) que expuseram a fragilidade de nossos sistemas social e econômico, principalmente da forma com que se expressam no urbano. Foi uma década em que o desinvestimento passou a caracterizar as metrópoles, com reflexos na qualidade de seus serviços, na conservação dos sistemas públicos, na concentração da miséria, nas relações humanas, no aumento de criminalidade e na insegurança geral, etc. os economistas chamam os anos 80 da década perdida. Junto com a ampliação dos movimentos democráticos, este contexto forçou que a administração pública e o capital reconhecessem a importância do Patrimônio instalado, seja social ou física, particularmente nas áreas centrais, alterando suas políticas de descentralização, principalmente nos países europeus* (1994 p.33).

Nos Estados Unidos, os projetos de revitalização para essas áreas estão calcados em programas que visam planejamento e gestão. O planejamento contempla atrativos para agentes que venham dinamizar a revitalização e possam se instalar; trata-se de comércio, serviços, habitação, lazer entre outros. A gestão visa o monitoramento pelo poder público e por empreendedores que venham apoiar a construção de uma nova imagem[32].

[32] Segundo Vicente Del Rio, os empreendimentos que estão por traz da construção da nova imagem para os centros históricos podem ser: grandes centros comerciais, conjunto de prédios de escritórios e lojas, centro culturais, áreas de lazer e compras, centro de convenções entre outros.

A área central perdeu parte de sua característica de centralidade, mas continua guardando referência simbólica e histórica de centro original e tradicional. Ter isto de forma clara é essencial para que se possam conduzir os projetos urbanos que visam recuperar estas áreas.

Entende-se que a sua decadência se deu pelo fato da estrutura existente não atender mais as exigências das novas demandas exigidas pela dinâmica da cidade capitalista. No processo de sua retomada ocorre uma reestruturação urbana, há uma readequação funcional necessitando ser resgatada e reintegrada ao restante do tecido urbano abrangendo reabilitação, restauração e reciclagem de edifícios.

Neste momento a sociedade se manifesta e a noção de patrimônio ambiental começa a ficar mais clara, haja vista a queda na qualidade de vida e o comprometimento do meio ambiente. A problemática do "desenvolvimento X preservação" começa a ficar evidente e assim, passa a ser relevante no planejamento urbano das cidades. É um momento importante, muito se deu pela participação e vontade das comunidades locais que também passaram a ter consciência da problemática em questão, pois estavam sendo afetadas diretamente atraindo a atenção dos meios de comunicação. Surgem várias organizações e ações sociais, além de órgãos de preservação municipais e estaduais.

Será um período em que a causa da preservação se torna um ato de cidadania, mesmo porque se percebe que somente com o apoio da comunidade e da iniciativa privada, podem ocorrer ações mais rápidas e mais efetivas e que possam vir a garantir a preservação dos bens culturais de interesse histórico ainda existente nas áreas centrais prevalecendo também à busca por melhor qualidade de vida.

Daqui para frente, as atitudes em prol da preservação estarão sempre contemplando e contando com a comunidade e com a iniciativa privada. Novos mecanismos serão criados para gerar incentivos que consigam ganhar a confiança de investidores. Percebe-se que a questão ganhou força conseguindo maior adesão.

Os conceitos até então existentes começam a ser revistos sob ótica de outras categorias de análises, historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, especialistas de outras áreas do conhecimento que acabam se envolvendo com a recuperação das

áreas centrais das cidades. Os poderes públicos também se voltam para a questão na busca de respostas mais eficazes para os problemas encontrados.

Os motivos desse interesse estão apoiados na falta de recursos da administração pública para continuar investindo em áreas que precisariam de completa infra-estrutura e também pela falta de humanização nas cidades, além da degradação do meio ambiente onde o número crescente de veículos estava comprometendo sua qualidade. Passa a se buscar tentativas de bloquear o processo de expansão do território e se voltar mais para o existente.

Assim, os centros históricos passaram a ser um ótimo investimento, já que tinham infra-estrutura instalada que estava de certa forma ociosa, bem servida por transporte coletivo colaborando para redução da poluição do ar, e quaisquer intervenções para alguns ajustes teriam um custo bem menor. O que passa a ser levado em consideração segundo Flávio Villaça (2001, p. 356) é a lógica da boa localização. As possibilidades de acesso que o centro histórico oferece são bem maiores que as das áreas periféricas, afirmando sua localização como ponto central da cidade.

A *Carta de Nairobi*, elaborada em maio de 1982 pela Assembléia Mundial dos Estados em comemoração ao décimo aniversário da Conferência das Nações Unidas, realizada no ano de 1972 em Estocolmo, coloca a preocupação com o meio ambiente em que o homem está inserido, se referindo além do ambiente natural, também ao construído; o contexto passa a ser relevante. Fica claro nesta *Carta* que as áreas degradadas afetam a cidade como um todo comprometendo a qualidade de vida da população entre elas os centros históricos. Isto se reforça com a 2º Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO-92, Rio de Janeiro) onde a Conservação Urbana Integrada passa a aliar-se às questões ambientais, e qualquer política urbana neste âmbito, segundo Lapa e Zancheti (2002, p. 31) passa a ser no campo da "conservação ambiental".

Na América Latina, outra atitude pioneira revela a preocupação com os centros históricos se deu na Argentina com a criação do Instituto de Investigações de História da Arquitetura e do Urbanismo em 1973, criado por Ramón Gutiérrez, Mariana Waismam e Alberto Nicolini entre outros. Este Instituto tinha como tarefa importante

investigar, reconhecer e revalorizar os centros históricos de Corrientes e Córdoba como um primeiro desafio. Outra tarefa importante era a de criar cursos de especialização, visando capacitar futuros profissionais que pudessem lidar com maior sensibilidade às questões sobre a preservação do patrimônio existente nos centros históricos (Arias, 1994, p.27). Neste mesmo ano também é criado o Comitê Argentino do ICOMUS, fundado pelo Arq. Jorge Gazaneo, possibilitando um contato maior com outras experiências no tratamento dos centros históricos em processo de deterioração em outros lugares do mundo.

No Equador, segundo Hernán León e Félix Torres[33] (1994, p. 49), com a criação em 1979 do Instituto Nacional de Patrimônio Cultural; e do Departamento de Arquitetura e Centros Históricos em 1980-1981, são contempladas no Plano Nacional de Preservação de Centros, Sítios e Monumentos Históricos, políticas públicas que visam a salvaguarda do patrimônio do país. Em primeira instância acabam enfrentando dificuldades, pois as regulações municipais vigentes na época contrariavam totalmente os critérios de conservação da identidade existente nessas áreas. Posteriormente outras estratégias foram traçadas para se atingir os objetivos pautados em leis e regulamentações, além da criação de conselhos e comissões.

A partir da década de 1980, surge em algumas cidades o conceito de Planejamento Estratégico[34] no qual a vontade política, seus objetivos e os meios de atuação no território, na economia e para com a sociedade, deveriam ser transparentes. O principal era gerar confiança objetivando conseguir a adesão e apoio da sociedade civil e dos possíveis investidores e operadores econômicos.

[33] Hernán León coordenador da Seção de Centros Históricos do Departamento de Restauração Arquitetônica e Centros Históricos do Instituto Nacional de Patrimônio Cultural do Equador e Félix Torres Inspetor de Bens Culturais no Departamento de Inventario do Instituto Nacional de Patrimônio Cultural.

[34] *"Na estratégia é possível ir diretamente ao programa e do programa diretamente ao projeto de espaço público, inclusive não fazendo um plano pormenorizado para toda a cidade. O programa pode até comportar uma intervenção sócio-cultural – uma Ópera, por exemplo -, algo nunca antes presente em um projeto de urbanismo tradicional, mas cada vez mais essencial em uma estratégia, pois isto está diretamente relacionado com a capacidade de uma cidade atrair investimentos de ponta" (Portas, 1982).*

É um novo estilo de planejamento pautado na importância da programação, ou seja, os projetos antes de serem elaborados devem ter um programa de necessidades e etapas para implantação. Outro ponto relevante é o aproveitamento das oportunidades que surgem ou os que a própria cidade acaba provocando como o caso dos Jogos Olímpicos em Barcelona[35], além de se fazer necessário o estabelecimento de parcerias entre a sociedade civil, iniciativa privada e o Estado.

Algumas cidades incluem o tratamento do patrimônio cultural nesses procedimentos. Segundo Portas (1982, p.5), no Planejamento devem estar todas as intenções e no programa como serão executados os planos e suas várias interfaces, na área da saúde, educação, transporte, e outros. A estratégia é uma forma de reduzir a incerteza dos resultados e das próprias decisões dentro do plano. Hoje se procura um planejamento que esteja firmado em programas de ações, integrado as questões urbanas em geral.

Essa postura tem, no entanto, recebido diversas críticas por pretender forjar uma unanimidade sobre as cidades, passando por cima dos conflitos da segregação e da apropriação altamente diferenciada dos benefícios urbanos. A intervenção nos centros passa, portanto, pelo desafio ou contempla interesses e expectativas muito diversas já que, de acordo com Gutiérrez, a política de recuperação dos centros históricos deve ser encarada em um enfoque integral, fazendo com que ela seja parte dos projetos de desenvolvimento urbano, social e econômico.

---

[35] *"Podemos dar o exemplo de Barcelona. O Prefeito apostou alto para sediar os Jogos Olímpicos, e dizia:" Os jogos Olímpicos representam para a cidade um investimento brutal. Renova linhas de metrô, estações, aeroportos, novos bairros, resto de área portuária, toda zona do porto, equipamentos esportivos. Obviamente que não são os Jogos Olímpicos que iram pagar tudo". Portanto abre-se uma negociação entre o município, os outros municípios ao lado, vizinhos menores, o governo central, o Comitê Olímpico Internacional e as forças econômicas da cidade e algumas multinacionais. È com este clube que se contratam os Jogos Olímpicos. O ator dominante é a municipalidade, é a prefeitura que leva o barco, não há dúvidas que fez bem.*
Deve ter sido a cidade que melhor soube fazer um programa deste em três ou quatro anos. Em todo caso, não podemos esconder que foi gasto muito dinheiro". PORTAS, Nuno. Palestra proferida no dia 31 de agosto de 1982, em Campinas, pelo eminente urbanista português, por ocasião de sua visita ao Brasil a convite da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-CAMP.

> *(...) os problemas do centro devem enquadrar-se dentro de um planejamento urbano integral, que determinará uma solução orgânica para seus problemas de acesso, transito, uso do solo e zoneamento, segundo os objetivos particulares de cada caso. Outro tipo de regulamentação se vinculará aos problemas específicos de altura e tratamento; porém a preservação do meio ambiente e do contexto natural costuma ser um fator que transcende esses tipos de normas. Ao referimo-nos a favelização, emerge claramente o problema social e, em conseqüência, a criação de empregos, a estabilização da população e a melhora substancial de suas condições de vida. Não há solução para um centro histórico favelizado senão através da resposta a esses problemas, pois a recuperação integral não se limita à limpeza de fachadas (Gutiérrez, 1989 p. 115).*

A presença da habitação também é considerada como sendo de grande importância, não só por sua relevância social, mas também por que isso pode ser associado à vida noturna, pois nos projetos até então elaborados se viabilizava apenas o uso diurno da área. Com os espaços sendo utilizado também à noite, aumentando o fluxo de pessoas, seria mais bem cuidado e conseqüentemente acabaria contribuindo para minimizar problemas sociais como: marginalização, tráfico de drogas e prostituição. Além disso, pode-se evidenciar a noção de cidadania, o usuário cuidando do espaço que habita, significando a retomada social dos centros tradicionais das metrópoles.

Desta forma, as políticas habitacionais também precisam ser integradas à problemática da preservação, pois muitas visam a ocupação de lugares novos da cidade, que no caso latino-americano, na maioria das vezes, é a periferia, sendo que edificações do centro histórico podem ser revitalizadas com mudanças internas capazes de adaptá-las para o uso habitacional.

Somente uma atuação conjugada da comunidade, Município, Estado, Governo Federal e em alguns casos da **UNESCO**, pode-se viabilizar a recuperação dos centros históricos para alocar recursos que resolvam as prioridades sociais e que cuidem do patrimônio arquitetônico existente.

Frente a alguns estados de emergência, é necessário definir políticas de preservação que levem em consideração as peculiaridades já mencionadas e que parta de pressupostos delineados como: a integração de qualquer política de preservação ao plano de desenvolvimento urbano; a preservação de centros históricos deve ser encarada diante de um conjunto e não de partes isoladas, visando sua reabilitação para atender em primeiro lugar a população local em suas demandas; privilegiar em todos os projetos a manutenção da qualidade de vida da população local e sua permanência na área; valorização constante da história e da memória existente evidenciando a identidade do povo; a ação do arquiteto ou planejador deve sempre deixar a marca do seu tempo, sem imitações historicistas que maquiam o novo para deixá-lo igual ao antigo; a legislação deve substituir aos poucos os critérios muito protecionistas havendo estudo mais aprofundado para permitir a entrada do novo no tecido antigo, sem que este seja descaracterizado e tenha seus aspectos originais perdidos (Gutiérrez, 1989, p. 149).

Mas a política de recuperação dos centros históricos não pode deixar de lado o conceito de capacidade de carga e de capacidade ambiental, desenvolvido para estabelecer os limites que um determinado espaço tem ou pode suportar. A "capacidade de carga" esta sendo utilizada na literatura como sinônimo de "capacidade ambiental", mas há diferenças entre os dois termos de significativa importância; e para nós não é nada mais do que parte de um planejamento urbano para áreas de interesse histórico, cultural e ambiental com ações integradas.

> *Quando usada no contexto do gerenciamento urbano, capacidade de carga pode ser definida como a extensão em que o meio ambiente pode tolerar a atividade humana sem sofrer danos inaceitáveis.*
>
> *Essa última definição é semelhante à da capacidade ambiental. O que distingue é que o termo capacidade ambiental tenta considerar a interação entre o meio ambiente e as atividades humanas em diferentes escalas, simultaneamente. Já o termo capacidade de carga é mais apropriadamente usado quando somente um aspecto do meio ambiente ou de uma atividade está sendo considerado, ou seja, quando se*

> *investiga como um determinado aspecto causa impacto em um meio ambiente especifico (Oliveira, 2003, p.17-18).*

Quando estes conceitos são aplicados para cidades históricas consideradas como atrativos turísticos, podemos obter dados que identifiquem os principais problemas e um bom quadro dos limites que devem ser respeitados, isto são os limites para seu desenvolvimento sustentável[36].

Para Jorge Wilheim desenvolvimento sustentável, substitui "eco-desenvolvimento" sendo então:

> *(...) a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, a preocupação com a continuidade do processo de desenvolvimento e a introdução, no conceito "desenvolvimento", de critérios de outra natureza, que não a economia: sociais, psicológicos, enfim, humanos. Não esqueçamos que "sustentável" é um adjetivo e "desenvolvimento" é um substantivo. Essa adjetivação nos lembra que não interessa a humanidade um crescimento econômico que esgote os recursos naturais e culturais em que se apóia; enfatiza que a humanidade deseja e necessita dar continuidade ao processo de desenvolvimento (1997, p.7).*

É importante detectar de acordo com Oliveira (2003, p. 47):

a) Quais são os atributos físicos que fazem a cidade de tornar especial;

b) As atividades existentes, em termos de possibilidade de trabalho, lazer, recreação e moradia;

c) O funcionamento dos sistemas existentes na cidade e a interação entre eles;

d) As funções que a cidade desempenha e uma análise de sua percepção.

Entre os quatro aspectos relevantes que devem ser detectados existem as tensões causadas por suas inter-relações, como excesso de veículos, demanda alta de lixo, falta de estacionamento, etc.

---

[36] *"O termo sustentável tem sido usado para expressar a idéia de que a sociedade humana precisa viver dentro dos limites determinados pela natureza, sem prejuízos dessa natureza. No contexto do planejamento, significa que o desenvolvimento deve ser norteado a não exceder a capacidade do meio ambiente para não esgotá-lo ou destruí-lo"* (Oliveira, 2003, p. 16).

O desenvolvimento gera a criação de riquezas necessárias para a manutenção contínua dos elementos construídos. A capacidade de carga torna-se um meio pelo qual podem ser traduzidos os objetivos de desenvolvimento sustentável, como uma ferramenta útil dentro do sistema de planejamento. É importante prever o escopo de um desenvolvimento futuro de qualquer cidade histórica, ou de qualquer cidade com caráter especial, até mesmo em contextos diferentes para a conservação de seu ambiente e uma administração mais segura quanto a sua atuação.

O estudo de capacidade ambiental traz:

1) Identificação mais precisa do que contribui para o caráter histórico; estudo da morfologia de uma cidade e uma análise de como ela constitui seu caráter;
2) Avaliação mais sistemática quanto aos limites e cenários; a importância dos espaços públicos abertos e o entorno para o caráter da cidade;
3) Avaliações mais previsíveis de impactos; impacto dos edifícios modernos e altos na malha histórica e na paisagem;
4) Avaliação da expansão dos limites servindo aos diversos níveis de atividades em toda a cidade, particularmente em termos de congestionamento e conservação; rede de transporte e problemas de tráfego;
5) Análise do nível de atividades na área central; as atividades que interferem na qualidade dos edifícios.

A capacidade de carga e a ambiental quando relacionadas ao desenvolvimento urbano, são capazes de apontar diretrizes importantes para o processo de elaboração de um plano com projetos integrados. O envolvimento da comunidade local é entendido novamente como sendo uma oportunidade para abrir a discussão dos principais problemas que afetam diretamente as pessoas que residem na cidade.

Em alguns casos é evidente que o potencial existente em alguns centros históricos é subtilizado, então como encaminhar um processo de reapropriação pela população de seus bens culturais e garantir um aproveitamento turístico sustentável, adequado de forma econômica, social, ambiental e cultural da cidade?

1) Deve-se fazer um trabalho interno promovendo a cidade, e resgatando o orgulho pelo lugar. As pessoas que moram no lugar devem conhecê-lo ao máximo para que este orgulho venha sempre à tona;
2) Reconstrução da imagem da cidade – processo de divulgação dessa imagem;
3) Reconhecer sua oferta turística identificando seus equipamentos e infra-estrutura;
4) Levantamento do patrimônio cultural existente;
5) A apropriação e o conhecimento do potencial pela população irão garantir o processo. Se ela entender que também é dona do lugar, que é guardiã de seus bens e valores, a cidade terá grande chance de viver do turismo.

Para o estudo de cidades históricas ou simplesmente centros históricos os recursos naturais e construídos são importantes; há dois pontos básicos a serem considerados segundo Oliveira (2003, p.43):

> *1) Os recursos que são críticos para a malha urbana ou para o caráter da cidade – e em relação aos quais proteção e manutenção são preocupações primordiais (capital ambiental crítico) – incluiriam locais arqueológicos ou históricos, edifícios listados e áreas designadas (áreas de conservação, áreas de paisagem privilegiada). Locais onde a preservação é fundamental por serem insubstituíveis e de valor único;*
>
> *2) Há, em seguida, os recursos que contribuem para a malha urbana em um sentido geral, ou também para o caráter da cidade. Mas que são menos importantes, podendo até ser compensados em outros locais. Estes incluiriam subúrbios e os espaços abertos ao redor do centro que ajudam a configurar a cidade e seu caráter, cuja eliminação de uma determinada área pode ser compensada em outro lugar sem perder caráter global ou a qualidade da cidade.*

Com base nos estudos de Oliveira (2003, p.55-98) para a implantação da capacidade de carga é necessário elaborar um Plano de Ação calcado em 08 etapas, que descreveremos aqui de forma resumida:

01	Definir a área de estudo, colher dados gerais sobre o município, localizar em mapa e delimitar o perímetro da área.

02	Estabelecer os atributos físicos, selecionar os elementos que dão a cidade histórica seu caráter especial: edificações significativas, sítios arqueológicos, paisagem urbana e natural, ruas de lazer e comercio, bens imateriais (comidas típicas, danças, rituais, festas, etc).
03	Estabelecer atividades/demanda. Analisar as atividades humanas na cidade. Para isso, torna-se necessário traçar um perfil dos visitantes. Dados que devem ser coletados por meio de pesquisa de campo: espaços destinados ao comércio em geral, principais atrações para o visitante, instalações culturais e sociais.
04	Identificar tensões: entender as pressões em que escala ocorrem o efeito das atividades humanas no meio ambiente natural e construído, além de revelar os aspectos positivos.
05	Estudos técnicos: entender o funcionamento do sistema urbano. O estudo do turismo no local, ou seja, de que maneira ele ocorre.
06	Estudos de percepção. Entrevistas e discussões com a população, os grupos de interesse e os investidores.
07	Análise de toda a pesquisa e suas conclusões, por meio de estudos técnicos e de percepção. Assuntos de maior relevância em cidades históricas podem ser: grande desenvolvimento na área central, contrastando com os edifícios tombados, a paisagem e o núcleo urbano; adaptação de edifícios históricos para acomodar comércio varejista, com instalações e necessidades empresariais modernas que impactam com a configuração do edifício tanto interna como externamente; as diversas atividades que afetam o edifício histórico; atividades variáveis que afetam o centro da cidade.
08	A estrutura de capacidade. O papel dessa estrutura é produzir diretrizes para o desenvolvimento, avaliando os limites urbanos para o processo de planejamento.

Em meio ao caos que o crescimento desordenado de algumas cidades traz, percebe-se grande vontade política de reverter à degradação dos centros históricos. Não se sabe ao certo se é apenas marketing político já que, investir em propostas nestas áreas da cidade de certa forma traz visibilidade. Trazer nova alma a esses locais se tornou um desafio frente a tantos problemas que possuem agregados em um só espaço, porém existe a necessidade emergente de reverter o processo negativo que ocorreu principalmente nas cidades latino-americanas, fruto de uma colonização exploratória histórica pautada em interesses capitalistas dos quais foi impossível impedir que pairassem sobre nós. Agora só nos resta juntar forças e experiências para reverter de fato este processo e valorizar nossa rica história ainda presente nesses locais mágicos de nossas cidades.

11.3 Preservação do Patrimônio Arquitetônico em Centros Históricos

A caracterização dos centros históricos latino-americanos tem como base uma realidade ao mesmo tempo homogênea e plural (Gutiérrez, 1989, p. 110), cada um com perfil próprio mesmo tendo sofrido impactos peculiares e outros semelhantes por conta da evolução histórica e urbana da América Latina. Assim, a recuperação, conservação e preservação do patrimônio arquitetônico desses locais merecem um conjunto de propostas também peculiares, levando-se em consideração à identidade cultural de cada localidade.

A compreensão histórica da realidade latino-americana implica no reconhecimento da identidade cultural expressa na arquitetura e nos espaços das cidades configurados pela ocupação do nosso povo, bem como nos processos sociais e políticos presentes em cada caso.

A identidade é concretizada por elos que na verdade estão no imaginário em um primeiro momento. Logo após, se concretiza no nosso consciente. Ela se materializa, pois a noção de identidade só acontece quando olhamos, ouvimos, tocamos, sentimos.

O passo seguinte é o estabelecimento dessa identidade de forma clara, e essa noção é do individuo, ela é individual. Podem ser que muitos se identifiquem com a mesma coisa, pessoa, momento, lugares, monumentos, mas a percepção e conclusão finais são individuais. Identidade é um conceito construído por contrastes e relações que o individuo estabelece dependendo de uma determinada situação, ela é construída.

Segundo Gutiérrez (1989, p. 34) as coordenadas trazidas pelo movimento moderno[37] despejaram sobre as cidades latino-americanas, produtos que não foram

[37] *"O movimento moderno teve seu período mais majestoso entre as duas grandes Guerras Mundiais, quando nasceu com um espírito de renuncia ao velho mundo, um compromisso de se voltar para as necessidades habitacionais das massas e um entusiasmo de explorar o potencial arquitetônico de materiais e tecnologias muitas vezes desprezados pela geração anterior"* (Ghirardo, 2002, p.2).
Havia uma crença no poder da forma para transformar o mundo no intuito de conseguir uma reforma social, embora muitas vezes este objetivo se tornava muito amplo e vago, difícil de ser realizado. Os arquitetos desta geração acreditavam que a arquitetura poderia resolver problemas sociais através das superfícies planas, lisas, polidas, e a máquina iria colaborar para isso. O racionalismo estrutural da arquitetura moderna estava no cerne da solução desses e de outros problemas pelos quais a sociedade estava vivendo. Le Corbusier, Hans Scharoun, Walter Gropius, Ludwig Mies van der Rohe, Bruno Taut, Peter Behrens e Jacobus Johannes Pieter Oud, estavam envolvidos com programas de novos bairros

concebidos a partir da nossa realidade e identidade e sim de condições e exigências externas.

Durante o século XIX, fomos historicistas da história de outros; isso se refletiu diretamente na ocupação espacial demandando investimentos onde o capital tinha seus interesses, havendo então um esquecimento das áreas centrais. As relações culturais intangíveis foram ignoradas em prol da valorização de modelos urbanos de prestígio que estavam vigorando no momento. A liberdade econômica e o autoritarismo político direcionaram essas mudanças alterando a fisionomia das cidades latino-americanas. Ainda de acordo com Gutiérrez (1989, p. 38), a marca européia foi concebida para ser aplicada de maneira geral: o capital econômico era inglês, a cultura baseava-se na francesa, e a mão-de-obra viria da Itália ou Espanha. Ser europeu era fazer parte de um

---

com edifícios que apresentavam coberturas planas, fachadas brancas; vidro e metal faziam parte dos elementos construtivos. Esta arquitetura se deu em diversos lugares do mundo por isso, o modernismo foi chamado de *estio internacional*.

Depois da segunda Guerra Mundia,l o Modernismo ganhou vida nova, e a estética deste movimento, polida, mecânica, sem ornamentos, voltou-se para o uso da tecnologia incorporando estruturas de aço, paredes de vidro (pele de vidro), que vieram proporcionar o surgimento dos grandes arranha-céus, como edifícios de escritórios e centros comerciais, com um tempo de construção e um custo bem menor.

Nessas circunstâncias, construções mais rápidas e baratas, começaram a ganhar a atenção e confiança de alguns investidores, que acabaram aproveitando a oportunidade para remodelar os centros históricos das cidades nas décadas de 1950-1960, quando as classes médias que ocupava estas áreas da cidade, acabam se deslocando para áreas periféricas. Isto de deu em várias cidades do mundo, claro que em momentos diferentes, mas o deslocamento da classe dominante acaba acarretando a expansão das cidades e o abandono de outras áreas como os centros. É neste momento que surgem os grandes projetos de renovação urbana, com o intuito de "revitalizar" as áreas esquecidas das cidades. Os programas de renovação incorporavam projetos que pretendiam atrair novamente a moradia de aluguel a preços razoáveis para grupos de baixa renda.

Governo, grandes bancos e investidores, além de instituições culturais como museus adotaram a arquitetura moderna como se fosse sua marca, fazendo com que os arquitetos modernos ganhassem crescentes prestígios, pois prevalecia a rapidez, custo baixo e efeito espetacular. Isso só pode acontecer também pela presença do capitalismo atraindo o capital empresarial. Edifícios como: As torres de Lake Shore Drive, em Chicago de Ludwig Mies van der Rohe (1948-51) podem exemplificar a arquitetura que surge neste período.

No final da segunda Guerra Mundial, os empresários haviam criado uma nova visão de investimento, aqueles que servissem seus próprios objetivos. O capital dos Estados Unidos começou a penetrar em vários cantos do mundo, e a arquitetura acabou acompanhando esses investimentos, ligados a marcas como Levi's, Coca-Cola, que vieram em muitos casos, colaborar por substituírem as tradições locais e reafirmar a hegemonia do capital das instituições internacionais.

mundo cosmopolita, e as cidades expressavam o ecletismo como estilo arquitetônico, sendo obrigatório dar aos espaços o clima europeu. As manifestações artísticas próprias da América Latina, não poderiam fazer parte deste estilo, pois pertenciam a um passado de puro interesse extrativista.

Os acontecimentos do século XIX, de maneira geral, vão tirar da paisagem urbana os edifícios construídos no período colonial[38] favorecendo assim modelos europeus, que ocuparam rapidamente a paisagem dos centros históricos latino-americanos. A relação íntima entre a comunidade e o meio ambiente, a cada referencial histórico que ia sendo trocado pelos interesses capitalistas, foram gerando uma amnésia coletiva, que contribuiu para o distanciamento da busca de uma verdadeira identidade.

A valorização dessa identidade pode se dar também através da arquitetura existente nos centros históricos colaborando no entendimento de nossa história, aperfeiçoando os caminhos para integrá-la as demandas atuais. Ela se reflete nos feitos culturais e sociais frutos do trabalho do homem, testemunhos vivos.

O ponto de partida para encontrar esta identidade é nossa realidade hoje, por mais que seja consciente o processo de ruptura e dependência cultural que a América Latina sofreu e ainda continua sofrendo, é nessa realidade que se deve enfatizar a necessidade de se encontrar uma identidade cultural que seja valorizada e entendida como tal.

Deve prevalecer o compromisso com nossa própria cultura, e isso não significa renunciar a contemporaneidade, mas sim entender por conta das características de nossas cidades, as necessidades próprias que com certeza devem valorizar a sedimentação de nossos valores culturais.

Nas cidades latino-americanas projetadas e fundadas durante o período colonial, existe a vigência dos centros históricos que, na maior parte delas, coincide com os seus distritos centrais, locais onde se destacam monumentos arquitetônicos como: hospitais, conventos, igrejas, palácios, mercados, elementos urbanos que presenciaram atividades

[38] As habitações coletivas irão se caracterizar, segundo Roberto Segre, como o primeiro exemplo de esforço próprio e ajuda mútua na América Latina que expressava as origens da arquitetura Latino Americana (Segre, 1991, p. 46)

do passado e que hoje ainda fazem parte do cotidiano da cidade. Edifícios que carregam a cultura de nossos colonizadores e as múltiplas influências que recebemos após o rompimento do cordão umbilical com os mesmos.

Aqui chegaram, em fins do século XVIII, as déias advindas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial inglesa, a Constituição dos Estados Unidos (Segre, 1991, p. 67), o neoclássico técnico[39], o neoclassicismo[40], e o ecletismo[41], e como expressão estética caracterizaram a arquitetura deste período.

---

[39] *"Pode-se concluir que o período neoclássico é definível pela imitação dos modelos greco-latinos, pela coexistência de diferentes tendências artísticas e pelo menosprezo dos elementos formais barrocos e rococós. Na época neoclássica, portanto, convivem várias e complexas correntes, entre as quais prevalece a do retorno aos exemplos proporcionados pelo mundo clássico greco-romano. Tal tendência deu nome a esse momento histórico-artístico, mas, apesar disso, não devemos considerá-la a única solução artística da segunda metade do século XVIII"* (MIRABENT, 1989, p. 04).

A arquitetura clássica tem suas origens na Antiguidade, no universo da Grécia e de Roma, na arquitetura de templos gregos e na arquitetura religiosa, militar e civil dos romanos. Enfatizam muito as proporções, e todas as partes do edifício tem como base as funções aritméticas e estão relacionadas entre si.

O aspecto exterior da arquitetura Neoclássica é caracterizado por: parede frontal do templo grego com tímpano triangular, colunas, meias-colunas, pilastras, cornijas, mútulos, pérolas, contas, palmetas, ornamentos sinuosos da Grécia Clássica, guirlandas, urnas e rosáceas, Esculturas figurando o ser humano. A matéria prima é o mármore branco-friso e liso. A pintura segue temas clássicos ou históricos representando o epílogo da idade clássica.

Os interiores das edificações são diferentes dos exteriores. O exterior transfere grandeza, solidez e força, e o interior a comodidade e bem estar. A intenção de transferir estas sensações resultou em edifícios de grande porte, aparecendo também o caráter político que acaba usando a arquitetura para se impor. Como a Antiguidade usou muita a tipologia do templo, este será primordial no neoclássico. Aparecerão igrejas, edifícios administrativos, teatros, palácios, entre outros com elementos do templo clássico.

As linhas horizontais vão prevalecer e as verticais serão secundárias, se propondo a recuperar a nitidez do contorno em todos os campos da arte. As plantas arquitetônicas irão valorizar as formas geométricas:quadrado, retângulo, círculos, desaparecendo os irregulares. Havia uma plena valorização da forma, e os ornamentos deveriam compor a forma sem se sobressaírem. O neoclássico valoriza os materiais: tijolo, a pedra, o mármore branco, a pedra calcária e o granito.

Todas essas características do estilo neoclássico vão dar base para o entendimento do racionalismo surgido no século XX com Le Corbusier e com a Bauhaus. Valorização da ordem e da forma geométrica (MIRABENT, 1989, p. 15-16).

[40] *"O termo neoclassicismo surgiu no inicio do século XIX com uma forte conotação pejorativa, foi utilizado para denominar uma breve etapa de imitação aparentemente fria dos modelos da Grécia e de Roma, na busca de uma arte asséptica e impessoal. Ao definir o conteúdo do vocabulário, deve-se levar me conta que, em seu apogeu, esse classicismo, entendido como um "retorno ao mundo clássico", coexiste, ao mesmo tempo, com tendências avançadas, que prefiguraram o movimento romântico, e com reminiscência do barroco e do rococó, presentes, ocasionalmente em obras de clara proposta clássica"* (MIRABENT, 1989, p. 03 e 04).

> *Os centros históricos são, em síntese, lugares de vida e trabalho, espaços de atividades produtivas e de serviços vinculados a outros bairros da cidade e da região. São, também, áreas culturais, nas quais se concentra a maioria dos melhores exemplos arquitetônicos e dos espaços urbanos da cidade herdados do passado, importantes testemunhos da sua historia social e econômica (Hardoy 1986, p.139).*

Gutiérrez afirma (1989, p. 54) que a arquitetura como manifestação histórica, constituísse em um documento excepcional, pois as obras arquitetônicas contêm de maneira sedimentada a experiência daqueles que ali viveram e a criaram; testemunhos vivos de modos de vida. Fazer parte de um passado e estar presente ainda nos dias de hoje, faz da arquitetura um referencial da identidade urbana, portanto, sua preservação é de grande relevância.

Além dos edifícios, em algumas cidades, ainda permanecem, desde sua fundação, com o traçado urbano colonial, dimensões das calçadas, ruas e praças, o que contribuíram para prevalecer suas características visuais deste período e do início do século XIX.

Essa unidade visual existente, com o tempo, foi se perdendo quando se incorporou a esta paisagem construções de origem industrial, cartazes de propaganda, e padrões arquitetônicos que se distanciavam das origens. A transição da cidade colonial

---

[41] "*O Ecletismo representava a liberdade e a licença para se criar, de recriar ou combinar formas, de misturar ornamentação própria de estilos definidos regionalmente pela Europa afora. Ecletismo é a buscar a miscelânea" (Lemos, 1987, p.70).*

Os variados estilos se misturam formando o Ecletismo. Os artigos publicados na época sobre arquitetura elucidam que não havia concorrência entre eles, ao contrário o neogótico, o neo-renascentista, o neoclassicismo, o neomanuelino e tantos outros "neos" se integravam perfeitamente seguindo o estilo proposto pelo arquiteto dentro do partido adotado para a concepção da obra.

É um momento de transformação em que as cidades latinas americanas mostram querer se equiparar as grandes cidades européias, passando por uma reforma urbana que implica na mudança da arquitetura; uma modernidade tão almejada, que o passado era posto abaixo para o aparecimento da modernidade. Surgem as casas urbanas com nova implantação, afastadas dos vizinhos e com jardins laterais. Com a decadência do trabalho escravo e o inicio da imigração européia, desenvolve-se o trabalho remunerado e ocorre um aperfeiçoamento das técnicas construtivas. As cidades e as residências são dotadas de serviços de água e esgoto, valendo-se de equipamentos importados. Os velhos hábitos de construir vão sendo abandonadas, era a decadência do regime de escravidão e a chegada do avanço tecnológico.

para a grande metrópole foi brusca. As cidades da América Latina tiveram um processo de urbanização rápido, de impacto, que provocou um crescimento demográfico como conseqüência da imigração européia do final do século XIX. As primeiras a sofrerem tal crescimento foram às cidades localizadas na Costa Atlântica: Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires. Na Cidade do México, Havana e em Santiago do Chile, este crescimento se deu mais tarde (Hardoy 1986, p. 129) e em todas de certa forma o existente acaba sendo desprezado em prol da modernização que leva a expansão e esquecimento dos centros tradicionais, conseqüentemente, o patrimônio existente acaba se degradando e a memória se desfazendo.

Vários países da América Latina, segundo Hardoy (1986, p.129), criaram leis para proteger o patrimônio arquitetônico de seus centros históricos. A abrangência dessas leis costuma se relacionar com o tamanho da área considerada histórica. Edifícios antigos e significativos construídos durante o período colonial subsistem com modificações que mantêm suas características arquitetônicas, é o caso das cidades do México, Puebla, Guanajuato, Zacatecas, Arequipo, Cusco, Bogotá e Cartagema. Em outros casos ficaram rodeados por construções do século XIX e XX como: Quito, Lima, Havana, São Domingos, Buenos Aires e Guadalajara. Neste momento se faz oportuno refletir, pois o patrimônio arquitetônico dos centros histórico precisa de determinadas intervenções para contemplar as exigências das novas demandas que tende a ocupar os edifícios antigos, necessitando de algumas reformulações internas que podem alterar características originais de valor histórico e cultural. Desde meados do século XIX, um conjunto de metodologias, técnicas e princípios foram elaborados visando à formação de um saber específico relacionado à preservação do patrimônio arquitetônico: a disciplina restauração.

Com ela veio a formação de instituições de ensino e órgão governamentais destinados a exercer uma política de preservação também para os edifícios do passado. Várias foram às vertentes mas o que primeiramente prevaleceu foi à ciência, isto é, o

"restauro científico" que se inicia através de Viollet-Le-Duc[42], arquiteto francês grande teórico e prático no campo da restauração, e mesmo que tenha sido contestado inúmeras vezes, acreditava que o seu trabalho era pautado em estudos aprofundado do monumento, portanto científico. É com ele que se inicia a "era" do restauro moderno segundo Magnavita (1995, p.149).

A fidelidade histórica foi posta em risco diversas vezes durante a evolução das teorias de restauro, pois a forma de encarar os monumentos do passado também passou por um processo evolutivo. As teorias de Alois Riegl[43], um jurista, filósofo e historiador, se aproximam muito do que se faz atualmente, onde mantêm o antigo em uso, pois só assim poderá ser preservado. Mais adiante Gustavo Giovannoni[44] passa a respeitar todos os acréscimos que a obra teve durante sua história; as teorias de Cesare Brandi[45] vão fundamentar a Carta de Veneza, que traz a possibilidade efetiva do bem de interesse histórico ser inserido no cotidiano das cidades de modo que continuar sendo

[42] No verbete Restauração fica claro que Viollet-Le-Duc tinha a restauração como modernização. Intervir em um edifício era modernizá-lo e não deveria ocorrer como na Idade Média onde elementos eram substituídos por outros de épocas diferentes. Deveria ser embasada em estudos profundos sobre o edifício. Os completamentos deveriam ser conforme o estilo ao qual o edifício pertence tanto em forma como em estrutura. Nada de hipótese, tudo deveria ter referência concreta.

[43] A percepção de Riegl sobre os monumentos demonstrará um grande salto para a criação de uma política de preservação com base numa percepção intuitiva dos valores intrínsecos que o passado pode trazer.

[44] Outra figura importante nas questões sobre restauração, pois irá apontar as mutações urbanas que o espaço estava sofrendo com a industrialização, mostrando a problemática da preservação como sendo uma preocupação urbana algo que já despontava em suas idéias. Enquanto historiador presidiu a academia de São Lucas, foi o fundador da primeira faculdade de arquitetura da Itália, instituindo ao curso a disciplina da restauração. Talvez tenha sido o único teórico do urbanismo que o século XX que conferiu ao tecido urbano antigo o valor contemporâneo e social, entendendo este como uma parte fragmentada da cidade, e para poder sobreviver, teria que ser considerado em um plano diretor na escala da cidade.

[45] Para Cesare Brandi, outro teórico importante no campo da restauração, o conceito de restauração está relacionado à devolução para qualquer produto, fruto do trabalho humano, de sua eficiência, seu funcionamento e reintegração na vida cotidiana e contemporânea do homem, tendo este que voltar a ter utilidade. Seguramente todas as intervenções em um bem de caráter histórico, fruto da realização humana, que tenham estes objetivos, podem ser *ditas como sendo restauração. Suas teorias vão fundamentar a Carta de Veneza de 1964. As teorias de Brandi aliadas aos conceitos e diretrizes da Carta de Veneza deixam claro que o novo deve valorizar e prolongar a vida do antigo. Jamais uma intervenção atual deve se passar pelo original. Todos os completamentos devem ser de material bom, que possam prolongar ainda mais a vida útil do monumento histórico.*

utilizado; a restauração só será feita em último caso devendo revelar os valores estéticos do monumento valorizando-o como documento autêntico do passado, portanto esta intervenção sempre terá que ser acompanhada de estudos históricos.

Percebe-se que as teorias caminharam em direção à contemporaneidade, entendendo que o edifício/monumento somente será preservado se for considerada a sua existência de fato na cidade. Ele precisa ser usado e integrado ao restante do tecido urbano, nada de isolamento, pois isto só causa a sua deterioração. Desta forma percebe-se que as políticas urbanas, dentro das questões que já foram mencionadas e que devem ser levadas em consideração na recuperação dos centros históricos, precisam privilegiar também a intervenção adequada nos edifícios existentes nestas áreas:

> *A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do Patrimônio. Como mostraram repetidas vezes, sucessivamente, Riegl e Giovannoni, o monumento é assim poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso: dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais (Choay, 2001, p.219).*

A *Declaração de Tlaxcala*, elaborada durante o 3º Colóquio Internacional sobre a Conservação do Patrimônio Monumental: Revitalização das Pequenas Aglomerações, no México em 1982, deixa claro que qualquer ação visando a conservação e a revitalização de pequenas localidades deve ser parte de um plano que leve em consideração os aspectos históricos, antropológicos, sociais e econômicos de cada região. Para os trabalhos de conservação e restauração são necessárias equipes interdisciplinares e os valores do patrimônio cultural existentes devem ser divulgados a toda a comunidade. As técnicas de restauração devem deixar em evidência as intervenções que retratam a marca de nosso tempo, prevalecendo o uso de materiais regionais para facilitar a

conservação. Além disso, enfatizar a importância do envolvimento das escolas de arquitetura na recuperação do patrimônio arquitetônico, pois delas pode-se ter o acompanhamento dos programas de recuperação, além de promover uma consciência maior da importância profissional neste meio (**IPHAN**, 1995, p. 237. Cartas Patrimoniais: Declaração de Tlaxcala).

A Carta de Veneza é ainda muito utilizada pelos países europeus e também por alguns latinos americanos, é o caso do Brasil. *A Carta* traz a conservação e restauração de monumentos como sendo disciplinas que exigem a participação e colaboração *"de todas as ciências que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental"* devem ser consideradas como tal. Não há como negar que a restauração é parte da pós-modernidade[46]; coloca o passado cada vez mais próximo do presente e pronto para existir no futuro. As práticas patrimoniais se tornaram mundiais e esta expansão, segundo Choay (2001 p. 207), passa a ser simbolizada a partir da Convenção de 1972, adotada pela **UNESCO**. Nela, os países que possuem bens localizados em seus territórios, inseridos na Lista de Patrimônios da Humanidade, não perdem sua soberania nem tão pouco o direito de propriedade nacional. Trata-se de um privilégio, pois o país

[46] *O pós-modernismo é um conceito diversificado e instável que tem denotado abordagens estéticas específicas na critica literária, na arte, no cinema, no teatro e na arquitetura, sem falar na moda e nos conflitos armados. Em 1995, o New York Times definiu a guerra da Bósnia como uma "guerra pós-moderna" na qual civis e forças armadas já não se distinguem, o armamento sofisticado quase não tem papel algum a desempenhar e pequenos grupamentos informais, como milícias ou grupos tribais, substituem o Estado. É difícil lidar com essas guerras e dar-lhes fim através de negociações, porque já não existe a autoridade central " (Ghirardo, 2002, p.2).*

Uma das características centrais do pós-modernismo, segundo alguns teóricos, é o fato deste período ter mostrado uma rejeição da possibilidade de unidade de forma ou ideologia. O seu significado acaba tendo uma variedade entre os teóricos e também entre os campos, como por exemplo, na arquitetura onde suas conotações mudaram consideravelmente no período entre 1970-1995 (Ghirardo, 2002, p.2).

O século XX apresentou mudanças – modernizações – que tenderam a esconder diferenças locais, regionais e étnicas. O Pós-modernismo concentrou-se precisamente nessas diferenças e acaba trazendo para primeiro plano aquilo que fora marginalizado pelas culturas dominantes. Talvez pudéssemos explicar melhor através dos renovados estudos étnicos e feministas, com a finalidade de dar atenção àqueles que antes não eram notados.

No campo da arquitetura o Pós-modernismo é entendido como um fenômeno estilístico. *"O próprio termo Pós-modernismo indicava a distinção que os entusiastas da nova abordagem pretendiam fazer no inicio da década de 1970: uma arquitetura diferente e sucessora do modernismo, que muito já começavam a considerar anacrônico"* (Ghirardo, 2002, p.2*).*

acaba ganhando a possibilidade de apoio internacional - financeiro e técnico, que consta no tratado da Convenção como Fundo do Patrimônio Mundial. Uma assistência financeira cedida pela **UNESCO** com base neste documento, para que os países possam preservar, proteger e conservar os seus bens inseridos na Lista. Além disso, o turismo pode ser incentivado com base na importância que o bem acaba tendo, trazendo assim possibilidade do aumento de reservas para o país, valorização a visibilidade do bem, entre tantos outros benefícios.

Ainda no texto da "Convenção" o Estado-parte[47] é incentivado não apenas a preservar o patrimônio considerado de interesse mundial, mas também os outros de importância nacional. Este tratado foi aprovado pela UNESCO em 1972 em sua décima sétima seção, reunida em Paris e define:

> *(...) as classes de sítios naturais ou culturais que podem ser considerados para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e fixa o dever que compete aos Estados-membros quanto à identificação de possíveis sítios. Define também o papel que lhes corresponde na proteção e na preservação desses sítios. Ao assinar a Convenção, cada país se compromete a conservar não somente os bens do Patrimônio Mundial localizados em seu território como também a proteger o próprio patrimônio nacional"* (http://www.unesco.org/whc/). Acesso em 09/11/2011.

O conteúdo da Convenção é abrangente no que diz respeito à adoção da mesma por qualquer país que se mobilize a favor da preservação dos bens culturais e naturais existentes em seu território e ameaçados por causas naturais, ou até mesmo pelo desenvolvimento econômico e social. Muitas vezes a proteção adequada de um bem pelo seu país acaba sendo ineficaz diante da insuficiência de certos recursos tanto financeiros quanto tecnológicos que ela exige. Para tanto, a **UNESCO** oferece ajuda e

[47] Entendemos por Estado-parte, aqueles que contribuem para o Fundo do Patrimônio Mundial e podem solicitar assistência em favor dos bens culturais e naturais de valor universal localizados em seu território. Um Estado se torna parte ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial onde se compromete a proteger, conservar e valorizar o patrimônio natural e cultural existente em seu território. Até maio de 2002, haviam 130 Estados - Parte na Convenção. Outros Estados não membros podem vir a compor o grupo desde que sejam convidados pela Conferência Geral da Organização.

apoio a países frente ao que é estabelecido nas convenções internacionais visando à salvaguarda e conservação do patrimônio de interesse mundial.

Nesta Convenção os bens que devem ser protegidos independem de sua origem ou nacionalidade, o que interessa é o valor excepcional que possuem, exigindo proteção em prol de toda a humanidade. Nela a **UNESCO** também se compromete a ajudar um Estado-parte na proteção do patrimônio existente em seu território que esteja em perigo e a estabelecer sistemas eficazes para sua efetiva preservação.

Paralelamente a eleição dos bens de interesse da humanidade, a noção de patrimônio a ser preservado fica mais abrangente; a palavra "cultura" se difunde rapidamente e se diversifica, sendo incorporadas as culturas minoritárias e populares. , segundo Choay (2001 p. 211), o patrimônio histórico passa a ter dupla função: *"obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos".*

O patrimônio entra na era da indústria cultural; o valor de uso se converte em econômico, e acaba atraindo investimentos tanto públicos como privados. Inicia-se uma exploração do monumento por todos os meios, aliás, investir na recuperação do patrimônio arquitetônico é um meio de se obter grande visibilidade, já que o investidor passa a associar sua marca de "bem feitor" a uma causa coletiva. O patrimônio também se torna um meio de comunicação, uma forma um tanto ambígua de valorização dos bens culturais, pois a noção de mais valia está presente, e a preservação passa a estar em segundo plano. Paira no ar uma imprecisão de que alguns erros nenhuma carta patrimonial pôde evitar!

Em outras palavras, com o interesse econômico sobre os bens arquitetônicos, e os mesmos sobre dominações diversas, isto em se falando de casos espalhados pelo mundo inteiro, é injusta a posição em que o patrimônio arquitetônico se encontra hoje.

Qualquer prefeito pode direcionar o uso de um edifício histórico pautado em seus interesses. Com isso intervenções chamadas de "restaurações", só servem para descaracterizar mais o edifício e fazer com que perca as características originais que o fazem especial. Demolições arbitrárias e reconstruções equivocadas, mudanças de uso

sem levar em conta a capacidade do edifício, só contribuem para se instaurar uma inverdade histórica. Este tipo de atitude se dá também por alguns membros das igrejas católicas, que sem noção alguma de preservação e de valor cultural, acabam alterando, tanto internamente quanto externamente, características de edifícios religiosos de grande valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural. Deduz-se que a falta de conhecimento sobre estes valores e seu significado coletivo, levam a intervenções muitas vezes irrecuperáveis. A memória coletiva se desfaz por ações, aparentemente de interesse da comunidade porque se trata de um edifício de uso público, mas no fim são ações descaracterizadoras sem a menor noção do quanto interferem na memória coletiva.

O turismo, em algumas situações também pode contribuir para se ter o uso equivocado de um edifício histórico visando atender necessidades da demanda. É como vestir uma roupa em uma pessoa que foi feita para outra com dimensões de corpo diferentes. São intervenções que o edifício não pode comportar e que não tiveram o mínimo de preocupação com as suas características que o fizeram ser especial, com as suas dimensões, estrutura e detalhes, antes de ser implantado o novo uso. Usar por usar pode ser um risco ao edifício. Gustavo Giovannoni afirma que:

> *As verdadeiras dificuldades surgem quando se trata de dar uma destinação aos velhos edifícios religiosos, de culto ou conventuais, os antigos palácios, palacetes particulares, hospitais, casernas, cavalariças, etc., que foram obras-primas da arquitetura pré-industrial. As funções ditas culturais (museus, bibliotecas, instituições escolares e universidades, fundações) sofrem a concorrência das utilitárias, de prestigio (ministérios, sedes sociais, hotéis) ou comuns (escritórios, moradias, comercio), e os usuários públicos são substituídos pelo mercado privado. Em todos estes casos porém, os trabalhos de infra-estrutura exigem uma competência técnica especial e têm um custo às vezes proibitivo. É por isso que é difícil garantir que a reutilização seja rentável, o que em geral só se consegue em prejuízo da funcionalidade (Choay, 2001, p. 221).*

O turismo tem sido uma fonte econômica alternativa para os núcleos preservados. Mas o desconhecimento ou a má utilização deste potencial pode causar a depreciação do lugar e assim, consequentemente, ter o desinteresse do turista, pois podem causar impactos ambientais negativos, como poluição, congestionamento de pessoas e veículos, desgastes dos sítios e edifícios históricos. *"O turismo é, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas contribuindo em grande medida para sua difusão mundial"* (Beni, p. 86). Inserir a atividade turística no planejamento urbano faz parte de uma política de auto-sustentabilidade para gerir os valores históricos com o potencial turístico que proporcionam, fazendo deste uma atividade econômica efetiva.

Para tanto, conservar o passado e os valores históricos requer instalações de apoio que possam atender a demanda contemporânea. A infraestrutura deve ser dimensionada e estabelecida de forma a não agredir o existente, e ao mesmo tempo, atender os visitantes dispondo de locais com facilidade para conferências, convenções, feiras, atividades de lazer e cultura, adaptados ao existente.

> *O turismo então, pode ser mais um componente de política econômica, desde que atraia investimentos e traga outros benefícios para a comunidade local, como instalações, atrações e melhorias ambientais, tornadas economicamente viáveis pela presença do turista* (Oliveira, 2003, p. 40).

O desenvolvimento "turístico histórico" oferece um potencial ambiental muito positivo. O turismo de herança cultural[48] tem papel importante na justificativa da conservação, formando opiniões a favor da manutenção dos lugares históricos. Por outro lado, há um preço a ser pago quando esses lugares são usados como único

[48] "*Normas de Turismo Cultural: As normas citadas aqui são propostas relativas às medidas para proibir e evitar a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais. Lei nº 6513 de 1977 - dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei n.º 4132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei n.º 4717, de 29 de junho de 1965 e dá outras providências"* (www.iphan.com.br).

recurso para atrair esta atividade, pois seu excesso pode danificar a malha histórica. Também a superdependência pode gerar problemas de administração no restante da cidade histórica.

O turista deve ser considerado um ator do lugar, com isso suas atitudes podem interferir positivamente ou negativamente. A ele cabe a fruição, o prazer, o lazer. O turista e os atrativos devem se beneficiar mutuamente através do gerenciamento e planejamento adequados nos núcleos históricos preservados. Então, aqui ficam algumas questões: na utilização do patrimônio arquitetônico existente nos centros históricos, quem estaria verificando sua capacidade de carga, e se as intervenções feitas são corretas? Quem avaliaria se a legislação de proteção foi respeitada, entre outros aspectos, e se foram relevantes na efetiva preservação do bem em prol do seu uso? Qual o papel dos órgãos de preservação municipais, estaduais e federais, quando não de ordem mundial? Quem cuida de verificar se os projetos bem elaborados de restauração vão ser executados na integra? E quem verifica a integração da legislação de preservação do edifício com as outras legislações existentes no complexo emaranhado de interesses que se revelam nos centros históricos?

As estratégias de intervenções para estas áreas, no que tange ao tratamento que é dado ao patrimônio arquitetônico, geralmente esbarram em problemas onde a legislação de preservação se choca com outras existentes na cidade. Por mais que houvesse uma preocupação de inserir a questão da preservação nas políticas públicas que regulam o uso e ocupação do solo urbano, percebe-se que faltam ações integradas entre as secretarias envolvidas diretamente com o planejamento da cidade. Não cabe apenas a secretaria de planejamento pensar no ordenamento do território sem que hajam estratégias de ações integradas com a secretaria de obras, por exemplo, a de saúde, de bem estar social, e claro, com aqueles que regulam ações no patrimônio a ser preservado, como Fundações, conselhos de preservação, diretoria de preservação, ou departamento de patrimônio histórico, isto dependerá de cada caso. O importante é entender que qualquer política de preservação precisa desta integração.

Intervenções são feitas, e não é evidente se o resultado está compatível com as necessidades atuais, e que, ao mesmo tempo, preserve as características deste

patrimônio que o fazem especial. É claro que existem casos bem sucedidos onde o edifício recebeu novo uso, compatível com o que pode suportar, através de uma intervenção adequada pautada em pesquisas históricas, técnicas e cientificas, até por que não dizer, regulamentadas.

O projeto de restauro e de mudança de uso, executado no Centro Cultural do Banco do Brasil em São Paulo, localizado na esquina das ruas da Quitanda e Álvares Penteado, e do qual tivemos a oportunidade de participa; é o exemplo de um caso bem sucedido; a pesquisa foi extremamente aprofundada, com levantamento métrico, estrutural de suas instalações, além dos aspectos arquitetônicos, históricos e estéticos. De banco passou a ser um centro cultural; embora o uso fosse diferente, a estrutura inicial pôde ser perfeitamente adaptada ao novo uso. Impossível, por exemplo, seria querer tornar o antigo banco em prédio de moradia; a concepção inicial de uso para o qual o edifício foi idealizado deve ser um dos primeiros itens levado em consideração em uma proposta de mudança.

O uso, no sentido de atribuir uma função a um bem arquitetônico com interesse de preservação, sem dúvida nenhuma, é uma forma de mantê-lo preservado desde que, seja implementado uma conservação estratégica. Segundo Choay (2001, p. 233), pode-se regular os dias de visitação; limitar o número de visitantes por dia; bloqueio de alguns lugares frágeis à visitação; andar descalço ou calçar um sapato especial, como o caso do Museu Imperial em Petrópolis – RJ. A cobrança de ingresso, por um lado apóia a exploração do bem, mas por outro é uma forma de custear a manutenção, que é dispendiosa; o mesmo pode-se dizer da venda de produtos culturais que contenham a imagem ou informações do local como canetas, lápis, camisetas, canetas, bloco de notas cartões postais, entre outros, além da marca de quem investiu o capital para a sua recuperação.

Mas ainda fica a dúvida diante dos interesses que o patrimônio passou a ter dentro da indústria cultural e, de todos os interesses presentes, como foi dito, se realmente é tratado para ser preservado. É com base nesta questão que estudaremos

dois casos sobre centros históricos e a preservação do patrimônio arquitetônico, o de São Paulo e o de Havana.

12. A CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS: ESTUDOS DE CASOS

A partir abordagem cronológica sobre a evolução do conceito de patrimônio e de preservação em dois estudos de casos: São Paulo (Brasil) e Havana (Cuba), verificamos quais são os órgãos de preservação e outros agentes envolvidos neste processo e como se deu participação de cada um. A escolha destes dois casos se deu porque vivi em São Paulo por 30 anos e estive em Havana em dezembro de 2000. Nestes casos abordamos também as legislações existentes nestas áreas verificando se levam ou não em consideração a preservação efetiva do bem arquitetônico. São estudos de casos com realidades e possibilidades que podem servir para podermos propor ao município de Jacareí dentro de uma perspectiva que possa ser adaptada as suas características.

O intuito também desta parte da pesquisa foi dar subsídios para o **CONDEPAC**, conselho de preservação do município entender o seu papel a partir da ótica de outros. Em novembro, concentramos nosso trabalho na área Central e elencamos alguns elementos do aspecto histórico de Jacareí enfocando principalmente essa área. Essa apresentação tem uma relação direta com a formação do núcleo urbano da cidade e a contextualização no cenário da região e no Estado de São Paulo.

Apresentamos também algumas informações históricas da área que foi objeto do estudo. Da mesma forma, foi fundamental para elaboração do trabalho um estudo aprofundado sobre o que é inventário, sua utilização, abrangência, sua implantação no Brasil, o papel de seus criadores e os objetivos que pretendiam atingir, suas dificuldades e sua aplicação. Assim elaboramos também um relato histórico sobre o desenvolvimento e discussão da temática. Observamos ainda, que dessa maneira ficaria mais fácil o entendimento da escolha feita para aplicar o inventário de conhecimento na área central de Jacareí, e também os motivos que levaram a elaborar uma marcação dos edifícios que podemos considerar históricos e estão inseridos no perímetro que pretendemos propor como base legal de proteção na cidade .Em novembro também estamos apresentando um inventário de conhecimento simplificado para subsidiar

decisões do **CONDEPAC** quanto a efetiva preservação deste bens através de sua indicação.

12.1 Um pouco de história: A caracterização dos centros históricos – Evolução e as mudanças da paisagem urbana - São Paulo e Havana Velha.

12.1.1 São Paulo

A cidade de São Paulo possui uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento atípico se comparada com outras cidades do mundo ou mesmo no Brasil. Esta dinâmica acaba mudando algumas características que possui em curto espaço de tempo. Sua paisagem urbana retrata muito bem isto: em um século três cidades, da taipa ao concreto. Poucas cidades poderiam se vangloriar de uma transformação tão rápida que com a chegada da ferrovia passou a ser incontrolável.

Os imigrantes chegaram com sua cultura, costumes e técnicas de construir, e a cidade foi aos poucos se alterando, retrato que pode ainda ser comprovado através de edifícios e espaços arquitetônicos e urbanísticos presentes no núcleo original da cidade, lugar onde tudo começou. Casinhas em estilo colonial (figura 2) com telhados avermelhados, ruas sem calçamento e de barro pisado, resumindo-se no inicio em apenas três: *"(...) Rua Direita de Santo Antônio (hoje Direita), a Rua do Rosário (depois da Imperatriz e desde o inicio da República, 15 de Novembro) e a Rua Direita de São Bento (hoje São Bento) (...)"* (Toledo, 1983, p.13).

A taipa que até meados de 1860, ainda mantinha o aspecto da cidade de terra foi aos poucos sendo substituída pelas edificações provenientes do período áureo do café quando o estilo neoclássico e o eclético (figura 3) tomam conta das fachadas. A chegada da ferrovia consolida a imagem de metrópole que concentra a economia cafeeira momento marcado por grandes transformações urbanas que mudam definitivamente a fisionomia rural e "caipira" que a cidade possuía até então.

Nas primeiras décadas do século XX, inicia-se o processo de verticalização em São Paulo, na área central e depois se expande para os bairros lindeiros, tem predominantemente o uso dado pelo setor terciário que aluga as unidades (Somekh 1997, p. 23). Em seguida, vem a cidade industrial que substituirá a do café nos anos 40 e 50, quando a metrópole mais uma vez se transformará e adquirirá novas dimensões. Avenidas são abertas, o espaço prevê a fluidez viária viabilizando o processo de industrialização. Neste período a elite ainda se mantém no centro original e nos bairros muito próximos; até então o único bairro mais popular era o do Brás onde se localizavam algumas fábricas.



Figura 39 - Rua do Paredão, à frente Ladeira do Piques, séc. XIX. Foto Militão Augusto de Azevedo. A cidade de taipa. Fonte: TOLEDO , 1934 p. 53

Aos poucos a cidade vai se expandindo e novos subcentros vão aparecendo para atender as novas demandas. Possuem uma ligação hierárquica com o centro original mantendo-se como o principal ainda por um bom tempo.

A década de 1960, marca o deslocamento do comércio de luxo em direção ao sudoeste, área ocupada agora pela elite e neste momento o centro financeiro. A deterioração do centro original da capital paulista se efetiva quando o eixo de valorização imobiliária vai nesta direção, impulsionado pelos novos bairros (antigas chácaras), que estavam sendo ocupados pela burguesia. Criou-se o centro expandido da

metrópole correspondente a região da Avenida Paulista e Jardins. É então que o centro original passa a ser chamado de "Centro Histórico". Neste momento percebe-se que ele iria ser esquecido; seu processo de degradação estava por começar e não iria parar por ai...



Figura 10 - Largo São Bento séc. XIX, observar edifícios ecléticos. Foto de autoria de Guilherme Gaensly. Fonte: TOLEDO, 1934 p. 80.

A especulação imobiliária agora tem sua atenção voltada para a nova área em crescimento, com isso, a desvalorização da terra propicia a ocupação do centro por camadas populares de baixa renda morando condições nem sempre adequadas. Em seguida, ocorre a mudança das secretarias de governo municipal e estadual e de algumas concessionárias de serviços públicos para outros lugares de centralidade que surgiam. Parques e praças são ocupados por mendigos, vendedores ambulantes, catadores de papel, sem falar no comércio informal que acontece nas madrugadas, na região do mercado municipal, muitas vezes até mesmo de cargas roubadas. Quer dizer, o centro tornou-se um território de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

A poluição ambiental também causa, com certeza, um aspecto de deterioração para o centro. O próprio espaço público ocupado por bancas e pelo comércio informal de forma desordenada disputando espaço com o pedestre, pelos anúncios de placas que desafiam qualquer tipo de regulamentação e contribuem para este quadro.

Outros fatores colaboraram para o deslocamento do centro para o vetor sudoeste como a falta de acessibilidade ao usuário de automóvel, executivos que trabalhavam no centro histórico e a inadequação no padrão das edificações passa a não acompanhar mais as legislações de segurança, circulação, as novas demandas tecnológicas, perdendo assim o interesse de investidores e empresas que acabavam tendo que sair dos edifícios.

Mesmo diante destes fatores e com a imagem de decadência que acabou gerando o centro histórico não deixou de ser o grande pólo gerador de empregos no setor terciário e nem perdeu suas características simbólicas e históricas, referencial da identidade metropolitana.

Em meados dos anos 1970, inicia-se a retomada do centro de São Paulo que se intensifica no final dos anos 1980 quando à valorização de edificações e marcos históricos é inserida nas propostas de intervenções e recuperação dessa região. A qualidade de vida e a escala humana fazem parte das políticas públicas para a retomada desta área além da diminuição dos níveis de poluição elevados pelo uso do automóvel.

A chegada do metrô em 1974, deu um novo dinamismo à região juntamente com grandes projetos de remodelação de praças e largos.

Em 1976, o Edifício Martinelli, o viaduto Santa Efigênia e o Pátio do Colégio recebem reformas e restaurações promovidas pelo então prefeito Olavo Setúbal, além de um inventário geral de edificações de interesse histórico que mais tarde serviria de base para uma lei de zoneamento que iria proteger estes bens, a lei Z8-200. Em 1981, o **DPH** - Departamento de Patrimônio Histórico elabora políticas para restauração e recuperação de alguns bens como a Casa da Marquesa, a Praça Ramos de Azevedo entre outros que não chegaram a ser executados na época.A reurbanização do Vale do Anhangabaú[49] tinha no cerne da proposta, converter este espaço para o descanso e lazer do pedestre em meio à agitada vida do centro, devolvendo a população o que lhes foi tirado a favor do automóvel. É dentro deste contexto que a valorização e

[49] Vide SIMÕES Jr., José Geraldo. Revitalização de Centros Urbanos. Recuperação da área do Pelourinho em Salvador. São Paulo: Polis nº 19. 1994. p.p 37

recuperação irá efetivamente iniciar, pois este projeto será um marco na sequencia de propostas.

Com o projeto do Vale, duas partes da cidade agora seriam interligadas, o Centro Histórico (rua São Bento), e o Centro Novo (atual rua Itapetininga). Este projeto é o vencedor de um concurso realizado pela EMURB em 1981, cujos autores são: Jorge Wilheim e Rosa Kliass, e que infelizmente não foi executado logo após o concurso. O prefeito seguinte, Mario Covas interrompe várias obras da área central para investir na periferia da cidade colaborando mais ainda para a degradação da região.

No final da gestão de Jânio Quadros, a proposta de investir no Vale do Anhangabaú é retomada e somente no mandato da seguinte prefeita, Luiza Erundina em de 1991 as obras são finalizadas. Pela formas de gestão e prioridades diferentes a obra durou muito mais do que precisaria durar.

Outras intervenções de impacto para a renovação do centro foram: o Boulevard São João, Reurbanização do Parque D. Pedro II, Eixo Sé e Arouche. Restauração de edificações públicas como: a Paróquia Santo Antônio, Teatro Municipal, Pinacoteca, Centro Cultural dos Correios, Museu de Arte Sacra, Dops, Sala São Paulo, Igreja São Cristóvão, Estação da Luz, entre outras. Escolhemos falar um pouco mais sobre o Vale do Anhangabaú por que através desta obra percebe-se que quatro prefeitos estiveram envolvidos.

Por ser entendida como um ato de cidadania, a preservação dos bens de interesse coletivo passou a ser considerada nos discursos dos políticos e na elaboração de suas políticas públicas e, em São Paulo, muitas foram colocadas em prática como: a Lei de Transferência de Potencial Construtivo existente desde 1984; leis de incentivo a cultura (Lei Rouanet e Lei Mendonça); incentivos para limpeza e recuperação das fachadas com isenção de IPTU por 10 anos; apoio às ações locais que vêm contribuindo muito na recuperação de edifícios e áreas além das Operações Urbanas[50], entre outras.

[50] A Operação Urbana é um instrumento de gestão pública que viabiliza a parceira entre o poder público e a iniciativa privada. A primeira aprovada em São Paulo foi a do Anhangabaú em vigor desde 1991. Ver SIMÕES Jr., José Geraldo. Revitalização de Centros Urbanos. Recuperação da área do Pelourinho em Salvador. São Paulo: Polis nº 19, 1994, p.p. 37.

Com o movimento "Viva o Centro", inicia-se as ações locais por volta de 1991, provenientes da mobilização da sociedade civil que se propõe a trabalhar em conjunto com a municipalidade para minimizar os problemas da área central. Esta associação não governamental sem fins lucrativos foi inspirada em uma semelhante que se formou na cidade de Boston, nos Estados Unidos, onde em um período de 15 anos, a parceria entre o poder público, empresas privadas e a comunidade local conseguiram recuperar a área histórica da cidade. Desta forma em São Paulo a iniciativa foi voluntária sem indução do poder público. A sociedade começava a se organizar.

A "Associação Viva o Centro - **AVC**" surge coordenada pelo banco de Boston e consegue a adesão de empresas que estão sediadas na região, associações, sindicatos, e afins. Em seguida surge o programa "**Pró-Centro**" (Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo) na gestão do Prefeito Paulo Maluf em 1993, gerado e coordenado pela prefeitura tem o objetivo de centralizar as ações em prol da melhoria da qualidade de vida do centro histórico. O programa tem como diretrizes básicas diminuir os problemas existentes como: dificuldades de acessibilidade, deficiência da segurança, deterioração ambiental.

A verdade é que o "Pró-Centro" foi criado com bases nos estudo feitos pela **AVC** apresentado a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - **SEHAB** e com isso esta ganha espaço nas discussões na elaboração dos novos programas. Esta Associação constantemente propõe mudanças para a região central da cidade; na sua visão as mesmas são benéficas para todos os cidadãos, mas acreditamos que o enfoque maior seja os interesses dos empresários envolvidos com ela o que ficará mais evidente mais adiante.

Em contrapartida, aos interesses elitista da **AVC**, embora o discurso seja outro, surge o "Fórum Centro Vivo" fundado em 10 de dezembro de 2000, no encontro "Movimentos Populares e Universidades", organizado por estudantes da Universidade de São Paulo – **USP**, pela Central dos Movimentos Populares – **CMP** e pela União dos Movimentos de Moradia – **UMM** que defendem a participação popular nas decisões tomadas na região central. Eles são contra qualquer forma de segregação social; defendem a função social da propriedade; política de habitação para a região centra;

economia solidária pensando nos mais carentes; uso democrático do espaço público; acessibilidade ampla ao centro; preservação da história e da memória como Patrimônio vivo; acesso democrático à produção, circulação dos bens culturais; são contra o tratamento repressivo da população na área central; questionam a legitimidade de Operações Urbanas; defendem a participação popular nas subprefeituras; apóiam os movimentos populares e outras formas de luta pelos direitos sociais (www.forumcentrovivo.hpg.ig.com.br)

Mesmo depois de grandes mudanças e tentativas por parte do poder público, o estoque de edifícios e espaços de interesse histórico, arquitetônico e urbanístico ainda existente é valioso. É neste acervo que podemos presenciar o passado que resistiu a passagem do tempo e pode continuar resistindo dependendo de como é e será tratado. O patrimônio arquitetônico expresso nas casas geminadas; vilas operárias do século XIX; edifícios da virada do século XX, que marcam a transição da cidade do café para a cidade moderna; edifícios construídos entre os anos 1930-60 em concreto armado com usos diversos caracterizam o processo de metropolização de São Paulo. Sua importância ainda se traduz na existência de espaços públicos emblemáticos das manifestações populares e da história política brasileira e que continuam sendo usados para estes fins nos dias de hoje, como o caso do Vale do Anhangabaú.

Esta área da cidade foi e ainda é objeto de estudo de várias gestões de governo, organizações não governamentais, entre outras instituições públicas e privadas como pôde ser visto, devido ao valor de memória que possui, além de concentrar problemas urbanos que foram se agravando com a expansão da cidade e que a afetam no todo. Alvo significativo de investimentos nos últimos anos tem recebido diversos investimentos públicos e privados em obras de restauração e conservação, e ainda na instalação de equipamentos de cultura e lazer[51].

[51] De acordo com Comim (2004, p. XXXIII), nesta região houve investimento no restauro do teatro São Pedro, Museu de Arte Sacra, reurbanização do largo São Bento, restauro e iluminação do Mosteiro da Luz, recuperação do Pátio do Colégio, reforma e iluminação dos viadutos do Chá e Sta. Efigênia, recuperação e manutenção dos jardins e fontes do Vale do Anhangabaú e da Praça Ramos de Azevedo, restauração do monumento a Carlos Gomes, implantação do pórtico da praça do patriarca e do Masp centro, a Universidade Livre de Música, o Centro Cultural Banco do Brasil, o teatro Abril, restauro da

Assim, como objeto de estudo desta parte da pesquisa, temos como objetivo entender melhor como se deram as intervenções no Centro da cidade de São Paulo tendo em vista avaliar o que deu ou não certo. Para estudo estamos propondo o perímetro delimitado pelo plano de governo da prefeita Marta Suplicy, onde se inclui também a área da "Operação Urbana Centro"; falaremos desta detalhadamente mais adiante. Este perímetro abrange toda a Administração da Regional da Sé, ou seja: o centro velho (distrito da Sé), o centro novo (distrito da República), e o conjunto dos bairros centrais que integram os distritos do Bom Retiro, Santa Cecília, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação, locais com um grande número de edifícios de interesse histórico e arquitetônico preservados.

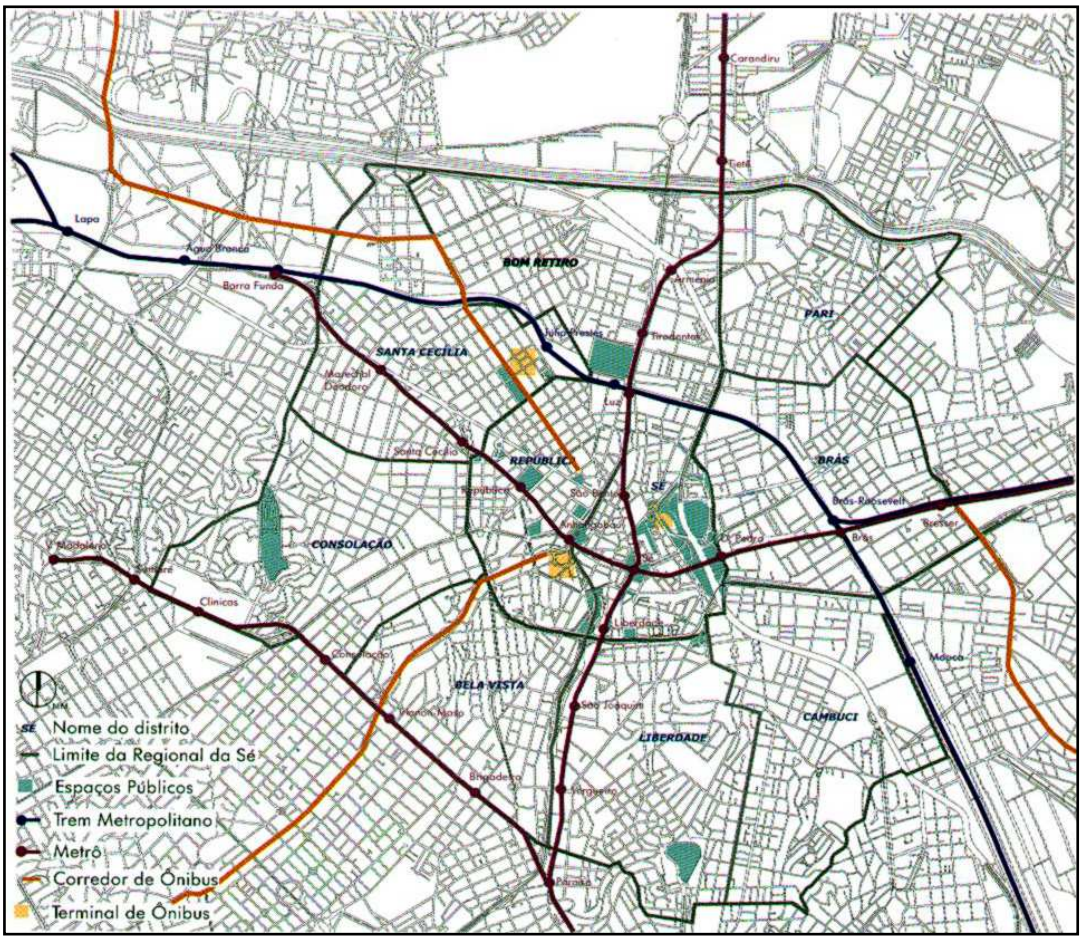


Figura 41 - Acessibilidade por transporte público na AR-SÉ.
Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 44

Estação e Parque da Luz, restauro da Catedral da Sé, Shopping Light, além de investimentos na iluminação cênica de alguns edifícios representativos.

Nesta área circulam, diariamente, cerca de 2 milhões de pessoas vindas de diversos lugares de São Paulo, de outras cidades do estado e até mesmo de outras partes do país. É a região que possui maior rede de infra-estrutura viária já instalada na cidade, com estações de metrô, trem, três terminais de ônibus; e além do transporte coletivo, cerca de 600 mil veículos particulares, entre automóveis, vans e veículos de carga transitam pela região diariamente (Prefeitura de São Paulo, 2001, p.09).

Os bairros que compõem este perímetro possuem uso misto cerca de 60% da área construída, característica que se consolidou já no inicio do século XIX, sendo que menos de 40% das edificações são destinadas a moradias. A população moradora é caracterizada por fluxos sucessivos de migrantes estrangeiros e brasileiros que deixaram marcas de suas culturas e tradições neste local. São de diferentes níveis sociais com salários diversificados, que levam a condições de vida muito desiguais: de cortiços a grandes e luxuosos apartamentos localizados nas proximidades da Avenida Angélica e Paulista.

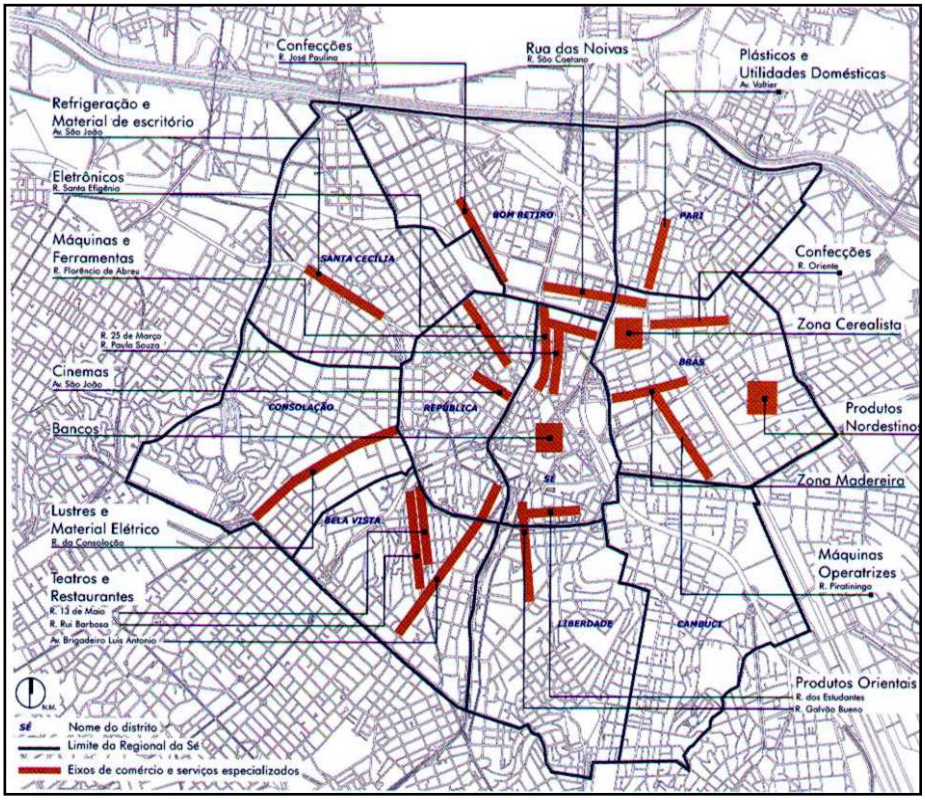


Figura 42 - Eixos de comercio e serviços na AR-SÉ.
Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 44.

Diferentes segmentos da sociedade habitam esta região da Regional da Sé, e de acordo com a Prefeitura de São Paulo (2003, p. 13), quando do levantamento para o plano "*Reconstruir o Centro*", o que acontece nesta região, com relação à moradia, é diferente de outros locais da cidade, onde muitos vivem tendo que pagar aluguel representando mais de 54% do total de domicílios existentes. Devido à existência de famílias com baixa renda, poucos podem pagar aluguel que exijam contrato de locação, e acabam morando em cortiços. Muitos não têm carro e morar nesta área é um privilegio em se falando de acessibilidade já que, nela se concentram cerca de 600 mil empregos, correspondendo a quase 25 % dos existentes formais em São Paulo.

As atividades econômicas presentes são diversificadas desde instituições financeiras, turismo de negócios, amplo comércio varejista, faculdades, Fórum, grandes hospitais, concentração de inúmeros sindicatos e associações entre outros, além de atividades de cultura e lazer como bibliotecas, cinemas, teatros e museus.

Estas características acabam sendo um atrativo para o comércio informal, que aproveita o movimento intenso de pessoas, beneficiando também os catadores de papelão e latas que vivem da venda destes para empresas de reciclagem de lixo. O espaço público também acaba sendo disputado pelos quase 5.000 moradores de rua, já que a região propicia alternativas como esta de renda.

Mesmo com diversas atividades já instaladas como foi visto, entre 1980 e 2000, segundo dados da Prefeitura de São Paulo (2003, p. 17), o IBGE aponta um desinteresse do mercado imobiliário em oferecer moradias no centro. Isto colaborou para um crescimento significativo das zonas periféricas da cidade, como a Leste e Sul onde a densidade demográfica aumentou muito nestes últimos anos.

O resultado deste processo é um grande número de imóveis desocupados que só colaboraram para a degradação do lugar, e até o momento, nenhuma política pública voltada para habitação conseguiu reverter este isto de forma expressiva.

O crime e a contravenção também ocupam um lugar no centro muitas vezes terra de ninguém, que se aproveitam do tumulto e da desorganização para contrabandear produtos roubados ou ilegais além do tráfico de drogas eminente e ostensivo. A imagem

que aparece nos meios de comunicação revela um lugar violento e de gente marginal, e a maneira que tais problemas têm sido conduzidos pouco de positivo é revelado.

A atenção dada ao centro histórico da cidade de São Paulo, em muitas gestões, deixou a desejar, haja vista o estado crônico que a situação chegou, ocorrendo também o abandono da conservação de galerias e redes de infra-estrutura básicas, tornando-se um desafio para qualquer administração reverter este processo e retomar a área para a cidade e seus habitantes de forma digna, viável, sem ser excludente, viabilizando plena interatividade com o restante da cidade, conseguindo a adesão dos cidadãos que precisam sentir orgulho do que tem, assim como qualquer outro em sua cidade.

12.1.2 Havana

A capital de Cuba, Havana, conta atualmente com aproximadamente 2.204.333 habitantes, distribuídos em uma área territorial correspondente a 727 Km². O centro histórico, Havana Velha, tem 70.658 hab. distribuídos em 2,4 Km²; um dos mais belos da América Latina contando com cerca de 4.000 edificações, sendo que mais de 900 tem valor patrimonial a ser preservado.

Cidade heterogênea e singular que a diferencia de qualquer capital da América Latina, pois não vivenciou as transformações dos anos 60 do século XX, os ares do movimento moderno não pairaram sobre o seu centro histórico, permitindo permanecer a riqueza de seu patrimônio arquitetônico das várias fases de seu período colonial.

A *Villa de San Cristóbal de La Habana*, foi fundada em 1514, no lado sul da ilha, mudando-se para o lado norte em 1519 junto ao porto Carenas, onde foi rezada a primeira missa. Assim nasce a cidade no local, conhecida hoje como a Praça das Armas, onde foram construídos os principais edifícios: a casa paroquial e o Castelo da Real Força, abrigando as atividades civis, religiosas e militares.

Compacta de estreitas ruas, Havana inicia-se não como uma cidade importante, pois não havia riquezas encontradas, mas de uma forma simples, sem muito rigor, orientada pelas Leis das Índias o que veio nortear seu crescimento através de uma estrutura policêntrica, protegida por muros e por um sistema de quatro fortalezas ainda

existentes, construídas em pedra na entrada da baia o que veio a propiciar sua proteção.

No século XVII, outras quatro praças surgem: a de São Francisco, a Praça Nova, hoje Velha, a do Cristo e a Praça da Catedral, com uma arquitetura que se configura através de palácios, igrejas e conventos, residências de dois pavimentos com balcões e fachadas neoclássicas.

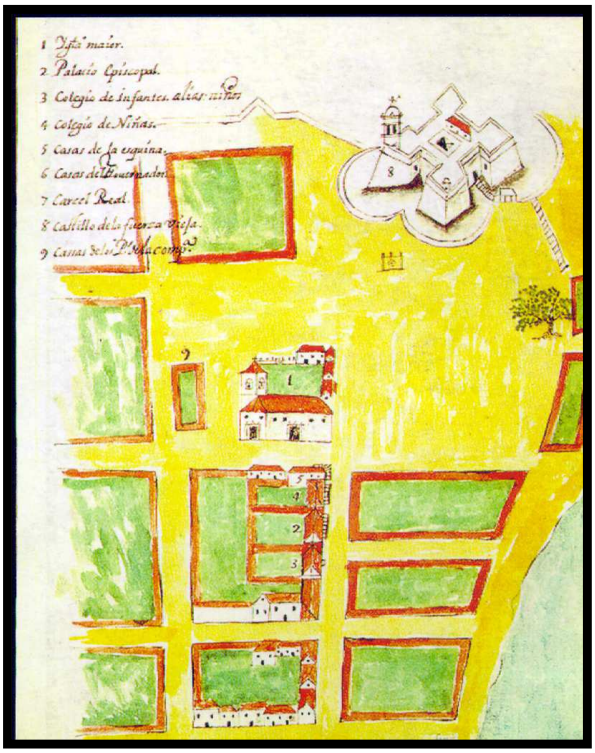


Figura 43 - Mapa ilustrativo do inicio da cidade de Havana e uma de suas fortificações.
Fonte: ALOMÁ, Patricia Rodriguez .Ciudad City Vol. 2/96, Viaje en la memoria. Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. Habana, 1996, p. 10.

O traçado urbano se desenvolve como um tabuleiro de xadrez, quadras quase que em formato de um quadrado perfeito, típico desenho de cidades colonizadas pelos espanhóis. Já no século XVIII, a cidade se expande com base na legislação aplicada para o centro velho para além das muralhas em direção a oeste, tendo um traçado ortogonal que se conhece ainda hoje a partir e que acaba se definindo em meados do século XIX, por volta de 1863. Este século marca a consolidação da cidade e o surgimento de Parques (o Parque e Passeio de Isabel II, hoje denominado Parque

Central e o Passeio Del Prado, iniciados em 1772) e edifícios significativos, como o caso do Capitólio Nacional e o Palácio Presidencial (atual Museu da Revolução).

Com a implantação dos parques e passeios, ocorre uma série de investimentos nesta área revertidos em embelezamentos que vão fazer dela o local preferidos dos havaneros. Por conta da característica de centralidade que a região acaba absorvendo, novos edifícios administrativos e áreas verdes continuaram a ser construídos, quando nas primeiras décadas do século XIX atinge sua máxima consolidação. No final do século XIX começa a história da decadência de Havana Velha, pois outras áreas da cidade acabam atraindo a *"sacarocracia"*[52] havanera.



Figura 44 - Praça Velha, uma das primeiras praças de Havana Velha.
Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrolo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001

O bairro de Vedado e o Carmelo passam a oferecer modernas urbanizações pautadas no conceito de cidade jardim. Assim, inicia-se o processo de degradação do centro histórico que passa ter suas residências antes ocupadas por uma única família, sendo alugadas para várias tornando-se cortiços, uso que irá prevalecer nos próximos

[52] Termo utilizado pela historiografia cubana para definir a burguesia açucareira dada ao seu caráter feudal-burguês (Ciudad City, 1999, p. 43).

anos chamado pelos havaneros de *"ciudadelas".* Além disso, outro fator que vem contribuir para a degradação de edifícios residenciais foi à transformação do andar térreo de alguns em armazéns, devido à atividade portuária que tem seu apogeu no inicio do século XX quando Havana mantinha relações com os Estados Unidos (Ciudad City, 1996, p. 10).

Assim, o uso habitacional começa a ser substituído pelo setor terciário consolidando-se o comércio especializado. Por volta de 1920, quando Havana vivencia a Republica, o centro financeiro e bancário vão para a região oeste, fora do centro original da cidade, surgindo um novo espaço de centralidade cheio de influência norte-americana. Acentua-se o processo de degradação e esquecimento do centro histórico.

A cidade continua se expandindo, seguindo o código das cidades jardins, aparecendo bairros novos, mantendo no principio o desenho da quadricula se alterando por volta dos anos 1940, para quarteirões de bordas curvas, caracterizados pela presença massiva de vegetações. Os novos centros e subcentros acabam aparecendo para atender estes novos espaços da cidade, caracterizados por vias de tráfego rápidas que facilitam a comunicação entre os novos bairros. A partir dos anos 1950, a especulação imobiliária próxima ao bairro do Vedado passa a investir nas propriedades horizontais.

Com a abertura do túnel sobre a baia, a região leste da ilha ganha novos investimentos, e Havana Velha neste momento, passa por situações difíceis e delicadas diante do avanço da especulação imobiliária. No entanto, os investimentos foram localizados nas novas regiões da cidade, o que de certa forma, acabou protegendo o núcleo original.

Pela concentração de edifícios com interesse de preservação, acreditamos que este estudo de caso possa nos ajudar a entender como esta cidade trata a preservação, pois ainda se mantém substancialmente intacto seu patrimônio imóvel, com vida ativa, e cheia de problemas de ordem física e social que podem comprometer o patrimônio existente. Para tanto, existem ações coordenadas pela *"Oficina Del Historiador"* que tem feito um trabalho de reconhecido valor na tentativa de reverter o processo de

degradação e dar melhores condições de vida aos seus moradores sem que os mesmos tenham que ser removidos.

O centro histórico, segundo a *"Oficina Del Historiador"* possui cerca de 22.500 residências 50% em péssimo estado de conservação; 20% não possuem rede de esgoto adequada, e as redes de infraestrutura instaladas já estão sobrecarregadas e deterioradas. Ocorre diariamente cerca de 2 a 3 desmoronamentos de parte das edificações, tal é o estado de degradação que se encontram. Além disso, a dimensão das ruas não suporta mais a demanda atual, com trânsito de caminhões e carros que só colaboram para abalar a estrutura das edificações já comprometidas.

A estrutura criada, como parte da estratégia de intervenção, para recuperar e revitalizar este centro histórico, conta com um programa de total inclusão social modelo este interessante, já que a população precisa ser parte integrante da valorização do seu patrimônio, só assim podem-se ter mais chances da preservação acontecer de fato.

Acreditamos que somente o confronto e a troca de experiências realizadas nos dois estudos de caso que estamos nos propondo a verificar neste relatório, atentando para as formas de administração e políticas públicas ao nível local, nacional e internacional, permitirá verificar a eficácia relativa às diferentes estratégias de intervenções implantadas, e assim poder entender melhor as peculiaridades desses centros históricos em cidades latino-americanas e sua identidade cultural que atualmente enfrentam desafios prementes, além de ter que lidar com sua herança de carências.

Um cenário de incertezas que dão margem a inúmeras tentativas, debates e propostas, que nada mais buscam do que identificar os problemas mais críticos e os caminhos para resolvê-los, além das potencialidades ainda existentes. Um caso cujas estratégias de intervenções visam a recuperação das áreas centrais e que se apóia na valorização da cultura, no sentimento de cidadania, na consciência política e apoio das empresas privadas, buscando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção do patrimônio existente.

Como os fatores dificultosos permanecem hà existência de problemas de ordem econômica, cultural, social, habitacional e política devendo ser considerados em

qualquer proposta. Entender como se deram as transformações nestas áreas desde o momento de sua existência até o seu abandono, e de sua retomada nos dias de hoje, é fundamental para que qualquer proposta seja eficaz dentro de seus objetivos.

12.2 Preservação no Município de São Paulo – aspectos históricos, construção de uma política municipal.

O ideal de uma política cultural que pudesse valorizar a cultura e arte brasileiras com o propósito de construir uma identidade para a nação nasce em São Paulo, entre as décadas de 1920-1930, pelos ideais de um grupo de jovens intelectuais com um sonho: ter uma *"organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros".* Esta foi à descrição de Paulo Duarte, amigo íntimo de Mario de Andrade, no livro "*Mario de Andrade por ele mesmo"* publicado em 1971*,* quando descreve como se originou o ideal de valorizar a nossa cultura.

O Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo nasce então, de uma reunião de amigos, em meio a vinho, delírios, risadas, música brasileira e sonhos, muitos sonhos. No apartamento da Av. São João, de Paulo Duarte, o jovem grupo sempre se reunia para discutir, arte, literatura, música, poesia. Entre eles, Mario de Andrade, Sérgio Milliet, Prudente de Moraes Neto, Rubens Borba de Moraes, Antonio Carlos de Barros e Paulo Duarte, todos do Partido Democrático (Nogueira, 2002, p.172).

Na prefeitura estava Fábio da Silva Prado, amigo de Paulo Duarte, e como governador do Estado, Armando Sales de Oliveira. Os dois compraram a idéia do grupo e investiram na construção do departamento que pretendiam transformar em Instituto Brasileiro de Cultura. Na direção e chefia da Divisão de Expansão Cultural do departamento estava Mario de Andrade, literário, crítico de arte, pesquisador, e no cerne do ideal, a democratização da cultura. Acreditavam que tornando possível o acesso à cultura, poder-se-ia por o fim nos problemas gerados pelos conflitos sociais existentes no período. Junto com o apoio da Universidade de São Paulo e com a Escola de Sociologia e Política, pretendiam desenvolver mecanismos para diminuir as diferenças sociais.

Buscaram então, revelar a identidade da Nação brasileira através da religião, economia, língua, cultura, procurando a homogeneização do povo. No passado encontraram a legitimação da ordenação social do presente. O patrimônio colonial edificado revelava um passado autêntico, que forçava deixar os padrões europeus vigentes. Parece que os mentores do Departamento Municipal de Cultura – **DMC**, tinham a certeza de ter uma proposta a caminho do rumo certo.

Nesta época, percebe-se que houve um alargamento das práticas artísticas e literárias estando à frente os jovens modernistas. Os laços entre cultura e política foram estreitados e São Paulo se torna um grande centro de difusão de ideias.

Por meio do Departamento de Cultura e Recreação – **DCR** -, criado oficialmente em maio de 1935, pelo acto nº 861, foi possível chegar ao Decreto-lei nº 25/1937, já citado em relatórios anteriores, que dará origem ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - **IPHAN**. Um laboratório municipal para firmar uma política de abrangência nacional.

Não foi por acaso que o Mario de Andrade foi convidado por Gustavo Capanema para formular o anteprojeto do **SPHAN**. O poeta já tinha a experiência de São Paulo, e assim poderia vir a "aparar arestas", visando à efetivação de uma política de preservação federal mais abrangente e eficiente.

O **DCR** foi encarregado de promover a cultura e recreação, estimulando atividades que viessem a desenvolver o desenvolvimento educacional, proporcionando o máximo de alcance a comunidade, afinal, o objetivo era criar uma política cultural, expandir a cultura através de uma forma que pudesse realmente mudar a vida das pessoas. É neste departamento que surge, pela primeira vez, a estratégia para o atendimento da pré-escola, com projetos que serão ampliados mais tarde.

Para tanto o **DRC** foi dividido em duas seções: Divisão de Expansão Cultural e Divisão de Documentação Histórica e Social, esta última seria encarregada de publicar a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, existente até os dias de hoje. Aparece pela primeira vez a preocupação de restaurar e conservar documentos antigos, com o propósito também de colocá-los a disposição do público para consultas. Surge a discussão do significado do "documento", lembrando que na Europa já havia esta

preocupação no século XVIII e no Brasil, porém, acontece no século XX. Imaginem o que se perdeu!!!

Depois de Fábio Prado, assume a prefeitura Francisco Prestes Maia, que desenvolve grandes obras e tenta resolver problemas relacionados à circulação dentro da malha viária da cidade e também com o saneamento. Este prefeito parece ter sido menos sensível às questões da preservação, pois Mario de Andrade entra em conflito com o mesmo, deixando a direção do **DRC**.

> *O Sr. Prestes Maia nunca se prestou a misérias dessa espécie, nem o seu delegado no Departamento de Cultura. Envolvido de inicio na teia miserável tramada pelos discípulos que o ditador aqui arranjou, logo o novo prefeito deu de si e não se prestou ao papel que lhe insinuavam. Foi assim que a Prefeitura não conheceu nem o art. 177 nem deteriorações parecidas. Apesar, disso, o Sr. Prestes Maia nunca compreendeu o Departamento de Cultura. Injetou curare nele. Catalepsiou-o sem tirar a sensibilidade para a dor. E ele ficou sofrendo dentro de nos, os seus sonhadores. Cada mutilação ecoava surda, em cada um e muito mais talvez dentro do Mário que ficou como cachorro sem dono, como quem perdera a própria razão de ser* (Duarte, 1985, p. 56).

Mario de Andrade e os intelectuais do Partido Democrático deram muito de si para a criação do **DRC**; a preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro tem uma história de lutas e ideais que marcaram não só a vida desses homens, mas a nossa que vivemos o presente. Por eles podemos compartilhar o passado e presenciá-lo em alguns ícones emblemáticos deste período que ainda estão presentes por conta de não desistirem da causa pela preservação. Segundo Paulo Duarte (1985, p. 57), Mario de Andrade e ele começaram a morrer quando deixaram o **DRC**. Um lindo sonho tinha se acabado... O que não sabiam é que tudo estava mesmo começando.

O poeta, antes de sair, havia iniciado uma pesquisa sobre o folclore, uma preocupação com a cultura imaterial já despontava. È neste momento que um grupo liderado por Luis Saia, vai sair pelo nordeste brasileiro colhendo dados sobre a cultura da região.

O Decreto-Lei nº 360 de 13 de setembro de 1946 vai transformar o DRC em Secretaria de Cultura e Higiene, e em 18 de julho de 1947, por meio do Decreto-lei nº 430, passa a ser desmembrada em Secretaria de Higiene e Secretaria de Educação e Cultura, cada uma dirigida por um secretário de confiança do prefeito Christiano Stockler das Neves.

A Secretaria de Educação e Cultura – **SEC** - foi constituída dos seguintes órgãos: Gabinete do Secretario, Departamento de Cultura, Departamento de Educação, Assistência e Recreio.

O Departamento de Cultura – **DC** fica então encarregado no art. 25 de (Decreto-lei nº 430) de:

a) *Traçar, organizar e fazer executar o plano geral do tombamento e defesa do patrimônio artístico e histórico do município;*
b) *Patrocinar campanhas culturais;*
c) *Promover e incentivar concertos, conferências, recitais e espetáculos em geral;*
d) *Instituir e manter bibliotecas;*
e) *Preparar futuros cidadãos para bem servir à Pátria.*

O art. 26 dispõe dos seguintes órgãos existentes dentro do DC:

a) *Divisão de Expansão Cultural;*
b) *Divisão de Bibliotecas;*
c) *Divisão de Estatística e Documentação Social;*
d) *Divisão do Arquivo Histórico;*
e) *Divisão do Estádio Municipal.*

A Divisão do Arquivo Histórico – **DAH** fica encarregada de recolher, restaurar e conservar documentos antigos, e colocá-los disponíveis ao uso público, além de outras funções. No ano de 1969, através do Decreto-Lei nº 8.204, passa a ser incorporada ao DAH a Seção de Museus e Iconografias.

A lei nº 8.252, de 10 de maio de 1975, dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artística, durante a gestão do prefeito Olavo Egídio

Setúbal, onde no art. 1º aparece então a Criação da Secretaria Municipal de Cultural existente até os dias de hoje, e o Departamento de Informação e Documentação Artística, ficando este último encarregado dos

> *levantamentos, cadastro, tombamento, conservação e fiscalização de obras de arte de suas várias especializações, pertencentes a dependências de seus próprios órgãos, situadas em logradouros dou colocadas em edifícios públicos municipais, para fins de ornamentação.*

Estes trabalhos seriam coordenados pela Seção de Tombamento e Fiscalização do Acervo Municipal de Arte Contemporânea. No art. 7º da mesma lei, o Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, passa a ser Departamento do Patrimônio Histórico o **DPH**.

12.3 Os órgãos e instituições envolvidos diretamente na preservação do patrimônio existente no centro histórico de São Paulo.

O intuito deste capítulo é perceber quais são os envolvidos na preservação do patrimônio histórico arquitetônico de interesse cultural existente no centro histórico da cidade de São Paulo. Diante de tantos envolvidos e leis, os conflitos de opiniões acabam aparecendo onde pretendemos avaliar se a contribuição dos mesmos foi a favor ou contra a efetiva preservação dos bens existentes. Estão presentes nesta região as três esferas de poder público: federal, estadual e municipal atuando com seus Conselhos, suas leis e diretrizes especificas para a preservação. Além desses, o secretario de cultura federal, estadual e municipal além do prefeito, entre tantos outros que acabam tendo participação nas intervenções ocorridas nesta e em outras áreas da cidade. Fica assim a dúvida, no meio de tudo, como o patrimônio é tratado?

Vale dizer que existiu e existe um esforço grande em reverter o processo de degradação e abandono do centro histórico da cidade de São Paulo, várias propostas já foram feitas em outras gestões e para termos uma ideia de ações realizadas este mesmo capitulo traz o Plano Diretor Estratégico, elaborado e implantado durante a

gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, as Operações Urbanas Consorciadas; o Plano de governo "Reconstruir o Centro" que tiveram influência direta na preservação do patrimônio arquitetônico existente, além propostas trazidas pelo ex-prefeito José Serra.

12.3.1 A atuação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

O histórico de criação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional se confunde com a própria história da preservação no Brasil, já retratada anteriormente, portanto acreditamos ser conveniente focar a sua atuação no Estado de São Paulo, especificamente no centro histórico do município. O mesmo procedimento não caberá aos outros envolvidos na preservação do patrimônio, pois a pesquisa neste momento se propõe a entender a trajetória de cada um e sua abrangência de atuação.

O **IPHAN** é o órgão de preservação que protege, sob pena de lei, o patrimônio artístico, cultural e histórico brasileiro atuando na esfera federal. O Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional são definidos pelo presidente da República, e o seu regime interno é deliberado pelo Ministro de Estado da Cultura.

Sua atuação é de extrema importância dentro do processo de preservação não somente do patrimônio arquitetônico, mas também de outros como: os materiais (móveis), os naturais e os imateriais, pois é o órgão de máxima instância em nível nacional que pode atuar pautado em uma legislação federal com poder de polícia sobre qualquer tipo de infração que um bem patrimonial tombado por ele venha sofrer. De acordo com a estrutura regimental, capitulo I anexo I do decreto lei nº 5.040 de 7 de abril de 2004, o Instituto tem prazo de duração indeterminado.

> *Art. 1o O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, autarquia federal constituída pelo Decreto no 99.492, de 3 de setembro de 1990, e pela Lei no 8.113, de 12 de dezembro de 1990, com base na Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculado ao Ministério da Cultura,*

tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e prazo de duração indeterminado".

Art. 2o O IPHAN tem por finalidade institucional proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição, e exercer as competências estabelecidas no Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei no 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961, na Lei no 4.845, de 19 de novembro de 1965, e no Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000, e,especialmente:

I - coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;

II - desenvolver estudos e pesquisas, visando a geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para preservação do patrimônio cultural; e

III - promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural, exercendo o poder de polícia administrativa para a proteção deste patrimônio

(www.iphan.gov.br, acesso em dezembro de 2011).

Em São Paulo, a atuação do Instituto passa a ser relevante quando tomba alguns bens. De acordo com Fonseca (1997, p.291-312) entre 01.01.1970 a 14.03.1990 existem os seguintes bens protegidos pelo **IPHAN**: prédio da Estação da Luz, a Pinacoteca Estadual, tombados pelo processo nº 944T-76 (1976) e o Mosteiro da Luz (www.iphan.gov.br, acesso em dezembro de 2011), bens protegidos também pelas esferas estadual e municipal localizados na área central.

O Instituto atua no município, na 9ª regional[53] localizada no bairro da Consolação, que analisa todo e qualquer projeto que envolva os bens protegidos sob sua instância

[53] "*1. Promover estudos e pesquisas tendo em vista a informação, para abertura de novos processos de tombamento, pela administração central. 2. Realizar, em conjunto com outros órgãos do poder público, em todas as esferas de governo, atividades de fiscalização e vistorias do conjunto de bens tombados pelo Iphan no Estado de São Paulo, tendo em vista tutelar por sua integridade. 3. Controlar a importação e exportação de "obras de arte" através dos portos e aeroportos no Estado de São Paulo. 4. Controlar o*

antes que sejam executados, pelo menos deveria ser assim. As outras esferas de proteção, o órgão estadual (**CONDEPHAAT**) e municipal (**CONPRESP**), costumam aceitar suas decisões em casos de bens sob sua tutela.

Sua atuação no município de São Paulo não chega a ser tão expressiva em relação a outros que possuem o seu núcleo original por inteiro tombado como: Parati/RJ, Olinda/PE, Salvador/BA entre outros. Na capital paulista existem poucos bens sob a tutela federal, porém de grande valor histórico e cultural, localizados em áreas de extrema complexidade contando também com a presença de outros de significativo valor protegidos por outras esferas de governo.

Em junho de 2002, através de um convênio firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Ministério da Cultura - **MINC**, o Programa Monumenta passou a ser implantado no município na área onde estão localizados os bens tombados pelo **IPHAN**. Este programa tinha como objetivo:

> *preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio,aperfeiçoar a gestão desse patrimônio, estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação e*

---

comércio e leilões de objetos artísticos tendo em vista a recuperação de bens furtados do conjunto tombado, e combater o tráfico ilícito de obras de arte (em conjunto com a Polícia Federal e Interpol). 5. Elaborar e/ou aprovar os projetos para intervenções em bens tombados pelo Iphan. 6. Aprovar os projetos de intervenções na vizinhança dos bens tombados pelo Iphan, tendo em vista a proteção da sua ambiência (entorno). 7. Prestar assessoria técnica e consultorias nas áreas de preservação do Patrimônio Cultural, para outros órgãos públicos, e proprietários de bens tombados. 8. Atender a pesquisadores estudiosos sobre questões do patrimônio. 9. Elaborar o cadastro de Sítios Arqueológicos. 10. Analisar e encaminhar para aprovação, pesquisas em Sítios Arqueológicos. 11. Organizar e participar de cursos, encontros e palestras, tendo objetivo a formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. 12. Manter vigilância em sítios e monumentos tombados que pertencem ao Iphan no Estado de São Paulo. 13. Promover convênios e contratos com outras entidades de toda ordem, tendo em vista formar parcerias visando a preservação e valorização do patrimônio tombado. 14. Organizar eventos, exposições e publicações com objetivo de preservar e valorizar o patrimônio cultural. 15. Promover a embargos administrativos, e propor ações na justiça, através da Procuradoria Jurídica em São Paulo, tendo em vista a integridade dos bens culturais tombados. 16. Orientar, analisar e fiscalizar Processos MinC/Pronac referentes a recuperação de edifícios tombados (em nível federal, estadual ou municipal). 17. Participar como membro do CONDEPHAAT. 18. Organizar e promover licitações para aquisição de bens e serviços" (http://www.iphan.gov.br/supregionais/9sr/pagsr9.htm) acesso em dezembro de 2011.

> *aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto"* (www.monumenta.gov.br) acesso em dezembro de 2011.

O município de São Paulo foi um dos escolhidos pelo Monumenta, entre os 80 selecionados no Brasil, devido ao significativo patrimônio e áreas urbanas ainda existentes e que estão sob tutela federal, pois somente estes podem ser beneficiados.

> *Na capital paulista, o Monumenta trabalha na preservação do Centro Histórico nos monumentos Edifício Ramos de Azevedo e anexo, Conjunto do Jardim da Luz, Museu de Arte Sacra, Prédio do Ponto Chic, Hotel Federal Paulista, Hotel Queluz, Antigo Seminário Episcopal, Praça Coronel Fernando Prestes, Coreto nº 2, Ponto de Bondes, Pontilhão de Ferro Forjado nº 1 e 2, áreas de pavimentação e conjunto de imóveis comerciais. Na área de abrangência estão trechos dos bairros de Bom Retiro, Santa Ifigênia e Campos Elíseos, tendo o Jardim da Luz ao centro"* (www.monumenta.gov.br) acesso em dezembro de 2011.

A ordem de prioridade dos municípios escolhidos foi determinada pelo **MINC** ao qual o **IPHAN** responde diretamente. Assim, sua participação é fundamental para que os investimentos previstos viabilizem de fato a recuperação, restauração e revitalização deste patrimônio.O contrato de empréstimo que proporcionou ao país ter este Programa foi firmado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com o **BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os recursos são viabilizados no atendimento dos regulamentos, ações e critérios determinados, e devem ser administrados pela Unidade Central de Gerenciamento - **UCG**, vinculada ao Gabinete do Ministro da Cultura.

Neste Programa foram aplicados recursos oriundos do empréstimo com o BID, haveres do tesouro Nacional, contrapartidas dos estados e municípios e investimentos de empresas privadas, sendo o maior volume de recursos aplicados no patrimônio histórico no país em todos os tempos.

Incluído no Plano plurianual de investimentos 2000-2003, pelo então Presidente da República, o Monumenta fez parte do Avança Brasil como sendo um dos programas

estratégicos, possuindo um diferencial em relação aos outros: tem como principio básico garantir as condições de conservação do patrimônio recuperado, através de retorno econômico proporcionado pela intensificação de uso e visitação às áreas restauradas.

O Programa visou buscar condições de sustentabilidade do patrimônio de forma a permitir a manutenção permanente de suas características originais sem que, para tanto, haja a necessidade de novos aportes de recursos públicos. Foi o primeiro programa de abrangência nacional para o patrimônio arquitetônico que promoveu a cultura com recursos de organismos multilaterais.

Como meta, o Programa colocou que seus objetivos só seriam atingidos quando os municípios tivessem suas áreas capacitadas a manter sua recuperação sem os recursos do governo federal; quando os valores do patrimônio existente tivessem reconhecimento público; e quando a mesma estratégia do Programa pudesse ser utilizada em outros sítios que não estavam nele incluídos. Os municípios poderiam ter apoio do Monumenta também para implantar programas de auto-sustentabilidade, capacitação da população local para envolve-los no processo.

Cada projeto municipal[54] tinha como base à manifestação da população interessada, pois os grandes atores do Programa são os moradores locais, o que leva a promover a cidadania. Para isso, foram realizadas oficinas de planejamento participativo, nas quais a maioria dos representantes era da comunidade e da iniciativa privada contando também com os órgãos de preservação municipais, estaduais e com a regional mais próxima do **IPHAN**.

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira, vem proporcionando a transformações de áreas degradadas de interesse histórico e cultural em grandes pólos geradores de recursos, onde o turismo é atividade econômica preponderante.

[54] CIDADES DO PROGRAMA: Congonhas, Corumbá, Diamantina, Goiás, Icó, laranjeiras, Lençóis, Manaus, Mariana, natividade, Oeiras, Olinda, Ouro Preto, Paraty, Pelotas, Penedo, Porto Alegre, Porto Seguro, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Francisco do Sul, e São Paulo (www.monumenta.gov.br) acesso em dezembro de 2011.

O contrato de empréstimo de US$ 62,5 milhões com o **BID** foi renovado em dezembro de 2004 por mais dois anos, viabilizando a continuação do Programa Monumenta[55] nos municípios brasileiros, com isso a cidade de São Paulo poderá continuar sendo beneficiada também.

Em 2011, o Programa Monumenta está contemplando monumentos como: Ponto de Bondes, prédio do "Ponto Chic", Casa da Administração, Coreto nº 2, Edifício Paula Souza (antigo Laboratório Politécnica), Edifício Ramos de Azevedo, Museu de Arte Sacra, Chaminé (próximo ao Quartel). Existem duas obras em espaços públicos, uma no Conjunto do Jardim da Luz e a outra na Praça Coronel Fernando Prestes e ainda duas propostas em fase de análise para obras em imóveis privados.

12.3.2 A atuação do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Com o desenvolvimento da indústria turística no país, que se inicia por volta de 1964, o patrimônio histórico e cultural passou a ser visto de outra forma. Seu poder de atratividade faz aparecer seu potencial para esta atividade econômica, levando o governo federal a criar a **EMBRATUR** e o Conselho Nacional de Turismo com o objetivo de potencializar esta atividade em todo o território nacional apoiando o desenvolvimento e a difusão da cultura.

Neste mesmo ano é criada, pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré, a Secretaria de Cultura do Estado através do decreto lei nº 49.165 de 29 de dezembro, absorvendo mais tarde o Serviço de Museus Históricos, a Pinacoteca do Estado, o Conselho Estadual de Cultura e o Arquivo do Estado (**Condephaat**, 1998, p. 11).

---

[55] *"O aumento de sua execução nos últimos dois anos, depois dos fracos resultados conseguidos entre 1999 e 2002, garantiu a continuidade do Monumenta. Depois de meses de negociação, o contrato foi assinado dia 3 de dezembro pelo representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsig, e pela coordenadora-geral de operações financeiras da União, Sônia Portella. A negociação para a prorrogação do acordo começou em setembro de 2003. O Monumenta, programa estratégico do Ministério da Cultura, destina-se a promover a conservação do patrimônio urbano histórico e artístico nacional com o apoio de Estados e municípios e participação do BID e da UNESCO"* (www.monumenta.gov.br) acesso em dezembro de 2011.

No Estado de São Paulo, desde a criação do Departamento de Cultura em 1935, já havia a idéia de ter um órgão de preservação do patrimônio na esfera estadual, porém, isto não se concretizou naquele momento. Depois de mais de 30 anos, durante a discussão da nova Constituição, maio de 1967, a Deputada Dulce Sales Braga apresentou a emenda nº 565 que propunha a criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de São Paulo, proposta que foi vetada.

Com o Decreto lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, o Conselho é criado e responde diretamente ao Secretário de Cultura do Estado; um órgão colegiado com a função de não emitir leis e sim normas e diretrizes. No ano seguinte, passa a cuidar também do patrimônio arqueológico vindo então a se chamar: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, permanecendo com este nome até os dias de hoje.

Assim, o governador do Estado delibera que este Conselho seja composto por 9 membros com mandatos de dois anos, cada um munidos de todo conhecimento de causa compatível com os interesses do órgão, idôneos, de reconhecida moral, representantes da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e entidades a seguir: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Instituto de Pré-História, da Universidade de São Paulo; Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (atual IPHAN); Instituto Geográfico de São Paulo; Serviços de Museus, Históricos do Estado; Instituto dos Arquitetos do Brasil (seção de São Paulo); Instituto Histórico Geográfico Guarujá-Bertioga e Cúria Metropolitana de São Paulo. Em 1971 foi incorporada ao Conselho uma secretaria de suporte: a Secretaria Executiva, contando um Secretário Executivo à frente da direção com a finalidade de fazer os serviços administrativos vinculados aos trabalhos dos conselheiros e técnicos.

A estrutura interna do **DPHAN** e de outras instituições com mesma finalidade foram consultadas para a constituição do **CONDEPHAAT** resultando na seguinte estrutura de acordo com Rodrigues, (2220, p. 54): *"Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos, Serviço Técnico de Conservação e Restauro, Seção Técnica de Estudos e Tombamentos, Serviço Técnico de Conservação e Restauração, Seção-Técnico Auxiliar e Secretaria Administrativa".*

Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do **DPHAN**, acompanhou desde o inicio a formação do Conselho junto ao Governador do Estado para que as mesmas normas utilizadas em nível federal fossem aplicadas em esfera estadual, com a possibilidade de agregar valores regionais. Neste momento a missão do Conselho era difícil e delicada para verificar, identificar e preservar os bens culturais do Estado de São Paulo.

No início, por dificuldades enfrentadas para se estruturar administrativamente, e fazer sentir efetivamente o seu poder de defesa dos bens de interesse do Estado, o Conselho não disponha ainda de meios adequados ao cumprimento de suas responsabilidades. Diante dos problemas que iam surgindo, não teve tempo de agir em conjunto de modo preventivo e orientado, acabou tendo que atuar de forma emergencial analisando caso a caso.

O número de conselheiros foi se alterando com a história de atuação do **CONDEPHAAT**. Em maio de 1976, tomam posse 13, incluindo agora representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e dos Departamentos de Artes Plásticas, Geografia, História e Pré-História da **USP**, tendo como presidente Nestor Goulart Reis Filho (Rodrigues, 2000, p.54).

A proposta desta nova gestão estava pautada em trabalhos de conscientização junto à comunidade chamando a atenção para a importância do patrimônio e sua preservação. Com base no acervo de bens até então existente, o Conselho pretendia iniciar a atividade junto à rede escolar, capacitando professores para que fossem difusores dos conhecimentos relativos a preservação do patrimônio. Era a Educação Patrimonial que começava a despontar como grande aliada no processo de envolvimento das comunidades.

Conforme publica a jornal *O Estado de São Paulo* em 26/5076, para o novo presidente *"o órgão encontrou situações de extrema complexidade, sem dispor de meios adequados para cumprir suas responsabilidades"*. Afirmou também que "*nos últimos anos, em virtude dos problemas particulares, quase insolúveis, o* ***CONDEPHAAT*** *remediou mais que protegeu; e protegeu mais do que conservou, restaurou e valorizou, como seria o seu objetivo".* Apesar destes impasses, alguns

passos fundamentais foram dados a favor da preservação do patrimônio no Estado até então, porém ainda havia a necessidade de mudanças capazes de permitir uma ação mais incisiva do Conselho e para isto era preciso maiores verbas do Estado. Havia também a falta de técnicos especializados para trabalhar com a preservação no Estado, assim como foi apontado no caso do **IPHAN**.

Em 1977 ocorre a primeira crise interna do Conselho; os motivos estão pautados na falta de integração nas atitudes e informações por parte do Secretário Executivo (Rui de Azevedo Marques) e de seu Presidente (Nestor Goulart Reis Filho). Tudo começou com a necessidade da sede do Conselho mudar de lugar, pois estava sendo despejada do imóvel que ocupava, para tanto, o Secretario propõem sua mudança para um imóvel em área estritamente residencial no bairro dos Jardins. A lei de zoneamento existente não permitia este uso, assim o Secretário apresenta uma proposta ao Presidente da Câmara onde a lei de zoneamento poderia ser alterada desde que, *"esta exceção na legislação fosse beneficiar exclusivamente órgãos públicos do patrimônio cultural ou de pesquisa"* (Jornal *O Estado de São Paulo*, de 03/05/1977).

Esta proposta foi vetada, tanto pela Câmara, quanto contestada pelo Prefeito Olavo Egídio Setúbal, pois esta exceção poderia significar uma abertura para outras justificativas, pois mostrava privilégios que outras repartições públicas gostariam de ter. Esta proposta é feita sem o conhecimento do presidente do Conselho e de seus conselheiros, o que acaba provocando esta crise, pois eles não concordavam com a tal mudança.

Com isso, percebe-se que havia prioridades diferentes nos líderes do Conselho, mostrando que isto pode ter prejudicado o andamento da preservação dos bens dentro do Estado em vários municípios. Um membro do Conselho diz ao jornal "O Estado de São Paulo" que em sua opinião a estrutura do Conselho *"acaba deixando uma terra de ninguém entre as competências de seu presidente e de seu secretário-executivo"* (OESP, 11/05/1977), pois no caso de algumas obras que o Conselho estava patrocinando no momento, nunca foi enviado nenhum relatório sobre o andamento dos trabalhos. Quer dizer, não havia controle de nada do que os técnicos e conselheiros faziam dentro de sua função, mostrando uma vulnerabilidade muito grande na execução

efetivas das propostas deliberadas e autorizadas pelo Conselho, capaz de permitir que o Secretário tomasse decisões técnicas sem o acompanhamento dos conselheiros.

Este caso levará à troca do Secretário Executivo e à denúncia de uma quantidade grande de funcionários fantasmas que só engordavam a folha de pagamento do Conselho. Fato gravíssimo que pode também explicar o descaso com alguns bens já tombados localizados em outros municípios que não recebiam nenhum apoio técnico[56].

O tombamento, única figura jurídica que baseia sua ação, desde o inicio foi usado pelo Conselho como meio legal de preservação onde os bens tombados são inseridos em livros de tombo do governo estadual assim como ocorre na esfera federal sendo que, um bem protegido pelo estado não precisa estar sob a tutela federal, e segundo Rodrigues (2000, p. 54) os bens tombados deveriam ser inseridos em quatro livros de tombo: Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico, o das Artes Aplicadas, o das Artes populares e o Histórico.

Os bens tombados não poderiam ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados e, para a restauração, reparação ou pintura, é necessária prévia autorização do Conselho. O uso do bem tombado seja para moradia, repartição pública, religião ou turismo, continuava sendo permitido, pois o tombamento nesta época, já resguardava o direito de propriedade e não impedia o de uso do imóvel, significando apenas que deveria ser conservado como estava desde a data em que passou a estar sob a tutela do órgão estadual (jornal *Folha da Tarde*, de 20/06/1977).

Qualquer cidadão poderia solicitar o tombamento de um bem, desde que conseguisse provar que possuía valores dignos de serem preservados em nome da memória e da história do Estado. Esta solicitação era avaliada pelos técnicos, e depois

[56] Segundo reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 27/06/1971, aparece a denúncia de um cidadão da cidade de Guaratinguetá / SP, que acusa o Conselho e o Município de sua omissão na manutenção do Museu existente em homenagem a Rodrigues Alves, que acabou tendo suas portas fechadas por falta de condições mínimas de funcionamento. Além deste fato menciona também a saída de imagens valiosas dos séculos XVIII e XIX, das igrejas e capelas do município, apesar de denúncias feitas.

A casa do Conselheiro Rodrigues Alves foi tomada pelo CONDEPHAAT em 23/04/1970 no processo 08497/69, e pelo IPHAN em 02/12/1969. As imagens mencionadas não aparecem entre os bens tombados de 1968-1998 (CONDEPHAAT, 1999, p.81-82).

submetida à apreciação dos conselheiros, cabendo a eles a decisão e medidas de preservação; este processo permanece até os dias de hoje.

Em 10 anos de trabalho o **CONDEPHAAT**, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, de 22/10/1978, Nestor Goulart afirma que neste período a maioria da população desconhecia o Conselho, admitindo a falta de prestigio que o mesmo possuía e o saldo de poucas realizações até aquele momento. Passou este tempo tentando eliminar entraves burocráticos e ganhar maior autonomia frente à Secretaria Estadual de Cultura, no entanto, diagnosticou problemas e pouco conseguiu efetivamente preservar.

Acreditamos que o saldo positivo tenha sido à ampliação da consciência ecológica por parte dos técnicos, advinda muito pela participação da comunidade em defesa do patrimônio histórico e ambiental. Isto permitiu que os debates saíssem das salas dos técnicos e tomassem uma dimensão maior, sendo discutidos nas ruas e em novas entidades ecológicas, dando margem a manifestações que até então vinham sendo contidas. Grande avanço para o reconhecimento do conceito de patrimônio ambiental ganhando a ampliação do acervo de bens tombados.

Durante toda sua história, o Conselho conseguiu tombar um acervo heterogêneo fruto da sua interação com a sociedade civil e também dos diferentes conceitos de história, memória e patrimônio que cada técnico e conselheiro acabaram levando para as decisões sobre os bens que deveriam ser preservados. Conforme a consciência sobre a necessidade de preservar o patrimônio foi crescendo, a atuação do Conselho e outros órgãos de preservação também se intensificam e se ampliam chegando a incorporar bens naturais, núcleos urbanos inteiros, acervos de obras de arte são incorporados nos processos de tombamento. De acordo com Rodrigues (2000, p.59), o **CONDEPHAAT** foi o pioneiro no Brasil a preservar áreas naturais através do tombamento.

O trabalho que o Conselho vinha representando com a abrangente visão de patrimônio e que se configurou nos últimos tempos, fez com que seu corpo técnico fosse insuficiente para toda a extensão do território estadual, o que se vê ainda hoje, embora recentemente tenham sido incorporados novos e jovens técnicos. A proteção efetiva de bens tombados pelo **CONDEPHAAT** também dependia de colaboradores: os governos municipais, os conselhos municipais, entidades de classe, Ongs, e a própria

comunidade, pois são muitos bens (até 1998, 312 bens) espalhados por diversos municípios para que poucos técnicos pudessem garantir que fossem preservados de fato, e tudo que implicasse o tombamento estivesse sendo cumprido.

Na maioria dos casos, os municípios não possuem um conselho local que lute pela causa, e quando existe, muitas vezes não tem voz ativa diante dos interesses políticos e de alguns capitalistas, colocando em risco a integridade física de alguns bens tombados por inúmeros motivos. **O CONDEPHAAT** enfrentou desde o início, a dificuldade de conseguir a adesão de alguns municípios; ainda hoje isto permanece, pois embora muitos possuam bens tombados em esfera federal e estadual, não possuem conselho. Em contrapartida, em alguns casos o conselho municipal só existe, mas não funciona, não existe adesão e comprometimento dos membros, às vezes a própria comunidade nem conhece a sua existência.

No município de São Paulo existem cerca de 104 bens tombados em esfera estadual com grande diversidade: casas bandeiristas, terreiros, residências de várias épocas e estilos, igrejas, capelas, mosteiros, mercados, escolas, bairros inteiros, jardins, acervos de museus, monumentos, teatros, quartéis, palácios, edifícios residenciais e comerciais, estações de trem, vilas, hospitais e indústrias caracterizam o patrimônio heterogêneo e valioso que o paulistano tem. Alguns desses bens[57] estão localizados na área objeto de no centro de São Paulo, e outros também são protegidos pelo órgão da esfera federal.

[57] Casa da Dona Yayá, Castelinho da Brigadeiro, Escolas de primeiras letras, hospital e Maternidade Humberto I, Teatro Brasileiro de Comédias, Teatro Oficina, Desinfectório Central, EEPSG padre Anchieta, Acervo Arquivístico da Hospedaria dos Imigrantes, Hospedaria dos Imigrantes, Estação Brás, Capela de Sta. Luzia, Edifício Alexandre Mackenzie, Edifício da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, Edifício Esther, Edifício Saldanha Marinho, Igreja das Chagas do Seráfico Pai Francisco, Igreja de Santo Antônio, Igreja de São Francisco de Assis Venerável Ordem dos Frades Menores, Igreja de São Gonçalo, Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, Instituto Caetano de Campos, Largo da Memória, palácio da Justiça, Palácio das Indústrias, Residência de Elias Pacheco Chaves, Quartel do Segundo Batalhão de guardas, residência de Marieta Teixeira de Carvalho, Solar da Marquesa de Santos, Teatro Municipal, Túmulo de Júlio Frank, Colégio Visconde de Porto Seguro, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Instituto Mackenzie, Capela dos Aflitos, residência da Família de Ramos de Azevedo, Acervo do museu de Arte Sacra de São Paulo, Estação da Luz, Igreja de São Cristóvão, Jardim da Luz, Mosteiro da Imaculada Conceição (Mosteiro da Luz), Pinacoteca do Estado de São Paulo, Portal de Pedra do Antigo Presídio Tiradentes, Quartel da Luz, Vila Economizadora (CONDEPHAAT, 1998, p. 165-234)

Em 1978 começa uma nova fase do Conselho quando os novos conselheiros são eleitos, embora tenha ficado quatro meses em recesso pela demora na indicação dos membros por cada entidade participante. Na presidência permanece Nestor Goulart que pretende criar o Programa de Núcleos e Cidades Históricas do Estado de São Paulo, com o objetivo de envolver neste o tombamento de quase toda a área urbana de cidades como: São Sebastião, São Luiz do Paraitinga, Santana do Parnaíba, Cananéia, Bananal, Iguape e São José do Barreiro (OESP, 29/08/1978). O Conselho neste momento já contava com o levantamento de 500 imóveis tombados ou em processo de tombamento, e pretendia incorporar ao programa outras cidades. Para tanto a proposta só iria se viabilizar diante de verbas do Estado e dos Municípios, com a possibilidade de apoio de autarquias.

Nesta nova gestão, o secretário de cultura pretende reformar sua forma de administração permitindo maior flexibilidade administrativa e uma definição legal mais precisa de atuação. A falta de verbas para proceder nas restaurações necessárias em alguns bens, ainda é um dos problemas que terá que enfrentar. A questão é que a verba destinada pelo governo estadual é insuficiente para atender a demanda de todos os municípios com bens tombados em esfera estadual, além de contar apenas com 15 técnicos. A ampliação da noção de patrimônio que se deu na gestão passada, além de outros bens que foram incorporados ao acervo tombado necessitando de pessoal técnico para os levantamentos, como é o caso de recursos naturais, emperram o funcionamento do órgão e colaboram para a demora na aprovação dos processos de tombamento ainda mais. Como se percebe, este problema é permanente.

O arquiteto Ruy Ohtake[58] assume a presidência do Conselho em 17/05/1979 e segundo reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, o cerne de suas propostas está

[58] De acordo com a reportagem do jornal o *Diário Popular*, que diz ter publicado as informações na íntegra, o novo presidente Ruy Ohtake assume o cargo com uma proposta pautada em cinco itens: A) Divulgação através de 4 séries: série boletim, série documentos, série cidades Históricas e série Monografias. B) programa de Conscientização: A melhor forma de preservação do Patrimônio cultural é com a participação das comunidades locais: para isso o primeiro passo é a conscientização e valorização. C) nova política de tombamento: O tombamento é apenas uma fase da preservação do Patrimônio. Completam-se a restauração e a reutilização adequada desse Patrimônio. Não edificar e abandonar. Portanto, apenas tombar quando a revitalização desse Patrimônio estiver estudada. D) programa de cidades e núcleos históricos, realizando inicialmente um Seminário Base em São Paulo,

em fazer com que a comunidade participe dos trabalhos do Conselho, de modo que todos se sintam orgulhosos pelas obras tombadas. Todo o bem tombado na sua visão deve ter propostas contemporâneas de uso, norteando todo o trabalho de conservação do edifício. Isto se confirma também na publicação da Folha de São Paulo de 28/01/1980.

O mesmo jornal mostra o poder de ação do Conselho em entrevista feita com seu presidente. Nela, as obras realizadas no Pátio do Colégio – centro histórico de São Paulo – são questionadas aparecendo o quanto o Conselho tem voz nas decisões tomadas, isto é, quase nenhuma. Segundo a reportagem, Ruy Ohtake diz sobre a *"reconstrução da mentira"* que ocorreu por questões políticas:

> *Política de nível baixo, feita ás custas da cultura, sob falso pretexto de homenagear o padre José de Anchieta, um dos fundadores de São Paulo. Tanto o governador Paulo Egidio Martins quanto o prefeito Olavo Egidio Setúbal foram os padrinhos dessa obra espúria. Aliás, o mesmo governo que não fez objeções à derrubada do Caetano de Campos e queria construir um aeroporto em cima das reservas florestais de Caucaia do Alto, naturalmente arrasando as matas que preservam os mananciais que abastecem de água a cidade de São Paulo.*(FSP, 28/01/80).

O poder de ação do Conselho não consegue se sobrepor aos interesses político, econômico e até de particulares; ele é apenas consultivo e não tem poder decisório e nem de veto. Pode embargar iniciativas tanto do poder público quanto da iniciativa privada que envolvam bens tombados e estejam comprometendo sua integridade; porém, quando existem interesses maiores ou mais poderosos, as decisões não são mais suas, ainda de acordo com a reportagem já citada, passam a ser do Secretário de Cultura do Estado, ou do Governador que pode vetar ou determinar um tombamento, assim como pode ou "destombar".

---

seguido de Seminários em cada um dos locais para especificar e programar a atuação do CONDEPHAAT, adotando o Plano de Emergência e o Plano de Revitalização.Estão incluídas as seguintes cidades: Iporanga, São Sebastião, Cananéia, Iguape, São Luiz do Paraitinga, Santana do Parnaíba e bananal. E) Simplificação da tramitação administrativa. "Simplificação no encaminhamento dos processos para dar maior rapidez no seu andamento e atualizar todos os 250 processos atrasados".

Ainda percebe-se grande resistência ao tombamento, porque além freqüentes atitudes de tombar e abandonar,havia ainda os aspectos jurídicos envolvidos. Tratava-se de uma restrição parcial que o imóvel passaria a ter, segundo a legislação: o código de obras, zoneamento; tendo o proprietário do imóvel que seguir. No caso do tombamento ainda se tinha a imagem que o imóvel ficava "marcado" e a noção de alguns eram desvalorizados por isso. Até o momento, segundo a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* (28/01/1980), não havia uma compensação atrativa para o proprietário, já que as demolições, alterações e reformas ficavam proibidas a partir do momento em que o imóvel era tombado. Isto hoje já se alterou, mas ainda existem grandes receios em se comprar no mercado imobiliário imóveis tombados, pois as contrapartidas continuam sem atratividade econômica, sendo viáveis apenas para grandes instituições como os bancos, que tem investido muito em restaurações de bens protegidos e podem ter sua marca vinculada a ações culturais e sociais, além de isenção de impostos dependendo de qual lei conseguem ser mais beneficiados, como no caso da Lei Rouanet.

Os novos membros do Conselho, nomeados então pelo Secretário da Cultura Antônio Henrique Cunha Bueno, tomam posse em 03/10/1980, permanecendo na presidência o arquiteto Ruy Ohtake, que pretende dar continuidade a linha de trabalho que vinha desenvolvendo: realização do inventário estadual, divulgação de cartazes, folhetos e boletins visando a conscientização da população; promoção de seminários e cursos na área, a caminho de cada vez mais efetivar tombamentos com critérios mais homogêneos e menos casuístas.

Nesta fase do Conselho, vão ser incorporados ao seu acervo de bens, praças, jardins e áreas naturais, com o objetivo de não serem ocupadas pelas necessidades viárias das cidades ou mesmo por interesses do poder público.

Um estudo que pretendia classificar as praças importantes da capital em dois grupos: aquelas significativas pela intensa utilização nos bairros pelas comunidades locais e valor histórico ou urbano, como aconteceu com o Jardim da Luz tombado em 08/08/1981, é iniciado. (**CONDEPHAAT**, 1999, p. 219).

A ampliação no quadro de funcionários tão esperada foi aprovada pelo Secretário da Cultura e o Conselho passa a ter 55 técnicos. É anunciado o tombamento de 12 mil imóveis até o final desta gestão, espalhados por todo Estado, preliminarmente levantados para serem analisados. Foram tombados neste período no centro da capital: Palácio da Justiça, Palácio das Indústrias, O Teatro Municipal, Estação da Luz, Igreja de São Cristóvão, Mosteiro da Imaculada Conceição, Pinacoteca do Estado, Quartel do Segundo Batalhão de Guardas, Residência de Marieta Teixeira de Carvalho (**CONDEPHAAT**, 1999, p. 165-234).

O anúncio do possível tombamento desta imensa quantidade de imóveis causou, podemos dizer, causa o início da segunda grande crise do Conselho. A polêmica girava em torno da política de preservação que vinha sendo adotada até o momento, e que transferia todo o ônus para o proprietário do imóvel quando este era tombado. Isto só fez ampliar a visão negativa sobre a preservação. segundo a opinião do arquiteto Benedito Lima de Toledo, contratado para rever a legislação de preservação do Estado[59], em matéria publicada do no jornal *O Estado de São Paulo*:

> *a legislação em vigor é tão ultrapassada que a palavra tombamento consegue até traumatizar os proprietários. Ela deveria ser suprimida, junto com a própria instituição do tombamento, porque é possível preservar sem causar prejuízos aos donos dos imóveis. Experiências realizadas em outros países, como França, por exemplo, já provaram isso.* (OESP, 28/06/1982).

Percebe-se que houve a ampliação da noção de patrimônio cultural estadual, porém não houve uma ampliação ou mesmo adaptação da legislação existente para que o acervo de bens pudesse de fato ser preservado. Embora a gestão de Ruy Ohtake tenha desde o início pregado que o tombamento só iria acontecer se os imóveis já tivessem uso definido, foi impossível acontecer. Não havia dinheiro suficiente do governo do Estado para bancar as obras necessárias, não havia formas de viabilizar e

[59] Nesta nova legislação é proposto um ressarcimento ao proprietário de bens tombados pelo Estado, permitindo maior diálogo entre eles (Jornal da Tarde, 09/09/1982).

nem de verificar se o uso proposto seria compatível com a estrutura do imóvel; a participação da iniciativa privada não havia ainda se consolidado, o que passou a ser essencial um tempo depois. A questão financeira permanece e o boato de tombamento dos casarões da Avenida Paulista só veio agravar a crise dentro do Conselho.

O anúncio, pelo então presidente Ruy Ohtake do possível tombamento de 31 casarões de significativo valor arquitetônico, conseguiu o que o mercado imobiliário não conseguia há décadas. Em três dias 3 casarões de milionários foram abaixo, demolidos; resolveram tombar literalmente os imóveis (VEJA SP, 30 de junho de 1982; Rodrigues, 2000, p.113). O caso foi tão grave que todos os membros do Conselho, inclusive o presidente pediram demissão de seus cargos ao mesmo tempo, pois pairou no ar uma dúvida: eles afirmaram que indicaram apenas 3 tombamentos e o Secretário de Cultura, João Carlos Martins havia anunciado 10, nada ainda era certo, não havia a certeza de que os imóveis iriam ser mesmo tombados.



Figura 45 - Demolição de uma dos casarões da Av. Paulista em 1982.
Fonte: “Folha de São Paulo”, 25/06/1982.



Figura 46 - Retirada dos escombros da demolição do casarão que aparece na figura 12.
Fonte: "Folha de São Paulo", 25/06/1982.

A discordância e o desgaste entre eles eram notórios e só vinha se agravando, porém promover tombamento por atacado só fez levar à divulgação deste caso, um boato, pois anunciar "o possível tombamento" não quer dizer que isto iria acontecer, de um dia para o outro e ainda para todos os imóveis identificados; mas a rejeição da legislação era tamanha, que os proprietários viram apenas o valor da terra, por sinal um dos lugares mais valorizados da cidade até hoje.

Este fato comprova, a nosso ver, que a decisão do que deva ou não ser preservado tem que estar cercada de critérios pré-estabelecidos que possam ser aplicados igualmente para qualquer bem sem desconsiderar particularidades. A legislação do **CONDEPHAAT** neste momento, era considerada arcaica por muitos, o que não era diferente com a do **IPHAN**. O que está no cerne desta questão é a inadequação das leis de preservação frente à realidade do crescimento urbano e todas as exigências que a cidade acaba tendo, além de contar com instrumentos eficientes e justos que considerem o interesse do proprietário dos imóveis.

O professor Aziz Ab'Saber, antigo conselheiro, assume a presidência do Conselho em setembro de 1982, ficaria no cargo por apenas 5 meses; propõe maior interação com a comunidade; agilidade na análise dos processos; eleição mais homogênea dos

colegas conselheiros, pois acredita que isto pode vir a agilizar os processos reunindo esforços para se chegar a um resultado em comum: conseguir de fato cumprir com os propósito de um conselho de preservação democratizando sua ação (Jornal da Tarde, 09/09/1982 e *Folha da Tarde* de 13/09/1982).

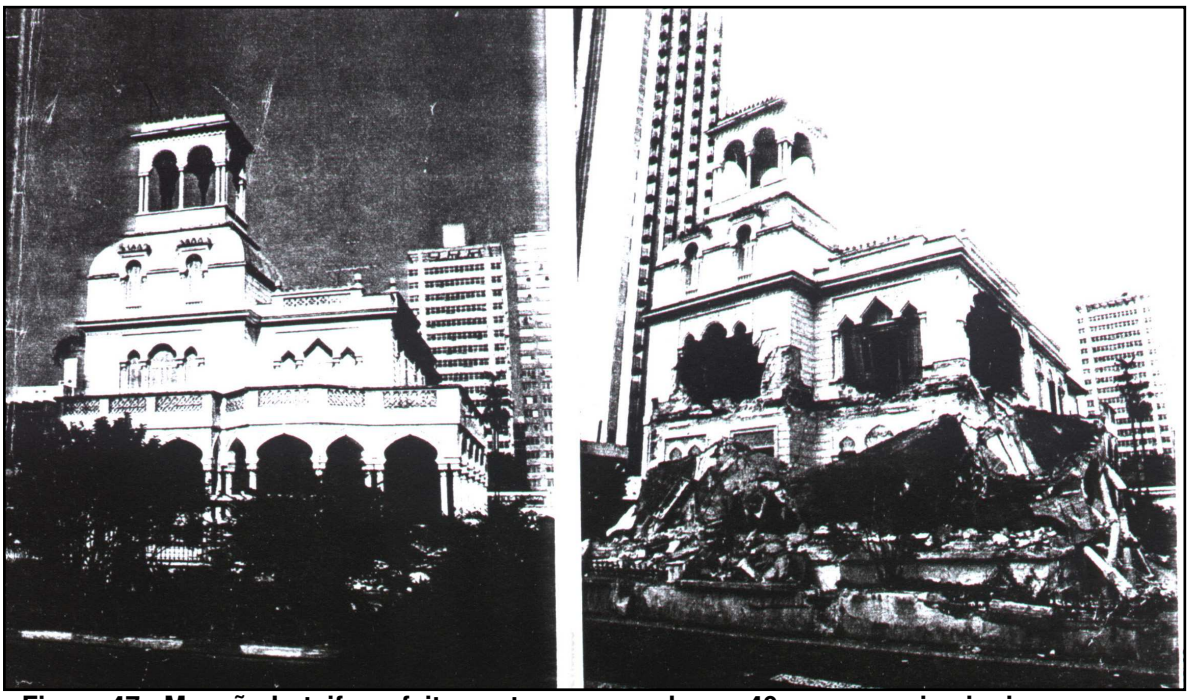


Figura 47 - Mansão Lotaif: perfeitamente conservada por 40 anos na primeira imagem e na segunda após a demolição decorrente da ameaça de tombamento.
Fonte: VEJA/SP, 30 de junho de 1982.

A criação dos conselhos regionais também é proposta nesta nova gestão, e os conselheiros seriam representantes da comunidade local, membros de universidades, arquitetos, e outros profissionais ligados à preservação, e fariam um trabalho voluntário. Para bens localizados muitas vezes em zonas rurais - como sedes de fazendas – havia a necessidade de identificação e catalogação e isto seria uma das funções desses conselhos, além de poder propor tombamentos e ainda exercer a fiscalização dos imóveis tombados. Trabalho difícil ao **CONDEPHAAT** devido à falta de materiais e finanças, e ao restrito número de técnicos diante da extensão do território, pois ainda havia um grande acervo a ser identificado em nome da memória e história. Por isso a maioria dos bens até então tombados pelos conselhos municipais, estavam localizados principalmente na região metropolitana da cidade de São Paulo.

Em 1983, inicia-se uma nova fase do Conselho assumindo a presidência o antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto com a proposta de tornar o *"Condephaat mais sensível ás reivindicações dos segmentos envolvidos nesse patrimônio histórico e cultural, para que tenha a real dimensão das questões"* (Correio Popular, Campinas, 27/03-1983). Pretende privilegiar a participação de grupos minoritários – como os negros – viabilizando uma interatividade maior com a população do Estado, já que em sua ótica, era dever do Conselho constituir o patrimônio de todos os paulistanos, respeitando características culturais e interesses diversificados.

Neste momento, pretende considerar também as áreas naturais e agilizar os processos de tombamento – como no caso da Serra do Mar – desde que sejam consideradas as diversidades culturais, sociais, econômicas existentes nestas áreas (Folha de São Paulo, 05/04/1983).

Nesta gestão, surge a proposta da "Lei de transferências de potencial construtivo", Lei nº 9.725 de 02 de julho de 1984, pelo então prefeito Mário Covas, que pretende transferir a terceiros interessados, o potencial construtivo da área onde se localiza um imóvel tombado na paisagem a ser preservada. Por exemplo, num terreno de 1000 m2 o proprietário teria o direito de construir quatro vezes mais – 4.000 m2 – e se neste existisse uma edificação de 500 m2, o proprietário poderia vender 50% do restante - 3.500 m2 – para empreendedores localizados no mesmo perímetro urbano do imóvel preservado, com a exigência de um cadastramento prévio do mesmo na Secretaria Municipal de Planejamento; os outros 50% só poderiam ser vendidos se o imóvel fosse aberto à visitação pública em dias e horários estipulados (O Estado de São Paulo, 25/05/1984).

A nosso ver, uma tentativa de conseguir negociar o tombamento de bens particulares, mas somente para os imóveis localizados dentro do perímetro de abrangência da lei; permanecia a inflexibilidade o que levou a proposta não ser bem entendida e muito menos atrativa.

Em 1985, o governador Franco Montoro indica o professor Modesto Carvalhosa para assumir a nova presidência do **CONDEPHAAT** que iria ter agora 22 conselheiros. A contribuição da sociedade civil novamente é esperada nesta gestão para o

apontamento de quais bens deveriam ser preservados. Definitivamente se amplia a permissão desta participação e não há como negar, ela é de extrema importância. Os bens naturais também continuam a ser considerados para futuros tombamentos, incluindo a "paisagem" pretendendo tombar a nascente do Rio Tietê e das matas naturais ao seu redor, vê-se a ampliação da noção de ambiência do bem, extremamente importante para preservação de sua integridade física e visual.

Esta gestão vai apoiar a criação de instrumentos locais de preservação nos municípios que possuem bens tombados, sem que esta deixe de lado os interesses dos proprietários. A valorização do Conselho em ter os difusores da preservação dentro dos municípios continua e atinge a capital que passa a ter o seu Conselho Municipal em 1985 – **CONPRESP**, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo, falaremos de sua participação na preservação do centro histórico da cidade mais adiante.

A lei de transferência de potencial construtivo, proposta na gestão anterior, será apoiada também fora da capital; mesmo ainda não tendo sido testada na prática, já que surgiu em um momento que o mercado imobiliário estava em recessão, esperando assim um reaquecimento na construção civil.

Nas cidades menores, a proposta era aplicar a legislação de proteção através de uma estrutura concêntrica, partindo do núcleo original com preservação máxima, e indo para anéis ao redor diminuindo o nível de proteção, isto é, as exigências de preservação (Jornal da tarde, 02/02/1985). Nesta mesma reportagem o presidente mostra preocupação com a política de ocupação adotada até o momento pelo Metrô que devastou a Praça Marechal Deodoro e o conjunto ao seu redor.

A preservação do patrimônio histórico no Estado de São Paulo, começa uma nova fase; passará a ser questionada sua inclusão no planejamento urbano da cidade, um desafio para a nova gestão do Conselho, mas que daria o passo inicial. A aprovação da construção de um edifício de 20 andares, cujo projeto é de autoria do arquiteto Júlio Neves, no lote onde hoje está localizada a Casa das Rosas na Av. Paulista, mostra que esta nova gestão passa a entender que a preservação da memória precisa ser conciliada com a renovação urbana, aproveitamento econômico e lucrativo. Assim, os interesses

de todos são atendidos, e melhor, existe maior garantia de preservação do bem tombado, já que a concessão de construção só foi aceita por que a administração do edifício faria a manutenção e conservação da Casa (Folha de São Paulo, 18/06/1986).

O planejamento urbano fica a cargo da Prefeitura e a preservação nas mãos de quem? Os interesses da Prefeitura nem sempre caminham juntos com os interesses da preservação, e com isso a opinião e decisão dos conselheiros ficou muitas vezes sem sentido. No caso da proposta de reurbanização do Bairro Santa Efigênia[60] (zona central de São Paulo) foi inviabilizada pela abertura do processo de tombamento de 99 imóveis localizados na área e, caso o tombamento fosse mesmo efetivado, o projeto proposto por Jânio Quadros não poderia ser implantado.

O próprio secretário municipal de planejamento na época, Marcos Antônio Mastrobuono, afirmou em entrevista dada ao jornal Folha de São Paulo no dia 26/03/1986 que:

> *este processo de tombamento foi uma atitude política contra a administração de Jânio Quadros, que agride a autonomia constitucional do município e que está sendo interpretada pela Prefeitura como uma intervenção branca, não declarada pelo Condephaat, que está usando este instrumento legal para obrigar a Prefeitura a uma negociação prévia de seu projeto de reurbanização.* (Folha de São Paulo, 26/03/1986).

Bem, se os interesses dos envolvidos fossem o mesmo, isto é, trabalhar efetivamente em prol da população, garantindo qualidade de vida e preservando sua memória, o projeto até poderia ser revisto se este fosse o caso, para que o objetivo maior pudesse ser alcançado. No entanto, a população fica nas mãos de decisões e discórdias políticas e nada é feito, ou quando é como neste caso onde a preservação do patrimônio está envolvida, nos parece pura provocação e lutas de opiniões.

[60] Com base na atual lei de zoneamento do período em questão, a Prefeitura estaria impedida de agir nos 150 mil metros quadrados do quadrilátero formado pelas ruas: Tímbiras, Santa Efigênia, avenida Duque de Caxias, Ruas Mauá, Cásper Libero e avenida Senador Queiroz, local escolhido para a implantação do projeto de reurbanização (Folha de São Paulo, 18/06/1986).

Nesta mesma reportagem fica claro que os interesses da Prefeitura não são os mesmos do Estado e, portanto, Jânio Quadros pede ao Secretário que rompa todos os entendimentos com o governo estadual e manda prosseguir com os estudos para a reurbanização proposta:

> *Trace os planos de reurbanização e conserve os imóveis ocupados, por prostitutas, em muitos casos, ou homossexuais, como ilhas, nas avenidas que devem ser rasgadas", determinou o prefeito. "Jânio Quadros pediu ainda que os projetos de reurbanização dos rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí sejam apressados, antes que as margens sólidas sejam tombadas também.* (Folha de São Paulo, 26/03/1986).

Se fosse preciso, a Prefeitura iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal para defender seus interesses, que deveriam ser os mesmos do Conselho.

Estamos somente confirmando com estes fatos, que interesses diversos estiveram e estão sempre por traz da preservação do patrimônio, e este é um dos motivos pelos quais muitos bens desapareceram ou foram desrespeitados. Não adiantou muito até o momento histórico retratado ter um Conselho estadual, pois suas opiniões foram questionadas, suas deliberações de tombamento puderam ser desmandadas, e sua aproximação com a população, grande aliada, ficava comprometida porque a maioria pode pensar que pela falta de empenho de seus membros, é que a preservação acaba não acontecendo a contento, mas outros interesses maiores suplantavam a memória e a história, e ai está também à dificuldade. Não queremos aqui, apontar culpados, entendemos que se trata de inúmeros fatos e de vários interesses indo à contramão da preservação, e isto ainda iria demorar a acontecer.

A febre de tombamentos aparece de novo e causa polêmicas, erra também o **CONDEPHAAT** se pretende fazer deste recurso um chamativo para a questão de "paralisar" praticamente dois bairros da capital, já que ainda pairava no ar que o "tombamento era congelamento". Isto só contribuiu para desgastar mais uma vez a imagem de um recurso que é valido, porém não deve ser utilizado como arma de negociação com a Prefeitura. A nosso ver este fato só contribuiu para armar um conflito entre o Estado e o Município, o que não foi nada bom, mesmo por que a decisão de

tombamento é do poder executivo estadual e às instâncias decisórias legitimas da cidade, assim como funciona a Câmara municipal.

A decisão do que fazer com estes bairros passa longe da opinião de seus habitantes, dado que foi sempre levado em consideração nos discursos de alguns presidentes do Conselho e secretários de cultura do estado.

O tombamento não constitui reverter o processo de degradação de áreas deterioradas como os bairros em questão neste caso. À medida que o Conselho usa de seus poderes acreditando estar no caminho certo, perde tempo em difundir que faltam mecanismos fiscais mais justos e que estimulem os habitantes e proprietários de áreas tombadas a conservar os imóveis sendo utilizados.

A legislação de proteção não deve permitir a não modernização e renovação urbana, nem desconsiderar o aspecto social sempre presente. Ameaças mal esclarecidas e radicais só colaboram para resultados contraproducentes onde ninguém sai ganhando.

Nas políticas de renovação urbana por parte dos municípios, também deveria haver a preocupação de inserção social, já que o morador é um ator constante do lugar e suas atitudes interferem nos resultados das propostas. Neste momento, ainda não havia esta idéia implantada nos planos da prefeitura e neste projeto de reurbanização em especifico havia uma preocupação central: conceber um novo espaço urbano, com vias largas e rápidas, atendendo o mercado imobiliário.

> *A recente iniciativa do prefeito Jânio Quadros de derrubar diversos edifícios no bairro de Santa Efigênia para lá erguer outro espaço urbano, cortado por ligações de trânsito rápidas, não somente realiza uma intervenção drástica no centro histórico da cidade, lá reafirmando a lógica modernizante do capital, bem como decepa radicalmente um elemento abstrato agregado aos velhos edifícios: o caráter histórico da memória urbana.* (Marcondes, 1986, p. 76).

À Prefeitura cabe cumprir o papel de contemplar os habitantes em suas propostas de reurbanização ou revitalização de áreas. Ao Conselho e a Prefeitura desenvolver mecanismos legais de proteção do patrimônio compatibilizando com as necessidades da

população, e somente ao Conselho cabe cuidar para que estes mecanismos realmente preservem dentro de critérios realistas e técnicos de tombamento, se precavendo para que a política de preservação não se desgaste por meios paralelos aos do município, e sua decisão de tombamentos em massa não deixa de ser imprudente e arbitrária.

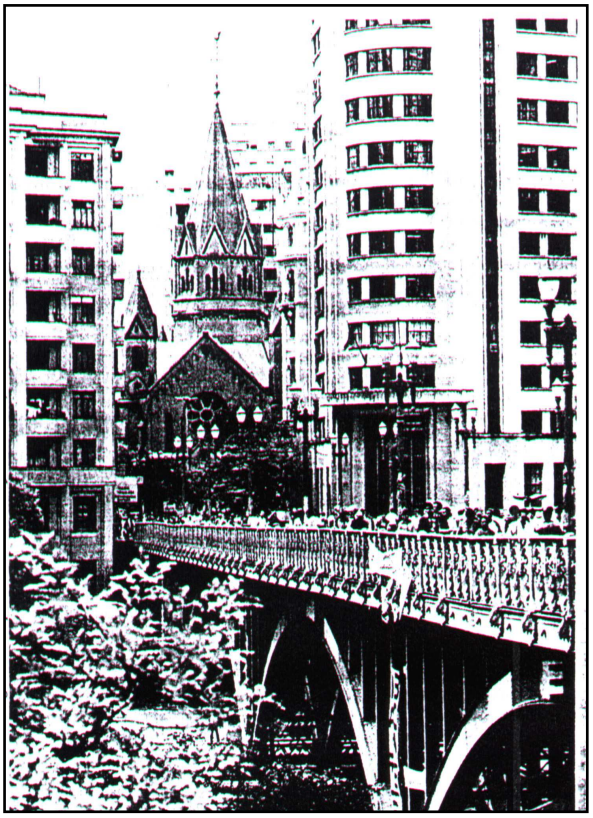


Figura 2 - Santa Efigênia. Foto: Wanderley Bailoni.
Fonte: Folha de Paulo (07/06/1986).

Com o fato do bairro de Santa Efigênia, segundo reportagem da *Folha de São Paulo* (07/06/1986), o Secretário da Cultura, Jorge da Cunha Lima, pede ao **CONDEPHAAT** que faça um levantamento para delimitar a área do centro histórico da cidade, visando chegar a uma política pública que congregue a preservação dos bens de interesse histórico e defina normas para reurbanização. O Secretario diz na reportagem *"terão que ser estabelecidas regras para que a memória deste núcleo, que é a alma da cidade, não seja deteriorada".* As discórdias e diferenças de opiniões parecem ter ganhado o caminho da negociação.

O arquiteto Paulo Bastos será o próximo presidente do **CONDEPHAAT** e, depois das experiências anteriores, pretende considerar em suas propostas os interesses municipais e locais nas decisões sobre tombamento (*Folha de São Paulo*, 27/05/1987). Propõe também o que chama de "Plano global de preservação" (Folha de São Paulo, 20/06/1987), no qual a preservação deve fazer parte definitivamente do plano de governo junto com outras prioridades, assim teria mais chance de ser compatibilizada com outros projetos no âmbito da cidade, e as intervenções danosas para o tecido urbano e para o patrimônio teriam mais chances de serem evitadas.

A legislação preservacionista deve ser considerada parte da política de uso e ocupação do solo, tão importante como para a habitação, o transporte, o abastecimento e o desenvolvimento industrial.

A ampliação dos instrumentos de preservação está também nesta gestão do Conselho com a proposta de evitar deixar apenas o tombamento como opção que há muito tempo vinha se mostrando não ser tão eficiente como foi idealizado.

Com vinte anos de existência, os pontos negativos e positivos da atuação do Conselho acabaram ajudando no surgimento de uma consciência maior sobre a preservação e com isso consolidou-se a idéia dos movimentos preservacionistas ligados a comunidades, e a formação de conselhos em alguns municípios. Mostra um avanço significativo tanto na formação de uma consciência da necessidade de preservação da memória quanto na proteção do meio ambiente urbano não se resumindo apenas em um culto aos monumentos do passado.

É inegável que o **CONDEPHAAT** teve um papel decisivo na evolução dos conceitos de preservação e nos critérios para a eleição dos bens dentro do Estado, mas não se pode deixar de ressaltar a força dos movimentos de preservação neste processo; isto não quer dizer que alguns bens ainda não correm risco e que todos os problemas foram resolvidos. Alguns dentre o mercado imobiliário ainda se sentem incomodados com a presença de bens tombados, e a vigília tem que ser sempre ativa.

Nos próximos cinco anos de atuação, a política de tombamento ainda vai prevalecer sem um adequado entrosamento com os interesses da Prefeitura e dos Conselheiros, porém para se ter uma escolha mais justa do que deveria ou não ser

tombado, seria necessário uma equipe de especialistas, diversos profissionais como: arquitetos, historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, urbanistas, envolvidos com a causa dentro dos órgãos de preservação. Saber as particularidades da história ajuda a identificar aspectos e valores relevantes a serem preservados.

O desconhecimento pode levar a eleição de bens que já tenham características modificadas e que de certa forma, comprometem seus valores históricos, artísticos e culturais. Por isso o Conselho sempre foi composto em sua maioria por professores universitários, pois é na universidade que se encontra com mais facilidade de interagir com assuntos diversos, mas como ficam os outros interessados, como no caso dos empresários da construção civil?

Nestes 25 anos de atuação, o Conselho só teve membros com estas características e agora os empresários da construção civil começam fazer pressão para ganhar um lugar entre os conselheiros. As decisões de tombamento de edifícios e bairros inteiros acabaram freando alguns empreendimentos e de certa forma se sentiram prejudicados, além de não ser bom para a imagem da preservação.

O próximo presidente do Conselho será Carlos Heck e ficará por dois mandados no cargo. A proposta de promover a consciência da cidadania para com a preservação do patrimônio continua, percebendo-se a necessidade de divulgar mais os bens protegidos e os motivos pelos quais o são. Há uma inserção maior da iniciativa privada no processo e se pode contar mais com ela para as intervenções nos bens protegidos. Alguns projetos que estavam ainda sendo elaborados ou em processo de análise, hoje estão sendo executados ou já concluídos, como o caso do prédio dos Correios, do antigo Matadouro da Vila Mariana, restauro do Teatro São Pedro, onde pouco a pouco a iniciativa privada foi sendo incorporada percebendo que investir na preservação pode ser uma maneira de render bons frutos.

Em 2001, o Conselho já era composto por 25 membros, no entanto vivia desfalcado, pois alguns pediram demissão de seus cargos, um dos motivos: a falta de ajuda de custo para aqueles que eram do interior. Roberto José Fanganello, presidente desde 1998, em entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo* (22/07/2001) diz em resumo, que a falta de dinheiro era tremenda; a bagunça existia entre os processos

onde alguns sumiam perdendo-se páginas, técnicos levavam para as suas casas; além de reconhecer que alguns estavam sendo pressionados pelos especuladores imobiliários, tomando decisões criticáveis com relação aos tombamentos deliberados ou não.

Mesmo com esta situação, em setembro de 2002, o Conselho tomba 123 escolas paulistas, sendo 13 localizadas na capital e o restante no interior. Instituições de ensino do Estado de São Paulo da Primeira República (1889-1920) que marcam a presença do ensino público no país. Os processos destes tombamentos foram iniciados em 1986, num trabalho em conjunto com a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – **CONESP**, e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – **FDE**, e puderam ser reconhecidos através de estudos, o patrimônio que os edifícios representavam para a história. Estes tombamentos trouxeram algo de inovador dentro do Conselho, o trabalho em conjunto com outras instituições interessadas em valorizar bens de interesse histórico cultural, acabou facilitando a aceitação dos bens escolhidos, e de certa forma, a sua preservação (Metrô News, 09/09/2002).

Em 2003, estava na presidência do Conselho José Roberto Melhen, quando ocorre alteração nas normas para a preservação das áreas localizadas no entorno de bens tombados que prevalecia ser de 300 metros. O Conselho decide alterar este raio por conta de uma solicitação feita pelo seu serviço técnico visando garantir que a preservação do patrimônio fosse mais objetiva e também trazer mais agilidade á dinâmica urbana da cidade, porque na visão deles, uma das dificuldades de se manter a aceitação dos tombamentos era a referência quanto o perímetro de proteção delimitado pelo **CONDEPHAAT,** existente ao redor de um bem tombado*.*

Mesmo o imóvel não sendo de interesse histórico, para qualquer alteração ou reforma que fosse receber, estando na área envoltória de um bem tombado, ou mesmo uma construção nova, seria necessário análise e aprovação de um projeto no Conselho para depois dar andamento nos outros órgãos competentes*.* Com a nova resolução do corpo técnico isto esta etapa não seria necessária e a área envoltória de um bem tombado passaria a ser variável conforme as peculiaridades de cada local.

No nosso entender, a área envoltória do bem protegido é também uma garantia de proteção, não somente da sua visibilidade, mas também de sua estrutura física, pois

dependendo do estado e da idade do bem tombado, uma construção nova pode abalar ainda mais suas paredes, fundações colaborando para o aparecimento de patologias construtivas como: rachaduras, descolamento de argamassa, entre outros contribuindo para sua degradação e não preservação. Além disso, é necessário ter critérios para se estabelecer este novo "limite de raio envoltório para cada bem", fato que, segundo a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* (09/10/2003 e 10/10/2003), ainda não havia sido definido pelo decreto assinado pelo governador Geraldo Alckmin, mas segundo a ótica do presidente do Conselho, esta mudança se deu porque não encontraram motivo justo que explicasse o raio de 300 metros, já que para alguns bens como o caso da Serra do Mar e outros esta dimensão não procede.

Assim, com a nova proposta o raio poderia ser maior ou menor que 300 metros, trazendo benefícios tanto para a preservação quanto para proprietários de bens localizados ao redor dos tombados. Só o tempo mesmo poderá dizer se isto vai se cumprir... porque desta forma, abre-se espaço para que o limite do raio possa ser determinado segundo interesses particulares existentes. Mas existe outro lado bom dessa história, edifícios protegidos podem interagir melhor com as construções do seu entorno. Um caso de sucesso é o da Casa das Rosa, imóvel localizado na Avenida Paulista, onde ao seu lado foi construída um grande torre de um edifício, e que dialoga muito bem com o antigo. Além disso, abre-se uma discussão maior sobre as interferências que o entorno pode provocar no edifício protegido; a discussão sai do âmbito do gabarito de altura, justificativa muitas vezes usada para se bloquear construções novas ao lado das antigas.

Em 2004, aparece uma proposta da Secretaria de Estado da Cultura de transformar o **CONDEPHAAT** em uma autarquia; e de acordo com o seu presidente Melhem, esta medida iria favorecer a fiscalização e a punição de infratores, pois o Conselho nunca pode atuar com poder de polícia, sempre teve que recorreu ao Ministério Público, que não se pode negar ajudou muito em questões a favor da preservação, mas para que atue de fato precisa primeiro receber uma denúncia. Seria também uma forma de ganhar mais confiança da população e até porque não conseguir uma aproximação maior com ela, pois assim não mostraria somente o que se pode ou

não fazer com um bem tombado. Estaria mais perto da realidade de cada local, mas para isso o número de técnicos, que neste momento chegou a 30, teria que ser aumentado para dar conta de mais uma responsabilidade.

Em 2006, a atuação do **CONDEPHAAT** – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - estará interligada ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (**UPPH**), uma das Unidades da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. A **UPPH** foi criada pelo Decreto Estadual nº 50.941, de 5 de julho de 2006, e tem por atribuições dar apoio técnico e administrativo ao **CONDEPHAAT**.

Com o Decreto no 50.941, de 05/07/2006, o **CONDEPHAAT** passa a ter nova estrutura. Esta é a oportunidade para a realização de mudanças. Agora organizado em torno de um eixo central que coordena duas diretorias, por sua vez responsáveis por dois grupos de trabalho, o resultado é um órgão chefiado por uma equipe articulada de seis técnicos. A estratégia adotada foi a abertura do **CONDEPHAAT** para diálogo e ação conjunta com a sociedade, sejam prefeituras dos municípios e outras instâncias públicas do estado, sejam instituições civis representativas ou conselhos locais. A idéia era montar uma política pública de preservação do patrimônio, na qual o município exercesse papel fundamental na manutenção das características históricas da ocupação urbana e rural, por meio de leis locais e planos diretores integrados.

Assim, é possível ter um agendamento com os técnicos da **UPPH** em casos relacionados a processos em andamento e em fase de Comunique-se, algo que mostra a possibilidade de uma aproximação maior com a sociedade civil. É possível também a tramitação de seu requerimento ser acompanhada mediante consulta ao site da Secretaria de Estado da Cultura (*www.cultura.sp.gov.br*, *no link*: "Patrimônio Histórico") pelo número de protocolo ou de processo. As deliberações do Conselho são publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e estas publicações equivalem a documento oficial.

É possível também fazer denúncias a danos no patrimônio como: demolições, mutilações, destruições, alterações e intervenções em bens tombados, bens em estudo de tombamento e em área envoltória sem prévia autorização do **CONDEPHAAT** são

considerados irregulares e para denunciar, o interessado deve consultar e preencher os seguintes alguns documentos dando entrada em um processo para análise dos técnicos. Este "novo **CONDEPHAAT** é o que ainda vigora hoje.

Podemos dizer que o este Conselho cometeu erros e acertos, ser o pioneiro quer dizer correr risco de acertar e errar. Seus erros se somaram aos acertos que hoje conseguimos obter. Ainda não temos o modelo ideal, mas percebe-se que existe ainda a busca por ele. Afinal, novos legados estão sendo criados e serão guardados para os próximos, é o curso natural da vida; o Patrimônio faz parte deste curso.

Percebeu-se que os tombamentos já deliberados pelo governo estadual dificilmente foram anulados. Ocorreram propostas para atrair mais pessoas pela causa e também que pudessem viabilizar intervenções que realmente melhorassem a qualidade de vida dos cidadãos. Como a questão do tombamento já é mais bem entendida, não que ainda não precise de mais divulgação, isto colaborou para uma diminuição de demolições desenfreadas onde pairava o fantasma do tombamento. Mesmo que os governantes não contemplem em suas políticas públicas a preservação ou só fiquem em seus discursos, as coisas tendem caminhar para resultados positivos, pois já se instaurou uma consciência maior da necessidade de preservar a memória e sua materialidade.

12.3.3 A atuação do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico

Desde sua criação o **DPH** cumpre um papel no município fundamental para a salvaguarda do patrimônio construído de importância histórica e cultural. Departamento ligado ao **CONPRESP** – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, o qual falaremos mais adiante, é órgão técnico de apoio a este Conselho e mantêm, sob a sua responsabilidade, acervos como: edifícios, documentos, fotografias, móveis, monumentos e obras de arte.

> *A prefeitura do Município de São Paulo criou, em 20 de maio de 1975, o Departamento do Patrimônio Histórico, com a atribuição de zelar pela*

> *memória paulistana, a preservação de testemunhos históricos da cidade (documentação escrita e iconográfica, artefatos e obras de arte, imóveis e ambientes significativos) e sua divulgação ao público, através da criação de um acervo sistematizado, pesquisas e exposições de objetos diversos, coordenando as atividades museológicas, museográficas e arquivísticas municipais* (Biblioteca do Arquivo histórico / DPH, 1975).

Para realização das atribuições e finalidades descritas acima, o **DPH** conta com três serviços técnicos: Divisão do arquivo Histórico; Divisão de Iconografia e Museus; e Divisão de Preservação. Vamos nos centrar na última divisão, a qual cuida da preservação do patrimônio histórico cultural do município, existente desde 13 de janeiro de 1975 e ainda atuante. Esta divisão conta com cinco seções técnicas e duas administrativas: levantamento e pesquisa; crítica e tombamento; programa de revitalização; projeto, restauro e conservação; divulgação e publicações; laboratório de restauro e expediente.

A Divisão de Preservação é encarregada de documentar, conservar e valorizar os bens culturais da cidade. No âmbito municipal esta divisão corresponde ao que o **CONDEPHAAT** e o **IPHAN** fazem em nível estadual e federal, com relação à preservação do patrimônio histórico cultural.

> *As principais atribuições da Divisão de Preservação constitui o conhecimento, a pesquisa e a documentação dos bens culturais do município; a seleção, o amparo legal e a conservação física dos mesmos; e ambientação condigna, a animação criteriosa e a sua divulgação* (Biblioteca do Arquivo histórico / DPH, 1975).

Nos primeiros 10 anos de atuação, o Departamento pouco pode fazer e nada de expressivo foi concretizado embora houvesse projetos iniciados; a casa da Marquesa de Santos, onde havia funcionado a Secretaria da Cultura acabou sendo fechada, pois estava em estado de deterioração avançada, havia a necessidade de restaurar o Teatro Municipal que permanecia fechado; as Ruas como a Florêncio de Abreu e Largo São Bento, e a 25 de Março tiveram projetos que previam sua revitalização, com a retirada e

padronização da comunicação visual das fachadas, pintura dos edifícios com novas cores, mas nada foi implantado.

Ainda permanecia a necessidade de conscientizar mais a população para a importância e o significado do patrimônio histórico cultural da cidade. Segundo a arquiteta Anita Regina de Marco, da Divisão de Preservação do Departamento (Cidade de São Paulo, out. /dez. de 1982, p. 322-325), um dos maiores obstáculos enfrentados desde a criação do DPH em 1975 foi a falta de integração dos diversos órgãos que atuavam sobre a cidade, problema que perpetuou por muitos anos e hoje ainda se percebe um esforço grande para que isto aconteça.

Durante esta gestão, o inventário dos bens de interesse histórico, iniciado em 1974, ainda estava em andamento, agora nos bairros do Bexiga e Bela Vista. A lei Z8-200 originária deste inventário ainda não estava regulamentada e o poder público não possuía dispositivos legais que pudessem garantir o cumprimento da lei.

Sob custódia da Secretaria Municipal da Cultura existiam poucos imóveis: quatro casas bandeiristas de taipa de pilão dos séculos XVII e XVIII: o antigo Mercado de Santo Amaro; a Casa nº 1 do pátio do Colégio; Solar da Marquesa de Santos; a Casa das Retortas e a Capela do Morumbi.

O projeto para o Jardim da Luz neste período, já estava concluído incluindo a restauração e revitalização da casa da administração e do ponto Chic (bar tradicional do jardim), mas não havia previsão para ser implantado e aguardava providências de caráter administrativo e financeiro para sua execução. Este projeto só foi executado em 2002 junto com a restauração do complexo da Estação da Luz o qual mostra como os assuntos relacionados à preservação demoram de fato para acontecer na cidade, e o tempo de espera só colabora para a perda de características originais dos bens.

O fantasma do tombamento estava presente e a prática de agressões a bens culturais era frequente, no entanto o **DPH** acreditava que o seu trabalho integrado a conscientização e educação da comunidade poderia mudar este panorama; o caso da Av. Paulista ilustra este objetivo. O Departamento ainda segundo Anita Regina questionava o simples tombamento de um imóvel, pois o proprietário não tinha nenhum estimulo e nem beneficio justo embora o direito de propriedade fosse garantido. Havia o

consenso entre os técnicos sobre a necessidade de a cidade ter uma legislação de proteção mais eficaz e que ao mesmo tempo levasse em consideração dos interesses do proprietário.

No mês de agosto de 1985, a Secretaria Municipal de Cultura através do **DPH** promove um encontro denominado como: "A 1º Semana do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo" com o objetivo de discutir e articular, segundo publicação do jornal O Estado de São Paulo (15/06/1985) uma política preservacionista em nível nacional, diante da visão de uma equipe multidisciplinar de profissionais que foram convidados para o evento. Neste período, Suzana Cruz Sampaio - Historiadora - estava na direção do Departamento permanecendo no cargo até 31/12/1985, ao assumir tinha um desafio: entender "Preservar o que, para que, e como?". Havia também a preocupação em elaborar políticas públicas face ao desenvolvimento urbano; redigir a *Carta de São Paulo*, assim como a conhecida *Carta de Veneza*, que incluísse diretrizes de preservação mais pertinentes às particularidades do patrimônio da cidade; criar uma política de preservação nacional para ser aplicada especificamente às grandes e médias metrópoles; e criar formas para que o povo assumisse seu compromisso cívico com a memória, foram alguns dos objetivos deste encontro.

A *Carta de São Paulo* seria um instrumento importante para a preservação do patrimônio ainda existente, pois com ela poderiam obter informações mais precisar do que deveria ou não ser preservado. Já existia um consenso entre os técnicos que a preservação não deveria ser generalizada; era necessário pesar o que valia pena manter dando aos bens que restassem uma função social.

Deste encontro saiu a ideia do projeto "Adote um monumento histórico" ainda existente, que partiu de uma experiência aplicada nas cidades mineiras trazida para o encontro pela 7º regional do **IPHAN**. O projeto visava à adoção de monumentos da cidade por empresas privadas que ficavam encarregadas de restaurar e fazer a manutenção periódica dos bens. Para tanto essas empresas poderiam ter sua marca vinculada a obra como patrocinadora de sua preservação exposta na cidade.

De acordo com a matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, a diretora do **DPH** conseguiu extrair do encontro uma série de princípios, verdadeiras

recomendações para a elaboração de uma política de preservação e documento oficial deste encontro, e que seriam enviados ao Ministério da Cultura para oficializar a Carta de São Paulo que não foi efetivada.

Ainda nesta gestão, ocorreu a implantação de uma linha de telefone especial que dava informações sobre o patrimônio da cidade, prestando assim, um serviço de utilidade pública, dando esclarecimentos sobre imóveis públicos e particulares, monumentos, logradouros e praças. Denominado como "S.O.S Patrimônio" serviço inédito no país, tinha como objetivo principal abrir um canal de denúncias para crimes praticados contra o patrimônio ou abandono de praças. Essas seriam encaminhadas às secretarias de competência e as informações que não pudessem ser atendidas de imediato seriam cadastradas e teriam o prazo de 30 dias para serem respondidas ("Folha de São Paulo", 07/11/1985 e "O Estado de São Paulo", 10/11/1985).

Em 1989, quando uma nova gestão se inicia, o **DPH** possuía algumas metas pré-definidas que seriam de grande importância para uma nova estruturação deste Departamento diante de tantos problemas assumidos como: deterioração de edifícios, equipamentos danificados, sistema de informações deficiente, insuficiência de corpo técnico especializado; estes fatores só iriam prejudicar o bom andamento dos trabalhos da Divisão técnica do Departamento. Eram necessárias medidas emergenciais e a implantação de um plano de metas, e para tanto, os esforços estariam voltados para recuperar edifícios, equipamentos e acervos, inventariar e refazer sistemas de catalogação viabilizando melhor disposição das informações adquiridas; seriam as primeiras metas a serem perseguidas. Assim havia a necessidade também de uma reestruturação interna do Departamento, implantando planos de carreira que pudessem qualificar melhor seu corpo técnico, inexistente a te então na área da preservação dentro da Prefeitura.

De 1989 a 1992, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina, a diversidade da memória foi trazida para junto das diretrizes de atuação do Departamento, para tanto, havia a necessidade de um projeto que contemplasse a globalização de uma política com relação aos acervos históricos sob sua guarda, com a criação da "Casa da Memória da Cidade de São Paulo", a ser instalada no edifício Ramos de Azevedo; um centro de

referência da cidade aberto para consulta do público em geral. Nesta gestão também havia a meta de reativar o **CONPRESP** visando ampliar e democratizar as decisões sobre os tombamentos. Sua reformulação ocorre em 1989 adequando-se as suas reais atribuições no campo da preservação e do tombamento.

Outro objetivo foi instalar nas casas históricas bandeiristas, pertencentes ao município, polos culturais efetivos para a população da cidade promovendo também encontros que viabilizassem a discussão sobre o exercício da cidadania através da preservação.

As principais obras de restauração que faziam parte dos projetos desta nova gestão eram: Edifício Ramos de Azevedo, Solar da Marquesa de Santos, Casa nº 1 e o Beco do Pinto localizados no centro histórico de São Paulo, Sítio da Ressaca no Jabaquara e a Casa do Bandeirante no Butantã.

Dentre os principais projetos, foram realizados serviço de conservação e manutenção das casas históricas bandeiristas: Casa do Tatuapé, Casa do Sertanista, Casa do grito, Capela do Morumbi, Capela Imperial.

As atividades desenvolvidas nesta gestão foram: exposições abertas ao público; política para acervos da cidade; casa da memória paulistana; projeto da história oral; sistema municipal de arquivos; embaixada dos povos da floresta; programa de ordenação da paisagem da área central; centro de referência da cidade de São Paulo; treinamento de funcionários de todos os setores; melhorias no sistema de informatização de informações coletadas; colocação de novos equipamentos e mobiliário nas áreas de trabalho; publicações como folhetos informativos sobre os trabalhos do Departamento, folders, guias, cartazes. O programa de ordenação da paisagem da área central começou a ser implantado em 1990, e visava devolver à população paulistana o conjunto arquitetônico antigo, camuflado pela comunicação visual e publicidades, com grandes possibilidades de restauração da paisagem ambiental existente.

Durante esta gestão, o Departamento junto com o **CONPRESP** inaugurou uma nova postura sobre a preservação dos marcos físicos da memória da cidade. Houve um esforço muito grande em tornar a preservação um elemento importante da definição de políticas urbanas, visando garantir a qualidade de vida e o direito á memória. Fizeram

uso das diretrizes utilizadas pela **UNESCO**, dos inventários, do tombamento de áreas inteiras da cidade. Com estas atitudes outros envolvidos, como o mercado imobiliário, passou a se interessar também pela questão já que possuía interesses claros com relação ao uso das edificações protegidas e também com a área envoltória dos bens tombados. O governo municipal passou a estar mais presente nas discussões, por que também tinha seus interesses, mas vale dizer que o patrimônio ganhou uma visibilidade nunca antes vista o que proporcionou colocar em pauta seu significado social. Cresce a ideia de uma perspectiva mais ampla e democrática para a qualidade de vida na cidade; e os resultados paulatinamente foram surgindo dando margem para que a deterioração que os bens arquitetônicos sofreram nos últimos tempos pudesse definitivamente tomar outros rumos.

A próxima fase do Departamento vai permitir de fato, uma maior integração de comunidades locais, quando então vão surgir as "Ações Locais" trazendo incentivos fiscais para os proprietários de bem protegidos por lei como: a "Lei de Fachadas"; a "Operação Urbana Centro" e a "Lei Mendonça". Estava a frete da diretoria a arquiteta Leila Regina Diegoli que pretendia ampliar a abrangência dessas leis para outras áreas da cidade. A Lei de fachadas nº 12.350 estabelecia a isenção de IPTU por dez anos a quem recuperasse e conservasse a fachada de imóveis tombados, e se depois de algum tempo fosse constatado o abandono do imóvel o proprietário perderia esta isenção e teria que devolver o valor do beneficio corrigido.



Figura 49 - Hotel Britânia, primeiro estabelecimento a entrar com pedido de incentivo no valor do IPTU. Fonte: ("Folha de São Paulo", 07/11/1997 e "O Estado de São Paulo", 10/11/1997).

No caso da "Operação Urbana Centro", lei nº 12.349 de 6 de junho de 1997, todos os donos de imóveis tombados ou em processo de tombamento, uma vez impedido de aumentar a construção do imóvel que deveria ser mantido em sua forma original, já que estava protegido por lei, poderiam transferir para outros imóveis que não pudessem receber aumento de área construída por estarem localizado em zonas que impunham esta limitação, seu potencial construtivo, passando este a ter direito de ampliar a edificação. Um dos grandes problemas desta Lei foi à falta de definições claras das estratégias para realmente revitalizar a região onde foi permitida sendo assim pouco utilizada.

A "Operação Urbana Centro" tem um perímetro abrange aproximadamente 662,90 ha incluindo o "centro velho" e o "centro novo" , além de partes dos bairros do Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Efigênia (EMURB, 2000, P.02), os lotes lindeiros ao limite do perímetro também foram beneficiados por esta Operação Urbana.

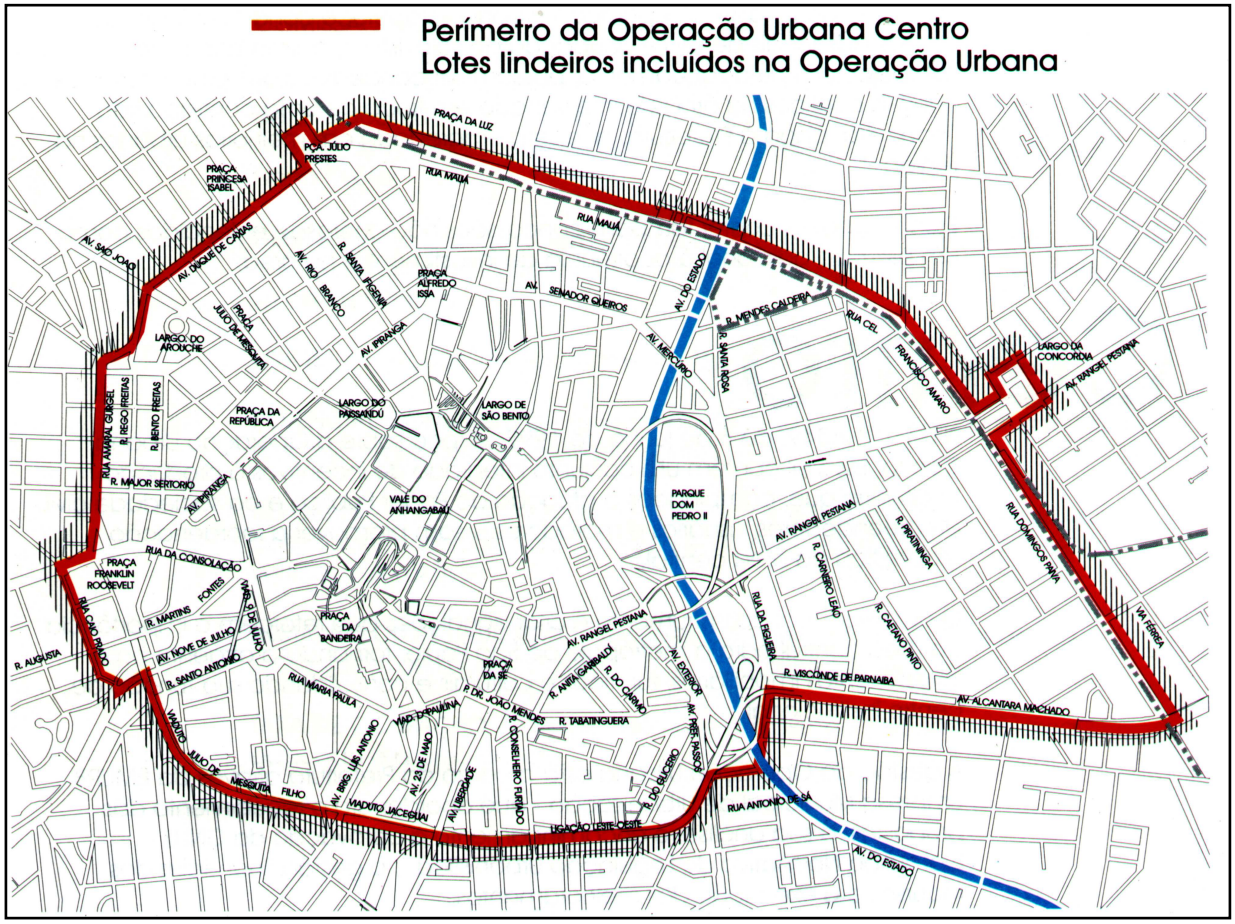


Figura 503 - Perímetro da Operação Urbana Centro. Fonte: EMURB, 2000, p.02.

A Lei Mendonça permitia a proprietários de imóveis protegidos fora da região central da cidade, mas que estivessem localizados no perímetro da "Operação Urbana Centro" e da "Lei de Fachadas", uma opção de buscar patrocinadores culturais que pudessem obter descontos no ISS ou no IPTU ("Folha de São Paulo", 11/03/2001).

Uma cartilha com 23 questões e respostas foi lançada nesta gestão tentando esclarecer todas as dúvidas sobre tombamento, com a finalidade de ser distribuída e colocada a disposição da população: "Tombamento e Participação popular"; atitudes como esta só reforçam o papel do **DPH** que foi sempre relevante na cidade de São Paulo, contribuindo no processo de construção da cidadania e na promoção da melhoria da qualidade de vida.

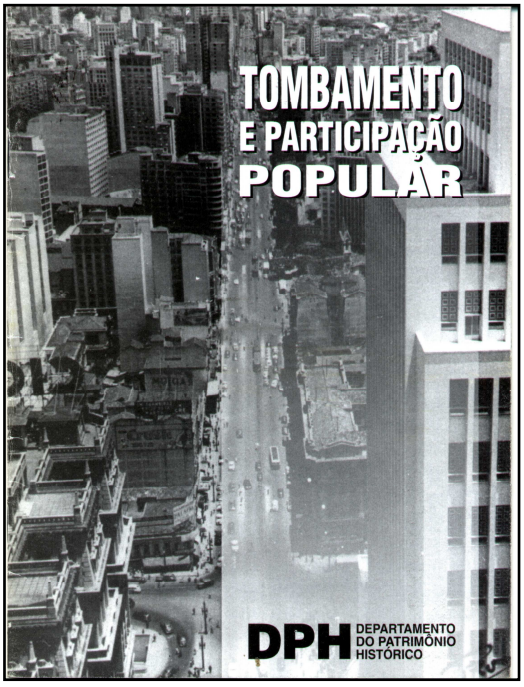


Figura 4 - Capa da cartilha "Tombamento Participação popular".
Fonte: DPH, 2001.

O **DPH** dá subsidio técnico ao **CONPRESP** auxiliando nas vistorias aos imóveis protegidos, faz estudos para tombamentos, inventários de bairros inteiros, e ainda ajuda na fiscalização dos imóveis protegidos; muita tarefa para pouca gente. O **DPH** não tem um grande corpo técnico capaz de conseguir dar conta de todos os mais de 800 imóveis tombados. Muitos deles depois de tombados ficam abandonados pelos seus donos, isto vem colaborar para sua deterioração; embora haja multas para quem faz demolições, reforma e até pintura sem previa autorização do **CONPRESP**, não há qualquer punição para quem não cuida de um imóvel tombado.

Resultados positivos poderiam ser obtidos, por exemplo, em parcerias feitas com universidades, através de estudantes em graduação de áreas afins treinados para fazer levantamentos métricos e históricos; trabalhar em campanhas de conscientização e esclarecimento sobre o tombamento, benefícios de leis, incentivos aos proprietários de bens tombados; além de aprender estariam exercendo sua cidadania e ajudando a proteger o patrimônio público de interesse histórico.

A proposta atual para atuação do **DPH** não foge muito do que foi feito nos últimos anos, no entanto, existe maior espaço para ações de Educação patrimonial principalmente junto ao Museu da Cidade de São Paulo que se organiza através de uma rede de doze edifícios e espaços históricos administrados pelo Departamento do Patrimônio Histórico. Criado em 1993, por meio do Decreto nº 33.400, sua conceituação e concretização vêm sendo feitas progressivamente, ao longo de sucessivas administrações.

Concluímos que o papel do **DPH** como uma braço da Secretaria de Cultura é de suma importância no campo da preservação. Ele subsidia as decisões do conselho, é por meio da analise dos técnicos do **DPH** que os processos de intervenções em edifícios tombados ou de interesse de preservação têm sua avaliação prévia, feita por seus técnicos especialistas na área. No **CONPRESP**, necessariamente, não existem pessoas diretamente ligadas a área, pelo contrário. A proposta é ter membros de área diversas, representantes de entidades diferentes e que na maioria das vezes não tem conhecimento técnico, por isso o papel do **DPH** é importante. Assim, todo conselho de preservação deveria ter um tipo de aporte técnico semelhante.

12.3.4 A atuação do CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo.

Em 1985, durante a gestão do Prefeito Mário Covas é criado o **CONPRESP**, órgão colegiado integrante da Secretaria Municipal de Cultura. Iniciou tendo 23 representantes da sociedade civil, e foi o primeiro instrumento municipal com poder de tombamento de bens de valor histórico cultural. Antes disso, na década de 1970 houve a criação da Lei Z8-200 que estabelecia restrições quanto a modificações no imóvel inserido nesta zona de uso incluindo vários localizados no centro de São Paulo.

O Departamento do Patrimônio Histórico – **DPH**, auxilia este Conselho na análise dos processos fornecendo pareceres técnicos, sendo que os mesmos podem também não ser aceitos pelos próprios conselheiros, mas quem possui a qualificação de júri para decidir são mesmo eles.

No ano seguinte, durante a gestão do prefeito Jânio Quadros o Conselho passa a ter somente 7 membros, 5 do poder executivo e 2 da sociedade civil com permanência de 3 anos no cargo. A primeira reunião anual do conselho, segundo a lei que o criou deve acontecer sempre em janeiro com a presença do Secretario de Cultura. Na década de 1990 houve a proposta de aumentar novamente o número de conselheiros para que a sociedade pudesse ter mais força, ampliando sua participação. O órgão é responsável pela análise de projetos que venham interferir na preservação e ambiência dos bens tombados e em preservação na cidade.

Para a análise e estudo dos processos de tombamento de um imóvel, quarteirões ou bairros inteiros, o Conselho podia "congelar" este bem até que fosse estudado o suficiente para deliberar ou não o seu tombamento. Assim que ocorria a abertura de um processo para tombar algum bem, este estava previamente protegido até que a análise fosse finalizada, isto por tempo indeterminado. Durante este tempo se houvesse a necessidade de alguma intervenção o Conselho deveria primeiro autorizá-la.

Em 1994, o então o prefeito Paulo Maluf autoriza a revisão dos processos de tombamento, e dá outras providências ("Diário Oficial" 20/01/1994; "Folha de São Paulo" 04/02/1994). Decreta que o Secretário de Cultura do Município poderia ter acesso a todos os processos de tombamento instaurados pelo Conselho; autoriza também com base em justificativas a possível anulação de um processo; e se um munícipe se sentisse prejudicado por atos praticados em processos de tombamento poderiam requerer a revisão desses atos. Os critérios de revisão seriam estabelecidos por portaria do Secretário Municipal de Cultura.

As experiências com a atuação do **CONDEPHAAT** acabaram norteando as atuações do Conselho Municipal. No que tange aos instrumentos de preservação pouco caminhou além do tombamento; absorveu os efetuados pelo **CONDEPHAAT** e pelo **IPHAN** e a forma de compensar o proprietário também caminhou a passos lentos no âmbito municipal.

Em julho de 2001, por meio da reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (22/07/2001) pudemos atentar para um sério problema. Desde sua criação, ficou determinado por lei que o Conselho deveria se reunir no mês de janeiro, conforme já

mencionado, no entanto como neste ano houve a transição de governo municipal, quando assumiria a então prefeita eleita Marta Suplicy, era agosto e o mesmo ainda não havia sido nomeado, portanto não havia Conselho. Conseqüências para o Patrimônio: *"Para o representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) no* CONPRESP*, Marcos José Carrilho, a paralisia do conselho compromete o programa de recuperação do centro da cidade, que consta como prioridade da gestão Marta Suplicy (PT)"*, segundo o arquiteto *"Como o tema envolve a recuperação do patrimônio histórico, tanto o Departamento de Patrimônio Histórico (**DPH**) quanto o* **CONPRESP** *deveriam atuar ativamente".* O jornal ainda publica: *"Carrilho diz que, enquanto o conselho não se reúne, perdem-se imóveis como o casarão projetado por Ramos de Azevedo na Alameda Santos, nos anos 20, demolido em maio*". E ainda segundo o representante do IAB, "*Trata-se de um bem de importância notória que se perde por coisa absolutamente medíocre – o terreno virar estacionamento"*. O jornal diz ainda segundo suas informações que *"o dono demoliu a casa porque teria recebido autorização do* **CONDEPHAAT***"*. Neste caso o **CONPRESP** já tinha dado inicio ao estudo de tombamento e o imóvel poderia não ser de interesse para o Estado, mas sim para o Município tendo este que absorver as decisões de esferas superiores em caso de tombamento deliberado por elas, no entanto, este caso mostra que o inverso não procede. Olha ai o choque de interesses de novo prejudicando a patrimônio público.

No ano de 2002, são publicadas no *Diário Oficial do Município* (19/07/2002) as deliberações do Conselho conforme Reunião Ordinária em 16 de julho de 2002 para a abertura de processo de tombamento na área do centro histórico de São Paulo onde:

> *Considerando o valor histórico, social e urbanístico representando pelos vários modos de organização do espaço urbano que compõem a área central da cidade de São Paulo, destacando-se o Centro velho;*
> *Considerando o significado paisagístico e ambiental assumido pelo Centro Velho ao longo da história da Cidade de São Paulo; e*
> *Considerando o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversos imóveis localizados na área do Centro e vizinhança.*

Resolve, no artigo 1º abrir processo de tombamento na área do Centro Velho: 1) dos elementos constitutivos do espaço urbano como edificações; 2) praças e parques; 3) obras de arte em logradouros públicos e 4) viadutos identificados nos anexos I, II , III e IV do referido processo, totalizando 147 bens do item 1; 7 do item 2 e 4 do item 4.

> *No artigo 2º para fins de preservação de projetos e obras de intervenção, os elementos em processo de tombamento, indicados no Artigo 1º, classificam –se conforme os seguintes níveis de proteção:*
> *I. Nível de Proteção I (NP-I) corresponde a bens de excepcional interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando sua preservação integral.*
> *II. Nível de Proteção II (NP-II) corresponde a bens de excepcional interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando a preservação de suas características externas e de alguns elementos internos, discriminados na ficha cadastral e de alguns elementos internos, discriminados na ficha cadastral de cada imóvel, que integra o processo de tombamento.*
> *III. Nível de Proteção III (NP-III) corresponde a bens de interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando a preservação de suas características externas.*

Viu-se até o momento, que a preservação do patrimônio histórico esbarra em interesses diversos da sociedade. Chegar a um denominador comum é um desafio, por isso esta questão sempre vai estar inserida em um plano de negociações entre os membros da sociedade civil, os órgãos e entidades de preservação, o poder público e a iniciativa privada. Haverá resistências dependendo dos interesses contemplados, mas se não houver uma consciência maior sobre a necessidade de se ter um legado cultural preservado, como mostrar as futuras gerações que tiveram um passado?

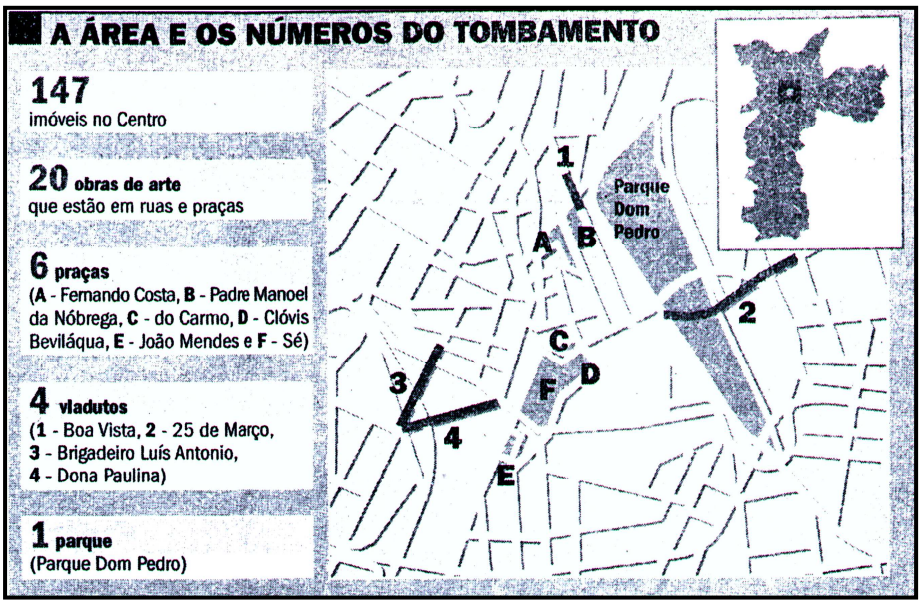


Figura 52 – Número de bens tombados no centro histórico de São Paulo.
Fonte: "Diário de São Paulo", 23/07/2002.

Atualmente lidar com a complexidade de conflitos existentes na cidade de São Paulo, faz com que o Conselho Municipal atue dentro das suas possibilidades e permissões deliberadas pelo Prefeito na figura do Secretário Municipal da Cultura, dependendo de suas propostas neste campo. Mesmo existindo uma consciência maior, vai depender muito do que os governantes contemplam em suas propostas de governo. É claro que os interesses da população diretamente norteiam estas propostas, mas ainda vemos que aquelas onde envolve a preservação estão presentes por que garantem uma imagem melhor daqueles que as reconhecem. Passaram a fazer parte do discurso político de certos governantes e candidatos, sem muito entendimento de causa, mas sim como marketing político.

Ao assumir a Prefeitura do município de São Paulo em 2001, a prefeita Marta Suplicy trabalha com diversos projetos para a área central, os quais veremos mais detalhadamente a seguir, e como proposta tendem a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que passam e moram nesta área da cidade. Foram quatro anos de investimentos e projetos, esforços de muita gente voltados para a mesma causa. Muitas vezes estudando a preservação de bens de interesse cultural, nós partíamos do pressuposto que a troca de governante em períodos de quatro anos, prejudicava a

preservação do patrimônio se atendo somente a este aspecto dentro da cidade, porque acreditávamos que a interrupção de um projeto e a demora em ter outro ou de levar em consideração a continuidade do anterior, só colaborava contra a preservação de fato, e esta deveria estar no cerne da questão assim como outros problemas e necessidades da cidade.

Durante o histórico do **CONPRESP** pudemos perceber que algumas trocas de prefeito interferiram em suas diretrizes de atuação, pois os interesses às vezes se chocavam dando margem à disputa de quem mandava mais. Isto em alguns casos colaborou para um desgaste de sua imagem que de certa forma também veio a prejudicar sua atuação.

A troca de prefeito desta última gestão aconteceu em janeiro de 2005 e Marta Suplicy é substituída por José Serra que dizia dar continuidade aos projetos da gestão anterior. No entanto, o que acaba acontecendo com a troca de governo enquanto as ações não se efetivam nada acontece e os Conselhos são obrigados a esperar as deliberações de seus superiores, quando não, continuam os trabalhos já iniciados, sem a perspectiva real de continuidade, assim como foi visto no decorrer da história do Conselho. Com Gilberto Kassab (2006) não foi diferente.

12.4 Outros órgãos, instituições e leis relacionadas com preservação do patrimônio existente no centro histórico de São Paulo.

Na preservação do Patrimônio arquitetônico existente no centro histórico de São Paulo, os órgãos e conselhos de preservação não são os únicos que têm influência sobre esta área. Há uma concentração de interesses mútuos e portanto, existe a participação de outros envolvidos. Nem todos andam na mesma direção, além de existirem leis, que se tornaram com o tempo incompatíveis, com a dinâmica da cidade e com a própria preservação.

A lei de Uso e Ocupação do Solo é um exemplo além do Plano Diretor vigente, por muito tempo acabou trazendo mais problemas para a cidade por não sofrer alterações significativas diante do espaço urbano que se configurou com o passar do

tempo. Com o Plano Diretor Estratégico novos instrumentos foram criados e entre eles temos alguns que irão repercutir na preservação do patrimônio arquitetônico existente. O que segue pretende fazer esta abordagem entendendo até que ponto pode-se afirmar que este o Plano Diretor vigente trará benefícios para a efetiva preservação e recuperação do centro histórico de São Paulo.

12.4.1 Plano Diretor Estratégico

Aprovado em 13 de setembro de 2002, e elaborado na versão original pela Secretaria Municipal de Planejamento - **SEMPLA**, o Plano Diretor Estratégico - **PDE** (Lei nº 13.430) representa um grande avanço na política urbana de São Paulo. Ele traz diretrizes para os próximos 10 anos; implantou no município o Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/01 que determina ao Plano Diretor a *"função de definir a aplicação dos novos instrumentos urbanísticos que subordinam o direito de propriedade à sua função social"* (Bonduki, 2003 p. 07).

O **PDE** faz parte de um conjunto de leis federais, estaduais e municipais que direcionam o desenvolvimento urbano e objetivam coordenar as ações dos setores público e privado para que se tornem transparentes; permitindo saber o que está sendo feito na administração da cidade, a participação da população e entidades representativas que atuam nela; além de permitir a organização, seu crescimento e funcionamento. Nele ainda constam os objetivos a serem alcançados em cada área e setor, identificando quais os instrumentos urbanísticos mais adequados para serem utilizados.

O Plano identifica as prioridades dentro da cidade, isto é, os locais que necessitam de investimentos para as obras que podem estruturá-la para melhor através do uso dos instrumentos urbanísticos criados pelo Estatuto da Cidade.

> *O Estatuto da Cidade é uma lei federal (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) que regulamentou o capítulo de política urbana da Constituição de 1988. Criou regras que ajudam todos a terem DIREITO À CIDADE. Isso*

> *significa ter acesso à moradia digna, rede de esgoto, água encanada, luz, transportes, escolas, lazer e hospitais, e assim por diante. O Estatuto também estabelece que a propriedade deve ter um uso com para toda a cidade, ou seja, uma função social (Bonduki, 2003 p. 12).*

O Estatuto da Cidade foi feito para cumprir e regulamentar o art. 182 da Constituição Brasileira que regula o direto de propriedade para que o mesmo seja direcionado a cumprir uma função social; uma conquista das classes populares em busca de uma reforma urbana onde tivessem mais chances de obter seus direitos. O Estatuto traz regras gerais que servem para todas as cidades; as diferenças serão trabalhadas e consideradas pelo **PD** que seleciona quais são as mais adequadas para serem usadas diante das particularidades de cada uma. Através de uma leitura da cidade, o **PD** reconhece as desigualdades e localiza no território regiões com mais ou menos as mesmas características, permitindo definir regras e objetivos diferentes para cada uma podendo também, controlar melhor o uso da terra, a distribuição da população e dos edifícios, entre outros.

Segundo a "Cartilha de Formação do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo" produzida pelo Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (2003, p.12):

> *(...) o direito de propriedade não pode estar acima do interesse coletivo, de toda a cidade. O dono tem que usar e cuidar da propriedade, senão o imóvel será considerado não utilizado ou subutilizado. O terreno na cidade se valoriza com os investimentos que são feitos pelo poder público, com obras em infra-estrutura, utilizando dinheiro de todos. Por isso, um terreno vazio tem custo social e não deve ficar sem uso.*

Dentro do município a Lei Orgânica junto com o Estatuto da Cidade acabam determinando o que seria cumprir a função social, e o Plano Diretor nos seus artigos 200 e 201, diz quando e onde uma propriedade dentro da cidade cumpre ou não está função sempre de acordo com a Constituição Federal. Para cumprir sua função social o PDE entende que a propriedade urbana precisa:

> *Atender as necessidades dos cidadãos (qualidade de vida, justiça social, acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico); Ter uso compatível com a infra-estrutura, os equipamentos e serviços públicos disponíveis; Ter uso compatível com a preservação do meio ambiente; Ter usos compatíveis com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos; Fornecer contrapartida pelos investimentos públicos realizados na cidade* (Bonduki 2003, p.23).

São Paulo já teve outros Planos Diretores; o de 1971 foi o primeiro aprovado durante o regime militar válido até 1988, seguido da lei de Uso e Ocupação do Solo de 1972 (Lei de Zoneamento ainda em vigor). Em 1988, durante o governo de Jânio Quadros, outro Plano foi aprovado sem votação na Câmara permanecendo válido até o novo Plano Diretor Estratégico de 2002.

A diferença deste último para os outros é que este Plano *"é baseado na participação popular, na função social da propriedade e no reconhecimento da cidade real"* não tratando apenas de política urbana, partindo de problemas da cidade que deixa de ser dividida em zona urbana e rural para ser entendida como duas "Macrozonas" complementares (Proteção Ambiental e de Estruturação e Qualificação Urbana) e estas subdivididas em "Macroáreas" (Bonduki, 2003, p. 12 e 24).

> *Art. 148 – Na Macrozona de Proteção Ambiental os núcleos urbanizados, as edificações, os usos e a intensidade de usos, e a regularização de assentamentos, subordinar-se-ão à necessidade de manter ou restaurar a qualidade do ambiente natural e respeitar a fragilidade dos seus terrenos.*
> *Art. 149 – Na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, as edificações, usos e intensidade de usos subordinar-se-ão a exigências relacionadas com os elementos estruturadores e integradores, à função e características físicas das vias, e aos planos regionais a serem elaborados pelas Subprefeituras* (Macrozoneamento, seção II do PDE, set./2002).

Macrozonas[61]	Macroáreas
Proteção ambiental (destinada à preservação e conservação ambiental).	Proteção integral
	Uso sustentável
	Conservação e recuperação
Estruturação e qualificação urbana (destinada a concentrar o adensamento urbano, povoando as regiões dotadas de infra-estrutura e emprego e estruturando as regiões precárias).	Reestruturação e requalificação urbana
	Urbanização consolidada
	Urbanização em consolidação
	Urbanização e qualificação

Dentro das duas Macrozonas e das sete Macroáreas existe a Lei de Zoneamento atual, sendo mantidas as regras existentes. O **PDE** criou outras zonas de uso estabelecendo uma correspondência entre elas e o zoneamento atual, são:

A lei de Zoneamento existente hoje no município de São Paulo foi aprovada em 1972; é o chamado zoneamento funcional que permitiu a divisão do território em diferentes funções como: locais específicos para morar, trabalhar, ter lazer, etc, com a finalidade de organizar a cidade. O território foi dividido em zonas de uso numeradas de 1 a 19, além das zonas especiais denominadas de Z8[62]. Cada uma delas contém regras que determinam qual o uso do imóvel (residencial, serviço, comercial, industrial e institucional) e quanto pode ser construído em cada terreno, especificando também a taxa de ocupação do lote e os recuos exigidos.

ZER	**Zonas exclusivamente residenciais**
ZIR	**Zonas industriais em reestruturação**
ZEPAM	**Zonas especiais de preservação ambiental**
ZEPEC	**Zonas especiais de preservação cultural**
ZEPAG	**Zonas especiais de produção agrícola e de extração mineral**
ZEIS	**Zonas especiais de interesse social**
ZM	**Zonas mistas constituídas pelo restante do território da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana excluindo-se as ZER, ZIR e todas as zonas especiais.**

[61] Tabela extraída do Plano Diretor Estratégico, Cartilha de Formação. Produzida pelo gabinete do vereador Nabil Bonduk, 2º edição revisada, abril de 2003.

[62] Um inventário de bens arquitetônicos localizados na região central da Cidade de São Paulo, iniciado em 1974 pela Coordenadoria Geral de Planejamento – **COGEP**, que mais tarde se tornaria Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA, resultou na delimitação de áreas especiais denominadas Z8-200 e que foram incluídas na legislação de uso e ocupação do solo municipal, Lei nº 8328/75 controlando qualquer tipo de intervenção nos imóveis incluídos nesta zona de uso.

O Plano Diretor faz parte do processo de planejamento municipal, define os investimentos que devem ser feitos em obras públicas e seus prazos de entrega; estes aparecem como ações estratégicas em diversas áreas que visam combater a desigualdade social por meio da definição de diretrizes, objetivos e ações para as principais políticas públicas como: educação, saúde, assistência médica, cultura, esporte, segurança urbana, política ambiental e políticas de desenvolvimento urbano, entre outras (Bonduki, 2003, p. 13), nesta última constam: *"urbanização e uso do solo, habitação, circulação viária e transportes, áreas públicas, patrimônio histórico e cultural, paisagem urbana, infra-estrutura e serviços de utilidade pública, pavimentação e serviço funerário",* onde inclui-se então o patrimônio histórico cultural, nosso objeto de estudo. Desta forma o que segue pretende esclarecer quanto o **PDE** vai colaborar para a preservação do patrimônio no centro de São Paulo.

Dentre os principais problemas que o Plano procurou enfrentar está o esvaziamento das áreas consolidadas centrais que nos últimos anos perderam população enquanto que, áreas periféricas da cidade com diversas carências ganharam um grande crescimento populacional.

Centro[63]		**Periferia**	
Área central (limite da antiga AR-Sé)*	Sua população diminuiu 19% (cerca de 100.000 habitantes) entre 1991 e 2000.	Distrito de Anhanguera (Zona Norte)	Sua população cresceu 210% (cerca de 26.094 habitantes) entre 1991 e 2000.
Distrito do Pari	Sua população diminuiu 30% (cerca de 6.475 habitantes) entre 1991 e 2000.	Distrito de Cidade Tiradentes (Zona Leste)	Sua população cresceu 98% (cerca de 94.376 habitantes) entre 1991 e 2000.

***Distritos: Sé, Santa Cecília, Bom Retiro, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Cambuci, Pari, Brás e República.**

[63] Tabela extraída do Plano Diretor Estratégico, Cartilha de Formação. Produzida pelo gabinete do vereador Nabil Bonduk, 2º edição revisada, abril de 2003, obtida através do IBGE / SEADE / SEMPLA.

Na tentativa de povoar as áreas consolidadas e conter o crescimento populacional das áreas carentes, o Plano Diretor Estratégico fez uso de alguns instrumentos e ações. Para estimular o uso habitacional nas áreas centrais e nas áreas consolidadas usa os seguintes instrumentos: Zonas Especiais de Interesse social – **ZEIS** que serão utilizadas para a população de baixa renda; edificação e utilização compulsórias que visam garantir a função social da propriedade; definição de duas categorias de habitação popular – **HIS** e **HMP** (habitação de interesse social e habitação de mercado popular) que visam garantir o aumento da produção de moradias e a transferência do direito de construir.

Para que os imóveis ou terrenos vazios, localizados nas áreas centrais, possam estar subutilizados[64], sua ocupação deve ser de interesse social viabilizando então a moradia no centro histórico, onde existe um número expressivo de edifícios sem uso, e favorecendo assim, uma dinamização maior da área. Medidas como estas são partes das diretrizes para a política de Urbanização e Uso do Solo trazidas pelo **PDE** no seu artigo 77 e ações no 78.

> *Art. 77 – São diretrizes para a Política de Urbanização e Uso do Solo:*
> *I - a reversão do esvaziamento populacional, melhoria da qualidade dos espaços públicos e do meio ambiente, estímulo às atividades de comércio e serviços e preservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico nas áreas subaproveitadas de urbanização consolidada";*
> *Art. 78 - São ações estratégicas da Política de Urbanização e Uso do Solo:*
> *II - criar instrumentos urbanísticos para estimular a requalificação de imóveis e bairros protegidos pela legislação de bens culturais, adaptando-os para funções adequadas às suas características e preservando-os como elementos de referência para a população;*

[64] *"São ainda considerados subutilizados os imóveis que tenham no mínimo 80% de sua área construída desocupada há mais de 5 anos, quando estiverem localizados nos distritos da Sé, República, Bom Retiro, Consolação, Brás, Liberdade, Cambuci, pari, Santa Cecília e Bela Vista, exceto os casos em que a desocupação decorra de impossibilidades jurídicas ou resulte de pendências judiciais".* São Paulo: Plano Diretor Estratégico, Cartilha de Formação. Produzida pelo gabinete do vereador Nabil Bonduk, 2º edição revisada, abril de 2003.

Outra medida importante do **PDE** que viabiliza a preservação do patrimônio é a transferência do direito de construir que consta no seu artigo 217.

> *Art. 217 – O Executivo poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local passível de receber o potencial construtivo deduzido a área construída utilizada quando necessário, nos termos desta lei, ou aliená-lo, parcial ou totalmente, para fins de:*
> *I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;*
> *II - preservação, quando for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;*
> *III - servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.*
> *Parágrafo único - A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Município seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos neste artigo.*

Além da preservação do patrimônio, as glebas ocupadas por população de baixa renda poderão ser regularizadas e, juntamente com a ocupação de edifícios subutilizados ou desocupados também por habitação, esta medida só vem reforçar que a preservação e a recuperação de centros urbanos pode estar associada à resolução de outros problemas de ordem social como a falta de habitação.

Os imóveis localizados nas **ZEPEC** (artigo 168 do PDE) serão beneficiados através da transferência da diferença entre o potencial construtivo utilizado existente e o potencial construtivo máximo permitido, isto vale também para àqueles incluídos no perímetro da Operação Urbana Centro (lei nº 12.349 de 6 de junho de 1997) que devem seguir o que diz o art. 227, que falaremos mais adiante. No caso ainda da ZEPEC o potencial máximo acumulado por transferência não deve exceder a 50% do potencial construtivo definido pelo "coeficiente de aproveitamento básico" do imóvel receptor estipulado pelo PDE; o mesmo não vale para o perímetro da Operação Urbana Centro.

> *Art. 168 – As Zonas de Preservação Cultural – ZEPEC são porções do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do*

> *patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos.*
> *§ 1º – Os imóveis ou áreas tombadas ou preservadas por legislação Municipal, Estadual ou Federal, bem como os imóveis classificados como Z8-200 por Lei Municipal, enquadram-se como ZEPEC.*
> *§ 2º – Aplica-se às edificações particulares localizadas em ZEPEC a transferência do potencial construtivo, conforme disposto nos artigos 217, 218 e incisos I e II do artigo 219 desta lei.*
> *§ 3º – Excluem-se do disposto no parágrafo anterior, os bairros tombados.*

Procurando conter o adensamento construtivo nas áreas consolidadas, o Plano definiu um coeficiente de aproveitamento e a cobrança da outorga onerosa. Através do estabelecimento de um "coeficiente de aproveitamento básico" para toda a cidade; a área construída que estiver acima deste será cobrada denominada outorga onerosa. Assim, toda área construída a mais do que a permitida poderá ser comprada, respeitando o limite máximo estabelecido pelo **PD**. A verba adquirida desta venda será destinada ao Fundo de Desenvolvimento Urbano – **FUNDURB** e só poderá ser utilizado para: *"habitação popular, urbanização, infra-estrutura, áreas verdes, transporte público coletivo e preservação do patrimônio histórico"* (Bonduki, 2003, p. 36).

Esta verba no que tange a preservação do patrimônio histórico poderá ser utilizada para promover a preservação através da divulgação dos bens construídos, bens móveis e também os intangíveis; revitalização de áreas degradadas; valorização da identidade dos bairros; sensibilização da comunidade para a causa da preservação entre outros, que podem favorecer os objetivos da política relativa ao Patrimônio Histórico e Cultural existente no artigo 88 do próprio Plano Diretor Estratégico:

> *Art. 88 - São objetivos da política relativa ao Patrimônio Histórico e Cultural documentar, selecionar, proteger e promover a preservação, a conservação, a reciclagem, a revitalização e a divulgação dos bens tangíveis, naturais ou construídos, assim como dos bens intangíveis,*

considerados patrimônios ou referências históricas ou culturais no âmbito do Município.

12.4.2 As Operações Urbanas Consorciadas

Operação Urbana é um conjunto de medidas para uma área da cidade definida por um perímetro onde intervenções são financiadas por recursos obtidos por meio da outorga onerosa do direito de construir na própria área. Essas medidas previstas da Operação Urbana são coordenadas pelo poder público, com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados. O Plano prevê várias novas operações. Mas elas só passam a valer se forem aprovadas na Câmara Municipal, por lei especifica.[65]

A Operação Urbana é um instrumento direcionado e autorizado por lei para determinadas regiões da cidade, que visa promover melhorias urbanas unindo o poder público com a iniciativa privada. Cada área que possui a Operação Urbana tem uma lei especifica que estabelece os objetivos e os mecanismos de incentivos permitidos dentro do perímetro delimitado. Nas Operações Urbanas também é possível ter mudanças nos índices do zoneamento; alterações nas normas de construção e regularização de construções executadas sem estarem de acordo com a lei vigente.

A Operação Urbana é uma forma de viabilizar algumas restrições trazidas pela Lei de Zoneamento relacionada ao uso e ocupação do solo através de direitos adicionais concedidos aos proprietários de imóveis localizados dentro do seu perímetro. Isto se dá pela possibilidade de haver uma contrapartida entre o poder público e o proprietário que paga à Prefeitura por este direito. A verba arrecadada é empregada na região onde o imóvel está localizado para melhorias urbanas. Dentro desta Lei também cabem contrapartidas sem ônus para o proprietário sendo entendidas como um estímulo à possibilidade de novos investimentos.

[65] Plano Diretor Estratégico, Cartilha de Formação. Produzida pelo gabinete do vereador Nabil Bonduk, 2º edição revisada, abril de 2003, p.68.

Quando da implantação do Plano Diretor Estratégico na cidade de São Paulo, quatro Operações Urbanas aprovadas mesmo antes deste plano, começam a ser implantadas: Operação Urbana Centro, Faria Lima, Água Branca e Água Espraiada. A Operação Urbana Centro cujo perímetro se encontra dentro da área estabelecida por nós como objeto de estudo para a cidade de São Paulo, abrange aproximadamente 662,90ha incluindo o "centro velho" e o "centro novo" além de partes dos bairros do Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Efigênia (EMURB, 2000, P.02), os lotes lindeiros ao limite do perímetro também serão beneficiados por esta Operação Urbana.

Dentro do perímetro existe no seu centro uma área denominada "Área de Especial Interesse" onde estão localizados o "centro velho" e o "centro novo", cujas propostas de contrapartidas financeiras estão voltadas para aqueles que usarem dos benefícios até 6 de junho de 2004, condicionados ao cumprimento de prazos para a aprovação dos projetos e execução das obras.

Aprovada em 6 de julho de 1997, a Operação Urbana Centro continha um conjunto integrado de incentivos ao mercado imobiliário, combinados com a participação do poder público e a sociedade civil, com o objetivo de promover a reordenação e revitalização do centro histórico de São Paulo reforçando suas potencialidades e sua função na metrópole. Quando de sua implantação a gestão desta Operação estava sob a responsabilidade da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB a qual também era encarregada de receber e analisar as propostas, encaminhando-as para a Comissão Normativa de Legislação Urbanística – **CNLU**; liderar a gestão financeira dos recursos arrecadados e também de executar os melhoramentos necessários (EMURB, 2000, p. 01).

Dentro do perímetro da Operação os incentivos e benefícios propostos visavam à produção imobiliária livre de qualquer ônus, na forma de concessões da Lei de Parcelamento Uso e ocupação do Solo e também ao Código de Obras do município.

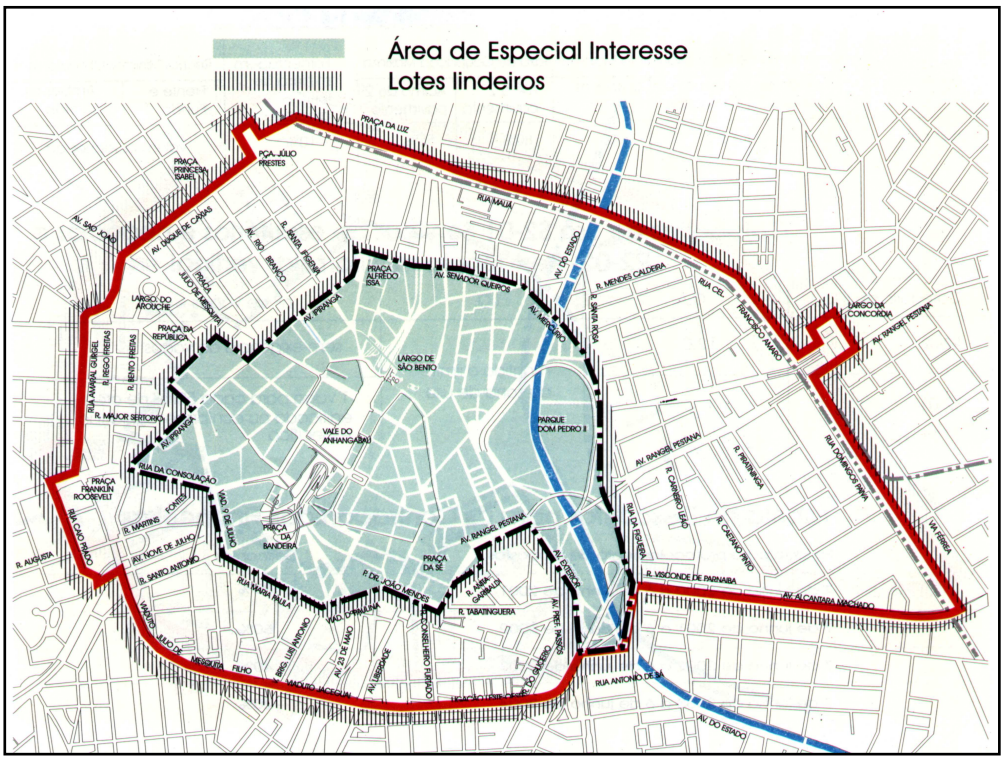


Figura 53 – Perímetro da Operação Urbana Centro.
Fonte: A Cartilha da área Central. São Paulo, Empresa Municipal de Urbanização Coordenadora da Operação Urbana Centro, novembro de 2000, 2º edição.

Essas concessões foram planejadas para serem específicas a esta Operação e que se sobrepunham às disposições da lei mencionada. De acordo com a EMURB (2000, p. 04) essas concessões dariam incentivos para:

> *[...] o remembramento de lotes, para o uso residencial, para hotéis, para as atividades culturais, de entretenimento e educação, não condicionados ao pagamento de contrapartida; para a conservação do imóvel de interesse histórico, fixando para esses imóveis um montante de potencial construtivo transferível, calculado em função da área edificada, que pode ser vendido pelo proprietário; para a reconstrução ou reforma de edifícios a fim de adequá-los a novos usos.*

Visando promover incentivos à reconstrução de edifícios; à preservação de imóveis de interesse histórico e a doação de áreas particulares para a criação de praças e áreas verdes, as concessões seriam gratuitas sujeitas a análises. No que tange a

preservação de edifícios de interesse históricos tombados ou localizados em Z8-200, os incentivos estavam voltados para a transferência de potencial construtivo de imóveis contidos no perímetro da Operação, sendo este dependente do coeficiente de aproveitamento efetivo do imóvel preservado. Este potencial poderia ser utilizado tanto dentro como fora deste perímetro; neste último o potencial construtivo transferido deveria ser convertido em área construída equivalente sem poder ser ultrapassado.

O resultado das quatro Operações Urbanas mencionadas anteriormente não foi satisfatório porque beneficiaram poucos e acabaram prejudicando a população de baixa renda, por promoverem a valorização de certos imóveis, e isto fez os preços aumentarem provocando a expulsão desta população. O mercado imobiliário acabou se beneficiando também aumentando os preços e direcionando os imóveis para as classes mais altas. Como a Lei só permite que os recursos arrecadados em determinada região sejam exclusivamente aplicados nela mesma e, como em geral as Operações foram planejadas em regiões mais ricas da cidade, acabaram concentrados mais investimentos públicos em áreas privilegiadas.

A Operação Urbana Centro proposta após o fracasso da Operação Urbana Anhangabaú, previa atrair investimentos da iniciativa privada através de alguns incentivos e vantagens que segundo Nakano, Campos e Rolnik (2004, p.142-143) se resumiam na *"... possibilidade de transferência de potencial construtivo de imóveis tombados (inclusive para terrenos situados fora do perímetro da operação); a outorga de potencial construtivo adicional em função de remembramento de lotes; bônus de potencial construtivo mediante doação de párea publica; e a dispensa de estacionamento e outras exigências para a implantação de equipamentos culturais e de lazer".* Os mesmos desenvolvem uma análise demonstrada na tabela abaixo, aonde se chega a conclusão que apesar de todos os possíveis atrativos, esta Operação Urbana não foi bem sucedida.

O benefício mais utilizado foi a compra de potencial construtivo, pois os investidores puderam usa-lo em lugares com um mercado imobiliário mais atraente para as suas atividades e que tinham um coeficiente de aproveitamento menor do que

precisavam, constatando também que geralmente o potencial foi transferido para fora do perímetro da Operação.

Tipos de solicitações [66]	Quantidade de solicitações
Cessão, para a transferência de potencial construtivo de imóveis na área da OUC	25
Cessão onerosa de espaço aéreo	1
Cessão onerosa de espaço subterrâneo	1
Doação de área verde para receber potencial construtivo	1
Compra de potencial construtivo para transferência	30
Regularização de edificações	5
Reformas com aumento de área ou mudança de uso	13
Construção de edifício residencial (1), hotel (1), centros comerciais (2) e de uso misto (2)	6
Total	82

Do início de vigência da Operação Urbana Centro (junho de 1997), até o relatório citado de onde se extrai a tabela (2001), isto é aproximadamente 5 anos, houve somente 82 solicitações dentre as várias possibilidades obtidas pelos investidores. A valorização do Centro prevista não aconteceu de fato. Os investimentos acabaram sendo realizados fora do centro em regiões já favorecidas provocando ainda mais o esvaziamento da região.

Assim, o *Estatuto da Cidade* direcionou também para o Plano Diretor, a necessidade deste prever as novas Operações Urbanas, permitindo assim corrigir alguns erros das anteriores que prejudicaram o seu sucesso. O Plano Diretor então trouxe duas novidades: a determinação de regras gerais para as novas Operações entre elas a obrigação de atender as populações carentes que tiverem que ser deslocadas; e ampliação do perímetro das novas Operações para que sejam incluídas áreas ricas e pobres também (Bonduk, 2003, p. 69).

[66] Tabela extraída de Nakano, Campos e Rolnik (2004, p 143), obtida através da Empresa Metropolitana de Urbanização – EMURB, relatório de 2001.

Mesmo com estas regras as novas Operações poderiam vir a beneficiar uma concentração de renda e investimentos em áreas já favorecidas. Para evitar isto o Plano Diretor determinou que nenhuma delas seria aprovada sem audiência pública onde a população poderia se manifestar, e depois de aprovada, os moradores da região onde seria implantada, poderiam participar de sua gestão, pois está escrito no Plano Diretor Estratégico em seu artigo 229 que a forma de controle das Operações devem ser compartilhadas com representantes da sociedade civil.

Para as Operações em vigência antes do Plano Diretor, como mostra o seu artigo 225 no seu parágrafo 2, passam a ser enquadradas nas novas diretrizes acima descritas.

> *§ 2º – Ficam delimitadas áreas para as novas Operações Urbanas Consorciadas Diagonal Sul, Diagonal Norte, Carandiru-Vila Maria, Rio Verde-Jacú, Vila Leopoldina, Vila Sônia e Celso Garcia, Santo Amaro e Tiquatira, além das existentes Faria Lima, Água Branca, Centro e Águas Espraiadas, com os perímetros descritos nas suas leis específicas...*

A nosso ver, as diretrizes da Operação Urbana Centro enquadradas com o que traz o Plano Diretor, tendiam garantir mais a reestruturação e revalorização do centro histórico, objetivo de onde surgiu. Dos incentivos disponibilizados o que beneficiaria mais a preservação do patrimônio de interesse histórico seria a transferência de potencial construtivo. Vale saber se os investidores iriam se interessar em transferir este potencial concedido para as áreas pré-estabelecidas localizadas segundo Nakano, Campos e Rolnik (2004, p 146), "*na faixa de 300 metros ao longo dos eixos de transporte de massa e no raio de 600 m do entorno das estações...*" existentes dentro do seu perímetro de abrangência.

A preservação do patrimônio também pode ser beneficiada através da outorga onerosa paga por investidores, usada em sua recuperação e restauração melhorando assim as características paisagísticas da região central; transformação urbana de grande significado para atrair mais investimentos. Vale dizer também que a administração pública deve manter atualizadas as informações dos imóveis tombados deixando claro quais são os estoques de potenciais construtivos disponíveis para transferência, o que

viabilizará análises mais rápidas e mais certas além de um monitoramento melhor da verba arrecadada através da Operação Urbana.

A "... *garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental, protegidos por tombamento ou lei"* determinada no artigo 229 do **PDE** só vai acontecer através de um conjunto de ações integradas. O Plano vai direcionar essas ações, porém o poder público deve agir com um gerenciamento completo. Parece-nos que o plano e governo da ex-prefeita Marta Suplicy procurou contemplar as diretrizes e ações do **PDE**, já que foi realizado dentro do seu mandato, porém ainda fica a dúvida se o prefeito atual vai conseguir compatibilizar suas metas para a realidade do centro de São Paulo preservando de fato, e não somente no discurso o patrimônio arquitetônico existente.

12.4.3 Alguns planos e projetos para o centro: prioridades e conflitos, os diversos atores.

12.4.3.1 O Plano Reconstruir o Centro

A região central da cidade de São Paulo entra, no século XXI, como o epicentro de várias transformações que arquitetos, urbanistas e o próprio poder público propuseram e tentaram aplicar propostas para dar uma nova alma ao local que representa e simboliza o inicio desta grande metrópole - o centro. Nossa pesquisa pretende abordar algumas propostas e projetos implantados até a gestão do Prefeito José Serra.

Diferentes esferas o poder público tem concentrado esforços para reverter o processo de degradação e ao mesmo tempo torná-lo aprazível e habitável, capaz de oferecer qualidade de vida aos seus habitantes, além ser também um local atrativo para o mercado econômico e turístico. A capital a muito se firmou como importante pólo econômico do Continente, pois além de oportunidades de negócios, concentra uma ampla oferta de cultura, vasta gastronomia e um comércio que em muitos aspectos se equipara aos melhores do mundo. O centro da cidade conta hoje com quase 1000

imóveis protegidos por lei, reafirmando sua condição de principal repertório da memória arquitetônica.

Tantas qualidades só contribuem para confirmar a potencialidade que esta região da cidade possui, além de ter uma consolidada infraestrutura de transporte implantada que possibilita acesso a vários locais da cidade. Qualidades associadas a problemas sociais que se agravaram com o passar do tempo, tornado o "Centro" objeto de estudo e desafio para várias administrações públicas que passaram pela gestão da cidade.

Não foi diferente com o governo da ex-prefeita Marta Suplicy que durante sua campanha, quando ainda pleiteava o cargo de prefeita, já propunha um plano para resgatar o centro e devolvê-lo ao cidadão paulistano recuperando seu amor pela cidade. Em 2001 quando assume a prefeitura, Marta Suplicy eleita pelo Partido dos Trabalhadores – **PT** e seus aliados, inicia se plano de governo pautado em seis grandes desafios:

> *Recuperação da capacidade de operação do poder público municipal; Democratização e descentralização da gestão, pela criação das 31 subprefeituras que substituem as administrações regionais e incorporam funções das secretarias; Ordenamento urbanístico e dos usos dos espaços da cidade; Recuperação da capacidade financeira da Prefeitura; Recuperação da cidade, através dos serviços de manutenção, dos investimentos e das ampliações das áreas de cultura, lazer e turismo; um governo com firmes compromissos com as políticas sociais* (CAMPOS, GAMA e SACCHETTA, 2004, p.223-224).

O "Plano Reconstruir o Centro - **PRC**" foi uma das importantes metas que a Prefeitura inseriu no trabalho do governo intitulado - Governo da Reconstrução. O discurso impresso neste governo girava em torno do compromisso do poder público com a reconstrução da cidade nos campos da cultura, saúde, educação transporte, meio ambiente, emprego, entre outros. Um dos pontos fortes da ação governamental foi o PRC apresentado em 16 de maio de 2001, onde o mesmo pretendia *"assumir a responsabilidade na gestão do espaço urbano sempre sobrepondo o interesse coletivo aos interesses particulares"* (PMSP, 2001, p. 05).

Pautado numa política urbana com inclusão social, elaborado por representantes das secretarias e empresas da administração pública, o projeto do **PRC** foi coordenado pela Administração Regional da Sé, e contou também, segundo foi publicado no catálogo explicativo do "Plano Reconstruir o Centro" (2001, 05), com *"propostas, sugestões, criticas e demandas encaminhadas por instituições, moradores, usuários e também meios de comunicação".*

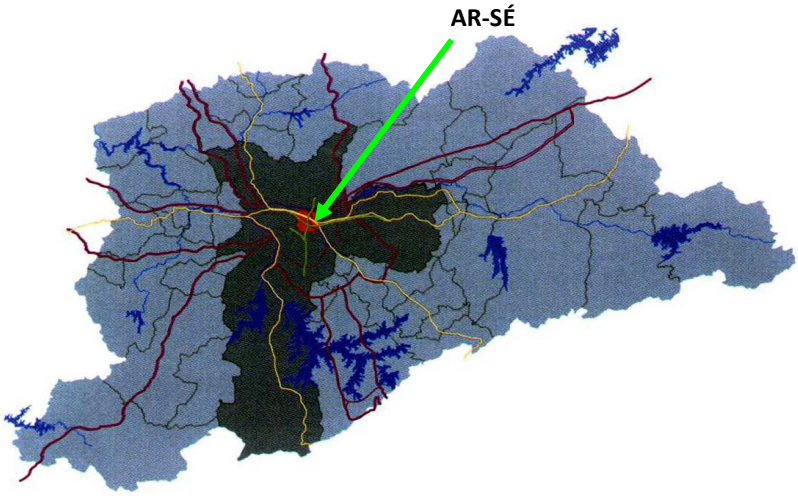


Figura 54 - Mapa da Região Metropolitana de São Paulo localizando a Administração Regional da Sé – AR-SÉ. Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 06.

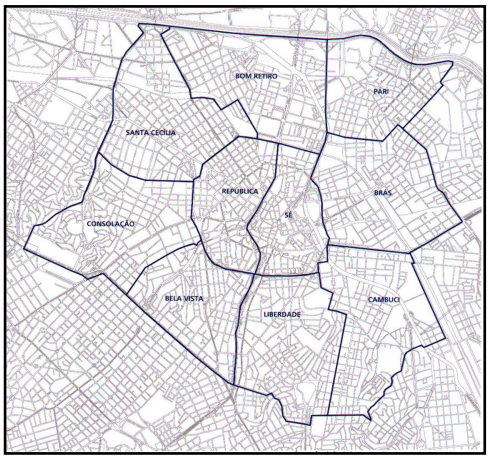


Figura 55 - Administração Regional da Sé – AR-SÉ e distritos.
Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 06.

A escolha deste perímetro se deu por conta da dinâmica da área e por existir uma quantidade expressiva de espaços públicos; de edifícios de interesse histórico; pela

concentração de transporte coletivo existente e consequentemente por circularem nesta região mais de 2 milhões de pessoas por dia; por concentrar cerca de 600 mil empregos; pela presença de vários hospitais, pela diversidade funcional e social com moradias, comércio, atividades culturais e administrativas. A mesma área que apresenta esta diversidade também possui graves problemas que giram em torno da pobreza, violência e da exclusão social (PMSP, 2001, p.07-19).

> *O PLANO RECONSTRUTIR O CENTRO tem como ponto de partida a dinâmica existente no território da Administração Regional da Se e enfrenta o desafio de realizar uma política urbana com inclusão social. Uma política urbana que potencializa os aspectos positivos que caracterizam a centralidade de São Paulo ao mesmo tempo em que constrói soluções para a população excluída dos direitos de cidadania presentes no Centro: duas faces de um processo socialmente construído ao longo de mais de um século* (PMSP, 2001, p. 05).

Através deste Plano o governo pretendia assumir a responsabilidade da gestão do espaço público, e fazer dele um espaço para todos aproveitando aqueles subutilizados tanto públicos quanto privados, regularizando-os numa gestão compartilhada com a sociedade civil. Com diretrizes, objetivos e estratégias traçadas a gestão de ex-prefeita Marta Suplicy pretendia atingir as metas estabelecidas pelo Governo da Reconstrução para o centro de São Paulo. Entre os objetivos:

> *resgatar o caráter público do espaço público; ampliar o uso residencial e garantir a diversidade de funções; consolidar a identidade de centro metropolitano; promover ações urbanísticas com inclusão social; criar mecanismos de gestão democrática voltada para o interesse coletivo; atuar sistematicamente para a redução da violência"* (PMSP, 2001, p. 20).

Entre as diretrizes de gestão estabelecidas:

> *estabelecer parcerias políticas e materiais entre o poder publico municipal e outros níveis de governo, organismos internacionais, governos de outros países, iniciativa privada, instituições públicas (universidades, fundações, entidades de classe) ONGs e organizações comunitárias; compartilhar a gestão com a sociedade civil; regularizar o uso e a ocupação de espaços públicos e de imóveis privados; construir a Subprefeitura da Sé"* (PMSP, 2001, p. 20).

Segundo o projeto inicial, o **PRC** seria concretizado através de oito programas: andar no centro; morar no centro; trabalhar no centro; descobrir o centro; preservar o centro; investir no centro; cuidar do centro e governar o centro (PMSP, 2001, p. 21). Os programas vãos de encontro as metas estabelecidas tendendo para a inclusão social, potencializado a diversidade de atividades existentes e também visando que a administração pública possa gerenciá-los. Para a concretização dos mesmos foram traçadas algumas estratégias:

> *Integração de ações e recursos sob a responsabilidade de diferentes órgãos da administração municipal; articulação das políticas sociais municipais e de outros níveis de governo; intervenções em grandes áreas desocupadas ou ocupadas por usos inadequados; adequação de legislação urbanística para garantir o uso adequado de espaços públicos e privados e viabilizar novos investimentos compatíveis com as características e potencialidade do território da AR-Sé* (PMSP, 2001, p. 21).

Dentro de cada programa existem os objetivos e projetos específicos. O programa "andar no centro" foi considerado essencial para que os outros dessem certo, afinal ter uma adequada acessibilidade viabiliza a chegada e a saída da região que hoje apresenta diversos conflitos e problemas tanto para o pedestre quanto para o veículo. Com o objetivo de melhorar as condições de circulação da imensa quantidade de pedestres e de veículos que passam pela área diariamente a proposta deste programa era:

> *disciplinamento do uso e ocupação das calçadas e praças; padronização de calçamento de modo a garantir a qualidade estética, a resistência, a segurança e a facilidade de manutenção; reordenação de mobiliário urbano; acesso para idosos e portadores de deficiências; transposição de desníveis e barreiras geográficas; iluminação; arborização; recuperação de banheiros públicos; sinalização de percursos; informação sobre anúncios e percursos de transporte coletivo.* (PMSP, 2001, p.23).

Dentro do programa "andar no centro", surge o "São Paulo sem barreiras: uma cidade para todo", coordenado pela Comissão Permanente de Acessibilidade – **CPA**[67], subordinada a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento urbano do Município de São Paulo – **SEHAB**; juntos elaboraram uma cartilha para ser distribuída a comunidade visando orienta-la sobre a realidade dos portadores de necessidades especiais, ou sobre as pessoas com mobilidade reduzida, mas que ainda tem uma vida produtiva, e também sobre os direitos que cada cidadão tem de ir e vir, e, portanto as dificuldades enfrentadas no seu dia-a-dia com as barreiras arquitetônicas trazidas pela cidade.

Acessibilidade para todos, mais um ponto da gestão do Governo da Reconstrução que visava a inclusão social e o uso do espaço público para todos. Ainda dentro do programa "andar no centro" havia a proposta de reestruturação da circulação de veículos através de uma melhor reorganização e readequação dos pontos de táxis, de ônibus e de carga e descarga; garantir mais vagas de estacionamento com a implantação de duas garagens subterrâneas; melhorar as condições do trânsito dos ônibus através da redefinição de linhas existentes que circulam pela região, além da criação de uma que faria o trajeto especifico ligando os terminais do Centro Velho e do Centro Novo. Melhorias nas vias de acesso também foram contempladas dentro deste

[67] A CPA foi instituída pelo decreto municipal 36.072/96, alterado pelos decretos 36.368/96, 36.811/97 e 37.650/96, revogado pelo decreto municipal 39.651, de 27 de julho de 2000. A função da CPA é verificar e promover a acessibilidade em vias públicas, praças, prédios, transporte público, cabendo a ela orientar e fiscalizar se os projetos novos e antigos estão permitindo a acessibilidade adequada, contemplando os acessos necessários para "todos". Para os prédios com acesso acessível, a CPA fornece um "Selo de Acessibilidade" que é fixado em local visível.

programa como a recuperação dos corredores de ônibus, viadutos e das galerias (PMSP, 2001, p.24-25).



Figura 56 - Capa da cartilha: "São Paulo sem barreiras: uma cidade para todo".
Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 22.

Outro programa dentro do **PRC** é o "morar no centro", cujos objetivos principais estão voltados para tornar a região mais habitável e capaz de atrair futuros moradores, repovoando e melhorando a qualidade de vida na região. Através da reabilitação de edifícios desocupados, que segundo reportagem do jornal "Metropolitano em Notícias" (11 a 17/06/2001) chegam a ter 40 mil unidades habitacionais vazias, seriam viabilizadas moradias para a população para faixas de renda baixa e média por meio de linhas de financiamento com subsídios municipais. Dentro deste programa surge outro o "Programa de Arrendamento Residencial – **PAR**, promovido pela Caixa Econômica Federal, onde a mesma poderia financiar construções no valor de até R$ 25.000, 00 (Vinte e Cinco mil Reais) por unidade habitacional, voltado para famílias com renda de até 6 salários mínimos.

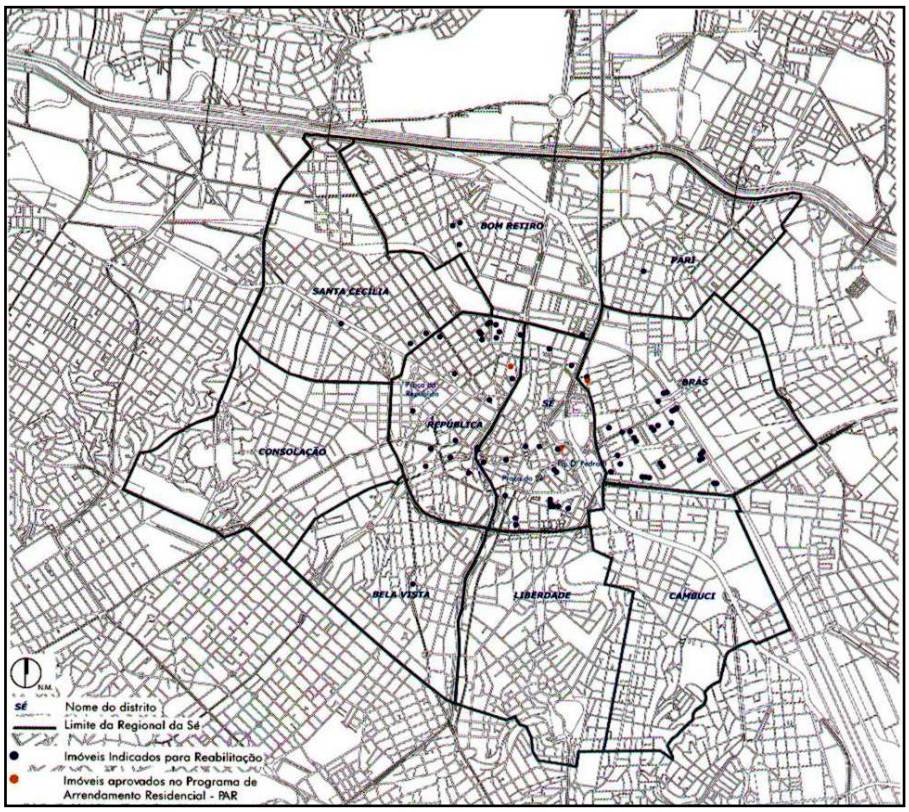


Figura 5 - Programa "Morar no Centro". Administração Regional da Sé – AR-SÉ e distritos. Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 26.

O imóvel é arrendado pela Caixa e o interessado poderá pagar o financiamento em 15 anos. Após este período ele pode adquirir o imóvel, mas para isso, não pode ter o pagamento de nenhuma parcela interrompido (PMSP, 2001, p. 27). Foram determinados perímetros onde o programa "morar no centro" seria permitido denominados "Perímetro de reabilitação integrada do habitat – **PRIH**" onde constam: *"áreas delimitadas em bairros centrais, compreendendo um conjunto de quadras com concentração de moradias precárias, onde haverá intervenções integradas de produção habitacional, melhoria das condições de cortiços, reabilitação do Patrimônio, criação e requalificação de equipamentos e áreas verdes, melhoria da criação de espaços para atividades econômicas"* (PMSP, 2001, p. 27). A definição dos primeiros perímetros ainda estava em andamento quando o PRC estava sendo elaborado e pretendia-se que os mesmos fossem escolhidos a partir de discussões com as comunidades interessadas, movimentos populares como os sem-teto e também os agentes financeiros.

Uma cartilha do **PAR** foi distribuída à população interessada, explicando o do que se tratava; quais as condições para ser um candidato a este programa; como pode se ter acesso a ele; qual o padrão e os tipos de imóveis que serão financiados, além de explicações como, por exemplo, se este programa trata-se de aluguel ou compra, explicando também que o arrendatário é que paga as despesas do condomínio. A cartilha de certa forma tentava incentivar a habitação, além da das múltiplas atividades que a região possui. O programa ainda visava isentar o IPTU das pessoas que aderissem a ele, mas isto não era coisa certa.

Outro ponto interessante deste programa, é a abertura que se deu para as construtoras, profissionais da construção civil e para os proprietários de imóveis existentes na região participarem do programa. Construtoras habilitadas pela Caixa Econômica Federal tiveram abertura para procurar imóveis na região que estivessem abandonados ou subutilizados e propor um projeto, dentro nas diretrizes do PAR, para habitação de interesse social. O mesmo se deu com os profissionais como arquitetos e engenheiros que podiam prestar serviço de assessoria a grupos interessados em adquirir uma moradia nas condições do **PAR**, oferecendo estudos de viabilidade técnica e projeto sempre dentro das diretrizes do programa. Ao proprietário de imóveis nas condições estabelecidas, a Caixa Econômica poderia comprá-lo após uma avaliação técnica-construtiva-financeira.

Um dos exemplos de que outros participantes atuam, foi a reforma do Edifício Maria Paula, localizado na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio e comprado pela Caixa Econômica Federal no valor de R$ 1 milhão, cujas obras, segundo reportagem do jornal "A gazeta Mercantil" (11/07/2001) foram iniciadas em junho de 2001 e o edifício, que inicialmente tinha 12 apartamentos de luxo, passaria abrigar 75 famílias que pagariam R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais) cada unidade, ligadas ao Fórum de Cortiços de São Paulo. Este projeto recebeu assessoria e suporte técnico da ONG Fábrica Urbana composta de arquitetos, economistas, engenheiros e sociólogos, vinculados à questão da habitação de interesse social.

Ainda dentro do programa "morar no centro", foi proposto dar continuidade nos projetos da administração anterior do PT (89/92) que ficaram inacabados. O governo

municipal estava disposto oferecer aos moradores de favelas e cortiços um serviço com intervenções que diminuíssem os riscos desses locais; assessoria para a formação de cooperativas voltadas à produção habitacional; atendimento aos moradores de rua, idosos e mulheres abandonadas através de soluções habitacionais específicas para estas pessoas, entre outros.

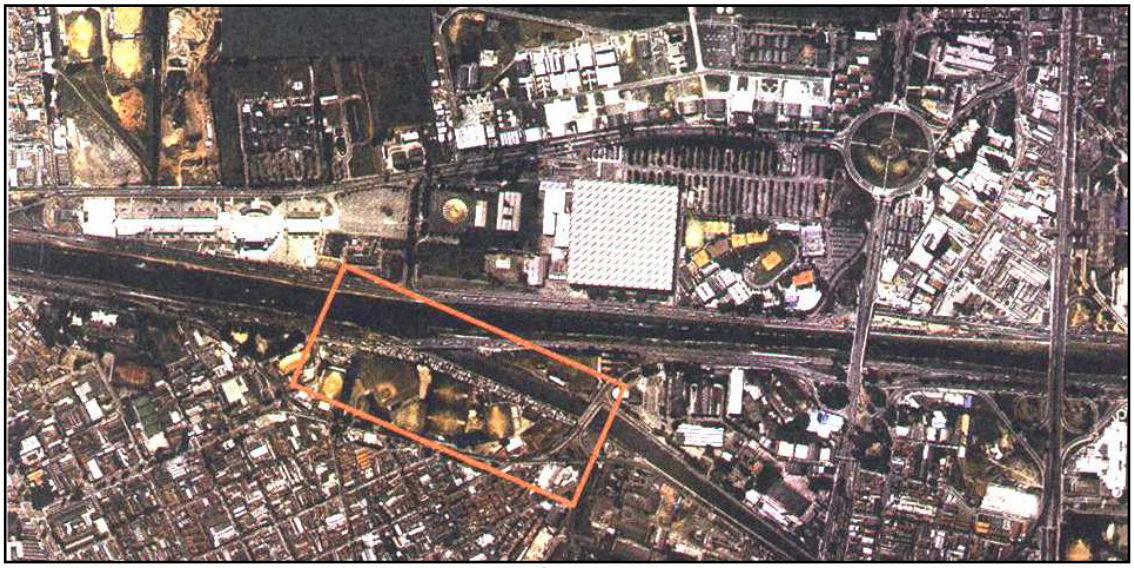


Figura 58 - Vista aérea da favela do Gato.
Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 28

Para uma das favelas que apresentava alto risco, estava previsto o programa "morar no centro". A favela do Gato, localizada na foz do Rio Tamanduateí, se encontrava sobre tubulações de gás e, além do risco freqüente de inundações, havia também o baixo índice de insalubridade.

"Trabalhar no centro" foi outro programa dentro do **PRC** que visava a melhoria das condições das áreas com grande concentração de comércio e serviços, prevendo também incentivar a ampliação das atividades econômicas na região. Dentro deste programa estavam previstas as seguintes medidas:

> *aprimorar o suporte aos compradores dos centros de comercio (estacionamento, guarda-volumes, banheiros, áreas de alimentação); melhorar o desempenho do comercio e demais atividades mediante a ampliação dos horários; criar áreas para exposições de produtos e*

> *empresas; reestruturar áreas e horários de carga e descarga; criar facilidade para reciclagem de imóveis ocupados por comercio e serviços* (PMSP, 2001, p. 31).

O comércio de ambulantes também fazia parte deste programa, um grande desafio a ser enfrentado, para tanto as medidas estabelecidas visando tira-los dos locais onde ficam, geralmente impróprios que atrapalham o trânsito de pedestres, estavam pautadas em aumentar a fiscalização da região por meio de um trabalho articulado entre as "*Policia Federal, Receita Federal, Policia Militar, Policia Civil, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Fazendo Estadual"* (PMSP, 2002, p. 31) e a AR-SÉ, Guarda Civil Metropolitana, **CET** e a Comissão Permanente de Ambulantes. Um programa educativo voltado para eles também foi proposto com palestras, apoio à capacitação junto ao SEBRAE e Centrais Sindicais, visando os mesmos fossem removidos para bolsões específicos recebendo assim autorização e cadastramento para poderem trabalhar.

Ainda dentro deste programa, os moradores de rua também seriam beneficiados com projetos vinculados aos serviços urbanos que a cidade comumente necessita, em consonância com programas de geração de emprego como: fábricas de vassouras, manutenção de praças e de jardins, reforma de calçadas e passeio públicos entre outros, onde essas pessoas seriam utilizadas para estes serviços e assim conseguiriam emprego. Uma forma de inserção social dando oportunidade e também de conscientizando-os para a necessidade de limpeza da cidade.

Dentro dos oito programas estabelecidos para que o **PRC** fosse viabilizado, existia ainda o "descobrir o centro". Os objetivos principais deste programa eram o de proporcionar um ambiente aprazível, agradável e seguro aos usuários e turistas que visitassem o centro através de meios que pudessem ampliar o tempo de permanência dos mesmos na região após o horário de trabalho, finais de semana e feriados. Para tanto foi prevista uma maior divulgação das atividades culturais, gastronomia, turismo e recreação existentes com condições das pessoas usarem tudo isso fora do horário comercial, quando geralmente ocorre o esvaziamento da área. Assim foram previstas a

otimização da infra-estrutura de turismo, cultura e recreação através: *"transferência dos centros de informações turísticas do espaço publico para edifícios de interesse arquitetônico; melhoria da sinalização turística; capacitação de profissionais do turismo; capacitação de agentes de recreação (em parceria com o SESC); estimulo a revitalização de salas de cinema e teatros, promoção da hotelaria; incentivo à criação de albergues da juventude"* (PMSP, 2001, p. 33). A valorização da cultura também foi contemplada dentro do programa através da criação e programação de roteiros voltados para estudantes e turistas; promoção das feiras de imigrantes e temáticas.

Um corredor cultural foi proposto dentro da malha urbana pela EMURB abrangendo as ruas Xavier de Toledo, Viaduto do Chá, Praça do Patriarca, Praça Dom José Gaspar e o entorno do Teatro Municipal. De acordo com a reportagem do jornal "O Diário de São Paulo" (09/05/2002) a reforma da Praça Patriarca marca o inicio da primeira fase da implantação do projeto do Corredor Cultural; intervenção polêmica que envolveu a Prefeitura, o Ministério Público e os órgãos de preservação já que nesta Praça existe uma igreja – Igreja de Santo Antônio tombada pelo governo estadual e municipal que teria sua ambiência prejudicada pelo pórtico de 9 metros de altura cujo projeto é de autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

Em janeiro no mesmo ano, o Ministério Público questionou a Prefeitura sobre a instalação do pórtico, mas este acabou perdendo a força por que o próprio **CONDEPHAAT** aprovou o projeto alegando que o pórtico iria valorizar a igreja. Este projeto foi encomendado pela Associação Viva o Centro em 1992; as obras foram coordenadas pela EMURB e realizadas com recursos da Operação Urbana Centro (Urbs, 2002, p.08-13).

No projeto deste Corredor Cultural, as metas principais foram: redefinir o espaço do pedestre; fazer um tratamento paisagístico que melhore os visuais; implantação de iluminação valorizando espaços e edifícios; melhoria da sinalização, restauração de pisos, tudo para facilitar o Andar no limite estabelecido.

Outro programa dentro do **PRC** é o "preservar o centro"; este influi diretamente na preservação do patrimônio arquitetônico existente na área uma das que mais concentra bens de interesse histórico do município. Objetivo deste programa segundo o

Plano é: *"recuperar e preservar as características das ruas, praças, largos e edifícios que constam à história da formação do Centro e da cidade; garantir ao cidadão a possibilidade de se sentir parte dessa história, se reconhecer e participar"* (PMSP, 2001, p. 37).

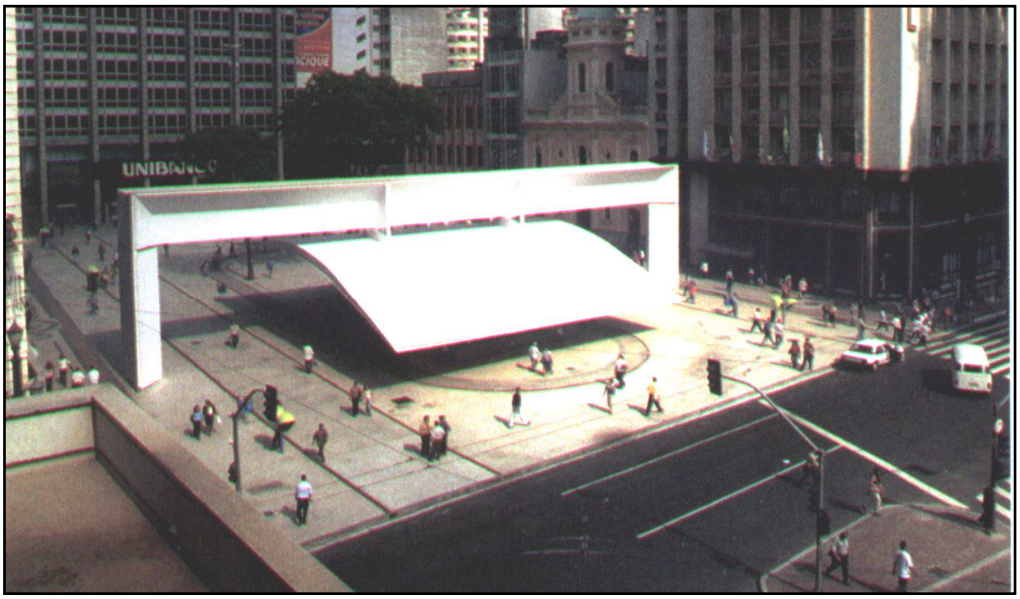


Figura 59 - Praça Patriarca imagem do pórtico de autoria do Arq. Paulo Mendes da Rocha. Nota-se a Igreja de Santo Antônio tombada pelo governo estadual e municipal tendo sua ambiência prejudicada com a presença do pórtico. Foto: Jesus Carlos (Imagenlatina).

A preservação, restauro e recuperação de espaços de interesse histórico também estavam previstos através do "Programa Monumenta", já mencionado anteriormente; pelo "Programa Adote uma Escultura" onde a iniciativa privada poderia adotar um monumento da cidade restaurando-o e conservando-o, e em contrapartida a mesma poderia vincular a sua marca a este monumento usando o espaço público sem ter que pagar por ele; e a restauração e requalificação de edifícios como o Teatro Municipal e seu Museu, Galeria Formosa, Casa da Marquesa entre outros localizados na região central. Um outro ponto importante do programa "preservar o centro" é a educação patrimonial; uma forma de instruir a população sobre os bens de interesse histórico que a cidade possui, procurando levar a informação até o usuário dos espaços públicos.

A proposta basicamente estava pautada em colocar sinalização e identificação dos bens protegidos por lei; informações sobre a origem das ruas e seus respectivos nomes; visitas monitoradas; coleta de depoimentos de moradores para resgatar dados através da história oral; oficinas de restauro entre outros.

"Investir no centro" sexto programa dentro do **PRC**, tinha como principal objetivo utilizar os espaços subutilizados dentro das diretrizes estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo sempre com o foco no interesse coletivo. A favela do Gato, já mencionada, também foi contemplada neste programa além da Orla ferroviária e Pátio do bairro do Pari e o Parque Dom Pedro II. O foco central com referência a estas áreas é através de transformações urbanísticas poder proporcionar a melhoria da qualidade de vida, não somente nestes locais especificamente, mas também nas regiões do seu entorno imediato.

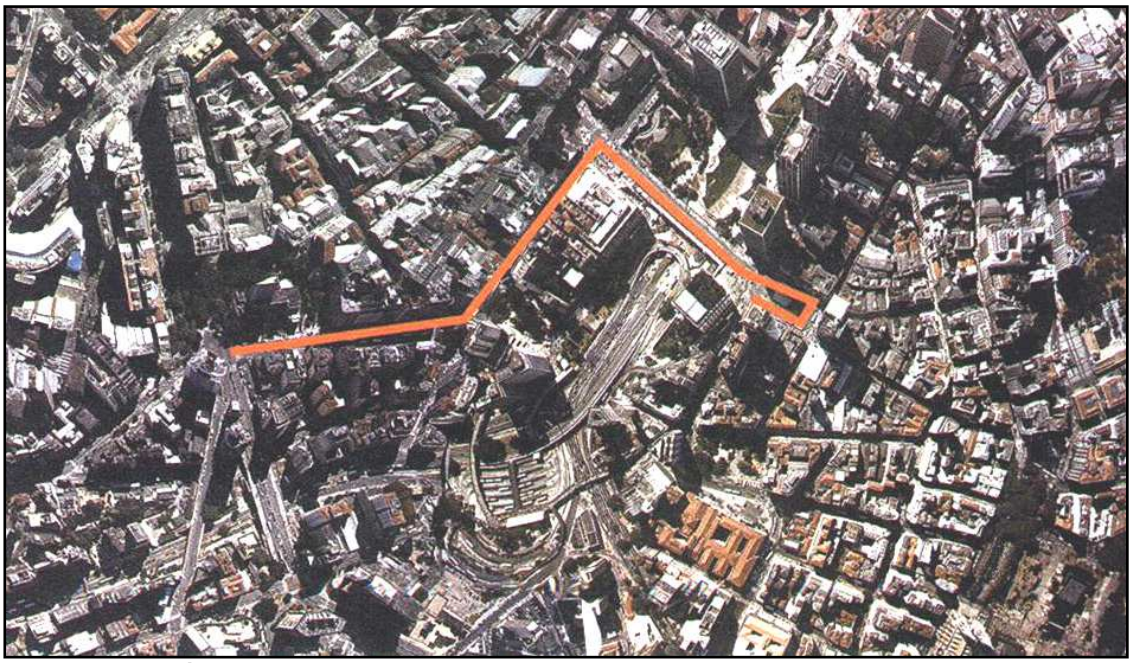


Figura 60 - Vista aérea do traçado planejado para o Corredor Cultural. Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 34.

A cidadania urbana, a conscientização e o compromisso do usuário que interfere no espaço de todos, no âmbito da AR-SÉ, foram as metas do programa "Cuidar do centro". Trata-se de é outro programa que visava garantir a melhoria da qualidade de vida dos espaços públicos, só que neste caso esta responsabilidade seria compartilhada

com a sociedade civil. Visando conscientizar a mesma e chamá-la para a causa, a prefeitura iria implantar a Escola da Cidadania Urbana, onde seriam oferecidas palestras para orientar a população sobre as posturas que cada um deveria ter com a cidade. Estava prevista também a elaboração de um manual – "O Manual de Posturas Urbanas", voltado para os estabelecimentos comerciais, indicando normas sobre a coleta de lixo, cuidados com a frente do estabelecimento, com as calçadas e outros. Quando o proprietário atendesse adequadamente todos os itens do manual ele ganharia um "Selo" que demonstraria sua preocupação em atender os requisitos estabelecidos pela prefeitura, melhorando o aspecto de seu estabelecimento e consequentemente vendendo uma imagem melhor ao seu cliente (PMSP, 2001, p.43).

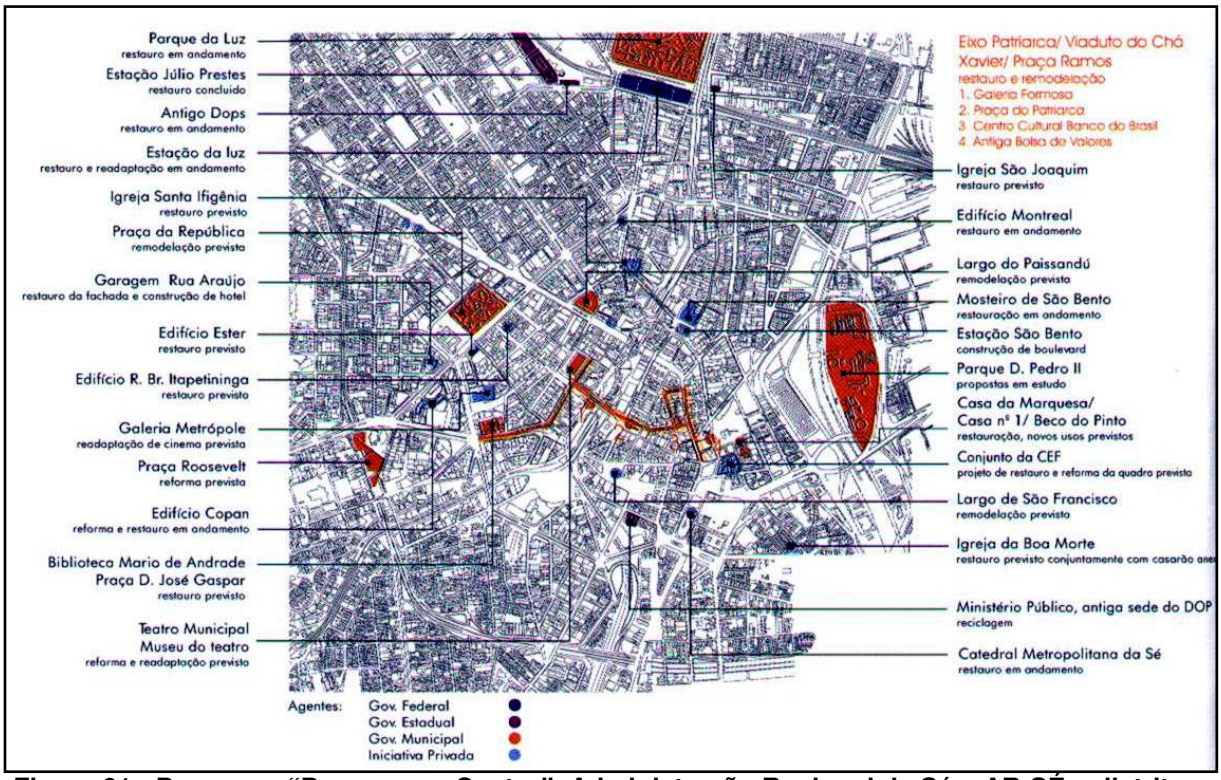


Figura 61 - Programa "Preservar o Centro". Administração Regional da Sé – AR-SÉ e distritos.
Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 36.

O oitavo e último programa do **PRC** é o "governar o centro"; dentro dele o interesse público seria colocado acima de qualquer outro, por meio de mecanismos de gestão democrática visando implementar o Plano por completo. Para a sua execução foi proposto a criação da Subprefeitura da Sé que seria mais uma além da AR-SÉ e do

PROCENTRO a responder por sua execução. Basicamente o "programa governar o centro" previa a necessidade de equipes técnicas e administrativas para dar conta de executar as diretrizes e propostas estabelecidas dentro dos outros programas, além de concentrar a integração do trabalho de todos os envolvidos: secretarias, empresar, autarquias municipais, outras esferas do governo, iniciativa privada e a comunidade. Buscar recursos financeiros e compatibilizar as prioridades do **PRC** com o orçamento participativo, também eram tarefas do "programa governar o centro". Prevendo a necessidade de concentrar a coordenação da implantação do Plano como um todo, em 19 de junho de 2001 por meio do decreto nº 40.753, foi criada a Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central – **PROCENTRO**. O seu perímetro de atuação é o mesmo que abrange a AR-SÉ, composto pela Comissão **PROCENTRO** e pelo Grupo Executivo; a presidência da comissão coube ao Administrador Regional da Sé e o Grupo Executivo funcionaria junto ao gabinete da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – **SEHAB**, e seria composta de um representante e seu suplente de vários órgãos e entidades como: SEHAB, EMURB, CONDEPHAAT, SEMPLA, entre outros.



Figura 62 - Programa "Investir no Centro" Orla ferroviária e pátio do Pari. Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 38.

Em resumo, são atribuições do **PROCENTRO**: articular a participação de todos os agentes envolvidos para ações que privilegiem a inclusão social; liderar a gestão na obtenção de recursos e parcerias; análise e elaboração de propostas de alteração de legislação, análise e monitoramento dos projetos e seus respectivos impactos socioeconômicos, apoio técnico comunidade e divulgação das informações pertinentes a implantação dos programas dentro do Plano a todos os interessados e envolvidos no processo de requalificação do centro (PMSP, 2001, p.45-48).

Para a implantação do **PRC** com todos os seus oito programas a prefeitura estabeleceu uma área dentro do perímetro de atuação do Plano para ser o "quadrilátero piloto". Nele, os programas seriam implantados numa escala menor com o objetivo de corrigir os erros e avaliar se as propostas estavam bem encaminhadas para os problemas e necessidades diagnosticadas na região central. O perímetro do quadrilátero compreendia as ruas: 07 de Abril, Conselheiro Crispiniano, Avenidas São João e Ipiranga.

O projeto para o quadrilátero piloto teve início dia 12/06/2001 e, segundo reportagens publicadas nos Jornais *O Estado de São Paulo* (17/05/2001 e 12/06/2001); "Diário Popular" (11/06/2001) o investimento que esta área receberia girava na ordem de R$ 600 mil que seriam investidos inicialmente na recuperação do piso, retirada de material publicitário colocado em postes, recuperação das árvores, tapar buracos, troca da iluminação e mais tarde a troca do mobiliário urbano. A implantação da "Escola da Cidadania" também fez parte da implantação do **PRC** no quadrilátero piloto com o intuito de divulgar os oito programas por meio de palestras educativas e também por meio da conscientização de comerciantes, vendedores ambulantes e usuários para que os mesmos respeitassem o espaço público ("Folha de São Paulo", 12/06/2001).

Em dezembro de 2001, segundo reportagem do Jornal *O Diário de São Paulo* (16/12/2001), o Plano Reconstruir o Centro iniciado em junho do mesmo ano, nada havia mudado de fato na região como foi dito inicialmente. Os camelôs continuavam tomando o espaço do pedestre, as ruas e calçadas continuavam danificadas e as fachadas dos edifícios históricos ainda permaneciam encobertas com placas irregulares, promessas feitas no inicio da implantação do projeto. A mesma reportagem identifica

que 162 multas foram aplicadas aos comerciantes que tinham anúncios irregulares nas fachadas de seus estabelecimentos, de acordo com informações obtidas por meio da Administradora da Regional da Sé, Clara Ant.

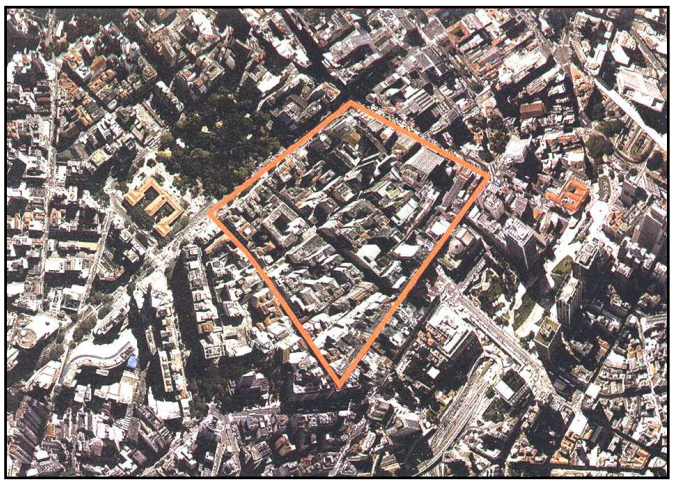


Figura 63 - Programa "Cuidar do Centro" Quadrilátero Piloto. Fonte: Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001, p. 44.

De acordo ainda com a reportagem do jornal *O Diário de São Paulo* (16/12/2001) o Presidente da Associação Viva o Centro Marco Antônio de Almeida se manifesta dizendo que os sinais mais visíveis da recuperação do quadrilátero piloto foram feitos pela iniciativa privada e dos governos estadual e federal como: *"a ampliação da Bolsa Mercantil e de Futuros; as obras de recuperação da Estação da Luz e integração do Metrô; o anúncio da futura linha Vila Sônia-Luz (4), a inauguração do Centro Cultural banco do Brasil e do Novo Paramount (teatro Abril), a compra do prédio da Mesbla pelos Sesc e a recuperação do Monumento a Carlos Gomes ao lado da Praça Ramos de Azevedo".* A prefeitura por meio da Administradora Clara Ant que afirma acelerar o processo de mudanças em 2002, e que os problemas que vem enfrentando como a falta de condições materiais e instrumentos de gestão adequados para reconstruir a presença do poder público na região está dificultando as ações previstas.

No início de 2002, a recuperação do centro passa a depender do Governo Federal, pois segundo reportagem do jornal *O Diário de São Paulo* (05/03/2002), a Prefeitura estava aguardando a autorização da Comissão de Financiamento da Divida Externa - *COFIEX*, do Ministério do Planejamento para conseguir a liberação do empréstimo de

US$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento – **BID** e assim dar inicio a revitalização de espaços urbanos e a implantação de novos mobiliários urbanos. Nesta reportagem Clara Ant diz ter apresentado o projeto ao **BID** e que o mesmo aprovou a proposta diante de algumas alterações no empréstimo a ser liberado, onde o valor seria de 60% do pretendido e o restante, 40% a prefeitura terá que investir. O valor do empréstimo será usado e distribuído em três grandes blocos e poderá ser pago em 25 anos; o desembolso do dinheiro ocorrerá em quatro anos a contar da data de liberação da verba.

> *Segundo Clara Ant, no que se refere à infra-estrutura, o financiamento será usado, por exemplo, para recuperação de galerias e viadutos, e obras estruturais de conservação e recuperação do subsolo. O empréstimo do BID também incluirá ações de investimento econômico, como a recuperação de praças, calçadas, vias públicas, equipamentos históricos e habitação. O dinheiro para áreas especiais será destinado a grandes projetos, como a revitalização do complexo formado pelo Parque Dom Pedro, o Mercado Municipal e o Palácio das Indústrias, que será desocupado pela Prefeitura* ("Diário de São Paulo", 05/03/2002).

Em maio de 2002, a Prefeita Marta Suplicy cai na realidade e vê que a sua proposta de abranger no **PRC** todos os dez distritos da Administração Regional Sé não será possível para obter o financiamento do **BID**. A redução do projeto inicial foi batizada de "Programa de Reabilitação do Centro" abrangendo os distritos República e Sé, com isso a prefeitura esperava que em 2003 o empréstimo fosse então aprovado ("Diário de São Paulo", 29/05/2002). Neste mesmo mês técnicos do **BID** estiveram visitando a capital no intuito de verificar a redução de área feita pela Prefeita na nova proposta e também vistoriar as obras do Corredor Cultural e da Praça Patriarca que já estavam em andamento naquela época.

Na mesma reportagem do jornal acima mencionado, a presidente do **PROCENTRO** e vice-presidente da **EMURB**, arquiteta Nadia Somekh afirmava que a nova proposta era uma evolução do **PRC** e que esta com certeza iria desencadear outras ações para o restante da área central. Entre as propostas do novo programa está

a criação da "Agência de Desenvolvimento Econômico do Centro" uma entidade pública de direito privado que tem a finalidade de ajudar a Prefeitura a captar novos investidores para a região, *"prevendo a melhoria do espaço público, recuperação de ruas e praças; a organização dos camelos; e intervenções maiores no Parque Dom Pedro II, Centro Velho, Centro Novo e na Luz; e habitação de interesse social para a população de baixa renda"* ("Diário de São Paulo", 29/05/2002).

A redução do projeto se deu porque o inicial envolvia a participação de cinco secretarias municipais, além da amplitude de ações para um perímetro grande, se tornando difícil de ser gerenciado. Isto foi percebido pelos técnicos do **BID** e se não houvesse a redução da área de intervenção o empréstimo tinha grande chance de ser cancelado. Além disso, o resultado esperado para as primeiras iniciativas do **PRC** era de aproximadamente três ou quatro meses, pouco tempo mesmo sendo aplicado dentro do quadrilátero piloto escolhido; as ações mais visíveis foram à retirada dos camelôs e dos letreiros das lojas da Rua Barão de Itapetininga. Outras iniciativas do projeto original anunciado, não havia ainda aparecido na região como: arrumação dos buracos nas calçadas; limpeza das ruas entre outros ("O Estado de São Paulo", 29/05/2002; "Diário de São Paulo", 08/07/2002). Após quase dois anos a Prefeitura acaba concluindo o processo para receber o empréstimo do **BID**, sendo autorizado somente em dezembro de 2003 pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado – **CAE**, dependendo mesmo assim do aval dos senadores.

Para este novo projeto foi criado o programa "Ação Centro" mantendo os princípios da inclusão social, da gestão compartilhada e descentralizada por meio da articulação do trabalho de 16 secretarias que atuam no centro, 5 empresas municipais e é coordenado pela **EMURB**. Neste novo programa foram estipuladas 130 ações distribuídas em 5 eixos de implantação: *"valorização imobiliária e afetiva; transformação do perfil econômico e social; recuperação do ambiente urbano; melhoria da circulação e fortalecimento institucional do município"* (Campos, Gama e Sacchetta, 2004, p.229).

Em dezembro de 2002, no quadrilátero piloto, onde existem cerca de 65 edifícios histórico, é lançado uma campanha para incentivar os proprietários a reformar seus prédios através de duas linhas de crédito especiais do Banco do Brasil e da Caixa

Econômica Federal, podendo ser pagos em até 24 meses a juros em média de 15%. Do total financiado 30% poderiam ser usados como capital de giro e o restante teria que ser aplicado na restauração do edifício, orientada pelo **DPH** em parceira com a Universidade Mackenzie, mediante apresentação de notas fiscais que comprovariam o investimento ("Folha de São Paulo", 05/10/2002). Em março de 2003 a Prefeita Marta Suplicy toma outra iniciativa para a recuperação da região central, inicia a transferência das secretarias com o intuito de fortalecer sua proposta de revitalização do Centro e com isso passa a economizar R$ 48 milhões em dinheiro do contribuinte ("Jornal do Bom Retiro", março/2003).

O empréstimo do **BID** foi oficialmente liberado em junho de 2004, e não foi de uma só vez; segundo reportagem do Jornal "O Estado de São Paulo" (03/06/2004), o representante do **BID**, Waldemar Wirsing, dizia que a liberação da verba autorizada só seria feita conforme os projetos fossem sendo executados mediante comprovação de todos os gastos, sendo que a Prefeitura ainda teria que arcar com parte deles. Uma outra informação que dá neste momento é que a liberação dos recursos não seria interrompida caso houvesse troca de governo nas próximas eleições muito importante para a continuidade do projeto de revitalização da região central da cidade. Vale saber se as propostas elaboradas e os projetos em andamento nesta gestão terão continuidade caso a prefeitura venha ter um novo prefeito. Neste período algumas obras já haviam sido realizadas como parte do Programa da ex-prefeita como: as intervenções na Praça Patriarca; o Corredor Cultural e as Praças Ramos e Dom José de Gaspar; outras estavam em andamento como: a revitalização do mercado Municipal e do Parque Dom Pedro II; a construção de moradias populares dentro do programa "morar no centro" e a troca de toda a iluminação do Centro Velho por lâmpadas de sódio (*O Estado de São Paulo*, 03/06/2004).

Já no final do mandato da ex-prefeita, um estudo revelou que 20% da área construída dos edifícios comerciais dos distritos República e Sé ainda estavam desocupados, apesar dos esforços da prefeitura de reverter o processo de despovoamento da região (*Diário de São Paulo*, 21/11/2004). A mesma reportagem diz que este estudo foi o resultado de uma tese da Arquiteta Valéria Bomfim pela Escola

Politécnica da Universidade de São Paulo e no momento que desenvolve suas pesquisas o programa "morar no centro" estava sendo implantado. O **PRC** não chegou a ter o êxito planejado, foi repensado para ter a chance de pelo menos ser iniciado. Vemos que sua implantação foi comprometida por um erro de cálculo de sua abrangência e como decorrência à demora na liberação do empréstimo necessário para sua execução colaborou para um atraso significativo no cronograma.

Talvez, se a ex-prefeita tivesse permanecido na gestão da capital o seu programa para a reabilitação da área central teria tido maiores resultados, pois uma região como esta com os problemas que possui, demoraria em média de 5 a 10 anos para reverter o seu estado atual e ser capaz de se tornar verdadeiramente atrativa. Há ainda muito trabalho a ser feito, e este não é em curto prazo de tempo. Houve vontade política em reverter o processo de abandono do centro, houve também empenho de alguns da iniciativa privada; a parte cultural existente é evidente e está consolidada, mas dizer que o centro já está valorizado com o que foi feito não é verdade. Quando houver interesse das pessoas voltarem a habitar o centro, haverá filas querendo os imóveis que estão disponíveis, pois já é comprovado o valor em vários aspectos que a área possui, porém ainda há problemas de ordem social que precisam ser resolvidos e que contribuem para afastar o uso habitacional. Não houve tempo suficiente no período de gestão da prefeita Marta Suplicy para corrigir tais problemas. Pelo menos agora o poder público tem ciência das potencialidades da região, e o melhor, o povo sabe disso e está ai para cobrar e avaliar se o próximo conseguirá tornar o Centro de São Paulo o verdadeiro coração da metrópole paulistana como já foi um dia.

12.4.3.2 Propostas para o Centro na gestão do ex-prefeito José Serra.

O empresário Andréa Matarazzo assumiu a direção da Regional da Sé como subprefeito nomeado por José Serra, dando-lhe a missão de estudar, planejar, propor e executar medidas para que o centro de São Paulo seja recuperado. Com uma verba de U$ 100 milhões vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – **BID**, recurso cuja negociação começou com a gestão do ex-prefeito Celso Pitta, passou para ex-prefeita Marta Suplicy que acabou fechando o contrato com o banco, o atual subprefeito tem então a tarefa de reverter o processo de degradação do centro e atrair novos investimentos.

Nesta nova gestão, o centro de São Paulo contaria com um consultor da prefeitura o arquiteto Jaime Lerner ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná, que mostrou em suas gestões boas soluções para alguns problemas das cidades por onde passou. A atual administração acreditava que sua notoriedade pudesse contribuir para solucionar os problemas do centro da cidade.

Segundo reportagem publicada na revista *VEJA SP* (16 de março de 2005), as propostas desenvolvidas pela ex-prefeita Marta Suplicy serão revistas por esta nova administração, num total de 130. O foco central, a primeira vista, era tentar resolver a questão dos camelôs; a falta de estacionamento e também reverter o estado de deterioração da região da Cracolândia. Nesta mesma reportagem, o subprefeito admite que somente a verba conseguida não iria fazer milagres com os problemas existentes no centro, era preciso ter o envolvimento da comunidade pela causa que requereria também consciência de quem usa o espaço público.

Com cinco meses de gestão, a nova administração ainda não tinha mostrado o que seria capaz de fazer. Ainda era muito cedo para tirarmos conclusões precipitadas, porém foram feitas 10 propostas para a área central da cidade obtidas através da imprensa escrita e falada.

1. Os calçadões do centro e do Vale do Anhangabaú: uma das propostas que parece ter sido a primeira polêmica da gestão de Serra. Visava melhorar a circulação e a

acessibilidade na região central ("O Estado de São Paulo", 24/02/2005) para tanto os calçadões poderiam deixar de existir. Esta proposta fazia parte de um projeto desenvolvido pela Associação Viva o Centro em parceria com quatro escritórios de engenharia e arquitetura que pretendia viabilizar um trânsito local sem detrimento do tráfego de pedestres que continuariam a ter segurança, segundo a reportagem. As novas ruas dariam acesso a Rua Libero Badaró e ao Largo Paissandu recuperando a circulação junto aos edifícios do Vale. Uma "rambla" como as existentes em Barcelona fariam parte da proposta e através dela o pedestre circularia com segurança e conseguira atravessar o Vale do Anhangabaú como hoje acontece.

As reportagens acima citadas também traziam o descontentamento de muitos usuários do centro que consideram os calçadões algo de bom que a área tem: *"lembro de como era esse trecho antes dos calçadões e acho que o fechamento das ruas foi uma comodidade para quem vive e trabalha por aqui",* depoimento de um deles que trabalha na região há trinta anos e que presenciou o fechamento das ruas pelo antigo prefeito Olavo Setúbal, que na tentativa de resolver o processo de degradação já existente em 1976, criou os calçadões trazendo num primeiro momento um novo espaço de lazer para o cidadão paulistano. Isto se deu por que naquela época o tráfego na região já era grande e a disposição e largura das ruas não permitiam que o mesmo fluísse sem congestionamento.

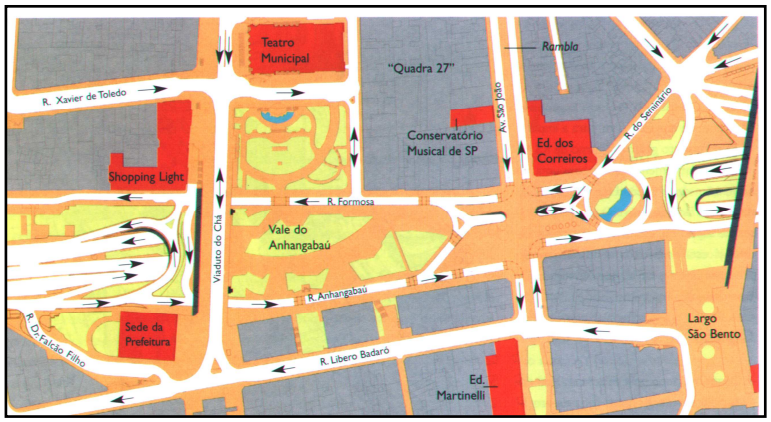


Figura 64 - Localização da Rambla. Vista Superior da proposta para o Vale do Anhangabaú projeto da Associação Viva o Centro e empresas parceiras. Fonte: Revista *URBS*, n.36, jan/fev.,2005, p. 18.



Figura 65- Perspectiva ilustrativa da Rambla proposta pela Associação Viva o Centro e empresas parceiras do projeto. Fonte: Revista URBS, n.36, jan/fev.,2005, p. 16.

A proposta desta administração não foi implantada, pois estudos realizados pela Companhia de Engenharia de Tráfego – **CET** e pela **EMURB**, que verificaram verificado se os 7 quilômetros de vias que se pretendia abrir, e das 27 áreas exclusivas para pedestres, iriam prejudicar a dinâmica da região e piorar ainda mais a situação dos congestionamentos que são uma realidade.

2. Segurança: O Subprefeito pretendia colocar mais policiais no centro principalmente em pontos que considerava estratégicos como: próximo ao Teatro Municipal e a Estação Júlio Prestes. A implantação de mais cabines da Política Militar também iria reforçar a vigilância eletrônica feita por câmeras instaladas pelos próprios comerciantes, que pretendiam ampliar o número delas já em funcionamento. Muito pouco foi feito!

3. Implantação de habitações, escritórios e lojas: a prefeitura pretendia utilizar imóveis subutilizados dos quais é proprietária para a instalação de edifícios de múltiplo uso unindo residências, comércio e serviços. Muito pouco foi feito!

4. Limpeza: um dos maiores desafios do Subprefeito é manter a região central limpa, para tanto pretende criar um sistema onde as reclamações deste âmbito, vindas da

população, seriam atendidas num prazo de 24 horas: tapa-buracos, recolhimento de lixo, poda de arvores, manutenção do paisagismo dos canteiros e praças, além da contratação de mais empresas prestadoras de serviço para a área. Parte disto foi implantado.

5. Moradores de rua: esta administração pretendia firmar parceiras com instituições de assistência social para encaminhar os moradores de ruas aos albergues existentes na cidade, além de montarem programas de inclusão social. Para tanto as vagas nos albergues seriam ampliadas e os catadores de papel teriam que guardar seus carrinhos em locais específicos determinados pela prefeitura não podendo mais guardá-los nas ruas, pois algumas não poderiam mais ter o trânsito deles. Parte disto foi implantado

6. Os camelôs: um dos principais desafios que a nova administração estava ciente que iria ter era a remoção dos vendedores ambulantes sem autorização que se encontravam espalhados por quase todas as ruas do centro superando mais de 2000 clandestinos na região. A proposta era criar bolsões onde pudessem estar localizados sem atrapalhar o trânsito de carros e de pedestres, removidos para um "shopping popular", juntamente com a ampliação da fiscalização que se tornaria mais ostensiva e presente juntamente com a policia federal. Parte disto foi implantado

7. Captação da iniciativa privada: a subprefeitura da Sé colocaria uma equipe encarregada de captar novos investimentos e parceiros para ajudar a cuidar da região. Projetos como: melhoria da iluminação, implantação de lixeiras, ou simplesmente cuidar de pequenas praças e canteiros, poderiam ser feitas por empresas privadas. Os incentivos ainda não estavam muito claros, mas acreditavam serem propostas bem aceitas diante do número de praças – 23 – cuidadas pelos comerciantes da região. Parte disto foi implantado.

8. Estacionamentos: uma das dificuldades de chegar ao centro de carro é guardá-lo em um estacionamento, pois os existentes geralmente ficam longe e fora da área de acesso dos pedestres, e são muito caros quanto mais se aproximam dela. Assim, a nova administração previa a construção de garagens subterrâneas aumentando em cerca de 5.000 vagas na região, que seriam bancadas por empresas da iniciativa privada com a contrapartida de poder explorar o investimento por 30 anos. Parte disto foi implantado.

9. Melhoria da paisagem urbana: através da proibição da colocação de qualquer tipo de propaganda, anúncio e distribuição de panfletos nos distritos da Sé e da República, a Prefeitura juntamente com a Câmara Municipal pretendiam direcionar o uso do espaço aéreo da região central. Isto foi implantado e deu muito certo.

10. Reverter à degradação da região da Cracolândia: outro grande desafio que a subprefeitura sabia que iria enfrentar era reverter o processo de degradação de uma das áreas do centro mais perigosas, devido à concentração de traficantes e viciados em crack. Na visão do subprefeito a construção de uma universidade na região ajudaria a reverter o processo, pois atrairia outro tipo de comércio como: livrarias, cafés. Antes disso pretendia melhorar a região através da implantação de policiamento mais freqüente com blitz constantes para prender os traficantes e fechar os estabelecimentos clandestinos. A iluminação vai ser recuperada e os viciados em drogas serão monitorados pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas. A administração pretendia também criar um programa de inserção social para estas pessoas (VEJA SP, 16/03/2005; "O Estado de São Paulo", 24/02/2005). Parte disto foi implantado.

Percebe-se nesse processo interminável de tentar melhorar os problemas da cidade que "parte", ou quem sabe, "todo" o esforço da última administração sempre acabou sendo desperdiçado. Pudemos notar que o "Plano Reconstruir o Centro" poderia ter sua continuidade na íntegra, já que os resultados nem puderam ser obtidos por completo. Isto procede e é comum a cada troca de governo, pouco se aproveita do anterior e muito trabalho é jogado fora, aliás, nosso dinheiro também é, porque o pagamento do funcionalismo público sai do bolso de todos nós, e se o trabalho deles realizado em quatro anos deixa de ser usado como é o caso, parte do nosso dinheiro é desperdiçado.

Lidar com os problemas desta área da cidade não é nada fácil para qualquer governante. São problemas sobre problemas que vieram se agravando desde muito tempo atrás. Nas propostas colocadas pelo Subprefeito da gestão do José Serra, o que nos chama mais atenção é a retomada do centro para o automóvel. Abrir ou fechar novas ruas talvez não seja a solução para uma área que já se consolidou como esta. É o coração da cidade e uma de suas particularidades é a de permitir que o cidadão possa

andar a pé longe dos automóveis, coisa que nenhum outro lugar da cidade tem. A acessibilidade é questão primordial para reverter o processo, mas será que este realmente é o problema central desta área neste momento?

12.5 A preservação em Havana: O contexto cubano – abordagem histórica

Durante um longo tempo, quase cinco séculos, Havana foi elogiada por manter e conservar a coerência e continuidade de sua estrutura urbana; representou um papel importante na rota dos navios espanhóis como ponto de parada dos marinheiros, comerciantes que se dirigiam ao novo Continente. Sua beleza, vida social e glamour de ilha foram elogiados por diversas pessoas em várias épocas e o estrangeiro podia se sentir em casa encontrando também diversão e lazer.

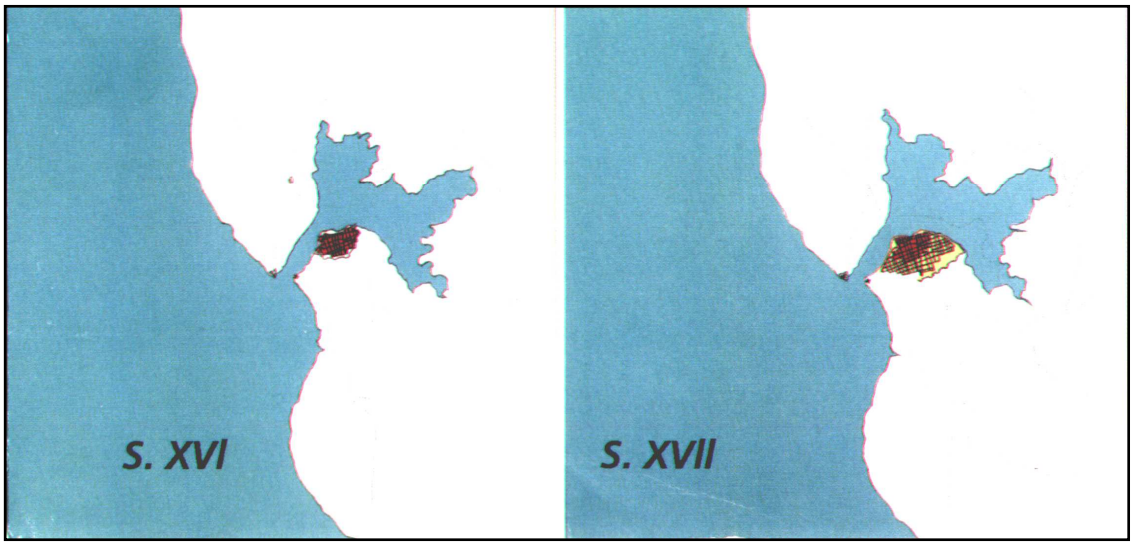


Figura 66 - Mapa do núcleo histórico de Havana Vieja durante o século XVI e XVII.
Fonte: Encarte da revista Ambiente nº 83, junho de 2000.

Desde o período colonial, quando da implantação das primeiras sete cidades em Cuba (1510-1515): *Baracoa, Santiago de Cuba, Bayamo, Puerto Príncipe, Trinidad, Sancti Spíritus y La Habana*, tem início a criação das primeiras normas que vão direcionar o assentamento urbano pela colônia e pelos moradores locais; a Espanha, desde 1923, já havia promulgado as Leis das Índias válidas para todo o território conquistado na América. Uma das primeiras a surgir, segundo Núnez (1998, p.8), foi *"Acta Del Cabildo de la Habana de 8 de novembro de 1556",* determinando que todos os moradores da vila seriam multados caso não limpassem suas ruas aos domingos; em seguida surgem *"Los Acuerdos Cabildo de La Habana"* de 25 de fevereiro e de 3 de

março de 1559, que decidem a localização da Praça das Armas na malha urbana e de alguns edifícios. Em diferentes épocas a legislação administrativa para Cuba, no que tange a ocupação do território, sempre esteve atrelada ao ordenamento urbano. Ainda segundo Núnez (1998, p.8) em 15 de janeiro de 1574 surgem as primeiras normas que estabelecem a obrigatoriedade de se ter licença para obras, *"Ordenanzas Municipales de Alonso de Cáceres"* apresentadas ao *"Calbildo de la Villa de San Cristóbal de La Habana";* as *"Ordenanzas Municipales",* de 24 de dezembro de 1855 e o regulamento de 9 de julho de 1859 são considerados as primeiras leis relacionadas à proteção do meio ambiente por se referirem aos estabelecimentos *"Insalubres, Peligrosos e Incômodos".*

O traçado urbano da cidade de Havana passa a ter a disposição das ruas a 45º Noroeste e a 45º Sudoeste a partir de 9 de outubro de 1861, com as *"Ordenanzas de Construcción para la Ciudad de La habana y los pueblos de su término",* considerada uma importante lei de ordenamento urbano do país de ordem jurídica, técnica e administrativa. Esta lei acabou dando base para a urbanização dos bairros Vedado em Havana, la Víbora, Santos Suárez y Minamar.

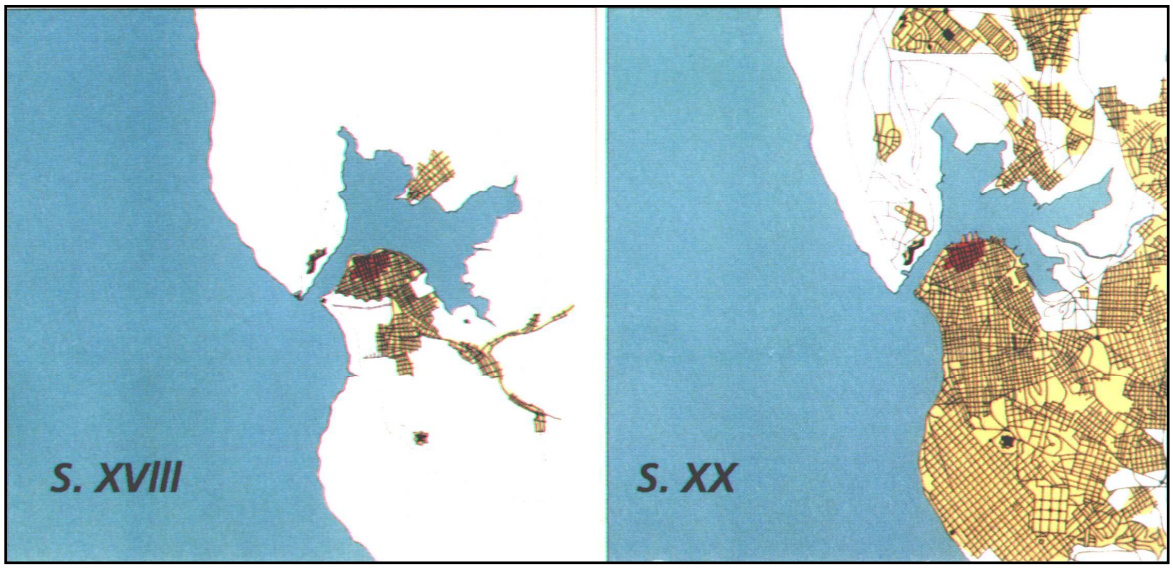


Figura 67 - Mapa do núcleo histórico de Havana Vieja durante o século XVIII e XX. Fonte: Encarte da revista Ambiente nº 83, junho de 2000.

No século XX, as novas condições impostas pelo desenvolvimento urbano vão exigir mudanças na legislação. Surge o primeiro plano regulador a *"Ley de Obras*

Públicas" de 1925, que estabelece o *"Plano de Engrandecimiento, Embellecimiento y Ensanche para La Habana";* eliminado em 1930 devido à crise em que o país se encontrava. Ainda em 1925 o arquiteto Pedro Marínez Inclán propõe para a administração pública um *"Código de Urbanismo"*, pois diante dos problemas causados com a nova ordenação urbana, a introdução do automóvel, novas edificações, sistemas de abastecimento de água e luz, seria necessária uma forma de regulação que direcionasse a ocupação do território para evitar um desordenado crescimento urbano.

Neste mesmo ano é criado o cargo de *"Historiador de la Ciudad"* assumido por Dr. Emilio Roig de Leuchesenring, profissional que irá desenvolver um importante trabalho a favor do resgate e preservação do patrimônio cubano e em especial do existente em Havana (Leal, 1999, p. 25). Seu trabalho terá continuidade com a fundação da *"Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana",* criada em 1938 como organismo municipal autônomo.

A Oficina é uma instituição dedicada a: *"...fomentar la cultura habanera e impulsionar y aydar el aumento de la nacional y americana dando a su actuación caráter y proyección eminentemente populares..."* Estes objetivos já eram pregados pelo Dr. Roig e deles nasceram as bases para a proteção do patrimônio que se configura através da *"Comissión Nacional de Monumentos, Edifícios y Lugares Histoticos y Artisticos Habaneros"*. Esta comissão é antecessora da atual *"Comissión Nacional de Monumentos"* e do *"Projecto de Ley de los Monumentos Históricos, Arquitectónicos y Arqueológicos"* que data de 1939 (Leal, 1999, p. 25). Sobre a atuação e papel da *"Oficina Del historiador"* dedicamos uma parte em especial nesta pesquisa, pois o seu papel será de fundamental relevância para a preservação do patrimônio cubano e especificamente em Havana até os dias de hoje.

Havana Velha sofreu algumas ameaças por propostas de planos urbanos que contemplavam sua vocação para o turismo; uma delas foi a do urbanista francês Jean C.N. Forestier em 1929 (*Ciudad City*, 1996, p. 12). Sua proposta previa a transformação da orla marítima da cidade em grandes blocos de edifícios modernos tendenciosamente europeus, substituindo os edifícios existentes parte da imagem tradicional da cidade, isto porque no final dos anos 1930 e 1940 começou a ter características próprias e

tomar corpo o Urbanismo Moderno, sendo este praticamente universal e se estendendo até meados da década de 1970, quando se acentuam as críticas aos seus conceitos.

As cidades passaram por um processo de transformação, cresceram, mudaram, geraram diferenças e desigualdades muitas vezes irrecuperáveis diante do progresso tecnológico e econômico. O Movimento Moderno vem atender as necessidades da expansão do capital financeiro, industrial e imobiliário.

Os países europeus foram os precursores e com rapidez fizeram seus discípulos; como a cidade crescia as regiões periféricas eram as que neste momento mereceriam atenção. As cidades são organismos dinâmicos, mudam a cada instante, o processo de modernização então chegava. Para tanto os Projetos Urbanos[68] previam novos traçados e construções; audaciosos arrasavam quarteirões para a abertura de novas ruas e avenidas. As forças econômicas vigentes estabeleciam as dinâmicas de crescimento sem se preocupar muito com o tecido existente que estava sendo fragmentado mesmo preservando alguns edifícios simbólicos.

Embora na *Carta de Atenas*[69], a preservação dos valores arquitetônicos de edifícios isolados e do tecido urbano como um todo, devesse ser respeitada por primar a qualidade de vida das comunidades locais, isso não foi totalmente levado em consideração. Essas intervenções que visavam à modernização das cidades com novas avenidas foram caracterizadas como renovação urbana[70] e tinham como uma das consequências o desaparecimento de quarteirões inteiros na tentativa de melhorar o

---

[68] Expressão, segundo Nuno Portas, que surge em meados da década de 60, utilizada para dar nome a alguns projetos de arquitetura de grandes dimensões e complexidade os quais potencialmente, transformavam o tecido urbano que ganhava novas dimensões. Seria a primeira geração de Projetos Urbanos. A segunda viria nas décadas de 60 e 70 e a terceira na década de 90. PORTAS, Nuno. "L'emergenza del progetto urbano" (1998), in Revista Urbanística 110, Roma:Giugno, 1998.

[69] *"A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade de gênio humano".*

*Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que o detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta aos séculos futuros essa nobre herança "(*CARTA DE ATENAS, 1933, p. 59).

[70] Ver SIMÕES JR, José Geraldo. *Revitalização dos Centros Urbanos.* São Paulo, Publicações PÒLIS, 1994, p. 15.

espaço coletivo, eliminando cortiços com edificações insalubres e substituindo-os por áreas comerciais e de serviço. O mercado imobiliário na busca de maiores lucros era apoiado pelo poder público que acabava também negociando os espaços da cidade. Em troca, grandes conjuntos habitacionais impessoais que muitas vezes distanciavam as relações humanas eram construídos na periferia.

Os novos centros eram concebidos em grandes espaços abertos, com grandes edifícios, lojas de departamentos e escritórios. A cidade então se confrontava com outros problemas, alguns só foram mais acentuados: desigualdades sociais, devastação ambiental, crescimento da mancha urbana; o centro tradicional das cidades era esquecido e substituído. Sua deterioração física e social na maioria das capitais ajuda a definir a diferença entre passado e presente.

José Luis Sert chegou a Cuba em 1939. Em uma passagem rápida pela ilha, vindo da Espanha a caminho dos Estados Unidos, conhece alguns arquitetos que o levam a integrar-se ao *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* - **CIAM** seguiam os arquitetos argentinos, ingleses e californianos. Em 1941 este grupo funda **ATEC** (Grupo Técnico de Estudos Contemporâneos) que logo em seguida farão parte do **CIAM** de Havana. Outro grupo de arquitetos cubanos surge também neste período o **ARCA** (Grupo Renovador do Colégio de Arquitetos, 1952), este ligado à academia.

A Constituição de 1940 dispõe no seu artigo 215 o estabelecimento de comissões municipais de urbanização; e no artigo 230 cria o *"Distrito Metropolitano de La Habana"* com uma federação de municípios, colocada em prática apenas em 1963 com o nome de *"Habana Metropolitana".* O centro histórico de Havana foi considerado como Zona Especial de Valor Histórico e Artístico com o Decreto Presidencial nº 3158 de 21 de dezembro de 1944 (Núnez, 1998, p. 9).

Em 1949 é escrita a Carta de Havana inspirada na *Carta de Atenas* elaborada pelos dois grupos **ATEC** e **ARCA**; está então efetivado o vínculo de profissionais com a academia. Um dos integrantes, Nicolas Arroyo, se torna Ministro de Obras Públicas do primeiro Governo de Batista, 1952 e Sert em 1953; viaja para Havana com o objetivo de finalizar um projeto de habitação popular.

Quando Batista assume o governo ditador tem que enfrentar grandes problemas urbanos: bairros inteiros insalubres, falta de infra-estrutura, expansão da malha urbana de forma irregular e descontrolada, entre outros; parte dos urbanistas quer renovação e outros querem solução com qualidade de vida e respeito ao tecido urbano existente, esses últimos são os acadêmicos.

Um grande debate em praça pública, especificamente no Monumento a Martí, e a pressão do **CIAM** sobre o governo, leva alguns a fazer parte decisivamente das iniciativas construtivas do governo. É então que entra o Plano Diretor de Sert que, se tivesse sido totalmente colocado em prática teria arrasado o centro histórico de Havana, mesmo com a existência da *"Carta de Havana"* (Segre 1991, p.284).

Para tanto, Sert coloca em cargos de direção seus amigos e companheiros de grupo para a elaboração dos planos urbanísticos; é contratada em 1956 a empresa *Town Planning Associates* por três anos liderada por ele mesmo para executar o *"Plan de Ordenamiento"*. Este plano propunha a substituição do traçado urbano existente por grandes edifícios e avenidas voltados para o turismo, objetivo que começa com o plano de Forestier. O patrimônio arquitetônico existente só seria mantido através de edifícios que representassem o poder econômico, político e religioso; restaria de forma isolada no novo traçado. Sert teve como base outros planos feitos na década de 1950 que contemplavam vias largas e rápidas; o seu iria se concentrar em intervenções pontuais sempre voltadas para o turismo; a capital cubana estaria destinada a ser o novo pólo turístico da América Central.

Não queremos cair num historicismo e nem sermos saudosistas, nem tão pouco conservar uma arquitetura apenas para uso e apreciação de poucos, mas a questão é que se analisarmos os resultados de algumas intervenções em cidades latino-americanas deste período, como o caso da Cidade do México, Bueno Aires e Caracas, que segundo Segre (1991, p. 284) receberam intervenções a favor de novas avenidas contemplando circulações rápidas de veículos atrás de grandiosas demolições de edifícios e fragmentação do tecido colonial urbano[71], iremos perceber que trouxeram

[71] Roberto Segre cita o caso do Eixo Simóm Bolívar - Parque Central em Caracas, e questiona o que esta intervenção trouxe de valor a não ser pela nova circulação. Também cita os novos eixos de circulação na

para a população nada mais que novas vias de circulações e o aumento do valor da terra além de outras consequências. O que realmente estas intervenções trouxeram para a melhoria da qualidade de vida? Sem falar em parte da história e memória dos povos que se perderam com a destruição em favor da modernização, algo irrecuperável. O efeito devastador de grandes cidades no período em questão se deu pela chegada da modernidade trazendo consigo a construção em massa e a demolição dos ambientes de caráter histórico. Uma epidemia que devastou com muitos estilos arquitetônicos e os apagou da memória urbana.

Em Cuba, nos anos de 1959 e 1960 as *"Leys de Solares Yermos y de Reforma Urbana"* colaboraram contra a especulação imobiliária e também para a criação de um planejamento físico que estabeleceu bases para o desenvolvimento urbano e regional; eram necessárias atitudes que pudessem controlar os problemas causados pelos fenômenos urbanos deste período além do crescimento demográfico. Com estas providências e com a vontade política advinda do triunfo da Revolução em 1959, os seus líderes reconhecem a problemática e inicia-se o processo de urbanização de áreas periféricas da cidade de Havana, com a expectativa de descentralizar o crescimento populacional. Mais tarde a lei *"nº 2/1977 "De los Monumentos Nacionales y Locales"; e o Decreto nº 21/1978 "Reglamento sobre la Planificación Física", a lei nº 65/1988, "Ley General de la Vivenda"* serão importante neste processo (Núnez 1998, p 9).

12.5.1 O movimento preservacionista

Nos anos que antecederam a Revolução de 1959, as transformações territoriais da cidade de Havana não tiveram como base conceitos tão diferentes de outras cidades do mundo que não fossem a caminho da modernidade, da industrialização, promovendo a expansão física e o surgimento de bairros periféricos quase que anônimos pela velocidade com que nasciam.

---

malha urbana da Cidade do México que acabaram por demolir edifícios e setores tradicionais da cidade. Em Bueno Aires foram realizadas inversões no fluxo de algumas autoestradas e na Av. Nove de Julho (Segre 1991, p.284).



Figura 68 - Um dos símbolos do poder político da cidade burguesa: Praça da Fraternidade e o Capitólio Nacional. Fonte: RANGEL, Rafael López; SEGRE, Roberto. Arquitectura Latino-americana: Tendências Arquitetônicas y caos urbano em América Latina. México: Gustavo

De outro lado a crescente burguesia importava do exterior modelos urbanos que diluíram e alteraram o tecido colonial e consequentemente aspectos originais da cidade caribenha.

Antes da República, ainda no século XIX, um novo espaço simbólico para a burguesia surge; esta decidida a libertar-se do tecido colonial acaba se deslocando para esta nova região, indo também as residências dos ricos comerciantes e proprietários de terra. Segundo Segre (1987 p. 175) este novo vetor de crescimento se dá no eixo longitudinal marcado pelas antigas muralhas entre o Capitólio Nacional e o Palácio Presidente, promovendo a abertura de novas ruas e avenidas em direção a oeste. Começa um acentuado deslocamento da centralidade que se afasta do núcleo original, mesmo este ainda concentrando no século XX parte dos edifícios do poder político-administrativo e de ainda continuar sendo o centro bancário.



Figura 69 - Surgimento das torres funcionalistas nos anos 50 no bairro Vedado. Fonte: RANGEL, Rafael López; SEGRE, Roberto. Arquitectura Latino-americana: Tendências Arquitetônicas y caos urbano em América Latina. México: Gustavo Gilli, p.64.

Um segundo deslocamento acontece previsto no Plano Diretor elaborado pelo francês J.N.L. Forestier entre os anos 1926 e 1930[72]; inspirado no modelo parisiense de Haussmann acaba salvando Havana Velha de sua definitiva destruição, pois as novas construções no processo de modernização das estruturas administrativas e comerciais teriam arrasado quarteirões como aconteceu em outras cidades. O salvamento se deu pela definitiva transferência do centro simbólico e monumental da cidade para o eixo de deslocamento da burguesia. Por outro lado o processo de marginalização do núcleo original se acentua com o Plano de Forestier que contemplava esta área de forma superficial, não detalhando as eventuais propostas.

Com o tempo o centro histórico fica rodeado por novos prédios ecléticos que escondem o interior do tecido colonial com sua arquitetura ainda original, ocultando a

[72] *"As aspirações do ditador Gerardo Machado e de seus promotores estrangeiros, de converter Havana em a Nice da América, a cidade de inverno de 100 milhões de norte-americanos e, ao mesmo tempo, na réplica tropical das capitais modelos dos países europeus, materializam-se no Plano Diretor que é elaborado pelo urbanista francês J.N.L Forestier, entre os anos de 1926-1930 e que transcreve, de forma similar às outras cidades da América Latina – o plano de Alfredo Agache para o Rio de Janeiro – o modelo parisiense haussmaniano das grandes avenidas radiais, a valorização dos monumentos e as geradoras estruturas verdes. Esse plano, de fragmentária materialização, e apesar de seu conteúdo ideológico classista e de sua identificação com os interesses dos grandes especuladores sobre o solo urbano teve algumas indicações positivas".* (Segre 1987, p.175).

pobreza e a precariedade em que as pessoas estavam vivendo, como cortiços que abrigam centenas de famílias vivendo em péssimas condições.

Como aconteceu em outras cidades, edifícios não considerados simbólicos foram demolidos para construção de outros que atenderiam as novas demandas. O Centro de Havana estava em total abandono. Em 1955 receberia um golpe mortal caso tivesse se concretizado o Plano Diretor de José Luis Serte, já mencionado, a proposta era transferir pela terceira vez, o centro político-administrativo, agora para o setor Leste de Havana. Este plano contava com a participação de investidores cubanos e norte-americanos que estavam interessados em transformar definitivamente Havana em pólo turístico, equipando suas praias com novos centros comerciais e hoteleiros.

As ruas do Centro Histórico deveriam ser transformadas em calçadões; e modernizadas com novas avenidas de trânsito rápido e conversões de ruas, para tanto, vinte quarteirões deveriam ser demolidos dando lugar a construção de um centro financeiro, hoteleiro e comercial. A *barbárie* iria acontecer. Os moradores seriam deslocados para dar lugar ao turista; o plano negava completamente a permanência do tecido original. Alguns edifícios históricos seriam mantidos como se isso bastasse para justificar a permanência da memória. No período Pré-Revolução o povo cubano sofreu muito nas mãos dos interesses espanhóis e norte-americanos, foram explorados, humilhados, sempre esperando dias melhores, vendo sua cidade ser transformada para os estrangeiros e não para melhores condições aos cubanos.

A década de 1950 marca mudanças sociais significativas; as novas construções foram executadas fora da capital e espalhadas pelo resto do país; era notório o desejo de se deixar claro e diferenciado o patrimônio herdado do atual, deu-se então o processo de urbanização do campo, agregando-se a esse fator o processo de deterioração natural das áreas centrais pela falta de manutenção, e pela diminuição das funções que antes abrigava. Há uma diminuição do comércio, que arrasta a queda das atividades gastronômicas e diminuem as atividades administrativas. As ruas agitadas passam a ser apenas ruas-dormitórios. O centro estava perdendo sua vida, os espaços tornavam-se mudos, as praças antes frequentadas estavam vazias de gente.

Esse panorama mostrava que o resgate da memória não era algo que merecesse prioridade. Alguns dirigentes da cultura levaram o caso a sério, e tentaram reverter o quadro na batalha para salvar o patrimônio construído, que a cada dia caía no esquecimento e se deteriorava mais. Em 1956 surge a *Ley de Reabilitación de La Habana Antigua* que, segundo Núnez (1998, p 9), pode ter colaborado para a depredação do populacional da cidade de Havana que, em 1958 representava 25% de todo o país e 33% da população urbana nacional.

No dia 1º de janeiro de 1959, já com pretensões de romper com a segunda dependência imposta no século XX pelos Estados Unidos, se dá a Revolução, que nasce do ideário de libertação do colonialismo espanhol iniciado em 1868. Fidel Castro assume o poder e o infeliz plano de Serte é paralisado, embora já tivesse sido posto em prática, não teve tempo de interferir no Centro Histórico. Um povo que esteve como colônia até pouco tempo, sofreu, lutou para se libertar e quando isso se deu nos parece que todo este sofrimento e o grau de dificuldades por que passaram fizeram com que crescesse em cada cidadão o sentimento de patriotismo.

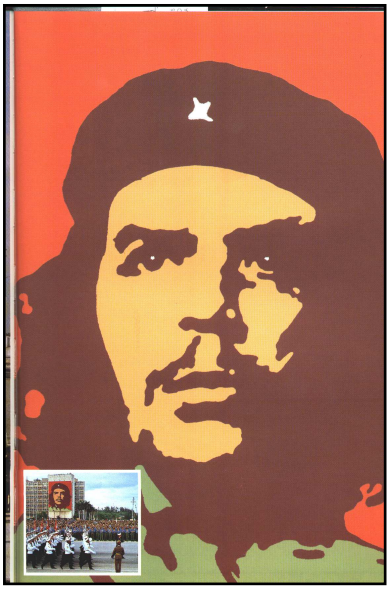


Figura 70 - Ilustração de Che Guevara. Fonte: RIVEREND, Julio Lê. Cuba Tierra y Pueblo. Italy:Ediciones Caribbean's Color S.A,1996.

Com a chegada de Fidel Castro a década de 1960 se caracteriza pela reapropriação social do espaço urbano e a eliminação da má memória deixada pelo

sistema capitalista. O uso dos espaços em Havana toma novos rumos, as casas luxuosas do bairro Miramar são ocupadas por estudantes, o número de bancos, escritórios e comércio diminuem, os clubes antes apenas utilizados pela burguesia se tornam de uso comunitário para os trabalhadores. A ruptura da segregação social termina, todos têm o mesmo direito na cidade. O ecletismo das edificações agora é do povo que irá congelar suas características no tempo por mais de trinta anos. A Revolução trouxe igualdade para o povo, todos teriam moradia, médico, escola, comida, enfim todos poderiam viver e ocupar a cidade como cidadãos.

Fidel Castro tem como prioridade igualdade social em todos os aspectos, a insatisfação do povo carregada por tanto tempo praticamente obrigou o governo à construção de escolas, casas, hospitais, enfim tudo que fosse de imediato para atender as necessidades principais do povo.

Segundo Segre (1987, p. 182), o Estado entende que o problema da habitação será resolvido no campo, na área rural, já que é onde se concentrava a base da economia do país. Os recursos então se voltaram para estas áreas, regiões mais necessitadas do interior, pois atuar nas regiões já consolidadas seria muito difícil neste momento, teriam que lidar com a restauração dos monumentos, e outros problemas sociais graves como a falta de habitação entre outras carências que precisavam atender. Desta forma haveria trabalho e habitação, além disso, as cidades guardavam consigo as lembranças dos especuladores e exploradores, das injustiças que o povo recebeu as imagens do luxo e bem estar da minoria que ali esteve.

Assim Havana teve o menor crescimento demográfico da América Latina durante a década 1970, o mito do novo invadia o país; o campo se expandia e a infra-estrutura passava a ser implantada para atender a nova demanda; isto se deu não somente pela necessidade de estruturar o campo, mas porque a nova realidade deveria estar distante do passado.

Vários conjuntos habitacionais foram construídos, muitos em pré-fabricado para ajudar na rapidez das obras. Um dos problemas sociais estava sendo resolvido, mas criava-se outro, a fragmentação da identidade da cidade.

Somente da década de 1960 é que se inicia uma ação sistemática para recuperar o patrimônio cubano. Em 1963 cria-se a "*Comiscción Nacional de Monumentos"* dentro do Conselho Nacional de Cultura; com a incumbência de restaurar e recuperar o patrimônio arquitetônico colonial em todo país através da orientação de equipes locais e regionais; assim inicia-se um sério trabalho de restauração em Havana e no resto do país centrado na proteção dos monumentos.

Embora a Constituição promulgada em 1940 tenha no seu artigo 47 determinado que o Estado deve se encarregar de todas as manifestações culturais, e no artigo 58 determina a responsabilidade do mesmo na conservação desta cultura (Segre, 1987, p. 179), nada foi feito de expressivo.

Já a constituição de 1975 reafirma a necessidade e dever do Estado na proteção, conservação e restauração do patrimônio cultural pelo seu reconhecido valor artístico e histórico. Assim, passaram mais de 15 anos tentando criar uma lei que protegesse o patrimônio das cidades; em 1977 são promulgadas a Lei de Proteção ao Patrimônio Cultural e a Lei de Monumentos Nacionais e Locais com o objetivo de criar uma consciência nacional para a proteção do patrimônio histórico do país. Os monumentos nacionais são definidos como*: "Centro histórico urbano e toda construção, logradouro ou objeto que, por seu caráter excepcional, mereça ser conservado por seu significado cultural, histórico e social para o país e que, como tal, seja declarado pela Comissão Nacional de Monumentos"* (Segre, 1987, p. 179).

O significado de "logradouro" se diferencia do de "centro histórico", para eles, Roberto Segre traz as seguintes definições:

Para centro histórico urbano:

> *o conjunto formado pelas construções, espaços públicos e privados, ruas, praças e particularidades geográficas e topográficas que o conformam e ambientam e que em determinado momento histórico teve uma clara fisionomia unitária, expressão de uma comunidade social, individualizada e organizada.*

Já para logradouro define como sendo:

> *todos os espaços, lugares ou áreas onde tenha se desenvolvido um significado fato ou processo de caráter histórico, cientifico, etnográfico e legendário, ou que possuam características de homogeneidade arquitetônica ou uma singular morfologia do traçado urbano, e também aqueles onde a natureza apresente aspectos que justifiquem sua conservação e proteção". Podem ser de caráter arqueológico, histórico, natural ou urbano (Segre, 1987, p. 179-180).*

A lei de 1977 também trata das atribuições e responsabilidades da Comissão de Monumentos em âmbito nacional e provincial, definidas de forma mais detalhada no decreto que demonstra as diferenças de valores existentes em cada bem de interesse histórico e cultural a ser preservado, desta forma é possível determinar níveis de proteção desde a conservação total à parcial. Através da criação de "Zonas de Proteção", áreas são delimitadas no traçado urbano e determinam o grau de intervenções e demolições. A partir de então, 57 centros históricos espalhados por todo o país e outros bens passam a ser protegidos desta forma, inclusive as sete vilas fundadas no século XVI já citadas anteriormente (Segre, 1987, p. 180).

Com a inserção do centro histórico de Havana e suas fortificações na lista de Patrimônio da Humanidade em 1982, nasce o "*Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museologia"* do Ministério da Cultura, como parte do projeto do PNUD (programa de Naciones Unidas para el Desarrollo) com a finalidade de guiar a restauração dos bens de interesse histórico de todo o país. Em seguida é criado o Departamento de Arquitetura da Oficina do Historiador da Cidade, pertencendo ao poder popular (Segre, 1991, p. 305) e a partir dai começa então um trabalho de conscientização e reconhecimento dos valores culturais com a população.



Figura 11 - Castillo de los Três Reyes Del Morro . Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrolo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.



Figura 72 - Castillo de los Três Reyes Del Morro serviu como forte defensivo e mais tarde como referencia para entrada de embarcações quando foi instalado um farol, Havana.
Fotos: Dilene Zaparoli, 2000.

12.5.2 Preservação em Havana – aspectos históricos, construção de uma política municipal.

A construção de uma política municipal visando à preservação do patrimônio teve inicio com a fundação da *"Oficina Del Historiador"* em 1938, pelo Doutor Emilio Roig de Leuchsering, nascendo assim, a *"Comisión de Monumentos, Edifícios e Lugares Históricos y Artísticos Habaneros"* e o *"Proyecto de Ley de los Monumentos Históricos, Arquitectónicos y Arqueológicos"* de 1939. (Ciudad City 1999, p. 12-13). A partir de então cresce cada vez mais a consciência sobre a necessidade de um planejamento para o centro histórico de Havana Velha, onde os valores excepcionais existentes serão investigados pela *"Dirección de Patrimonio el Ministerio de Cultura"* em 1979, quando se inicia um grande levantamento para uma proposta de reabilitação.

Neste mesmo ano, Havana Velha é incluída na lista de *"Monumentos Nacionales",* e logo em seguida, 1981, o Estado começa a investir na recuperação desta área provendo a *"Oficina Del Historiador"* de fundos, quando também é criada a *"Empresa de Restauración de Monumentos y el Taller de Arquitetura".*

As primeiras ações estão voltadas para a recuperação das principais Praças de Havana Velha: *"Plaza de Armas y Plaza de la Catedral e los ejes Ofícios, Mercaderes, Tacón y Opispo",* além da restauração de grandes monumentos como "*el Convento de Santa Clara*", as fortificações de "*los três Reyes Del Morro y de San Carlos de la Cabaña".*

Assim se iniciam as obras de restauro em Havana Velha, com diretrizes para os procedimentos e estratégias de intervenções visando o resgate e a preservação da memória através do plano quinquenal de restauração. Este plano seguiu uma estratégia de ações concentradas nas principais praças e na restauração de grandes monumentos. Em dois planos quinquenais foram restauradas mais de 40 edificações (Leal, 1999, p. 29).

No ano seguinte, 1982, a **UNESCO** reconheceu o Centro Histórico de Havana e suas fortificações como Patrimônio Histórico da Humanidade, ocupando o nº 27 da

lista[73]. Desde então as obras de restauro e recuperação do centro ganharam força e apoio estrangeiro. Numerosas construções foram reconstruídas, reabilitadas e restauradas e nelas se fundaram e se instalaram em melhores condições, museus, bibliotecas sempre na esfera cultural, com exceção dos templos. A consciência social foi muito forte e colaborou para o sucesso das intervenções, mais uma vez comprovando que a participação da comunidade é fundamental para a preservação e melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Em 1984 é aprovado o Plano Diretor para Havana indicando a necessidade de um sistema de regulações urbanísticas para a cidade, elaborado em 1985 (Núnez, 1998, p. 12) para a recuperação do centro histórico de Havana Velha, pelo "*Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museologia"* e pela *"Direción provincial de Planificación Física y Arquitetctura".*

---

[73] Procedimento para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Os envolvidos: o Estado-Parte interessado, o Centro do Patrimônio Mundial, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Mundial para a Natureza (IUCN); o Bureau do Patrimônio Mundial e o Comitê do Patrimônio Mundial possuem papel fundamental na decisão de inserção de um bem na Lista de Patrimônio Mundial, com atribuições diretamente associadas à avaliação dos pré-requisitos que deve ter, já mencionados no item três, sendo que a decisão final fica por conta do Comitê. Segue como cada um dos envolvidos participa na inserção de um bem na Lista:

"O Estado-Parte: prepara uma lista tentativa de propriedades culturais e naturais em seu território que considera possuir um "excepcional valor universal, Seleciona as propriedades para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Um país se torna Estado-Parte ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial e comprometendo-se a proteger o seu patrimônio cultural e natural".

1) O Centro do Patrimônio Mundial: verifica se a solicitação de inclusão está completa. Estabelecido em 1992, o Centro do Patrimônio Mundial é o ponto focal e coordenador, dentro da UNESCO, de todos os assuntos relativos ao Patrimônio Mundial.

2) O ICOMOS e/ou o IUCN: enviam especialistas para visitar os sítios, avaliar a sua proteção e gerenciamento, Preparam um relatório técnico, avaliam se a propriedade possui "excepcional valor universal". Duas organizações não-governamentais funcionam como órgãos consultivos: O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Mundial para a Natureza (IUCN).

3) O Bureau do Patrimônio Mundial: examina a avaliação, a recomendação para a inscrição ou solicita informações adicionais para o Estado-Parte. Um pequeno órgão executivo composto por 7 membros do Comitê do Patrimônio Mundial, o Bureau do Patrimônio Mundial prepara o trabalho do Comitê. Constituído por 21 representantes dos Estados-Parte da Convenção, o Comitê do Patrimônio Mundial é responsável por guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.

4) O Comitê do Patrimônio Mundial: toma a decisão final de inscrever o sítio na Lista do Patrimônio Mundial ou adia a decisão aguardando informações mais aprofundadas, ou recusa a inscrição (http://www.unesco.org.br/programas/index.html).

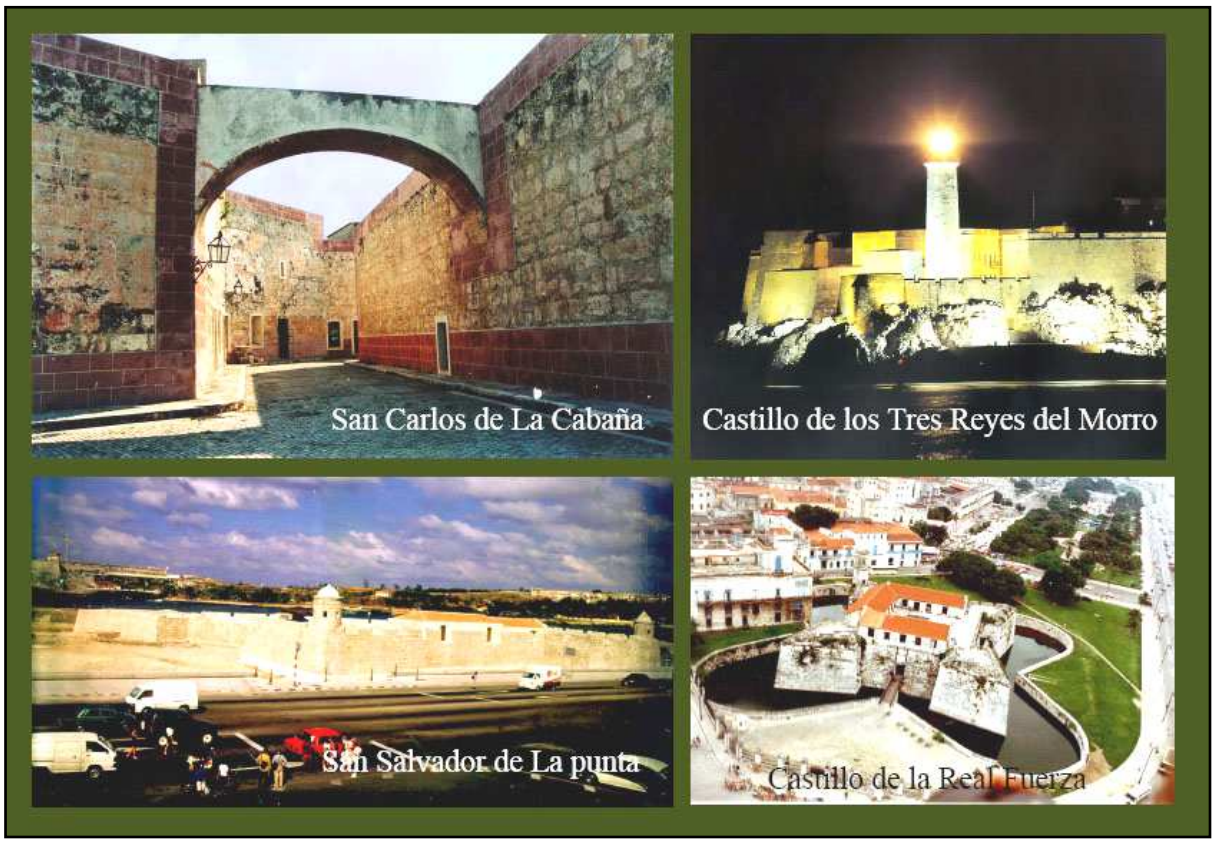


Figura 73 - Sistema de Fortificações. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiência de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

> *(...) en la provincia Ciudad de La Habana, por sus características únicas en el país de ser una aglomeración metropolitana o una especie de "provincia-ciudad", constituida por 15 municipios urbanos, se tomó la decisión de que las regulaciones urbanísticas tenían como punto de partida a la ciudad como una unidad, el plan Director como su fuente fundamental, y un equipo único y multidisciplinario para su elaboración, pero desagregadas por municipios. Con ello, se garantizaba que dichas regulaciones urbanísticas, aún cuando fuesen redactadas considerando a la ciudad como una unidad, y mantiendo su coherencia, fuesen aprobadas, promulgadas, puestas en vigor y controladas en cada uno de los 15 municipios que constituyen la Ciudad de La Habana, pues de lo contrario, se haría muy engorroso su cumplimiento en un área urbana tan extensa como la de la capital de la nación (Núnez, 1998, p. 12).*

Com o bloqueio que Cuba acaba sofrendo na década de 1990, o Estado deixa de investir na recuperação do centro histórico de Havana, mesmo sendo consciente da necessidade de sua preservação.

Outro plano diretor municipal é elaborado em 1991 pela "*Direción de Arquitectura Y Urbanismo Del Município*, que iniciaria a primeira etapa. Logo em 1992 é fundada a "*Escuela Taller"* através do convênio feito entre a *"Oficina Del Historiador"* e a "*Agencia Española de Cooperación Ibero americana"* com o objetivo de resgatar ofícios necessários para trabalho de restauração já praticamente perdidos.

A construção de uma política municipal teria então como base fundamental, recuperar os espaços urbanos e transformá-los em ambientes de vida criadores de motivações para toda a sociedade. A recuperação se daria num aspecto muito maior do que simplesmente o restauro das edificações; seria preciso recuperar a identidade do povo, reforçar o sentimento de cidadania e acima de tudo dar qualidade de vida aos habitantes da fabulosa Havana Velha.

Em 1993, a *Oficina Del Historiador* ganha autonomia através do Decreto Lei nº 143 que vinculou o centro histórico de Havana Velha diretamente ao *"Consejo de Estado*". Neste ano surge também a *"Compañia Habaguanex"* encarregada de gerenciar todos os sistemas hoteleiros, gastronômicos e comerciais com o objetivo de fazer uso do capital conseguido através do turismo para investir na recuperação desta área que, em 1995 se torna zona de alto significado para esta atividade, *"Zona Priorizada para la Conservación"* (Leal, 1999, p. 32).

Até 1994, segundo a publicação Ciudad City (1999, p. 15), atuaram, no centro histórico de Havana, vários planos que buscavam a preservação do patrimônio existente, porém havia a necessidade de serem revistos e atualizados para que pudessem ser integrados. Percebe-se, então, a necessidade de criar uma entidade que controle todos os planos de forma integrada diante de uma nova perspectiva para o desenvolvimento do centro histórico. É então que surge o Plan Maestro vinculado a *"Oficina Del Historiador"* e a "*Agencia Española de Cooperación Iberoamericana".*

Em 1999, a *"Oficina Del Historiador"* [74] ganha força legal para atuar na cidade como órgão fiscalizador de caráter jurídico e também coordenar a participação internacional, tendo autonomia para analisar e planejar as áreas de prioridade, sempre verificando as necessidades do povo. Visando entender como se dá atualmente a recuperação de Havana Velha, iremos abordar quais são os envolvidos neste processo e como se dá a forma de participação de cada um.

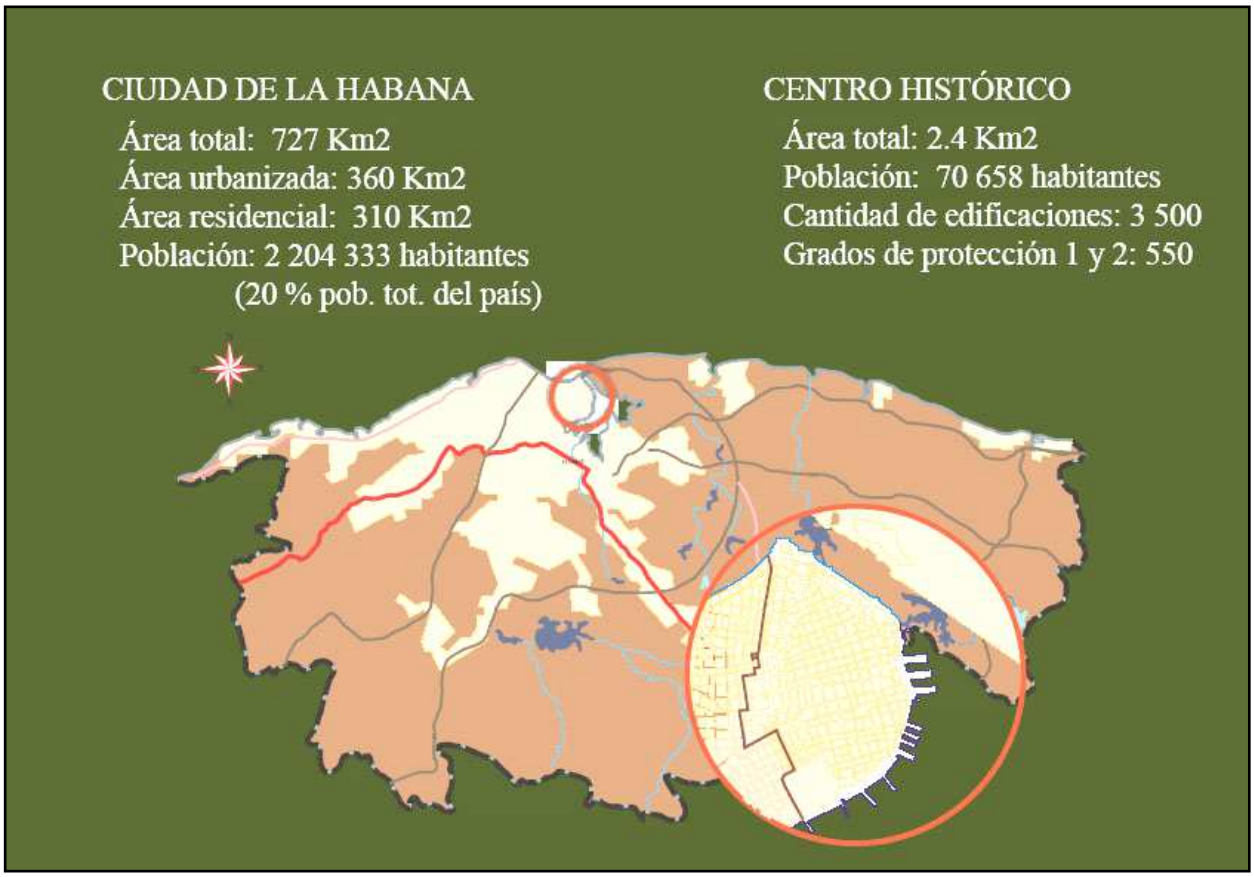


Figura 74 - Dados sobre a cidade de Havana e o centro histórico. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001

Partimos do pressuposto que neste país as condições políticas fizeram com que as atitudes a serem tomadas em relação à preservação do patrimônio histórico, tomassem rumos diferentes, mas a questão central, a preservação, está sendo realizada. As estratégias de intervenções traçadas possuem suas particularidades, mas estão sendo executadas com êxito, pois a memória está sendo resgatada.

[74] Oficina Del Historiador nome dado à organização não governamental que coordena o Plan Maestro de recuperação da cidade de Havana Velha.

12.5.3 Os envolvidos na preservação do patrimônio.

12.5.3.1 Oficina Del Historiador

Tendo como meta preservar o patrimônio cultural em Havana Velha, além da necessidade de sua conservação, a *"Oficina Del Historiador"* cumpre um papel fundamental na sociedade cubana, papel este que foi sendo construído e se fortificando durante toda a sua existência. Sua história esta diretamente ligada à construção de uma política municipal de preservação do Patrimônio em Havana Velha retratada anteriormente.

A pressão sofrida durante tantos anos como colônia fez surgir em algumas personalidades da sociedade, valores que deveriam evidenciar a noção de nação e que pudessem refletir o sentimento de nacionalidade. É então que surge o cargo de Historiador da Cidade com o intuito de, na figura desta pessoa, começar uma conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural cubano.

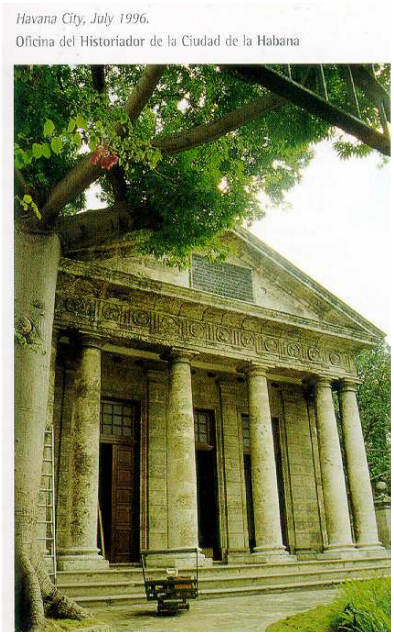


Figura 75 - Sede da Oficina Del Historiador em Havana. Fonte: ALOMÁ, Patricia Rodriguez .Ciudad City Vol. 2/96, Viaje en la memoria. Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. Habana, 1996 ,p. 07.

O primeiro a assumir o cargo foi o Dr. Emilio Roig de Leuchsenring, profissional que vinha se destacando pelo trabalho prestado na salvaguarda do patrimônio cubano e havanero. Assim abre-se o caminho para se chegar a um plano estratégico objetivando proteger e recuperar o patrimônio cultural de Havana.



Figura 76 - Dr. Emilio Roig de Leuchsenring.
Fonte: http://www.ciuhavana.com/reviews/personalities/emilio-roig-de-leuchsenring,-aka-emilito-to-havanans/ acesso em 26/12/2011.

Em 1938 é criada a "*Oficina Del Historiador"*, Instituição pioneira na defesa da cidade antiga com o objetivo de continuar e sistematizar o trabalho que, até então, vinha sendo desenvolvido pelo Dr. Roig. De acordo com a publicação Ciudad City (1999, p. 25) trabalho este realizado pela *"Oficina Del Historiador de la Ciudad de Habana",* e em particular pelo *"Plan Maestro",* que falaremos mais adiante, foi desta instituição que nasceram as bases para uma efetiva preservação do patrimônio em Havana, sendo responsável por elas a "*Comisión de Monumentos, Edificios e Lugares Historicos e Artisticos Havaneros".*

A Oficina desde o início de sua atuação trabalhou muito pelo resgate, proteção e reabilitação do patrimônio cultural de Havana. Nesta primeira etapa de atuação e configurando-se como parte de uma das quatro etapas estabelecidas, segundo a publicação *Ciudad City* (1999, p. 26), seu foco é a valorização do patrimônio móvel,

imóvel e imaterial. No que tange o patrimônio imóvel a instituição trabalha no reconhecimento de sítios e monumentos históricos de valor cultural.

Já para o patrimônio móvel, sua contribuição esteve calcada em instalar no parque central da cidade, um monumento em homenagem a José Martí, além de transformar a residência em que nasceu em museu. No caso do patrimônio imaterial, podemos considerar a instalação do Museu como uma ação de valorização da memória e história, pois se trata de uma homenagem à figura tão importante para Cuba de José Julián Martí Pérez[75]. Ainda para este tipo de patrimônio, sua contribuição foi mais longe resgatando tradições como o carnaval e o folclore.

De acordo com as informações publicadas na revista *Ciudad City* (1999, p. 26) em 1959, com a Revolução Cubana a *"Oficina"* ganha o reconhecimento e apoio de seus líderes, fato este que vem contribuir para a efetivação da preservação do patrimônio histórico cultural no país, agora com apoio e aceitação do novo governo.

Os trabalhos de restauração no "*Palácio de los Capitanes Generales"* para abrigar a sede do "*Museu de la Ciudad"* irá se destacar como um dos principais, e marcará a segunda fase de atuação da Oficina, iniciada em 1967 quando assume o cargo Eusebio Leal Spengler[76]. A *"Dirección del Patrimonio Nacional del Ministerio de Cultura"* começará a redigir as leis que irão salvaguardar o patrimônio em todos os seus aspectos, acontecendo simultaneamente com uma valorização internacional.

---

[75] José Julián Martí Pérez (Havana, 28 de janeiro de 1853 — Dos Ríos, 19 de maio de 1895) foi um político, pensador, jornalista, filósofo, poeta e maçom cubano (iniciado em 1871 no Grande Oriente Lusitano Unido, actual Grande Oriente Lusitano), criador do Partido Revolucionário Cubano (PRC) e organizador da Guerra de 1895 ou Guerra Necessária. Seu pensamento transcendeu as fronteiras de sua Cuba natal para adquirir um caráter universal. Em seu país natal, também é conhecido como «*El apóstol*». Filho de pai espanhol e mãe natural das Ilhas Canárias, José Martí foi o grande mártir da Independência de Cuba em relação à Espanha. Além de poeta e pensador fecundo, desde sua mocidade demonstrou sua inquietude cívica e sua simpatia pelas ideias revolucionárias que gestavam entre os cubanos. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mart%C3%AD acesso em 26/12/2011.

[76] Eusebio Leal Spengler - Mestre em Arqueologia, graduado em História pela Universidade de Havana em 1979; desde 1967 esta no cargo de Diretor do Museu da Cidade de Havana, tendo como tarefa coordenar a restauração "Del Palacio de los Capitanes Generales", antiga "Casa de Gobierno", atualmente sede do Museu da Cidade de Havana. É Presidente da "Comisión Provincial de Monumentos de Ciudad de La Habana". Autor de vários livros, Eusebio Leal em 1995 foi eleito Presidente da União Nacional de Historiadores de Cuba e atualmente leciona na Universidade de Havana além de também fazer parte do corpo docente da Universidade de San Andrés (La Paz, Bolivia), e do Instituto de Diplomacia da Universidade de Guayaquil no Equador.



Figura 77 - Logotipo da Oficina Del Historiador em Havana.

Fonte: ALOMÁ, Patricia Rodriguez .Ciudad City Vol. 2/96, Viaje en la memoria. Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. Habana, 1996, p. 45.

A década de 1980 vai ser marcada por um desafio que a *"Oficina Del Historiador"* terá: a incumbência de criar uma consciência coletiva sobre os valores culturais existentes, tanto na cidade quanto em seu centro histórico. Começam então ciclos de conferências e palestras, publicações em jornais e revistas culminando na criação de um programa de televisão semanal *"Andar la Habana".*

Com a inclusão de "*Habana Vieja"* na lista de "*Monumentos Nacionales"* em 1979, e com o investimento do Estado em 1981, no processo de restauração do centro histórico, a *"Oficina Del Historiador"* passa gerenciar a verba destinada à reabilitação desta área. Com isso é criada a "*Empresa de Restauración de Monumentos y el Taller de Arquitectura"* com a finalidade de executar as obras; inicia-se a terceira etapa de atuação da *"Oficina Del historiador"* quando surge também, o Departamento de Arquitetura da Oficina.



Figura 78 - Palácio de los Capitanes Generales.
Fonte: http://www.ohch.cu/_menu_1/info.php?iditem=56. Acesso em 26/12/2011.

A vontade política e econômica do governo em se concentrar na recuperação e proteção de Havana Velha, acaba colaborando para a declaração deste centro histórico como Patrimônio da Humanidade, pela **UNESCO**.

A quarta etapa de atuação da *Oficina Del Historiador* é definida por questões econômicas pelas quais Cuba irá passar. Com o bloqueio econômico sofrido a partir da década de 1990, o Estado precisa encontrar formas da recuperação do patrimônio nacional, continuar agora, sem o seu apoio financeiro.

A saída encontrada foi dar maior autonomia à Oficina que passa a responder diretamente para o Conselho de Estado ganhando agilidade na sua atuação a partir do Decreto Lei nº 143 de outubro de 1993. Torna-se uma corporação autônoma com total controle de captação de verba interna e de investidores externos para serem aplicados na recuperação do patrimônio. Passa atuar também em caráter jurídico, associando-se a

empresas estrangeiras e cobrando impostos daquelas que produzem em território cubano. A partir de então, a recuperação do patrimônio e sua preservação passam a ser auto-financiadas.

Em 1995 o poder de atuação desta corporação se amplia através do acordo nº 2951 do Conselho de Ministros, e o centro histórico de Havana Velha é declarado *"Zona de Alta Significación para el Turismo",* o que permite a administração dos imóveis existentes nesta área, e a criação da imobiliária Fênix que controlará aluguéis e locais de prestação de serviços voltados para a atividade turística. Sua gestão na reabilitação integral do centro histórico acontecerá a partir da atuação de três grandes campos de trabalho que irão garantir a reabilitação física, a projeção sócio-cultural e a obtenção de recursos financeiros (Ciudad City, 1999, p. 34). A partir de então a Oficina Del Historiador ganha uma organização mais completa composta por níveis:

> *o primeiro*[77] *abarca as Direções técnicas, e encarregadas de elaborar e aprovar as linhas de desenvolvimento e os projetos para o Centro Histórico; o segundo deve garantir o suporte econômico do primeiro e é composta por empresas· responsáveis por arrecadar a maior parte dos fundos que são aplicados na região* (Projeto Bras-Cuba, 2002 p. 48).

Outro conjunto de empresas como restaurantes, lojas, hotéis, agências de viagens, museus entre outras também contribuiriam com a verba aplicada na recuperação do centro histórico, assim como os recursos doados por países estrangeiros.

Do total arrecadado, cerca de U$ 4 milhões em 1994, e até 1998 U$ 40 milhões, a maior parte do capital foi investido em Havana Velha, sendo uma parte aplicada na recuperação de outras áreas dentro de Havana e na construção de moradias, na saúde, educação e outros serviços (Projeto Bras-Cuba, 2002, p.48).

[77] Segundo a publicação do Bras-Cuba (2002, p.48) as entidades que constituem este primeiro nível são: Dirección de Patrimônio Cultural, Dirección de Arquitectura Patrimonial, Dirección de Proyetos, Dirección de Vivenda, Escola Taller e Dirección Econômica.

È importante também dizer que a verba arrecadada neste autofinanciamento não foi aplicada somente na recuperação do próprio centro, mas também na melhoria da qualidade de vida dos habitantes especificamente desta região e de toda Havana.

Ao direcionar melhor o capital arrecadado, a *"Oficina Del Historiador"* passa a multiplicar os recursos e manter este processo de forma contínua, para tanto, cria uma entidade ligada a ela, para poder garantir o direcionamento deste trabalho na capitação e no investimento; surge então o *Plan Maestro* que atuará no planejamento e desenvolvimento integral, tanto no âmbito físico[78] como social, e também na concentração das diversas estratégias territoriais e desenvolvimento socioeconômico, tendo como tarefa integrar as ações dos três grandes campos de atuação da *Oficina Del Historiador* , já mencionados.

12.5.3.2 O Plan Maestro de Revitalización Integral de La Habana Vieja

Criado em 1994, o *Plan Maestro de Revitalización Integral de La Habana Vieja* é um órgão que responde diretamente à *Oficina Del Historiador de la Ciudad* e à *Agencia Española de Cooperación Iberoamericana.* O objetivo principal de sua criação é concentrar as atividades realizadas em Havana Velha, com o apoio de uma equipe de profissionais interdisciplinar que trabalha com planejamento urbano que tem como objetivo estudar as diversas escalas de problemas existentes nesta área da cidade, para que as estratégias de intervenções criadas possam ser mais eficientes na recuperação

[78] No âmbito físico o Plan Maestro conta com técnicos especializados e empresas capazes de conduzir a reabilitação física do centro histórico. Este grupo é composto por: La Dirección de Arquitectura Patrimonial, Dirección de Proyectos, Dirección de Vivendas, gabinete de Arqueologia, La Empresa de Restauración de Monumentos, Constructora Puerto Carena, Comisión Provincial de Monumentos.

No âmbito sócio-cultural o Plano conta com a "Dirección de Patrimonio Cultural" encarregada de cuidar do "Museo de la Ciudad", sua biblioteca, o arquivo de documentos da fundação da cidade, o arquivo de imagens. Também conta com o "Museu de Arte Colonial e o sistema de "Aulas Museo" programa aplicado nas escolas primarias do município.

No Plan Maestro ainda há programas sociais voltados a recuperar tradições culturais, profissões que foram extintas, e também com as pessoas de terceira idade que possuem atendimento médico e hospitalar, e ainda contam com psicólogos e nutricionistas.Para os jovens os programas culturais e recreativos são bem amplos com conservatórios de música e dança, teatro, circo, cinema, concertos, parques de diversões. (Ciudad City, 1999, p. 36-37).

integral, não só do patrimônio arquitetônico, mas das praças, ruas e na própria melhoria da qualidade de vida dos moradores.

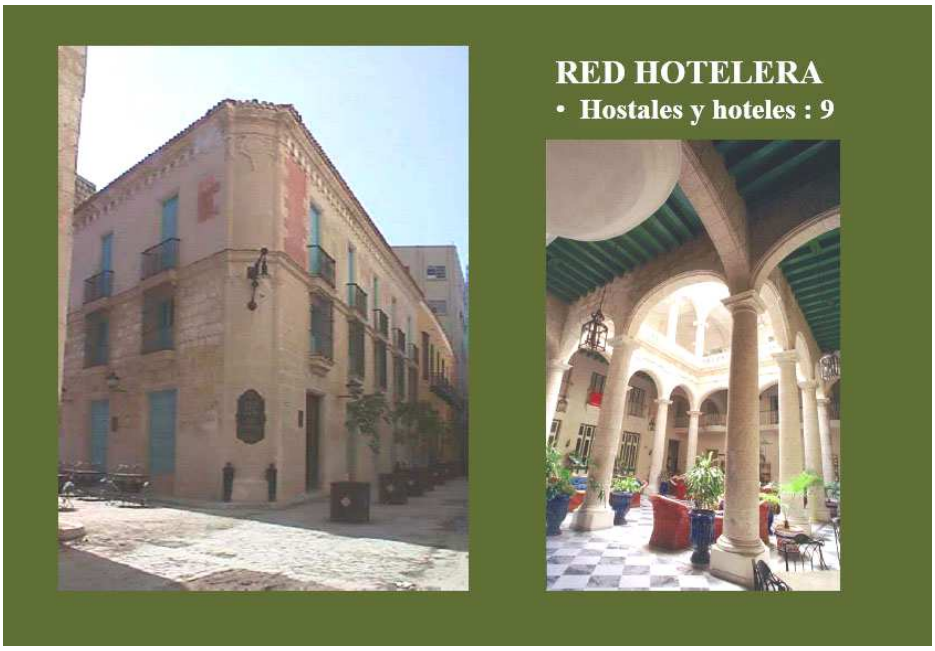


Figura 79 - Um dos Hotéis localizado em Havana Vieja de onde saem também parte dos fundos utilizados na região. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

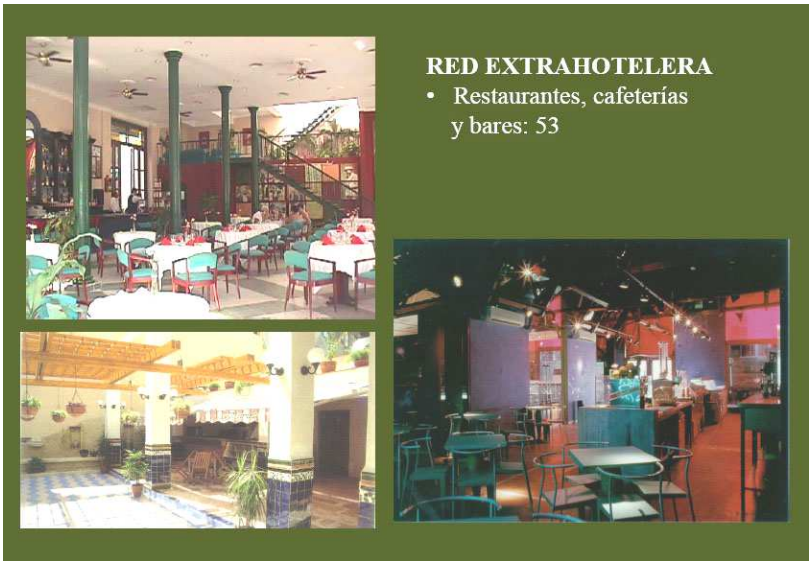


Figura 80 - Alguns estabelecimentos pertencentes à rede de bares e restaurantes.
Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.



Figura 81 – Logotipo do Plan Maestro. Fonte: ALOMÁ, Patricia odríguez. Ciudad City Vol. 2/96, Viaje en la memoria. Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. Habana, 1996, p.06.

> *O Plan Maestro trata-se de um órgão de direção metodológica e de informação, de controle e coordenação, multidisciplinar, inclui áreas como urbanismo, arquitetura, sociologia, psicologia, historia, economia e finanças, direito, gestão urbana, comunicação e cibernética composto por profissionais que haviam trabalhado nos institutos de planejamento urbano. Organiza-se em três divisões: Planejamento e gestão, Projetos socioeconômicos e pesquisas e centro de especialização de informação.* (Projeto Bras-Cuba, 2002 p. 48 - 49).

Dentro do *Plan Maestro* o território ganha uma visão de meio ambiente, como parte de um "*geosistema*", onde ocorrem processos complexos de integração com o meio, a comunidade e a economia. Com o monitoramento das diversas atividades desenvolvidas dentro da área compreendida por Havana Velha, denominado *"monitorio participativo"*, são estabelecidos sistemas de alarme e avaliação de impactos como forma de proteção. Este trabalho é desenvolvido junto com a Faculdade de Geografia em quatro níveis (*Ciudad City*, 1996, p. 19):

1. Proposta de rede de monitoramento micro-climático e de contaminação;
2. Caracterização das redes básicas de saúde e higiene;
3. Mapa de fatores estressantes;

4. Estudo com finalidades ecológicas das tipologias de paisagem urbana do Centro Histórico.

Os trabalhos desenvolvidos neste sentido têm contado com um aparato informatizado capaz de criar e armazenar os dados coletados num sistema de informação geográfica que garante a eficiência no fornecimento e publicação de tudo que é pesquisado.

Outro aspecto importante do Plano é o trabalho de conscientização da população, pois se entende que os resultados de todas as propostas dependem do seu envolvimento e participação. Seria necessária uma conscientização em massa para que houvesse dedicação e compreensão dos valores e significados da memória; a participação do usuário torna-se fundamental para a qualificação do ambiente urbano e ajuda a impedir que a cidade se transforme em "cidade museu", apenas voltada para o turista. Em Havana, o turismo foi considerado como consequência desta requalificação, pois o que está e sempre esteve em primeiro lugar, sempre foi a qualidade de vida de seus habitantes.



Figura 82 - Missão do Plan Maestro. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

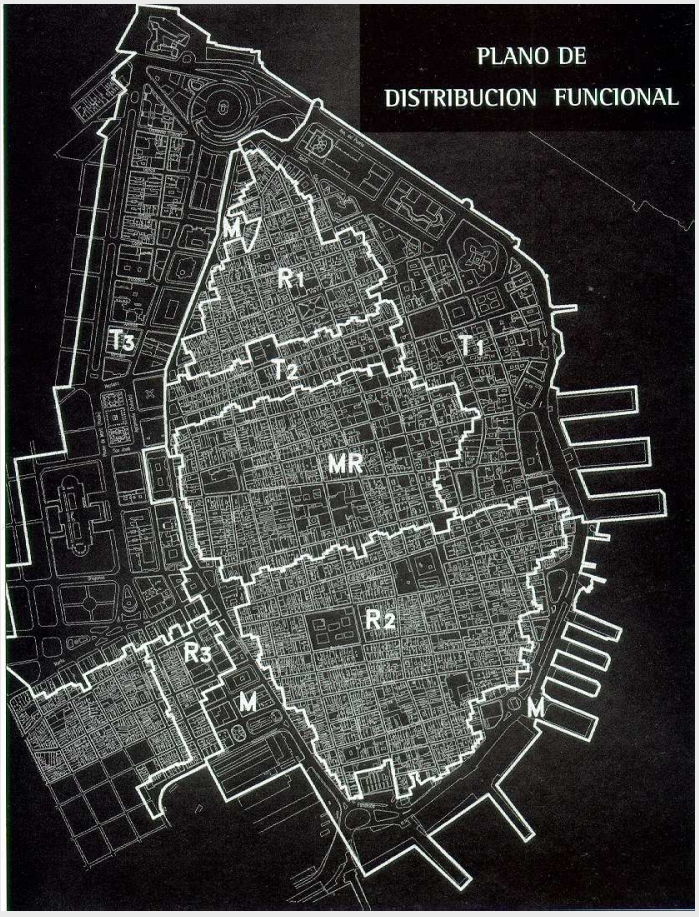
Neste sentido, o *Plan Maestro* para *Habana Vieja*, hoje dirigido pelo arquiteto Rafael Rojas está fundamentalmente baseado na inserção social. Existe uma direção central de planejamento integrada com o plano de inserção social, em que a requalificação e recuperação do patrimônio conta com o apoio do governo, investimentos do Estado; participação popular; não-expulsão da população original; criação de habitações mínimas, situadas dentro dos próprios palácios coloniais; criação de serviços para as necessidades locais, priorizando também as infra-estruturas turísticas que a cidade requer.

Nos últimos anos, o turismo tem sido uma das principais atividades do setor econômico; Havana e seu centro histórico recebem em média 90% dos turistas que entram no país (Ciudad City, 1996, p. 36). A riqueza do patrimônio arquitetônico e urbano que o país possui, incluindo o imaterial é o principal atrativo. Dentro do *Plan Maestro* o turismo é considerado da seguinte forma: a população deve ser beneficiária dos recursos arrecadados e deve ser parte ativa dos serviços oferecidos. Com a deterioração desta área, o setor hoteleiro também foi prejudicado, e com o turismo houve uma revalorização dos edifícios que foram adaptados para receber melhor os visitantes. O turismo contribuiu para isto e também para a incorporação de novas modalidades de hospedagens, com as quais edificações de valor histórico foram adaptadas para receber estes novos usos.

O território do centro histórico é dividido dentro do *Plan Maestro* segundo suas potencialidades turísticas; havendo assim três divisões básicas: a primeira, vinculada ao sistema de praças principais abrangendo 30 ha do território, faz parte do local de fundação da cidade, onde estão quatro, das cinco praças. Concentra também diversos monumentos de tipologias diferentes, firmando sua vocação cultural apoiada pelos serviços gastronômicos.

A outra região conhecida como *"Zona Del Prado"* é caracterizada pela diversidade de funções que abriga ocupando 43ha, localiza-se ao redor do Parque Central, do Capitólio e *"Aires Libres",* e por último, a área associada ao *"Parque de la Fraternidade"* e a *"Calzada de Monte"*. Embora esta área tenha valiosas edificações, encontram-se elas em estado de deterioração que prejudicam o conjunto. As intervenções têm ocorrido de

forma pontual e são dirigidas a alguns edifícios como hotéis tradicionais e instalações comerciais. Segundo a análise feita pela equipe do *Plan Maestro*, esta região está mais capacitada para receber os impactos do turismo, e pode ser dotada dos serviços em geral recuperando assim a vida noturna e diurna.



Setores relacionados com o Turismo:

T1 maior potencialidade histórica e simbólica

T2 zona de transição entre T1 e T3

T3 setor de maior potencialidade turística

R setor estritamente residencial:

R1, R2, e R3 áreas estritamente residenciais

MR setor misto:

e permite uso residencial

Figura 83 - Mapa de Havana velha com a localização dos setores relacionados ao turismo. Fonte: ALOMÁ, Patricia Rodriguez. Ciudad City Vol. 2/96, Viaje en la memoria. Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. Habana, 1996, p.13.

A terceira e última região possui 13 ha, definida por um corredor caracterizado por edificações conservadas de uso comercial e financeiro, é formada por duas ruas: a rua Obispo e a O'Reilly que ligam as outras duas áreas mencionadas. A primeira se encontra em processo de reabilitação e a segunda ainda não tem plano de intervenção; a maior parte das edificações existentes nesta região está em estado avançado de deterioração recebendo interferências também de um tráfego intenso de veículos.

Num primeiro momento, dentro do Plano são contempladas as três regiões sendo que as outras associadas aos edifícios religiosos como igrejas, conventos, praças menores e a Praça de Cristo ainda serão incluídas no processo revitalização e terão um plano próprio de intervenção.

A conservação do patrimônio urbano e arquitetônico se orienta dentro do Plano para três objetivos sociais básicos:

1. Criar infraestruturas técnicas e funcionais correspondentes às necessidades da população local, por meio da recuperação dos edifícios históricos ou da construção de novas obras arquitetônicas;

2. Gerar uma variedade de atividades culturais orientadas para a demanda da população em escala metropolitana (centros de artes, cultura e lazer);

3. Prever a afluência do turismo nacional e internacional e criar funções em coincidência com suas necessidades e aspirações (Segre, 2001, p. 305, 308).

Todo o plano de recuperação deste centro histórico tem sua base em um sistema que consegue recuperar as edificações, não só contando com capital externo ou do Estado, mas com recursos próprios que adquire de 16 hotéis, 46 lojas e centros comerciais, cuja renda é revertida para este fim. Além disso, os trabalhos de restauro são, em sua maioria, executados por moradores de Havana Velha, proporcionando cerca de 6.958 postos de trabalho. Cidadãos que passam a entender o significado da preservação e conservação, pois são moradores das residências e palácios. Programas de geração de recursos foram sendo incorporados ao *Plan Maestro* contando também com o dinheiro arrecadado no uso de: 2 salas de concertos, utilizando antigas igrejas; 27 museus e galerias; 7 centros culturais e salas de concertos; 2 centros especializados para crianças e jovens.

Outro programa é o do arquiteto da família que utiliza o mesmo princípio do médico da família; e conta com unidades de apoio à recuperação do patrimônio edificado que são instaladas em pontos estratégicos com a finalidade de auxiliar os moradores e ao mesmo tempo evitar que hajam intervenções emergenciais feitas de forma inadequada, além disso, fiscalizam de perto os trabalhos que vêm sendo realizados:

Levantamento do uso de ocupação do solo evidenciando os edifícios residenciais; situação socioeconômica de regiões; Estudo da infraestrutura urbana existente; arquivo fotográfico digitalizado contando com o registro de todas as informações que vêm sendo levantadas a respeito de cada edificação.

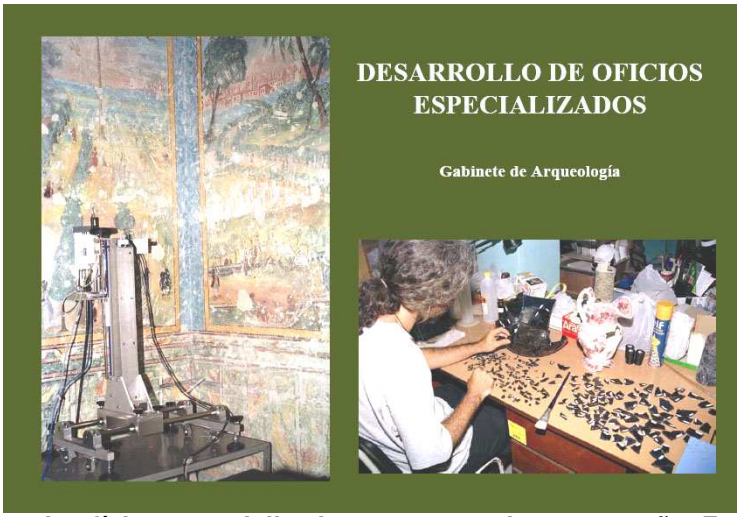


Figura 84 – Cursos de ofícios especializados no campo da restauração. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

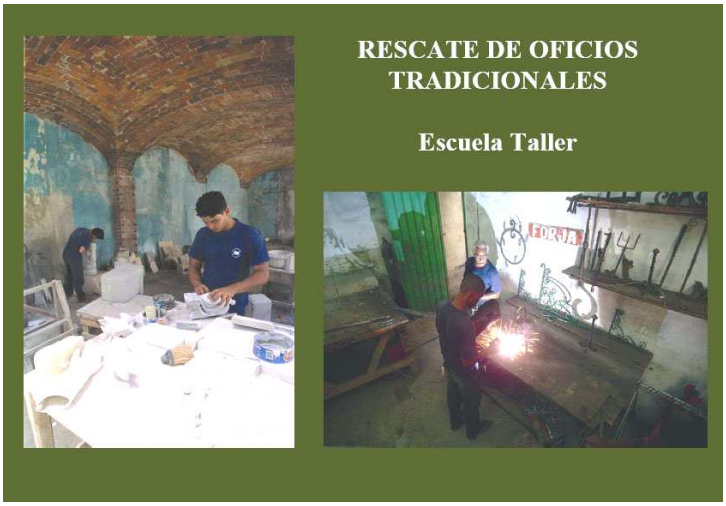


Figura 85 – Cursos de capacitação para resgate de ofícios tradicionais. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, Julio de 2001.



Figura 86 – Mapeamento dos imóveis e estado de conservação em Havana Velha.
Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, ulio de 2001.

Visando fundamentar ao máximo a tomada de decisões, o *Plan Maestro* conta ainda com alguns levantamentos realizados dentro da área de planejamento urbano, entendendo outros aspectos da cidade como: transporte, vias públicas, censo populacional, entre outros, de fundamental importância para análise de toda a problemática que ocorre em Havana Velha. O Plano só poderia mesmo exigir um amplo levantamento de dados, pois a proposta esta pautada num sistema integral de recuperação considerando a memória contextual de cada lugar, os monumentos coloniais, os grandes palácios até a mais modesta residência de colono. No final de 1995 foram iniciados os seguintes levantamentos: diagnóstico do transporte e da rede viária realizado pelo "*Instituto de Investigaciones ul transporte"* sob os cuidados do *Plan Maestro*; uma simulação que estuda o tráfego no território; compilação de dados

existentes sobre as redes técnicas; o inventário[79] básico de transformação e deterioração (até o ano de 1996 ainda sem ter sido concluído); o censo[80] de população e residências, pesquisa[81] com a comunidade em coordenação com a "*Oficina Nacional de Estadística"* (Ciudad City, 1996, p. 20).

O *Plan Maestro* mostra ser um plano diferente dos existentes que se apresentam rígidos e centralizados; é dinâmico e flexível e não se limita apenas a uma etapa de estudo e sim a um complexo sistema contínuo de análise de vários aspectos; com a meta de operacionalizar as propostas – o *"Plan Processo"* – é também o registro dos dados, base para se desenvolver de forma mais eficiente – o *"Plan Documento".* Além disso, conta efetivamente com a participação de todos os cidadãos e das entidades que atuam no território, a finalidade é fazer o Plano funcionar não somente com base em leis, mas também de forma que possa adaptar-se à realidade e ser realmente de caráter participativo.

---

79 O inventário em Havana velha iniciado em 1995 é composto por 5 níveis de levantamento: inventário básico, inventário de qualificadores urbanos, inventário detalhado, inventário específico , inventário detalhado de patologias. O inventário básico está voltado para um levantamento das edificações, uma listagem onde são identificados: endereço, idade, uso, tipologia, estado de conservação entre outros dados, que são inseridos em um banco de dados e podem ser localizados por quadras, onde também são encontradas fotos de todas as fachadas, croquis da planta e outros dados relevantes.

O inventário de qualificadores urbanos identifica corredores de interesse dentro da malha urbana. Já o inventário detalhado traz estudos pormenorizados de todas as edificações, por tipologia arquitetônica e patologias construtivas. O inventário especifico, identifica áreas verdes, mobiliário urbano e outros assuntos de interesse. O inventário de patologias detalha as patologias existentes em cada edificação e suas causas, está sendo aplicado em um primeiro momento, em uma zona do centro historico em forma de teste. Muitos destes levantamentos estão sendo realizados pelos estudantes da Faculdade de Arquitetura de La Habana, e cada dado é inserido em um sistema de dados como códigos que podem ser acessados de qualquer parte do país, de maneira a facilitar o cruzamento de dados, se isto for necessário (Ciudad City, 1996, p.26-27).

80 Este censo tem como finalidade conhecer a população e seu meio de vida e moradia, pois para o Plan Maestro, se considera de vital importância ter estes dados, além de pesquisas que estão incluídas nestes levantamentos, para estabelecer planos e estratégias com uma projeção social mais sólida, atualizada e viável. O censo aplicado em Havana Velha obteve os seguintes resultados: há aproximadamente 70.658 habitantes, sendo que 441 não têm casa definida e 72 moram em alojamentos coletivos.

81 Segundo a publicação Ciudad City (1996, p. 31) a pesquisa realizada com a população do centro historico esteve direcionada para obter os seguintes dados: a satisfação com a moradia, o sentimento de pertencer ao bairro, começando pela percepção e interesse que têm em particular pelo local, potencialidades para a participação na transformação do centro historico e as experiências de interesse a respeito. Além destas questões também foram levantados em relação às condições de moradia de cada habitante: opiniões sobre o estado construtivo das edificações, o estado de higiene, dificuldades no abastecimento de água, precário estado das ruas, muitas atividades ilícitas, e existências de cortiços.



Figura 87 – Significado do Plan Maestro e sua ligação com o Plan Documento e o Plan Proceso. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, ulio de 2001.

O Plano prevê projetos para cinco anos, colocados em prática em processos contínuos, com perspectivas de cenários futuros prováveis e desejáveis, gerando previamente saídas alternativas permitindo atuar no território de maneira rápida. Esta forma de atuação associada à distribuição de responsabilidades, competências e atribuições, entre os participantes, permitem que as ações sejam direcionadas para um mesmo fim: obter a revitalização integral de Havana Velha e suas fortificações. A filosofía do *Plan Maestro* é:

> *Dinamizar la economia local mediante uma gestión más eficiente, modificar el perfil de la Zona Priorizada para la Conservación, con la diversificación de las actividades y la variación paulatina de la estructura mediante la aplicación de esquemas de congestión que favorezcan la participación de los pobladores en la sustentabilidad del proyeto; identificar los criterios de eficiencia con la naturaleza del Pan en atención a los subsistemas del Centro Historico el cual subyace en la filosofia del tipo de planeamiento al que nos hemos afiliado* (Ciudad City, 1999, p.50).

A partir de sua filosofia o *Plan Maestro* estabelece princípios e conceitos que direcionam sua forma de atuação no território com base em: dinamismo, flexibilidade, concentração, possibilidade de ser operado, de ser continuo, de proporcionar integração e participação, um instrumento de gestão meio-ambientalista e com certeza contemporâneo.

Sua abrangência de atuação caminha ao lado da qual a *"Oficina Del Historiador"* possui*,* podendo fazer uso dos seus vínculos internos e externos além dos que o próprio Estado oferece.

As ações para a revitalização integral de Havana Velha são gerenciadas por três grandes centros dentro do Plan Maestro: *Centro Especializado de Información, Centro de Investigaciones y Proyetos e Oficina de Planeamiento y Gestión.* O primeiro está encarregado de compilar, organizar e publicar os dados coletados; já o *Centro de Investigaciones y Proyetos* é o responsável pelo contínuo levantamento e atualização dos dados coletados, visando garantir o aperfeiçoamento do *Plan Maestro*, sendo também responsável pela implantação de planos pilotos em todas as áreas de atuação.

A *Oficina de Planeamiento y Gestión* é a responsável pela criação de um espaço de concentração de todas as atividades desenvolvidas dentro do *Plan Maestro*, capaz de garantir a gestão de todo o processo de planejamento, abrangendo o diagnóstico de políticas e estratégias e a elaboração de leis. Também é encarregada de promover e implantar os projetos além manter o controle de toda a implantação do Plano, capaz de garantir que seja considerado por todos os envolvidos como uma *"carta de navegación",* um verdadeiro instrumento de gestão participativa.

Estes três grandes centros se subdividem em cinco áreas de atuação e grupos permanentes que assumem os principais campos de trabalho e, quando necessário, outros grupos temporários são criados. Os profissionais que fazem parte destes grupos são técnicos, especialistas de diversas áreas e recém formados, todos membros da *"Oficina Del Historiador de la Ciudad"* do *"Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museologia",* ou de instituições afins nacionais, provinciais e municipais ligadas ao planejamento físico. Estas áreas se dividem da seguinte forma: 1. Área de planejamento e gestão, 2. Área de projetos socioeconômicos e investigações, 3. Oficina

para a revitalização integral do bairro San Isidro, 4. Centro especializado de informação e 5. Plano de desenvolvimento integral.

Área de planejamento e gestão é subordinada à "*Oficina de Planeamiento y Gestión"* e se divide em outros três grupos: grupo de planejamento, grupo de gestão e grupo de controle de intervenções; tem também a função de prestar acessória, serviço de capacitação de pessoal, consultoria, além de ser o responsável pela *"Zona Priorizada pala la Conservación y de Alta Significación para el Turismo*" e tudo que for necessário para que esta delimitação seja respeitada.

O grupo de planejamento é encarregado de dirigir a elaboração de planos gerais, parciais e especiais, além de realizar os inventários que permitem atualizar o registro do grau de proteção que cada edificação ou área do território deve ter; cuida de tudo que se refere a infra-estrutura da rede viária e de transporte. Já o grupo de gestão é o responsável pelo uso do solo, garantindo mais eficiência e adequação do ponto de vista econômico e social, visando atender também de forma pontual as diversas demandas. Além disso, desenvolve o Planejamento Estratégico e todos os estudos que possam facilitar a tomada de decisões dentro do território.

O Grupo de Controle de intervenções é um órgão fiscalizador das intervenções nos edifícios e em geral controla o uso do solo dentro da *"Zona Priorizada pala la Conservación y de Alta Significación para el Turismo*".

A área de projetos socioeconômicos e investigações é Subordinada ao "*Centro de Investigaciones y Proyetos"* - cuida do planejamento socioeconômico de Havana Velha, garantindo que os mecanismos de gestão existentes sejam viáveis; avalia e cuidam tecnicamente dos projetos propostos pela "Oficina", pela comunidade, universidades e de outras instituições. Esta área está ligada diretamente a Direção Econômica da *"Oficina Del historiador"* e juntos dividem a responsabilidade no controle de verbas destinadas à realização desses projetos. Está encarregada também de controlar todos os serviços comunitários culturais e de lazer criados sob sua responsabilidade e patrocínio, além de prestar serviços de consultoria à direção da *"Oficina"* em temas sociais, econômicos, culturais, históricos, legais, pois desenvolve levantamentos e investigações nestas áreas.

A área de projetos socioeconômicos e investigações está subdividida em três grupos: socioeconômico, econômico-jurídico e de investigações. Basicamente os três desenvolvem levantamento de dados e servem de apoio nas informações que a *"Oficina"* e as outras instituições coligadas necessitem, mas o primeiro grupo socioeconômico cuida da gestão de projetos socioeconômicos, e para tanto, realiza uma série de levantamentos, diagnósticos e estratégias de ação e desenvolvimento relativas ao meio social e econômico, sempre voltados ao planejamento participativo.

O grupo econômico-jurídico é um consultor na aplicação das competências e atribuições da *"Oficina"*, dá suporte na avaliação dos projetos mostrando facilidades econômicas e legais visando assegurar a viabilidade dos mesmos, além de elaborar contratos, convênios e qualquer outro instrumento jurídico que possa garantir a atribuição e deveres dos envolvidos em qualquer projeto. Muitas vezes serve de mediador em propostas que estão sendo discutidas entre a *"Oficina"* e outras instituições ou empresas que estejam no território e que venham de certa forma contribuir de alguma para a revitalização do centro histórico.

Já o grupo de investigações realiza todo o levantamento histórico necessário dentro do território do centro histórico no que se refere à história oral e social com a população local. Também faz contatos com as universidades e outros centros de investigações que queiram ser parceiros nestas investigações, além de apoiar a gestão editorial da *"Oficina".*

A Oficina para a revitalização integral do bairro *"San Isidro"* é Subordinada à Direção geral do *Plan Maestro*. A revitalização do bairro de *"San Isidro"* é o primeiro projeto piloto do *Plan Maestro*. Este projeto é patrocinado pelo governo local e é uma forma de por a prova tudo que foi planejado pela equipe da *"Oficina Del historiador de la Ciudad"* e de todos os envolvidos*.*

Basicamente o projeto se preocupa em manter a residência da população local com programas que garantem os direitos dos cidadãos, sem deixar de preservar o equilíbrio entre a utilização do solo e a adequação do patrimônio edificado, para que possa absorver uma espécie de utilização que não vá descaracterizá-lo. Há uma preocupação grande no aproveitamento adequado das edificações e para tanto, dentro

do projeto, se acredita que isto só pode ser viável com a participação de todos os envolvidos desde a primeira etapa do projeto.

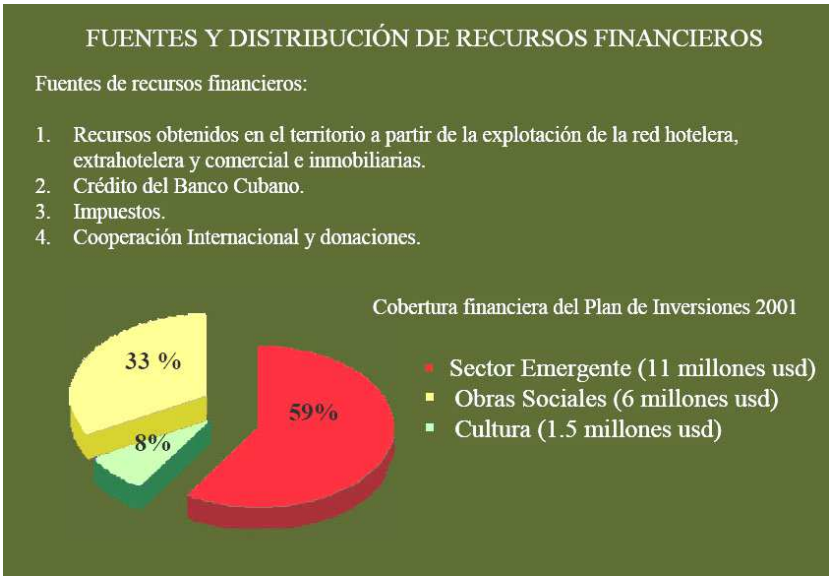


Figura 88 – Gráfico com a distribuição dos recursos financeiros. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

Está localizado na zona sul de Havana Velha e o estado em que se encontram as edificações põem em risco um valioso patrimônio, parte da história inicial da cidade. A escolha deste bairro do centro histórico como objeto do projeto piloto, se devido às péssimas condições de vida de seus habitantes e ao péssimo estado de conservação das edificações.

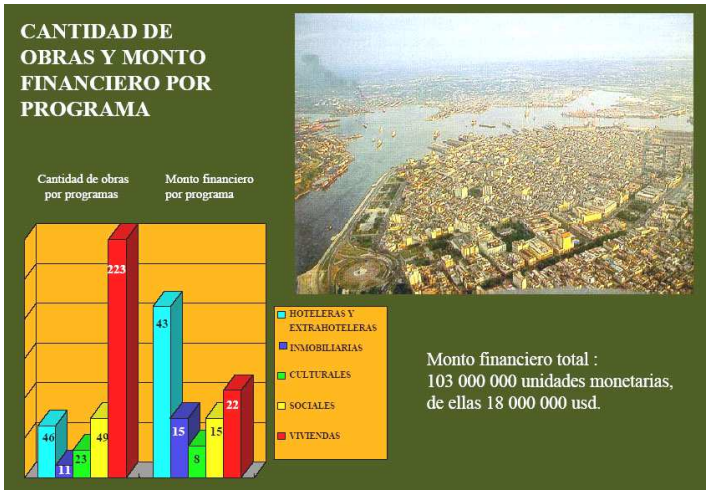


Figura 89 – Gráfico com a quantidade de obras realizadas dentro de programa de financiamento integrado. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

A proposta se desenvolveu em quatorze quarteirões, sendo outros dez incluídos posteriormente; para os últimos foram previstas: uma intervenção mais radical no âmbito social e nas edificações, devido ao valor excepcional que possuíam; ações de emergência para salvar o patrimônio edificado e também atender a população com baixa qualidade de vida. Apesar do estado avançado de degradação das edificações, isso só ocorreu porque o caráter estritamente residencial que esta zona da cidade possui, devido as características das edificações que raramente poderiam receber outro uso, pois são residências baixas (de um pavimento) e simples, foram subvalorizadas ao longo da história. Desta forma, exemplares de residências simples até grandes palácios de famílias de posses, construídos no início da colonização do país ainda estão em pé, caracterizando a zona sul de uma imagem própria.

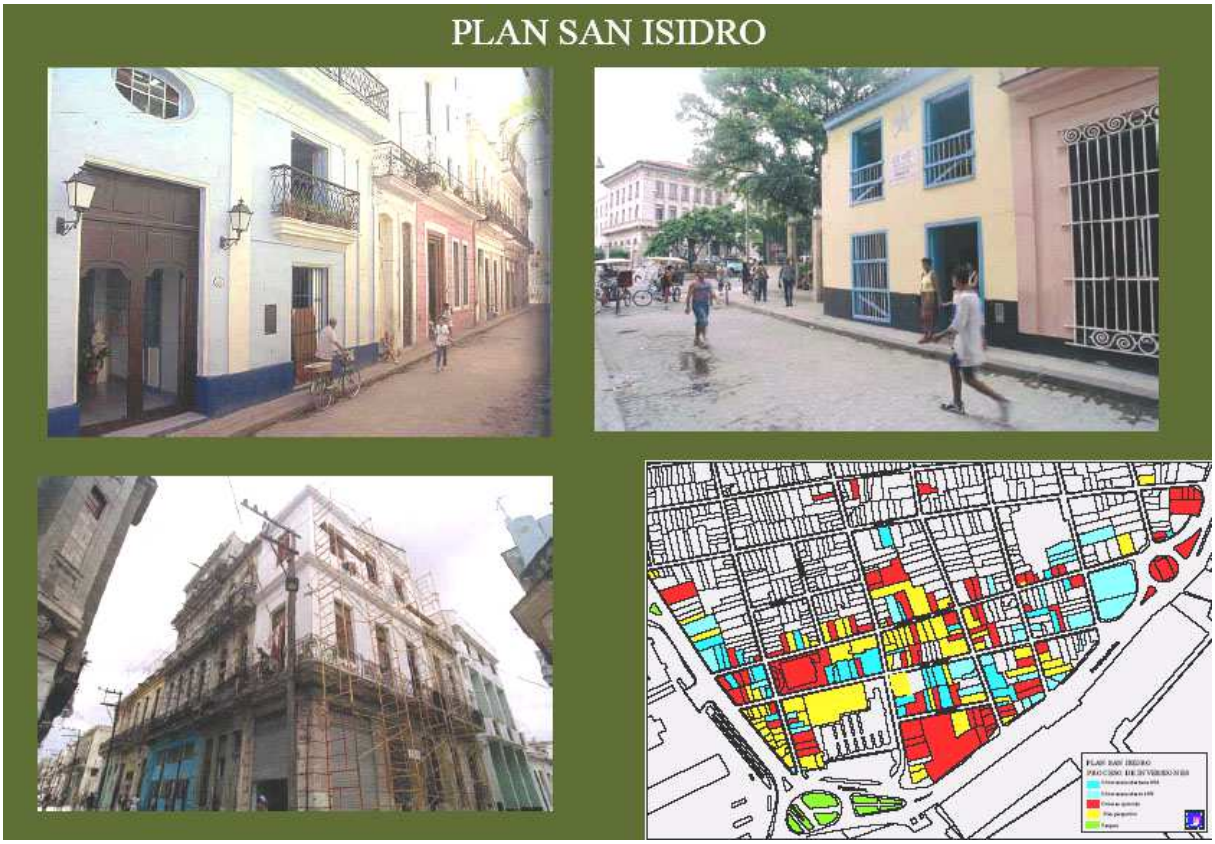


Figura 90 – Bairro de San Isidro, projeto piloto do Plan Maestro. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrollo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

Segundo o censo de 1996, o bairro de *"San Isidro"* possuía 1.244 moradias com 3.965 habitantes, mais da metade dos edifícios apresentavam problemas estruturais,

sem água encanada e muito menos com esgoto. A maior parte dos moradores buscava água que consumia diariamente em outros lugares. As edificações possuíam baixo índice de insalubridade e higiene. Além da falta de serviços básicos o bairro necessitava de outros como: escolas, postos de saúde, locais de lazer para as crianças e jovens e limpeza das ruas, não havia coleta de lixo adequada.

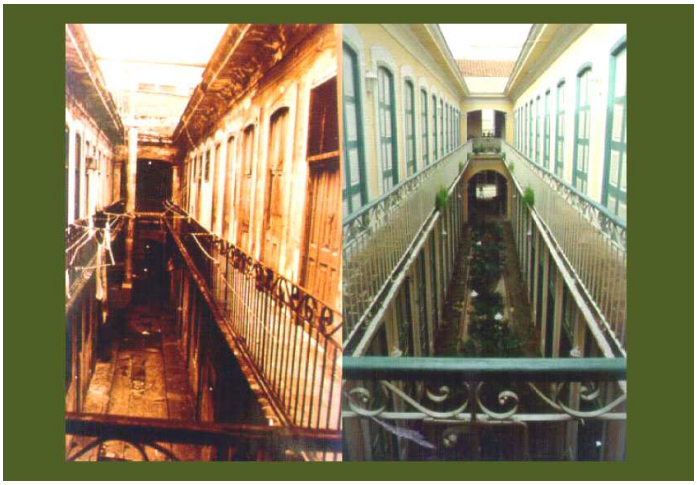


Figura 91 - Interior de um palácio. Fonte: Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana: Una experiencia de desarrolo sostenible. La Habana Vieja, julio de 2001.

Uma pesquisa foi feita, já dentro do projeto de reabilitação do bairro pelo *Plan Maestro* com a população para saber quais os laços de afetividade que ainda permaneciam com o lugar de moradia. A pesquisa mostrou que 81 % dos moradores queriam participar do projeto de reabilitação do bairro e 83% estariam de acordo em contribuir com parte do pagamento dos recursos necessários para recuperação de suas residências, para tanto 42% concordou em criar grupos de emergência (mutirões) para a recuperação das mesmas, e outros 41% acharam que poderiam fazer os trabalhos necessários com seu próprio esforço (*Ciudad City*, 1996, p. 42).

Num primeiro momento foram selecionadas 244 edificações, sendo que 78 encontram-se me bom estado, 93 em estado de média deterioração e 73 com alto nível de deterioração, além de 20 terrenos com edificações em ruínas, estacionamentos, parques e edificações em fase de construção.

Dentro do processo de reabilitação primeiramente foi realizado um levantamento de custos tendo em vista o estado de deterioração de cada edificação e também o grau de intervenção que cada uma deveria ter. Foram criadas equipes técnicas interdisciplinares que tiveram como ponto de partida um inventário, o censo populacional, uma pesquisa com a população e um levantamento preliminar dos custos da execução do projeto.

O ponto de partida foi determinado em função da criação de uma identidade para a intervenção; a própria rua *"San Isidro"* tinha as características necessárias e foi nela que o projeto se iniciou. O principal era fazer aparecer o esforço conjunto, para que o cidadão se sentisse parte do processo; a população seria informada de cada passo das intervenções e com isso foi previsto o seu envolvimento.

Podemos dizer que a pobreza e a precariedade acabaram preservando este Patrimônio da Humanidade e nos deixa a incerteza de saber se o regime socialista também colaborou para que este plano vigorasse com os objetivos expostos.

Vale ressaltar que, independente do sistema de organização econômica e social a comunidade precisa estar presente, entender a importância da preservação de seu patrimônio, pois assim estará preservando suas origens, seus costumes, sua memória.

A estratégia no ato de intervir, não é uma fórmula, mas deve considerar as particularidades do local. A construção de uma estratégia mais adequada seria o resultado do conhecimento de outras já realizadas e aplicadas. Por isto o caso de Havana faz parte deste relatório, mais um caso em que o sistema de gestão integrada é aplicado.

A efetivação de uma ação voltada para este fim pressupõe novas formas de gestão para a cidade, com uma estrutura administrativa mais descentralizada e uma gestão integrada aos vários setores da administração e que valoriza o acompanhamento participativo da sociedade, permite a percepção mais rápida das demandas e atendimento adequado às especificidades locais.

O Centro especializado de informação é Subordinado ao "*Centro Especializado de Información"*. A principal atividade deste centro é dinamizar a divulgação das informações coletadas sobre a restauração da *"Zona Priorizada pala la Conservación y*

de Alta Significación para el Turismo" para todos os envolvidos no processo. Tem a capacidade de acumular muitos dados de valor do ponto de vista cultural, sendo uma unidade de referência para consulta que dá base para tomada de decisões, assim como para a execução e elaboração de projetos e programas; para tanto tem também como função elaborar vários produtos informativos. É formado pelos seguintes grupos: informação documental, editorial e desenho informacional, e informação automatizada.

O grupo de informação documental possui um banco de dados clássico de informação sobre arquitetura, urbanismo e todo o universo socioeconômico. Conta com uma biblioteca especializada; arquivo técnico e reprodução, e arquivo de imagens.

Já o grupo editorial e desenho informacional é encarregado de publicar os livros da coleção **ARCOS** do departamento editorial *"Boloña",* além de publicar todo material destinado a comunidade e trabalha conjuntamente ao *Departamento Editorial dela Oficina Del Historiador.* O grupo de informação automatizada é uma entidade encarregada de oferecer as informações de todos os resultados das investigações realizadas pelo Plan Maestro e por todas as entidades envolvidas no processo de revitalização de Havana Velha. É composto por um sistema de gestão do meio ambiente, registro automatizado de população e unidade de informática.

No Plano de desenvolvimento integral a estratégia da "*Oficina Del Historiador"* é margear todo o centro histórico, trabalhando em algumas franjas desta área e ir avançando em direção ao centro. A intervenção começa de fora para dentro e se estabelece primeiramente nos edifícios de maior grau de proteção, nas praças e nos seus eixos de conexão. Pretendia-se, desta forma, ir concluindo os trabalhos por zonas, recuperando os edifícios e áreas públicas (praças). Na prioridade das áreas públicas estavam as principais praças do centro histórico: a das Armas, a de São Francisco, a Praça Nova, hoje Velha, a do Cristo e a Praça da Catedral.

Havana Velha dentro do plano de desenvolvimento integral foi dividida por zonas: residencial e setores produtivos; esta identificação facilita a tomada de decisões e permite agilizar a captação de recursos. Isto já tem sido feito no bairro de *"San Isidro",* já mencionado anteriormente. Outros setores já incluídos na primeira fase da implantação da revitalização são a rua *"Obispo"* e o *"Paseo Del Prado",* locais de grande

intensidade de lojas, comércio, hotéis, e outros do terceiro setor. O Plano de desenvolvimento integral aplicou quatro políticas fundamentais que possuem às metas a serem cumpridas:

> *1. Proteger o Patrimônio herdado, reabilitando o território mediante um plano integral e continuo que concilie a conservação dos valores culturais com as necessidades de desenvolvimento socioeconômico;*
> *2. Conservar o caráter residencial do centro histórico;*
> *3. Dotar o território de uma infra-estrutura técnica eficiente significa resolver um dos conjuntos de serviços mais difíceis e de custo alto que, devem ser visto como um sistema, um programa único de atuação aplicado de uma só vez para evitar assim a continua abertura de novas ruas e conseqüente deterioração da rede viária.*
> *4. Alcançar um desenvolvimento integral autofinanciado que faça recuperável e produtiva o investimento na recuperação do Patrimônio, impulsionando uma economia local que garanta um desenvolvimento sustentável* (tradução do trecho da publicação *Ciudad City*, 1999, p. 61).



Figura 92- Foto aérea, Baía de Havana Velha. Fonte: Google Earth, acesso em 26/12/2011.

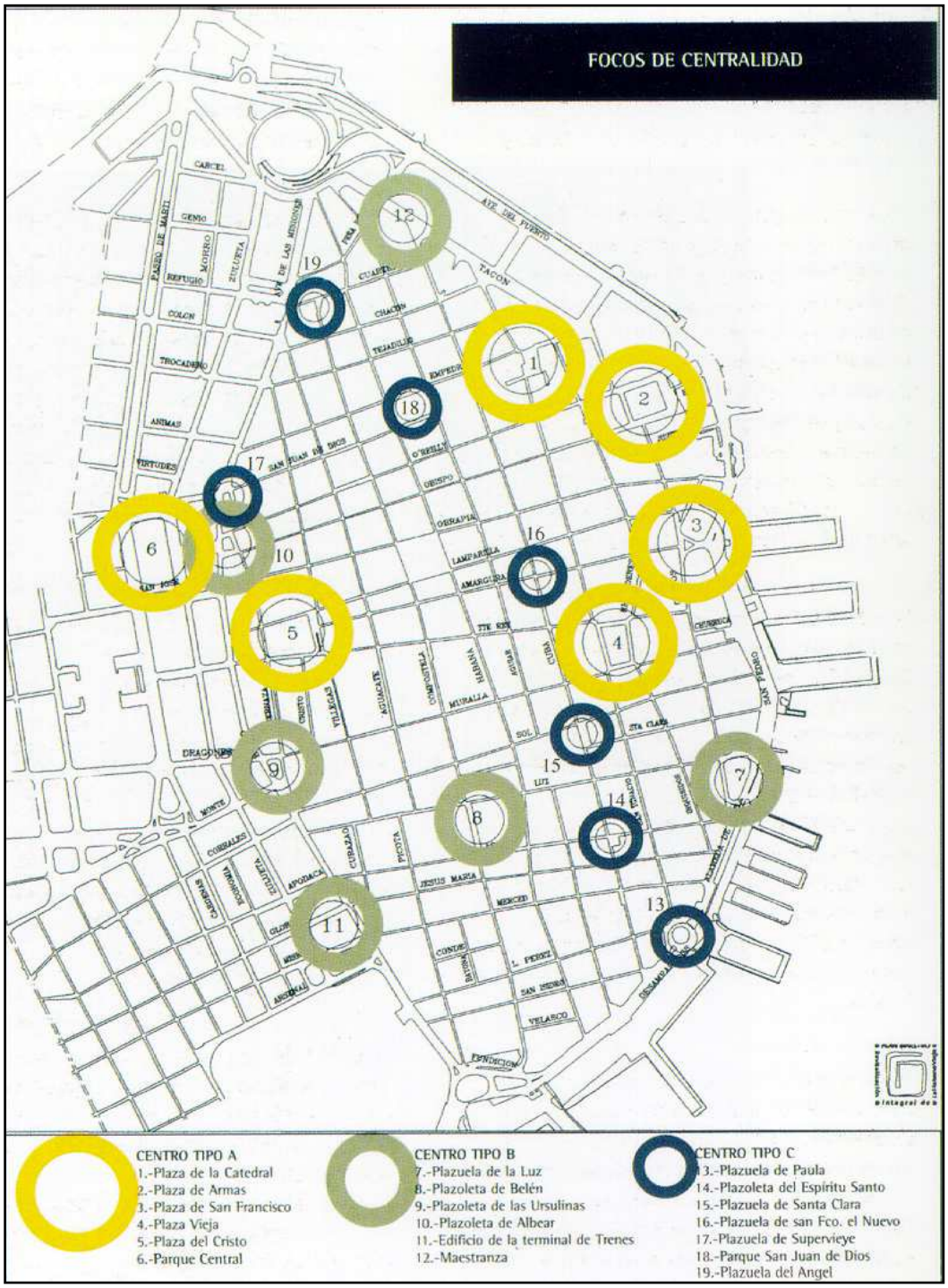


Figura 93- Mapeamento dos pontos de centralidade em Havana Velha. Fonte: ALOMÁ, Patrícia Rodriguez. Ciudad City Vol. 2/96, Viaje en la memoria. Oficina Del Historiador de La Ciudad de La Habana. Habana, 1996, p. 14.



Figura 94 - Foto aérea, Havana Velha. Fonte: Google Earth, acesso em 26/12/2011.

12.5.4 Planos e projetos para o centro: prioridades e conflitos, os diversos atores.

12.5.4.1 Reabilitação da Plaza Vieja

A "Plaza Vieja", de Havana, é um dos locais simbólicos existentes. Surge em meados do século XVII, e segundo dados históricos, é a primeira transformação urbana que tem um projeto de planejamento urbano. Ela faz parte do complexo das cindo principais praças existentes na cidade sendo a mais antiga de todas; inscrita também na Lista de Patrimônios da Humanidade por seus valores excepcionais ainda presentes.

No inicio do Império Colonial, quando Cuba era território da Espanha, esta praça se chamava "Plaza Nueva, local do mercado e também onde eram celebradas as comemorações, festas ou ocasiões públicas. O seu desenho e conformação urbana de acordo com Rigol (1994, p. 115), representa o *"tipo de plaza de mercado medieval com las nuevas ideas de orden, simetria y suntuosidad renascentistas".* Cercada por ruas, a praça tem o desenho retangular com tamanho adequado para as ocasiões em que era utilizada. Desde o inicio os moradores do local se comprometeram a cuidar da praça, prevalecendo assim uma relação estreita e de afeto pelo lugar.

Este espaço foi palco de diversas partes significativas da história de Cuba, além de ser também modificada conforme a cidade foi se alterando. Até 1835, ainda de acordo com Rigol (1994, p. 116) a praça conservava sua forma original, quando passou por modificações parte de um programa de obras públicas onde então é instalado um novo mercado mais ordenado substituindo o anterior que se dava de uma forma mais desordenada e espontânea.

Durante o século XIX, o centro histórico passa a perder sua importância iniciando o processo de sua deterioração, "a Plaza Vieja" também irá passar por este processo. Em 1908 o mercado citado anteriormente é destruído e no local surge um típico parque arborizado estimulando assim a construção de novos edifícios ao redor da praça, onde surge também o primeiro mais alto de Havana. A escala do entorno da Praça muda e o ecletismo passa a fazer parte do novo contexto prevalecendo o estilo *Art Noveau*.

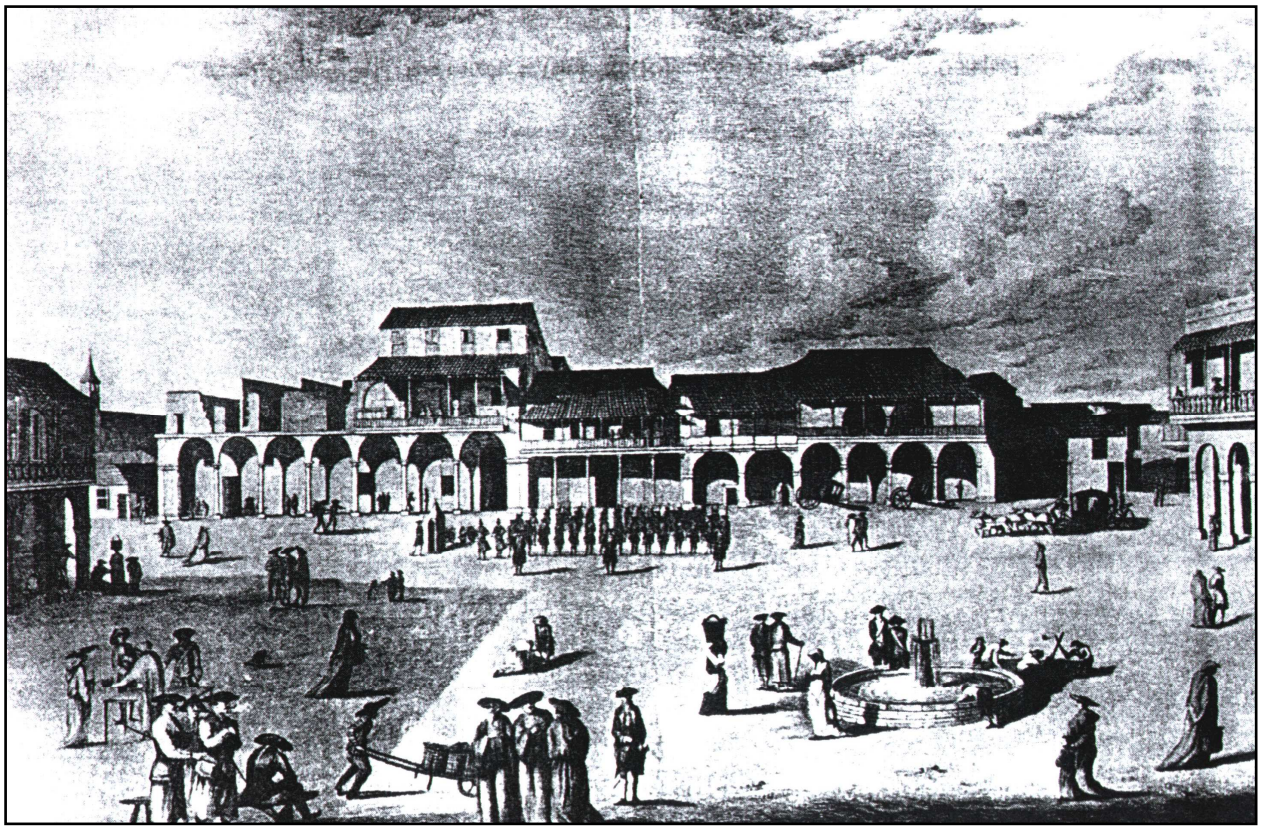


Figura 95 - Grabado de la Plaza em el siglo XVIII. H. Garneray. Fonte: RIGOL, Isabel. Rehabilitación Integral de la Plaza Vieja de la Ciudad de La Habana. Taller: Reabilitación Integral en areas o sitios históricos latino-americanos. Quito, 1994, p.117.

O caráter dinâmico desta praça com comércio e serviços que abrigou, permitiu diante das transformações, que fosse sempre um lugar de passagem de pessoas. Em 1952, o local sofre nova intervenção onde é construído um parque – "Parque Habana" – ocupando todo o espaço livre existente menos as ruas que rodeiam o local. O nível da praça foi rebaixado, novo mobiliário urbano instalado e alterações substanciais comprometeram de forma agressiva o desenho original do lugar. O parque instalado nunca funcionou bem para a população, o que permitiu certa desatenção para o local tornando-o cada vez mais esquecido e degradado.

Na década de 1982, ano em que Havana e seu sistema de fortificações são considerados Patrimônios da Humanidade, este quadro de abandono começa a ser revertido. Através de uma campanha de nível internacional para a sua recuperação, dirigida pela **Unesco**, inicia-se a retomada da "Plaza Vieja" para o seu povo. Em dezembro de 1999, quando de nossa visita a Havana, a praça ainda estava sendo

recuperada; trabalho delicado que exigiu grande concentração de esforços para que tivesse sucesso. Lugar de excepcional valor histórico para o povo cubano, com uma arquitetura representativa da síntese inovadora nascida do encontro de várias culturas e da identidade cubana.

A campanha lançada pela **Unesco** teve grande repercussão; depois de 17 anos várias instituições internacionais deram suporte à reabilitação da "Plaza Vieja", e a visão deste sítio histórico se enriqueceu mediante as várias manifestações que ocorreram depois, como seminários, encontros e trabalhos voltados à discussão sobre a preservação do patrimônio em centros históricos.

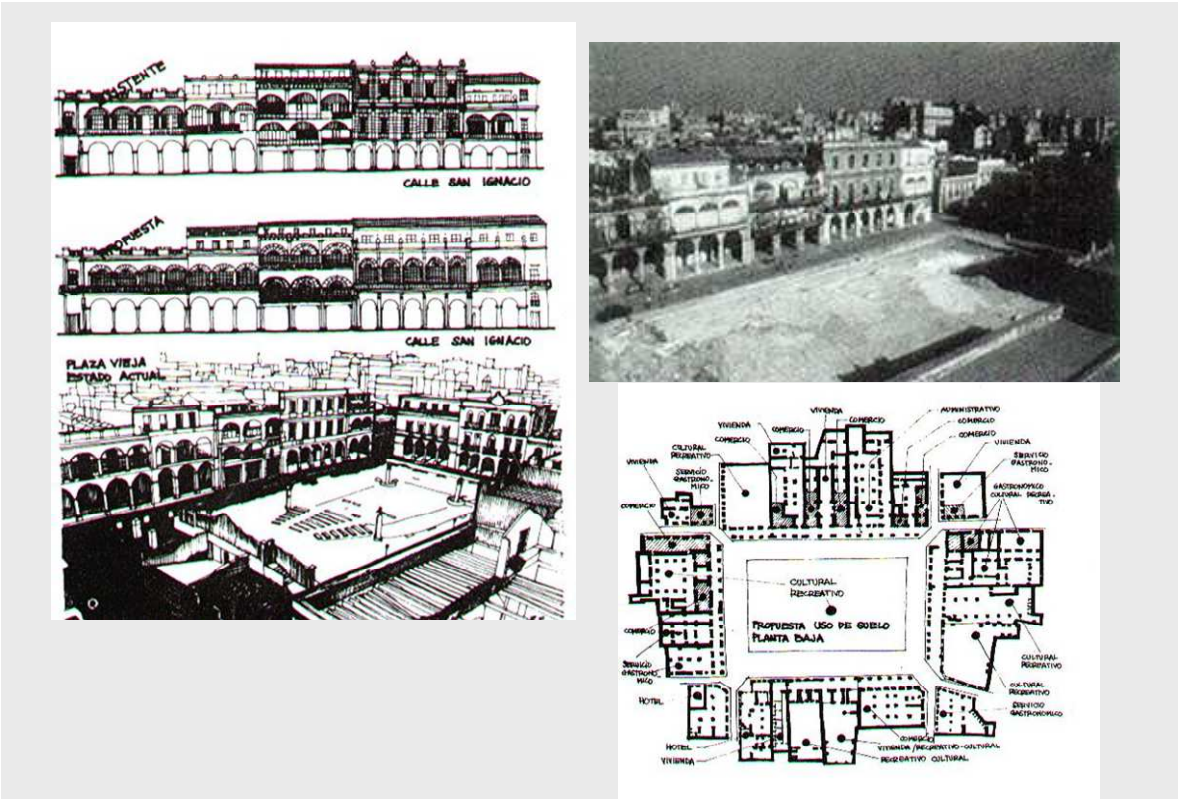


Figura 96 - Projeto de restauração da Plaza Vieja que está se realizando com a ajuda da UNESCO.
Fonte: SEGRE, Roberto. Arquitetura e urbanismo da revolução cubana.São Paulo: Studio Nobel, 1934, p. 182.

De acordo com Rigol (1994, p. 122), o projeto geral para a reabilitação da "Plaza Vieja" enfatizava a recuperação de seus valores urbanísticos e arquitetônicos contemplando as necessidades contemporâneas. Para tanto foram realizados inventários detalhados da área voltados para detectar os valores monumentais existentes, além das

tipologias das edificações, estado de conservação e causas das deteriorações, uso do solo, gabaritos de altura e número de população, entre outros.

O resgate dos monumentos históricos do local partiu de uma proposta de planejamento urbano; a restauração seria aplicada para que os aspectos culturais fossem mantidos, mas o estado avançado de deterioração detectado no inventário direcionava a proposta para a inserção de construções novas, sem que se perdesse a harmonia do conjunto, algo extremamente levado em consideração nas intervenções para que o contexto fosse preservado restituindo à praça seu caráter multifuncional existente antes de sua decadência predominando o uso habitacional.



Figura 97 - Plaza Vieja, 2000. Foto: Dilene Zaparoli.

De acordo com Rigol (1994, p. 127), de 1982 até 1990 cinco grandes mansões existentes na praça foram recuperadas: *la Casa de los Condes de Jaruci*, *la de Mercaderes* 307, *la de Mercaderes* 315-317 ou *Casa de los Franchi Alfalo, la Casa Del Conde de Lombillo e la Casa de las Hermanas Cárdenas*. O Parque localizado bem no centro da praça recebeu várias intervenções que contribuíram para sua descaracterização e deterioração, reverter esse processo era algo delicado dentro do

projeto geral de revitalização da área. Seu destino foi debatido com a comunidade local e profissionais, o que levou ao surgimento de três propostas: conservar o estado atual e atenuar seus efeitos negativos através de um desenho mais organizado eliminado o fluxo de veículos; nivelando o piso da praça com o das ruas lindeiras como era no seu inicio; eliminar o parque e recuperar o nível da praça original permitindo uma visão mais ampla e integrada do conjunto original (Rigol, 1994, p. 128). Em todas as opções foram incluídas as trocas do pavimento e do mobiliário urbano prevendo-se não intervir nestes itens antes das edificações estarem restauradas e em condições de serem adequadamente habitadas.



Figura 98 - Plaza Vieja, 2000. Foto: Dilene Zaparoli

De 1990 a 1993, devido a situação econômica do país, mencionado anteriormente, as obras na "Plaza Vieja" são paralisadas. O governo cubano recorre a **Unesco** uma ajuda emergencial para que não se perdesse o que já havia sido feito, pois não sabiam por quanto tempo esta situação iria perduram, e como as obras já haviam sido iniciadas corria-se o risco de não terem continuidade por falta de dinheiro. Em outubro de 1993 a assistência financeira é autorizada e as obras são iniciadas focando-se nos seguintes objetivos: manter as edificações que já haviam sido

recuperadas e restauradas nos últimos anos; e reforço estrutural das edificações que apresentavam risco de desabamento.

Num balanço das obras realizadas até 1994, Rigol (1994, p. 133) menciona a situação dos edifícios existentes na "Plaza Vieja": 5 haviam sido restaurados, 1 estava em andamento e já com obras avançadas; outro já estava vazio na espera das obras se iniciarem; outro acabou desabando por conta do estado de deterioração em que se encontrava; 12 ainda não haviam recebido nenhuma intervenção; 36 novas habitações foram obtidas; 1 edificações foi usada como local par encontros da comunidade; outro ligado a alimentação e outro usado como consultório medico, sendo que o maior conquista avaliada pela equipe foi a obtenção da melhoria da qualidade de vida de quase quarenta famílias moradoras da região. Uma experiência considerada exemplo para outras em que a população original não foi expulsa, fez parte do processo de resgate e revitalização da área e pode usufruir disto depois de sua recuperação.

Quando de nossa estadia em Cuba, a "Plaza Vieja" já tinha um aspecto muito melhor como se pode ver nas fotos, com a perspectiva de nos próximos anos ganhar mais melhorias, uma amostra da vontade cubana de vencer as dificuldades econômicas que qualquer país em desenvolvimento possa ter.



Figura 99 - Plaza Vieja obras em andamento, 2000. Fotos: Dilene Zaparoli



Figura 100 - Detalhes das edificações de Havana Velha. Fonte: http://www.ohch.cu/postales/postales.php?ini=0 acesso em 26/12/2011.

12.6 Estudos de casos sobre intervenções em Centros históricos em municípios do Estado de São Paulo

12.6.1 O caso de Amparo – SP – Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo

Amparo tem sua origem com a formação de um povoado, no final do século XVIII, localizado ao encontro de dois caminhos. Um deles saía de Campinas em direção ao Sul de Minas; e o outro saía de Atibaia em direção a Moji Mirim e Moji Guassú.

Firmando-se assim, por duas frentes colonizadoras. Nos primeiros anos do século XIX, ganha sua primeira capela em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, localizada às margens do rio Camanducaia, que hoje corta e divide a cidade e onde hoje, está a Praça Jorge Pires de Godói. Por estar próxima ao rio, as enchentes se encarregaram da mudança da capela para a Praça Monsenhor João Batista Lisboa. Em 1829, o povoado é elevado a Capela Curada. Em 1857 é elevada a Vila e, em 1865, a Cidade.



Figura 101 - Vista da cidade em 1871. Fotógrafo desconhecido. Acervo do Museu Bernardino de Campos. Fonte: http://www.amparo.sp.gov.br/2011/node/1, acesso em 26/12/2011.

Oficialmente a cidade nasce em 1829, deste tempo pouco restou na cidade, mas da época áurea do café, existem ainda edificações e parte do traçado urbano. Considerada a Capital Histórica do Circuito das Águas, conserva um dos mais completos acervos arquitetônicos do Estado de São Paulo, contando com cerca de 535 prédios históricos listados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo **(Condephaat)** que indicam a presença marcante da arquitetura de tradição eclética. Localizada a aproximadamente 130 km da capital paulista, Amparo faz parte do circuito das Águas Paulistas composto pelas cidades de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Mte. Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. Faz divisa com 8 municípios e possui três distritos, o distrito sede, o distrito de Arcadas e o distrito de Três Pontes.

Sua população tem na raiz de sua formação alemães, franceses e orientais e, nas últimas décadas, prevaleceram as correntes internas de imigrantes de Minas Gerais, do Paraná e dos Estados do nordeste brasileiro.



Figura 102 - Mapa do Estado de São Paulo, com a localização do município de Amparo e vizinhos.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Amparo.svg. Acesso em 26/12/2011.

Tem uma população de aproximadamente 65.829 hab., ocupando uma área de 446,01 km2, sendo que deste total 12% é área urbana. Sua economia gira em torno das indústrias que representa 50% da arrecadação do município. É uma cidade linear e sua topografia colabora para esta situação.

O patrimônio arquitetônico existente é bem expressivo do período do café. São sobrados neoclássicos urbanos, com sinais da opulência dos fazendeiros e demonstração da importância que a vida social realizada no espaço urbano, começava a ter em meados da metade do século XIX. Quase todos os municípios cafeicultores paulistas durante o Império têm ou tiveram grandes sobrados neoclássicos.

Algumas sedes de fazendas ainda estão preservadas e guardam características do ecletismo desde fins do século XIX. Este estilo também foi extensamente utilizado nos sobrados urbanos, bem como nos palacetes de feição francesa, já recuados do alinhamento da calçada e cercados de jardins. Em Amparo existem muitas edificações urbanas inspiradas no Ecletismo e o conjunto arquitetônico foi tombado pelo **CONDEPHAAT**. Palacetes ecléticos ajardinados, à semelhança dos encontrados na

Avenida Paulista e nos bairros paulistanos de Campos Elíseos e Higienópolis, também foram erguidos no interior paulista.

Em 2001, com a nova gestão do atual prefeito Paulo Turato Miotta, Amparo ganha um planejamento de governo, em que o Plano Diretor está ligado a 4 Planos Macros Setoriais, e a preservação do patrimônio tem ações coligadas a estes 4 planos coordenados pela Secretaria de Planejamento.
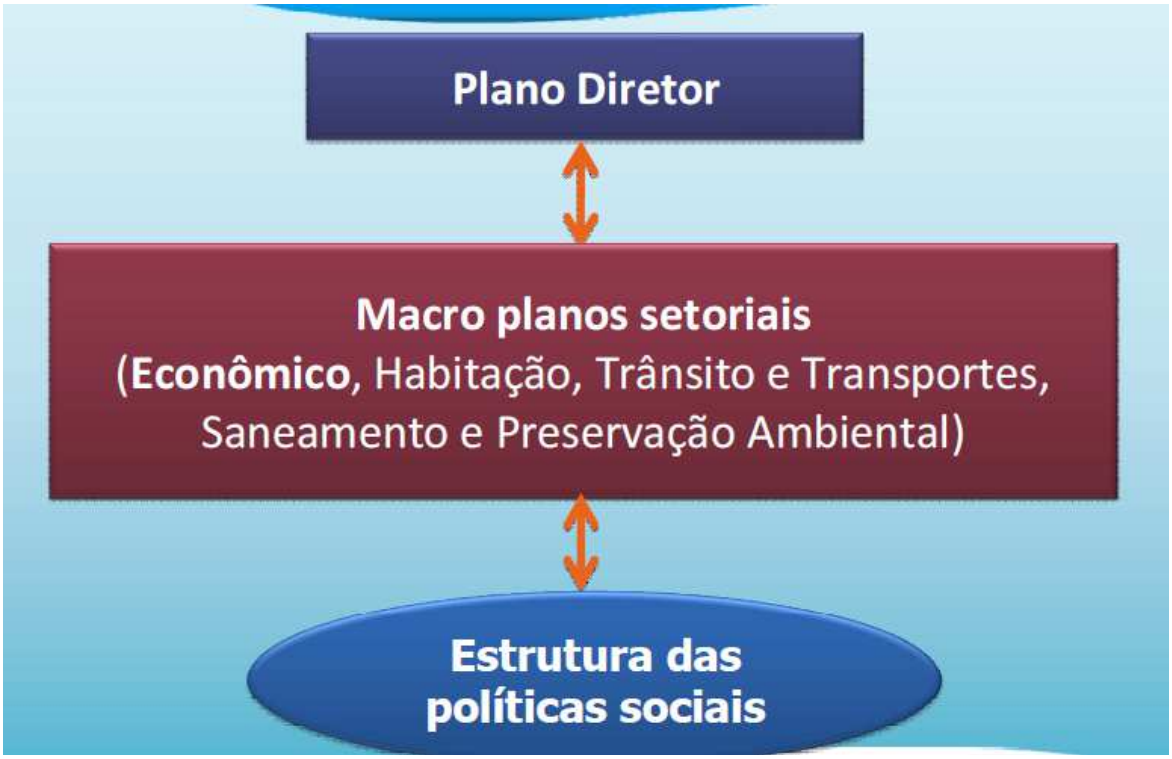


Figura 103 - Planejamento de Governo do Prefeito Paulo Turato Miotta. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministérios das Cidades e o PAC das Cidades Históricas, 02 de dezembro de 2011.

Estes macros planos urbanos foram transformados em lei pelo Plano Diretor de 2006, e a cidade fez alguns convênios que proporcionaram a entrada de dinheiro possibilitando por em prática os Macro Planos Setoriais onde a preservação do patrimônio arquitetônico seria contemplada.



Figura 104 – Convênios efetivados durante a gestão de Governo do Prefeito Paulo Turato Miotta.
Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.

Uma das obras mais marcantes na cidade e que mudou a paisagem como um todo foi a implantação do parque Linear ao longo do leito do Rio Camanducaia. O resultado de sucesso só foi possível por meio de um planejamento integrado as questões da preservação. A Prefeitura contratou a consultoria terceirizada de especialistas que promoveu curso de capacitação para os agentes envolvidos ligados a secretaria de planejamento, turismo, educação. Deste curso surgiu a equipe que iria trabalhar diretamente com a implantação do projeto de reabilitação do centro. Esta mesma equipe criou a logomarca do projeto, promoveram reuniões com os comerciantes da área objeto de intervenção, promoveram o levantamento de dados necessário para melhor entender as peculiaridades desta região, implantação de novo mobiliário urbano, publicações sobre o projeto e também criaram a **UCPC** – Unidade de Conservação do Patrimônio Cultural. A Secretaria de Educação implantou em todas as

escolas da rede pública e privada a disciplina de Educação Patrimonial por meio de um projeto de Lei que vigora no município com sucesso.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano definiu diretrizes para implantação do projeto, são estas: Implantar o Programa de Reabilitação para o Centro Histórico de Amparo, após análise do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural; Implantar políticas específicas para proteção e recuperação do Patrimônio; Preservar paisagem e edifícios de interesse histórico isolados ou em conjuntos; Promover a complementação do inventário de imóveis de interesse cultural nas Macrozonas urbanas e Rurais; Criar incentivos para a reabilitação dos imóveis de interesse histórico da área central para usos institucionais e para habitação de interesse social; Implementar ações de fiscalização com relação ao Patrimônio edificado tombado ou com interesse de preservação; Incentivar a divulgação a divulgação e inclusão dos imóveis de interesse no roteiro cultural e turístico no Município e região, de forma compatível com sua preservação; Criar programas especiais de Educação patrimonial.



Figura 105 - Área urbana de Amparo com a indicação do traçado do Rio Camanducaia.
Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano também realizou levantamento de dados englobando as características do patrimônio urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Amparo; o patrimônio como material e imaterial; a situação e características do conjunto de bens patrimoniais/ o mobiliário urbano e publicidade na construção da imagem urbana; os sistemas de circulação e acessibilidade; os recursos urbanísticos e os instrumentos legais que incidem sobre a área central de Amparo.



Figura 106 - Área de Intervenção do centro histórico de Amparo. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.



Figura 107 - Mapa da região central com indicação dos eixos de circulação, preocupação com a mobilidade urbana. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano usa os seguintes instrumentos de gestão: Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo; Fundação Pró-memória de Amparo; Unidades de Conservação do Patrimônio Cultural – UCPC; Audiências Públicas; Programa de Reabilitação para o Centro Histórico de Amparo; Instrumentos urbanísticos – **LUOS** (Leis de uso e Ocupação do Solo).

Para a integração dos Planos era fundamenta a reestruturação da malha urbana, com novo asfalto, sinalização, calçadas, e principalmente novas rotas que visavam tirar a sobrecarga do centro.



Figura 108 e 109 (abaixo) - Projeto executado trecho 03. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.





Figura 110 - Projeto executado trecho 05. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.



Figura 111 - casarões típicos do centro histórico de Amparo. Tipologia - Casa de Porão Alto. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.



Figura 112 - Programa de despoluição visual. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.



Figura 113 - Ação Educativa junto a população quanto ao programa de despoluição visual. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.

Dentro das ações educativas estão os cursos de formação de mão-de-obra, em parceria com o Centro Paula Souza foram realizado em 2009 curso de pedreiro nível 1 e 2. Em 2012 está programado a realização do nível 3 voltado para a recuperação do Patrimônio imóvel. Além disso, publicações de material educativo complementar para os cursos e escolas. Foi implantado também o Projeto "Descobrindo Amparo" com a inclusão de uma matéria da grade curricular das escolas do município, públicas e particulares; alunos desenvolvem projetos de pesquisa sobre a cultura e história da cidade; desde 2005, 25 escolas municipais, 2 entidades e 5 escolas de outras redes, estadual e particular, já foram atendidas; anualmente há um encerramento com a produção de documentos, apresentações e premiação.



Figura 114 - publicação de material educativo e turístico. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.



Figura 115 - Mobiliário urbano projetado e implantado para o centro do projeto de reabilitação da área central de Amparo. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.

Amparo é um exemplo do desenvolvimento urbano do interior paulista iniciado no século XIX, decorrente principalmente do ciclo cafeeiro. Possui um relevante acervo patrimonial e cultural que precisa ser valorizado no seu conjunto com suas particularidades. O maior bem que esta cidade tem são suas marcas de crescimento e desenvolvimento, de modo que foi necessário criar uma política de preservação do meio ambiente urbano, natural e construído valorizando a paisagem como um todo.

Estudos foram contratados pela Prefeitura Municipal para a área do centro expandido, região bem provida de infra-estrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos, gravada no Plano Diretor como perímetro central da cidade. O município conta também com estruturas de gestão regulamentadas quanto à preservação do patrimônio

com atuação direta nessa área do **CONDEPHAAT** – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e do CODEPACUA – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo.

O Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo teve o apoio do **Programa Nacional de Reabilitação do Ministério das Cidades,** em 2004, tendo como meta principal a garantia de mecanismos eficazes de preservação e a valorização do seu patrimônio cultural (material e imaterial), incluindo bens e conjuntos edificados, o mobiliário, os equipamentos urbanos, bem como as características da paisagem e do traçado urbano.

O Plano também contempla questões relacionadas à Habitação procurando incentivar melhores condições de acesso a moradia para a população de baixa renda, estabelecendo mecanismos que permitam a implantação de habitação social no centro em imóveis de interesse históricos sem uso, portanto não cumprindo a função social da propriedade estabelecido pelo *Estatuto da Cidade*, por meio preferencialmente da utilização compulsória, o IPTU progressivo, o direito de preempção e incentivos fiscais para possíveis empreendedores que invistam na recuperação de imóveis indicados. Outros instrumentos como a contribuição de melhoria, o tombamento e a instituição de Zonas Especiais de Proteção Cultural já estão regulamentados dentro do perímetro central delimitado.

Ainda no caso de habitações com interesse social, foram previstas novas construções de conjuntos habitacionais em áreas vazias da malha urbana, consideradas como vazios urbanos, e também em edifícios ociosos.

A reestruturação da malha viária, também foi incorporada ao Plano contemplando também ordenamento do tráfego de veículos, pedestres e demais formas de transporte.

Esse Plano só foi possível por meio da entrada de recursos externos (Figura 104) vindos de várias fontes. Com o Ministério das Cidades o convênio foi finalizado em dezembro de 2005 e sua aprovação na Câmara dos Deputados como Lei estava prevista para acontecer até Fevereiro de 2007. A implantação das ações contempladas no Plano foi prevista para acontecer dentro de um período de quatro anos, iniciado no primeiro

semestre de 2006, com a definição do corpo técnico responsável, e para ser finalizado no segundo semestre de 2009, com o monitoramento e avaliação do programa.

Nota-se que os convênios foram fundamentais para viabilização da implementação do Plano, mas do que isso ter objetivos claros de onde se queria chegar também contribuiu muito para enfrentar os obstáculos, pois intervir em áreas históricas é se deparar com uma malha urbana consolidada, geralmente com uma infraestrutura obsoleta que precisa de ajustes para receber as novas demandas, além é claro com a resistência de alguns moradores geralmente os mais antigos. No caso de Amparo, estas barreiras parecem ter sido vencidas por meio das audiências públicas, que permitiam explicar as ações; por meio de conversas bem próximas aos comerciantes; capacitação da equipe envolvida; integração das concessionárias de energia, água, gás, algo de extrema importância, pois houve reforma em todas as tubulações e no caso da energia, a fiação passou a ser totalmente subterrânea dentro do perímetro do Plano, da área central.

Os resultados, projetos e ações executadas em Amparo falam por si só. São exemplos de que com vontade política é possível aplicar as ações, encontrando os caminhos para viabilização. Tais caminhos não são tão distantes, muito pelo contrário, como alguns departamentos do Ministério das Cidades, Turismo e Cultura apontam, o que falta, na maioria dos casos, são projetos bem elaborados e gente, nas administrações municipais, disposta a arregaçar as mangas, em Brasília, para correr atrás da aprovação.

Existe muito ainda a ser feito em Amparo, mas depois de iniciada as ações para requalificação do entorno e a valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico, elas acabam tomando um rumo irreversível. O próprio cidadão é o principal agente dessa transformação; à medida que ele retoma o espaço público antes abandonado, valoriza o local, cuida, ajuda a cuidar, pois aquilo como a fazer parte de sua via, de sua história.

Essa realidade, esse conjunto de ações, independe da vocação do município, seja ele turístico ou não, inclusive quando se fala em turismo hoje, existem muitas vertentes: turismo de negócio, turismo cultural, turismo religioso. Relacionado a isso, independente

da suposta vocação ou vertente do município e sua possível relação com o turismo, é fato inegável e inquestionável o quanto a valorização desse setor da economia atrai recursos e investimentos. Além do mais, independente da formação cultural dos munícipes e de sua preferência de lazer e cultura, o fato de residir em um município que tem referências históricas, culturais, que valoriza a memória modifica a forma de viver, agregando qualidade de vida, utilização de espaços públicos por cidadãos de todas as faixas etárias e camadas sociais. Isso sem levar em conta a auto-estima da população, afinal, quem não gosta de viver em uma cidade com atrações históricas, culturais, artísticas, que incluam atividades de lazer, esportivas e educacionais, com praças e parques atraentes, bem planejados e bem cuidados. Enfim, Amparo fez tudo isso de uma maneira simples, mas eficaz, com muitas dificuldades, mas sempre com soluções criativas e vontade política.



Figura 116 - Projeto executado, implantação do Parque Linear Águas do Camanducaia. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.



Figura 117 – Restauração do Mercado Municipal. Fonte: Slaid de apresentação do caso de Amparo, na Oficina de Implementação de Ações em Áreas Centrais e Históricas promovida pelo Ministério das Cidades e o PAC das Cidades Históricas.

12.6.2 O caso de Santos – SP – o Programa Alegra Centro: O centro como centro de tudo.

12.6.2.1 A fundação de Santos – breve histórico



Figura 118 - Fundação de Santos, por Benedito Calixto.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santos acesso em 26/12/2011.

O ano de 1500 marca o descobrimento do Brasil, dois anos depois, em 1502 aparecem relatos sobre a Ilha de São Vicente vindos da expedição de Américo Vespúcio que viajou para reconhecimento da costa brasileira. O nome a ilha foi dado por esta expedição, que decidiu dar-lhe o nome do santo daquele dia – São Vicente.

Nos primeiros 30 anos da colonização portuguesa, a coroa se interessou pouco pelas novas terras. Sem vigilância, vários corsários e piratas estiveram por aqui em busca do pau-brasil. Com a decadência dos negócios na Índia, a Coroa resolve dar mais atenção, isto por volta de 1531, quando então vem uma esquadra de demarcação de terras liderada por Martim Afonso de Sousa. Na entrada do estuário de Santos, ele encontra um pequeno povoado e um atracadouro, conhecido como Porto de São Vicente, fundado por Cosme Fernandes que havia conseguido prosperar devido ao comércio com os indígenas, prosperidade refletida na própria Ilha de São Vicente.

Cosme Fernandes ao ser expulso por Martim Afonso de Souza, distribui as terras em sesmarias onde então, vão se estabelecer alguns portugueses que passam a cultivar a terra para o plantio de cana de açúcar. Surgem alguns engenhos, prosperando cada vez mais o povoado, que tem sua vida de 1530 a 1543, em torno desta produção.

O ano de 1543 também marca a construção de uma capela em homenagem a Santa Catarina, o porto foi transferido para o sitio do Enguaguaçu, parte norte da Ilha, pois o povoado tinha se desenvolvido mais nesta parte. Brás Cubas[82] conseguiu implantar um hospital nos moldes da Santa Casa de Lisboa, o hospital na Ilha foi denominado Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos, considerado o primeiro das Américas. Assim o povoado de Enguaguaçu passou a ser conhecido como de Todos os Santos, o que parece ter denominado o nome ao município. Também é possível que este nome tenha vindo de um porto de Santos que havia em Lisboa.. Daí, então a

[82] Atribui-se a fundação de Santos a Brás Cubas, sertanista português que, em 1536, recebeu a mais vasta sesmaria do litoral da Capitania de São Vicente. Em 1543, Brás Cubas instalou às margens da baía a Casa de Misericórdia de Todos os Santos para abrigar doentes dos navios que chegavam da metrópole. O povoado, com nome simplificado de Santos foi elevado à categoria de vila em 1545. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santos acesso em 26/12/2011.

região próxima ao Outeiro era conhecida como "Vila do Porto de Santos", e depois, apenas "Santos".

Dessa forma, o povoado cresceu em importância: foi elevado à condição de vila por Brás Cubas em 1546 (data controversa, o ano de 1543 também é defendido por certos historiadores), vivendo os seus primeiros anos de ocupação por imigrantes portugueses e espanhóis. A Capela de Santa Catarina se tornou a Igreja Matriz da vila. Ainda hoje, comenta-se o fato de Santos ser uma das poucas cidades que conhecem exatamente o seu local de nascimento: o Outeiro de Santa Catarina, que existe até hoje. Elevada a categoria de cidade em 26 de janeiro de 1839, Santos teve sua economia impulsionada pelo café com a inauguração da ferrovia São Paulo Railway ligando Santos às lavouras cafeeiras de Jundiaí em 1867 foi uma fonte de progresso inestimável, principalmente para o porto. Com isso, a população da cidade aumentou ocupando a área entre o porto e o Monte Serrat e e as áreas conhecidas como Paquetá e Macuco.

A cidade fervilhava em ideias sobre a abolição da escravatura que, quando acontece, substitui o trabalho do negro pela mão-de-obra italiana. Santos passa então a ser conhecida como a porta de entrada para o Brasil, recebendo milhares de imigrantes que acabaram se fixando na cidade.



Figura 119 - Café sendo embarcado no porto de Santos em 1880, por Marc Ferrez. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santos, acesso em 26/12/2011.

Por conta da entrada de muita gente , da falta de saneamento básico e dos diversos cortiços, Santos sofreu com várias epidemias e doenças que dizimaram centenas de pessoas. Teve um período que o porto ficou conhecido como "o Porto da morte". Duas obras foram fundamentais para sanar tais problemas: o Porto Organizado, inaugurado em 1892 pelos empresários Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, e o Saneamento de Santos, que é o responsável pelo fim definitivo das doenças e pela salubridade de Santos. A genialidade do projeto do engenheiro Saturnino de Brito teve o triplo mérito de drenar as planícies alagadas com os canais de drenagem - hoje marcos da paisagem urbana santista - de preservar a memória histórica do Centro e de ordenar a ocupação urbana da Ilha de São Vicente com um plano de ruas.

Por volta de 1910, o turismo definitivamente entra na vida da cidade com a vinda de hotéis Internacionais, do Parque Balneário e com a construção dos jardins da orla de Santos, a partir de 1935. Mas na década de 1990, por conta da piora da balneabilidade das suas praias, começa uma fase difícil no turismo, crise esta vinda desde os anos de 1980. A situação começa a se reverter somente com um trabalho de reversão da imagem negativa focado no crescimento do comércio, serviços receptivos englobando hotéris e flats. A partir de 1993, a Prefeitura começa também a investir em revitalizações paisagisticas e na construção de ciclovias. Deste modo, Santos foi considerada a cidade mais visitada por turistas estrangeiros no litoral paulista e ainda hoje tem no turismo uma das suas principais atividades economicas ligadas as praias e ao seu patrimônio histórico.

Santos é considerada a 16ª mais rica do país, com produto interno bruto de 24 614 406 080 bilhões de reais. É a maior cidade do litoral paulista e o turismo cresce todo ano em altos indices. Em 2010, Santos contava com 419 757 habitantes, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Figura 120 - Mapa do Estado de São Paulo, com a localização do município de Santos. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Santos.svg. Acesso em 27/12/2011.

12.6.2.2 O Programa Alegra Centro

O *Programa Alegra Centro* faz parte de um projeto de lei municipal (470-2003) complementar ao Plano Diretor de 1998 e também a lei 53 de 15 de maio de 1992. Esta última cria Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no centro histórico da cidade a fim de incentivar a implantação de empreendimentos imobiliários e turísticos que remetessem a algum interesse social.

Desde 2003, foram investidos na área central mais de R$ 136 milhões, 63% dos quais oriundos dos poderes públicos municipal, estadual e federal, 31% da iniciativa privada e 6% de parcerias público-privadas.

De acordo com o que foi publicado no site do programa,

> *Entre 2003 e 2009, foram abertas 2.276 empresas na APC (Área de Proteção Cultural), ou seja um acréscimo de 43% em relação a 2002 (3.062). No mesmo período, o programa concedeu 219 isenções fiscais aos imóveis com níveis de proteção 1 (preservação total) ou 2 (preservação fachada) que foram restaurados e ocupados com atividades*

> *econômicas. Outros 297 passaram por obras de conservação, restauração ou reforma. Os imóveis fechados diminuíram 44,5% e os deteriorados 36%, entre 2006 e 2009".*
> *(http://www.portal.santos.sp.gov.br/alegra/imagem.htm, acesso em 27/11/2011).*

Ainda de acordo com o site oficial do *Programa Alegra Centro* este possui os seguintes objetivos: 1.Promover intervenções urbanas na área de abrangência visando a melhoria da paisagem urbana; 2. Criar incentivos fiscais para investidores privados interessados em recuperar ou conservar os imóveis instalados na área de abrangência; 3.Promover a preservação e recuperação do meio ambiente construído, do patrimônio cultural, históricos, artístico e paisagístico; 4.Desenvolver ações que potencializem a implantação de atividades econômicas, turísticas e cultural na área de abrangência; 5.Viabilizar projetos que proporcionem o desenvolvimento da área central.

O **Centro Histórico de Santos** possui importante acervo histórico composto por edifícios e monumentos que representam os diferentes períodos de sua história. Desde a sua fundação, em 1545, até meados do século XIX, Santos teve um lento ritmo de crescimento, mantendo por dois séculos a mesma estrutura física e urbana. A partir de 1850, com a chegada do café no estado de São Paulo, e, principalmente, com a inauguração da ferrovia São Paulo Railway, em 1867, Santos entra em um forte processo de desenvolvimento econômico, que se prolonga por cem anos, até meados de 1967. É nessa fase que se concentra a construção de seu rico patrimônio histórico. Após esse período, o desenvolvimento comercial de Santos desloca-se para outras regiões da cidade, levando o Centro a uma longa fase de estagnação, não de todo negativa, pois foi o principal fator da preservação de casarões e palácios construídos na era áurea do café.

Partindo da conscientização da existência de seu rico patrimônio, e de que a revitalização do centro é fundamental para o desenvolvimento econômico e social da cidade, a Prefeitura Municipal de Santos elaborou o *Alegra Centro*, um programa que estabelece políticas com o objetivo de funcionar como indutoras da revitalização da

região central. Para tanto, dividiu o programa em ações: 1.Intervenções Físicas: adequando a infraestrutura existente ao desenvolvimento; 2.Novos Incentivos Fiscais: alterando a legislação e atraindo novos investimentos; 3.Núcleos condominiais: decisivos para o comércio do centro se tornar competitivo; 4.Intervenção estrutural: transformando o conceito de organização do centro histórico; 5.Campanha de Marketing: realizando um amplo programa de divulgação; 6.Eventos e atrações: a cultura como âncora de atração do público consumidor; 7. Escritório de Revitalização: fornecendo o apoio necessário aos empreendedores. (http://www.portal.santos.sp.gov.br/alegra/obj.htm, acesso em 27/12/2011).

Quanto às intervenções físicas – projetos e obras, o Programa contempla: Restrição do tráfego de caminhões com a abertura de uma passagem de nível na altura da Rua Cristiano Ottoni, no Valongo; Recuperação da Estação do Valongo, onde será instalado o Museu do Transporte de Santos; Restauração de outros imóveis históricos, como o Teatro Coliseu e a Casa de Frontaria Azulejada; Reurbanização da Rua XV de Novembro, com a retirada dos postes elétricos e embutimento da fiação; Reurbanização da Praça dos Andradas; Implantação da Linha Turística de Bonde; Instalação da Secretaria de Esportes e Turismo na Rua José Ricardo; Instalação da Guarda Municipal junto à Estação do Valongo; e Instalação do 3° Batalhão de Polícia Militar na Praça dos Andradas.

Para atingir tais objetivos o Programa conta com diversas estratégias como: fomento a preservação do patrimônio histórico; renovação urbana com a implantação de edifícios inteligentes preparados para atender com alta tecnologia as demandas atuais neste segmento. Este programa foi criado pela Secretaria de Planejamento – SEPLAN com a colaboração de diversas secretarias do poder municipal. Também prevê isenção fiscal para empreendimentos instalados em edifícios preservados ou na área de abrangência do programa.

Empresários interessados em investir na área, alugando ou comprando um imóvel contemplado pelo programa, será beneficiado com serviço de consultoria especializada oferecida gratuitamente por profissionais preparados, funcionários da Prefeitura que ficam disponíveis no Escritório Técnico implantado por meio do Programa.

Desta forma os empreendedores serão orientados quanto ao que podem fazer nos edifícios dependendo do seu grau de proteção, o que resguarda o patrimônio de ações indevidas e descaracterizadoras.

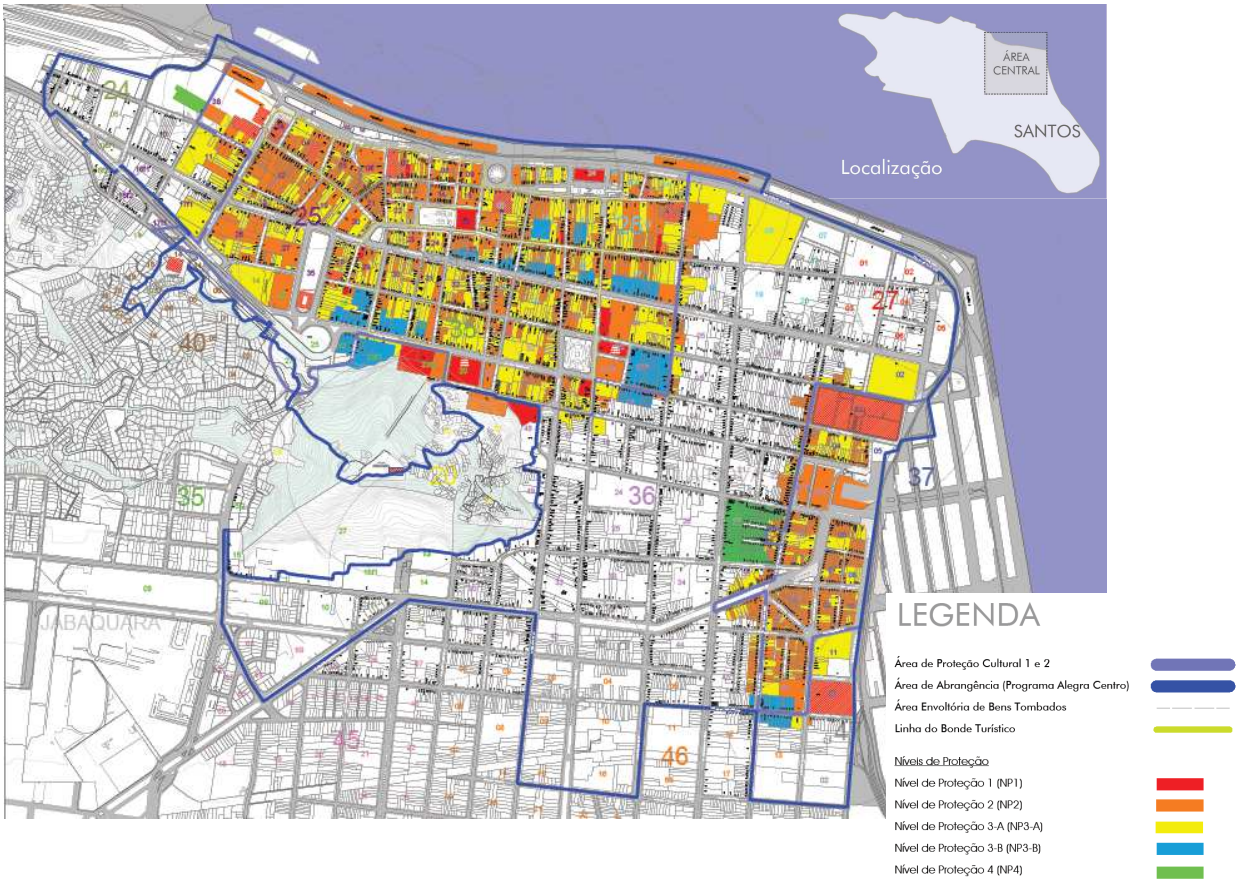


Figura 121 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA ALEGRA CENTRO – SANTOS – SÃO PAULO. Fonte: http://www.portal.santos.sp.gov.br/alegra/bene.htm, acesso em 27/12/2011.



Figura 122 - Foto área centro histórico, área de abrangência do Programa Alegra centro, em destaque a área do Valongo. Fonte: Google Earth, acesso em 28/12/2011.

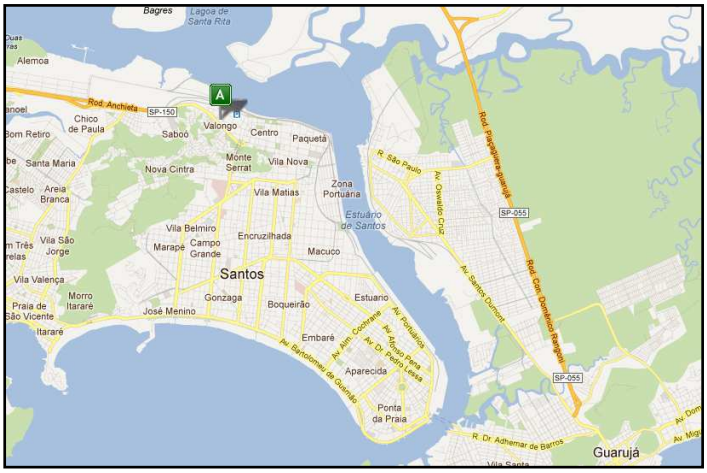


Figura 123 - Área o Valongo. Fonte: http://mapas.guiamais.com.br/guia-de-bairros/valongo-santos-sp. Acesso, em 27/11/2011.

O Valongo, bairro localizado dentro do perímetro do Centro Histórico de Santos, está contemplado no Programa com amplo plano de revitalização, a exemplo do que vem ocorrendo em outras cidades do país. O bairro, um dos primeiros de Santos, surgiu no século XVI, com a chegada do ciclo de açúcar ao Estado de São Paulo, e abriga grande parte do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade. O potencial turístico presente nos históricos casarões será reforçado com a implantação da linha de bonde e com a instalação do Museu do Transporte na antiga estação ferroviária, iniciativas que transformarão profundamente o bairro nos próximos anos. Lá ainda restaram à igreja do Valongo, fundada pelos franciscanos no século XVII, que resistiu à construção da ferrovia Santos-Jundiaí, responsável pela demolição do convento ao lado, e o prédio do Mosteiro de São Bento onde está o Museu de Arte Sacra com um significativo acervo, além dos aposentos dos frades que viviam enclausurados como: celas, sala de refeições e de estudo, além do claustro.



Figura 124 - Mapa da região do Valongo e os pontos que envolvem projetos ou iniciativas de revitalização. Fonte: http://www.vivasantos.com.br/centrohistorico/pag/08.htm. Acesso em 27/12/2011.



Figura 125 - Cais do Valongo, 1910. Trabalhadores embarcam sacas de café. Fonte: http://www.vivasantos.com.br/centrohistorico/pag/12.htm. Acesso em 27/12/2011.



Figura 126 - 1920. Bairro do Valongo, ao centro o largo Marquês de Monte Alegre com os dois casarões do Valongo, a Estação São Paulo Railway e o Santuário do Valongo, todos ainda existentes. Fonte: http://www.vivasantos.com.br/centrohistorico/pag/12.htm. Acesso em 27/12/2011.

O governo municipal de Santos implantou uma política de preservação associada ao planejamento estratégico do município. Como parte desta política foi implantada área de proteção Cultural – **APC**, que possui incentivos fiscais, em um total de 7 criados, como isenção de IPTU, ISS de obras realizadas dentro do perímetro do Programa, entre outros. Estes incentivos foram direcionados para cerva de 889 imóveis, sendo que deste total 431 já foram beneficiados com a preservação e restauração. Número que mostra

resultados onde 62% deste total já estão em funcionamento, e houve cerca de 29% de redução de imóveis deteriorados.



Figura 127 - Estação do Valongo, da São Paulo Railway, em estilo vitoriano, era conhecida como "A Inglesa". Fonte: http://www.horizontegeografico.com.br. Acesso em 27/12/2011.

Na área de abrangência estão cadastrados 1805 imóveis com interesse de preservação cuja política é trabalhar com níveis de preservação mais do que tombamentos.

O Programa estabeleceu regras para letreiros e propagandas nas fachadas dos edifícios preservados e para aqueles localizados dentro de sua área de abrangência. Houve a publicação de uma cartilha de orientação aos proprietários dos imóveis inclusive na limpeza e qualquer tipo de intervenção nas fachadas.

O Escritório Técnico instalado, tem papel fundamental no andamento e implementação do Programa, pois fiscaliza e orienta de perto as ações na área de abrangência. Além disso, capta investimentos e parceiros que queiram investir no Centro. O escritório fornece consultas e pré-avalia os projetos, sendo que o parecer final é dado pelo Conselho de Preservação do Município. Com isso houve cerca de 46% de novos negócios de 2000 a 2010.

Desde a implantação do Programa 104 produções foram gravadas na área do centro, entre comerciais de TV e outros.

A Prefeitura também investe, ela deve dar o exemplo, faz parte de sua política de incentivos. Hoje, 30% dos investimentos para recuperação da área vêm da Prefeitura e o restante da iniciativa privada. Existem incentivos para empreendimentos que fomentem o entretenimento no Centro como casas noturnas, bares, restaurantes, eventos com músicas entre outros, tendo como um dos objetivos atrair os mais jovens para este lugar histórico da cidade.

A Prefeitura também levou para o centro a administração pública usando edifícios antigos para as sedes de algumas secretarias.

A verba para a restauração dos edifícios vem sempre via Lei Rouanet, que contempla também a implantação de programas de educação patrimonial com aulas teóricas e práticas.

O Programa atualmente passa por uma nova fase marcada pela inserção de habitação de interesse social na área de abrangência. Há uma preocupação com a população residente, e neste sentido, é trabalhada a manutenção das pessoas na área. Houve a criação de um plano de habitação no centro expandido por meio de incentivos fiscais com foco nos encortiçados.

Faz parte desta nova etapa o "Alegra tecnologia", projeto desenvolvido ao lado da área do centro histórico, com a implantação do complexo da Petrobrás que trará cerca de 7.000 pessoas para a área.

Junto com o **BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento, a prefeitura está implantando no porto um local especifico para passageiros em antigos galpões deteriorados e abandonados, que irá proporcionar a integração da área portuária com o centro histórico.

Para que o Programa desse certo foi fundamental as parcerias estabelecidas principalmente com os conselhos de defesa do patrimônio municipal e estadual.

13. INVENTÁRIO NO BRASIL, O INÍCIO E A APLICAÇÃO

De acordo com texto "Por um inventário do patrimônio Cultural Brasileiro", publicado na *Revista do Patrimônio*, n.22, em 1987, p.82, de autoria de Paulo Ormindo de Azevedo, as primeiras catalogações do Patrimônio Cultural no Brasil aconteceram no período Colonial.

O autor foi Francisco de Mesquita, então escrivão da Fazenda Real. Objeto central do inventário foram os prédios de Recife e Maurícia, que aconteceu após a expulsão dos holandeses.

Foram descritos 290 imóveis, e foram apontadas as técnicas construtivas de sua relação com a origem do partido arquitetônico. Mais precisamente foi feita uma indicação e distinção entre as de origem holandesa e de origem portuguesa.

No mesmo texto, publicado na *Revista do Patrimônio*, Paulo Ormindo, aponta o trabalho de Frei Agostinho de Santa Maria, intitulado "Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora" como mais "extenso e minucioso"(p.82).

O autor relata que tal trabalho foi publicado em Lisboa em 1722, e foi dedicado a descrever as imagens e os templos, tanto na Bahia, como em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Para Paulo Ormindo estes inventários acabam por demonstrar:

> *O apreço que a sociedade e as autoridades da época dispensavam a estes bens e constituem fontes fundamentais para o estudo de nossa arquitetura imaginária colonial, ainda que atendessem, de imediato, a outras funções. Em muitos casos, constituem os únicos registros de obra de arte irremediavelmente desaparecidas.*

Foi a partir da década de 20 do século passado, que a temática ganhou força. Por intermédio de intelectuais e políticos desenvolveu-se uma verdadeira campanha em favor de nosso Patrimônio Cultural.

A grande preocupação na época eram as reformas urbanas que viam acompanhadas com ideia "simplista de modernização", de acordo com o autor em texto publicado na revista produzida pelo **IPHAN**, n.22, p.82.

Essa luta contribuiu, e muito, para a criação do **SPHAN**, em 1937, ao mesmo tempo que a grade dicotomia da temática veio à tona: inventariar e conservar aquilo que possui simbologia e por vezes poderia ser a lembrança mais representativa de uma época, de um momento histórico ou mesmo um dos poucos exemplares produzidos por um artista marcante

Da mesma maneira é fato que estas ideias que norteiam a questão da preservação não possuíram o mesmo desenvolvimento e a mesma intensidade; para Paulo Ormindo a Conservação teve um grande desenvolvimento, o recenseamento da nossa cultura seria confundido com o tombamento, aplicado apenas em bens excepcionais, o que reduziria o inventário a uma atividade limitada e dependente (*Revista do Patrimônio*, vol.22, p.82)

O autor destaca o verdadeiro papel do inventário:

> *O inventário desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural, podendo ser transformado em um instrumento complementar de tombamento, possibilitando que a vigilância do Estado e da sociedade seja estendida a todo universo cultural, através da conscientização pupilar e da adoção de medidas administrativas (Revista do patrimônio, vol.22, p.82).*

13.1 A relação entre inventário e preservação do patrimônio cultural brasileiro

Essa relação vem de longa data, para ser mais preciso na década de 20 do século passado, como já sabemos, quando começou a luta pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Esse enfrentamento resultou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.

Segundo Paulo Ormindo de Azevedo em texto publicado na *Revista do Patrimônio*, em 1987, n.22, p.82, duas reivindicações ganharam força nessa época: "*Inventariar, o*

que vale dizer, identificar registrar as manifestações culturais para a história, e conservar os exemplares mais representativos para gerações futuras". (p.82).

Paralelamente a relação entre a obrigação de inventariar os bens culturais e as tentativas de elaborar leis de proteção existiam antes mesmo da criação do **SPHAN.**

Alguns exemplos, de acordo com texto publicado na *Revista do Patrimônio*, por Ormindo de Azevedo, são apresentados: Anteprojetos de lei dos deputados federais, Luís Cedro (1923); Augusto de Lima (1924) e José Wanderley de Araújo Pinheiro (1930); e da comissão criada para esse fim, pelo governo de Minas Gerais (1925) (p.82).

O autor ressalta que a prática do inventário começou, tanto na Bahia como em Pernambuco. Na Bahia, durante o governo do Dr. Francisco Goes Calmon, pela inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, criadas pelas leis 2.031 e 2032, que, entre outras atividades, era incumbida de organizar o "Inventário Geral dos Edifícios Históricos, campos Históricos, Relíquias verdadeiramente notáveis e dignas de perpetuação, que se (achassem) no território do Estado" (p.82).

Em Pernambuco, segundo o autor, com a lei 1918, o então governador do Estado criou uma atividade semelhante.

Apesar do esforço dos dois estados, mas por falta de base constitucional, as leis estaduais não funcionaram e muito menos foram colocadas em prática, e portanto os dois órgãos que foram criados nos respectivos estados para gerenciar a atividade, foram inevitavelmente extintos, conclui Paulo Ormindo .

No entanto, como é do conhecimento de quem se interessa pela temática é com Mário de Andrade que as questões sobre Patrimônio, Conservação, Restauração e Inventário são aprofundadas e dimensionadas.

Em 1936, o então ministro Gustavo Capanema convidou Mário de Andrade para realizar um trabalho no Serviço de Patrimônio Artístico Nacional.

E assim o escritor e crítico de arte lança as bases não só legais e administrativas como teóricas da preservação do nosso Patrimônio (Revista do Patrimônio, n.22, p.82)

Para o autor Paulo Ormindo, o entendimento de Mário sobre cultura não se limitava ao que era tradicional. O escritor incluiu outras manifestações artísticas como:

"Cantos, lendas, superstições, medicina popular, culinária, dança, etc. Esta foi, aliás, a preocupação que norteou sua viagens etnográficas pelo país, em 1927, 1928 e 1929". (Revista do Patrimônio, n.22,p.82).

Mário de Andrade não surpreende positivamente somente em relação a sua visão abrangente sobre a temática, mas principalmente na elaboração da metodologia proposta para atividade de inventário, incluindo:

> *Fotografia ou várias fotografias; explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação; quando possível nome do autor e biografia deste; datas; justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico, no caso de ser obra folclórica, a sua reprodução cientificamente exata (quadrinhas, provérbios, receitas culinárias, etc); no caso de ser obra folclórica musical, acompanhará a proposta uma descrição geral de como é executada, se possível a reprodução da música por meios manuscritos; de descrição das danças e instrumentos que as acompanham, datas que estas cerimônias se realizam; no caso de ser arte aplicada popular também deverá propor filmagem científica da sua manufatura (fabricação de rendas, de cuias, de redes, etc) (Revista do Patrimônio, n.22, p.83).*

Com a finalidade do cumprimento de todas essas atribuições, Mário de Andrade propõe ainda a criação da repartição de "Fono-Foto-Cinematografia" e a repartição de "Desenho e Pintura", segundo texto publicado na revista produzida pelo **IPHAN**, p.82.

Além de todo esse trabalho proposto, o escritor recomendou que os livros do Tombo fossem publicados, pois poderiam ser utilizados pelos estudiosos.

O autor Ormindo de Azevedo analisa que inventário tão abrangente como o de Mário de Andrade somente pode ser comparado com um feito, depois de 40 anos, em *"enquetes do chamado Macroinventário canadense", ou na política cultural do governo socialista de Mitterrand, que contempla aspectos "não-materiais" da cultura francesa e novos produtos culturais como filmes, discos, vídeos, etc* (Revista do Patrimônio, n.22, p.83).

Entretanto, a proposta tão inovadora e avançada somente foi aproveitada de forma limitada. Foi regulamentada pelo Decreto-lei 25, que determinou a proteção dos artefatos móveis e imóveis e das paisagens naturais e humanizadas.

Na sequencia acontece a criação do **SPHAN**, de acordo com as informações da revista produzida atualmente pelo **IPHAN**. E assim é elaborado o primeiro inventário do Patrimônio Brasileiro. Ainda de acordo com as informações da *Revista do Patrimônio*, n.22, p.83, a atividade foi orientada principalmente, para os "monumentos arquitetônicos", pois não foi possível transpor as dificuldades para inventariar os bens móveis que estavam "nas mãos" de particulares.

Mesmo com muitas dificuldades, a verdadeira busca aos monumentos acontecia tendo como combustível o entusiasmo e a dedicação, destaca o autor Paulo Ormindo. Elas aconteciam principalmente nos finais de semana, e eram feitas pelos diretores regionais e seus auxiliares, que percorriam desde estradas com muita poeira até os centros urbanos conhecidos. Os veículos eram escolhidos conforme a disponibilidade: cavalo, ônibus, caminhão, canoas, entre outros, completa.

Ainda segundo Ormindo em texto publicado na *Revista do Patrimônio*, n.22, p.83, participara dessa árdua tarefa grandes fotógrafos como:

> *Benício Dias, Marcel Gautherot, Erich Hess, e Hermann Graser, além de pesquisadores e historiadores como Marieta Alves, e Carlos Ott, na Bahia, Manuel de Paiva e Cônego Raimundo Trindade, em Ouro Preto; Francisco Marques dos Santos e Dom Clemenete Silva NIgra, no Rio de Janeiro (Revista do Patrimônio, n.22, p.83).*

Essa documentação levantada com muito esforço, tanto em pesquisa de campo, como em pesquisa documental produzida em órgãos públicos, privados e principalmente em organizações religiosas, dando base para formação do Núcleo do Arquivo do **SPHAN**. Organização que anos mais tarde foi consolidada por Carlos Drumond de Andrade e ganhado força com Édson Maia, analisa Ormindo.

Apesar de todo o esforço que aconteceu o inventário não se desenvolveu de forma satisfatória, pois como era subordinado ao tombamento, a execução e prática da conservação e restauração deixaram muito a desejar, pelo fato do levantamento apontar um acervo cada vez maior, eram necessários recursos, que eram poucos e difíceis.

Um bom panorama da situação é apresentado através dos números. Em 1939, dois anos após a criação do **SPHAN**, existiam 276 monumentos tombados, sendo 261 edifícios e obras de arte, seis logradouros e nove conjuntos urbanísticos. Trinta e sete anos mais tarde, em 1976, este número não chegou a triplicar: 756, sendo 716 edifícios e obras de arte, 28 logradouros e 12 conjuntos urbanísticos. Em 1987, o número total de tombamentos é da ordem de 1000, cifra modesta se comparada com os 12000 monumentos" classificados" na mesma época na França, país com um território 15 vezes menor do que o Brasil (*Revista do Patrimônio*, n.22, p.83).

Atualmente, devido a maior participação política de número considerável de cidadãos, da valorização da História e cada vez mais do fortalecimento da conscientização das minorias, atrelados às conquistas de preservação da identidade cultural, artística, arquitetônica, cresce a cobrança de parcelas significativas da sociedade em relação à preservação, não sendo suficiente apenas a concentração de esforços para o tombamento, mas também a análise do processo como um todo, e principalmente uma maior, mais ampla e melhor investigação de vestígios culturais e históricos, inclusive em áreas muitas vezes abandonadas e desvalorizadas.

13.2 Casos de referência para aplicação de inventários de bens com interesse de preservação no Brasil

Segundo o autor Paulo Ormindo de Azevedo no livro *Inventários de Identificação*, organizado por Lia Motta e Maria Beatriz de Resende e Silva, p.64, a primeira publicação que definiu uma metodologia foi elaborada na Europa em 1970, e conhecida como **IPCE** - Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu. No Brasil, em 1973, deu-se inicio a ao que autor chama de "inventário da Bahia"(p.64).

Na elaboração de tal trabalho, em um primeiro momento, o grupo responsável pela elaboração era formado por arquitetos e estagiários.

Paulo Ormindo observa que, inclusive a denominação adotada, seguiu o padrão europeu, "Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia" (AZEVEDO, 1998, p.65). Depois, completa o autor, a sigla Ipac-Bahia, em 1981, foi "atropelada" pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, que foi transformado depois em Instituto.

As fichas do **IPCE** foram adotadas e acrescidas da apresentação das plantas baixas e também foi desenvolvida uma metodologia para avaliação do estado de conservação.

Para o autor, os levantamentos arquitetônicos no Ipac-Bahia foram fundamentais não só para a Bahia, como serviram de referência:

> *O planejamento das restaurações e reutilizações futuras dos edifícios, como para sua análise tipologia, pois até então a maioria das obras de restauração da Bahia, como em outras regiões, se fazia por administração direta, com experientes mestres e pedreiros, mas sem projeto, orçamento e cronograma. Se dizia, inclusive, que a obra de restauração só tinha data para começar. Este foi, aliás, um dos pontos de mal estar com a s primeiras missões da UNESCO no país, cujos consultores queriam ver projetos completos de restauração e o IPHAN possuía apenas programações das obras. Essa prática só foi modificada com a criação do Programa das Cidades Históricas do Nordeste, quando a Seplan passou a exigir projetos técnicos e financeiros completos para liberar recursos. Isso, junto com um critério objetivo de avaliação do estado de conservação, fez com que o trabalho praticamente atingisse a condição de um inventário científico (*AZEVEDO, 1998, *p.65).*

No texto publicado no livro *Inventários de Identificação*, obra publicada pelo **IPHAN**, o referido autor ainda ressalta o sucesso da publicação do primeiro volume do Ipac sobre a aplicação do trabalho realizado, com o título "Monumentos do município de Salvador".

> *O sucesso dessa publicação, não só junto à comunidade preservacionista, como ao público em geral, foi enorme, a ponto de o Ipac-Bahia ter sido mantido, não obstante o projeto Levantamento do Potencial Turístico da Bahia ser desativado e a Coordenação de Fomento ao Turismo ser transformada em um sistema de empresas estaduais promotoras de turismo.* (AZEVEDO, 1998, p.65-66).

Na seqüência, o autor destaca o que ele define como "caráter alternativo do projeto" (AZEVEDO, 1998, p.66). Assim, em 1973, foi dado início a uma espécie de parceria entre os setores de preservação e setores produtivos,

> *Devido a seu caráter alternativo, nosso inventário nunca se restringiu ao patrimônio reconhecido legalmente como tal. Sempre pensamos em cadastramento dos bens culturais devia ser um pré-requisito para o tombamento e não ao contrário. Limitar o inventário à lista dos bens tombados, com fazem alguns países, pode ser útil do ponto de vista de gestão, mas elimina uma de suas mais importantes funções, a de recenseamento do universo cultural mais amplo, não seletivo* (AZEVEDO, 1998, p.66).

Da mesma forma, Paulo Ormindo ao retratar o trabalho do ponto de vista operacional enfatiza o viés mais qualitativo do levantamento, ressaltando o ponto de vista arquitetônico, no qual o cadastramento sistemático do território acabou servindo de base para o "planejamento urbano-territorial", não sendo apenas subsídio para a preservação de edificações de forma isolada.

Mais um ponto importante e inovador no trabalho desenvolvido na Bahia, na década de 70, segundo o autor, foi a divisão em três: inventários de sítios, edificações e bens móveis, pois

> *o ritmo e a qualificação do pessoal necessário para a realização dos dois primeiros itens é inteiramente diverso do requerido para o último. O levantamento arquitetônico de uma igreja pode ser feito em uma manhã, mas vai demorar algumas semanas para terminar o fichamento de suas imagens, alfaias e parâmetros. Do mesmo modo, nas áreas rurais*

> *existem muitas casas interessantes e raramente algum bem móvel importante. Assim, no caso da Bahia, foi feita uma descrição sumária do acervo de bens móveis existente em cada edifício inventariado, que servisse de indicação para as equipes que no futuro fizessem o fichamento de seus bens móveis (* AZEVEDO, 1998, *p.69).*

Outro trabalho que merece um espaço na História foi a experiência desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro- **INEPAC**. Segundo Dina Lerner, ex-diretora do **INEPAC**, autora do Capítulo "Experiência de Inventário no Rio de Janeiro", publicado no livro *Inventários de Identificação*, organizado por Lia Motta e Ana Beatriz Resende Silva, publicado pelo **IPHAN**, o órgão surge em dezembro de 1964, no antigo estado da Guanabara, recebendo o nome de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico-**DPHA**. A primeira função do órgão é ocupar as lacunas deixadas pelo órgão federal que já atuava na área, e também a ampliação e reconhecimento oficial do que autora define como "um novo universo cultural". (LERNER, 1998, p.80)

Sobre tombamento propriamente dito, Dina Lerner aponta como primeira ação estadual o tombamento do Parque Lage, inserido em uma área bem extensa com o início na Rua jardim Botânico, incluindo o sopé do Corcovado e uma vertente voltada para a lagoa Rodrigo de Freitas.

Para a ex-diretora do **INEPAC**, o tombamento do Parque Lage tem dois aspectos inovadores:

> *Por um lado, o reconhecimento oficial da importância da preservação de uma arquitetura eclética, marginalizada até então pelos conceitos tradicionais com que o órgão federal atribuía valor a determinados bens. Por outro, a necessidade de se proteger com o tombamento um patrimônio natural agenciado pelo homem, e importante área de lazer, ameaçada pela especulação imobiliária.* (LERNER, 1998, p.80).

Essa ação parece realmente ter sortido efeito, pois na eqüência são tombadas mais edificações representativas da arquitetura eclética, e mais parques e áreas verdes como o Automóvel Clube do Brasil, Instituto de Educação, Parque da Gávea, Parque Ary Barroso, entre outros, destaca a autora.



Figura 128 – Foto aérea localizando o Parque Lage, Rio de Janeiro.
Fonte: Google Earth, acesso em 28/12/2011.



Figura 129 – Vista do pátio do casarão do Parque Lage, com a floresta e o morro ao fundo. Fonte: http://viagensriodejaneiro.com.br/parque-henrique-lage/ acesso em 28/12/2011.

A primeira fase do **DPHA** realmente foi muito atuante, a lista de bens inclui o tombamento de:

> *Obras de arte (painéis de Leandro Joaquim e murais de Di Cavalcanti) , Figueira Gigante da Tijuca, dez árvores em Paquetá, Real Gabinete Português de Leitura, antigo jardim Zoológico de Vila Isabel, Pedras de Itapuã e da Panela. Mais adiante, outro conjunto de pedras e morros da Baixada de Jacarepaguá foram tombados como resultado da proposta de Lúcio Costa dentro do plano piloto de ocupação da Barra. A intenção era preservar determinados marcos naturais de referência cultural da paisagem primitiva da Baixada.* (LERNER, 1998, p.81).

Como a própria autora aponta, a atuação do **INEPAC** no que diz respeito à produção e sistematização de inventários sempre foi limitada. Boa parte em função da falta de vontade política de seus gestores e também das conhecidas dificuldades de formação de uma equipe técnica. Em boa parte, observa Dina Lerner, o que existe em relação a inventário aconteceu depois de ações iniciadas pela própria comunidade:

> *Tais ações vêm de encontro as necessidades levantadas e levadas ao órgão pelas comunidades- nossos parceiros- com desdobramentos e intensidades diferenciados. O objetivo é dividir nosso conhecimento com os municípios para que eles tenham a oportunidade de construir as suas próprias experiências.* (LERNER, 1998, p.89).

Já o autor Luiz Fernando Rhoden, por sua vez, ainda em texto publicado no livro *Inventários de Identificação*, organizado por Lia Motta e Maria Beatriz Resende Silva, publicado pelo **IPHAN**, relata sua experiência no Rio Grande do Sul. Neste estado, a iniciativa em relação à realização dos inventários partiu de algumas instituições culturais e administrações municipais. Porém, tais iniciativas são voltadas para o desenvolvimento de projetos específicos, com grande dificuldade de atuação em um universo mais abrangente.

No entanto, o ano de 1986 foi um marco na inventariação dos bens culturais do Rio Grande do Sul, completa o autor. Neste ano foi criado um convênio envolvendo a

Fundação Nacional Pró- Memória, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, o Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado; o órgão que articulou tal convênio foi a Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, e o projeto teve o nome inicial de "Caçapava".

> *Ao longo do referido projeto foram inventariados os bens culturais imóveis, urbanos e rurais, do município de mesmo nome, além de ser desenvolvida ficha de campo e a metodologia de inventariação. Desse projeto surgiu, então, o atual Inventário dos bens culturais do Rio Grande do Sul, em parceria com o governo estadual, através da Secretaria de Cultura* (RHODEN, 1998, p.107-108).

A divulgação da ideia e da importância, assim como a necessidade do inventário perante as administrações municipais, foi realizada, inclusive em vídeo, com objetivos, justificativa, importância do projeto e também a definição de uma estratégia de ação para o desenvolvimento do trabalho, completa o autor.

Outro ponto importante levantado por Luiz Fernando tem uma relação direta com a execução. Em sua opinião, a equipe que executa deve ser da própria prefeitura.

Essa escolha diminui os custos da execução do inventário e,

> *assim, foi reproduzido o número daqueles que trabalham e lutam pela preservação do patrimônio cultural e conscientizamos a própria administração municipal sobre a importância da preservação de seu acervo cultural imóvel. Aos técnicos do IPHAN e do estado cabe a coordenação do projeto e o treinamento das equipes de campo.* (RHODEN, 1998, p.108).

Porém, o fato mais relevante segundo o autor, quando relata a experiência do Rio Grande do Sul, está relacionado com a escolha do tipo de inventário desenvolvido, no caso a opção feita foi "inventário de conhecimento ou de varredura".

> *Temos a convicção de que essa é a melhor maneira de conhecermos nosso patrimônio de forma rápida, e que permitirá imediatamente uma ação de proteção, preservação ou simples valorização do mesmo. Num país do tamanho do Brasil, se não tivermos agilidade nas ações preservacionistas, que privilegiam aqueles bens culturais mais locais e que contam, no conjunto, a história dos nossos estados e do país, estaremos fadados a ficar somente com as excepcionalidades já tombadas e que muitas vezes pouco contam da verdadeira história da nação. Além disso, a experiência tem demonstrado o quanto desconhecemos nosso acervo patrimonial, com a ocorrência, em alguns casos, de verdadeiros achados que merecem o reconhecimento, inclusive, em nível nacional, como, por exemplo, o Conjunto de Santo Amaro, no município de General Câmara* (RHODEN, 1998, p.109).

Outra ação que merece destaque, na descrição da experiência do Rio Grande do Sul, é, justamente, a atuação do Ministério Público no estado. O órgão tem utilizado os inventários para "*acionar as prefeituras ou os proprietários particulares, que, por algum motivo atentem contra o patrimônio cultural listado nos referidos documentos"* (RHODEN, 1998, *p.109).*

Essa ação, completa o autor, tem produzido até mesmo um efeito inesperado, pois bens culturais que não têm a proteção oficial de alguma maneira, também estão sendo preservados. Sobre os aspectos técnicos do projeto, Luiz Fernando ressalta o papel da ficha, composta por partes.

> *Para o preenchimento da primeira parte, a equipe não precisa entrar no prédio. Aí são definidas as características do prédio e de seu entorno, além de ser identificado e localizado o bem cultural. A segunda parte da ficha é utilizada para os casos excepcionais, quando então a equipe entra no prédio. Aí são escolhidas as informações sobre os materiais de que são constituídas as escadas, esquadrias, pisos, forros e elementos artísticos, se houver. È feito um croqui das plantas do prédio com informações sobre a sua história, nome do proprietário e área da edificação. Se houver algum mobiliário notável, o fato deve constar das informações da ficha, para posterior inventariação específica. Para o*

> *preenchimento dessa ficha foi elaborado um pequeno manual, que é entregue a cada equipe* (RHODEN, 1998, p.110).

A partir de 1995, foi contratada uma empresa para desenvolver um *software* específico para o inventário. Com a finalidade de facilitar a pesquisa dos dados, pois com o desenvolvimento do trabalho o seu armazenamento, somente nas fichas, vai limitando muito o acesso, analisa o autor. A experiência do Rio Grande do Sul em 1995, já possuía mais de 1500 fichas de inventário distintos.

Outro aspecto relevante para a execução do projeto apontado por Luiz Fernando foi a criação de um canal de comunicação entre os diferentes inventários produzidos no interior do estado e a coordenação do projeto.

> *Por ele podemos saber como estão se desenvolvendo os trabalhos, passar pequenos recados que podem servir para todos e informar sobre o que acontece no âmbito mais geral. Os resultados, apesar de estarmos apenas no segundo número, têm sido bastante interessante e demonstram o quanto as equipes necessitam comunicar-se entre si e com a coordenação* (RHODEN, 1998, p.111).

Apesar do projeto ter muitos aspectos positivos tanto em relação à execução, como no desenvolvimento, o próprio autor aponta um fato que parece ser determinante para seu desenvolvimento em alguns municípios do estado, ou seja, apesar de toda diminuição de custos, possível com a aplicação do inventário por parte da própria prefeitura, muitos municípios não possuem nem fotógrafos e nem arquitetos em seu quadro. Assim, em alguns casos, esses profissionais têm que ser contratados, o que onera de forma considerável a execução.

Outro problema relevante apontado pelo autor durante o desenvolvimento da experiência do Rio Grande do Sul está relacionado à secretaria ou ao departamento ao qual é encaminhado o projeto junto a prefeitura.

> *Muitas vezes os prefeitos encaminham às secretarias de Educação e Cultura dos municípios, que, nem sempre, são os melhores interlocutores dentre os*

> *das estruturas administrativas locais. Quando isso ocorre, geralmente temos como resultado a repercussão menos do que a esperada e o inventário, naquele município, não atinge os objetivos propostos. Nossa experiência tem demonstrado quer a melhor maneira é ter uma equipe interdisciplinar, formada por técnicos das secretarias de Educação, Cultura e do Planejamento, no mínimo* (RHODEN, 1998, p.111).

13.3 Aplicação do inventário de conhecimento na área central de Jacareí

Como podemos perceber, apesar dos problemas e da falta de valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico da cidade, esses locais merecem uma análise mais detalhada e aprofundada, pois além das três edificações tombadas pelo **CONDEPHAAT**, existem outras que apesar das dificuldades ainda se sobressaem na paisagem urbana. A maioria está localizada na área central, e é justamente nessa região que começaremos a aplicar o inventário de conhecimento.

O objetivo principal dessa aplicação é fornecer dados para formação de uma base de informações que irão compor uma Rede de Proteção, e assim integrar essa base a outros municípios e estados.

Primeiramente é importante salientarmos que, de acordo com a Revista produzida pelo **IPHAN**, publicada pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão- SICG, em dezembro de 2009, p.11, o inventário de Conhecimento ou de varredura é:

> *Qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, visando à identificação e o cadastro das ocorrências materiais ainda existentes e apontando para a necessidade de estudos mais detalhados, como aqueles voltados para o registro das manifestações culturais imateriais (p.11).*

Em relação aos objetivos e a abrangência a mesma revista publicada ressalta os limites e objetivo final. "*Os inventários de conhecimento ou varredura funcionam como*

um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização" (p.11).

Porém, como não poderia ser diferente, tratando-se de proteção propriamente dita, a revista elaborada pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, p.09, observa ser fundamental a utilização dos instrumentos existentes em todas as esferas conhecidas, além da ação de compartilhar e pactuar as estratégias o que permite uma maior integração entre o município, as organizações estaduais e as federais.

Entretanto, o objetivo principal do SICG é:

> *apresentar o cadastro unificado e a base material da construção de uma cartografia do Patrimônio, uma vez que todos os bens serão georreferenciados e classificados conforme sua categoria e o recorte temático e territorial dos estudos (p.12).*

De acordo ainda com as informações da revista, a base de dados atual do SICG utiliza *Word* e *Excel;* no entanto, o próprio Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (**IPHAN**) tem se esforçado para elaboração de um sistema que utilize outras ferramentas e também na ampliação dos usuários. Entrariam na lista, além da entidade federal, órgãos vinculados ao patrimônio de cada estado e município e, museus, universidades e organizações correlatas.

Essa parece ser uma questão estratégica para O **IPHAN**, pois fica explícita na publicação produzida em dezembro de 2009 essa condição:

> *Esta cartografia, reunindo numa única base as informações essenciais sobre o patrimônio cultural, é um instrumento estratégico para o desenvolvimento de uma política integrada e para a difusão das informações, já que a base também poderá ser acessada para consulta via internet (p.12).*

Dessa forma, a aplicação dos testes com as fichas e a metodologia é fundamental para a construção e valorização da proposta.

É bom salientarmos também, que na aplicação do inventário do conhecimento tendo como base as diretrizes do **SICG**, levou-se em conta a criação de mais um instrumento de gestão do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico. Assim, tanto na coleta de dados como na elaboração das informações, o ponto central foi subsidiar a tomada de decisões e o planejamento e elaboração de planos e ainda indicar normas que possam colaborar na requalificação dos espaços e da paisagem urbana.

No entanto, tais áreas merecem uma maior valorização que antes de mais nada, levem em conta o processo contínuo de crescimento da cidade e aquilo que mais importante em tudo isso: conciliar essa contingência levando em conta e considerando a opinião da população.

Dessa forma, e de uma vez por todas, a questão do Patrimônio deve ser vista como um fator que poderá alavancar e indicar um novo olhar sobre a paisagem urbana árida, com pouca diversidade e dificuldades já arraigadas e estabelecidas.

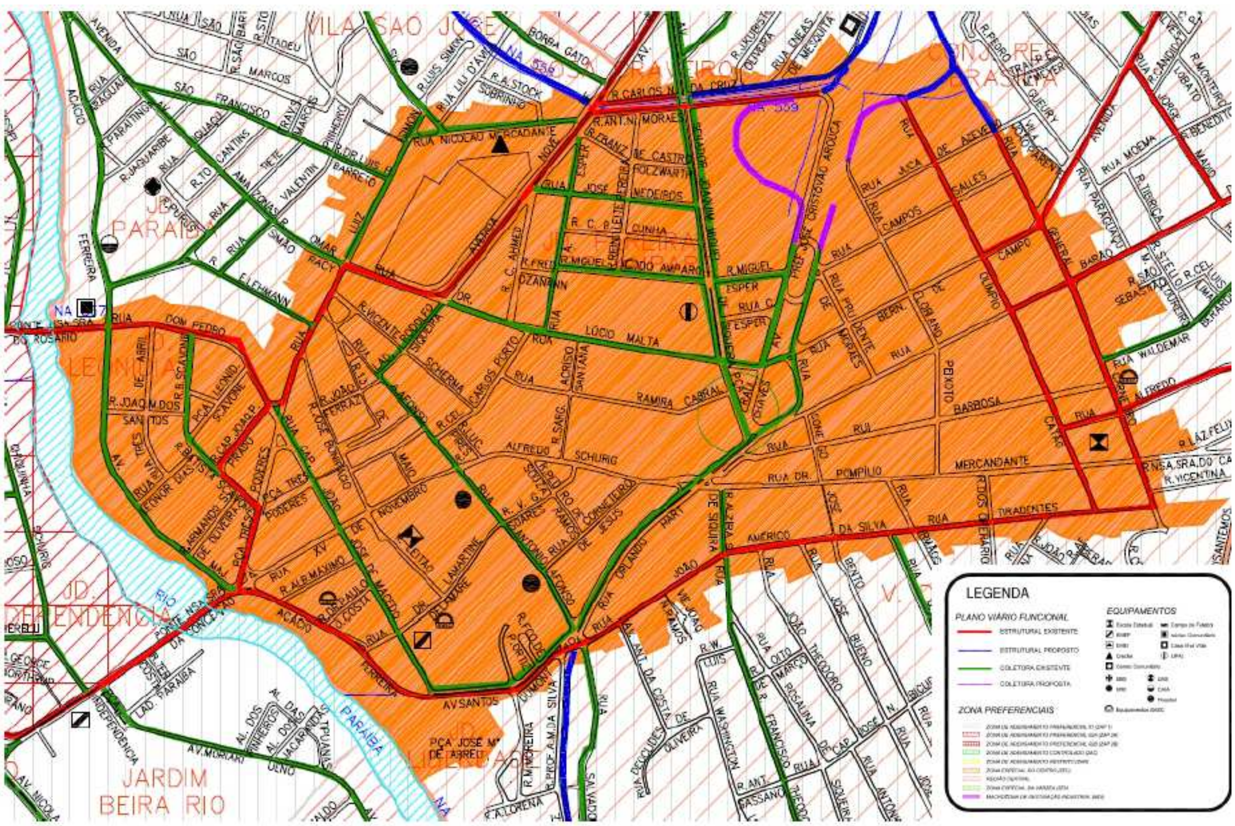


Figura 130 - Mapa da área central de Jacareí. Perímetro estabelecido pelo

Fonte: PLANO DIRETOR LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2003 / sem escala

Outro ponto que devemos destacar é o fato de consideramos que os estudos que são elaborados com a finalidade de definir regras e normatizar áreas centrais não devem se limitar somente a esse tipo de ação; devem considerar e entender profundamente cada e suas variáveis, e apresentar propostas que levem em conta a dicotomia entre desenvolvimento e preservação, buscando a integração. Essas serão nossas diretrizes no processo de inventariar a área central.

No relatório de dezembro de 2011, para fundamentar as decisões do **CONDEPAC**, apresentamos o Inventário de Conhecimento Simplificado, que segue anexo a esta tese no **ARQUIVO 06 no CD**. Os edifícios que foram selecionados por nossa equipe tiveram como base àqueles que o **CONDEPHAAT** já havia pré-selecionado quando de uma consulta feita pela presidente da Fundação Cultural de Jacareí, Sônia Regina Ferraz a este conselho. Outros foram acrescentados levando em consideração o grau de preservação/conservação e sua importância histórico/cultural para o município.

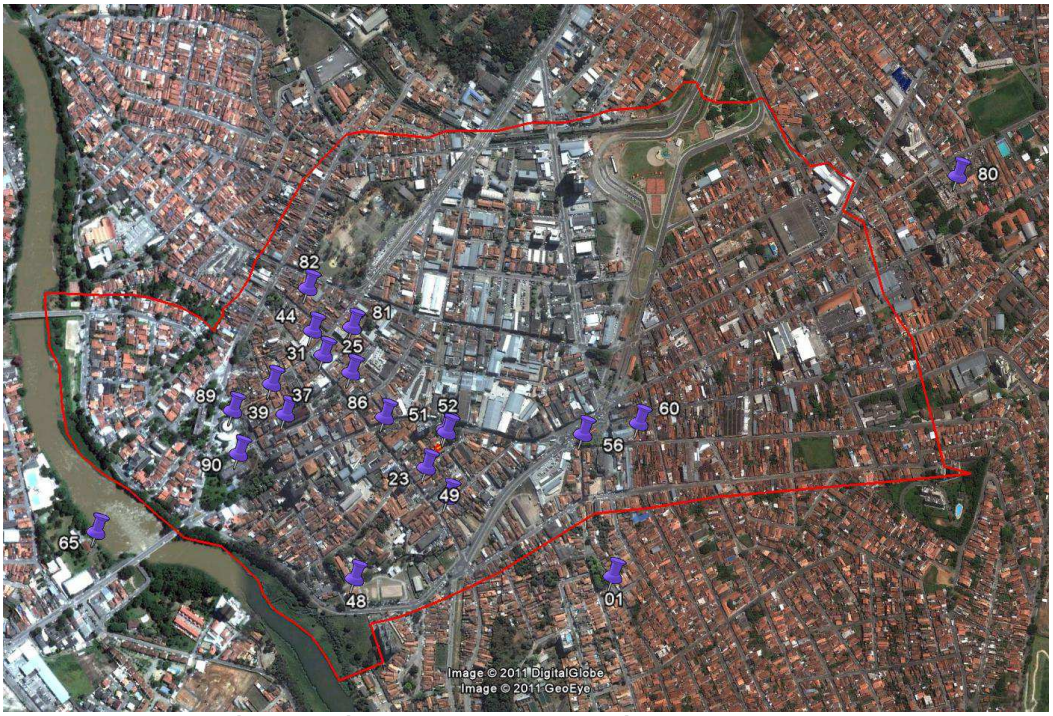


Figura 131 - Foto Aérea da área central de Jacareí. Localização dos edifícios com interesse de preservação incluídos do inventário de conhecimento simplificado. Os edifícios estão com uma numeração que consta em processos do CONDEPAC de 2007 a 2009. Fonte: Perímetro estabelecido pelo PLANO DIRETOR LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2003 / sem escala.

14. PROPOSTA – PROGRAMA RENOVAR O CENTRO

A reconstrução do centro de uma cidade deve sempre ser uma importante meta em qualquer administração municipal. Nesta tarefa está incluído o resgate do interesse público, a inclusão social de todas as camadas econômicas e também todas as faixas etárias e a conseqüente elevação da auto-estima nessa crucial e sofrida região de Jacareí, freqüentada todos os dias por boa parte dos moradores da cidade.

Este plano apresenta algumas indicações com objetivos bem definidos. Os principais: unificação das ações governamentais e abertura de meios para participação do cidadão em todas as esferas públicas.

Por outro lado, a aceitação e a aplicação do **PROGRAMA RENOVAR O CENTRO** mostra a clara intenção do governo municipal em ter o compromisso de gestão no espaço urbano, levando em conta principalmente o interesse coletivo, administrando e interesse particular de modo a atrair investimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

O principal desafio desse Programa é contemplar a inclusão social de todas as camadas sociais e principalmente incluir todas as faixas etárias em programas que de fato possam valorizar adequadamente os espaços públicos que compõem a área do centro.

A abrangência do Plano envolve o território conhecido como Centro Histórico e seu entorno imediato, local onde ocorre a formação do núcleo urbano inicial, que sempre ocupou e ainda ocupa um papel único na história e para economia da cidade.

Esse território definiu e define as principais características de Jacareí ao longo de sua história, seja pelas edificações, espaços de interesse arquitetônico e urbanístico, pela quantidade de pessoas que transitam por lá ou ainda pela vitalidade e importância das atividades nele instaladas para economia de Jacareí e região, e também pela quantidade de problemas que acumulou ao longo do tempo.

Jacareí guarda poucos exemplares de edifícios que são representativos em relação ao patrimônio arquitetônico, cultural e urbanístico da cidade. Entre tais edificações e conjuntos arquitetônicos, podemos citar o prédio da antiga Manufatura de Tapetes

Santa Helena, a atual sede do Museu de Antropologia - MAV, o conjunto do Pátio dos Trilhos incluindo as edificações que abrigam a atual sede da Fundação Cultural de Jacareí e o edifício dos Expedicionários; além da presença de certa variedade de espaços públicos: praças e parques, que possuem um grande fluxo de pessoas e uma consequente vitalidade.

Praticamente desde o início da formação do núcleo urbano de Jacareí, a região se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades econômicas, administrativas e culturais. Desde a origem a região central tem como característica a presença de praticamente todos os grupos sociais.

Outra questão relevante e que acaba sendo mais uma forte atração para sua ocupação e de seu entorno é a proximidade aos locais de trabalho, locais de compra, locais de estudo. Esses aspectos considerados positivos pela maioria da população são fatores que acabam constituindo interessantes vantagens para os moradores e frequentadores do centro.

Não existem pesquisas que possam determinar com exatidão a quantidade de empregos que a região gera, mas pela quantidade de estabelecimentos comerciais, principalmente em relação ao terceiro setor da economia, o local exerce um papel preponderante na cidade.

Destaca-se, ainda a presença de hospitais, como a Santa Casa e ainda a presença da atual sede da administração municipal, do Fórum e da Câmara de Vereadores, que marcam a presença significativa dos profissionais envolvidos com essas instituições no local.

Apesar de toda essa importância, o centro de Jacareí é palco das injustiças sociais, da precarização das relações de trabalho; assim como acontece em boa parte da região central das cidades brasileiras, de tamanhos variados.

A presença de moradores de ruas é constante. Ocorre também a presença de vendedores de comércio informal; e as vias e calçadas que apresentam um fluxo intenso de pedestre por causa da concentração dos estabelecimentos comerciais são muitos estreitas, principalmente nas proximidades dos grandes lojas, magazines, supermercado, entre outros.

Paralelamente, a ilegalidade e a contravenção procuram tirar proveito dessa desorganização do espaço público, é comum publicações nos veículos de comunicação registrando os indícios de que área é muito frequentada por assaltantes da mesma forma que existe a presença de contrabando e tráfico de drogas.

Apesar de apresentar esse quadro, há um bom tempo, a região central tem recebido poucas ações significativas. Existem muitos problemas de sinalização das vias, falta de conservação; as calçadas, por sua vez, estão totalmente retalhadas são na maioria estreitas, oferecendo riscos as pedestres.

Dessa forma, o **PROGRAMA RENOVAR O CENTRO** pode representar o resgate do interesse público nessa área de Jacareí. Assim, são estabelecidos objetivos, diretrizes e estratégias para poder integrar cada intervenção.

Os objetivos principais são: dar fim público ao espaço público, executar ações urbanísticas com inclusão social, atuar freqüentemente para redução da criminalidade.

As diretrizes mais importantes são: estabelecimento de parcerias materiais entre poder público municipal e outros níveis de governo estadual e federal, com organizações internacionais, iniciativa privada, instituições educacionais (universidades e fundações) e ainda, com organizações não governamentais e compartilhar a gestão do espaço público com a sociedade civil.

As primeiras ações concretas e estão relacionadas à melhoria das condições de circulação de pedestres e veículos, e a consequente melhoria das condições de uso para os inúmeros frequentadores do centro. Em relação às melhorias no espaço do pedestre, as principais são: disciplinar a ocupação e o uso das praças e calçadas, padronizar o calçamento com a finalidade de melhorar a estética, a segurança, a resistência e uma melhoria na manutenção e, organização de mobiliário urbano. Para o pedestre propriamente dito as ações são: construção de rampas em todas as esquinas e cruzamentos, o que permite o acesso dos idosos e portadores de necessidades especiais em todos os pontos da região central; instalação de sinalização para pedestres e manutenção da pintura das faixas de travessia; instalação de transposição de desníveis e barreiras geográficas; adequação da arborização ao espaço público; instalação, recuperação e manutenção de banheiros públicos. Relacionadas às condições de limpeza

as principais ações são: dimensionamento do déficit de cestos de lixo e de suas causas, averiguação sobre a falta das unidades, condições de instalação, do objeto instalado e do local a ser instalado; instalação de mais equipamento que promovam a coleta seletiva e possível formação e ou parceria com cooperativa de catadores.

Para os trabalhadores do centro, as ações podem melhorar as condições das áreas de comércio e serviços existentes e ampliar as atividades econômicas. Entre as ações estão: aprimoramento ao suporte dos consumidores e freqüentadores dos estabelecimentos comerciais com estacionamento, banheiros, guarda-volumes, instalação de áreas de alimentação adequadas; melhoria e aquecimento do comércio, geração de emprego através da ampliação do horário de funcionamento, reorganizar áreas e horários de carga e descarga. Em relação às áreas de comércio ambulante as principais ações são: a criação e reorganização de áreas exclusivas para o comércio ambulante; atualização dos dados dos ambulantes cadastrados para emissão de termo de permissão de uso; fiscalização permanente e permissão de trabalho somente para os cadastrados; apoio à capacitação dos ambulantes, incluindo a atuação do SEBRAE e Centrais Sindicais.

A inclusão e capacitação de moradores de rua ou de moradores em risco social poderá ser impulsionada com a utilização deles, como mão de obra para reformar e recuperar as calçadas ou ainda para o trabalho em reciclagem de lixo, através da regularização das atividades ligadas à reciclagem na cidade.

Da mesma forma, ampliar o tempo em que os frequentadores e usuários do centro permanecem no local após o horário comercial, e também em fins de semana e feriados, além de atrair a população em geral para atividades de cultura, gastronomia, turismo e recreação, para assim dar visibilidade à produção cultural dos cidadãos do município. Com essa finalidade, a ampliação do horário de funcionamento dos equipamentos culturais públicos e privados seria determinante; capacitação de agentes de recreação em parceria com o **SESC**, **SENA**I e **SENAC** e criação de ruas de lazer na área central, em horário não comercial, finais de semana e feriados com desenvolvimento de atividades esportivas, artísticas e culturais.

Mas, enfim, nada disso tem sentido se o espaço não for adequado. Neste sentido, se faz necessário a recuperação e a preservação das praças, largos, edificações que ainda contam a história da formação do Centro do núcleo urbano de Jacareí. Assim, aumentam as chances do cidadão se sentir parte da história, ter uma identidade, se reconhecer, participar, valorizar e entender o contexto em que está inserido. E também o restauro dos edifícios e espaços públicos, com requalificação da utilização. É o caso do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba - MAV, Pátio dos Trilhos, Edifício dos Expedicionários e Praça Conde de Frontin.

Em relação à Educação Patrimonial as primeiras ações incluem: valorização da história oral através da coleta de depoimentos de estudiosos e moradores de forma freqüente e organizada, promoção de oficinas de Restauro e de valorização das edificações históricas ministradas com o apoio da Fundação Cultural de Jacareí.

Dessa forma, essa transformação urbanística tendo como base as diretrizes de uso e ocupação do solo podem garantir a contemplação dos objetivos do **PROGRAMA RENOVAR O CENTRO.**

Outra meta a ser alcançada é o estabelecimento de formas de parceiras ou outras formas de atuação compartilhada entre a iniciativa privada e o poder público sempre tendo em vista o interesse coletivo; além disso, os setores envolvidos devem acompanhar e participar ativamente da implantação de projetos com a finalidade tanto de fortalecer e estabelecer claramente o papel das partes envolvidas e a divisão das tarefas. Agindo dessa maneira, é possível gerenciar e aproveitar os aspectos positivos dos participantes, assim como dimensionar e antecipar possíveis impactos econômicos e sociais negativos.

Em relação à execução do Programa é necessário viabilizar equipe administrativa e técnica para colocá-lo em prática; promover a integração do Plano ao trabalho das secretarias, iniciativa privada e demais organizações envolvidas, da mesma forma com organizações governamentais estaduais e federais; ter como referência os procedimentos necessários para execução levando em conta o conjunto da população e suas lideranças; relacionar as principais ações do Plano ao Orçamento Participativo no que se refere à utilização de recursos na região central de Jacareí e; principalmente,

correr atrás de gente, parceiros de boa vontade e experiência, de recursos financeiros tanto nas organizações governamentais federais como estaduais, não se esquecendo da iniciativa privada.

Paralelamente, conforme for acontecendo a aplicação do Plano, por consequência, o rumo das ações irão tomando uma direção, deverão ainda ser tomadas definidas ações em relação à adequação e atualização da legislação urbanística vigente, com o objetivo de concretizar e acompanhar as diretrizes do **PROGRAMA RENOVAR O CENTRO.**

Essas alterações podem ser encaminhadas tanto por decreto ou ainda na forma de aplicação da lei já existente, no entanto, algumas dependerão de alterações na própria lei, levando em conta aquilo que foi estabelecido pelo Plano Diretor.

Entre tais revisões e ampliações podemos citar algumas: lei de calçamento para locais de grande fluxo de pedestres; lei para organização de bancas e barracas; lei de organização da paisagem urbana, principalmente no que se refere à disposição de anúncios e mobiliário urbano; estabelecer condições e indicar termos de cooperação; definir formas de construção mais adequadas à região central, entre outras.

Na elaboração do **PROGRAMA RENOVAR O CENTRO**, tivemos como ponto de partida a existência do patrimônio arquitetônico, já que a área delimitada pelo perímetro estabelecido no Plano Diretor tem praticamente todos os edifícios elencados como de interesse de preservação e que são parte do inventário da área central. Assim, entendemos que a valorização e requalificação das áreas envoltórias de alguns desses edifícios deveriam receber intervenções que pudessem cumprir com estes objetivos. Todas as propostas apresentadas até o momento tiveram no cerne dos problemas levantados intervenções que pudessem de fato mudar a realidade dos locais promovendo de fato o uso do espaço urbano pelas pessoas, dar espaços com qualidade para os cidadãos, e que estes pudessem se sentir parte do espaço incentivando-os a cuidar e zelar por ele.



Figura 132 - REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA ANTÔNIO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E ENTORNO.
Autor do Projeto: Arq. Dilene Zaparoli



Figura 133 - PROPOSTA DE REURBANIZAÇÃO DO PÁTIO DOS TRILHOS.
Autor do Projeto: Arq. Dilene Zaparoli

Como parte do processo de requalificação e valorização do entorno imediato dos edifícios de interesse histórico, o Programa contempla a inserção de novo mobiliário urbano que contribuirá não só para melhoria da qualidade dos espaços, mas também proporcionando unidade visual na paisagem urbana, o projeto do conjunto dos mobiliários levou em consideração uma linguagem pautada no uso, integração e compreensão, conceitos básicos usados para a valorização de todo o conjunto de peças

projetadas, considerados como Elementos Urbanos numa relação direta com o espaço público da cidade, que neste projeto, recebeu propostas de valorização e readequação. As peças que compõem o conjunto foram pensadas como elementos que definem uma idéia de território comum, desde o desenho a sua localização.

Os elementos urbanos podem identificar uma cidade, por meio deles podemos até chegar a conhecê-la, como as cabines de telefone de Londres, as entradas de metrô de Paris.

Não podemos esquecer que em Jacareí, o mobiliário urbano foi pensado dentro de um plano maior, o "Plano de Ação", e dentro dele temos o **PROGRAMA RENOVAR O CENTRO** como parte de um conjunto de propostas que visam a valorização e potencialização de locais da cidade com vocação para o turismo.

Em primeiro lugar, visamos à sofisticação do *design*, tanto na parte estética quanto técnica, contemplando as normas de ergonomia. O *design* procura uma linguagem de integração entre as peças, onde parte de uma lembra a outra. O cuidado com a "imagem da cidade" permeia cada detalhe, projetados com cuidado plástico. Em segundo, quanto à funcionalidade. Além de bonitos, eles devem ser práticos e fáceis de montar. Em terceiro, a possibilidade de arranjos diversos. Todas as peças funcionam como módulos que podem se agrupar de várias formas com o mesmo sistema de fixação no piso, que também visou à realocação das peças se necessário. O material usado, em sua maioria é concreto, aço e chapa galvanizada, o que permite uma duração e resistência mais longa das peças. O fato de ser em concreto permite a fabricação em série com o uso de poucas formas. O uso do aço permite que o material seja substituído, quando necessário, e reciclado.



Figura 134 - Proposta para calçadas ruas de comércio com inserção do novo mobiliário urbano.
Autor do Projeto: Arq. Dilene Zaparoli



Figura 135 - Poste para praças, banco duplo e lixeira
Projeto: Arq. Dilene Zaparoli

15. VALORIZAÇÃO DOS PONTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Partindo da premissa que a valorização do patrimônio histórico e arquitetônico tem uma relação direta com o seu conhecimento, a sua valorização e conseqüente preservação da mesma forma, tem uma relação direta com orgulho da população e com sua própria identidade.

Por isso, para compreender e valorizar, nada melhor do que utilizarmos o método da **Educação Patrimonial**, que tem como forma de aplicação pelo menos dois pilares bem definidos: experimentação e divulgação do conhecimento.

Porém, antes de qualquer coisa, é interessante apresentarmos melhor o tema. Segundo o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, de autoria de Maria de Lourdes Parreiras, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz, a temática em questão é um processo contínuo e sistemático de trabalho educacional que tem como fonte primária o conhecimento e enriquecimento individual do Patrimônio Cultural. Ainda segundo as autoras, através da experiência e do contato direto, o trabalho tem a intenção de levar a crianças e adultos um processo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, o que pode gerar a produção de conhecimento.

Assim, a Educação Patrimonial pode ser o que as autoras chamam de um instrumento de "alfabetização cultural", possibilitando em outras coisas uma "leitura do mundo que rodeia o indivíduo", o que pode levar o indivíduo a uma compreensão melhor das questões culturais, históricas, sociais. Além do mais esse processo reforça a auto-estima das comunidades e valoriza a cultura.

A metodologia da Educação Patrimonial, por sua vez, pode ter aplicação em uma manifestação cultural, num conjunto de bens, em um sítio histórico ou arqueológico, numa paisagem natural, em um centro urbano, numa comunidade rural, em um processo de produção artesanal ou industrial, ou em qualquer outra forma de expressão resultado da interação entre indivíduos e o meio ambiente.

O processo educativo a ser aplicado tem como fundamento exercitar situações de aprendizado incluindo o processo cultural, seus produtos e manifestações, despertando

nos indivíduos o interesse na resolução de questões importantes de sua vida. É interessante levar em conta e provocar sensações de surpresa e, ainda, aguçar a curiosidade, o que provoca, principalmente nos estudantes, a busca por mais conhecimento sobre o assunto.

Uma forma significativa de observação pode acontecer tanto num objeto de uso cotidiano em uma comunidade, como num conjunto de casas, em alguma edificação, ou até mesmo numa cidade, quando ela é analisada do ponto de vista histórico, contextualizada na região que está localizada. Uma festa ou uma manifestação religiosa, a paisagem urbana ou rural, ou mesmo um objeto aparentemente simples, mas que muitas vezes faz parte da história de uma região, ou um elemento ligado a tradição do local, enfim, com conhecimento muito pode ser contextualizado, incorporado e fazer da realidade a memória das pessoas.

A ação de investigar e ir atrás dessas significações, desses processos, dessa utilização diferenciada que estão atreladas às evidências culturais e muitas vezes informam sobre o cotidiano de uma comunidade, lembrando que isso sempre é um processo continuo, ou seja, sempre ocorrem transformações, adaptações; mas o que tudo isso tem em comum é justamente o fato de ser a base da Educação Patrimonial. Assim, segundo as autoras do Guia Básico de Educação Patrimonial, o processo de descobrimento da realidade cultural depende da aplicação de uma metodologia adequada, facilitando a percepção, a compreensão e a distinção do factual e do fenômeno cultural.

Levando em conta o fenômeno cultural, as autoras analisam - com toda propriedade - a relação entre a habilidade de interpretação dos objetos e dos fenômenos e a ampliação da capacidade de compreensão do mundo. Dessa maneira, o produto da criação humana, seja com qual finalidade foi desenvolvido, tem sentido e significado, e a forma, expressão e conteúdo temos que desvendar. Porém, no desenvolvimento desse aprendizado, o conhecimento especializado não é determinante, pelo contrário. As autoras defendem a tese de que qualquer indivíduo pode desenvolver tal processo, utilizando principalmente suas capacidades de observar e analisar seja o objeto ou fenômeno.

Essa metodologia de aplicação inclui, obviamente os professores e a utilização de objetos em sala de aula, ou visitação nos locais que foram construídos ou foram encontrados, ou ainda nos locais onde estão instalados. As autoras, com toda razão, analisam que essa ação deve ser considerada no desenvolvimento de currículos e não esporadicamente ser apenas uma "ilustração das aulas".

Para aplicação propriamente dita devemos em uma primeira etapa definir os objetivos e metas pretendidas de acordo com o que se pretende interagir, experimentar ou elaborar um estudo mais aprofundado. Em um museu, um bom começo é a definição da temática a ser abordada, em um bairro ou em uma paisagem urbana é fundamental a definição da investigação: histórica, social, aspectos relacionados à arquitetura, etc. Em um monumento, por sua vez, é possível analisar os materiais utilizados na construção, seus aspectos, o que está a sua volta, o que forma seu interior, a ação do tempo e suas transformações. Assim, esses aspectos possibilitam muitas possibilidades e maneiras de desenvolver um trabalho interessante e atraente para diversos públicos, desde estudantes da educação infantil como grupos da terceira idade.

As autoras do livro *Guia Básico da Educação Patrimonial* propõem, que após a definição daquilo que vai ser estudado, a ação educativa vai se desenvolver através de "**etapas metodológicas"**: observação, registro, exploração e apropriação.

A observação inclui exercícios, perguntas, experimentação, manipulação, anotações, medição, dedução, comparação e aplicação de jogos lúdicos. O registro pode ser feito através de diversos instrumentos: descrição, desenhos, fotografia, utilização de plantas baixas e mapas. A exploração apresenta em sua forma: discussão, hipóteses, pesquisas em arquivos, bibliotecas, jornais. A apropriação pode ser apresentada com uma releitura ou recriação do objeto estudado; ou ainda, com a interpretação tendo como suporte outros meios, como escultura, pintura, texto, vídeo, entre outros que poderão dar asas a criatividade dos envolvidos.

Outra abordagem interessante do livro acontece quando as autoras descrevem a observação dos monumentos e o relacionam com o meio ambiente histórico. Em relação aos motivos e justificativas das construções, suas significações em uma comunidade, elas são diversas e servem para lembrar e/ou celebrar episódios históricos; muitos têm

uma ligação direta com um passado ainda mais distante, são como sobreviventes, e acabam sendo consagrados como símbolos e referência de uma época, de uma forma de viver ou de característica peculiar de uma população.

Sobre a função do monumento, muitos têm a mesma atividade desde a época que em foram criados, é o caso das igrejas. Outros sofreram adaptações e se transformaram em museus, ou as vezes permanecem vazios, mas mesmo assim se constituem atração turística, como é o caso dos fortes instalados na costa ou nas fronteiras brasileiras.

Sobre a conservação, alguns mantêm o aspecto original, alguns foram modificados e em outros só existem em ruínas como as Missões Jesuítico-Guarani, instaladas no Rio Grande do Sul. Porém, é inegável que todos têm sua beleza e características peculiares, as quais bem trabalhadas, principalmente levando em conta seu contexto histórico e social, podem ser grande fonte de observação, experimentação e de outras formas de exercitar a educação patrimonial.

Já o manual de *Atividades Práticas de Educação Patrimonial*, de autoria de Evelina Grunberg apresenta uma abordagem interessante como sugestão de atividades para serem desenvolvidas em oficinas, em salas de aula ou em qualquer outro espaço no qual a temática será aplicada.

A atividade começa com o entendimento que a vida é o primeiro Patrimônio de qualquer indivíduo, e assim vivenciamos experiências que irão construir nossa história de vida. Através da observação em espelhos e também com fotografias, podemos fazer comparações entre diferenças e semelhanças entre o indivíduo e seus familiares. Pode-se também exercitar o corpo, forma, cor, entre outras características físicas, como ainda o tipo de voz e até mesmo característica de cada personalidade.

O conceito estético, sua discussão, a divergência de pensamento, as polêmicas, o gosto de cada um pode ser abordado com troca de opiniões e debates de idéias.

Segundo a autora, estas atividades aproximam o estudante ou qualquer outro interessado, independente da faixa etária, da compreensão do que é Patrimônio. Outras atividades: desenhos, moldar argila, utilização de oficinas com material reciclado para elaborar objetos de artesanato ajudam na fixação deste conceito. A autora observa que

um simples desenho de nosso corpo em uma folha pode apresentar bons elementos para reflexão. Neste caso como é a visão que o indivíduo tem do próprio corpo, ou melhor, como ele gostaria que os outros o enxergassem. Enfim, este tipo de exercício possibilita muitas aplicações, inclusive a ampliação dessa conceituação para famílias, amigos, escola, trabalho, ou em qualquer outro ambiente.

Em relação aos bens culturais e suas histórias, a autora Evelina Grunberg, propõe uma atividade interessante para os estudantes, participantes de oficina exercitar e aprender a observar o significado de um objeto. Tudo começa com os próprios estudantes trazendo objetos com algum significado importante, se possível tendo inclusive uma relação afetiva. Então, na primeira etapa da metodologia os participantes farão um registro simples. Em uma segunda etapa da metodologia, segundo a autora, serão aplicadas perguntas sobre o objeto. Essas perguntas deverão seguir um certo ordenamento:

> *Qual a cor, a forma e a textura? Tem cheiro, gosto? Faz barulho? Está completo ou falta alguma parte? Já foi consertado ou adaptado? Está usado ou é novo? Foi feito á mão ou a máquina? Apresenta-se numa peça única ou em partes? Pode ser montável? È decorado ou ornamentado? Quem o fez? Para que fim? Quem o usou? Como foi ou é usado? O uso inicial foi mudado? Tem valor para as pessoas que o usaram ou usam? Tem valor para quem fabricou? Tem valor para quem guardou? Tem valor para quem vendeu? Tem valor para um museu? Tem valor para um banco? Se você encontrasse o objeto na rua, o que faria com ele?* (1999, p.14).

Na seqüência, todos participantes apresentam considerações sobre o objeto em questão. Isso possibilitará que todos conheçam os objetos e seus diversos significados, de acordo com a interpretação pessoal de cada elemento do grupo.

Em outra etapa, os grupos deverão ser formados entre os estudantes e participantes de oficinas tendo em comuns similitudes entre os objetos, e assim cada grupo construirá uma história que será apresentada para os demais. A história

necessariamente tem que envolver os objetos do grupo, o significado e a trajetória do objeto.

Ainda segundo a autora do Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, tais atividades trabalham **"noções e conceitos"** de patrimônio pessoal, família, bairro e cidadania.

Outra atividade atraente, apresentada no mesmo Manual Prático utiliza como objeto central a edificação, seja uma casa ou museu ou um cinema ou ainda uma escola ou até mesmo um Shopping Center ou centro comercial.

Os participantes são convidados para o passeio e levados no local do bem escolhido. Eles deverão ser instruídos a observar o bem em todos os detalhes e estar munidos de papel (caderno ou prancheta como suporte) e lápis ou caneta. Dessa forma, em frente a fachada observarão todos os elementos por alguns minutos. Depois, serão orientados a virar de costas e, assim, deverão descrever a lembranças do que foi observado, tanto utilizando desenho como escrita. Depois de terminar o registro, os participantes voltam a observar o bem e fazem comparações entre o que está na frente deles e o que foi descrito sem o olhar.

Segunda a autora, esta experiência promove uma "reflexão sobre a diferença entre o olhar e o ver", e também valoriza a observação detalhada como ferramenta fundamental para compreensão de informações na qual o olhar superficial não dá conta.

Essa atividade pode ser repetida na parte interna do bem, nos locais e espaços onde o instrutor do grupo achar necessária a prática para fixação dos conceitos.

No livro publicado sobre o curso de *Patrimônio Cultural & Educação Patrimonial* de vários autores, o artigo de autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, em especial, ressalta e analisa de uma forma perspicaz o desejo de uma criança. Segundo a autora ele tem duas dimensões: a busca pela verdade e o fascínio pelo maravilhoso. Dessa forma quanto maior for a falta de recursos maior a intensidade e a aproximação da fantasia. Isto deve ser levado em conta por quem prática Educação Patrimonial. Maria de Lourdes cita com exemplo Monteiro Lobato, que soube como poucos contar histórias para crianças, pois como é de conhecimento de todos até mesmo um simples sabugo de milho pode se transformar num personagem atraente e cheio de nuances.

Entretanto, a autora observa que os objetos do Patrimônio Cultural propiciam as crianças e também aos adultos, "experiências concretas, não verbais (e, por isso acessível a todos)", assim é possível viajar até o passado e entender o fato de todos serem herdeiros e fruto daquilo que pode estar distante cronologicamente, mas absolutamente tudo tem influência direta naquilo que estamos vivenciando hoje.

O fato de todo indivíduo ser herdeiro de uma coletividade e cultura, segundo Maria de Lourdes, será determinante para seu futuro.

> *Conhecer os pais, sugar o leite materno dão ao ser humano as bases estruturais de sua personalidade. Reconhecer o passado cultural de que somos herdeiros dá-nos a garantia de equilíbrio de nossa identidade cultural, possibilitando-nos os meios de um bom relacionamento com o nosso presente e uma melhor perspectiva do nosso futuro.*

A autora destaca ainda, o quanto os museus, monumentos e outros bens patrimoniais podem propiciar **"experiências concretas de evocação do passado".** Este, deve ser o sentido da existência dos museus e da luta pela preservação de monumentos e edificações.

> *O crescimento, o enriquecimento, o amadurecimento de um indivíduo só são possíveis em relação ao passado, no qual se acumulam as experiências vividas. Falamos não só do passado longínquo, mas do passado imediato, representado por qualquer experiência vivida. Esta experiência tem de ser concreta, não pode ser abstrata; caso contrário, não é experiência, não é vivência. Os museus, os monumentos e os demais bens patrimoniais possibilitam uma experiência concreta de evocação do passado.*

Por fim, Maria de Lourdes faz um verdadeiro apelo em direção daqueles que atuam de alguma forma no campo da História.

> *É preciso superar aquela fase da afirmação de que"tudo o que é antigo é bonito", porque a professora disse. O importante é que a criança, e o adolescente ou o adulto sejam capazes de apreciar a casa em que vivem*

> *e o mundo que os rodeia, sabendo apreciar igualmente os valores e características das épocas que os precederam, sem desvalorização ou supervalorização.*

Na maioria das vezes, não é o que acontece, no mundo real continua de Lourdes, "somos jogados no mundo da cultura" sem a mínima informação das origens, das raízes, se quer leva-se em conta que o mundo atual é produto de um processo evolutivo: genético, histórico, social, cultural, entre outras vertentes.

15.1 Aplicações da Educação patrimonial na realidade de Jacareí

Não há dúvida que o desenvolvimento da Educação Patrimonial em qualquer localidade tem uma relação mais que direta com a Preservação e a valorização dos bens materiais e imateriais, ou seja, bens valorizados e conservados necessariamente têm como fator determinante em tal processo, a participação da população. Porém, a Educação Patrimonial pode sim, fortalecer esses laços, para tanto, elaboramos algumas propostas que podem ser aplicadas à realidade de Jacareí que poderão ser bons instrumentos de aproximação entre as pessoas os bens patrimoniais.

Em uma primeira ação concreta, partimos do pressuposto que as pessoas possuem histórias, fruto de experiências vivenciadas. Algumas têm como cenário igrejas, praças, museus, escolas, entre outros espaços que compõem a paisagem urbana e, por consequência, acabam pertencendo ao imaginário das pessoas.

Dessa forma, todos devem ser responsáveis pela proteção e conservação desses locais, se possível esse pensamento deve ser transmitido para as futuras gerações, que podem ter a chance de ver, ouvir, respirar, conhecer, interagir, participar e principalmente, se encantar com o passado e valorizar o presente.

Nesta direção. o **Projeto Patrimônios de Jacareí** encaminha algumas ações com a finalidade de atrair a efetiva participação da população, e também o envolvimento dos estudantes.

A primeira ação concreta é a elaboração de uma programação de passeios monitorados que serão ofertados ao público. Os locais escolhidos compõem a história da cidade, promovendo uma viagem ao passado e valorização do Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

Os locais escolhidos são: Viveiro Municipal e um percurso na área central que inclui; o Mercado Municipal, Pátio dos Trilhos, parque da Cidade e MAV- Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, e ainda a igreja Matriz e as outras igrejas existentes nas proximidades.

Visitando o Viveiro Municipal, os monitores começariam o passeio descrevendo as atividades desenvolvidas no local e, na seqüência, apresentariam as três trilhas existentes, com suas peculiaridades e atrações. Depois os monitores ressaltam a importância do Viveiro e sua contribuição para o meio ambiente. Por fim, os visitantes poderão escolher e percorrer uma das trilhas, de acordo com área de interesse.

Percorrendo a área central, em um percurso que inclui seis pontos de potencial turístico de relevada importância, além da apresentação detalhada de cada uma das atrações com suas características históricas, arquitetônicas, culturais, poderá ser discutido o início do povoamento de Jacareí, incluindo o processo de ocupação e seu crescimento e desenvolvimento urbano.

Os passeios poderão ser realizados por estudantes, cidadãos, turistas, através de agendamento para a participação e formação dos grupos de acordo com faixa etária e área de interesse.

Outra ação importante é a promoção de concursos que incluam principalmente a participação de estudantes, relacionando-os com o interesse sobre a preservação da história e cultura. Pode ser contemplada tanto a área de desenho, como de fotografia e até mesmo concurso de redação bem direcionado a área em questão. Os desenvolvimentos dessas ações têm como objetivo: estimular, sensibilizar, formar e

renovar a visão de estudantes e comunidade em relação aos bens que compõem a paisagem, locais muitas vezes percorridos por pessoas, mas pouco percebido.

16. VALORIZAÇÃO DA ARTE PÚBLICA E SEUS ESPAÇOS

Sobre arte pública propriamente dita, Roberto Mac Fadden em trabalho intitulado "Arte Pública e Arquitetura", publicado no livro *Arte Pública*, editado pelo **SESC**- São Paulo observa que pintores, escultores e até mesmo os arquitetos que ocupam esses espaços estão sempre no meio de interesses conflitantes. Por um lado devem sempre considerar os interesses da comunidade, mas por outro lado devem e sempre existirão- com muita força - os interesses privados.

Assim, segundo Roberto Mac Fadden, não existe escolha. Tanto os espaços ocupados pelas esculturas, pinturas, instalações, monumentos ou outras formas de expressão, ou seja, os autores da obras sempre seguiram e acabam optando por algum lado do conflito, servindo a um determinado tipo de interesse.

Questionamento importante publicado no mesmo trabalho, apresentado no livro editado pelo **SESC**- São Paulo, se refere aos caminhos escolhidos e as opções inerentes ao processo de transformação e desenvolvimento desses espaços. Para o autor esses locais são "retratos físicos do estágio do desenvolvimento das sociedades em que vivemos" (FADDEN, 1998, p.95).

Outro questionamento importante do autor tem uma relação com os espaços de exclusão.

> "Que papel pode ser desempenhado na construção desse aprofundamento dos espaços de exclusão exemplares neste início de século, não apenas aqui em nosso país: um crescendo de abandono dos espaços públicos, uma ênfase (cada vez maior na edificação de guetos sofisticados para a minoria e abandono de espaços públicos aos desmazelos, à selvageria, à horda dos excluídos" (FADDEN, 1998, p.95).

O autor vai além e utiliza uma figura de linguagem e uma analogia para deixar mais claro seu questionamento.

> "Qual a diferença entre nossos espaços públicos e os cenários delirantes de horror que assistimos em filmes como Taxi Driver ou Blade Runner?

> Como se pudéssemos nos colocar fora desse horror... Ao mesmo tempo, nossa elite vive em cenários um pouco mais bonitos e clean" (FADDEN, 1998, p.95).

Roberto Mac Fadden completa sua análise com uma observação que apesar de parecer óbvia, acaba causando certo desconforto. Sempre os mesmos artistas, desenhistas, escultores, pintores são, necessariamente, os produtores desses dois tipos de cenários. Para o autor o grande desafio é "não permitir a existência ou a transformação de todo o espaço público em um não-lugar, onde as pessoas nem são nem tampouco estão, por onde apenas passam entes anônimos, destituídos de qualquer identidade".(FADDEN, 1998, p.95)

O autor aprofunda sua análise quando se reporta a história da arquitetura e da sociedade, apontando o relevante papel da construção de símbolos e do nobre papel que os espaços públicos desempenham.

Quando analisa o caso brasileiro, em relação à construção da identidade coletiva, Mac Fadden aponta a importância das elites dirigentes terem consciência desse processo de construção.

Na sequencia do trabalho apresentado no livro *Arte Pública*, o autor descreve alguns casos que abordam á colocação de artes plásticas, esculturas e pintura em espaços públicos.

Um caso muito interessante descrito é o concurso público aberto para comemorar os 200 anos da Revolução Francesa. O consulado francês no Brasil em 1988 e 1989, queria um monumento para comemorar o bicentenário da Revolução Francesa. Porém, os principais escultores do país fizeram um complô para não participar do concurso. Dessa forma somente os artistas mais novos participaram. Apesar disso, o júri acabou, concluindo que nenhuma obra tinha qualidade, assim nada foi implantado pelo consulado para comemorar o bicentenário da Revolução Francesa no Brasil.

Por outro lado, o autor cita um exemplo positivo, de acordo com a sua versão. Justamente, quando o então governador do estado de São Paulo, Orestes Quércia tomou a decisão de implantar murais no metrô de São Paulo.

> "Foi uma atitude que viabilizou isso que aí está e de que o povo gosta. Um exemplo muito interessante ocorreu no final de um jogo entre Palmeiras x Corinthians. Saindo da estação de metrô, a gaviões da Fiel entrou na Marechal Deodoro e, naquele clima de quebra-quebra dos hooligans brasileiros, um grupo que havia acompanhado o artista Gontram quando pintava o mural da entrada da estação- porque ele ficava trabalhando ali na estação, com os passageiros passando – colocou-se na frente das telas para evitar que elas fossem agredidas pela multidão de torcedores de futebol" (FADDEN, 1998, p.98).

Para o autor, Gontram criou uma empatia com o público produzindo arte para ser vista e apreciada pelos usuários do metro. Dessa forma foi constituída uma relação afetiva entre a obra e a população, e mais, o artista parece ter atingido a consciência das pessoas, principalmente, "em termos da importância de preservarem essas coisas" (FADDEN, 1998, p.98)

Dando sequencia a discussão entre Arte Pública e Arquitetura, o autor Antônio Sérgio Bergamin, no livro Arte Pública, editado pelo **SESC** São Paulo, aponta a confusão existente entre o público e o privado no Brasil.

> "O espaço público é visto como a lata de lixo do privado – as pessoas que andam de automóvel ou de ônibus passam por ele jogando o que não lhe serve mais. A confusão não é apenas dos cidadãos – está também na cabeça dos dirigentes. Houve um tempo em que os políticos que ocupavam as prefeituras das cidades usavam seus próprios recursos…Essa confusão se reflete de mo do visível na administração pública. Os espaços públicos prevalecem com essa confusão. Mesmo os políticos honestos, ao serem eleitos, não conseguem ter uma distinção clara entre os dois conceitos, no sentido de saberem o que deve ser feito. Consideram a administração pública uma extensão de suas casas ou de suas empresas, e agem com mesma autoridade que têm nessas outras instâncias" (BERGAMIN, 1998, p.100-101).

Mais um fato crucial apontado por Antonio Sérgio Bergamin, no livro editado pelo **SESC**-São Paulo, em seu artigo intitulado "Arte Pública e Arquitetura", refere-se a relação entre a arte e as comunidades.

> "Quando se faz qualquer tipo de obra para qual seja necessário, de uma forma ou de outra, o apoio da população, não se pode contar com ele. Ou seja, é preciso fazer as obras, a despeito do que a população vizinha pensa a respeito, quer ela aceite ou não. É complicado porque é preciso, fazer para depois ver a reação das pessoas da comunidade. Quando há reação, mesmo negativa, é apenas até certo ponto, porque as pessoas se confrontam e se ajustam às mudanças provocadas. Não existem movimentos de reivindicações, de aprovação ou recusa do que é feito" (BERGAMIN, 1998, p.101).

Quando Bergamin analisa a arquitetura aplicada em praças e espaços públicos abertos, ele tem uma visão um tanto catastrófica de uma situação que praticamente está presente em todas as cidades brasileiras que padecem de espaços públicos, sendo aqueles existente lamentáveis, segundo o autor.

> "A arquitetura que define praças e espaços abertos na cidade é tão ruim… Ela não acrescenta qualidade alguma ao espaço público. Apenas tenta tirar o melhor proveito das facilidades de acesso que os espaços abertos proporcionam a cada edifício particular.Muitas vezes o arquiteto nem olha o que já existe no sítio, para o que já está construído no terreno vizinho. Quando ao espaço existente na frente do edifício que projeta, nem pensar. Ruas e avenidas também são espaços abertos, e nós arquitetos, não olhamos para elas para saber o que fazer" (BERGAMIN, 1998, p.104).

Para o autor, o grande problema ou grande preocupação não pode e nem deve ser em relação a possibilidade da implantação de comissões para estudar a arte pública. A verdadeira preocupação, de acordo com Antonio Sérgio Bergamin deve girar em torno de investimentos grandiosos na educação básica.

Em relação à educação, os investimentos também deverão acontecer em outros níveis, e principalmente no nível universitário. Só assim para Bergamin os profissionais que projetarão os espaços públicos do futuro poderão ter formação adequada, tendo uma leitura inclusive de história da arte.

> "Os arquitetos não aprendem a pintar nem telas nem paredes. Não existem mais cursos de desenho artístico ou técnico, mas faculdades de arquitetura. Essas coisas não mais julgadas necessárias. Por isso não existem mais. É preciso voltar no tempo e começar de novo, recomeçar" (BERGAMIN, 1998, p.105).

Por fim, Antonio Sérgio Bergamin acrescenta e ressalta que somente uma população com melhor formação educacional, dará sentido a arte pública, e somente assim as obras de artes poderão ser espalhadas pelas cidades brasileiras.

> "É minha opinião que a degradação das obras de artes na cidade só não é maior porque as pessoas não tomam conhecimento de que elas existem. Apenas algumas crianças sobem e brincam em cima delas, mas não vai muito além disso" (BERGAMIN, 1998, p.105).

16.1 O inventário de conhecimento e sua aplicação

Os locais em que estão instalados os elementos da arte pública em Jacareí, merecem uma análise mais detalhada e aprofundada. A maioria deles localizasse na área central, e justamente nessa região começaremos a aplicar o inventário de conhecimento e agora enfocamos a arte propriamente dita.

O objetivo principal dessa aplicação é fornecer dados para formação de uma base de informações que irão compor uma Rede de Proteção, e assim integrar essa base a outros municípios e estados.

Primeiramente é importante salientarmos que, de acordo com a Revista produzida pelo **IPHAN**, publicada pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão- **SICG**, em dezembro de 2009, p.11, o inventário de Conhecimento ou de varredura é:

> "Qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, visando à identificação e o cadastro das ocorrências materiais ainda existentes e apontando para a necessidade de estudos mais detalhados, como aqueles voltados para o registro das manifestações culturais imateriais" (SICG, 2009, p.11).

Em relação aos objetivos e a abrangência a mesma revista publicada ressalta os limites e objetivo final.

> "Os inventários de conhecimento ou varredura funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização" (SICG, 2009, p.11).

Porém, como não poderia ser diferente, tratando-se de proteção propriamente dita, a revista elaborada pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão,p.09, observa ser fundamental a utilização dos instrumentos existentes em todas as esferas conhecidas, além da ação de compartilhar e pactuar as estratégias o que permite uma maior integração entre o município, as organizações estaduais e as federais.

Entretanto o objetivo principal do **SICG** é:

> "apresentar o cadastro unificado e a base material da construção de uma cartografia do Patrimônio, uma vez que todos os bens serão georreferenciados e classificados conforme sua categoria e o recorte temático e territorial dos estudos" (SICG, 2009, p.12).

De acordo ainda com as informações do manual de aplicação do **SICG**, a base de dados atual do **SICG** utiliza *Word* e *Excel*, no entanto, o próprio Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) tem se esforçado para elaboração de um sistema

que utilize outra ferramenta, também na ampliação dos usuários. Entrariam na lista, além da entidade federal, órgãos vinculados ao patrimônio de cada estado e município e, museus, universidades e organizações correlatas.

Essa parece ser uma questão estratégica para O IPHAN, pois fica explícito na publicação produzida em dezembro de 2009 essa condição:

> "Esta cartografia, reunindo numa única base as informações essenciais sobre o patrimônio cultural, é um instrumento estratégico para o desenvolvimento de uma política integrada e para a difusão das informações, já que a base também poderá ser acessada para consulta via Internet" (SICG, 2009, p.12).

Dessa forma, a aplicação dos testes com as fichas e a metodologia são fundamentais para a construção e valorização da proposta.

É bom salientarmos também que, na aplicação do inventário do conhecimento tendo como base as diretrizes do **SICG**, levou-se em conta a criação de mais um instrumento de gestão do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico. Assim tanto na coleta de dados como na elaboração das informações o ponto centra foi subsidiar a tomada de decisões e o planejamento e elaboração de planos e ainda indicar normas que possam colaborar na requalificação dos espaços e da paisagem urbana.

No entanto, tais áreas merecem uma maior valorização que, antes de nada, levem em conta o processo contínuo de crescimento da cidade e aquilo que mais importante em tudo isso: conciliar essa contingência levando em conta e considerando a opinião da população.

Dessa forma, e de uma vez por todas, a questão do Patrimônio deve ser vista como um fator que poderá alavancar e indicar um novo olhar sobre a paisagem urbana árida, com pouca diversidade e dificuldades já arraigadas e estabelecidas.

Outro ponto que devemos destacar é o fato de consideramos que os estudos que são elaborados com a finalidade de definir regras e normatizar áreas centrais não devem se limitar somente a esse tipo de ação; devem considerar e entender profundamente cada caso e suas variáveis, bem como apresentar propostas que levem

em conta a dicotomia entre desenvolvimento e preservação, buscando a integração. Essas foram, mais uma vez, nossas diretrizes no processo de inventariar arte pública e para a arquitetura rural.

16.2 Ficha para o Inventário de conhecimento da arte pública

Ao elaborarmos esta ficha, pensamos em algo que fosse fácil de ser aplicada e que pudesse receber atualizações. Assim, a ficha apresenta um capo para identificação da obra; seu autor quando identificado na própria obra; data; dados da sua localização por escrito e também através de mapa. Também existe um espaço para identificarmos em que tipo de material a obra foi realizada havendo espaço para registro de mais de um tipo. Quanto a natureza da obra pode ser identificada como sendo um marco, um medalhão, um pedestal ou até mesmo uma escultura ou um busto. Outro item que classificamos ser de importância é quanto aos motivos pelos quais a obra de arte foi criada, muitas vezes para homenagear alguém, ou para ser lembrada alguma data especial. Também foi criado na ficha, um campo com os dados históricos da obra e outros para ser inseridas fotos atuais e antigas, o que pode ser também aproveitada para registrar o estado de conservação atual.

Por fim, existe um campo na ficha para observações relevantes, fonte das imagens e conclusão. Neste último, pretende-se registrar o estado de conservação da obra de arte e se ela encontra-se valorizada. As fichas Inventário de conhecimento da arte pública estão no **ARQUIVO 07 no CD** anexo a esta tese.

17. INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO APLICADO EM IMÓVEIS DE JACAREÍ-CONJUNTOS RURAIS

O Inventário do conhecimento aplicado em bens imóveis, especificamente nos conjuntos rurais apresenta uma ficha na qual o primeiro item será a identificação. Em relação a essa primeira parte, ela terá a seguinte subdivisão: recorte territorial (identificação da região estudada), recorte temático (identificação do tema do estudo), identificação do bem (denominação oficial, denominação popular e outras denominações. Caso necessário o bem ainda será identificado pelo código identificador do IPHAN.

O segundo item da ficha terá o croqui de implantação e a seleção de imagens representativas do bem, do entorno e por vezes até mesmo da região característica em que está inserido.

O outro item determinante na ficha aplicada nos conjuntos rurais é a lista com o conjunto de edificações na propriedade. A listagem terá uma relação com a função da propriedade no conjunto observado. O início da lista sempre contemplará a edificação principal ou conhecida como sede.

Cada elemento da lista receberá uma denominação, será identificado ainda a época de construção e as características gerais (técnica, materiais empregados, estado geral de conservação).

Será observada também a necessidade de realizar ou não o levantamento de algum imóvel no conjunto rural ou ainda a possibilidade de realizar outros levantamentos ou não.

Em relação as informações sobre a atividade econômica desenvolvida no conjunto rural ocorrerá a seguinte subdivisão: atividade original e atividade atual. Na seqüência, se necessário a ficha terá espaço para apresentação de informações complementares.

Sobre o levantamento arquitetônico, caso seja encontrado algum já pré-estabelecido ou existente, a ficha terá espaço para apresentação desses dados, incluindo a planta com a relação dos nomes e autorias, a escala, a localização e base disponível e as respectivas datas.

Toda ficha aplicada nos conjuntos rurais terá ainda a apresentação da base de dados com a inserção e identificação do tipo de informação inserida, inclusive com a quantificação de todos os elementos e sua possível associação com as autorias, a localização e a base disponível. Será feito o mesmo trabalho tanto para as fotografias do passado como as atuais, da mesma forma para os desenhos e croquis.

Nos conjuntos rurais apresentados na ficha serão pesquisadas possíveis fontes bibliográficas e documentais e por fim, será contemplada a base de dados relacionada ao preenchimento de cada parte, com a identificação detalhada da entidade participante, identificação do responsável técnico e data final do preenchimento e atualizações.

A seguir, a ficha que será aplicada nos bens imóveis, especificamente nos conjuntos rurais poderá ser verificada no **ARQUIVO 08 no CD** anexo a esta tese.

17.1 A área rural de Jacareí

Antes de começarmos a expor sobre os dados de nossa pesquisa, é preciso ressaltar que procurando a secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município constatamos que o único Levantamento existente sobre a área rural data de 1999. Neste existem catalogados os fazendeiros, suas propriedades, o que produzem, entre outros dados, porém muito desatualizados. Não foi possível levantar nenhum telefone ou endereço de contato desses fazendeiros.

Procuramos assim a casa da Agricultura, visto que o responsável estava em férias no período em que realizamos o levantamento, e não havia tempo hábil para esperá-lo voltar, a alternativa foi procurar o sindicato rural, mas também houve dificuldades em falarmos com o responsável, o Sr. Paulo Tursi. É bom lembrar, que para cada relatório que entregamos existe um prazo limite para a realização dos levantamentos, e na maioria das vezes, não contamos com muito tempo.

Precisávamos entender a área rural, mas como sem dados concretos e com as dificuldades expostas acima?

Nossas bases de dados então, passaram a ser o Plano Diretor do Município; o *site* do Instituto Brasileiro de Estatística - **IBGE**; a base de dados do levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo; e os dados da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, dados levantados em 2007 e 2008. O que segue é o resultado do cruzamento destes dados e sua interpretação.

Atualmente, a área total do município de Jacareí é de 460 Km², sendo mais da metade pertencente à área rural, ou seja, mais de duzentos e trinta metros quadrados. Para termos idéia da dimensão que ocupa, é importante salientarmos que a área urbana corresponde a 192 Km², 23 Km² são de área inundada e mais 64 Km² são de área urbanizada, nas quais aconteceram alguma melhorias, com instalação de rede elétrica, saneamento básico, algum tipo de pavimento; mas existe muito poucas pessoas residentes em parte do território considerado, são áreas consideradas de expansão do município, na maioria das vezes compostas por loteamentos com residência em fase de implantação, comercialização e início de instalação, muitos deles legais e alguns objeto em disputa judicial. Esta parte do município também é composta por áreas industriais demarcadas ainda e não ocupadas, ou em fase de implantação, de acordo com dados divulgados pela secretaria de Planejamento e Secretaria de Meio Ambiente de Jacareí.

No passado, século XVII e XVIII a atividade agrária do município esteve atrelada a cana de açúcar, no século XIX ocorreu o fortalecimento da agropecuária , a implantação da cultura do café, fumo e algodão.

A partir de 1876, com a inauguração da ferrovia em Jacareí, a área rural começou a se enfraquecer principalmente no que diz respeito à força econômica. É a partir do século XX, que a atividade agropecuária no município decaiu de uma forma radical. Esta situação acabou tendo reflexos na estrutura administrativa do município, pois praticamente, desde do início dedo século XXI, não existe mais secretaria municipal de Agricultura, mas apenas a diretoria de Agricultura. Pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Os números da população residente na área rural de Jacareí apontam a mesma tendência. Em 1940, 11.872 pessoas residiam na área rural, enquanto 11.797 na área

urbana; praticamente a população total do município estava dividida entre as duas áreas. Em 1950, 15.251 habitavam a área urbana e 12.310 a área rural. Em 1960, 28.131 a área urbana e 7.259 a área rural. Em 1970, 48.546 a área urbana e 12.670 a área rural. Em 1980, 107.854 pessoas residiam na área urbana e 7.878 na área rural. Em 1990, 157.026 pessoas na área urbana e 6.843 na área rural. Em 2000, 183.377 pessoas habitavam na área urbana e 7.914 na área rural. Por fim, em 2010, 208.297 residem na área urbana e 2.917 na área rural, segundo os dados publicados no site do Instituto Brasileiro de Estatística- IBGE.

17.2 O Plano Diretor e as diretrizes estabelecidas para a área rural

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí, de acordo com própria lei complementar regulamenta que a macrozona de destinação rural são destinadas a concentrar atividades de extrativismo vegetal, atividades agropecuárias, agroindústrias ou outras atividades compatíveis.

Os dois principais objetivos da regulamentação são: proteção das propriedades rurais produtivas e valorização da atividade agropecuária objetivando o desenvolvimento socioeconômico.

Em relação aos limites da área rural, são indicados no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do município através de quatro indicações: a primeira é a área delimitada pela Rodovia Presidente Dutra e a rodovia Dom Pedro I e ainda pelas divisas com as cidades de Santa Isabel, Guararema e Igaratá, não levando em conta uma faixa de mil metros destinada à indústria. Esta faixa está localizada na margem da Rodovia Presidente Dutra.

A segunda delimitação é indicada pelo rio Parateí e pela Rodovia Dom Pedro I e ainda pela antiga Rodovia Dom Pedro I até o limite da Rodovia Presidente Dutra, e estão inseridas na delimitação a estrada Biagino Chieffi, outra vez não levando em conta a faixa de destinação industrial de mil metros ás margens da rodovia Dom Pedro I, da mesma forma da rodovia Presidente Dutra e da estrada Biagino Chieffi e também excluindo área urbana do bairro Pagador Andrade.

A área cortada pela rodovia Carvalho Pinto, pelos limites com as cidades de Santa Branca e Guararema e ainda incluindo a estrada Biagino Chieffi e a linha férrea da rede Ferroviária Federal e o limite com município de São José dos Campos, da mesma forma exclui uma faixa de 1.500 de mineração às margens do Rio Paraíba.

A última delimitação é indicada pelo rio Paraíba do Sul, outra vez pela rodovia presidente Dutra e pela estrada Biagino Chieffi, pela Rede Ferroviária Federal e pelo limite com a cidade de São José dos Campos, mais uma vez ainda, com a exclusão da faixa de 1.500 metros destinados a mineração nas proximidades com o rio Paraíba.

Em relação as atividades pecuárias atualmente desenvolvidas na área rural, podemos citar a bovinocultura, a equinocultura, suinocultura e piscicultura. Entre as atividades de agricultura, podemos citar a horticultura, fruticultura e floricultura, além da considerável produção de eucalipto para celulose, de acordo com informações da secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

Os recursos hídricos que alimentam boa parte dessas atividades de agricultura e pecuária pertencem a 4 sub-bacias. São elas: sub-bacia da represa de Jaguari, sub-bacia do rio Parateí, sub-bacia do rio Paraíba do Sul 2 e sub-bacia do rio Paraíba do sul 1, que engloba uma área próxima a represa de Santa Branca.

Sobre as disposições gerais e competência do município para a agricultura desenvolvida na área rural, o Plano de Ordenamento Territorial de Jacareí estabelece as seguintes diretrizes:

- Melhoria da qualidade de vida do homem do campo;
- Inclusão social dos moradores da área rural;
- Melhoria da qualidade ambiental da área rural;
- Incentivos para instalação de agroindústrias;
- Assegurar a garantia do escoamento da produção e;
- Incentivos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias que promovam o desenvolvimento social e econômico.

Atrelado a essas diretrizes o Plano de Ordenamento Territorial de Jacareí, com base na lei que regulamenta o tema, aponta algumas atividades que deverão necessariamente ser desenvolvidas.

A primeira é a constante atualização do cadastro rural, inclusive com a disponibilização de suporte técnico aos produtores, pelo município. Sobre atividades educacionais específicas para os moradores da área rural, deverá sempre ocorrer cursos que promovam a capacitação e a melhoria da renda e também programas de verticalização da agricultura familiar com a finalidade de agregar valores às atividades de agricultura e pecuária, além da constante promoção e estabelecimento de programas de educação ambiental que deverão ocorrer nas escolas rurais.

Outra diretriz importante estabelecida pela lei que regulamenta a lei complementar, que rege o Plano Diretor de Ordenamento Territorial em relação a área rural, se refere ao constante apoio e incentivo ao pequeno proprietário rural. Dessa forma deverá ocorrer incentivo a criação de associações e cooperativas.

Sobre a comercialização da produção, a lei que regulamenta o plano estabelece dois pontos: constante promoção da comercialização da produção agrícola e constante conservação das estradas vicinais, e constante implantação de novas ligações entre a área rural e área urbana.

Outras atribuições do município, ainda tendo como base a lei complementar que regulamenta o Plano de Ordenamento Territorial de Jacareí, estão relacionadas com a garantia do abastecimento alimentar, controle da qualidade dos produtos e incentivo ao consumo de produtos agropecuários produzidos em Jacareí.

Para atender os objetivos traçados e também a promoção de atividades de abastecimento alimentar, o Plano indica as seguintes ações: requalificação, valorização e ampliação principalmente do mercado municipal e das feiras livres; implantação de programas que promovam a melhoria da qualidade da produção e por consequência do abastecimento e ainda valorização e estruturação do sistema de fiscalização e vigilância sanitária. Atrelado às essas ações estão a necessidade de um maior controle, inclusive com a normatização e fiscalização da localização e funcionamento das atividades relacionadas com o abastecimento alimentar como: distribuição dos produtos,

estocagem, comercialização e demais serviços que promovam a melhoria da qualidade do abastecimento e valorização da produção oriunda de Jacareí.

Outra questão importante e que tem uma relação direta com a área rural é a extração mineral no município de Jacareí, tanto em relação a área que ocupa como em relação ao modo de utilização dessas áreas ocupadas.

O Plano Diretor propõe a seguinte regulamentação para o setor, de acordo com a lei complementar número 49/2003, estabelece como pré-requisito para a atividade a conservação do ambiente das várzeas, manutenção da qualidade da água do rio Paraíba, preservação da flora e fauna, promoção do desenvolvimento econômico associado à preservação ambiental.

Com a finalidade de dar conta de tais questões, o artigo 21 da lei complementar 43, estabelece também como pré-requisito o fato de sempre ser respeitada área de preservação permanente do rio, que corresponde a uma faixa de cerca de 100 m ao longo das margens; deverão ainda ser preservadas as áreas cobertas por vegetação nativa ou qualquer outro tipo de vegetação presente, instalada na área e que tenham uma associação direta ou indireta com o rio, seja essa vegetação preservada ou mesmo eventualmente pertencendo a uma área que foi abandonada.

Esses pré-requisitos deverão ser seguidos à risca no município, pois além de ter força de lei, estão atrelados à resolução da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, na temática que trata do Zoneamento Minerário da Várzea do rio Paraíba do Sul.

Já aplicação do artigo 101, capítulo V, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí, visa ainda mais a proteção do rio e sua várzea, remetendo como diretriz para a proteção a legislação federal que estabelece a porção do território destinada a proteção, somente permitindo o uso e a ocupação do solo, considerando cota 575 do sistema cartográfico nacional do **IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Necessariamente deverá ser considerado ainda o tipo de solo (turfoso ou hidromórfico[1]) para definição ou não da ocupação da várzea.

[1] Os Solos Hidromórficos Orgânicos apresentam grandes quantidades de materiais orgânicos de origem vegetal e animal que se acumularam porque um conjunto de fatores impediu ou retardou muito a sua decomposição. Na maioria dos casos é o excesso de umidade em grande parte do ano que, reduzindo

Outro ponto importante já estabelecido pelo Plano de Ordenamento Territorial é a definição de uma faixa de 30m como área não edificante, caso ocorra a presença de vegetação sempre deverá ser aplicada a legislação federal.

Em relação ao parcelamento do solo, ele somente deverá ser permitido quando ocorrer estudo geológico e ambiental.

Como Zona Especial da Várzea, o Plano de Ordenamento Territorial de Jacareí define o início a uma distância de 200 metros da rua Padre Eugênio, Avenida São João/ Santa Cruz dos Lázaros, o outro limite é a área Industrial que margeia a rodovia Presidente Dutra.

Outro Capítulo do Plano de Ordenamento que merece uma análise detalhada é o capítulo IV, artigos 108 e 109 que estabelecem como uma das diretrizes do Turismo no município, a criação de condições para estimular o turismo ecológico, rural e náutico, e ainda o estímulo do potencial econômico do entorno das margens da represa do Jaguari e de Santa Branca, para isso, o município deve desenvolver atividades turísticas e estimular o manejo sustentado dos recursos naturais existentes.

Relacionado à temática Qualidade Ambiental, o Plano Diretor, com a possibilidade da aplicação da lei complementar, no artigo 114 e artigo 115 contempla conceitos amplos, porém é mais do que clara a indicação de que o município necessariamente irá garantir o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, inclusive com a definição de áreas prioritárias de ação concreta, remetendo dessa maneira e tendo como referência a Constituição Federal e a Constituição Estadual e não somente a lei orgânica do município no que se refere a temática. O artigo 115, no parágrafo segundo chega até mesmo a ressaltar que o município deve seguir as recomendações do documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Já o parágrafo terceiro, cita a relação entre o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade de vida, levando em conta as necessidades atuais, mas sem o comprometimento das futuras gerações.

---

drasticamente o arejamento do solo, conduz à acumulação. Poucos microrganismos podem viver em tal meio de modo que a decomposição e umidificação da matéria orgânica são muitíssimo lentas. Fonte: http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/soloturf.htm. Acesso em 11.02.2013

Com os objetivos que o município deve atingir merecem destaque a necessidade de proteção, conservação e recuperação do ambiente natural, que permitem a garantia de espaços territoriais representativos do ecossistema.

Outro ponto importante indicado pelo Plano Diretor como tarefa do município é a proteção e monitoramento da qualidade da água, solo e ar; além disso, a preservação da vegetação nativa ou de interesse ambiental, tendo como base a importância para a paisagem, a conservação do solo e a ecologia; e mais, da mesma forma é tarefa do município a proteção da fauna, incluindo os animais silvestres, exóticos e domésticos, assim preservando as espécies e punindo a crueldade com animais.

E por fim, a educação também é contemplada, pois é tarefa do município, segundo o Plano de Ordenamento Territorial de Jacareí, a promoção da educação ambiental e da conscientização ambiental.

No trato da política Municipal de Meio Ambiente, O Plano Diretor é ainda mais rigoroso e impositivo, pois indica claramente que o município deverá fazer o inventário do patrimônio natural, Histórico e Cultural; além de buscar mecanismos para proteção desse Patrimônio, e ainda a classificação e a indicação de unidades de conservação, levando em conta áreas de preservação permanente, áreas de salvamento de sítios arqueológico, áreas de proteção ambiental, áreas de recuperação ambiental, padrões de uso e ocupação das unidades de conservação.

Com essa finalidade, conforme indica o plano Diretor, o município deve necessariamente proteger e monitorar a qualidade dos recursos hídricos de acordo com os padrões da legislação federal e estadual. Essa tarefa pode ficar a cargo de um órgão municipal responsável por mapear o controle da vazão de poços profundos e ainda fiscalizar o uso adequado e racional dos recursos hídricos com medidas específicas para proteção, como por exemplo: reflorestar as margens dos rios, represas, lados e nascentes.

Em relação ao item implantação dos programas de educação ambiental, o plano observa a seguinte determinação: qualificação dos professores da rede de ensino, conscientização da população através de divulgação de trabalhos sobre qualidade

ambiental, viabilizar parcerias com universidades, setores empresarias para pesquisa ambiental.

Além disso, são tarefas do município a fiscalização de atividades modificadoras do meio ambiente e implementação de projetos de manejo adequado do solo na área rural, tendo um levantamento detalhado dessa área, inclusive com o cadastro rural, levantamento da aptidão agrícola do solo, controle de defensivos agrícolas e fiscalização da utilização da água de forma racional e adequada a quantidade daquilo que é produzido por cada unidade rural.

17.3 A realidade, atual, da área rural em Jacareí

Os dados do levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, relacionados ao município de Jacareí - pesquisa elaborada no biênio 2007 e 2008 - e que tem como base de dados da pesquisa a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apontam a seguinte realidade quanto ao aproveitamento do solo em Jacareí.

Cerca de trezentos e dezenove propriedades rurais utilizam o solo para plantar cultura perene, ocupando duzentos e quarenta e um hectares, aproximadamente; trezentos e dezenove propriedades utilizam o solo com cultura temporária, ocupando uma área total de setecentos e noventa e seis hectares; quatrocentos e trinta propriedades rurais utilizam a área com pastagens, ocupando uma área total de dezenove mil e trezentos e cinquenta hectares; setenta e duas unidades produtivas ocupam o solo com o reflorestamento, perfazendo uma área total de três mil quinhentos e quarenta e sete hectares; duzentos e trinta e um proprietários rurais possuem vegetação natural dentro de sua propriedades, essa vegetação natural ocupa uma área total somada de quinhentos e quarenta e oito hectares; cento e vinte e nove propriedades rurais possuem vegetação de brejo e várzea em seu interior, esse tipo de vegetação ocupa uma área total do município de cerca de quinhentos e quarenta e oito hectares; cinquenta e sete proprietários rurais reservam um espaço da propriedade para

deixarem o solo em estado de descanso, esse espaço no qual o solo é mais preservado ocupar uma área total de cerca de quinhentos e noventa hectares.

O levantamento produzido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento no biênio 2007 e 2008 aponta, também, um limitado número de trabalhadores relacionados diretamente com as propriedades rurais.

O total de trabalhadores cadastrados nas propriedades rurais de Jacareí é de mil quinhentos e cinquenta e seis. Sendo quinhentos e dois trabalhadores declarados como familiares do proprietário da unidade produtiva rural pesquisada. Esses trabalhadores estão presentes em duzentos e vinte e três propriedades rurais. Por outro lado trezentos e dez propriedades rurais de Jacareí possuem trabalhadores permanentes cadastrados. Juntos esses trabalhadores somam o total de mil e cinquenta e quatro pessoas, de acordo com o Levantamento Censitário das unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo no município de Jacareí.

O tamanho das propriedades rurais é também objeto de estudo do levantamento. A maioria das propriedades do município tem cerca de dez a cinquenta hectares, somadas chegam um total de duzentos e quatro propriedades com essa dimensão, ocupando uma área total de aproximadamente quatro mil setecentos e oitenta e três hectares. Oitenta propriedades rurais têm entre cinco e dez hectares, que somadas ocupam uma área total de cerca de seiscentos e sessenta e quatro hectares, aproximadamente. Setenta e duas propriedades têm cerca de dois hectares e meio, ocupando uma área total de duzentos e sessenta dois hectares. Setenta e uma propriedade têm entre cinquenta e cem hectares, ocupando uma área total de cinco mil e oito e três hectares. Quarenta e duas propriedades rurais têm entre cem e duzentos hectares, ocupando uma área total de cerca de cinco mil novecentos onze hectares. Quatorze propriedades possuem entre duzentos e quinhentos hectares, ocupando uma área total de quatro e noventa hectares do município, aproximadamente.

Somente uma propriedade rural de Jacareí, cadastrada no levantamento Censitário elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimentos, possui área entre mil e dois mil hectares, ocupando uma área total de mil novecentos e trinta e seis hectares. Da mesma forma, somente uma propriedade possui área total entre 2000 e

5000 hectares, ocupando uma área total de cerca de dois mil quatrocentos e vinte hectares. Sendo que somente três propriedades rurais do município possuem área entre quinhentos e mil hectares, ocupando uma área total de dois mil duzentos e noventa hectares.

Por outro lado, existe na área rural somente duas propriedades cadastradas na Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento com medida igual ou inferior a cem metros quadrados, o que corresponde à cerca de 0,1 hectares. E ainda apenas oito propriedades rurais com área igual ou inferior a doze mil metros quadrados, o que corresponde a cerca 1,2 hectares. Essas oito propriedades somadas têm uma área total de aproximadamente doze hectares.

Enfim, interpretando esses números, podemos concluir que em Jacareí não existem nem pequenos proprietários e nem grandes latifundiários em número considerável. A média das unidades produtivas rurais do município está concentra na faixa que coresponde aos médios produtores rurais.

O levantamento Censitário das Unidades de Produção agropecuária do estado de São Paulo, produzido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento - no biênio 2007 e 2008- quanto à exploração de animais no município, indica que 106 propriedades rurais praticam a bovinocultura de corte, juntas somam o total de oito mil quinhentos e vinte e duas cabeças de gado destinadas a corte; outras cento e noventa e cinco propriedades rurais praticam a bovinocultura de leite, somando juntas seis mil quatrocentos e cinquenta e sete animais utilizados na pecuária de leite; oitenta e uma unidades produtivas rurais estão cadastradas na Secretaria de Agricultura e Abastecimento Estadual como praticante de bovinocultura mista (leite e corte), essas propriedades juntas possuem a somatória de duas mil quinhentos e trintas cabeças de gado.

Quatro propriedades rurais estão cadastradas como produtoras de mel, na média, cada uma possui dez colmeias, o que perfaz um total de quarenta colmeias destinadas a apicultura no município de Jacareí; apenas duas propriedades rurais declaram ter em seu interior, asininos e muares, cada uma é possuidora de apenas um exemplar da espécie, perfazendo um total de 2 animais cadastrados da espécie no município.

Uma propriedade está cadastrada como criadora de avestruz e ema, tal estabelecimento possui cerca duzentos e trinta e seis animais no total. Outros dezesseis estabelecimentos rurais praticam a avicultura de corte, estabelecendo a média de criação anual de quarenta e seis mil quinhentos e dezoito cabeças de aves de corte criadas em Jacareí anualmente. Por outro lado, cinco propriedades rurais praticam a criação da avicultura ornamental/ decorativa/ exótica, perfazendo um total de dois mil trezentos e trinta e sete animais vinculados a atividade nos anos do levantamento Censitário, produzido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Cento e sessenta e uma propriedades praticam a avicultura para ovos no município, perfazendo, somadas, um total de sessenta e três mil e quatrocentos e sessenta aves destinadas a esse fim. Duzentos e cinquenta e três propriedades rurais possuem equinos em suas instalações, em média cada uma possui seis equinos em seu interior. Todas somadas possuem cerca de mil quinhentos e sessenta e nove equinos. Somente uma propriedade está cadastra como praticante de minhocultura em Jacareí, tal propriedade tem cerca de quinze canteiros com criação de minhoca. Vinte e quatro propriedades praticam a criação de ovinos, ovinocultura, em média cada uma tem cerca de sessenta e seis ovinos em seu interior. A propriedade que mais tem ovinos no município possui cerca de seiscentos animais. Todas as propriedades praticantes de ovinocultura somam o total de mil quinhentos e oitenta e animais destinados a esse fim.

Cerca de vinte e seis propriedades rurais praticam a piscicultura em área de tanques, em média cada uma destina sete mil quinhentos e noventa e três metros quadrados de espaço para a criação de peixes, a propriedade rural que tem a maior criação de peixes destina trinta e seis mil metros quadrados. Todas juntas somam uma área total de cento e noventa e sete mil quatrocentos e quarenta metros destinados à piscicultura no município de Jacareí, de acordo com os dados da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, dados levantados em 2007 e 2008. Noventa propriedades rurais praticam suinocultura, possuindo em média cerca de nove animais.

A propriedade rural de Jacareí que mais possui suínos tem quarenta e cinco animais cadastrados da espécie, em seu interior. O número de total de suínos

cadastrados presentes no município é de oitocentos e quinze de acordo com o levantamento Censitário da Secretaria Estadual.

Outros dados bem representativos da realidade atual das propriedades rurais de Jacareí em relação à utilização de máquinas, implementos e Benfeitorias dão uma ideia da utilização limitadas das inovações tecnológicas nas propriedades.

O arado, por exemplo, que não chega a ser uma inovação tecnológica, pois é utilizada pela humanidade há mais de quinhentos anos, só é utilizado em cerca de cento e trinta e quatro propriedades, de acordo com os dados do levantamento Censitário da Unidade de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo.

O número de propriedades que utilizam o arado subsolador ou o arado mais profundo na área rural de Jacareí, chega a ser irrisório, cerca de seis propriedades rurais. O número de propriedades que utilizam o arado escarificador e de apenas oito.

Em relação a utilização de grade aradora, tipo romi, os números são um poço melhores. Trinta e seis propriedades estão cadastradas como possuidoras de tal instrumento, de acordo como levantamento da Secretaria Estadual. A utilização de grade niveladora acontece em noventa e uma unidades produtivas rurais do município.

A técnica da pulverização também é muito pouco aplicada em Jacareí. Vinte e duas propriedades possuem pulverizador tratorizado, de acordo como levantamento Censitário elaborado no biênio 2007 e 2008.

Até mesmo o trator é uma máquina pouco utilizada nas propriedades rurais. Cento e cinquenta e três propriedades rurais possuem trator de pneus, se compararmos com número total de propriedades rurais do município, cerca de quinhentos e seis propriedades cadastradas na Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, observaremos que muito menos da metade possui trator em suas instalações.

Omicro trator também é muito pouco utilizado no município. Trinta e oito propriedades rurais de Jacareí estão cadastradas como possuidoras de micro trator. Utilizado na produção de hortaliças e no cultivo de flores tanto de corte, como na produção de flores ornamentais.

Os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento também apontam que existe muito pouco plantio mecanizado em Jacareí. Nove propriedades possuem o

conjunto semeadeira/ adubadeira para plantio convencional e apenas uma propriedade rural do município possui o conjunto semeadeira/plantadeira, para a prática do plantio direto.

Sobre o número de batedeiras de cereais presentes no município, o número é ainda pior, apenas uma propriedade está cadastrada como possuidora de batedeira de cereais, o que significa dizer que, apenas essa propriedade faz colheita mecanizada de cereal na área do município, de acordo com o mesmo levantamento elaborado no biênio 2007 e 2008. Da mesma forma, apenas uma propriedade rural possui colhedeira acoplada, provavelmente tal instrumento pertence a única propriedade que faz colheita mecanizada de cereais no município.

Sobre a utilização de irrigação no município os dados também não são animadores. Somente uma propriedade possui conjunto de irrigação autopropelido e a soma total das outras propriedades que utilizam irrigação convencional, não ultrapassa a casa dos quarenta, ou seja, quarenta propriedades utilizam esse tipo de irrigação.

Já o número de propriedades que utilizam o conjunto de irrigação gotejamento/ microaspersão chega a surpreender, pois cerca de trinta e duas unidades produtivas utilizam este tipo de irrigação. Provavelmente o conjunto de irrigação por gotejamento é utilizado pelos fruticultores e produtores de flores do município.

As técnicas mais novas de plantio também são pouco utilizadas. Uma propriedade rural está cadastrada como possuidora de desintegrador de palha, de acordo com os dados coletados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. Dessa forma, apenas essa propriedade pode utilizar a técnica do plantio direto.

A mesma realidade não se aplica para o número de unidades produtivas que possuem desintegrador, picador e triturador, pois cerca de duzentos e oitenta e uma propriedades possuem tal maquinário, utilizado em larga escala para desintegra, picar e triturar alimentos para os animais.

Porém, apenas três propriedades rurais possuem misturador de ração, o que proporciona a produção de um alimento mais rico para os animais. Vinte e seis propriedades possuem ordenhadeiras mecânicas, o que também representa um número baixo da utilização desse equipamento no município, pois cerca de cento e noventa e

cinco unidades produtivas estão cadastradas na Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento como unidades possuidoras de bovinocultura de leite em suas instalações. Vinte e sete unidades de produção agropecuária de Jacareí possuem instalações para equinos. Cinquenta e duas propriedades rurais possuem algum tipo de pocilga no interior de suas instalações.

O calcário também é muito pouco utilizado nas unidades produtivas rurais do município de Jacareí, de acordo com o levantamento Censitário da unidas de produção rural elaborado pela Secretaria Estadual. Apenas quatro propriedades possuem distribuidor de calcário.

Outros maquinários também são muito pouco utilizados no município de Jacareí, de acordo com levantamento Censitário. Duas propriedades possuem máquina de classificar frutas e uma propriedade rural possui máquina de classificar ovo.

Quanto a presença de água no município, fica mais que evidente a fartura existente, pois cerca de cento e noventa e sete propriedades rurais possuem ou açude ou represa em seu interior, de acordo com os dados da Secretaria Estadual.

Quanto ao tipo de construção ou edificação que predomina no interior das propriedades, o maior número fica por conta dos barracões, galpões e garagens. Duzentos e trinta propriedades possuem esse tipo de construção ou edificação em seu interior de acordo com os dados da Secretaria Estadual. Dezoito propriedades possuem barracões específicos para a granja destinados a avicultura. Uma propriedade rural possui barracão especificamente destinado a criação de bicho da seda mais uma unidade produtiva rural do município possui barracão destinado especificamente para o cultivo do cogumelo. Duas propriedades rurais de Jacareí ainda possuem terreiro para secagem de grãos. Uma propriedade possui maquinário para secagem de grãos. Duas propriedades têm silo para grãos, outros dezessete têm silo para silagem. E três propriedades rurais do município possuem poço artesiano, de acordo com os dados do levantamento Censitário das unidades de produção agropecuária do Estado de São Paulo, coletados no biênio 2007 e 2008.

Quatro propriedades possuem almoxarifado ou oficina e cinco propriedades possuem alambique. Quatro propriedades rurais possuem algum tipo de edificação

utilizada como depósito em seu interior. Cento e quarenta e quatro propriedades possuem algum tipo de curral, mesmo que seja em condições precárias. Outras setenta e cinco unidades produtivas cadastradas na Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento possuem algum tipo de estábulo, mesmo em condições precárias.

Trinta e duas propriedades utilizam estufa ou algum cultivo envolvendo a plasticultura. A soma da área total que ocupam as estufas no município perfaz o total de cento e vinte e dois mil e duzentos e noventa e dois metros quadrados. A média que ocupa área de estufa em cada unidade produtiva é de cerca de três mil oitocentos e vinte e um metro quadrado. A unidade de produção agropecuária que possui a maior instalação com estufa, ocupa uma área de vinte mil metros quadrados.

Quanto à edificação de alvenaria propriamente dita quatrocentos e sessenta e cinco propriedades rurais possuem casa de moradia, em média cada propriedade rural de Jacareí possui aproximadamente três moradias no interior de suas instalações, perfazendo um total de mil trezentos e cinquenta moradias presentes no interior das propriedades rurais de Jacareí. A propriedade rural que possui o maior número de moradias em seu interior possui cerca de vinte e cinco.

Sobre a área cultivada e as culturas plantadas no município de Jacareí, de acordo com levantamento Censitário das unidades de produção agropecuária elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento nos anos de 2007 e 2008, atualmente, existe a seguinte condição: 311 unidades produtivas cultivam braquiária em uma área tora de 15.143 hectares, 81 propriedades cultivam variedades de gramas o que somado chega a 1.956,1 ha, 58 propriedades rurais cultivam eucalipto o que perfaz um total de 1.837 há, em relação a outras gramíneas para pastagem, 76 unidades produtivas apresentam esse tipo de pastagem, somadas contabilizam 1.578,9 há, enquanto 232 propriedades rurais cultivam capim-napier ou capim elefante, somando 647,6 há. Outras leguminosas utilizadas para pastagem são cultivadas em mais duas propriedades, ocupando uma área total de 15 ha.

O cultivo do milho tem espaço em 110 propriedades rurais de Jacareí, somando uma área total de 351 hectares, a cana de açúcar é cultivada em 87 propriedades em

uma área total de 145,9, a mandioca ocupa 69 unidades produtivas e uma área de 61 ha.

A alface é a hortaliça mais cultivada no município, porém apenas 15 propriedades rurais são responsáveis por sua produção. Ela acontece numa área total de 60,3 ha. Duzentos e oito propriedades têm em seu interior pomar doméstico em área total ocupada de 57,2 há. A Floricultura também ocupa espaço pequeno no município se comparamos com outros cultivos. A floricultura para corte está presente em 22 unidades produtivas ocupando uma área de 46,1 há. A banana está presente em 36 propriedades rurais ocupando uma área de 40,3 ha.

O cultivo da lichia no município de Jacareí chega a ser surpreendente, apesar de apenas 6 propriedades cultivarem o fruto, ocupando uma área de 40 ha, o que é considerável em termos de ocupação se comparado a outros cultivos.

Em relação à fruticultura, além da banana, a tangerina é outro fruto cultivado na área rural do município, mais precisamente em 11 propriedades, de acordo com o levantamento da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento elaborado entre 2007 e 2008. Ocupando uma área total de 30,5 hectares. Já o caqui, tradicional fruto da região do Vale do Paraíba, é cultivado em 15 unidades produtivas ocupando uma área de apenas 24,7 ha.

O pinus é plantado em 9 propriedades rurais, mas também ocupa uma área pequena em termos de hectares, cerca de 29,7 ha.

A horta doméstica está presente em 182 propriedades rurais, mas em termos de área ocupa um espaço praticamente insignificante, ou seja, apenas 20,8 há.

Apenas dois Viveiros florestais estão cadastrados oficialmente, e nos quais realmente é praticada essa atividade produtiva. Os dois somados ocupam uma área total de cerca de 18 ha. Já a atividade de floricultura para vaso é bem mais praticada no município de Jacareí, está presente em 12 propriedades rurais, perfazendo um total de 14,7 hectares. Paralelamente existem cerca de 10 viveiros de flores e plantas ornamentais cadastrados no levantamento feito pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Somados os 10 viveiros ocupam uma área de 9,5 ha.

Ainda sobre fruticultura, apesar de 67 propriedades rurais plantarem de algum modo árvores frutíferas, em termos de área total o espaço que ocupam é irrisório, cerca de 13,7 hectares.

Sobre hortaliças as mais cultivadas são o brócolis, o quiabo e a couve. O primeiro está presente em 4 propriedades rurais, o segundo em 7 unidades produtivas e o terceiro em 11. Em termos de área total, a área cultivada de brócolis perfaz um total de 9,5 ha, o de quiabo de 7,4 há, a couve ocupa uma área total de 5,6 ha do município.

O café também tem algum espaço ocupado em termos de área cultivada, ainda que pequeno, tanto em termos de área total como em relação ao número de propriedades. Apenas duas propriedades rurais cultivam o "ouro verde" de outros tempos, ocupam uma área de 6,5 ha. Quase a mesma área de outro fruto, o maracujá. O fruto que tem propriedades calmantes e é rico em vitamina C é cultivado em 5 propriedades, ocupando uma área total de cerca de 6,2 hectares.

Em relação ao produtor rural de Jacareí, alguns dados do levantamento Censitário das unidades de produção agropecuária, elaborado pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, são determinantes para analisar as ações do homem do campo e as perspectivas futuras para o desenvolvimento econômico e social da área rural do município.

De acordo com o levantamento, a maioria dos produtores rurais têm ligação com o sindicato rural ou com algum tipo de associação ou cooperativa. Duzentos e quarenta e seis produtores no total, estão cadastrados na Secretaria Estadual como participantes, o que corresponde a cerca de quarenta e nove por cento dos produtores.

Cento e três produtores estão cadastrados na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo como participantes de cooperativa, o que corresponde à cerca de vinte por cento do total. E, cinquenta e dois produtores têm ligação com algum tipo de associação de produtores.

Estes números demonstram uma real organização desse setor, embora o número de produtores seja pequeno, comparado a outras regiões do estado, o que significa que as entidades representativas deveriam ter mais força para lutar por mais espaço e mais valorização da área rural no município.

Quanto à utilização de assistência técnica pelos produtores rurais do município, os números deixam um pouco a desejar. Duzentos e trinta produtores não utilizam assistência técnica, de acordo com o levantamento Censitário, o que corresponde a quase quarenta e seis por cento do total. Quarenta e seis produtores utilizam somente a assistência técnica governamental, cerca de nove por cento. Por outro lado, cento e setenta e seis produtores rurais utilizam assistência técnica privada, em números estatísticos, cerca de trinta e cinco por cento do total de produtores. Cinquenta e quatro unidades de produção agropecuária utilizam tanto assistência técnica governamental como a privada, somando dez por cento do número de unidades do município.

A administração do negócio por parte dos produtores precisa, e muito ser melhorada; pois apenas trinta produtores rurais utilizam crédito rural, aproximadamente seis por cento do total. Da mesma forma, apenas 77 produtores fazem algum tipo de escrituração agrícola ou contabilidade da unidade produtiva, cerca de quinze por cento do total. E somente dez unidades de produção agropecuária do município de Jacareí têm seguro rural, o que corresponde a dois por cento do total, de acordo com os dados do levantamento elaborado pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento no biênio 2007 e 2008.

Sobre as melhorias encontradas nas unidades de produção agropecuária de Jacareí, os dados chegam a ser alarmantes. Apenas vinte e nove produtores do município utilizam computadores para atividades agropecuárias, cerca de cinco por cento. E apenas vinte e sete produtores utilizam internet para fins agropecuários. Somente em relação à utilização de energia elétrica, os dados são mais avançados, pois quatrocentas e sessenta e quatro propriedades rurais têm energia elétrica, afinal, faz mais de cem anos que homem utiliza a eletricidade, e homem do campo de Jacareí, não poderia ficar para trás, pelo menos em relação a esse item. Oito por cento das unidades de produção agropecuárias do município, porém ainda não tem acesso à energia elétrica.

Quanto à utilização de técnicas agrícolas modernas, propriamente ditas, os indicadores também são bem limitados. Quarenta e dois produtores rurais utilizam práticas de conservação do solo, aproximadamente oito por cento. Apenas vinte e

quatro unidades de produção agropecuária do município fazem uso de adubação verde, cerca de cinco por cento. Sessenta e dois produtores utilizam sementes melhoradas, doze por cento do total. E apenas vinte oito produtores rurais utilizam mudas fiscalizadas, perfazendo aproximadamente cinco por cento do total. Uma unidade de produção agropecuária de Jacareí utilizam hidroponia, cerca de zero virgulo dois por cento. E mais, apenas duas propriedades rurais utilizam o manejo integrado de praga, cerca de zero vírgula quatro por cento do total. Sem a utilização dessas práticas os agricultores estão desatualizados e perdendo a chance de melhorar seu negócio, pois a falta de uso dessas práticas diminuem a produtividades, aumentam os gastos com insumos e baixam a qualidade do que é produzido.

Com relação às técnicas agrícolas mais antigas, os números são melhores, de acordo com o levantamento Censitário elaborado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Trezentos e sessenta e oito agricultores de Jacareí fazem uso de adubação orgânica, setenta e dois por cento. Trezentos e quatorze produtores fazem uso de adubação mineral, cerca de sessenta e dois por cento dos agricultores do município. E cento e vinte e seis unidades de produção agropecuária utilizam análise do solo, antes de saírem adubando de qualquer jeito. Tal prática é fundamental para a sobrevivência de muitas unidades de produção, pois além de aumentar a produtividade elimina gastos desnecessários com adubação mineral.

A criação de animais também foi objeto do levantamento Censitário elaborado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. E outra vez a utilização de técnicas modernas de criação são pouco empregadas, no município.

Cinco unidades de produção agropecuária de Jacareí, utilizam o confinamento e bovinos. Técnica que aumenta a rentabilidade da criação e diminui o tempo de engorda do gado. Vinte e duas propriedades rurais cadastradas na Secretaria Estadual utilizam inseminação artificial, cerca de quatro por cento. Vinte e sete proprietários rurais de são criadoras de animais e utilizam pastejo[2] intensivo, aumentando a rentabilidade do rebanho e diminuindo o tempo de engorda.

[2] O método de pastejo contínuo é o método de pastejo onde os animais permanecem na mesma área na maior parte do ano. O método de pastejo rotativo envolve várias divisões no campo, com períodos de

Os números relacionados às técnicas de criação de animais mais antigas são melhores. Trezentos e vinte e três unidades de produção agropecuária utilizam a mineralização do rebanho, cerca de sessenta e quatro por cento do total de produtores do município. Trezentos e trinta e um utilizam a vermifugação do rebanho, cerca de sessenta e seis por cento do total de propriedades.

Quanto à utilização das unidades de produção agropecuárias de Jacareí para fins de esporte e lazer, o turismo rural ou ecoturismo, segundo os dados do levantamento Censitário elaborado pela Secretaria Estadual de Agricultura e abastecimento, apresentam baixa utilização para esse fim.

Existe apenas um restaurante ou lanchonete no interior das instalações das propriedades rurais do município, cadastrado na Secretaria Estadual. Apenas três propriedades rurais desenvolvem algum tipo de atividade relacionada ao turismo rural ou ao ecoturismo. Apesar da grande área rural do município, apenas duas propriedades rurais de Jacareí estão cadastradas na Secretaria Estadual como possuidoras de algum tipo de acomodação para hóspedes. E somente cinco propriedades rurais possuem instalações para o desenvolvimento de práticas de esporte e lazer, no seu interior, com a possibilidade de utilização para turistas. Mesmo com a abundância hídrica do município de Jacareí, a utilização de pesque e pague na área rural também é muito limitada, apenas sete propriedades exploram esse tipo de atividade.

Enfim, nas diversas áreas de atuação não há dúvida que há muito a ser feito na área rural do município de Jacareí, ainda mais se pensarmos nas questões relacionadas ao turismo rural, ao ecoturismo, ao desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer. Atividades que poderão dar uma melhor condição de vida aos proprietários rurais e ao próprio cidadão morador da cidade, que poderá ter mais opção para escolher como e onde gastar seu tempo livre .

---

descanso organizados. Fonte: http://www.ufrgs.br/agropfagrom/disciplinas/505/resumo6.doc. Acesso em 11.02.2013.

17.4 O levantamento do patrimônio histórico nos conjuntos rurais de Jacareí

Diante das dificuldades relatadas no item 2, quanto aos dados da área rural, outro desafio aparece. Como entrar nas fazendas para verificar a existência de remanescentes arquitetônicos?

Em princípio, pensávamos poder contar com algum tipo de registro que tivesse o nome e pelo menos telefone dos donos das fazendas. Naquele momento, não sabíamos se a Casa de Agricultura tem estas informações, ou mesmo o sindicato rural. Talvez na continuação do levantamento da área rural possamos contar com este tipo de informação o que poderia facilitar a nossa entrada nestas propriedades.

Assim, nos foi indicado pelo atual Diretor de Cultura, o Sr. Alberto Capucci Filho, o Sr. Gabriel Marcos dos Reis, que trabalho durante um bom tempo na secretaria de Desenvolvimento Econômico e conhecia bem a área rural.

Também nos foi indicado pelo referido Diretor de Cultura um texto que foi entregue a ele, pelo **CONDEPHAAT**. Nele, havia o levantamento da área rural de Jacareí, elaborado por Nabil C. Bonduki e Luis Guilherme, citado no relatório do arquiteto Antônio Luís Dias de Andrade, conhecido como Janjão. Texto encontrado, mas sem indicação de data e fonte.

O relatório cita três fazendas. Fazenda Jardim, Santa Cruz e Santa Terezinha, porém, apenas cita, não faz nenhuma indicação da provável localização, muito menos menção ao estado de conservação do bem. E sequer aponta algum dado relacionado a um possível levantamento.

No mês de março de 2012, quando percorremos a área rural de Jacareí, não encontramos nada remanescente dessas três fazendas. Por enquanto, apenas encontramos um bairro localizado na área rural chamado Jardim. O bairro é formado por pequenas propriedades rurais, isso pode ser uma indicação de que a fazenda Jardim foi desmembrada, dando origem ao bairro de pequenas propriedades.

Continuamos em abril e maio a nos empenhar para encontrar tais fazendas ou algo remanescente e indicativo da presença de tais conjuntos rurais, em Jacareí.

Outra base de dados que conseguimos foi um *folder* de um Levantamento realizado em 1999, das Capelas Rurais do município pela Secretaria de Educação; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; e Fundação Cultural de Jacareí. Este material cita 24 capelas rurais, e consta também um mapa sem muitas informações com a sua provável localização e foi utilizado por nós diversas vezes; quando conseguíamos abordar alguém que nos ouvisse, um morador antigo do município, por exemplo, mostrávamos a relação e perguntávamos se conhecia alguma daquelas capelas citadas. Foi assim que conseguimos encontrar algumas delas, 7 no total, e que foram catalogadas sistematicamente em fichas de inventário e que serão apresentadas na sequencia. Algumas constavam no levantamento como sendo capelas rurais, porém hoje estão inseridas na malha urbana, o que acaba sendo justificado pelo tempo deste levantamento, 13 anos, tempo o bastante, para que a cidade mudasse e se expandisse.

Ainda existia a dúvida de como entrar nas fazendas. Conseguimos então, obter a informação de que a Vigilância Sanitária no controle e combate as doenças do gado, vacinação, caça de morcegos, possuía veterinários e técnicos que frequentemente entravam nas fazendas. Conseguimos contato com o Sr. Eduardo Rezende que se dispôs a nos ajudar, relacionando as propriedades que ele conhecia e que na visão dele, possuíam edifícios antigos, e também nos acompanhar por dois ou três dias, visando conseguir entrar nas propriedades já que o Sr. Eduardo é uma pessoa conhecida dos funcionários e proprietários.

Assim, para formalizar esta ajuda, elaboramos um Ofício com data de 28/03/2012 e entregamos a atual Presidente da Fundação Cultural de Jacareí, Sônia Regina Ferraz Pereira, solicitando que encaminhasse ao Sr. Ricardo Buchal, chefe do local, o nosso pedido. Como até o momento não havíamos recebido retorno da Vigilância Sanitária, e não podendo contar com o apoio dos técnicos, resolvemos ir a campo.

Com a ajuda do Sr. Gabriel conseguimos uma indicação da provável localização de algumas fazendas. Usamos para a localização o *Google Earth*, e, diante da possibilidade de existência de algum remanescente arquitetônico, saímos de carro pelas estradas rurais do município sem um prévio contato com os proprietários. A ideia era literalmente

"bater à porta" e explicar o que estávamos fazendo, na expectativa de conseguirmos alguém que pudesse entender e nos permitir entrar.

Para melhor expressar nossas dificuldades, e de certa forma comprovar que de fato fomos a campo, resolvemos apresentar o levantamento de duas formas: àqueles imóveis que conseguimos obervar melhor, levantar mais dados, e até mesmo conseguir tirar fotos, estão catalogados em fichas. Àqueles que não conseguimos entrar para fazer o levantamento, serão citados no relatório como um "diário da visita". Para este relatório tivemos dois dias de visita, então iremos relatar tudo que ocorreu na sequência da ordem dos locais visitados, mencionando nomes de pessoas com quem conversamos, mostrando algumas fotos, e nossa opinião dos dados coletados.

Com relação à ficha de catalogação dos imóveis, à ficha de inventário, relembramos que o levantamento nos conjuntos rurais apresenta sempre o item de Identificação, que por sua vez pode apresentar a identificação do recorte territorial, a leitura da temática relacionada ao bem, identificação oficial do bem e também denominação popular e outras denominações se ocorrerem. Tal identidade tem mesma referência do código identificador do **IPHAN**.

O levantamento apresenta espaço também para o croqui de implantação e a seleção de imagens representativas, levando em conta o entorno e contexto regional. Na seqüência, a ficha apresenta espaço para listar o conjunto de edificações das propriedades, o que possibilita relacionar a propriedade e o conjunto observado, sempre sendo identificada a edificação principal ou popularmente chamada de sede. Além disso, a época de construção e as características gerais como, por exemplo, os materiais empregados, a técnica construtiva e o estado que se encontra atualmente o bem também foram informados.

Quando ocorreu levantamento arquitetônico existente, foi feita uma leitura deixando um espaço reservado para apresentação de seus dados, incluindo, quando possível, a planta já existente com a relação de nomes e a com a autoria, escala, e se existente uma base de dados disponível, as respectivas datas.

Os dados inseridos foram também mensurados quantitativamente e sempre identificados de acordo com a autoria, localização e a base disponível. As fotografias

foram trabalhadas da mesma forma, tanto àquelas do passado como as atuais. Os desenhos e croquis também tiveram a mesma forma de tratamento.

Foi feito ainda um levantamento das fontes bibliográficas e documentais, e quando possível, a identificação detalhada da Entidade Participante, responsável técnico e responsável final pelo preenchimento e última atualização.

Na seqüência, apresentamos então o relato dos dois dias de visita e o levantamento atrelado ao inventário do conhecimento aplicado nos bens imóveis, especificamente nos conjuntos rurais do município de Jacareí.

17.4.1 Visita a campo realizada em 04.04.2012.

A visita deste dia teve início na Estrada do Dagador Andrade em direção a AMBEV, pois, de acordo com as indicações do Sr. Gabriel, teria uma fazenda localizada do lado direito da pista. Com ajuda do GPS conseguimos localizar a propriedade e seus dois portões principais de acesso. Em um deles, encontramos uma casa bem próxima à divisa da pista e conseguimos ser atendidos por uma funcionária, a esposa do jardineiro que não quis dar o seu nome.

Conseguimos saber dela que a fazenda é atualmente de propriedade de Cassiano Terra Simão, sócio e proprietário da **Construtora Terra Simão**, grande e atuante Construtora, instalada no município de São José dos Campos. O Sr. Cassiano, segundo a funcionário, comprou a fazenda de Severo Gomes, que tem o nome hoje de Fazenda do Rio Abaixo. Não conseguimos saber se este nome foi passado de dono para dono, ou se é o nome original da fazenda.

A esposa do jardineiro nos disse que ela desconhecia alguma construção antiga dentro da propriedade, mas revelou que a edificação que abrigava a senzala, hoje serve como estábulo para os animais e que recebeu intervenções para abrigar o novo uso.

Ela nos revelou que a fazenda e outras propriedades do grupo **Terra Simão** são gerenciados por Gisele e que o administrador local se chamava Genival. Conseguimos o telefone de contato dele (12-9739.4167). De lá mesmo, conseguimos contatar o Sr.

Genival que marcou um encontro conosco no alambique da fazenda. Para chegar lá, tomamos a estrada da Maria Fumaça, cujo acesso é dado pela Estrada Dagador Andrade, à esquerda, logo após a sede da fazenda, para quem se dirige em direção à **AMBEV.**

Desta estrada foi possível verificar em um grande raio de visão, a existência de outras propriedades. Esta fazenda do Rio Abaixo é tão grande, que do lado direito de quem sai da Dutra, as suas divisas se encontram com as da **UNIVAP** – Universidade do Vale do Paraíba. A estrada da Maria Fumaça nos permitiu passar por alguns bairros e dentro de outras propriedades, o que nos possibilitou fazer uma considerável varredura da área rural neste trecho.

No alambique, encontramos o Sr. Genival que, com muita desconfiança, nos informou muito pouco sobre as edificações antigas da fazenda. Ele nos informou que trabalha na propriedade há 10 anos e desconhecia reformas realizadas em alguma edificação histórica, informação que é discordante do que disse a esposa do jardineiro.

Percebemos que havia certo receio e ordens superiores para este assunto não ser revelado. Não insistimos, mas dele obtivemos a informação de que na mesma estrada conseguiríamos encontrar uma capela que ficava meia hora dali, e que, seguindo nesta mesma estrada sairíamos na Dutra próximo ao Haras lagoinha. Pudemos constatar que as condições desta estrada deixam a desejar. Alguns trechos são íngremes e irregulares e o carro escorrega muito, no entanto outros estão em boas condições principalmente quando nos aproximamos da Rodovia Dutra.

Bem, encontramos sim uma capela, a de São Benedito. Localizada logo à beira da estrada e bem no alto de um morro. É possível avistá-la de longe, faz parte de uma propriedade particular, o Sítio Costa. Seu proprietário doou a capela para comunidade após construí-la, depois do desabamento da outra capela, também de nome São Benedito. Isto nos foi informado pelo caseiro do Sitio Costa que abriu a capela para que pudéssemos tirar fotos de seu interior. Trata-se uma edificação recente e inacabada. Recebe as pessoas pelo menos uma vez por semana, quando se reúnem para orações. A capela possui anexos construídos também pelo proprietário do Sítio Costa que oferece banheiros e uma cozinha.

De acordo ainda com informações do caseiro, era possível avistar a antiga capela São Benedito da estrada, localizada logo à frente. Fomos em direção ao recomendado e realmente pudemos avistar as ruínas da capela. O que nos espantou é que estava dentro de uma propriedade particular. Conseguimos encontrar um morador que não nos deu nenhuma informação relevante e não foi uma pessoa receptiva.



Figura 136 - fotos da antiga capela São Benedito em taipa de pilão.
Fonte: acervo particular, 04.04.2012.

O que vimos foi uma edificação em ruínas, em taipa de pilão. A taipa ainda estava lá, foi possível constatar a técnica construtiva com o que vimos.

Continuamos nesta mesma estrada. O que víamos eram edificações recentes, nada antigo. Nosso raio de visão era de alcance considerável, pois a estrada seguia por um caminho mais alto do que o seu entorno. Assim, pudemos constatar que neste trecho não havia edificações remanescentes históricas, até que conseguimos encontrar o haras Bonanza e mais à frente o Haras Lagoinha. Em seguida, estávamos na Rod. Presidente Dutra. Aqui acabava nossa visita neste dia.

17.4.2 Visita a campo realizada em 11.04.2012

Nossa visita, neste dia, se inicia na rua que passa ao lado do Viveiro Municipal e segue em direção a Rod. Carvalho Pinto. Seguimos outra indicação do Sr. Gabriel, que afirmava existir uma fazenda antiga logo depois da ponte da Rod. Carvalho Pinto.

Pegamos então a Rua Salvador Preto que vai dar na Estrada Teófilo Teodoro Rezende e, logo depois do viveiro, avistamos uma propriedade do lado direito da pista, o Sitio Pacheco e Silva número 2000. Conseguimos ser atendidos pelo caseiro Sr. Waldomiro Isaias cujo telefone é 12-8833.4209, e que nos informou que o proprietário era de São Paulo, não permitindo a entrada na propriedade. Soubemos por ele, que a casa sede tem cerca de 70 anos, mas não foi possível constatar mais nada. A arborização existente bem na frente da casa sede, impossibilitou as fotos que pudessem ajudar a verificar a existência de remanescentes históricos. Decidimos registrar este Sitio, porque existe a possibilidade de possuir alguma edificação histórica do inicio do século XX, como as pequenas chácaras próximas as áreas urbanas comuns neste período.

Continuando nesta mesma estrada, encontramos a capela Santa Luzia, cuja fachada possui o número, 1802. Segundo a Sra. Suzana de Paula Bicudo, proprietária de um bar localizado bem em frente da capela, esta é a data da construção do edifício. Esta capela é citada no levantamento que encontramos de 1999 sobre as capelas rurais.



Figura 137 - foto aérea com localização da estrada que foi utilizada como ponto de referência para a visita de 11.04.12. Fonte: Google Earth, data de acesso 25.04.2012.

.

Aparentemente as paredes são de taipa de pilão, pudemos constatar isto em decorrência da espessura das paredes, mas necessitaríamos de maiores investigações. A Sra. Suzana nos informou que sabia da existência de festa de Moçambique ao redor da capela, desde 1975. Hoje, este tipo de festejo não ocorre mais. Também nos foi informado que não se reza mais missa na capela, há muito tempo está fechada. A Sra. Suzana fica com as chaves do local e é ela que troca e cuida das roupas da imagem existente na capela.

A Sra. Suzana também nos informou que seu filho, Alexandre de Paula Vieira, tem documentos da capela. Ela nos forneceu o telefone dele (12-9713.0492), mas não houve tempo hábil para um contato.

Mostramos a ela o catálogo de levantamento de 1999, sobre as capelas rurais. Conseguimos saber que nesta mesma estrada, logo após o pontilhão da Carvalho Pinto, encontraríamos uma antiga fazenda, informação esta que veio de encontro ao que o Sr. Gabriel havia nos dito. Assim, seguimos em frente. Conseguimos achar a tal fazenda.

Batemos lá, e depois de muito, muito tempo um senhor veio nos atender. O mesmo nos informou o nome do administrador que morava logo à frente, em outra residência, parte do conjunto, o Sr. Alfredo. Batemos lá e fomos atendidos pela sua esposa Dna. Maria, que mora no local há 34 anos. Segundo ela, o nome da fazenda é Fazenda Caranguejo, de propriedade do Sr. José Inácio Luiz da Silva.

Soubemos da Dna. Maria que a casa sede é bem antiga, e que ela mesma tirou uma telha da casa datada de "1700 e alguma coisa", expressão que ela usou. Insistimos muito para ela nos deixasse entrar, mas não nos permitiu. Acabou revelando que a fazenda agora é administrada pela filha do dono, Regina, uma engenheira que tem um escritório no centro da cidade, no Ed. San Diego, próximo ao mercado municipal. Foi à única informação que nos deu. Não forneceu nenhum número de telefone, ou o nome completo da tal Regina, mas conseguimos saber que a Regina não quer saber de tombamento, pois não possui ajuda nenhuma financeira para manter o imóvel. Isto nos fez pensar que a casa sede pode ser sim, um remanescente arquitetônico.

Dna. Maria também deixou escapar que a edificação está em ruínas e desocupada, o telhado tem aberturas que propiciam vazamento, e a Sr. Regina faz

muito tempo que não faz nada na casa. Pensamos que, quem sabe, ela deseje que o tempo cuide de fazer tudo cair mesmo!

Conseguimos também saber que dentro da fazenda existe uma capela, que, segundo a Dna. Maria é do mesmo período de construção da casa sede. Conseguimos tirar poucas fotos do conjunto. Muitas árvores e vegetações impediram a visualização das edificações.

Continuamos na mesma estrada em busca de outra capela mencionada pela Sra. Suzana, mais à frente da Fazenda Caranguejo, conseguimos encontrar a Capela São Benedito. Fomos atendidos pela Sra. Terezinha de Fátima e Silva, pessoa que está no local há 17 anos e cuida da capela. Ela mora em uma residência localizada dentro do terreno onde está a capela.

A capela está em uma área particular de propriedade de Erundina, pessoa que doou a capela para a comunidade. A igreja não tem verba própria e depende das doações da própria comunidade e das festas que organizam. No dia 21 de abril de 2012, comemoraram a festa do Santo, mas este dia não é um dia fixo no calendário. O Padre Lindomar reza missa uma vez por mês na capela. Aqui termina a visita deste dia, nesta estrada, podemos descrever que a estrada de acesso tem boas condições de trânsito. Talvez porque seja usada diariamente pelos caminhões da **Fibria,** para transporte de eucalipto.

Na volta passamos pelo Viveiro de novo, e pudemos encontrar, logo após uma outra capela, a Santa Cruz, já inserida na malha urbana, e que também consta no levantamento de 1999. Encontramos uma pessoa que estava lá, na capela, e conseguimos saber que não era usada há muito tempo. Foi sim usada até pouco tempo como residência de uma das irmãs do suposto proprietário da residência, que se encontra ao lado da capela. Foi só isso que obtivemos de informação, a pessoa com quem falamos não permitiu nossa entrada na capela alegando não ter as chaves.

Continuando nossa volta, encontramos lavando sua calçada, a Sra. Irene Cardoso Pallucci, que gentilmente nos atendeu. Perguntamos a ela se sabia algo sobre a capela Santa Cruz. Ela nos disse que as pessoas que moram lá receberam ordens para desocupar o lugar, mas até agora nada tinha acontecido.

Mostramos a ela o catálogo de 1999. Pudemos saber a localização de mais duas capelas e fomos atrás delas, a capela Nossa Senhora de Fátima e a Capela São Lázaro, ambas, para nossa surpresa, inseridas na malha urbana e que constam no levantamento das capelas rurais de 1999. Aqui terminou nossa visita deste dia!

17.4.3 Aplicação das fichas de inventário do patrimônio Histórico nos conjuntos rurais de Jacareí

Ao aplicarmos a ficha de inventário dos edifícios da área rural, neste primeiro momento, os religiosos, pudemos constatar que nem todos os dados puderam ser preenchidos. Um fator contribuiu muito, a falta de disponibilidade das pessoas que tomam conta dos imóveis em nos acompanhar ou permitir nossa entrada, principalmente daqueles que hoje se localizam na área urbana.

Algumas plantas puderam ser identificadas pela volumetria simples de alguns deles, e assim foram gerados croquis esquemáticos sem escala. Detalhes construtivos foram fotografados, algumas técnicas construtivas não puderam ser identificadas necessitando de maior tempo de levantamento e permissão dos proprietários para fazermos algumas prospecções. Porém, as indicadas foram identificadas in loco na própria edificação.

Seguem assim, as fichas de catalogação das capelas, são no total 07. Das fazendas nada de concreto foi possível levantar nestes dois dias de visitas, o que impossibilitou aplicar a ficha.

Nosso levantamento continua no próximo relatório, não sabemos se vamos conseguir ajuda da Vigilância Sanitária, assim, vamos continuar aplicando a mesma metodologia usada até o momento: seguir as indicações dos moradores e de quem conhece a cidade, pegar as estradas da área rural e ir varrendo o território de porta em porta!

As fichas Inventário aplicadas ao patrimônio Histórico nos conjuntos rurais de Jacareí, estão no **ARQUIVO 08 no CD** anexo a esta tese.

18. FUNÇÃO DO CODEPAC – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Jacareí será sempre subordinado à Fundação Cultural de Jacarehy.

Ao Conselho competirá a adoção de medidas para a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos relevantes ou de valor folclórico, artístico, documental ou cultural, da mesma forma paisagens urbanas e rurais que mereçam ser preservados.

É função do Conselho a formulação de diretrizes para a política de valorização dos bens culturais; assessorar o poder executivo em matérias concorrentes à preservação de bens culturais; opinar sobre a preservação da paisagem e formações naturais representativas do município, opinar sobre as questões de preservação de bens culturais, proceder à identificação dos bens culturais; opinar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor histórico, ambiental, cultural, arqueológico, etnógrafo, paisagístico, arquivístico e bibliográfico, artístico ou arquitetônico; elaborar normas ordenadoras e disciplinadoras da preservação; opinar sobre projetos de conservação, restauração e aproveitamento turístico e cultural; opinar sobre a restauração e conservação de bens móveis e imóveis; fiscalizar a utilização de bens tombados; sugerir sobre o desenvolvimento da tecnologia próprias voltadas para a preservação; sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural.

É função também do Conselho propor convênios ou acordos com entidades visando à preservação do Patrimônio e divulgação dos resultados dos trabalhos realizados pelo Conselho.

18.1 Membros do Conselho

Visando analisar e estruturar melhor os projetos relacionados ao Patrimônio Artístico, Cultural, Histórico e Arquitetônico de Jacareí apresentamos a seguir, uma estrutura mínima representativa de todos os setores da sociedade para o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural.

Lembrando que a grande função do Conselho é analisar os projetos que tenham relação direta com o Patrimônio.

Dessa forma deverá ser formado por:

- Presidente- Diretor Presidente da Fundação Cultural de Jacareí;
- Diretor da Fundação Cultural de Jacareí;
- Representante da Secretaria de Planejamento;
- Representante da Secretaria de Obras;
- Representante da Câmara Municipal indicado pela mesa diretora;
- Representante da Mitra Diocesana;
- Representante do CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- Representante do CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- Representante da Associação Comercial e Industrial;
- Representantes das Universidades e Faculdades de Jacareí;
- Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Representante do IAB- Instituto dos Arquitetos do Brasil;
- Representante do Conselho de Ministros Evangélicos;
- Representante do Sindicato Rural;
- Representante do Conselho de Sociedade de Amigos de Bairros e;

- Representante estabelecido pelo critério de relevantes serviços prestados na área de Patrimônio.

No **CODEPAC** - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Jacareí-, de acordo com suas diretrizes implementadas pela lei nº4557, não existe a presença de representante da Mitra Diocesana; representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, representante do Conselho de Ministros Evangélicos, representantes das faculdades e Universidades de Jacareí e nem representante do Instituto de Arquitetos do Brasil; em relação ao representante da Câmara Municipal não fica definido se foi estabelecido o pré- requisito da indicação pela mesa diretora.

Dessa forma, recomendamos a incorporação desses representantes ao **CODEPAC**- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Jacareí, pois assim o Conselho se tornará mais representativo dos diversos setores da sociedade.

18.2 Caminhos para o cidadão requerer a preservação

Todo cidadão, pessoa física, pode pedir a preservação de objetos, edificações e áreas importantes ao Patrimônio de Jacareí. O pedido poderá ser feito por correspondência endereçada à Presidência do Conselho ou através de carta protocolada na sede da Fundação Cultural de Jacareí.

Da mesma forma, os projetos e pedidos que porventura forem encaminhados para as Secretarias Municipais deverão seguir o mesmo procedimento, ou seja, necessariamente deverão ser encaminhados para sede da Fundação Cultural de Jacareí e endereçados á Presidente do Conselho e assim, somente, assim, poderão ser protocolados e depois analisados pelo Conselho.

O pedido deve ter em seu conteúdo as seguintes informações:

- Nome e endereço do interessado;
- Endereço e localização do bem; justificativa do pedido esclarecendo a importância da preservação do bem;

- Se possível, o interessado deverá indicar nome e endereço do proprietário e fornecer documentação sobre o bem, tais como fotografia, desenhos, dados históricos, etc.

Os bens móveis e imóveis só serão classificados e preservados após aprovação do Poder Legislativo Municipal, encaminhando ao Executivo por sugestão do Conselho no prazo de 24 horas, a contar do momento em que o pedido for protocolado na Câmara. A partir de então, o proprietário ficará impedido de alterar as características do bem.

19. CONCLUSÃO

A realidade da maioria das cidades brasileiras nos apresenta enormes carências em matéria de moradia, infraestrutura, serviços públicos, em rápida expansão, ao contrário do que ocorre na Europa, onde a falta de moradia está quase solucionada e as cidades têm o seu crescimento demográfico controlado.

Considerando este panorama é impossível ter a preservação do legado cultural edificado garantida, sem resolver ao mesmo tempo as questões sociais existentes. A política habitacional, por exemplo, esteve por muito tempo nas mãos de grandes empresas que visaram outro mercado que não "o popular". Repovoar áreas "mortas" ou "semiocupadas" atendendo a esta classe, seria uma alternativa para combater o *déficit* habitacional de milhares de unidades de moradia, usando as que estão obsoletas existentes nos centros históricos, por exemplo. Isto para nós é claro, mas por que somente nos últimos tempos, estas áreas da cidade têm chamado atenção do poder público, mercado imobiliário e empresários que um dia a abandonaram?

Na maioria dos casos, o mercado imobiliário agiu com suas forças econômicas para ir contra à legislação de preservação, em prol de demolições desenfreadas, ou para criar estacionamentos ou deixar os edifícios vazios, até que a região fosse novamente valorizada; um uso indevido do direito à propriedade e que usufrui das melhorias que todos pagam. Muitos edifícios se perderam e foram destruído, quando não, quarteirões inteiros que foram abaixo, em nome da modernização das cidades.

A oportunidade de oferecer moradia em edificações prontas é uma realidade, porém, para garantir a qualidade de vida e ao mesmo tempo resgatar o patrimônio deve haver estudos e levantamentos coerentes com as transformações que o edifício irá sofrer. Estamos falando não somente de restauração, mas também de reabilitação, a partir da qual os limites são dimensionados caso a caso, cuidando para que as intervenções venham a valorizar o construído e ao mesmo tempo contribuam para a redução de problemas sociais como os que já mencionamos, além da melhoria da paisagem urbana.

Acreditamos que esta seja uma alternativa viável, mas depende muito dos envolvidos em todo o processo. As interfaces do mesmo são complicadas e delicadas, pois envolvem o cruzamento de várias legislações existentes na região central das cidades como: a de Uso e Ocupação do Solo; código de edificações; legislação de preservação; legislação de trânsito entre outras que precisam ser compatibilizadas para que as intervenções possam ser feitas, visando requalificar a região, e ao mesmo tempo preservar aquilo que a torna especial, o "patrimônio construído".

Portanto, para que isso ocorra é necessário que as políticas de preservação sejam inseridas no planejamento da cidade e não somente no que diz respeito ao centro histórico, requerendo ações particularizadas diante da complexidade que geralmente traz. Conseguir obter qualidade de vida com estas intervenções deve ser ponto preponderante dentro das propostas a serem executadas, conseqüentemente, as restrições feitas e que a iniciativa privada se sente afetada devem também ser consideradas neste planejamento, pois somente com incentivo, o proprietário do imóvel irá preservá-lo, caso contrário, a própria legislação de preservação acaba indo a contra mão dos seus objetivos.

Após 14 meses de trabalho, fazer um balanço é quase que um ato imediato. Dificuldades e facilidades são colocadas, erros e acertos avaliados. Nem tudo saiu como o planejado e isto também já era de se esperar.

Neste percurso, percebemos, no que diz respeito à administração pública, algumas dificuldades que fazem a diferença quanto à preservação do patrimônio cultural dentro do município e que cabe ressaltar.

O Conselho de Preservação do Município de Jacareí não tem caráter deliberativo e sim consultivo; O conselho se reúne pouquíssimas vezes no ano, cerca de 5 encontros, enquanto no município vizinho, São José dos Campos o Conselho de Preservação tem encontros mensais. A maior parte da população não conhece o Conselho; nem todas as Secretarias consultam o Conselho em suas decisões, nem mesmo aquelas que implicam em intervenções que envolvam o patrimônio edificado; as Secretarias não conversam entre si, muitas vezes fazem projetos conflitantes para uma mesma área ou fazem projetos com mesma temática para uma mesma área. O município possui uma Lei de

Incentivo à Cultura, a **LIC** que apoia projetos de cunho cultural por meio de editais. Todos os anos, a **LIC** dá abertura à apresentação de projetos também na área que envolve patrimônio cultural, no entanto, na seleção, quase nunca contempla projetos com esta temática, a maior parte são projetos de outras áreas da cultura.

Além disso, existem no município três imóveis tombados um na esfera Estadual, o Prédio da Tecelagem Santa Helena, hoje um supermercado; o Museu de Antropologia e a Igreja do Remédios; os dois últimos precisando ser restaurados. A igreja em péssimo estado de conservação,está, literalmente caindo. Nos 14 meses, vimos muito, muito pouco sendo feito para estes prédios fossem restaurados. Neste sentido, achamos que falta vontade política. O que ouvimos sempre foi que "era muito difícil conseguir verba", "custa muito caro", mas se outros conseguem, por que conseguem? Deve existir um caminho!

Outro ponto importante é a inclusão social neste processo, pois já foi visto que do mesmo jeito que o proprietário de um imóvel tem que ser contemplado para que possa ser incentivado a preservar o seu imóvel, a população moradora destas áreas, também precisa sentir que será beneficiada com as intervenções, para tanto, a gestão participativa deve acontecer. A comunidade precisa participar das decisões que serão tomadas em prol dela mesma, não dá mais para deixar tudo nas mãos dos políticos e de quem governa a cidade. Vimos muito pouco em relação a essa forma de agir! No campo do patrimônio, não vimos nada!

Quando iniciamos, havia a expectativa do Plano ser implantado, principalmente porque, como era o último ano de mandato do Prefeito e havia grande chances de ser reeleito, como aconteceu, o Plano poderia mudar a cara da cidade, principalmente o centro histórico, e atingir um dos seus objetivos principais, proteger o patrimônio edificado e seu entorno imediato. Ainda é muito cedo para avaliar se de fato ele será implantado ou, talvez quem sabe parte dele, porque estamos no início do novo mandato, cabe esperar.

Mas, quanto aos registros e levantamentos que foram criados com esta pesquisa, podemos afirmar que acabamos gerando um inédito e valioso documento,

principalmente para gestores municipais. Tal modelo está diretamente relacionado ao diagnóstico do patrimônio cultural do município, algo desconhecido até então, e contempla ações concretas que poderão se tornar decisivas para definição de um modelo de gestão atualizada e ainda para o planejamento detalhado de ações futuras a médio e longo prazos. Até então no município, nada do gênero havia sido realizado no campo do patrimônio. Também não temos conhecimento de algo parecido em nenhum outro município.Nesse sentido pelo menos, o trabalho se torna bem relevante para a definição de futuros modelos de gestão municipal relacionados à temática. Outra garantia do que a pesquisa proporciona, se relaciona à preservação da memória, tanto do patrimônio material como imaterial. Dessa forma, se algum bem levantado pelo trabalho por ventura for danificado ou até mesmo desaparecer, fica o inventário como registro e fonte documental, capaz de proporcionar o resgate do bem, até mesmo de uma forma atemporal.

Afinal, o passado e preservação da memória servem para entender os efeitos das mudanças. Um e outro são caminhos para a sociedade compreender o presente e até se preparar e planejar melhor o futuro.

20. FONTES DE PESQUISA

AMAGAI, Carlos & UEDA, Alberto. Boletim Oficial da Associação Cultural e Desportiva Nipo-Brasileira de Jacareí.

_____. A 1ª Festa dos Imigrantes reúne aproximadamente 8.000 pessoas. Jacareí: Bunkyo News, ano 1, nº2, setembro/outubro de 2008.

ANTONIO, Jorge Luiz. *Jacareí- Arte e História*. Jacareí: SEPEDOC, 1981.

ANUÁRIO INFORMATIVO DA CIDADE DE JACAREÍ 96/97 - BRAHMA.

ARRUDA, Maria Lucia de Lima, DE ASSIS, Allison Leandro Siqueira & CARDOSO JÙNIOR, Milton. *Avaliação e proposta de Projeto para Recuperação de áreas degradadas – trechos de mata ciliar do Rio Paraíba do Sul em Jacareí SP*. Jacareí:junho de 2011.
Atas das reuniões da Associação do EX-Combatentes da Segunda Guerra Mundial, local Jacareí.

BENCOSTTA, M. L. A.; BRAGA, M. F. *História e Arquitetura escolar: um estudo comparado dos regimentos para construção de prédios escolares na França e no Brasil (1880-1910).* In: VIII CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA 167 EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 2007, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: SAHE, 2007. 1 CD-ROM.

BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar.* São Paulo: Cortez, 2005.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. – 2º ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

BRANDI, Cesare. *Teoria del retauración*. Versão española de Maria Algeles Toajas Roger. Madri, Alianza Editorial, 1995.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Carlos: EduFsCar; Brasília: Inep, 2002.

CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (organizadores). *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

CAMURCA, Gilberto, CONSOLO, Delbao Júnior, MACHADO, José Raimundo & ROCHA, Alvaro José. A contribuição da Engenharia de Segurança nas questões da Preservação do Meio Ambiente. São Paulo: UNIP- Universidade Paulista, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*; tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3ª. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

Carta de Veneza, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional*, 1987, n.22,pp.106-107.

Cartas Patrimoniais. **IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. IPHAN, 1995. (caderno de documentos n. º 3).

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE JACAREÍ

CASTILHO, Bruno. *Balonismo mobiliza* Jacareí. São José dos Campos: Jornal O Vale, 22 de agosto de 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira de Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2000.

COLEÇÃO HEINEKEN DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

CONDEPHAAT, bens tombados 1968-1998. KAMIDE, Edna Hiroe Miguita; RODRIGUES, Tereza Cristina; PEREIRA, Epitácio (coordenadores). *Patrimônio Cultural paulista: bens tombados 1968-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até a emenda constitucional n.32/ organização, remissões e índices por Dulce Eugênia de Oliveira. – 3ª. ed.- São Paulo: Iglu, 2001.

CORDIDO, Maria Tereza R. Leme de Barros. *Edifícios públicos. Arquitetura forense: arquitetura moderna questionando a simbologia e mitos do Poder Judiciário no Estado de São Paulo.* Risco - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo do programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP, 2008.

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Artshow Books, 1989.

COSTA, Silvia Kimo. *Percepção Ambiental e Revitalização*: *as praças do bairro Sobrinho, Ilhéus, Bahia*. Universidade Estadual de Santa Cruz , Dissertação de Mestrado

apresentada no Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente , 2008.

DA CRUZ, Luiz José Navarro. *A Escola profissional e a Escola Agrícola. Jacareí:* Jornal Semanário de Jacareí entre os anos de 1999 e 2000 na Série Retratos da Cidade.

DE ARRUDA, Ruy Bueno. *Meu Sítio, meu Paraíso: Delícias e Agruras da Vida Campestre*. Guarulhos: Editora Parma, 11ª Edição.

DE MELLO JR, Dariel Barbosa. *Viveiro Municipal de Jacareí*. Site: *educarede.homedns.org*. Acesso em 28/04/2011.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo, Pini, 1990.

DENIS NETTO, Batista João. *Pelas ruas da cidade: memórias de Jacareí.* São Paulo: Edições Semanário, 1996.

DOCUMENTOS DA PREFEITURA DE JACAREÍ, existentes na Fundação Cultural de Jacarehy.

DOCUMENTOS DA PREFEITURA DE JACAREÍ, existentes no Arquivo Público.

FELDMAN, Sara & LEVIN, Clara Ant. *Programa Reconstruir o Centro*. São Paulo: Administração Regional da Sé:Pró-Centro, 2001.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez, 2000.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO- FVE. *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy*. Jacareí: Edição Indústrias Papel Simão, 1990.

GALUCCI, Melissa. *Viveiro municipal de Jacareí é opção de passeio perto de São Paulo*. Blog: primeiramao.com.br. Acesso em 28/04/2011.

GATTI Jr., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva*. Ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas,SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GUTIÉRREZ, Ramón*. Arquitetura Latino-Americana: textos para reflexão e polêmica.* São Paulo: Nobel, 1989.

JESSE, Antonio do Nascimento. Sorveteria Leal-Entrevista. Site do Museu da Pessoa. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/sescvp/per/per_16.htm>. Acesso em 07/04/2011.

JORGE, Alessandra. *Mercado Municipal é palco dos costumes e histórias de Jacareí*. São José dos Campos: Jornal Valeparaibano, 20 de agosto de 2005.

KHUL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa : breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo caf*é. 2.ed. rev. ampl. – São Paulo: Nobel, 1989.

LEMOS, CARLOS A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2000.(Coleção primeiros passos; 51).

LENCIONI, Sérgio Benedicto. *Jacareí e as questões controvertidas*. B. S. Lencioni-Aparecida, 1994.

LENCIONI, Célio. *Jacareí: Viajantes e Cronistas*. Aparecida – SP: C. Lencioni, 1991.

LUFT, Celso Pedro, FERNANDES, Francisco (orgs.). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Globo, 1993.

MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro.Divisão Cultural, 1969.

NAKANO, Kazuo; MALTA CAMPOS, Candido & ROLNIK, Raquel. *Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo.In:Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo, Empresa Municipal de Urbanização, Co-edição com a Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.
no Estado de São Paulo (1890-1910)*.* São Paulo: UNESP, 1998.

NBR 14724, Norma Brasileira. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Terceira edição. Valida a partir de 17.04.2011.

OLIVEIRA de, Geraldina. Livro Histórico: capítulo "Igreja de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Educandário de Jacareí". Jacareí.

PORTAS, Nuno. *"L'emergenza del progetto urbano"* (1998), in Revista Urbanística 110, Roma:Giugno, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. *Patrimônio Cultural: uma visão Histórica*. Sinopse, São Paulo nº 16 p.46-55, dez.1991.

SANTIAGO, Lincoln. *Aos pés do Cristo. Jacareí: fanzine* ANTENADO, julho de 2003, edição 2, ano I.

SANTOS FILHO, Raphael David dos. *Espaço urbano contemporâneo:. As recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano*. Arquitextos, São Paulo, 05.055, Vitruvius, dez 2004.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SEGRE, Roberto. *América latina Fim de Milênio: Raízes e Perspectivas de sua arquitetura*. São Paulo: Studio Nobel, 1934.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o Patrimônio cultural da humanidade.* São Paulo: Edusp, 2003.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

SIMÕES JR, José Geraldo. *Revitalização dos Centros Urbanos.*São Paulo, Publicações PÒLIS, 1994.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. *A identidade da metrópole*: A verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1994.

STUART HALL. *A questão da identidade cultural*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.
SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. Tradução Sylvia Ficher. 3º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Três cidades em um século*. São Paulo: Duas cidades, 2º edição, 1983.
VASCONCELOS, Augusto Carlos de. *O concreto no Brasil*. 1º edição, Volume I. São Paulo: Pini, 1985.

VASCONCELOS, Sylvio. Arquitetura no Brasil: *Sistemas construtivos*. 5º ed. Belo Horizonte: SEPLAN-PR/IPHAN/UFMG/FUNDEP, 1979.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Verbete Restauração. Apresentação e Tradução,* Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ZANCHETTI, Silvio, MARINHO, Geraldo & MILLET, Vera. *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

CATÁLOGOS, CARTILHAS E GUIAS

Ações imediatas: Normas e Projetos. São Paulo, Viva o Centro, 1993.

A Cartilha da área Central. São Paulo, Empresa Municipal de Urbanização Coordenadora da Operação Urbana Centro, novembro de 2000, 2º edição.

Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: SNM/EMPLASA/SEMPLA, 1984.

Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. Empresa Municipal de Urbanização – EMURB.. São Paulo:2004.

Catálogo de Atividades da Associação Viva o Centro. São Paulo, Viva o Centro.

Concurso Habita Sampa: para projetos de habitação de interesse social na região central da cidade de São Paulo. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2003.

Condephaat/Documentos. São Paulo, DPH, 1981.

Guia para Reconstruir as Calçadas do Centro. São Paulo, Administração Regional da Sé.
Gestão metropolitana: *Experiências e novas perspectivas*. Organizado por Elizabeth Dezouzart Cardoso e Victor Zular Zveibeil. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

Guia de la Habana Vieja. Com-Relieve S. A y Editorial Escudo de Oro, S. A, 2º edição. Cuba, 1999.

La conservación de los bienes culturales. Roma, Centro Internacional para el Estudio de la Preservación y Restauración de Bienes Culturales, 1969.

Map e Guide to 337 significant architectural monuments. Habana, Ciudad de la Habana, 1992.

Morar, viver e trabalhar no centro. Agora é possível. São Paulo, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Coordenação PROCENTRO.São Paulo: Editora Raiz da terra, abril/maio de 2002.

Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para uma cidade mais democrática do século XXI] apresentação Marco Antonio Ramos de Almeida. São Paulo, Editora Terceiro Nome - Viva O Centro, 2001.

Planiamiento ESTRATÉGICO Comunitário: Método, Técnicas y Experiências. Habana, Grupo para el Desarrollo de la Capital.

Plano Diretor Estratégico, Cartilha de Formação. Produzida pelo gabinete do vereador Nabil Bonduk, 2º edição revisada, abril de 2003.

Plano Diretor Estratégico – Lei nº 13.430/02 de 13 de setembro de 2002. Projeto de Lei nº 290/02 , do Executivo. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo..

Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo. São Paulo, Editora Terceiro Nome- Viva o Centro, 1999.

Práticos. Habana, Grupo para el Desarrollo integral de la Capital.

Programa adote uma obra artística. São Paulo, DPH, 2001.

*Programa Monumenta.*Brasília, Unidade Central de Gerenciamneto-UCG.

Programa Morar no Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2003

Reconstruir o Centro. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2001.

Regulaciones urbanísticas de la ciudad de la Habana: Aspectos Metodológicos y
São Paulo sem barreiras: uma cidade para todos. Publicação da CET, da Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA e da Secretaria de habitação e Desenvolvimento urbano – SEHAB. São Paulo, 2002.

Tombamento e participação popular. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 2001.

A presença dos pátios, largos e adros de igreja na paisagem do grande Recife. REVISTA DE URBANISMO N°13, noviembre 2005, ISSN 0717-5051. Revista Electrónica del Departamento de Urbanismo Facultad de Arquitectura y Urbanismo | Universidad de Chile Fundada en 1999

JORNAIS E REVISTAS

Ler:

FSP- Folha de S. Paulo
DP – Diário Popular
OESP: O Estado de S. Paulo
JT- Jornal da Tarde

"Ab'Saber assumirá a presidência, mas vice do Condephaat é dúvida". *FSP*, 20 set. 1982.

"Ab´Saber, contra os 'mercadores de espaço'". *OESP,* 21 set. 1982.

"Ab´Saber no Condephaat". *FSP*, 9 set. 1982.

"Ab'Saber promete diálogo com os donos de prédios". *Folha da Tarde*, 13 set. 1982.

"A cidade à espera da democracia". *Jornal da Tarde*, 14 jan. 1985.

"A defesa do patrimônio histórico". *OESP*, 27 jun. 1971.

"A difícil equação de tombar e preservar". *Urbs*, out/nov. 2002

"Administração mata Suplicy". *Veja São Paulo*, n. 28, 18 jul. 2001.

"Administração Paulo S. Maluf".

"Agora, os planos não ficam só no papel". *OESP*, 29 dez. 1978.

"Agora, uma lei para preservar bens culturais". *OESP*, 31 dez. 1985.

AGOSTINHO, Victor. "Entidades defendem tombamento de imóveis. *FSP*, 4 mar. 1994.

"Ainda indefinido caso dos demitidos pelo Condephaat". *FSP,* 21 mai. 1981.

ALCAIDE, Luísa. "Centro vai ter "corredor cultural"". *Diário de São Paulo*, 09 mai. 2002.

"Alerta à população". *FSP*, 17 set. 1986.

"Amanhã, um novo presidente para o Condephaat". *Jornal da tarde*, 7 set. 1982.

AMORIM, Silvia. "Com verba do BID, começam obras no centro". *OESP*, 03 jun. 2004.
"Anunciado o tombamento de dois mil imóveis no Estado". *FSP*, 11 dez. 1981.

"Arquiteto alega motivos éticos e recusa Condephaat". *FSP*, 7 set. 1982.

"Arquiteto critica atual política de tombamentos". *FSP*, 30 jun. 1982.

"Arquitetos convocam povo e autoridades para uma luta em defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do País". *Diário Popular*, 26 jul. 1981.

"As metas para o ano eleitoral". *Jornal da Tarde*, 22 jan. 1992.

ATHIAS, Gabriela. "Centro de SP terá 'escola" para divulgar plano de revitalização". *FSP*, 12 jun. 2001.

AZEVEDO, Kátia. "Arquiteta quer parar restauro da Estação da Luz". *OESP*, 07 nov. 2003.

"Banco interrompe a derrubada de prédio". *FSP*, 07 jan. 1986.

"Bastos toma posse". *FSP*, 25 mai. 1987.

"Bete Mendes diz que Condephaat não mudará com novo presidente". *FSP*, 13 out. 1988.

BERTOLINO, Robson. "Reabilitação de edifícios antigos". *Diário de São Paulo*, 25 nov. 2001.

"Bisturi nas cidades". *Afinal*, 6 mai. 1986.

CAMARGO, Airton. "O papel do Condephaat". *FSP*, 14 ago. 1990.

CAMARGO, Airton. " Um novo papel para o Condephaat". *FSP*, 19 jun 1993.

"Casa da Memória Paulistana, um novo ponto de cultura". *Jornal do Bom Retiro*, mai. 1997.

"Carvalhosa assume Condephaat". *FSP*, 10 fev. 1985.

"Carvalhosa assume hoje a direção do Condephaat". *FSP*, 2 fev 1985.

"Casarão: polêmica". *Jornal da Tarde (JT)*, 7 set. 1994.

"Casarões da Paulista causam demissões em massa no Condephaat. *FSP*, 4 set. 1982.

"Centro Velho pode ser um patrimônio histórico". *OESP,* 13 jul. 1985.

"Centro de São Paulo tem 40 mil moradias vazias". *Metropolitano em Notícias*, 11 a17 jun. 2001.

"Cidade dos contrastes e das crises ". *FSP*, 24 jan. 1980.

CHASTINET, Antonio. "Reconstruir o Centro começa pelo piso". *Diário Popular*, 11 jun. 2001.

CHASTINET, Antonio. "Reforma no Centro fica no papel". *Diário de São Paulo*, 16 dez. 2001.

CHASTINET, Antonio. "Novo Centro depende de dinheiro". *Diário de São Paulo*, 05 mar. 2002.

CHASTINET, Antonio."Prefeitura decide tombar 6 praças e 147 imóveis no Centro Velho". *Diário de São Paulo*, 23 jul. 2002.

"Coisas do patrimônio". *Revista Senhor*, n. 78, 15 set. 1982.

"Coisas que o novo prefeito viu e anotou para resolver". *Diário Popular*, 6 mai. 1975.

"Comerciantes poderão usar linha de crédito". *FSP*, 05 out. 2002.

"Como salvar um centro sem urbanismo". *A Cidade*.

"Como vou governar". *Jornal da Tarde*, 16 nov. 1992.

"Condephaat ainda discute demissões" .*FSP*, 21 mai. 1981.

"Condephaat, ao encontro das aspirações populares". *OESP,* 25 jan. 1985.

Condephaat avalia 20 anos de História*". FSP,* 7 out. 1988.

"Condephaat, como chegou a isso?" *Jornal da Tarde*, 17 set. 1982.

"Condephaat criará os Conselhos Regionais". *O Estado de São Paulo*, 8 set. 1982.
"Condephaat, 10 anos e quase nada". *OESP*, 22 out. 1978.

"Condephaat diz que preservação vai continuar". *FSP*, 5 abr. 1983.

"Condephaat é um órgão arcaico, diz arquiteto" . *OESP,* jun. 1982.

"Condephaat não inclui a capital". OESP, 26 mai. 1976.

"Condephaat: o novo presidente assume hoje". *Jornal da Tarde (JT),* 2 fev. 1985.

"Condephaat pode mudar". *OESP,* 11 mai. 1977.

"Condephaat pode rever demissões". *FSP*, 20 mai. 1981.

"Condephaat pretende preservar praças importantes da capital". *FSP*, 11 ago. 1981.

"Condephaat quer plano global". *FSP,* 20 jul 1987.

"Condephaat quer tombar todas as cidades históricas". *OESP*, 29 ago. 1978.

"Condephaat restaura edifícios". *Folha da Tarde*, 20 jun. 1977.

"Condephaat tomba 4 monumentos". *OESP,* 28 abr. 1982.

"Condephaat tomba o Palácio da Justiça". *Folha da Tarde*, 29 dez. 1981.

"Condephaat tomba o bairro do Pacaembu e o parque do Ibirapuera". *Gazeta Mercantil,* 19 fev 1991.

"Condephaat tomba sede da Secretaria da Cultura". *FSP*, 10 set. 1986.

"Condephaat vai avaliar se monumento facista agride o patrimônio. *FSP*, 5 set. 1987.

"Conpresp determina tombamento de 906 imóveis". *OESP*, 17 dez. 2002.

"Conpresp pode impedir shopping em Higienópolis". *OESP,* 9 dez. 1995.

"Conselho detém muito poder". *Shopping News*, 5 mai. 1991.

"Conservação dos bens é contraditória". *FSP,* 1989.

"Conselho quer garantir um futuro para este passado". *FSP*, 9 out. 1988.

"Cratera é transformada em patrimônio*". FSP*, 9 jun. 1995.

"Crise no Condephaat". *OESP*, 20 dez. 1987.

"Criticado o projeto para imóveis históricos". *OESP*, 25 mai. 1984.

"Cunha Lima pede que Condephaat estude o centro". *FSP*, 7 jun. 1986.

"Cunha Lima pode abrir sindicância no Condephaat". *FSP*, 11 jun. 1986.

"Cultura contrata reestudos sobre tombamentos". *FSP,* 25 jun. 1982.

"Cultura esclarece sobre a saída de Ab'Saber". *Diário Popular (DP),* 16 abr. 1983.

CUNHA, Simone. "Condephaat tomba 123 escolas paulistas". *Metrô News*, 09 set. 2002.

"Cunha Lima quer incentivo fiscal da União". *FSP,* 04 nov. 1984.

"Decisão inédita do Condephaat cria polêmica" .*FSP,* 18 jun. 1986.

"Debate sobre patrimônio pede maior participação comunitária". *FSP*, 18 jun. 1983.

"Defesa do patrimônio cultural brasileiro". *Jornal da tarde*, 23 jul 1981.

DEL RIO, Vicente. "O Modelo da Revitalização Urbana e o Caso de Baltimore". *Cadernos do Patrimônio Cultural*, n. 4/5, 1994.

"Demissão causa reação e crise no Condephaat". *FSP*, 16 abr. 1983.

"Denúncia de cobrança de propina no Conpresp". *Jornal da Tarde*, 25 fev. 1999.

"Departamento tem mapas e fotografia" *Diário Popular*, 25 abr. 2002.

"Demagogia com o Condephaat". *OESP*, 01 jun. 1983.

"Desabamento na Luz já era esperado pelo Condephaat". *FSP*, 2 jan 1984.

"Desabou como uma casa velha". *Jornal da Tarde*, 7 set. 1982.

"Desajuste na periferia se reflete no centro". *OESP.*

"Dez pontos históricos do Estado serão preservados". *FSP*, 18 jan. 1973.

"Diretoria do Patrimônio pede apoio à população" .*FSP*, 14 fev. 1985.
"Diversidade é a salvação para o centro". OESP, 8 dez. 2000.

"Diversificar será nova política do Condephaat". *Correio Popular*, 27 mar. 1983.

"Doze esculturas desaparecem no centro". *FSP*, 17 abr. 2001.

DURAN, Sérgio & COTES, Paloma. "Sem-teto lideram reocupação". *FSP*, 10 abr. 2002.

"Falta de verba paralisa a memória da cidade. *Jornal da Tarde (JT*), 01 mar. 1998.

"Febre de tombamentos" . *FSP*, 26 mar. 1986

FENECOM, Déa Ribeiro. "A propósito de tombamentos". *FSP*, 19 jun. 1991.

"Edifícios tombados terão placa de identificação". *OESP.*

"Eis o homem que defenderá o patrimônio". *Jornal da Tarde*, 09 set. 1982.

"Êle sonhava com uma cidade humana". *OESP,* 5 set. 1969.

"Em baixa, incentivo à restauração é revisto". *FSP*, 11 mar. 2001.

"Em defesa da identidade ameaçada" . *OESP*, 31 ago. 1983.

"Em 30 dias, Condephaat muda e amplia autonomia". *OESP*, 14 mai. 1977.

"Emurb tem novos rumos".

Encarte da revista A/mbiente nº 83, junho de 2000.

"Encontro definirá política preservacionista para SP". *OESP*, 15 jun. 1985.

"Entrevista: Olavo Setúbal". *City News*, 3 set. 1978.

"Erundina abre congresso do patrimônio histórico". *Jornal da Tarde*, 13 ago. 1991.

"Erundina quer fazer em SP uma ampla reforma administrativa". *FSP*, 1988.

"Esclarecimento do Condephaat". *FSP*, 29 dez. 1981.

"Escolhido Aziz Ab´Saber para a presidência do Condephaat". *Diário Popular*, 09 set. 1982.

"Escolhido o novo vice do Condephaat". *FSP*, 16 set 1982.

"Estado tomba dez prédios de Rino Levi". *FSP*, 15 ago. 1995.

"Ferraz assumiu ontem o cargo de prefeito".

FIGUEIREDO, Marcus. "Começam já as obras do MASP Centro".URBS, n. 28, out./nov. 2002.

"Figueiredo Ferraz faz balanço".

FIORA, Eduardo. "Anhangabaú: Um portal para o Centro". URBS: *A Revista da Metrópole,* n.16, jan./fev., 2005.

FOLGATO, Marisa. "Centro arruma a casa para a volta da classe média". *OESP*, 22 jul. 2004.

FOLGATO, Marisa. "Serra quer retirar calçadões do Centro e abrir ruas no Anhangabaú". *OESP*, 24 fev. 2005.

FORNES, Andréia. "Lemos critica Condephaat". *FSP*.

GARBIN, Luciana. "Centro muda pra pior".*OESP*, 10 ago. 2004.

GARIB, Hanna. "Todos os prefeitos de São Paulo".

GATTONI, Aline. "Patriarca Reinaugurada". *URBS*, n. 28, out./nov.,2002.

GOMES, da Silva Geraldo. "Intervenções em sítios históricos". *Espaço & Crítica*, ago/set. 1996.

"Governador escolhe membros do Condephaat". *OESP,* 14 jul. 1977.

"Hoje, essa mesma memória tem um pedido urgente: Socorro!" *OESP*, 22 jul. 2001.

"Hotel pode explicar crise no Condephaat". *OESP*, 13 out. 1988.

"Idéias para o Centro". *Veja,* 16 março,2005.

"Igrejas do largo São Francisco tombadas". *Folha da Tarde*, 20 abr. 1982.

"Intervenção polêmica". *Veja,* 7 fev. 1996.

" Jânio criou o órgão em 88". *FSP*, 17 mar. 1990.
"Jânio fez 31 promessas; com certeza, não cumprirá seis". *FSP*, 31 dez. 1985.

"Jânio priorizou obras viárias". *FSP*, 17 fev. 1992.

LEMOS, Carlos. "Patrimônio versus empresários". *FSP,* 16 dez. 1992.

LEMOS, Fernando. "'Ruy Ohtake": Só acredito no Condephaat atuando na Vanguarda". *FSP,* 20 jun. 1980.

LOPES, Marcus. "Desafio e projeto: recuperar área no centro". *OESP*, 21 set. 2002.

LOPES, Marcus. "Programa é a segunda tentativa do PT para recuperar a região". *OESP*, 29 mai. 2002.

"Lima de Toledo é convidado para presidir o Condephaat". *FSP*, 6 set. 1982.

"Livro lista tombamentos no Estado". *Diário do Comércio*, 28 out. 1998.

LONGO, José Luiz. "Condephaat deve tombar os prédios que marcam o IV centenário". *Gazeta Mercantil*, 22 jun. 1991.

"Maluf pode destombar 10 mil imóveis". *FSP,* 4 fev. 1994.

"Maluf prega reformas para o país". *Jornal da Tarde*, 2 jan. 1992.

"Maluf, por que aceitei o cargo de prefeito". *FSP,* 12 jun. 1969.

"Maluf promete obras". *Folha da Tarde*, 20 nov. 1992.

"Maluf promete reflorestar a cidade". *Jornal da tarde*, 16 nov. 1992

"Maluf tem 90 dias para regulamentar CEPAC". *OESP,* 11 mar. 1995.

MARCONDES, Ciro Filho. "História e Identidade". *Arquitetura e Urbanismo*, dez/jan. 1987.

"Max Feffer empossa Conselho de Defesa". *Diário Popular*, 26 mai. 1976.

MEDEIROS, Jotabê. "Intervenções no patrimônio agitam Ministério Público. *OESP*, 29 mai. 2003.

MELLO, Flávio. "Região da Estação da Luz sofrerá reurbanização". *OESP*, 09 nov. 1995.

MENGOZZI, Frederico. " A difícil equação de tombar e preservar". *URBS*, n.28, out./nov, 2002.

"Metrópole mais complexa cerca volta de Maluf". *OESP*

Miranda, Carla. "Acerte o passo para conhecer São Paulo". *OESP*, 16 jul. 2004.

MORENO, Júlio." O Prefeito: Uma história de desafios". *Jornal da Tarde.*

"Museu e Condephaat terão que se mudar dos Jardins" FSP, 5 mai. 1977.

"Novo Conselho no Condephaat". *Diário Popular*, 3 out. 1980.

"Novas idéias no Condephaat". *Jornal da tarde*, 17 mai. 1979.

"Novas obras para preservar mamória". *Diário Popular*, 26 set. 1980.

"Novo presidente do Condephaat promete renovação". *FSP*, 13 fev. 1985.

"Novo presidente quer mais recursos". *Revista PRONETC*, n. 100, jun. 1987.

"Novo zoneamento é idéia do Condephaat". *OESP*, 3 mai. 1977.

NUNES, Selma. "Revitalização do Centro não se realiza e fecha casas tradicionais". *Diário de São Paulo*, 08 jun. 2002.

"OAB pedirá indenização por derrubada de casarão". *OESP*, 12 set. 1994.

"OAB quer extinção do Condephaat". *OESP,* 01 mar. 1989.

"OAB vai processar Conpresp por causa da demolição". *Jornal da Tarde*, 2 set. 1994.

"O arquivo histórico Municipal "Washington Luís". *Revista do Arquivo Municipal, ano 41, n. 191*, jan. a dez. 1978.
"Obras de arte do Estado preocupam" . *Folha da Tarde*, 28 ago. 1982.

"Obras de Maluf priorizam áreas ricas". *FSP.*

"Obras históricas terão mais verba". *OESP,* 18 ago. 1976.

"O Condephaat só faz propaganda, acusa arquiteto". *FSP*, 18 dez. 1981.

"O Condephaat, à espera de muitas mudanças". *Jornal da Tarde*, 16 abr. 1983.

"O futuro prefeito já tem um plano: O Governo Itinerante".*Jornal da Tarde*, 2 jun. 1979.

"O grande desastre". *Revista Veja*, 10 jun. 1982.

"O jeito de Jânio administrar a cidade". *Veja São Paulo*, 31 ago. 1988.

"O novo colegiado do Condephaat". *OESP,* 7 out. 1980.

"O novo homem do patrimônio". *OESP*, 11 set. 1982.

"O primeiro dia de Carvalhosa no Condephaat". *Jornal da Tarde*, 14 fev. 1985.

"O que preservar em São Paulo?". *FSP,* 30 ago. 1983.

"Os monumentos históricos ganham nova vida, no próximo mês". *Shopping News*, 11 mar. 1979.

"O prefeito ". *Jornal da Tarde*, 1 fev. 1979.

"O prefeito, entre o que fez e o que fala ". *OESP,* 6 ago. 1977.

"Os caminhos da preservação". *REVISTA ICOMOS -BRASIL- 1998.*

"Os 12 apóstolos reunidos de Faria Lima". Jornal da Tarde, 23 abr. 1968.

"Os planos de Prestes Maia para São Paulo". *FSP*, 14 set. 1973.

"Os 49 prefeitos de São Paulo". *Portal Terra*, eleições 2000.
OTAVIO, Chico. "Estação da Luz se torna patrimônio nacional". *OESP*, 13 set. 1995.

"Othake explica as demissões no Condephaat". *FSP,* 5 set. 1982.

PAIVA, Ana. "imóveis do Centro continuam vazios". *Diário de SP*, 21 nov. 2004.

"Para acessar a memória disponível". *Revista Cidade*, n.5.

"Para a Emurb será armado novo esquema". *FSP,* 18 abr. 1975.

"Para salvar o patrimônio" .*OESP*, 10 nov. 1985.

"Parecer do Condephaat desaprova túneis" . *FSP,* 8 dez. 1987.

"Patrimônio de SP pode virar ruína". *FSP*, 14 abr. 1989.

"Patrimônio em questão". *FSP*, 21 dez. 1981.

"Patrimônio impede leilão". *FSP*, 7 set. 1983.

"Paulistano acha que Jânio dá mais atenção ao centro do que à periferia". *FSP,* 25 jan. 1988.

"Paulo Maluf: um despacho de duas horas pela televisão".

PAIVA, Cida. "Patrimônio da cidade pode virar shopping center".

PIGNATARI, Décio. "Os 'tombadinhas'". *FSP*, 4 abr. 1986.

"'Piscinão' muda traçado de praça". *FSP*, 28 nov. 1994.

PITTA, Iuri. "Começa hoje recuperação do centro". *OESP*, 12 jun. 2001.

"Placa será RG do prédio tombado". *OESP*.

"Pobre São Paulo, sonhando com o dinheiro que não tem". *OESP*, 15 ago. 1977.

"Política ameaça Condephaat". *OESP*, 11 out. 1988.

PORTELLA, Andréa. "TJ julga operação Centro inconstitucional". *OESP*, 10 abr. 2002.

"Prédios tombados pelo Condephaat estão abandonados". *FSP*, 3 mai. 1987.

"Prefeitura ameaça ir à Justiça contra tombamento". *FSP*, 18 jun 1986.

"Prefeitura protegerá patrimônio histórico". *FSP*, 18 abr. 1985.

"Preservar os bens religiosos, meta da Cúria no Condephaat". *OESP*, 14 jul 1977.

"Preservar São Paulo sem imobiliza-la" *OESP*, jul 1993.

"Problemas para o novo Condephaat" .*OESP*, 1982.

"Programa social de Maluf é ponte e túnel". FSP, 27 jun. 1993.

"Projeto impulsiona revitalização". *Diário do Comércio*, 02 mar. 1998.

"Patrimônio histórico tombou diversos prédios no interior". *Diário Popular*, 30 abr. 1969.

"Pitta chega a cem dias de governo com as promessas ainda no papel". *Folha da tarde*, 1997.
"Pitta não vai cumprir metas no 1º ano". FSP

"Prefeitura: balanço de dois anos de atividade".

"Prefeitura está em novo endereço". *Diário Popular*.

"Prefeitura já tem seu plano de Metas. Vai cumpri-lo". *City News*, 8 fev. 1987.

"Presidente do Condephaat acusado de infringir Lei do Zoneamento". FSP, 5 set. 1986.

"Presidente do Condephaat será anunciado amanhã". *OESP,* 7 set. 1982.

"Problemas da cidade continuam". FSP, 10 abr. 1978.

"Promotor processa Prefeitura e ex-regional". *OESP*, 18 dez. 1997.
"Proposto fundo para custear preservação do patrimônio de SP". *FSP*, 6 ago. 1982.

"Proprietários beneficiados". *Jornal da Tarde*, 06 out. 1994.

"Quatro anos de Setúbal". *Jornal da tarde*, 16 abr. 1979.

"Que fizeram estes homens por São Paulo". *Diário Popular,* 25 jan. 1972.

"Quem tomba nesta luta". *OESP*, 08 out. 1986.

"Quércia demite o presidente do Condephaat". *FSP*, 11 out. 1988.

"Quércia veta o projeto de lei que dá poderes ao Condephaat". *FSP*, 07 jun. 1988.

"Reformas darão cara nova ao Centro" .*Jornal de Primeira* n. 177, nov. 2003.
REINA, Eduardo. "Prefeitura teme perder empréstimo". *Diário de São Paulo*, 29 mar. 2002.

"Região vive polêmica com tombamento". *OESP*.

"Restauração oportuna de solares históricos". *OESP*, 4 out. 1979.

"Repercutem as demissões no Condephaat". *FSP*, 16 mai. 1981.

"Rui Azevado Marques contesta acusação contra o Condephaat". *FSP*, 9 mai. 1977.

SABOYA, Ana Gabriela. "Imóveis já existentes podem ser a base para revitalizar o Centro. *Gazeta Mercantil*, 11 jul. 2001.
SACOMAN, Ana Carolina. "Marta vai iniciar revitalização do centro no dia 5". OESP, 17 mai. 2001.

"Sai Reinaldo, entra Curiati". *Jornal da tarde*, ago. 1982.

"São Paulo, cidade grande e memória curta". *Revista Cidade de São Paulo*, out./dez. 1982.

"São Paulo destrói seu passado". *FSP*, 11 set. 1983.

"São Paulo preserva parte do seu passado". *OESP,* 20 abr. 1982.

"São Paulo, 1977". Jornal da tarde, 27 dez. 1976.

"SP revê lei para facilitar reformas no centro". *OESP*, 22 jun. 2004.

"SP usará internet para encontrar escultura". *FSP,* 2 mai. 2001.

SARÊ, Roberto. "Em defesa de São Paulo". *OESP*, 10 mar. 1996.

"Seis meses de trabalho e austeridade. Prefeitura: Governo Jânio Quadros".

"Semana do Patrimônio, produtiva". *OESP*, 22 jun, 1985.

"Setúbal: Novo Prefeito; estilo novo". *Diário Popular*, 18 abr. 1975.

"Setúbal prepara planos para o seu sucessor". *OESP*, 29 nov. 1978.

"Setúbal quer mexer na alma da cidade". *FSP*, 2 jan. 1977.

"Setúbal relata realizações de seu primeiro ano". Diário Popular, abr. 1976.

"São Paulo comemora". *OESP,* 18 mar. 1996.

"São Paulo: Memória e esquecimento".*Revista do ICOMOS- BRASIL-1998*.

"São Paulo pergunta: Por que esses técnicos saíram do Condephaat". *Jornal da Tarde,* 19 mai. 1981.

"Shopping Higienópolis: Decisão na quinta". *Jornal da Tarde*, 11 dez. 1995.

"Shopping Higienópolis: Empresário defende seu projeto". *Jornal da Tarde*, 9 dez. 1995.

"Surpreso o dono da casa que o Condephaat queria". *FSP*, 6 mai.1977.
"Técnicos do DPH lançam cartilha". *A Gazeta da Zona Nort*e, 10 nov. 2001.

"Telefone especial vai informar sobre patrimônio". *FSP,* 07 nov. 1985.

TERRAZ, Regina & RAYMUNDI, Viviane. "Entidades criticam senadores por atrasar verba de reforma do Centro". *Diário de São Paulo*,26 mar. 2004.

"Toma posse a nova diretoria do Condephaat". *FSP*, 29 ago. 1978.

"Tombamento inviabiliza reurbanização". *FSP*, 26 mar. 1986.

"Tombamento: Quem paga a conta?". Arquitetura e Urbanismo, out/nov. 1992.

"Três áreas tombadas". *OESP*, 5 ago. 1983.

"Três áreas verdes de importância cultural são tombadas". *OESP*, 4 ago. 1983.

"Uma crise no Condephaat". *Jornal da Tarde*, 15 mai. 1981.

"Uma crítica ao Condephaat". *OESP,* 01 set. 1981.

"Um convite à memória nacional". *FSP,* 3 set. 1983.

"Um decreto para tentar salvar o que restou da história da cidade". *Jornal da Tarde,* 15 mar. 1980.

"Uma discussão sobre o nosso patrimônio. (Mais uma)". *Jornal da Tarde*, 17 jun. 1985.

"Uma idéia transformar os casarões em pousadas". *Diário Popular*, 14 dez. 1980.

"Um ano sem prefeito". *Jornal da Tarde*, 14 jul. 1980.

"Um governo ainda na contramão". *Veja São Paulo*, 19 abr. 1989.

"Um novo Condephaat". *Diário Popular*, 28 out. 1979.

"Um prédio tombado. Lá dentro, obras clandestinas". *Jornal da Tarde*, 17 fev. 1982.

"Um século de imagens vai 'morar' na Luz". OESP, 1 jul. 2001.

"Uma semana para você discutir o que preservar". *Shopping News*, 16 jun. 1985.

"US$100 milhões do BID para o centro de SP". *OESP*, 03 dez. 2003.

VALLE, Paulo. "NO Condephaat, demissão de técnicos agrava crise". *FSP*, 24 mai. 1981.

VESPUCCI, Ana Cândida. "No caminho certo". *URBS*, n.28, out,/nov.,2002.

"Votação de projeto deixa Condephaat sem conselheiro". *OESP,* 20 mar. 1996.

"Vamos conhecer o novo presidente do Condephaat". *Jornal da Tarde*, 25 mar. 1983.

"Viagem ao Centro de São Paulo". *Jornal do Bom Retiro*, mar. 2003.

"Vinte anos de Condephaat". *FSP*, 11 out. 1988.

XAVIER, Carla. "Até dez anos sem pagar IPTU".URBS, n.7, abr./mai. 1998.

"Zona Norte tem o maior número de processos de tombamento". *Folha de São Paulo (FSP).*

SITES

Fotos históricas da cidade de Jacareí: <http://picasaweb.google.com/rrafraccari>. Acesso em 31/03/2011.

Guia Eletrônico da Cidade de Jacareí. Disponível em: www.guiajacarei.com.br/guianossa cidade/obrasdo_forum. Acesso em 21/05/2011.

Site oficial da Câmara de Jacareí. Disponível em: <www.camarajacarei.sp.gov.br>. Acesso em 28/04/2011.

Site da Fábrica de Tintas Castelo: www.tintascastelo.com.br/historico.html. Acesso em 22/05/2011.

Site oficial da Prefeitura de Jacareí. Disponível em: <www.jacarei-sp.gov.br/parque>. Acesso em 25/04/2011.

Site oficial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo: www.justica.sp.gov.br/Noticia_asp?

Noticia=3393. Acesso em 21/05/2011.

http://www.evom.com.br/jump-festival-2011-em-jacarei-sao-paulo

http://www.eminentbmxtv.com/2011/04/chuvas-jump-festival-jacarei.html em 07/09/11

http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos17_marco2004.htm. Acesso em 11.02.2013.

http://photovaz.blogspot.com/2011/04/album-de-fotos-jump-festival-2011-em.html em 07/09/11

http://www.jacarei.sp.gov.br/noticia/esportes-e-recreacao/2011/04/04/jump-festival-em-jacarei-incentivo-para-criancas-e-jovens/10536 em 06/09/11

http://www.cber.com.br/site/evento_jumpjacarei2011.html

http://360graus.terra.com.br/skate/default.asp?did=30100&action=news – Acesso em 19/08/11

http://www.jornalbleh.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2011:jump-festival-abre-temporada-2011-em-jacarei-sp&catid=9:entretenimento&Itemid=10 – Acesso em 22/08/11

http://www.jacarei.sp.gov.br/noticia/esportes-e-recreacao/2011/04/04/jump-festival-em-jacarei-incentivo-para-criancas-e-jovens/10536 Acesso em 22/08/11

www.jornalbleh.com.br/index,php?

www.360graus.terra.com.br/skate

http://www.vnews.com.br/noticia.php?id=101911&id2=1http://www.ovale.com.br/regio/balonismo-mobiliza-jacarei-1.145654

http://www.agoravale.com.br/agoravale/noticias.asp?id=32267&cod=2

http://www.jacarei.sp.gov.br/noticia/esportes-e-recreacao/2011/07/28/campeonato-de-balonismo-tera-15-pilotos/11173

http://www.pindavale.com.br/blog/?p=6463. Acesso em 18/08/11

http://portalva.com.br/articles/view/category/noticias/id/cores-no-ceu

http://www.superradiopiratininga.com.br/750/textos.php?key=750_noticias&idc=6743

http://www.ovale.com.br/regi-o/jacarei-sedia-a-partir-de-hoje-torneio-estadual-de-balonismo-1.145102

http://blogbalonismo.blogspot.com/2011/07/jacarei-2011-campeonato-paulista-de_29.html

http://www.fpbalonismo.org.br/#. Acesso em 30/08/11.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/organizacao/ acesso em 06/10/2011.

http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/519 acesso em 08/10/2011

http://revistaurbanismo.uchile.cl/CDA/urb_simple/0,1310,SCID%253D15852%2526ISID%253D569%2526IDG%253D2%2526ACT%253D0%2526PRT%253D15850,00.html. Acesso em 08/10/2011.

http://www.aubicon.com.br/ acesso em 12 de outubro de 2011.

http://www.cristianerodrigues.com.br/ acesso em 12 de outubro de 2011.